

MAIO-AGO. • 2021 • V. 14

36



**HISTÓRIA DA  
HISTORIOGRAFIA**

International Journal of Theory and History of Historiography

ISSN • 1983-9928

Revista Eletrônica Quadrimestral



**HISTÓRIA DA  
HISTORIOGRAFIA**

ISSN • 1983-9928

## EXPEDIENTE

### EDITORA CHEFE

Flávia Florentino Varella (UFSC . Florianópolis . SC . Brasil)

### EDITORES EXECUTIVOS

Ana Carolina Barbosa Pereira (UFBA . Salvador . BA . Brasil)

Breno Mendes (UFG . Goiânia . GO . Brasil)

João Rodolfo Munhoz Ohara (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Luisa Rauter Pereira (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Maria Inés Mudrovcic (Universidad Nacional del Comahue, Argentina)

Mateus Henrique Faria Pereira (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)

### CONSELHO EDITORIAL

Alejandro Eujanian (UNR . Rosário . Argentina)

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)

Arthur Lima de Àvila (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)

Ewa Domanska (AMU . Poznan . Polônia)

Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)

Fábio Franzini (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)

Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)

Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Omar Acha (UBA . Buenos Aires . Argentina)

Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)

Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)

Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)

Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade de Évora . Évora . Portugal)

Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

## CONSELHO CONSULTIVO

---

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)  
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Carlos Oiti (UFG . Goiânia . GO . Brasil)  
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)  
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)  
Denis Bernardes - in memoriam (UFPE . Recife . PE . Brasil)  
Edgar De Decca - in memoriam (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)  
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)  
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polônia)  
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)  
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
François Hartog (EHESP . Paris . França)  
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)  
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)  
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Hayden White - in memoriam (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)  
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Luiz Costa Lima (PUC-Rio . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Manoel Salgado Guimarães - in memoriam (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)  
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)  
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)  
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)

## EDITOR ASSISTENTE

---

Marcos Eduardo de Sousa (UFOP/CEFET-MG . Mariana . MG . Brasil)

## DIVULGAÇÃO/COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

---

Larissa Vitória Ivo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

## SECRETARIA

---

Aguinaldo Medeiros Boldrini (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

## REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

---

Giovana Faversoni

Luiz Antônio dos Prazeres

## REVISÃO DE LÍNGUA INGLESA

---

Tikinet Edição

## REVISÃO DE LÍNGUA ESPANHOLA

---

Adriana Carina Camacho Álvarez (Lectura Traduções)

## DIAGRAMAÇÃO

---

Marcos Eduardo de Sousa (UFOP/CEFET-MG . Mariana . MG . Brasil)

---

## REALIZAÇÃO

---

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

---

## APOIO

---

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

Programa de Pós-graduação em História - UFRGS

---

## CONTATO

---

Rua do Seminário, s/n - Centro Mariana - MG

35420-000 | Brasil

<http://www.historiadahistoriografia.com.br>

historiadahistoriografia@hotmail.com

Telefone: (31) 3557-9400

---

## MISSÃO

---

Abrigar, divulgar e incentivar a produção de conhecimento nos campos da teoria da história, da história da historiografia e afins no intuito de fomentar o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisa entre investigadores dessas áreas correlatas.

## FICHA CATALOGRÁFICA

Revista História Historiografia = International Journal of Theory and History of Historiography [recurso eletrônico]. – Vol. 14, n. 36 (maio/ago. 2021)- . – Dados eletrônicos. – Ouro Preto : Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia : Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro : Universidade Federal de Ouro Preto, 2021-

Quadrimestral.

Texto em português, inglês e espanhol.

Modo de acesso: <https://www.historiadahistoriografia.com.br>

ISSN: 1983-9928

I. Título: International Journal of Theory and History of Historiography.

CDU: 930(05)

Elaborado por: Edna da Silva Angelo - CRB6-2560

## EDITORIAL EDITORIAL

Do produtivismo ao bibliometrismo? O futuro da História da Historiografia no meio do redemoinho

**Mateus Henrique de Faria Pereira** \_\_\_\_\_ 13

## DOSSIÊ TEMÁTICO SPECIAL ISSUE

Rebeldia disciplinada? Introdução à 'História como (in)disciplina'

**Lidiane Soares Rodrigues, María Inés Mudrovcic & Alexandre de Sá Avelar** \_\_\_\_\_ 25

Descobrir, desapossar: ensaio sobre Michel de Certeau e o lugar da ética na teoria e na historiografia

**Douglas Attila Marcelino** \_\_\_\_\_ 45

Causalidade e intencionalidade: uma contribuição ao debate sobre dimensão explicativa da historiografia

**Cristiano Alencar Arrais** \_\_\_\_\_ 73

E quando o Escritor é historiador? Crítica ao "herói" moçambicano em João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa

**Fernanda Gallo** \_\_\_\_\_ 105

Onde está o ensino nas disciplinas de Teoria da História ensinadas no Brasil? Reflexões sobre a formação docente dos professores de História

**Erinaldo Cavalcanti** \_\_\_\_\_ 133



Complexity theory and the historical study of religion:  
navigating the transdisciplinary space between the  
Humanities and the Natural Sciences

**Thales Silva**

167

História, ciência, e sociedade em Fausto Cardoso

**Piero Detoni**

197

Unruly Memory and Historical Order: The  
Historiography of the French Revolution between  
Historicism and Presentism (1881-1914)

**Lancereau Guillaume**

225

Machado de Assis e a experiência da historicidade:  
sobre historiadores assombrados e a presença  
fantasmagórica do passado em *Casa Velha*

**André da Silva Ramos**

257

Um perfil da história disciplinar: carreira acadêmica  
e poder masculino no arquivo pessoal da historiadora  
Adeline Daumard

**Daiane Machado**

289

Inovação "historiográfica" antes da história-disciplina:  
Alcântara Machado e a escrita sobre São Paulo no  
período colonial

**Franco Della Valle**

319

Entre o imperativo do arquivo e a retórica bandeirante:  
a constituição de um saber científico para a invenção  
do paulista

**Karina Anhezini**

349

Disciplina e experiência: construindo uma *comunidade de escuta* na teoria e no ensino de história

**Géssica Guimarães**

373

O látigo e o riso: a historiografia republicana de Joaquim Felício dos Santos

**Amanda da Silva Martins**

403

“Do ponto de vista dos nossos *Annales*”: a Revista dos *Annales* e a produção da história econômica e social (1929-1944)

**Mariana Ladeira Osés**

435

Por uma história malcomportada: a historiografia antidisciplinar de Michel Foucault

**Rafael Araldi Vaz & Rodrigo Diaz de Vivar y Soler**

465

Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman

**Allan Kardec Pereira**

481

O Pensamento Social no Brasil e os historiadores: notas sobre uma interdisciplinaridade desigual

**João Marcelo Maia**

509

**NORMAS DE PUBLICAÇÃO**

535

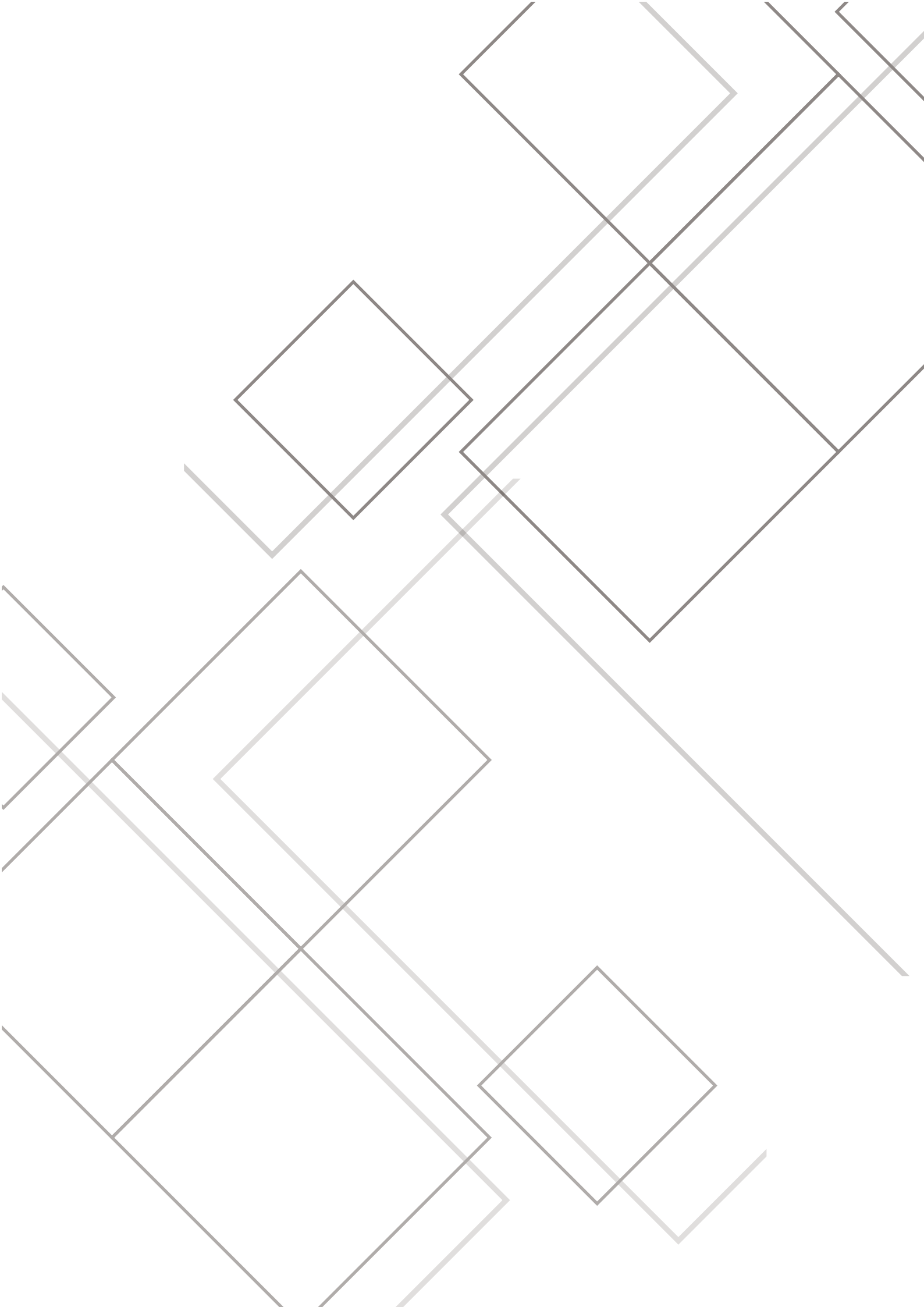
EDITORIAL GUIDELINES



# EDITORIAL




EDITORIAL



## Do produtivismo ao bibliometrismo? O futuro da História da Historiografia no meio do redemoinho

From productivism to bibliometrics? The future of the History of Historiography in the middle of the maelstrom

**Mateus Henrique de Faria Pereira** <sup>a</sup>

E-mail: [mateus.pereira@ufop.edu.br](mailto:mateus.pereira@ufop.edu.br)  
<https://orcid.org/0000-0001-7489-7365> 

<sup>a</sup> Universidade Federal de Ouro Preto,  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais,  
Departamento de História, Mariana, MG, Brasil

Segundo alguns analistas, o papel e a avaliação dos periódicos na área de História, no século XXI, no Brasil, têm sido marcados por alguns paradoxos.

O primeiro deles é a grande quantidade de artigos publicados em revistas, sendo que um número considerável dessas publicações se enquadra na categoria “bem classificados”.<sup>1</sup> E, ainda que faltem pesquisas mais amplas, o que se constata é um baixo impacto desses artigos na produção historiográfica que, em geral, tende a privilegiar os livros (FICO; WASSERMAN; MAGALHAES, 2018, p. 285-287).<sup>2</sup>

O segundo paradoxo é mais recente, e diz respeito à introdução de ferramentas bibliométricas como critério hegemônico ou principal na avaliação Qualis da CAPES (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2020) para o quadriênio 2017-2020. No caso das áreas de História e algumas outras áreas do Colégio de Humanidades, após discussão e reivindicação junto ao Comitê Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da CAPES, foi possível o uso do índice H, elaborado pela base do Google Acadêmico, com o intervalo de 10 anos (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2020). Assim, essa ferramenta (o índice H do Google) será introduzida em uma cultura de baixa citação, marcada pela falta de diálogo franco com os interlocutores diretos (ARAÚJO, 2019, p. 12). Em outras, palavras o paradoxo é a introdução das ferramentas bibliométricas em um ambiente de “dependência acadêmica”, isto é, uma lógica geopolítica do conhecimento na qual o norte/centro global é o lugar de elaboração de teorias para a historiografia/teoria da história e o sul/periferia é o lugar do recolhimento de dados e aplicação de resultados (PEREIRA, 2018).<sup>3</sup>

Ainda que esses diagnósticos possam ser matizados, eles trazem desafios reais aos editores das revistas. Em uma das melhores sínteses da bibliografia internacional disponível sobre as especificidades das Humanidades e Ciências Sociais, os autores Melo; Trinca e Maricato (2021) apontam alguns aspectos que merecem ser destacados, já que nos ajudam a pensar esses paradoxos que não são exclusivos da área da história. Para os autores, essas áreas do saber são orientadas, diferentemente de outras, para a pesquisa de temas regionais e nacionais e, também, por isso, possuem “uma cultura de comunicação e de citação muito distinta das Ciências

<sup>1</sup> Entre 2013-2016, o número de artigos/docentes por ano foi de 3,49 para membros permanentes de programas de pós-graduação em histórica (FICO; WASSERMAN; MAGALHAES, 2018, p. 285)

<sup>2</sup> A medição e a avaliação do impacto nas humanidades, em função da importância dos livros em detrimento dos artigos é “problema” global. Uma extensa bibliografia sobre a questão pode ser vista em Melo, Trinca e Maricato (2021).

<sup>3</sup> Cf. SANTOS, 2017.

Exatas e da Vida” (MELO; TRINCA; MARICATO, 2021, p. 12).

Esses campos não se desenvolveram apenas a partir da publicação de artigos, mas, também, de outras publicações, como livros (com o predomínio desse), artigos em jornais/revistas, artigos em coletâneas organizadas em forma de livro, e outras publicações não acadêmicas, que não aparecem em bases de dados bibliográficos. Nesse sentido, a comparação entre o Brasil e outros países do norte, como a Noruega, por exemplo, mostra que a produção dessas áreas “não encontram sua produção concentrada nas revistas internacionais, como normalmente ocorre na maioria das áreas de Ciências Naturais” (MELO; TRINCA; MARICATO, 2021, p. 12). Apesar das transformações contemporâneas, em função das pressões por publicar mais rápido e em maior quantidade, “a avaliação quantitativa do resultado da pesquisa nas Ciências Sociais e Humanidades enfrenta severos limites metodológicos, visto que as avaliações bibliométricas são continuamente baseadas na literatura de periódicos indexados” (MELO; TRINCA; MARICATO, 2021, p. 12). Portanto, um dos desafios colocados pela realidade atual, que envolva alguma consideração as especificidades da história da trajetória dessas áreas (dada a valorização dos livros e teses, por exemplo), consiste em pensarmos e construirmos modelos bibliométricos mais inclusivos e capazes de abarcar a pluralidade das diversas áreas do conhecimento.

Tendo em vista essas particularidades, no caso específico desta revista *História da Historiografia (HH)*, alguns questionamentos se colocam, a saber: quais as especificidades de um periódico de acesso aberto interinstitucional - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)/ Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) - especializado? Como participar ativamente dos debates e tomadas de posição da área? Como manter o nosso compromisso com a publicação de pesquisas relevantes na forma de artigo de revista, com a qualidade e com comprometimento social em tempos de capitalismo de vigilância e de governo negacionista? Além disso, como enfrentar os desafios da “ciência aberta”<sup>4</sup>, da internacionalização, da publicação em fluxo contínuo, da experimentação, da sustentabilidade em um cenário de constante escassez de recursos?<sup>5</sup>

Foi em meio a paradoxos e incertezas trazidos por esses tempos difíceis, marcados pela constante ameaça democrática e pela trágica experiência da pandemia da COVID-19

<sup>4</sup> Cf. OHARA, 2021.

<sup>5</sup> O tema escassez de recursos foi alvo, recentemente, de nota de entidades científicas que alegam, com razão, que os cortes orçamentários inviabilizam diversas revistas científicas brasileiras, ver SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 2021..

no Brasil, que, no ano passado, a equipe editorial da *HH*, tomou a decisão de submeter a adesão da Revista à Rede SciELO. A solicitação foi aceita com restrições, mas, ao que tudo indica, em um ano a transição se efetivará. Sem dúvida, uma grande conquista, mas que sabemos, terá um preço. Na nossa avaliação, entendemos que vale a pena pagar esse preço, já que a entrada no SciELO dará maior segurança e estabilidade para preservarmos e cuidarmos desse patrimônio coletivo da área de teoria e história da historiografia. Algumas das mudanças necessárias para entrada na Rede SciELO já estão sendo implementadas no número atual: a manutenção dos direitos autorais como pertencentes aos autores, e não mais à revista; e, a mudança da licença de distribuição dos artigos para Creative Commons Atribuição (CC-BY).

E, apesar de todas as tensões inerentes à decisão, acreditamos que será possível preservar a beleza de certo “amadorismo”, que tantas vezes foi positivado pelo nosso ex-editor chefe, Temístocles Cezar que, inclusive, em sua carta de apresentação, de onde recuperamos alguns dados para esse editorial, define a entrada na referida base de dados como um “um divisor de águas na história do periódico e uma das maiores prioridades para o triênio”. Já que, como ele bem aponta, a “*HH* é mais que um periódico bem avaliado” é, na realidade, “um modo de ser” (CEZAR, 2020, p. 14).

A chegada ao SciELO é o resultado de um processo, cujo percurso envolve, entre outros fatores, os bons resultados da revista *HH* no que se refere às métricas de citação (índice h5 do Google Scholar, Scimago, Redib e CiteScore) e o longo trabalho de ampliar a nossa filiação em diversos indexadores. Fundamental para que tudo isso acontecesse foi a contratação do editor-assistente Marcos Sousa que, com maestria, desempenhou o seu papel, demonstrando um grande comprometimento para com a Revista, na companhia do também super comprometido, o nosso secretário Aguinaldo Boldrini.

Além de reformarmos o projeto gráfico da revista, iniciamos, a partir de 2018, ações de divulgação científica e história pública. Um destaque importante deste período foi a criação do [Portal HH Magazine](#), cujas presenças e ações dos colegas Rodrigo Machado, Thamara Rodrigues e, inicialmente, de Marianna Andrade Melo foram determinantes para o seu sucesso. Dois dos principais vínculos que a Revista tem com o portal – que ganhou bastante autonomia e independência – é a publicação de resenhas em fluxo contínuo, e a divulgação dos artigos publicados na *HH*, por meio de [podcasts](#), executados na voz dos/as próprios/as autores/as.



Ao que nos parece, algumas das “interpelações” e críticas que nos chegaram, no sentido de que tanto a Revista como também a área abordem e discutam temas relativos as desigualdades de gênero e raça, (VARELLA, 2018; OLIVEIRA, 2018) – e, também, a questão da diversidade regional, – encontraram certo espaço no interior do portal HH Magazine, ainda que tenhamos consciência de que há ainda muito a ser feito, em especial, na política editorial e de dossiês da *HH*. Merece ser destacado, também, que a *HH* possui página no [Facebook](#) desde 2011, e conta com mais de 22 mil seguidores, sendo que a média de alcance de suas publicações, no ano passado, variou entre 3 a 4 mil visualizações.

É digno de nota que a Revista vem ganhado visibilidade fora do Brasil, em especial, em países da América Hispânica. Certamente é resultado do competente trabalho dos três editores que tivemos, Fabio Wasserman, Alejandro Eujenian, Omar Acha e agora da editora María Inés Mudrovic. Além deles, a presença de Ewa Domanska e, mais recentemente, de Sanjay Seth, mostram o nosso esforço em internacionalizar o periódico, que tem recebido e publicado cada vez mais textos de pessoas de diversas nacionalidades, em geral, em espanhol e em inglês.

No que se refere à questão financeira, a *HH* tem sobrevivido, graças aos apoios de Programs de Pós-graduação em História (PPGHIS) (em especial, UFOP, UNIRIO e Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e ao suporte da SBTHH, além de algumas “vaquinhas” virtuais e pontuais. Muitas vezes os/as autores/as não têm conhecimento, mas, para a Revista publicar em nosso atual sistema – que é democrático, aberto e deve ser defendido – há uma série de custos diretos e indiretos (normalmente, advindos de trabalho voluntário). Em 2020, por exemplo, o nosso custo médio por número foi em torno de 12 mil reais e, sendo assim, o nosso custo anual foi de mais ou menos 35 mil reais. O custo médio de artigo em português foi de 800 reais e de artigo em língua estrangeira de 1300 reais. Já o custo indireto médio, por número, foi de 75 mil reais e, por ano, de 230 mil. Assim, tendo em vista os preços do mercado de revista acadêmico brasileiro e considerando os cálculos elaborados pelo nosso editor assistente, se todos os trabalhos da revista fossem remunerados, como, por exemplo, o trabalho dos/as pareceristas e dos/as editores/as, o custo total anual seria de 260 mil reais (SOUSA, 2020).

A sustentabilidade financeira da Revista coloca uma série de decisões difíceis para o futuro da *HH*. Em tempos de escassez, não deixamos de nos perguntar como (ou até quando) sustentar essa política que não “rende” resultados bibliométricos e, como vimos, custa caro.

Um exemplo: talvez a publicação seja a única ou certamente uma das poucas, dos extratos bem avaliados, que publica textos de pós-graduandos. Temos mantido essa política, por considerá-la inclusiva e democratizante. No entanto, um texto de um doutorando/a tende a ser menos citado, isto é, tende a ter menos impacto do que a tese publicada em livro ou o trabalho completo publicado em banco de teses.

Pois bem, é no interior desses cenários que vejo, em um futuro próximo, de recursos escassos e de recrudescimento autoritário e antiacadêmico, uma mistura bastante confusa entre o produtivismo e o bibliometrismo. Em outras palavras, em uma área fortemente marcada por uma ideia de autoria solar e, em certa medida obsoleta,<sup>6</sup> “teremos” que conciliar a demanda por “produção” com a “necessidade” de realizarmos, dentre outros aspectos, certa propaganda dos nossos produtos, a fim de que eles sejam bem aceitos e reconhecidos pelo mercado acadêmico. E o quanto antes! Paradoxalmente, tudo isso ocorre em um momento político que pede da nossa parte uma maior intervenção e mais engajamento no debate e na arena pública. Espero que a área de história, em geral, e a *HH*, em particular, tenham sabedoria para enxergar além e agir para abrir outros futuros. Tenho plena convicção de que a atual editora-chefe, Flávia Varella, e toda a equipe editorial têm disposição e a experiência necessárias para enfrentar com grandeza os desafios da segunda década de vida da nossa Revista.

Agradeço os/as colegas com quem tive o prazer de conviver, nos períodos em que fui editor da Revista, pela compreensão, amizade e colaboração, bem como os/as pareceristas, autores, os/as secretários, estagiários, revisores, e ao PPGHIS/UFOP, que sempre apoiou a Revista. Saio honrado com o fato de ter deixado um pedaço da minha vida na *HH*. E só posso desejar vida longa a esse projeto chamado Revista *HH*!

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. L. DE. Editorial - Elogio aos periódicos científicos nas humanidades. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 12, n. 31, p. 10-15, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1572>. Acesso: 14 jul. 2021.

<sup>6</sup> Na *HH*, por exemplo, mais de 90% dos artigos em sua primeira década eram de autoria única (Cf. VARELLA, 2018).

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Ofício Circular n. 31/2020-GAB/PR/CAPES - Deliberações da 1a Reunião Extraordinária do CTC-ES, de 22 de julho de 2020. **CAPES**. 2020. Disponível em: [http://uploads.capes.gov.br/files/OF\\_CIRCULAR\\_31-2020-GAB-PR-CAPES.pdf](http://uploads.capes.gov.br/files/OF_CIRCULAR_31-2020-GAB-PR-CAPES.pdf). Acesso em: 13 jul. 2021.

CEZAR, T. Geração e/ou gerações? **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 13, n. 34, p. 11-15, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1788>. Acesso: 13 jul. 2021.

FICO, C.; WASSERMAN, C.; MAGALHAES, M. S. Expansão e avaliação da área de História: 2010-2016. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 13, n. 34, p. 267-302, set./dez.2018. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1393>. Acesso: 13 jul. 2021.

MARQUES, F. Os limites do índice-h. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 207, maio 2013. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-limites-do-indice-h/>. Acesso: 13 jul. 2021.

MELO, J. H. N.; TRINCA, T. P.; MARICATO, J. M. Limites dos indicadores bibliométricos de bases de dados internacionais para avaliação da Pós-Graduação brasileira: a cobertura da *Web of Science* nas diferentes áreas do conhecimento. **Transinformação**, Campinas, v. 33, e200071, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-0889202133e200071>. Acesso: 13 jul. 2021.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. Podemos discutir a avaliação aberta em uma disciplina conservadora? **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 11-17, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1831>. Acesso: 13 jul. 2021.

OLIVEIRA, M. da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414>. Acesso em: 14 jul. 2021.

PEREIRA, A. C. B. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242018088>. Acesso em: 14 jul. 2021.

SANTOS, Pedro A. C. dos; NICODEMO, Thiago L.; PEREIRA, Mateus. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: o eurocentrismo em questão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 161-186, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/65456>. Acesso: 13 jul. 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. Entidades se manifestam sobre a situação dos periódicos científicos brasileiros. **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, 2021. Disponível em <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/entidades-se-manifestam-sobre-a-situacao-dos-periodicos-cientificos-brasileiros/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

SOUSA, Marcos E. Índice h, Google Scholar, Índice h5, *Publish or Perish* e Índice h10. **Vida Acadêmica**: modos de usar, 2020. Disponível em: <https://vidamododeusar.com.br/academica/index.php/2020/11/02/indice-h-google-scholar-indice-h5-publish-or-perish-e-indice-h10/>. Acesso: 13 jul. 2021.

SOUSA, Marcos E. Modelo de cálculo de custo de manutenção de periódicos científicos no Brasil, V3. **Harvard Dataverse**. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7910/DVN/3MZAJA>. Acesso em: 14 jul. 2021.

VARELLA, Flávia Florentino. Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista História da Historiografia (2008-2018). **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 219-265, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/142>. Acesso em: 14 jul. 2021.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Mateus Henrique de Faria Pereira é professor de história do Brasil República e da Pós-Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É autor, dentre outros, de *Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI* (2019) com Valdeci Araujo e de *Uma introdução à história da historiografia brasileira* (2018) com Thiago Nicodemo e Pedro Afonso dos Santos.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Instituto de Ciências Humanas de Sociais (ICHS), Departamento de História, Rua do Seminário, s/n, Centro, Mariana, MG, CEP 35420-000, Brasil.

## AGRADECIMENTO

Agradeço a Marcos Sousa pela leitura, comentários e sugestões a esse editorial e pela companhia ao longo dessa jornada.

## FINANCIAMENTO

Não se aplica.

## CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Não avaliado.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

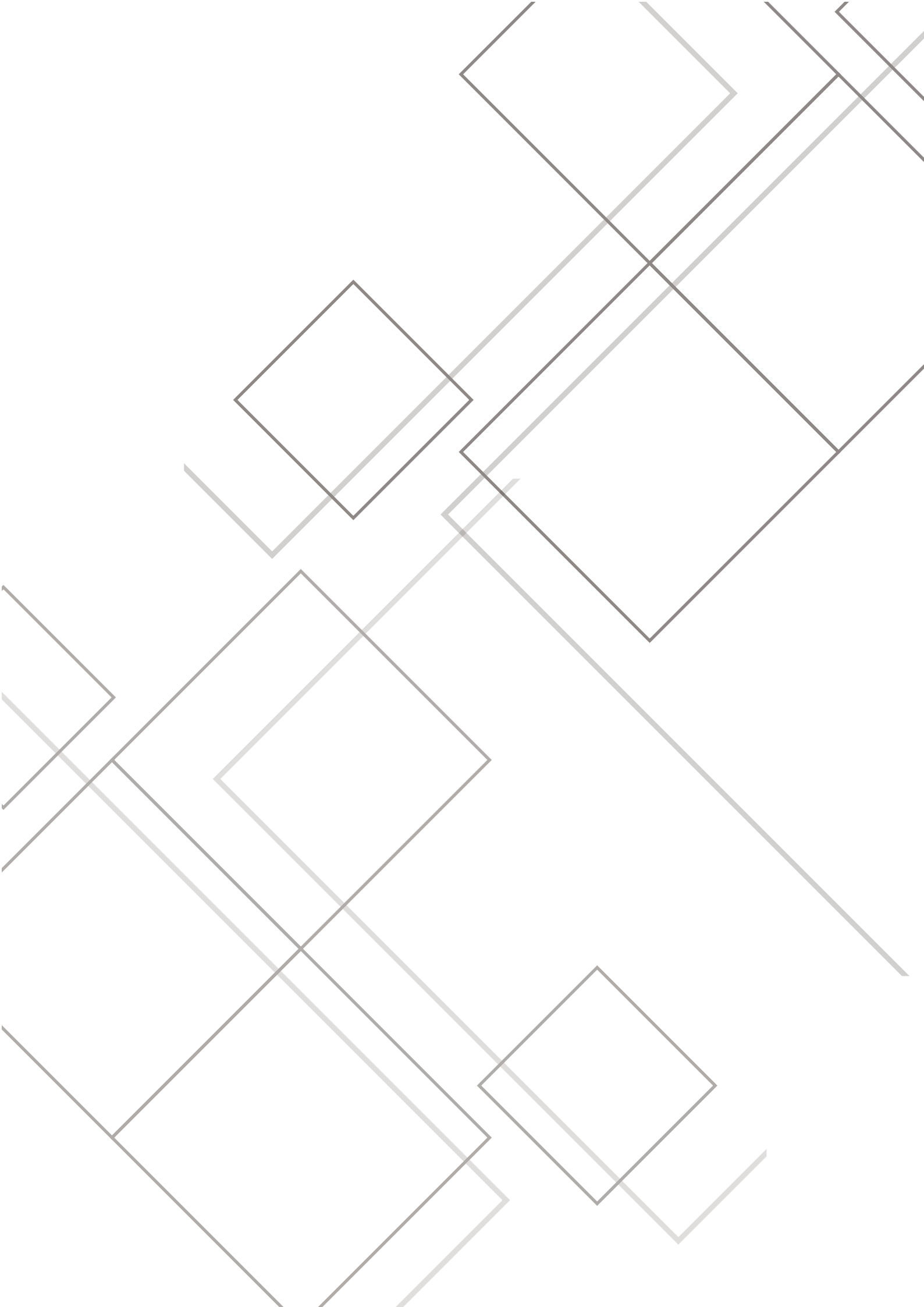
Não se aplica.

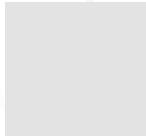
## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Mateus Henrique de Faria Pereira.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

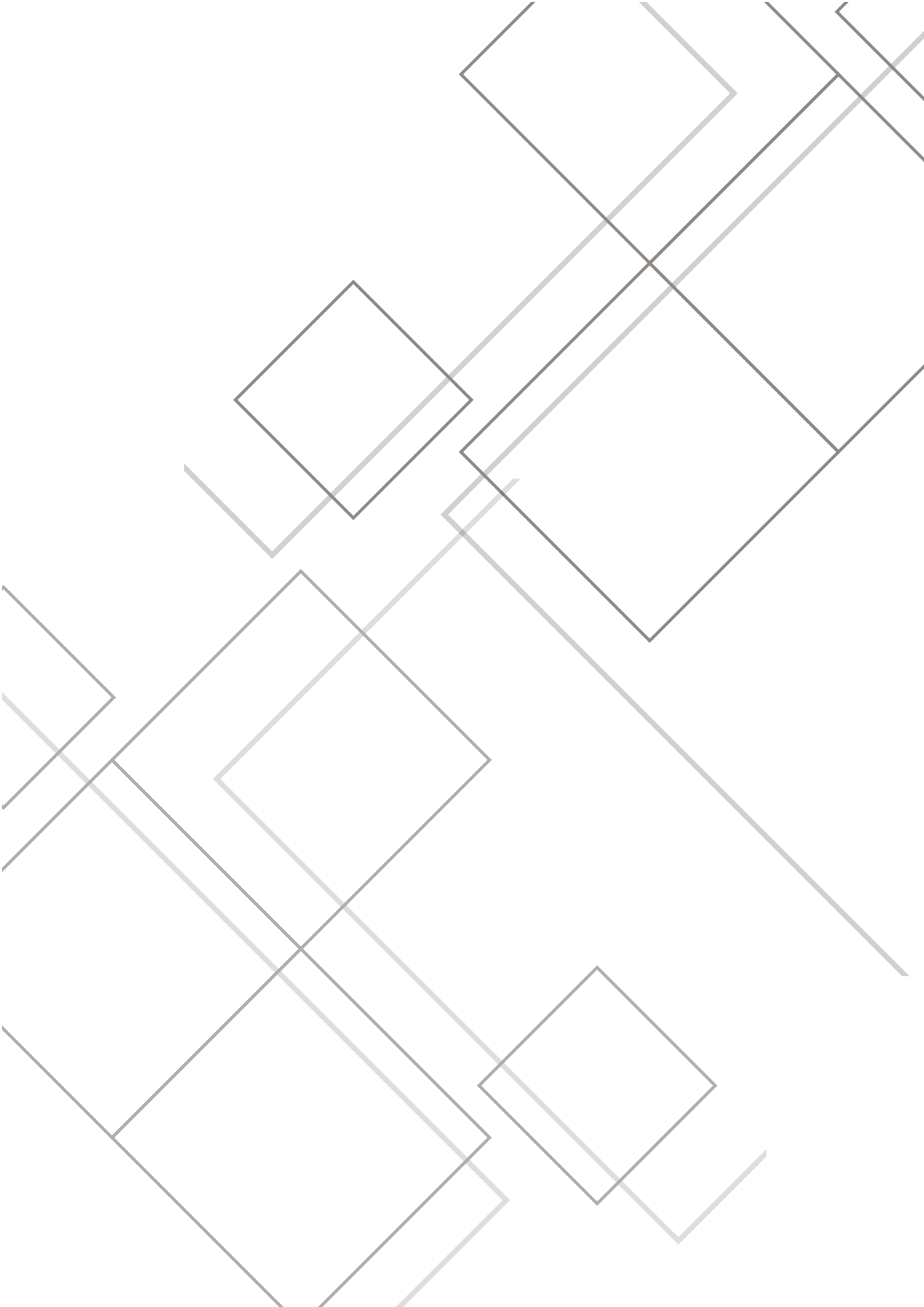




# DOSSIÊ TEMÁTICO



SPECIAL ISSUE






## Rebeldia disciplinada? Introdução à 'História como (in)disciplina'


Disciplined rebellion? Introduction to 'History as (in)discipline'

### Organizadores


**Lidiane Soares Rodrigues** <sup>a</sup>

E-mail: lidianesrgues@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-2011-9888> 

**María Inés Mudrovcic** <sup>b, c</sup>

E-mail: mmudrovcic@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-4563-0108> 

**Alexandre de Sá Avelar** <sup>d</sup>

E-mail: alexandre.avelar@uol.com.br  
<https://orcid.org/0000-0002-1441-2087> 

<sup>a</sup> Universidade Federal de São Carlos,  
Centro de Educação e Ciências Humanas,  
Departamento de Ciências Sociais,  
São Carlos, SP, Brasil

<sup>b</sup> Universidad Nacional de Comahue,  
Instituto Patagónico de Estudios de Humanidades,  
Neuquén,  
Provincia de Neuquén, Argentina

<sup>c</sup> Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y  
Técnicas (CONICET),  
Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

<sup>d</sup> Universidade Federal de Uberlândia,  
Instituto de História, Uberlândia, MG, Brasil

## À guisa de advertência

O dossiê que aqui apresentamos instaura, de imediato, uma situação curiosa, e não menos paradoxal: pretendemos trazer aos nossos leitores um panorama razoavelmente expressivo dos debates em torno da (in)disciplinarização da história, justamente em uma revista acadêmica, a qual integra sistemas de produção, avaliação e publicação altamente especializados e construídos dentro de uma lógica disciplinar que metrifica carreiras, desempenhos e programas de pós-graduação. Pode haver estranheza maior do que falar de indisciplina em um espaço tão profundamente disciplinado?

Talvez a resposta nos obrigue a considerar o peso que a cultura disciplinar ainda impõe sobre o trabalho intelectual especializado. História, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Literatura, Antropologia, Economia, Geografia e outras designam “disciplinas” científicas. Platitude afirmá-lo, porém necessário. Há, pelo menos, dois modos elementares de compreender a gênese das disciplinas, sua sedimentação em domínios distintos circunscritos por fronteiras e as modalidades de intercâmbio entre elas – usualmente designadas de inter e/ou transdisciplinaridade.

De uma perspectiva logicista e formalista, definem-se métodos, objetos e problemáticas que caracterizaram um domínio disciplinar. A partir disso, estabelecem-se as respectivas naturezas do conhecimento pressuposto em tais domínios, prescrevem-se as condições de possibilidade de intercâmbio entre eles, demarcando fronteiras e porosidades que mantenham suas especificidades. De uma perspectiva histórica e sociológica, rigorosamente nem um ponto lógico de apoio fixo e confortável é possível. As disciplinas são concebidas como produto da divisão social do trabalho de conhecimento e, nesse sentido, as aludidas definições lógico-formais só poderiam derivar de dinâmicas sociais de diferenciação (BOURDIEU, 1984). A vocação ou “natureza” de uma disciplina torna-se resultado de processos palpáveis de segmentação social a partir de práticas; as fronteiras que delimitam objetos exclusivos, métodos próprios e problemáticas preferenciais tornam-se resultado de colaboração e competição entre os agentes dedicados a produzi-los (SORÁ; BLANCO, 2017; BRUN, 2017; HEILBRON, 2003; HEILBRON; GINGRAS, 2016; HEILBRON; BOKOBZA, 2016; RENISIO, 2016). Adotando essa abordagem, o presente dossiê, “História como (In)disciplina”, convidou pesquisadores a refletirem a respeito da disciplinarização dos saberes históricos, assim como das infrações a ela. A esse respeito, interessa também a apresentação das alternativas mais elementares, a fim de delimitarmos a nossa.

É possível entender a “indisciplina” em relação à disciplinarização dos saberes de um modo heroico e irônico. Desse modo, práticas e atitudes voltadas à interdisciplinaridade, à transdisciplinaridade, tanto quanto o questionamento dos “fundamentos disciplinares”, não raramente apreciadas de modo positivo, surgem como “resistência” à normatização e aos enquadramentos, sendo mesmo incentivadas de modo oficial. Considerando-se o âmbito historiográfico brasileiro recente, encontra-se, no “Documento de Área (História)”, de 2016, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), uma seção dedicada à “Interdisciplinaridade” – o que indica, desde logo, reconhecimento da relevância dessa prática. O documento entende que a “abertura” a outras áreas do conhecimento seja inerente ao desenvolvimento da historiografia.

Dada a importância atualmente atribuída pela comunidade científica e agências de fomento ao tema das abordagens interdisciplinares, apresenta-se neste tópico – de maneira bastante resumida – a posição da coordenação da área de História junto à Capes sobre o assunto:

**A apropriação de temáticas e métodos de outras disciplinas marcou, ao longo dos séculos XIX e XX, diversas especialidades históricas que se consolidaram como abordagens hoje tradicionais em nossa disciplina.** Assim, a “História Política” [...] posteriormente [...] a Psicologia (“História das Mentalidades”), a Sociologia (“História Social”), a Economia (“História Econômica”), a Antropologia (“Microhistória”, “História do Cotidiano”, “História da Vida Privada”), as Ciências Ambientais (“História do Meio Ambiente”) e assim por diante. A articulação com outras disciplinas é **inerente às diversas áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em História.** Por exemplo, um programa típico pode ter área de concentração em “História do Brasil” e definir suas linhas de pesquisa como “História Econômica do Brasil”, “História Política do Brasil” e “História Cultural do Brasil” **lançando mão**, de maneira efetiva, **de conceitos e métodos** próprios às disciplinas envolvidas, ou seja, tais linhas efetivamente discutirão e adotarão **conceitos e métodos** da Economia, da Ciência Política e da Antropologia Cultural. Ademais, há a tradição da História das Ciências – embora não existam atualmente muitos programas que a pratiquem. Há igualmente intercâmbios com a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, mas essas são quase **“disciplinas-irmãs** (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2016, p. 6, grifos nossos).

No entanto, não sendo quaisquer circunstâncias que possibilitam a emergência das disciplinas, tampouco as modalidades de “quebra” disciplinar ocorrem em meio a um vácuo histórico ou social. Ao contrário, para dizer de modo compacto:

há certa disciplina – não formalmente regrada – nas práticas de (in)disciplina, o que nos parece ser um modo sagaz e pertinente de se tratar a questão.

Os arranjos institucionais e as referências intelectuais incarnadas na socialização promovida pelas disciplinas possuem uma força inercial, capaz de inibir a realização de intercâmbios sistemáticos entre zonas segmentadas da divisão social do trabalho científico. Nesse sentido, constata-se um paradoxo: embora a interdisciplinaridade seja encorajada por organismos internacionais, agências de fomento e documentos oficiais, efetivamente as práticas científicas são determinadas por obrigações e escolhas de um leque de possibilidades interno às disciplinas (escolha de periódicos, temáticas, referências teóricas, regime de citações, ritmo de trabalho coletivamente regrado, etc.) (GINGRAS; PRUD'HOMME; LARIVIÈRE, 2018). Aqueles que ousam interpor à defesa das subversões (trans/interdisciplinaridade ou quebra de regras disciplinares) a necessidade de disciplinarização do conhecimento, fazem-no pela causa do rigor do trabalho. Já aqueles que defendem práticas e atitudes “indisciplinadas” apostam que ela seria o recurso preferencial para a inovação. No entanto, tanto rigor quanto inovação fazem parte de um mínimo *ethos*, denominador comum, pontilhando as comunidades científicas (WEINGART, 2000). Entende-se, assim, parcialmente, o paradoxo da “indisciplina” ser valorizada, a despeito das dificuldades de sua efetivação.

No limite, a reivindicação por práticas “indisciplinadas” pode ser vista também como um indicador de processos de disciplinarização. O mesmo percurso que estabelece diretrizes e fronteiras, delimitando temas, teorias, abordagens óbvias ou obrigatórias, também produz os eliminados desses limites, que tendem a negar a legitimidade do enquadramento cognitivo e das correlatas delimitações sociais do mesmo. Dito de outro modo, as práticas e a defesa da interdisciplinaridade não eliminam os enquadramentos disciplinares, elas pressupõem esses últimos (ABBOTT, 1999, 2001; LAMY, 2010; WEINGART, 2000).

Os agentes que defendem a disciplinarização (em nome do rigor) ou a(s) diversa(s) modalidade(s) de indisciplina (em nome da inovação), formaram-se e trabalham num espaço social dado, agem de modo orientado, segundo seus capitais específicos e as posições disponíveis no espaço assimétrico e hierarquizado da fatura científica. As tomadas de posição por um ou outro lado desse certame e a adoção de práticas disciplinarizadas e/ou indisciplinadas são condicionadas por este conjunto de propriedades de que são portadores todos os agentes em confronto e em alianças. De modo equivalente à luta pela autonomia ou heteronomia da ciência em relação ao mercado, à política e à religião, apresenta-se a defesa programática do distanciamento ou da aproximação de disciplinas vizinhas – tratadas, por vezes, como rivais concorrentes, ou como aliadas

auxiliares (CHARLE, 2014; FABIANI, 2006; GINGRAS, PRUD'HOMME, 2016; HEILBRON; GINGRAS, 2016; HEILBRON; BOKOBZA, 2016; LAMONT, 2009; VAN RANN, 2000).

## Rumo à (in)disciplinarização?

A cena cultural contemporânea talvez nunca tenha vivenciado um interesse tão grande pelo consumo de passados sob formas variadas, indo da pura estetização até aos usos mais diretamente ligados a projetos políticos à esquerda ou à direita. Por outro lado, são igualmente evidentes os sinais de um crescente desprestígio do conhecimento histórico especializado, cujas manifestações podem ser percebidas em diversos níveis: a redução da procura pelos cursos superiores de história; os ataques sistemáticos contra professores, vistos como doutrinadores e portadores de ideologias contrárias à nação, à família e à religião; as seguidas reduções orçamentárias e de incentivos à pesquisa, “o que, ademais, é uma realidade trágica que se estende a todo o campo das Humanidades” (TURIN, 2018); a concorrência com outros produtores de narrativas sobre o passado, que ocupam espaços midiáticos quase sempre inalcançáveis para os historiadores de ofício; os esvaziamentos curriculares que sistematicamente têm reduzido a carga horária das aulas de história no ensino básico.

Nos debates e disputas internos da disciplina histórica, esse sentimento de crise e desorientação pode ser percebido em função de alguns problemas e dilemas epistemológicos mais específicos. Dois deles nos parecem mais significativos: as tensões e os impactos provocados pelas teses narrativistas da história, marcadas pela influência da linguística, da teoria literária e do pós-estruturalismo, e as abordagens que rediscutiram o tempo histórico homogêneo e linear que caracterizou a constituição disciplinar da história.

São bem conhecidas as inquietações provocadas pelas teses de Hayden White no meio historiográfico. Entre entendimentos superficiais, adesões entusiasmadas e refutações enfáticas, os historiadores não puderam mais ignorar os aspectos relacionados aos dispositivos literários e os artefatos verbais dos quais lançam mão na composição dos seus textos e de suas reconstruções do passado, bem como a necessidade de um exame crítico mais acurado da “consciência histórica” que originou o estabelecimento da história como uma disciplina acadêmica e posteriormente como um “fardo” (TOZZI; LAVAGNINO, 2012, p. 13; DORAN, 2015, p. 15).

Inicialmente, esses movimentos não foram bem considerados pelos historiadores, que passaram a ver sua disciplina sob risco, uma vez que a distinção entre fato e ficção,

verdade e mito, objetividade e consenso parecia estar sob violento ataque. Já no início do século XXI, não há historiador que não reconheça o valor que possuem as palavras para construir mundos. A filiação com a literatura, tão diligentemente reprimida no processo de constituição do saber histórico ao longo do século XIX e XX, não pode mais ser rejeitada em nome de uma suposta transparência do texto historiográfico como a textualização da experiência relatada pelos documentos. Parecem-nos, neste sentido, bastante pertinentes as palavras de Julio Benvivoglio, quando destaca que a obra de White se caracteriza, além da força propulsora para um sem número de investigações produzidas por outros historiadores, por

seu escopo analítico complexo, que dialogava com novíssimos estudos e teóricos da linguagem anglo-saxões e franceses, e possuía uma arquitetura elegante e formalista que destacava nessa moldura formal um conteúdo epistemológico inovador, responsável por inaugurar uma reflexão fundadora no campo da filosofia da história e da história da historiografia (BENVIVOGGIO, 2017, p. 8).

As discussões em torno do tempo histórico, já sabidamente reconhecidas desde a clássica obra de Fernand Braudel, tornaram-se, nos últimos anos, uma outra frente de problemas e de questionamentos de alguns pilares que deram forma à história-disciplina desde o século XIX. Admitimos hoje em dia, sem muitas reservas, a necessidade de pluralizarmos e temporalizarmos a própria experiência do tempo. Esse, como destaca Marlon Salomon, “declinou do singular por meio do qual os historiadores habituaram-se a reconhecê-lo e irrompeu em novas formas, múltiplas, variadas, policrônicas. Era preciso, a partir de então, apresentá-lo no plural e procurar falar em ‘tempos históricos’” (SALOMON, 2018, p. 9). As experiências trágicas do século XX e seus inúmeros horrores reforçaram a convicção de que o tempo progressista, linear e homogêneo de uma certa configuração intelectual que definia o passado como um “outro” (BEVERNAGE, 2021) não conseguia mais explicar as formas contemporâneas de experiência temporal, tensionadas pela emergência de um cronótopo presentista e pelas configurações de uma paisagem social cada vez mais marcada pelo fenômeno da aceleração (HARTOG, 2013; ROSA, 2019; TURIN, 2019). Os debates suscitados pela emergência de uma consciência acerca da pluralização dos tempos históricos levaram os historiadores a reconsiderarem como as culturas distinguem o passado do presente e os gestos performativos que presidem essa distinção (BEVERNAGE; LORENZ, 2013; MUDROVICIC, 2018; VALDERRAMA, 2011).

Essas proposições sugerem, desse modo, a *politização* do tempo histórico, pois, de acordo com as palavras de Fernando Nicolazzi (2019, p. 218), “ao falarmos do tempo, estamos também agindo a partir de uma *política da temporalidade*, uma vez que tendemos a projetar nosso próprio conceito de tempo como entidade universal, subsumindo, assim, as outras experiências temporais em uma forma de hegemônica de historicidade”. A sobrevivência disciplinar da história dependeria cada vez mais de sua capacidade de examinar criticamente os postulados pelos quais eram definidos a natureza passadista das experiências temporais e os próprios instrumentos do seu estudo.

Sob outros aspectos, contudo, essa crise disciplinar parece não encontrar correspondência na realidade. Durante as últimas duas décadas, a produção historiográfica cresceu não apenas em níveis quantitativos, mas também em relação aos seus temas e perspectivas teórico-metodológicas. Se nos restringirmos apenas ao caso brasileiro, a avaliação trienal, no período compreendido entre 2013 e 2016, dos programas de pós-graduação em história indicou a defesa de 1475 teses de doutorado contra 622 na avaliação correspondente ao triênio 2004-2006 (ÁVILA; NICOLAZZI; TURIN, 2019, p. 9). Essa produção distribuiu-se a partir de uma multiplicidade de frentes de investigação e de linhas de pesquisa que certamente apontam para uma inegável vitalidade epistemológica do campo.

O dilema, então, parece se estabelecer definitivamente: falamos profusamente em indisciplinar a história ou, ao menos, em questionar seus princípios metódicos consolidados, enquanto assistimos, ao longo dos últimos anos, um incremento sem precedentes na produção historiográfica disciplinarmente organizada. Há um diálogo de surdos? Ou podemos admitir que há formas e sentidos diversos do que podemos entender por disciplina ou indisciplinar histórica e, desse modo, a produção especializada da universidade e de seus historiadores profissionais não deve se constituir um obstáculo para a reflexão crítica e mesmo desconstrutivista direcionada à história como especialidade?

A solidez da disciplina histórica parece advir de uma grande capacidade de superação de suas crises através da abertura para outros campos e da incorporação de novos “temas”, “métodos” e “abordagens”. Ainda que tal percepção não seja equivocada, de uma forma geral, é importante salientar, como aponta Arthur Ávila, que alguns aspectos dessas reconfigurações podem ser caracterizados como movimentos que provocam fissuras na estrutura disciplinar, a ponto mesmo de desestabilizá-la, sem que a história abandone suas pretensões de cientificidade. Entretanto, os avanços mais significativos na direção do alargamento dos horizontes do campo historiográfico especializado só



serão possíveis, se enfrentarmos as mudanças das condições que deram origem ao regime disciplinar no século XIX. Em outras palavras, não parece ser possível preservar integralmente os mesmos anseios de legitimidade científica que sustentaram a história em outros tempos diante da desestabilização de suas condições de produção, reprodução e legitimação pública (ÁVILA, 2021, p. 6).

Essas questões, que nos causariam “incômodos” em situações com algum grau de normalidade democrática, tornam-se ainda mais sensíveis e desestabilizadores em meio a uma conjuntura marcada por crescente autoritarismo e por sua associação com práticas revisionistas e negacionistas cada vez mais sistemáticas e ampliadas.<sup>1</sup> Longe de ser “uma ciência dedicada aos mortos”, a história se mostra como um importante instrumento político do presente (DALFRÉ, 2021, p. 207). Nesse contexto, um conjunto de historiadores e historiadoras brasileiros têm preconizado, audaciosamente, (in) disciplinar a história.

“História (in)disciplinada” é um lema que estrutura um forte manifesto pela história que tem se estendido pela América Latina nos últimos anos,<sup>2</sup> podendo ser compreendido como um movimento crítico a respeito de uma disciplina que parece se mostrar insuficiente a esses historiadores e historiadoras. Tal como assinala Hayden White (2007, p. 220), o manifesto “é um gênero radical que pressupõe um tempo de crise e que, além disso, essa crise seja manifesta, visível a todos” (WHITE, 2007, p. 220). A pergunta que surge é: como sintoma do que deve ser lido o chamado por uma história (in)disciplinada no Brasil?

<sup>1</sup> Em março de 2019, o porta-voz do governo brasileiro comunicou que o Presidente Bolsonaro determinou que o Ministério da Defesa realizasse as comemorações relativas ao 31 de março. Nesse dia, segundo a narrativa governamental, uma “união entre civis e militares” havia salvado o Brasil da ameaça comunista. Bolsonaro tem sistematicamente negado o golpe e o caráter ditatorial do período entre 1964 e 1985, preferindo denominá-lo como um “regime militar”. Em abril de 2019, por ocasião da visita ao Museu do Holocausto em Israel, Bolsonaro afirmou que, sem dúvidas, o nazismo foi um movimento de esquerda. Também negou que os portugueses tenham sido responsáveis pela escravidão e a culpa por ela teria sido dos próprios escravos, mesmo que os historiadores já tenham demonstrado que os colonizadores trouxeram cerca de 4 milhões de cativos do continente africano. Em 27 de abril de 2020, o Presidente vetou o projeto de lei, aprovado pelo Congresso, que regulamentava a profissão de historiador.

<sup>2</sup> No Chile, os historiadores formularam três manifestos. Ao primeiro, o Manifesto dos Historiadores de 1999, que se realizou em resposta à “Carta aos chilenos”, assinada por Pinochet no final de 1998, se seguiram os de 2004 e de 2007. Os manifestos chilenos se relacionam, expressamente, com a experiência da ditadura militar no país. Agradecemos a Sergio Grez e Pablo Aravena pelas informações enviadas a respeito desses manifestos. No Brasil, nos anos de 2015, 2016 e 2018 foram realizados três eventos denominados “Encontro de História (In)disciplinada”. Sediados na cidade de Porto Alegre, essas iniciativas deram origem a uma importante obra coletiva. Ver ÁVILA; NICOLAZZI; TURIN, 2019. O presente dossiê, de certo modo, dá continuidade e amplia esse movimento de crítica aos fundamentos do conhecimento histórico disciplinado.



O tempo do manifesto é o presente ou, como afirma White (2007, p. 220), o “agora da decisão” propõe, no aqui e agora, um curso de ação para o futuro. Referindo-se ao manifesto marxista, modelo do manifesto político moderno, Jacques Derrida (1993) assinala que, como todo ato performativo, ele inaugura algo novo no presente, chamando à existência algo futuro que, todavia, ainda não é ou está. Ao longo da última década, o manifesto tem sido um gênero ao qual se têm recorrido no âmbito das ciências sociais e na história em particular (JENKINS; MORGAN; MUNSLOW, 2007; ROSEN, 2011; ARMITAGE; GULDI, 2014; COHEN; MANDLER, 2015; JABLONKA, 2016.).

Para os organizadores de *Modern European Intellectual History* (1982), o livro, que se iniciava com um texto de Roger Chartier, teria caráter de manifesto porque “apresentava um conjunto de problemas e de preocupações comuns que intentavam ampliar tanto questões de método quanto aproximações teóricas” (LACAPRA; KAPLAN, 1982, p. 8). Dez anos mais tarde, em 1992, era publicado *Probing the limits of representation: nazism and the final solution*. A questão central discutida pelos seus autores era saber se as categorias tradicionais de conceituação e de representação da história ainda podiam ser consideradas adequadas para dar conta dos “acontecimentos-limite”. No ano de 2006, aparece, em Paris, o *Dictionnaire des Sciences Humaines*. No verbete *histoire*, o “momento historiográfico presente” se define como uma “crise de identidade”, um “tempo de incertezas” e uma “anarquia epistemológica” (MESURE; SAVIDAN, 2006, p. 532-533). Os editores de *Manifestos for History*, publicado em 2007, depois de diagnosticarem que a “história cambaleia” e que “perdeu seu rumo”, apontam que é necessário legislar acerca do futuro da “prática historiográfica” (JENKINS; MORGAN; MUNSLOW, 2007, p. 223). O último manifesto no âmbito do mundo anglo-saxão, ainda que não assuma expressamente esse nome, são as *Theses on Theory and History* (KLEINBERG; SCOTT; WILDER, 2018b), texto que foi traduzido para vários idiomas. Seus autores se definem como membros do *Wild On Collective* e afirmam que o que os uniu foi sua impaciência “com o persistente rechaço da disciplina histórica a comprometer-se com críticas à sua prática: críticas à sua epistemologia realista e metodologia empirista, ao seu fetichismo do arquivo, à sua insistência na primazia da narrativa cronológica e na preservação das fronteiras coisificadas entre presente e passado” (KLEINBERG; SCOTT; WILDER, 2018a).

Em 1982, Hayden White publicou um artigo em que interroga: “O que está envolvido quando se transforma um campo de estudos em uma disciplina (em nosso caso, a história), especialmente no contexto das instituições sociais modernas que foram designadas para que regulem a produção de conhecimento e dentro das quais as ciências físicas funcionavam como o paradigma do

conhecimento científico?” (WHITE, 1982, p. 115). A resposta de White se organiza em dois momentos. Em primeiro lugar, o historiador norte-americano tenta explicar por que houve a necessidade de se transformar a história em uma disciplina e o que isso significa. Posteriormente, White explicita os passos que foram necessários para alcançar esse objetivo. Assim, o papel político que a história desempenhou nesse período de consolidação dos estados-nação está fora de dúvida, pois eles necessitavam de um passado, de uma origem, de uma inscrição na memória que legitimasse sua encarnação em um espaço, em instituições políticas, religiosas e militares, enfim, de um passado ao qual pudessem apelar e cujas referências identitárias constituíssem os marcos temporais que deveriam ser comemorados. Era necessário que pessoas que nunca haviam se visto, nem compartilhado coisas comuns, considerassem a si mesmas como tendo uma “história em comum” (GILLIS, 1994, p. 6-7). Assim, o passado entendido como uma herança compartilhada pode ser celebrado e comemorado de modo a assegurar, desse modo, uma identidade nacional que se projeta em direção a um passado melhor. Essa dimensão “prática” do passado histórico foi reprimida pelos historiadores. Embora o passado tenha sido colocado “a serviço” dos estados-nação, o papel político dos historiadores foi desconhecido. O passado histórico deve ser considerado separado de qualquer interesse prático do presente (MUDROVICIC, 2012).

O ponto, portanto, é: Por que a história deveria se transformar em ciência? A resposta de White é simples: a história deveria se converter no bastião do realismo e ser capaz de distinguir os fatos da ficção e da ideologia. Mas, como isso poderia ser alcançado? Para White, a disciplinarização de um campo de estudos consiste em um conjunto de negações daquilo que se seleciona para ser reprimido com o objetivo de prescrever o que a história pode ser ou não. Em primeiro lugar, se a história é considerada uma classe de conhecimento, deve ser separada da literatura e, em segundo lugar, se o passado é transformado em um objeto de conhecimento, em um “passado histórico”, o Sublime da história deveria ser reprimido.

O primeiro passo, como visto, era separar a história da literatura. Até o século XVIII, a história era um ramo das *belles lettres*, um braço da retórica. Esse esforço de separá-la da ficção e de assumi-la como disciplina científica atravessou todo o século XIX. Esse “nobre sonho”, como o denominava Peter Novick (1988), começa a ser desconstruído pelo giro linguístico. O segundo passo foi abolir o Sublime Histórico. Se o passado era considerado, tal como afirmaram Kant, Schiller e Hegel, como uma grande paisagem de miséria e crimes, seria impossível transformá-lo em um objeto de conhecimento. Para que isso acontecesse, foi necessário suprimir o Sublime Histórico tão claramente expressado por Schiller: o passado visto como um desdobramento de

paixões, violência e irracionalidade. Se vemos “somente os males, as debilidades e as quedas dos maiores impérios que o espírito humano havia criado”, como descreve Hegel, “somente terminaremos com um sentimento de tristeza ante o transitório de todas as coisas” (HEGEL *apud* WHITE, 1982, p. 126). Essa situação anulava qualquer intento de conhecer o passado. O Sublime paralisa, é incognoscível. Para White, a história como disciplina se constituiu sobre esses dois eixos.

Por outro lado, as catástrofes do século XX demonstraram a “anarquia moral” de Schiller; o “terror” de Hayden White a “experiência sublime” de Frank Ankersmit; ou o “sublime negativo” de Dominick LaCapra. Naquilo que Amy Elias (2005) chamou de “culto pelo sublime histórico” se esconde a profunda convicção de que a realidade mostrou uma dimensão desconhecida da condição humana. Não somos mais aquilo que nos haviam ensinado que éramos. Esses eventos deixaram exposta a dificuldade profunda para serem conhecidos. A irrupção do passado em termos de memória e trauma rompeu a clara distinção com o presente, o qual outorgava ao historiador a “distância” necessária para a reconstrução “objetiva” da experiência vivida. O segundo pilar balança. Apesar do florescimento de novas perspectivas historiográficas, os historiadores se manifestam e estão persuadidos de que devem legislar acerca do que a história deve ser. O conhecimento da dimensão retórica da história e a exposição do Sublime Histórico desvelam o que a história havia cuidadosamente reprimido, para que pudesse se transformar em ciência do passado. O abandono das histórias nacionais e dos metarrelatos, a perda do papel político – ainda que reprimido – dos historiadores como garantes da verdade sobre o passado, a crescente superespecialização e, fundamentalmente, o distanciamento dos historiadores da esfera pública, são todos sintomas da crescente fragilidade dos limites disciplinares que haviam sido impostos à história. A pergunta que nasce é: este chamado a (in)disciplinar a história, no Brasil, pode ser lido no contexto dos manifestos que já vinham sendo realizados nos âmbitos europeu e anglo-saxão ou, pelo contrário, se trata de um manifesto “situado” que, desse modo, coloca alguma perspectiva “cega” a outros lugares de enunciação?

O lema “(in)disciplinar a história” enfrenta a tradição, assumindo expressamente a necessidade de se politizar o saber, não apenas da história, mas também das ciências sociais e humanas em geral. Assumir um papel político deixa em evidência um presente que se transforma, claramente, em um campo de disputas entre aqueles que competem para serem os porta-vozes da verdade do passado e querem definir caminhos de ação possíveis. A constituição da história em disciplina, no século XIX, significou sua instrumentalização para a construção de uma noção homogênea da identidade nacional atrelada ao e garantida pelo estado. A repressão do seu papel político foi a contrapartida

da repressão do reconhecimento das pluralidades identitárias e as maneiras pelas quais elas foram silenciadas ou sufocadas no interior da própria historiografia disciplinarmente modulada (OLIVEIRA, 2018; PEREIRA; 2018; RUFER, 2016; SETH, 2021). Assumir explicitamente sua dimensão política é enfrentar o último bastião desse “nobre sonho” do “observador analítico” de Habermas. O desafio de reconhecer plenamente seu aspecto normativo lança, novamente, a história ao espaço público, mas, desta vez, sem a autoridade epistêmica legitimada pelo estado-nação. O historiador deve agora enfrentar os revisionistas, as *fake news*, os negacionistas, os traficantes de verdades “fabricadas na medida” (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021). É nesse primeiro sentido que o lema de “(in)disciplinar a história” coincide com o manifesto dos autores de *Theses on Theory and History*. Ambas propostas, em um contexto global, buscam uma revisão teórica e metodológica da disciplina, para promover uma ativa intervenção nos debates públicos e nas lutas políticas. E o ponto de partida que habilitaria a história para intervir nos debates do nosso tempo é o reconhecimento de sua implicação ética e política. Por outro lado, o lema “situado” no Brasil ajuda a visibilizar o que fica suposto nos manifestos europeus e anglo-saxões: o lugar de produção da disciplina histórica como um lugar hegemônico. O apelo a (in)disciplinar a história a partir do Brasil desnuda a debilidade própria de qualquer identidade construída por uma história que nasce a serviço de um poder hegemônico.

Paul Ricoeur (2003, p. 110-118) assinala as três causas da fragilidade da identidade. A primeira é sua relação com o tempo, a dificuldade primária de permanecer o mesmo através do tempo. Se a promessa de um futuro melhor ajudou os estados-nação na própria sustentação, a “estabilidade” da qual necessita o caráter identitário foi outorgada pela história. A fuga para o futuro da promessa se sustenta na reconstrução retrospectiva de uma nação homogênea que se origina no passado. A segunda causa da fragilidade, Ricoeur a encontra na confrontação com o *outro*. Os *outros* constituem a ameaça latente, reprimida, da identidade. A terceira causa reside na “herança da violência fundadora”. Os acontecimentos fundadores significam a glória para alguns e a humilhação para o resto. A construção do estado-nação necessitava “esquecer” os oprimidos. O pertencimento a um passado remoto da história foi uma política do tempo que excluiu do presente minorias submetidas a relações de dominação. Primeiro foi o giro linguístico; em seguida, o *boom* memorial; mais tarde, o reconhecimento das múltiplas temporalidades e o giro espacial, para mencionar apenas alguns dos desafios enfrentados pela história. Nem um deles expôs tão abertamente o papel que a ideologia cumpre para que as crenças de uns legitimem o poder de outros. “A ideologia, definitivamente, gira em torno do poder”, para dizermos com as palavras de Ricoeur (2003, p. 114). As relações entre história e justiça sempre

foram estreitas (SCOTT, 2020). Normalmente, as lutas e as reivindicações pelos direitos das minorias encontram sempre na história um instrumento jurídico. A justiça foi um âmbito no qual, naturalmente, se reconheceu a competência do historiador para “falar” sobre o real do passado. O veto de Bolsonaro à regulamentação da profissão de historiador talvez tenha exposto o problema de haver subordinado a competência epistêmica da história à lei jurídica.

O chamado a (in)disciplinar a história desnudou a disciplina como um produto de uma cultura hegemônica, fundamentalmente branca, eurocêntrica e secular. Não se trata simplesmente de incorporar as minorias étnicas e culturais e saldar a dívida, escrevendo histórias de mulheres ou de gênero, de indígenas ou da religião, mas de saber se é possível pensar a história por fora dos limites da cultura que a engendrou. Os movimentos que, ao longo das últimas décadas, objetivaram sublinhar as formas pelas quais a regulação disciplinar impunham limites à imaginação histórica tampouco podem ser estudados como meros desdobramentos de um esgarçamento das condições de produção do conhecimento historiográfico especializado ou como simples sinais reflexivos de importantes transformações sociais em curso. Estamos falando de transições e de processos cuja apreensão exige mapeamentos específicos e investigação criteriosa que escapem das seduções fáceis que restrinjam nossas visões e iniciativas a uma simples escolha por mais ou menos ciência histórica. Como já tivemos a oportunidade de afirmar, movimentos por inovação indisciplinada e por preservação das regras do jogo compõem, de um modo mais ou menos explícito, um certo conjunto de procedimentos partilhados, um *ethos* que não se desfaz e se situa sempre nas fronteiras e tensões do campo cientificamente constituído. Disciplina e indisciplinada se retroalimentam, produzindo e reproduzindo incessantemente os seus *insiders* e os seus *outsiders*.

Os dezessete textos de dossiê suscitam algumas breves perguntas finais. Em que medida eles traduzem os movimentos epistemológicos, políticos e éticos que procuramos aqui retratar e que, segundo acreditamos, podem indicar certo “estado da arte” no debate sobre os limites e alcances disso que temos chamado de (in)disciplinarização da história? A quantidade de artigos aqui publicados, pouco comum em dossiês temáticos como o que apresentamos, além de sua estimulante diversidade, sinalizam uma crise na historiografia acadêmica e o correlato esvaziamento dos seus modos institucionais de produção e de reprodução? Ou apontam, inversamente, para um movimento de redefinição de sua identidade disciplinar a partir de formas renovadas de inserção no debate público e de tomadas de posição nos muitos desafios do nosso conturbado tempo presente? Por óbvio, não imaginamos possuir as respostas para essas questões, as quais, por outro lado, não desejamos evitar. Aos leitores cabem ensaiar suas próprias

conclusões. Nesses caminhos e descaminhos da ciência histórica e de suas múltiplas formas de (in)disciplinarização, mapas e guias nunca parecem muito seguros. E talvez assim continuem.

## REFERÊNCIAS

- ABBOTT, Andrew. **Chaos of disciplines**. Chicago: University Chicago Press, 2001.
- ABBOTT, Andrew. **Department and discipline**. Chicago Sociology at one hundred. Chicago: University Chicago Press, 1999.
- ARMITAGE, David; GULDI, Jo. **The History Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. **A história (in) disciplinada**: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. Vitória: Milfontes, 2019.
- ÁVILA, Arthur Lima de. A História no Labirinto do Presente: notas sobre a crise de produção, reprodução e legitimação da historiografia disciplinada contemporânea, texto inédito [cedido pelo autor], 2021.
- BENTIVOGLIO, Julio. Apresentação. In: BENTIVOGLIO, Julio; TOZZI, Verónica (org.). **Do passado histórico ao passado prático**: 40 anos de Meta-história. Serra: Milfontes, 2017. p. 7-10.
- BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. Breaking up time. Negotiating the borders between present, past and future. **Storia della Storiografia**, Pisa, v. 63, n. 1, p. 31-50, 2013.
- BEVERNAGE, Berber. 'A passeidade do passado': reflexões sobre a política da historicização e a crise da passeidade historicista. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, n. 24, v. 1, p. 21-39, 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Paris: Minuit, 1984.
- BRUN, Eric. Interdisciplinary in French social sciences scientific journals. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 60, n. 3, p. 867-894, 2017.



CHARLE, Christophe. Du bon usage des divergences entre histoire et sociologie. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 201-202, n. 1, p. 106-111, 2014.

COHEN, Deborah; MANDLER, Peter. The History Manifesto: a critique. **American Historical Review**, Indiana, v. 120, n. 2, p. 530-542, 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Documento de Área: Área 40. História. **CAPES**. 2016. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/40\\_hist\\_docarea\\_2016.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/40_hist_docarea_2016.pdf). Acesso em: 7 jul. 2021.

DALFRÉ, Andrea Liz. Por uma história (in)disciplinada: historiografia, teoria da história e politização do saber. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 86, p. 207-214, 2021.

DERRIDA, Jacques. **Spectres de Marx: l'état de la dette, le travail du deuil et la nouvelle Internationale**. Paris: Editions Galilée, 1993.

DORAN, Robert. Choosing the past: Hayden White and the Philosophy of History. In: DORAN, Robert (ed.). **Philosophy of History after Hayden White**. London, New Dehli, New York, Sydney: Bloomsbury, 2013. p.1-33.

ELIAS, Amy J. Metahistorical Romance, the Historical Sublime, and Dialogic History. **Rethinking History**, Londres, v. 9, n. 2-3, p. 159-172, 2005.

FABIANI, Jean-Louis. À quoi sert la notion de discipline? In: BOUTIER, Jean; PASSERON, Jean-Claude; REVEL, Jacques. **Qu'est-ce qu'une discipline?** Paris: EHESS, 2006. p. 11-34.

FRIEDLANDER, Saul. **Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"**. London, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1992.

GILLIS, John. Introduction. Memory and Identity: the History of a Relationship. In: GILLIS, John (ed.). **Commemorations: The Politics of National Identity**. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 3-26.

GINGRAS, Yves; PRUD'HOMME, Julien. Les collaborations interdisciplinaires: raisons et obstacles. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n. 210, p. 40-49, 2016.

GINGRAS, Yves; PRUD'HOMME, Julien.; LARIVIÈRE, Vincent. Interdisciplinarité. *In: GINGRAS, Yves; PRUD'HOMME, Julien; LARIVIÈRE, Vincent. **Sciences, technologies et sociétés de A à Z**. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2015. p. 133-135. [Publicado em 17 julho 2018]. Disponível em: <http://books.openedition.org/pum/4321>. Acesso em 08 jul. 2021.*

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HEILBRON, Johan; BOKOBZA, Anais. Transgresser les frontières en sciences humaines et sociales en France. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n. 210, p. 108-121, 2016.

HEILBRON, Johan; GINGRAS, Yves. La résilience des disciplines. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n. 210, p. 21-30, 2016.

HEILBRON, Johan. A regime of disciplines. Toward a historical sociology of disciplinary knowledge. *In: CAMIC, Charles; JOAS, Hans. **The dialogical turn**: Roles for sociology in the post disciplinary age*. Lanham: Rowman and Littfield, 2003. p. 23-42.

JABLONKA, Ivan. **La historia es una literatura contemporánea**. Manifiesto por las ciencias sociales. Buenos Aires: FCE, 2016.

JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun (ed.). **Manifestos for history**. New York: Routledge, 2007.

KLEINBER, Ethan; SCOTT, Joan W; WILDER, Gary. From the authors of the "Theses on Theory and History". **Critical Inquiry**, Chicago, 2018a. Disponível em: <https://critinq.wordpress.com/2018/07/10/from-the-authors-of-the-theses-on-theory-and-history/>. Acesso em: 5 jul. 2021.

KLEINBER, Ethan; SCOTT, Joan W; WILDER, Gary. Theses on Theory and History. **Wild On Collective**, 2018b. Disponível em: <http://theoryrevolt.com/>. Acesso em: 5 jul. 2021.

LACAPRA, Dominick; KAPLAN, Steven. **Modern European Intellectual History**. Ithaca, London: Cornell University Press, 1982.

LAMONT, Michèle. **How Professors Think**. Inside the Curious World of Academic Judgment. Cambridge: Harvard University Press, 2009.



LAMY, Jérôme; SAINT-MARTIN, Arnaud. La frontière comme enjeu: les Annales et la Sociologie. **Revue de Synthèse**, Paris, t. 131, 6. série, n. 1, p. 99-127, 2010.

MESURE, Sylvie; SAVIDAN, Patrick (ed.). **Dictionnaire des Sciences Humaines**. Paris: PUF, 2006.

MUDROVCIC, María Inés. El retorno de la historia retórica y lo sublime histórico: el fin de la política moderna de la representación histórica. *In*: TOZZI, Verónica; LAVAGNINO, Nicolás (org.). **Hayden White, la escritura del pasado y el futuro de la historiografía**. Sáenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2012. p. 91-98.

MUDROVCIC, María Inés. Políticas del tempo, políticas de la historia. ¿Quiénes son mis contemporáneos? **ArtCultura**, Uberlândia, v. 20, n. 36, p. 7-14, 2018.

NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e etnocentrismo: o périplo de tláloc. *In*: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. **A história (in) disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Milfontes, 2019. p. 211-243.

NOVICK, Peter. **That Noble Dream: the 'Objectivity Question' and the American historical profession**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p.104-140, 2018. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414>. Acesso em: 24 ago. 2021.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, 2018.

RENISIO, Yann. L'origine sociale des disciplines. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n. 210, p. 449-467, 2016.

RICOUER, Paul. **La memoria, la historia y el olvido**. Madrid: Trotta, 2003.

ROSA, Hartmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 2019.

ROSEN, Rebecca J. The slow-science manifesto: 'We don't Twitter'. **The Atlantic**, Boston, jul. 2011. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/technology/archive/2011/07/the-slow-science-manifesto-we-dont-twitter/242770/>. Acesso em: 8 jul. 2021.

RUFER, Mario. Nación y condición poscolonial: sobre memoria y exclusión en los usos del pasado. In: BIDAISECA, Karina Andrea (org.). **Genealogías Críticas de la Colonialidad en América Latina, África, Oriente**. Buenos Aires: CLACSO, 2016. p. 275-296.

SALOMON, Marlon. Heterocronias. In: SALOMON, Marlon (org.). **Heterocronias. Estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2018. p.8-38.

SCOTT, Joan Wallach. **On the judgment of history**. New York: Columbia Press University, 2020.

SETH, Sanjay. **Humanidades, universalismo e diferença histórica**. Vitória: Milfontes, 2021.

SORÁ, Gustavo; BLANCO, Alejandro. Unity and fragmentation in the Social Sciences in Latin America. In: HEILBRON, Johan; SORÁ, Gustavo; BONCOURT, Thibaud. (ed.). **The Social and Human Sciences in Global Power Relations**. Springer Verlag, 2018. p. 127-152.

TOZZI, Verónica; LAVAGNINO, Nicolás (org.). **Hayden White, la escritura del pasado y el futuro de la historiografía**. Sáenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2012.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Revista Tempo**, Niterói, v. 24, n. 2, p. 187-205, maio/ago. 2018.

TURIN, Rodrigo. **Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2019. (Coleção Pequena Biblioteca de Ensaios).

VALDERRAMA, Miguel (ed.). **¿Qué es lo contemporáneo?** Actualidad, tempo histórico, utopías del presente. Santiago del Chile: Ediciones Universidad Finis Terrae, 2011.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá e BEVERNAGE, Berber. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, n. 87, p. 13-36, 2021.

VAN RAAN, Anthony. The Interdisciplinary Nature of Science: Theoretical Framework and Bibliometric Empirical Approach. *In*: WEINGART, Peter; STEHR, Nico. (dir.). **Practising Interdisciplinarity**. Toronto: University of Toronto Press, 2000. p. 66-78.

WEINGART, Peter. Interdisciplinarity: The Paradoxical Discourse. *In*: WEINGART, Peter; STEHR, Nico (dir.). **Practising Interdisciplinarity**. Toronto: University of Toronto Press, 2000. p. 25-41.

WHITE, Hayden. Afterword. *In*: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun (ed.). **Manifestos for history**. New York: Routledge, 2007. p. 220-231.

WHITE, Hayden. The Politics of Historical representation: Discipline and De-Sublimation. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 9, n. 1, p. 113-137, 1982.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Lidiane Soares Rodrigues é doutora em História pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal de São Carlos. Desenvolve pesquisas em Sociologia da Cultura com ênfase, sobretudo, nas seguintes temáticas: Sociologia dos Intelectuais; História das Ciências Sociais; Circulação global dos bens simbólicos. É autora do livro *História e Sociologia: capítulos de um diálogo em longa duração* (2020).

María Inés Mudrovcic é doutora em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires e Professora da Universidad Nacional de Comahue (Argentina). Pesquisadora do CONICET. Desenvolve pesquisas na área de Filosofia da História com ênfase, sobretudo, nas seguintes temáticas: História Intelectual; Temporalidades; Epistemologia da História. É organizadora, entre outros livros, de *En busca del tiempo pasado: temporalidade, historia y memoria* (2013).

Alexandre de Sá Avelar é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Universidade Federal de Uberlândia e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desenvolve pesquisas nas áreas de Teoria da História e História da Historiografia com ênfase, sobretudo, nos seguintes temas: Biografia e Escrita da História; Revisionismo e Negacionismo; História Intelectual. É organizador (juntamente com Julio Bentivoglio) do livro *O futuro da História* (2019).

## ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Alexandre de Sá Avelar, Universidade Federal de Uberlândia, Avenida João Naves de Ávila, 2121, Santa Mônica, Uberlândia, MG, CEP 38400902, Brasil

## CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA CRediT

Conceituação: RODRIGUES, Lidiane Soares; MUDROVCIC, María Inés; AVELAR, Alexandre de Sá Avelar.

Curadoria de dados: RODRIGUES, Lidiane Soares; MUDROVCIC, María Inés; AVELAR, Alexandre de Sá Avelar.

Investigação: RODRIGUES, Lidiane Soares; MUDROVCIC, María Inés; AVELAR, Alexandre de Sá Avelar.

Escrita – rascunho original: RODRIGUES, Lidiane Soares; MUDROVCIC, María Inés; AVELAR, Alexandre de Sá Avelar.

Escrita – revisão e edição da versão final: RODRIGUES, Lidiane Soares; MUDROVCIC, María Inés; AVELAR, Alexandre de Sá Avelar.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Não avaliado por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Flávia Varella - Editora-Chefe

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Lidiane Soares Rodrigues, Maria Ines Mudrovcic, Alexandre de Sá Avelar.

## LICENÇA


Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## Descobrir, desapossar: ensaio sobre Michel de Certeau e o lugar da ética na teoria e na historiografia

Discover, Dispossess: Essay on Michel de Certeau and the Place of Ethics in Theory and Historiography

**Douglas Attila Marcelino**<sup>a</sup>

E-mail: [douglasattila@gmail.com](mailto:douglasattila@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-0389-4754> 

<sup>a</sup> Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,  
Departamento de História, Belo Horizonte, MG,  
Brasil

## RESUMO

Neste artigo, os pressupostos éticos relativos às configurações dos domínios de natureza disciplinar são tomados como interrogação central aos estudos de teoria da história e da historiografia. Os riscos do estabelecimento de fronteiras e, portanto, de um modo determinado de se relacionar com o outro são colocados em perspectiva crítica, problematizando-se uma ética da passagem, da travessia e da circulação e, por outro lado, a sua recusa por meio da secundarização do corpo, do cuidado e da vulnerabilidade. Inicialmente, essas reflexões são realizadas a partir de um diálogo com autores diversos para, em seguida, analisarem-se com mais profundidade questionamentos similares realizados por Michel de Certeau. O objetivo é indicar a riqueza de suas formulações e suas consequências em favor de uma ética para os estudos teóricos e historiográficos, sobretudo por permitirem repensar as tendências à apropriação e ao apossamento que podem caracterizar as pesquisas sobre a escrita da história.

## PALAVRAS-CHAVE

Ética. Escrita da história. Michel de Certeau.

## ABSTRACT

This article considers the ethical assumptions related to the configurations of dominions with a disciplinary nature as a central interrogation of studies on the theory of history and historiography. The risks of establishing frontiers and thus of a determined mode of relating with each other are placed in a critical perspective, problematizing an ethics of passage, crossing, and circulation and, on the other hand, its refusal through the secundarization of the body, of care, and vulnerability. These reflections are initially guided through a dialogue with various authors, and then analyzed in greater depth based on a similar questioning carried out by Michel de Certeau. With that, we seek to indicate the wealth of his formulations and their consequences in favor of an ethics for theoretical and historiographic studies, above all because it allows the rethinking of appropriation and possession tendencies that can characterize research about the writing of history.

## KEYWORDS

Ethics. Writing of history. Michel de Certeau.

*O “fazer história” se apoia em um poder político que cria um lugar próprio [limpo] (cidade, nação etc.) onde um querer pode e deve escrever (construir) um sistema (uma razão articulando práticas).<sup>1</sup> (CERTEAU, 2017, p. XIX-XX)*

*Se eu cuspir na sopa, ninguém mais vai querer prová-la: torna-se propriedade minha. O próprio [limpo] se consegue e se mantém com o sujo. Seguimos os comportamentos animais, agrícolas, religiosos, tribais, nacionais, industriais, globais... No entanto, acabo de empregar esse verbo, delimitar, isto é, traçar as fronteiras do lugar em que reino como senhor e dono. O proprietário se fecha dentro de marcas que limitam. “O primeiro que, cercando um terreno, cuidou de dizer: ‘isto é meu’...” (SERRES, 2011, p. 84)*

Essas reflexões de Michel Serres não estavam referidas ao estudo da teoria da história ou da historiografia, mas podem ser úteis à proposição de interrogações acerca de sua relação com a dimensão ética da “operação historiográfica”. Suas preocupações estavam inseridas em um diagnóstico mais geral sobre um suposto “desapossamento do mundo”, fórmula que, embora tomada em perspectiva metafórica, pode ser igualmente relevante para pensar a tendência dos historiadores de instituírem um “próprio”. “Locatários” do mundo, do qual não devemos “tomar posse” ou “habitar”, não nos caberia evitar a “territorialização” dos espaços acadêmicos, a qual tende a torná-los caracterizados por “fronteiras” dentro das quais se poderia pretender “reinar como senhores ou donos”? Não seria característico da teoria e da historiografia o questionamento dos pressupostos éticos que perpassam as configurações dos domínios de natureza disciplinar e suas vinculações com modos de apropriação e de apossamento, ou seja, com a possível (re)produção de formas determinadas de relação com o outro?

Este artigo parte de interrogações como essas, estabelecendo, inicialmente, uma interlocução com autores que, por permitirem um enfoque na dimensão ética e em suas conexões com as relações entre identidade e desprendimento na atividade intelectual, possibilitam compreendê-las dentro de um quadro mais amplo. Questionamentos sobre uma ética da passagem, da travessia, da circulação, ou ainda sobre sua recusa por meio da secundarização do corpo, do cuidado e da vulnerabilidade tornam-se centrais. Assim, formulações de diferentes autores permitem elaborar interrogações que têm em Michel de Certeau seu ponto fundamental de irradiação, problematizando-se

<sup>1</sup> Os textos de Michel de Certeau com tradução para o português foram confrontados com edições francesas, as quais estão indicadas na bibliografia. Optei, certas vezes, por pequenas alterações na tradução. Nos demais casos, traduzi da versão francesa. Cf. CERTEAU, 1975, 1980, 1982, 1990, 2013, 2016.

a existência de uma (contra)tradição filosófica focada na ética, conforme defendido por Wlad Godzich (2000). Apesar do caráter por demais delimitado do que o autor chamou de tradição heterológica, suas teses são bastante relevantes pelos problemas levantados. Além de ultrapassar o recorte por ele realizado, já que comparações com obras mais recentes impedem tomar Michel de Certeau como ponto de chegada, não se pretende aqui, evidentemente, traçar um panorama teórico-filosófico tão amplo quanto o que caracterizou seu esboço da tradição heterológica.

A primeira parte deste texto tem, então, um percurso propositadamente descontínuo. Tratando-se apenas de um ensaio, gênero de escrita marcado pela abertura e pela flexibilidade, não se buscam influências e contatos diretos entre os autores, ou mesmo demarcações estritas de uma tradição de pensamento. Pretende-se, antes disso, colocar suas formulações umas ao lado das outras, indicando relações nem sempre percebidas e que permitem explorar pressupostos éticos comuns de uma determinada prática teórica (oxímoro empregado propositadamente em favor do questionamento de fronteiras por demais restritivas, inclusive no que diz respeito ao uso da linguagem).<sup>2</sup> Decompor e recompor a tradição, questionando-a por meio da indicação de vínculos menos visíveis, constituídos muitas vezes nos intervalos e nas entrelinhas do pensamento: tal é, sem dúvida, uma possibilidade do ensaio.<sup>3</sup> Colocar ideias lado a lado, não atrás ou na frente (o que veio primeiro?), como proposto no título ou nas epígrafes, e explorar metáforas de grande alcance de certos autores, deixando maior abertura para o estabelecimento de relações de sentido pelo leitor parecem modos legítimos de tentar explorar a potência teórica da escrita ensaística.<sup>4</sup> Entendendo que não existe discurso fora de qualquer figuração, tornamo-nos menos prisioneiros de uma busca irremediável por origens gloriosas ou pela pureza do discurso denotativo.

Em uma segunda parte, Michel de Certeau se torna, verdadeiramente, o foco das reflexões, visando-se indicar a riqueza de suas formulações e suas consequências em favor de uma ética para os estudos teóricos e historiográficos. Em pesquisas diversas, mas sobretudo nas suas investigações sobre os místicos cristãos dos séculos XVI e XVII, o autor revalorizou o plano do desejo e, portanto, do corpo como fundamento de

<sup>2</sup> Cabe lembrar o texto de Adorno, segundo o qual o ensaio “não insiste caprichosamente em alcançar algo além das mediações”, “não glorifica a preocupação com o primordial”, privilegiando a “coordenação” à “subordinação” de elementos (2003, p. 27, 40 e 43).

<sup>3</sup> Para além das referências importantes sobre o gênero ensaio (LUKÁCS, 2015; ADORNO, 2003; BENJAMIN, 1984; BENSE, 2018; STAROBINSKI, 2018, entre outros), destaque-se a análise certeuniana de seu emprego por Montaigne e Freud (2005, 2017, p. 331-384).

<sup>4</sup> A escolha desse procedimento de escrita se realizará paralelamente ao agrupamento das referências aos textos dos autores analisados, evitando-se uma proliferação exagerada de citações.



uma ética que, inclusive, se vincularia à dimensão poética da escrita historiadora (ou da retórica, organizada em torno dos tropos que, à forma dos “deslocamentos” que configuram o “trabalho do sonho” freudiano, condicionam a escritura). A dimensão onírica, dos desejos que prefiguram a linguagem, expressando-se nas metáforas e em outras fórmulas de produção de sentido, como os oxímoros tão ao gosto dos místicos, nem sempre é percebida como elemento central da reflexão certeuniana, estando também na base de sua leitura crítica do racionalismo burguês, que, transformando o mundo em uma “folha de papel em branco” (o mito da escritura como base da “economia escriturística”), disseminaria uma ética do trabalho, da produção, da criação humana *ex nihilo* (a historiografia como “operação”, ou as comparações da atividade historiadora com o trabalho fabril, por exemplo).

As reflexões de Michel de Certeau, portanto, remetem igualmente ao plano da ética, da apropriação, do apossamento e suas vinculações com o corpo, o desejo, o onírico, podendo ser colocadas “ao lado” daquelas de Michel Serres e de outros autores examinados na primeira parte. Elas nos conduzem a repensar as fronteiras da teoria e da historiografia, permitindo um confronto com o sentido inusual conferido por Michel Serres à palavra “descobrimento”, ao menos quando posta em relação com suas interrogações éticas sobre as formas que têm sido privilegiadas para a existência humana. Afinal, para Serres, “descobrir” é “desapossar”: desapossar-se do mundo, da vida, da experiência, da beleza... da busca do único e verdadeiro sentido do fazer historiográfico?

## “Ética do passante” e “tradição heterológica”: Michel de Certeau entre outros

Conforme indicado, Michel de Certeau é nosso principal interlocutor, tendo em vista a sua “maneira inimitável” de “atravessar as fronteiras entre os campos de saber como se tal atitude fosse, para ele, uma evidência”. Um viajante, não apenas no sentido literal, como se pode notar por seus deslocamentos no espaço geográfico, mas também no de um “passante” atuando nas fronteiras da história, da linguística, da antropologia, da psicanálise, da filosofia e da teologia (GIARD, 2011, p. 7 e 14). Dessa última, surgiram muitas de suas inspirações, pois era, além de tudo, um jesuíta, mas sua figuração de Deus, esse “passante considerável”<sup>5</sup>, parecia próxima àquela realizada por Michel Serres:

<sup>5</sup> Mallarmé caracterizou Rimbaud como um “passante considerável” (CERTEAU, 1987, p. 297). O próprio Certeau se apresentava como um viajante, segundo Giard, evitando identificações com as figuras do mestre ou do formador de discípulos (CERTEAU, 1987, p. 11).

*Sem leito, sem vagina, sem aqui*: nenhum desses três lugares-referências da propriedade que denominei natural lhe foi dado. Nascido, é verdade, de uma mãe, mas sem nela deixar traços. Nele e com ele começa a história de uma religião original, a de um homem-deus sem matriz, sem leito nem tumba, no máximo da miséria, condenado à morte (SERRES, 2011, p. 97).

“Deus sem lugar, Deus do não lugar”, destacaria Serres, ao qual se poderia oferecer, no máximo, um hotel, uma locação, já que sua figura aparece justamente marcada pela falta dos “três lugares fundamentais” que enraízam o apossamento, a apropriação, enfim, a propriedade: “o útero, a cama e a tumba” (SERRES, 2011, p. 97 e 22). Essa imagem, sem dúvida, parece aproximada do “Jesus itinerante, nu e entregue, ou seja, sem lugar, sem poder e, como o palhaço de H. Miller, *forever outside*, ‘para sempre fora’ de si, ferido pelo estranho, convertido ao outro sem ser mantido por ele”, conforme caracterizado por Certeau (1987, p. 295). Para Serres, por outro lado, teria sido preciso o desapossamento do mundo advindo da difusão, em escala planetária, das formas “suaves” de apropriação/destruição, nessa guerra que a espécie humana tem travado com a natureza, para que todas as formas de propriedade se mostrassem ilusórias: a expansão total das propriedades transformou o mundo em um lugar sem proprietários, tornando inexorável nossa condição de locatários de um planeta em risco de destruição. Sabendo que o mundo natural, para Certeau, também ocupou o lugar do outro da moderna historiografia e sua “economia escriturística” (como ocorreu com o “selvagem”, a criança, a mulher, o “louco”, o “povo”, por exemplo), parece pertinente pensar as configurações da “operação historiográfica” por analogia às relações entre “proprietários” e “locatários” indicadas por Serres.

A perspectiva de dominação do mundo natural, diversas vezes tematizada por Certeau, inclusive em sua conhecida reflexão sobre a historiografia como uma “prática” (2017, p. 64-89), estaria na base do desapossamento do mundo e, portanto, da constituição de nossa condição de simples locatários.<sup>6</sup> Condição, aliás, que o historiador francês encontrou nas práticas espirituais de certos cristãos dos séculos XVI e XVII, afinal, “a mística não tem próprio: é um exercício do *outro* em relação a um *local* dado; ela se caracteriza por um conjunto de ‘operações’ específicas em um campo que não é o seu – por uma maneira de proceder ou de dizer” (CERTEAU, 2015b, p. 37). Assim, à maneira de Labadie, cuja constante “caminhada” desfazia qualquer “concepção ‘sacramental’ do espaço”, o nomadismo dos místicos

<sup>6</sup> Certeau analisou o impacto da psicanálise para uma “nova história da natureza”, problematizando uma “ética do progresso” e suas “ideologias da história que privilegiam as relações do homem com o homem e reduzem a natureza a um terreno passivo” (2011, p. 89).

poderia impedir a cristalização de uma “obra” que fosse um “lugar próprio”. Nesse caso, nada melhor para pensar teoricamente do que o uso das metáforas, tão presentes nos textos de Certeau, para quem “Labadie escreve com seus pés, isto é, geograficamente”. Acumulando “sob seus sapatos as relíquias das terras que atravessa”, Labadie nos permitiria “pensar geograficamente a significação teórica daquela escrita” (CERTEAU, 2015a, p. 471-472), ou seja, a condição de locatário, tal como sugerida por Serres.

O uso de noções similares à de locatário para refletir sobre o lugar de produção intelectual não aparece apenas em Serres ou em Certeau, mas também nas recentes interrogações de Achille Mbembe e sua caracterização de uma “ética do passante”:

Em última análise, não pertencer propriamente a nenhum lugar é “próprio do homem”, uma vez que ele é um composto de outros seres vivos e de outras espécies, e pertence a todos os lugares em conjunto. Aprender a passar constantemente de um lugar para outro deveria ser portanto o seu projecto, uma vez que este é, de todo modo, o seu destino. Mas passar de um lugar para outro é também tecer com cada um deles uma dupla relação de solidariedade e de desprendimento. A essa experiência de presença e de diferença, de solidariedade e de desprendimento, mas nunca de indiferença, chamemos a ética do passante (MBEMBE, 2017, p. 248).

“Passante”, “passageiro”, “passador”: na diversidade de seus conteúdos semânticos, que incluem desde o sentido de viajante, daquele que está de passagem, de forma temporária, até o de alguém que estabelece pontes, permitindo passagens e travessias, essas palavras fornecem os contornos não apenas de uma forma de pensar, mas também de estar no mundo. É preciso, então, “aprender a assumir o nosso estatuto de passagem”, fundamento da criação e da diversidade das culturas, até porque “tornar-se-homem-no-mundo não é uma questão de nascimento nem uma questão de origem ou de raça”. Somente a partir do descentramento, do desprendimento, da interrogação sobre os “não-ditos” que funcionam como condições de possibilidade de qualquer produção discursiva, torna-se possível assumir um “pensamento da passagem, da travessia e da circulação”, tal como proposto por Mbembe (2017, p. 245 e 247-248).<sup>7</sup> Em Certeau, além dos místicos, esse constante deslocamento que impediria a petrificação da identidade poderia ser pensado a partir da “escrita” freudiana como uma complexa

<sup>7</sup> A noção de “não-dito” aqui utilizada, em referência ao texto de Michel de Certeau (2017, p. 47-51), não está presente no livro de Achille Mbembe.

relação entre uma “dívida” e uma “partida”, tal como ocorreria ainda com outros de seus “objetos” de estudos.<sup>8</sup>

É interessante notar que a percepção dessa condição do homem, de não pertencer a nenhum lugar, é também tomada como fruto de uma perda: “o século XXI abre com uma confissão, a da extrema fragilidade de todos”. Mbembe se perguntaria, então: “o preço a pagar para viver e para pensar livremente” estaria relacionado à “posição de quem não tem nada a perder, porque, em certa medida, já renunciou desde o início a possuir o que quer que seja ou já perdeu tudo ou quase tudo?”. Foi também a possibilidade de destruição total, de perda de tudo, que abriu a perspectiva senão “de uma possível universalidade, pelo menos de uma ideia da Terra como aquilo que nos é comum, a nossa condição comum”. Trata-se, portanto, de “uma ética que diz que só quando nos afastamos de um lugar temos condições para nomeá-lo e para habitá-lo”, ao mesmo tempo em que, na atual “era da Terra”, torna possível uma outra relação com o planeta (MBEMBE, 2017, p. 243-244 e 248-249).

Por outro lado, Michel Serres, ao explorar a noção de “reserva”, seja no sentido do desprendimento das coisas do mundo (nosso “dever de reserva”), seja no das reservas do mundo natural que estão sendo aniquiladas, também ressaltou essa relação entre a perda e a fragilidade que nos constitui:

De fato, não há mais propriedade além de minha reserva, ou seja, de meu próprio nicho. Meu casacão *a minima*. Meu país: minhas páginas. Dada sua fraqueza, dada essa fragilidade que gosto de dizer ontológica, essa sua miséria, esse seu vazio... que formam, a meu ver, o próprio do Homem... cada um tem o direito, vital e natural, à moradia (SERRES, 2011, p. 108).

Como se vê, a condição de “locatário”, tal como a de “passante” ao modo de Mbembe ou de Certeau, parece relacionada a pressupostos não exatamente epistemológicos, mas a uma condição ontológica de fragilidade, ou mesmo, no caso dos dois últimos autores, a questionamentos éticos: uma “ética do passante”, um saber “heterológico”. Esta última noção, utilizada por Michel de Certeau para caracterizar as “ciências do outro”, como a historiografia, a psicanálise, a etnologia, a pedagogia, a psiquiatria e as “ciências religiosas”, remete ao principal traço do projeto que elas teriam em comum: “escrever a voz”. “Citando-o”, “traduzindo-o”, por meio de toda uma

<sup>8</sup> Existem homologias no tratamento cerateuniano do deslocamento e do desapossamento da linguagem pela mística, pela escrita freudiana, pela possessão, pelos movimentos de maio de 1968, ou ainda pelas práticas ordinárias (2017, p. 267, 1994b, 1994a).

“maquinaria” que toma esse outro por aquele que não sabe o que diz (a “fábula” como uma “função poética” da linguagem), esses saberes “geram os seus produtos graças a uma passagem pelo outro”. Assim, uma “erótica”, um desejo advindo dessa falta do outro, que impede a escritura moderna de se colocar no “lugar da presença”, estaria na base da constituição dessas “ciências da fábula” que, ao menos desde os últimos dois séculos, alteram não apenas esse outro ao classificá-lo, mas também a si mesmas, já que ele retorna de forma muitas vezes despercebida (CERTEAU, 1994a, p. 253ss.).

Não foi por menos que Wlad Godzich considerou Michel de Certeau um autor fundamental na constituição de uma “contradição filosófica” de natureza “heterológica”, para a qual a ética, antes mesmo da epistemologia (com sua propensão normativa, de transformação do outro em objeto ou, como destacaria Serres, de dominação “suave”),<sup>9</sup> torna-se fundamental (GODZICH, 2000). Essa tradição, além de questionar as pretensões totalizantes da compreensão hegeliana da “História” como uma complexa marcha da “Razão”, teria colocado em perspectiva crítica as ramificações institucionais dessa leitura filosófica da história. Isso ocorreu não apenas no que diz respeito aos anseios de conformação do Estado, mas também na sua dimensão menos evidente de legitimação dos campos disciplinares. É nessa medida que certas interrogações, segundo Godzich, tenderiam a ser produzidas não de dentro, mas de fora da tradição filosófica de teor epistemológico, tendo em vista o risco do estabelecimento de um vocabulário propenso à promoção de outros modos de institucionalização. A relação que se estabelece com o outro, nesse caso, torna-se fundamental à formulação de certas pressuposições ontológicas e éticas, sobretudo porque esse outro não pode ser reduzido a um objeto visado por um sujeito do conhecimento. Ao contrário, ele deve ser compreendido como aquele por meio do qual nos constituímos como seres éticos: em meu encontro com o outro, descubro minha responsabilidade por sua existência, que estaria na raiz de todas as minhas decisões éticas subsequentes (GODZICH, 2000, p. XVI).

Sem dúvida, a referência aqui é a daquele que, para Godzich, teria formulado de modo mais acabado essa leitura que confere primazia à ética em relação à epistemologia: Emmanuel Levinas. Em seus estudos, Levinas recusou as pretensões de totalização do sujeito presentes em diferentes correntes filosóficas (tal como na leitura hegeliana, e também, na sua ótica, na heideggeriana), indicando que uma responsabilidade infinita pelo outro deveria anteceder as preocupações com o “ser”, com a “verdade”, com a “autenticidade”. À liberdade, entendida como valor primeiro, deveria se antepor

<sup>9</sup> Conforme se pode notar na afirmação de Serres sobre a transformação do mundo em representação (2011, p. 104).

a justiça, tal como na tematização do rosto do outro, figura utilizada por Levinas para destacar a imposição ao eu da responsabilidade por sua existência. O tema da “epifania” do rosto do outro, com sua “pobreza essencial”, sua “nudez expressiva”, permitiu a Levinas indicar um momento ético inicial, anterior ao conhecimento em suas bases epistemológicas, o que permite localizá-lo no cerne dessa tradição heterológica (LEVINAS, 1971; 1978; 1993; 2008, p. 69-75).

Esse primado da ética poderia ser estendido a autores não inseridos por Godzich na tradição heterológica, mas de forte inspiração nas formulações de Levinas. É o caso de Judith Butler e suas preocupações com uma nova ontologia da relacionalidade social centrada no corpo, da qual decorreria uma ética da responsabilidade, caracterizada pelo valor da não violência (BUTLER, 2019; 2017). Como a precariedade da vida nos torna dependentes do outro para a própria sobrevivência, seria preciso, segundo Butler, partir de uma ontologia do corpo, considerando nossa vulnerabilidade como condição primária. Antes mesmo da formação do “eu”, já nos encontraríamos lançados no mundo como corpo, pois “o corpo é irremediavelmente não limitado”, “está fora de si mesmo, no mundo dos outros”, e seu limite “nunca pertence plenamente a mim” (BUTLER, 2015, p. 84-85).

Nessa perspectiva, uma ética da não violência deveria responder a essa condição de precariedade radical da vida humana, partindo da vulnerabilidade do outro, da responsabilidade pela manutenção da sua existência independentemente do modo como me interpela. O próprio Mbembe, antes mencionado, fundamentaria suas ideias sobre a constituição de um sentido de comunidade em uma época de expansão das “políticas de inimizade” em torno de princípios éticos relacionados ao valor da vida e de uma “relação de cuidado”. É possível, nesse caso, encontrar semelhanças com as preocupações de Butler e Levinas: “como fundar uma relação com os outros baseada no reconhecimento recíproco da nossa vulnerabilidade e finitude comuns?” (MBEMBE, 2017, p. 10). Dessa forma, “admitir que viver é sempre viver exposto, inclusive à morte”, deveria ser um ponto de partida para pensar a humanidade, ao menos nos termos de Franz Fanon, para quem, segundo Mbembe, “essa humanidade em criação é um produto do encontro com ‘o rosto do outro’, aquele que também ‘me revela a mim mesmo’”. Assim, só existe humanidade “quando nos deixamos afetar pelo rosto do outro; quando o gesto está ligado à fala, a uma linguagem que irrompe do silêncio” (MBEMBE, 2017, p. 232-233).

A não ser no caso de Butler, que toma Emmanuel Levinas como principal interlocutor, é importante ter cuidado com qualquer generalização sobre um determinado autor como inspiração principal de uma tradição com contornos definidos. O mais interessante nas

ideias de Godzich, por sua vez, é sua ressalva acerca daqueles que, menos focados nos debates ontológicos, voltaram-se para o problema da “materialidade da linguagem”, estabelecendo formulações centrais à compreensão dos fundamentos éticos de uma tradição heterológica. É o caso, por exemplo, de Clifford Geertz, autor para quem as relações com o outro deveriam ser governadas, em primeiro lugar, por “considerações éticas” (GODZICH, 2000, p. XV). É nesse sentido que Godzich retomou o último parágrafo da parte introdutória de *O saber local*:

Ver a nós mesmos como os outros nos veem pode ser revelador. Ver que os outros compartilham uma natureza conosco é meramente decente. Mas, é na realização de longe mais difícil de nos vermos entre outros, como um exemplo local das formas que a vida humana toma em certo lugar, um caso entre casos, um mundo entre mundos, que surge a grandeza de espírito, sem a qual a objetividade é autocongratulação e a tolerância, falsa. Se a antropologia interpretativa tem qualquer função geral no mundo é a de continuar reensinando essa verdade furtiva (GODZICH, 2011, p. 14, tradução nossa).

Não é realmente difícil encontrar, em várias passagens dos textos de Geertz, considerações de natureza ética relativas às formas de lidar com o outro, as quais atravessam sua caracterização da antropologia interpretativa. Interrogando-se fundamentalmente sobre o papel das culturas, Geertz tomou como tarefa do antropólogo aumentar o universo de compreensão humano a partir do diálogo com o outro em sua radical diferença, fazendo sobressair aspectos fundamentais da existência que permitem, por meio de uma perspectiva dialógica, uma autorreflexão e historicização do nosso próprio modo de vida:

Olhar as dimensões simbólicas da ação social – arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum – não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas. A vocação essencial da antropologia interpretativa não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que outros deram [...] e assim incluí-las no registro de consultas sobre o que o homem falou (GEERTZ, 2008, p. 21).

Se pressupostos de natureza ética são fundamentais nas reflexões de Geertz, a importância da “materialidade da linguagem” apontada por Godzich pode ser percebida, sobretudo, pela presença dos estudos sobre os usos da língua, entendida esta última



por meio dos “atos de fala”, de uma pragmática, o que explica a persistência de críticas aos excessos da abordagem estrutural e a valorização de obras como as de Ludwig Wittgenstein, tal como aconteceria em Michel de Certeau.<sup>10</sup> De fato, Certeau foi o autor central das reflexões de Godzich, que ressaltou o quanto preocupações éticas tornavam igualmente peculiar sua forma de lidar com a teoria, já que o historiador francês rejeitava o estabelecimento de um “lugar teórico” completamente desconectado da prática. Assim, a impressão primeira de uma postura anti-teórica ou da ausência de teoria ficaria logo refutada pela leitura de seus textos, bastante densos do ponto de vista teórico, embora ele mesmo sempre tivesse evitado assumir o “lugar” do teórico ou do pensador da história. É preciso, portanto, compreender a ética da historiografia de modo mais detalhado no que diz respeito às interrogações de Michel de Certeau.

## Interrogações certeunianas sobre ética e escrita da história

Essa recomposição do lugar da teoria por Michel de Certeau guarda relação com pressupostos de natureza ética que devem ser compreendidos a partir de suas vinculações com uma pragmática da linguagem, atenta aos usos e, portanto, ao plano da escrita como uma prática. É nesse sentido que podemos entender sua afirmação de que “o estético, no fundo, é apenas o aparecer ou a forma da ética no campo da linguagem” (CERTEAU, 2011, p. 111). Em outras palavras, como uma prática, a linguagem tem também uma lógica e está submetida aos usos sociais, seja na forma das táticas, das apropriações culturais por aqueles que não detêm uma linguagem própria, seja pelas estratégias por meio das quais os lugares de fala são instituídos. É igualmente nessa perspectiva que podemos compreender a busca, em seus estudos sobre as “práticas ordinárias”, de “homologias entre as astúcias práticas e os movimentos retóricos”, ou ainda de uma regra que “organiza ao mesmo tempo uma arte de fazer e a arte poética de dizer, pintar ou cantar” (CERTEAU, 1994a, p. 103 e 157).

Os próprios “objetos” de estudos de Certeau ajudam a entender essa perspectiva, sobretudo se considerarmos, como Denis Pelletier (2018), o estabelecimento de uma relação de certo “companheirismo” com determinados sujeitos do passado. Parte de sua ética historiográfica, essa atitude não deixava de pressupor um afastamento e, portanto, uma atenção à historicidade, o que permitia estabelecer um jogo complexo no qual o estudo do passado servia à produção de uma “diferença

<sup>10</sup> Wittgenstein foi interlocutor fundamental no ensaio “Descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”, de Clifford Geertz, e no livro *A invenção do cotidiano*, de Michel de Certeau (além das menções em outros relevantes estudos dos dois autores).



inovadora”, que não o tomava como “espelho” ou “origem”, e atentava para as “resistências” que os textos contêm em relação às tentações do anacronismo (CERTEAU, 1973, p. 171-180; CERTEAU; MIREILLE, 2002, p. 171). É o que pode ser dito da análise sobre Nicolau de Cusa e sua negação de uma metalinguagem para a teoria, ou ainda das diversas aproximações entre a dimensão estética (poética) da história e as “maneiras de fazer”, como nas indicações do “valor teórico do romance” (em Freud, por exemplo) e de que as mesmas práticas se produzem “ora num campo verbal, ora num campo gestual” (CERTEAU, 1994a, p. 153).

Assim, ao reler Michel Foucault e Pierre Bourdieu a partir das teses de Ludwig Wittgenstein sobre a “linguagem ordinária”, Certeau ressaltou que “as táticas formam *um campo de operações dentro do qual se desenvolve também a produção da teoria*”. Em sua interpretação sobre os escritos freudianos, por outro lado, destacava-se que “*a prática construtora do texto é a teoria*”, ou ainda que “*a teoria, em Freud, se exerce a partir e no interior da ficção*”. Em termos históricos, sua perspectiva indicava que um maior distanciamento entre teoria e prática teria acompanhado a “divisão entre as ideias e o trabalho”, que se acentuou com a difusão das Luzes: “segundo uma concepção bastante tradicional na *intelligentsia* francesa, desde o elitismo do século XVIII, convencionou-se que não se introduzirá na *teoria* o que se faz na *prática*” (CERTEAU, 1994a, p. 152; 2017, p. 362-263, p. 17 e 57). Na sua perspectiva, reivindicar um “próprio”, o “lugar da teoria”, seria já estabelecer um contrato enunciativo que recompõe, em última instância, essas fronteiras entre o pensamento e as práticas, as ideias e o trabalho.<sup>11</sup> Trata-se de um uso, de um emprego da linguagem relativo a um contexto de referência e, conseqüentemente, do estabelecimento de uma relação com o outro. Existe, portanto, uma ética (uma estética) da linguagem.

O trabalho com a linguagem por meio do qual ela mais se aproximaria da beleza, segundo Certeau, era o da poesia, uma prática não autorizada em uma instituição ou na referencialidade de um “real”, mas apenas na sua “formalidade”, recordando novamente a figura do “passante”: “em poesia, não se habita senão o lugar que se deixa, não se cria senão a obra da qual se separa, não se obtém a duração senão destruindo o tempo”.<sup>12</sup> Essa caracterização da poesia, de fato, parece corresponder à “experiência” enquanto prática da palavra instauradora de um “novo lugar que é o eu”, tal como na constituição de uma “região interior” e da “intenção” como fundamentos

<sup>11</sup> O tratamento do tema também pode ser visto em várias obras de Jacques Rancière (para uma aproximação, conferir RANCIÈRE, 2000). No caso de Michel de Certeau, algumas páginas de *A invenção do cotidiano* sintetizam suas ideias (1994a, p. 145-149).

<sup>12</sup> Trata-se de uma citação de René Char (CERTEAU, 2015a, p. 482).

da escrita mística do início da época moderna. Esse “espaço que o querer produz na linguagem, atravessando-a”, é aquele de “um passante que é um sujeito que quer”, um sujeito sem identidade, que “se traça por um branco, o ‘eu’, um lugar ‘vazio’” (CERTEAU, 2015a, p. 255-276), tornando-se a base de “libertação do princípio ético”:

O espaço do “interior” corresponde à *libertação do princípio ético*. Essa zona de franqueza marca, com efeito, uma diferença do querer em relação à lei das coisas ou da escrita; ela é o afastamento criado pelo ato que estabelece essa diferença e que, por si anárquico, não está ligado e determinado por nada; ela transgride a ordem dos fatos para afirmar um lugar/não lugar de começo. Com efeito, estamos ainda no problema do começo (ou dos iniciantes), mas enquanto ele tem forma ética. O discurso místico abre o campo de um conhecimento diferente pelo postulado ético de uma liberdade: “Eu/tu posso/podes (re)nascer” (CERTEAU, 2015a, p. 272-273).

Esse recorte de um “interior” confere um “lugar ao sujeito falante” que é aquele de um querer não definido por um objeto, mas formador de um “desejo ligado a nada”, base do “princípio ético” de “uma indeterminação do querer”. Essa “estranha região” relativa ao eu, figurada como um “país interior”, um espaço de “trânsitos”, de “passagens”, seria um “lugar invisível e silencioso onde revoluções se produzem antes de virem à luz”. Por outro lado, “bem longe de constituir um ‘próprio’”, esse querer indeterminado provocaria “uma metaforização geral da linguagem”, permitindo a produção de sentidos para aquilo que parece fugidio, mas deixa sempre seus traços. É justamente por isso que podemos compreender a importância da poesia como uma das práticas de escrita privilegiadas entre os místicos, tendo em vista a experiência de um sujeito que, tal como aquele de Serres ou de Mbembe, se aproximaria da “figura do ‘abandono ou do desapego’”, do “desapropriado”, lembrando a vulnerabilidade primeira que Butler, com base em Levinas, indicou como princípio da ética (CERTEAU, 2015a, p. 264-278).

A esse abandono ou desapego, seria vinculada uma abertura desmedida ao outro, já que, ao “querer in-finito” do “espaço interior”, corresponderia um “sim ilimitado”, colocando em primeiro plano as formas de emprego da linguagem e, portanto, seu papel como mantenedora de uma relação (CERTEAU, 2015a, p. 276-278). Talvez por isso, ao analisar como essa relação recompunha o valor dos enunciados, Certeau tenha mencionado Levinas, referindo-se ao modo como uma proposição passava a ser examinada não apenas como verdade ou mentira, mas também como o “ser o *outro*”

da linguagem, indefinidamente”.<sup>13</sup> Não se poderia esquecer, por outro lado, que esse “querer in-finito”, esse desejo em sua forma mais pura, “sem mistura de circunstâncias que não dependem dele”, deveria ser compreendido como “um laboratório no qual se isolaria um corpo”. Novamente, uma ética primeira remeteria ao corpo, esse “corpo-teatro que o sofrer ‘atormenta’ e ‘suplicia’”, que o “faz gozar ferindo-o”, tal como na relação entre prazer e dor constantemente indicada nas experiências místicas (CERTEAU, 2015a, p. 272-276; 2015b, p. 227). Corpo, de fato, que se tornou um esquecido da ciência moderna, já que, como forma primeira de lidar com o outro, a “cena do corpo” estava na contramão das teses cartesianas:

Diferentemente de Descartes, tudo se passa como se a cena não fosse mais a “pequena glândula” na qual ele localiza o “combate” entre a alma e os espíritos, mas toda a extensão de um corpo despedaçado, cujas partes, como de um órgão, são tocadas pelo sofrer, e como se o drama refluísse aquém mesmo da paixão que Descartes colocava como primeira, fora de série, única a não ter “contrário” e a escapar do esquema binário, – a admiração, cujo objeto “espanta” e “surpreende”, “antes de sabermos se esse objeto nos é conveniente ou não”. A cena mística se situaria nesse ponto zero da paixão. “Aurora”, como diz Jacob Boehme, manhã noturna na qual os “objetos” não se distinguem ainda, mas na qual já se produz a “surpresa”, arrebatamento que abre ao querer o espaço de escolha no grande dia. Em outras palavras, o discurso é fixado na condição de possibilidade das paixões e de sua “revisão” ou classificação ulterior. O que ele designa também como um retorno ou um acesso ao “indistinto” e ao “confuso” (CERTEAU, 2015b, p. 228).

Corpo ferido, despedaçado, fragmentado, que é objeto de um arrebatamento: a vulnerabilidade humana aparece aí demarcada, assim como o foco na “relação” e o caráter repentino, surpreendente, da “experiência” ou da “cena mística”. O sonho e o poema, por sua vez, supririam a incapacidade das histórias de atingir aquilo que, à forma de uma canção, acometeria primeiro o corpo: “a experiência mística, portanto, tem geralmente o ritmo de um poema, que se ‘ouve’ como se entra em uma dança”. Assim, “o corpo é ‘informado’ (ele recebe a forma) do que lhe acontece bem antes que a inteligência tenha disso conhecimento”. Ao modo dos índios xamãs, que “partem para a floresta com ruídos incontáveis, em busca de uma música – um canto de ave ou de vento – que faça nascer neles o que eles ainda não sabem”, o místico seria arrebatado,

<sup>13</sup> Michel de Certeau fazia referência à distinção entre o “dizer” e o “dito”, segundo Levinas, mas a passagem indicada parece, igualmente, uma interlocução com o autor de *Autrement qu’être ou au-delà de l’essence* (CERTEAU, 2015, p. 279).

expressando, por meio de sonhos ou “ruídos poéticos”, aquilo que somente poderia ser manifestado pela abertura de um espaço de ficção (CERTEAU, 2015a, p. 478-479).<sup>14</sup> O corpo, acima de tudo, seria o lugar de expressão dessa relação com o outro:

Espalhando o *corpus* místico inteiro, “há” (*Es gibt*) essas ressonâncias de corpo tocado, “gemidos” e ruídos de amor, gritos quebrando o texto que eles induzem, lapsos enunciativos em uma organização sintagmática de enunciados. Seriam os análogos linguísticos da ereção, ou dessas lágrimas nas quais Raymond Lulle reconhecia o próprio *dizer* místico [...] (CERTEAU, 2015b, p. 237-238).<sup>15</sup>

Nessa perspectiva, as “aliterações, rimas, assonâncias, ritmos e vocalizações” como “efeitos de um acréscimo sobre o dito” expressariam justamente essa relação primeira, com o outro, a qual se configuraria no plano do desejo e, portanto, do corpo. Da mesma forma, “lapsos de vozes sem contexto, citações ‘obscenas’ de um corpo, barulhos em suspense” tornavam-se formas desordenadas de impressões que certificavam a existência do outro e, ao mesmo tempo, a expectativa de sua “impossível presença”. Essas formas de “dizer do sofrer”, as quais não surgem “senão em fragmentos, como trechos de um refrão ou de uma conversação na memória”, dariam origem, então, a poemas que indicavam como a vinculação com o outro, a partir de uma vulnerabilidade primeira, estava na base de uma ética (CERTEAU, 2015b, p. 238-239). Uma ética, portanto, que, apesar das significativas diferenças em relação ao presente de Michel de Certeau, aproximaria sua leitura da historiografia como heterologia das práticas escriturárias dos místicos cristãos dos séculos XVI e XVII.

Não eram, por outro lado, “as paronomásias, aliterações, rimas e outros jogos fônicos” como formas de “transgressão oral” da organização semântica do discurso que estavam no cerne de uma “ética da fala”, tal como encontrada por Certeau nessa outra heterologia, a psicanálise lacaniana? Literário, esse retorno da voz possuiria uma função poética, manifestando-se nos deslocamentos e nas deformações que a relação com o outro efetua na linguagem e tornando necessário o ouvido acurado do analista para a sua identificação: “essa água sonora espalha-se através da paisagem sintática em que ela insinua deslizes, delícias e delírios de um não-sabido.

<sup>14</sup> A comparação das práticas xamânicas com as dos místicos cristãos dos séculos XVI e XVII acompanha as referências certeunianas às populações indígenas, haja vista suas viagens e os conhecimentos por ele produzidos no contexto latino-americano.

<sup>15</sup> Sobre as relações entre práticas indígenas e místicas, Fonkoua (2018) questionou a retomada menos ampla de textos certeunianos nos estudos pós-coloniais (a tese da difícil assimilação de seu pensamento contradiz o retorno a Derrida, Deleuze e Foucault).

O ouvido do analista exerce-se precisamente para entender os murmúrios e as vicissitudes dessas outras linguagens”. Por outro lado, a literatura, desde Freud, forneceu os modelos da análise psicanalítica nos estudos sobre o chiste, os sonhos, os mitos, entre outros, tal como ocorreria igualmente com Lacan, pois “a psicanálise é uma prática literária da linguagem”. O mais importante, por sua vez, é a valorização da dimensão ética, a qual, inclusive, foi apontada por Certeau como um dos motivos da retomada lacaniana dos textos místicos (CERTEAU, 2011, p. 215-216).<sup>16</sup>

Nessa volta aos místicos, o tema da “alma” ganharia destaque, entendida como aquilo que “permite a um ‘ser’ – um ‘ser falante’ – suportar o intolerável de seu mundo” (CERTEAU; MIREILLE, 2002, p. 167). Teríamos aqui, portanto, um princípio fundamental, desenvolvido no seminário *A ética da psicanálise*, pelo qual a ética se demarcaria pela relação que o desejo estabelece com o impossível (LACAN, 1986). No caso do “fenômeno místico”, estaria em jogo não “um processo psicológico fundado sobre os complexos ou pulsões”, mas “um êx-tase no qual a existência se funda como ‘coragem’ ética relativa a esse mundo ‘intolerável’” (CERTEAU; MIREILLE 2002, p. 167). Tal como na ética da prática psicanalítica, para os místicos, o uso da palavra funcionaria como um “exercício do desejo”, sentido não muito distinto daquele conferido à prática da literatura:

A ética é a forma de uma crença desvinculada do imaginário alienante em que ela supunha a garantia de um real e, portanto, transformada na fala que diz o desejo instituído por essa falta. À semelhança do *Godot* de Beckett, o outro não é, portanto, somente o fantasma de um Deus rechaçado da história em que, no entanto, permanece gravada a passagem de seus crentes, mas a estrutura geral cuja teoria é tornada possível pela eliminação da positividade religiosa e pela aceitação de seu luto (CERTEAU, 2011, p. 228).

Referindo-se à leitura de Lacan sobre a ética cristã, Certeau ressaltava, portanto, o quanto ela estava relacionada não à identificação ao “objeto”, mas à rejeição de tal ilusão, tornando-se uma prática permanente da palavra advinda do luto daquela positividade e permitindo lidar com o desejo para que ele não se tornasse absoluto, à forma de um imaginário alienante. A referência à literatura não é sem significado, tendo em vista que a ficção corresponderia à abertura desse espaço a

<sup>16</sup> São citados por Michel de Certeau, como exemplos da retomada dos textos místicos por Lacan, Hadewijch de Antuérpia, Mestre Eckhart, a *Imitação de Cristo* ou *Internelle consolation*, Lutero, Teresa de Ávila e Angelus Silesius (CERTEAU, 2011, p. 225).

partir do qual os desejos e, portanto, a relação com o outro poderiam se expressar. Assim, a afirmação de uma “estética” e de uma “erótica”, na ética lacaniana do sujeito falante, estaria na base da “‘ascese’ de amparar o desejo que não é apoiado por nenhum ato” (CERTEAU, 2011, p. 228). Por outro lado, se, para Certeau, a afirmação de uma “erótica” fazia parte das mesmas mudanças que, atravessando o início da modernidade, teriam permitido a constituição da ciência mística, cabe destacar uma diferença fundamental: “o discurso místico se caracteriza por uma não-estabilidade da diferença sexual”. Essa “não-estabilidade”, ou os “traços incestuosos” do amor místico, inclusive, estaria na base das reflexões de Lacan sobre a “alma”, o que corresponderia a essa outra faceta da ética que é impossível desenvolver aqui (CERTEAU; MIREILLE 2002, p. 167).

Essa prática interminável da linguagem, fundamento da ética na relação entre o desejo e o impossível, não poderia ser representada pela figura do “passante”? Por outro lado, a “passagem”, tal como uma caminhada pela cidade ou outras práticas da vida ordinária, não envolveria uma ética com traços semelhantes, configurando uma sabedoria inapropriável, da qual os sujeitos que dão testemunho dela “são afinal os locatários e não os proprietários” (CERTEAU, 1994a, p. 143)? Reconhecer o lugar do outro, assumir a figura do “passante”, por outro lado, é também assumir a historicidade, evitando a “territorialização” e abrindo espaço à reflexão sobre o tempo como um impensado que representa, justamente, “a impossibilidade da identidade ao lugar”. Assim, “o problema da história inscreve-se no lugar desse sujeito que é, em si mesmo, dinâmica da diferença, historicidade da não identidade a si” (CERTEAU, 2011, p. 67). Encontram-se aqui ecos da reflexão levinasiana sobre a ética, pois esse sujeito desapossado e historicizado é aquele que, tal como no “romance histórico” freudiano, abandona “essas produções ‘obedientes’ à lógica do lugar e do nome, instituídas como saber pelo enraizamento em um solo”, submetendo-as às deformações que a “escrita”, sempre inseparável de um retorno do recaiado, produz. À maneira de Levinas, evita-se assim, portanto, um “logos do desvelamento do ser, transformado em compreensão dos ‘fatos históricos’”, pelo qual “a posse é a forma por excelência sob a qual o Outro torna-se o Mesmo tornando-se meu” (CERTEAU, 2017, p. 378).

Compreende-se, nesse caso, que a ficção tenha sido condenada como um “resto”, um “lixo”, uma “sujeira”, que deveria ser esquecida em favor do discurso científico. O modelo idealizado, nesse caso, seria o da matemática, definida pela “capacidade que seu discurso possui de determinar as regras de sua produção, de ser ‘consistente’ (ou seja, sem contradições de seus enunciados), ‘limpo’ (isto é, sem equivocidade) e



restritivo (impedindo, por sua forma, qualquer rejeição de seu conteúdo)”. A ficção, não tendo “espaço próprio”, operando por metáforas e movimentando-se, imperceptível, no campo do outro, retornaria na figuração da linguagem: “o excluído, insinua-se de novo, neste lugar ‘limpo’ [*propre*], instala-se aí, suscita a inquietação, torna ilusória a consciência segundo a qual o presente julga estar em ‘sua casa’, fixa aí seu esconderijo”. Assim, “esse ‘selvagem’, esse ‘ob-sceno’, esse ‘lixo’, essa ‘resistência’ da ‘superstição’ vai inscrever aí – à revelia do proprietário (o ego) ou contra ele – a lei do outro” (CERTEAU, 2011, p. 55 e 72).

A historiografia, privilegiando a lógica do discurso científico, por meio de operações como “a analogia, a coerência, a identidade e a reprodução”, visou também tornar-se “limpa”/“própria”,<sup>17</sup> escamoteando, por exemplo, suas fundamentações retóricas, como nas “alterações, inversões, equívocos ou deformações que utilizam os jogos com o tempo (as ocasiões) e com o lugar identificatório (as máscaras) na relação com o outro”. Ao fazê-lo, apagando tudo aquilo que a vincula ao corpo – por exemplo, a antiga “teoria das paixões”, que, segundo Certeau, teve grande importância até fins do século XVIII –, talvez ela tenha renegado justamente sua dimensão ética (CERTEAU, 2011, p. 99 e 67). Se pensarmos, por sua vez, na relação entre a ética e a fala, tal como na perspectiva lacaniana antes indicada, talvez possamos compreender essa mutação também como uma perda da palavra, que acompanha o apagamento da voz indicado por Certeau. Curiosamente, ao tratar das cidades contemporâneas, o historiador francês ressaltou que, “quanto mais linguagem há, menos se fala”, mencionando ainda o surgimento de uma “sociedade do espetáculo” na qual a produção desenfreada de enunciados lembraria as metáforas usadas por Serres sobre a poluição e o lixo como sintomas de nosso desapossamento do mundo e, portanto, de nossa perda do diálogo, da fala: nessas sociedades, “as mensagens são abundantes, saturam a atmosfera e a cada dia é preciso limpar as cidades de latas inteiras de lixo; mas seu burburinho cria uma ausência da palavra”. Também nesse caso, o problema era realmente o da expansão desenfreada da propriedade, da acumulação e do lucro, já que “nada controla também interiormente o doce e monstruoso inchamento do possuir” (CERTEAU, 2012, p. 238-239 e 236).<sup>18</sup>

<sup>17</sup> Na língua francesa, a palavra *propre* pode significar tanto “próprio” quanto “limpo”, conforme fartamente explorado ao longo do livro de Michel Serres já mencionado (2011) e, também, por Michel de Certeau.

<sup>18</sup> Jogando não apenas com a dualidade entre “limpo” e “sujo”, mas também entre “duro” e “suave” para indicar as formas de apropriação, Serres explorou a suavidade como metáfora da poluição das cidades e do excesso de produção de sentidos (2011, p. 83).

Os aspectos indicados sugerem a importância de refletir sobre uma ética primeira que, na perspectiva cerтеаuniana, também parece referida a uma vulnerabilidade inicial, a qual, antes de qualquer coisa (até mesmo da diferenciação sexual), interliga o eu ao outro, o desejo ao impossível. Parece pertinente, portanto, analisar suas formulações sobre a ética e a escrita da história por relação àquilo que já foi destacado sobre os textos de autores como Michel Serres, Achille Mbembe e Judith Butler, ou ainda, para retomar a formulação de Godzich, àquilo que definiria os contornos de uma contradição heterológica. No caso dessa última tradição, por outro lado, se considerarmos sua caracterização pelo valor conferido às questões éticas e ontológicas, como fez Godzich, não devemos esquecer da preocupação de Michel de Certeau com a historicidade. É nesse sentido que podemos compreender suas críticas a certa “tentação ontológica”, encontrada nos usos da psicanálise por Jung, ou ainda sua identificação de “vestígios de um ontologismo” em pressuposições totalizantes acerca do que seria a realidade (CERTEAU; MIREILLE, 2002, p. 40).

Por outro lado, destaque-se a indicação cerтеаuniana de que a emancipação da ética se configurou historicamente a partir da separação entre religião e moral nos séculos XVI e XVII, tendo em vista que, durante a Idade Média até o século XVI, “a referência ao Deus único organiza conjuntamente uma revelação histórica e uma ordem do cosmos; ela faz das instituições cristãs a legibilidade de uma lei do mundo”. A relativização da leitura cristã (ao mesmo tempo em que as “formalidades” de suas práticas acabavam sendo mantidas por domínios que, aos poucos, autonomizavam-se, como o político) estaria na base dessa emancipação, pela qual “a ética desempenha[ria] o papel antes atribuído à teologia” (CERTEAU, 2017, p. 152-153). Nessa perspectiva, portanto, a própria ética precisa ser considerada historicamente, aspecto não necessariamente negligenciado por Godzich, tendo em vista sua indicação de que a valorização da “materialidade da linguagem” distinguiu autores como Certeau e Geertz dentro da tradição heterológica. Além disso, na leitura cerтеаuniana, historicizar não implica livrar-se de condicionamentos, já que a escrita da história parece configurar-se em uma complexa relação entre a “dívida” e a “partida”, entre a necessidade do luto e a percepção da impossibilidade de sua plena realização. Parece totalmente pertinente, desse ponto de vista, pensar uma ética da escrita da história a partir das reflexões cerтеаunianas.

## “Passante”, “locatário”, “viajante”: a “função fábula” da escrita da história?

Estabelecer mediações e não subordinações, aproximar fragmentos de pensamentos sem recair na busca do originário, essa foi a dinâmica discursiva estabelecida, sobretudo,



na primeira parte deste ensaio. Não se pretendeu desvendar determinações ou definir contornos de uma tradição intelectual, mas apenas encontrar possíveis aproximações de autores diversos de um centro específico de preocupações. O esforço de Godzich (2000), por exemplo, foi muito mais sistemático do que o aqui realizado, e contém, inclusive, vários autores não mencionados nas páginas anteriores. É o caso de Michel Foucault, igualmente reivindicado como parte do que foi chamado de contradição heterológica, principalmente pelo deslocamento que operou em relação ao pensamento epistemológico, já que também permitiu compreender seus limites atuando “por fora”, a partir de suas reflexões sobre as “formações discursivas”. Não obstante, apesar da maior preocupação de Foucault com os discursos enquanto práticas, sobretudo a partir de *A arqueologia do saber*, não encontramos tão claramente em suas obras uma valorização das formas de apropriação cultural por parte de grupos marginalizados em sua luta contra a maquinaria do poder: poderíamos dizer que ele esteve mais focado nas “estratégias” discursivas do que nas “táticas” elaboradas por aqueles que, não dotados de uma linguagem própria, precisam operar no campo do outro. Não é por menos que podemos encontrar, seja no texto clássico “A operação historiográfica”, seja nas resenhas de livros de Foucault, certo afastamento crítico realizado por Michel de Certeau, particularmente no que diz respeito a uma possível ausência de autoquestionamento acerca do seu lugar de produção discursiva: pretenderia Foucault erigir seu pensamento em filosofia, dotar-se de um “próprio” (CERTEAU, 2017, p. 46-47; 2011, p. 148-149)?<sup>19</sup>

Sem dúvida, isso não implica retirar Foucault da tradição heterológica estabelecida por Godzich, inclusive, por toda sua relevância nas reflexões sobre ética e pela inversão por ele operada em uma história da ciência (fundamental em sua formação) excessivamente centrada nos problemas epistemológicos. A dificuldade de uma delimitação mais restritiva, no entanto, indica o risco da procura por contornos muito definidos para as tradições intelectuais e, por isso, uma aproximação fragmentária e descontínua de pensamentos diversos, quando realizada em torno de uma problemática fundamental, pode recobrar sua pertinência. Colocar pensamentos lado a lado, fomentando distanciamentos e aproximações nem sempre visíveis: o exercício em si como “forma” de produção de inteligibilidade visa revalorizar a abertura e a flexibilidade da elaboração teórica, sem que isso signifique descentrar o estudo de uma interrogação mais importante. É o caso das fronteiras da teoria e da historiografia, problemática que, abordada pela via da ética (uma ética da passagem, da circulação, da travessia, como se queira chamar), adquire contornos específicos, que permitem, até mesmo, conferir

<sup>19</sup> Cabe destacar as mudanças na trajetória de Foucault, sobretudo as preocupações éticas relativas ao “cuidado de si” do segundo volume de *História da sexualidade* (FOUCAULT, 2009, 1984; DELEUZE, 1991). Além disso, sua presença nos textos certeuanianos é inquestionável.

mais relevância aos estudos sobre a escrita da história, tal como se pode perceber em um autor insuspeito nesse âmbito como Michel de Certeau. Não foi por menos, portanto, que o historiador francês, esse “passante considerável”, tornou-se o centro de irradiação das principais preocupações aqui formuladas.

De fato, a forma peculiar de compreensão da teoria permitiu a Certeau valorizar o estudo da história enquanto escritura (uma historiografia) sem relegar para segundo plano outras práticas igualmente fundamentais da “operação historiográfica”. Nessa perspectiva, interrogam-se práticas diversas por meio das quais o passado é constituído como passado, sobretudo se considerarmos o corte estabelecido pela historiografia moderna entre presente e passado, base fundamental da qualificação desse último como “passado histórico” (CERTEAU, 2017). A escritura, sem dúvida, foi um elemento central dessa operação conquistadora, conforme se poderia notar pelo lugar conferido à voz, ao corpo, enfim, àqueles que também foram transformados nos outros da moderna historiografia (tal como os já mencionados anteriormente: o “selvagem”, a criança, a mulher, o “louco” etc.). Muitas vezes não nominado, aparecendo apenas pelos deslocamentos operados a partir de sua presença na forma do recalco do discurso científico, esse outro seria, de fato, o fundamento de sua inevitável historicidade. Juntamente com a escrita, muitas outras operações, envolvendo um recrutamento de pessoas, procedimentos técnicos, enfim, outras práticas sociais foram importantes na instituição da história como domínio próprio, possibilitando seu estabelecimento como campo disciplinar específico. Compreender esses usos e práticas referidos à constituição do passado em passado histórico é permitir o aparecimento de uma “diferença inovadora”, dotando de historicidade a “operação historiográfica” e abrindo um campo de possibilidades para pensar outras formas possíveis da escrita da história.

Nesse caso, talvez metáforas como as do “passante”, do “locatário”, do “viajante” ou do “desapossamento” possam servir à reflexão sobre os fundamentos éticos dessa escrita, ou ainda de sua estética, se considerarmos, com Michel de Certeau, que a estética corresponde à ética no campo da linguagem. À maneira do “locatário” de Serres ou do “passante” de Mbembe, o “místico viajante” certeuniano “está sempre em busca por um corpo ou lugar poético”, o que remete à dimensão primeira do arrebatamento ou da imprevisibilidade advinda da interpelação ocasionada pela relação com o outro, tal como na figura do “rosto” que surge repentinamente, em Levinas, ou ainda na ontologia do corpo, de Butler, com suas consequências para uma “ética da responsabilidade”. Como escrita, nesse caso, a história seria também desapossamento, contendo novamente alguma semelhança ao místico viajante, esse “passante fantástico”, que, assim como

“um barco à deriva”, entrega-se a “um desejo sem nome”, “não tem mais fundamento nem fim”:

É místico aquele ou aquela que não pode parar de andar e que, com a certeza do que lhe falta, sabe de cada lugar e de cada objeto que não é *isso*, que não se pode residir *aqui*, nem se contentar com *isso*. O desejo cria um excesso. Ele excede, passa e perde os lugares. Ele faz ir mais longe, alhures. Ele não habita em parte alguma (CERTEAU, 2015a, p. 481-482).

Se, como destacou Certeau, a ética poderia ser entendida como uma “atitude que não se conforma com uma ordem das coisas e cujo critério não é mais a lei (tempestuosa e pacificadora) da realidade”, e ainda, se a fábula é “a poética de uma ética”, trata-se, portanto, da necessidade de reconhecer algo da “função fábula” na linguagem historiográfica. A relação do desejo com o impossível como base da ética, portanto, ganha seus equivalentes na escrita: na poética, como criadora de temporalidade, “invenção de espaço em uma prisão”; na fábula, como retomada repentina da linguagem por uma voz que, assim como um “passante”, não tem lugar fixo e prende-se ao corpo, colocando em questão as tendências de apropriação ou, nos termos de Serres, de “apossamento do mundo” (CERTEAU, 2015b, p. 294 e 132; CERTEAU; MIREILLE, 2002, p. 173). É claro, por outro lado, que essa função poética da fábula que interliga a escrita com uma ética não poderia deixar de tensionar-se com a faceta “institucionalizante” da historiografia, configurando a complexidade de um discurso fendido entre uma “dívida” e uma “partida”, como nos “romances históricos” freudianos. É claro também, por outro lado, que essa faceta ética que vincula determinadas práticas com o desejo do impossível não diz respeito apenas à escrita, tornando-se necessário pensar uma recomposição mais geral da “operação historiográfica”. Talvez, à forma de um “passante”, que se permite a leitura de documentos antigos à procura de uma “diferença inovadora”, o historiador possa estar sempre repensando os fundamentos éticos do conjunto de suas práticas.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. *In*: ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 15-45.

BENJAMIN, Walter. Questões introdutórias de crítica do conhecimento. *In*: BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 49-79.

BENSE, Max. O ensaio e sua prosa. *In*: PIRES, Paulo Roberto (org.). **Doze ensaios sobre o ensaio**: antologia serrote. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2018. p. 110-124.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A escritura da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A fábula mística**: séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015a. v. 1.

CERTEAU, Michel de. **A fábula mística**: séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015b. v. 2.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994a.

CERTEAU, Michel de. **Histoire et psychanalyse entre science et fiction**. Paris: Gallimard, 2016.

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CERTEAU, Michel de. **L'Absent de l'histoire**. Paris: Mame, 1973.

CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975. (Collection Folio/Histoire).

CERTEAU, Michel de. **L'invention du quotidien I : Arts de faire**. Paris: Gallimard, 1990.

CERTEAU, Michel de. **La culture au pluriel**. Paris: Christian Bourgois Éditeur, 1980.

CERTEAU, Michel de. **La fable mystique I (XVI<sup>e</sup> - XVII<sup>e</sup> siècle)**. Paris: Gallimard, 1982.

CERTEAU, Michel de. **La fable mystique II (XVI<sup>e</sup> - XVII<sup>e</sup> siècle)**. Paris: Gallimard, 2013.

CERTEAU, Michel de. **La faiblesse de croire**. Paris: Seuil, 1987.

CERTEAU, Michel de. **La prise de parole et autres écrits politiques**. Paris: Seuil, 1994b.

CERTEAU, Michel de; MIREILLE, Cifali. Entretien, mystique et psychanalyse. **Espaces Temps**, Paris, n. 80-81, p. 156-175, 2002. Disponível em: [http://www.persee.fr/doc/espaspat\\_0339-3267\\_2002\\_num\\_80\\_1\\_4209](http://www.persee.fr/doc/espaspat_0339-3267_2002_num_80_1_4209). Acesso em: 5 fev. 2020.

CERTEAU, Michel de. Montaigne : «Des Cannibales». In: CERTEAU, Michel de. **Le lieu de l'autre**. Paris: Gallimard/Seuil, 2005. p. 249-263.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FONKOUA, Romuald. "Prises" et "reprises de paroles". Michel de Certeau au miroir des "écrivains subalternes". **Les Dossiers du Grihl**, Paris, fev./mar. 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/dossiersgrihl/6922>. Acesso em: 10 dez. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIARD, Luce. Um caminho não traçado. In: CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 7-41.

GODZICH, Wlad. The further possibility of knowledge. *In: CERTEAU, Michel de. **Heterologies**: discourse on the Other.* Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 2000. p. VII-XXI.

LACAN, Jacques. **Le séminaire, livre VII** : l'éthique de la psychanalyse. Paris: Seuil, 1986.

LEVINAS, Emmanuel. **Autrement qu'être ou au-delà de l'essence**. Paris: Kluwer Academic, 1978.

LEVINAS, Emmanuel. **Dieu, la mort et le temps**. Paris: Éditions Grasset & Fasquelle, 1993.

LEVINAS, Emmanuel. **Éthique et infini**. Paris: Fayard, 2008.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalité et infini**: essai sur l'extériorité. Paris: Martinus Nijhoff, 1971.

LUKÁCS, Georg. Sobre a forma e a essência do ensaio: carta a Leo Popper. *In: LUKÁCS, Georg. **A alma e as formas**: ensaios.* Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 31-54.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

PELLETIER, Denis. Histoire, littérature et psychanalyse. Michel de Certeau et l'école des *Annales* (1974-1975). **Les Dossiers du Grihl**, Paris, fev./mar. 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/dossiersgrihl/6840>. Acesso em: 2 fev. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **Le partage du sensible**. Paris: La Fabrique-Éditions, 2000.

SERRES, Michel. **O mal limpo**: poluir para se apropriar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

STAROBINSKI, Jean. É possível definir o ensaio? *In: PIRES, Paulo Roberto (org.). **Doze ensaios sobre o ensaio***: antologia serrote. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2018. p. 12-26.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Douglas Attila Marcelino é professor associado de teoria da história e história da historiografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e autor, entre outros, de *O corpo da Nova República: funerais presidenciais, representação histórica e imaginário político* (FGV, 2015) e *Historiografia, morte e imaginário: estudos sobre racionalidades e sensibilidades políticas* (Alameda, 2017). Recebeu o Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2009, o Prêmio de Pesquisa Anpuh-Rio 2012 e o Prêmio Literário Biblioteca Nacional 2016. É bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenador do grupo de pesquisa Ritualizações do poder e do tempo: grupo de estudos em teoria e historiografia (UFMG).

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4134, Belo Horizonte, MG, CEP 31270-901, Brasil.

### FINANCIAMENTO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processos n. 307735/2018-4 e 421973/2018-8.

### CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

### APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

### MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

### EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado  
Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada  
Luisa Rauter Pereira – Editora Executiva  
María Inés Mudrovic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Douglas Attila Marcelino.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 1 de junho de 2020.

Aprovado em: 10 de março de 2021.



## Causalidade e intencionalidade: uma contribuição ao debate sobre dimensão explicativa da historiografia

Causality and intentionality: a contribution to the debate on the explanatory dimension of historiography

**Cristiano Alencar Arrais**<sup>a</sup>

E-mail: [cristiano\\_arrais@ufg.br](mailto:cristiano_arrais@ufg.br)

<https://orcid.org/0000-0001-7831-1376> 

<sup>a</sup> Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de História, Programa de  
Pós-Graduação em História, Goiânia, GO, Brasil

## RESUMO

O procedimento explicativo faz parte do processo de reconstrução do passado. Embora tenha sofrido um processo de relativização nas últimas décadas, defendo que o procedimento explicativo deve ser ressaltado, tendo como base, preliminarmente, o reconhecimento da relação entre os conceitos de referente e representação os quais reintroduziram o tema da historicidade na teoria da história. Minha hipótese de trabalho sustenta que os fundamentos reconstrutivos dos historiadores, quando fatorizados, enfatizam a noção de intencionalidade como princípio estruturante da explicação histórica. Além disso, incorpora elementos causais e teleológicos em seu procedimento explicativo. Ademais, a historiografia apresenta um caráter multidescritivo, não se opondo à espinha dorsal das reflexões tropológicas. Assim, o exame da lógica interna das explicações históricas refuta as teses relativistas, geralmente expressas nas argumentações pseudo-históricas que confundem explicações diferentes com explicações divergentes.

## PALAVRAS-CHAVE

Explicação histórica. Teoria da história. Causalidade histórica.

## ABSTRACT

The process of reconstructing the past comprises the explanatory procedure. Although relativized in recent decades, this article argues the need for emphasizing such procedure, based on the acknowledgment of the referent–representation relationship, which reintroduced the theme of historicity in the theory of history. My hypothesis states that historians’ reconstructive bases reinforce the role of intentionality as the structuring principle of historical explanation. Moreover, considering the multi-descriptive nature of historiography, which does not object to the core of tropological reflections, examining the internal logic of historical explanations counters relativistic theses – generally expressed in pseudo-historical arguments that confound different explanations with divergent explanations.

## KEYWORDS

Historical explanation. Theory of history. Historical causality.

## Introdução

Há algumas décadas, a discussão acerca do conceito de causa foi praticamente abolida da historiografia. O pluralismo interpretativo e o reconhecimento da dificuldade em enumerar e hierarquizar distintos componentes causais em eventos tornaram “causa” um termo em extinção no vocabulário do historiador.<sup>1</sup> Em substituição, terminologias indiretas como “influência”, “impulso”, “motivos”, “bases”, “fundações”, “componentes”, “fatores”, “contribuições”, entre outras, tornaram-se mais frequentes.<sup>2</sup> Fischer (1970, p. 186) atribuiu essa alteração no campo a uma tentativa de mascaramento de uma obsessão explicativa própria dos historiadores, que tentavam “esconder seus modelos de explicação causal de todos – incluindo de si mesmos”. Já no provocativo ensaio de tons weberianos de Paul Veyne, direcionado à historiografia francesa, o filósofo entendia a causalidade como uma categoria não aplicável ao mundo sublunar da história, caracterizada pela simples descrição do que se passou e pelo flerte com truísmos que nada acrescentam ao conhecimento da realidade: “a causalidade é confusa e global, a história só conhece casos específicos de causalidade que não se saberia transformar em regra: as ‘lições’ da história são sempre acompanhadas de

<sup>1</sup> Ao longo da década de 1970, os contornos de tal movimento já podem ser identificados, conforme registrado por François Dosse (1992; 2003a; 2003b). Esse fenômeno também pode ser observado no esvaziamento da discussão que tomou conta do periódico *History and Theory* entre as décadas de 1960 e 1970, além de importantes obras que abordaram o tema. Também John Tosh (1984), acompanhado anos depois por Green & Troup (1999) - indicou a dificuldade do tratamento do termo, em oposição à tendência reconstrucionista de E. H. Carr em *What is history?* (1961). Por último, é importante lembrar que, em 1973, em *Metahistory*, uma das consequências gerais que Hayden White extrai de seu estudo é que os modos possíveis da historiografia por ele estudados são “formalizações de intuições poéticas que analiticamente os precedem e que sancionam as teorias particulares usadas para dar aos relatos históricos a aparência de uma explicação” (WHITE, 1995, p.14). Também Iggers (1997) descreve esse ambiente de rejeição às reconstruções analíticas, associadas ao realismo e ao quantitativismo.

<sup>2</sup> A título de índice desse fenômeno, em levantamento realizado no site do maior repositório de artigos científicos qualificados do Brasil, o Scientific Electronic Library Online (SciELO), foram obtidas 5.881 referências ao termo “causa” associado ao resumo, sem restrição de período. Desse total, apenas 0,66% tinha relação direta com a historiografia. O levantamento não tem a ambição de generalização, mas de constatação de uma condição específica da historiografia brasileira, que remete ao fenômeno anteriormente indicado. Dados obtidos para uma população de 5.881 artigos, com margem de erro de 1,71% e nível de confiança de 99%. O tamanho da amostra foi de 2.891 artigos. Na base de dados, foram encontrados ao menos 40 periódicos com interface com a área de história. O exame qualitativo dos resultados indica que o percentual encontrado é ainda menor, já que os artigos selecionados com essas características (1. Possuem o termo “causa” em seu resumo; 2. Foram publicados em revistas da área de história ou que tenham interface com a mesma) não propõem uma estratégia explicativa explícita em seu escopo ou a elidem. Resultados semelhantes foram encontrados nos três periódicos brasileiros vinculados à teoria da história e à história da historiografia: *História da Historiografia*; *Revista de Teoria da História*; e *Expedições*. Termos como “explicação histórica” e “causa” (ou causalidade), vinculados ao título ou palavra-chave de artigos, foram registrados em apenas 06 produtos ao longo da existência dos periódicos. Disponível em: <https://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>. Acesso entre 29 e 31 de maio de 2020. Para o cálculo estatístico, foi utilizada a ferramenta SOLVIS. Disponível em: <https://is.gd/FdrAhd>. Acesso em 31 mai. 2020.

restrição mental” (VEYNE, 1998, p. 131). Por último, Ankersmit (2001, p. 162), em sua réplica às críticas de Peres Zagorin acerca do pós-modernismo na historiografia, publicada nas páginas de *History and Theory* ainda no início da década de 1990, observou que, na historiografia, só é possível falar em causa e efeito no âmbito das alegações: “textos são tudo o que temos, e podemos apenas comparar textos com outros textos”, mas nunca poderemos comparar nossas conclusões comparando um texto escolhido com o “passado em si”.<sup>3</sup>

Diante dessas alegações, filósofos da história tentaram construir abordagens mais flexíveis para o tratamento da questão, como nos casos de Dray (1959) que elaborou um modelo de explicação por “razões” e do modelo misto proposto por Walsh (1968), o qual agregou explicações “semiteleológicas” à abordagem reconstrutiva colligwoodiana. No Brasil, esforço notório foi feito pelo filósofo Ivan Domingues (1996, p. 187) que propôs, ao mesmo tempo, a manutenção de um modelo causal “fraco”, em analogia à explicação probabilista e aberta ao contingente, e a ampliação do leque de procedimentos explicativos, a fim de abarcar tanto as explicações causais “quanto as explicações genética, estrutural, funcional e mesmo finalística”.<sup>4</sup> Domingues seguia as importantes considerações produzidas por Max Weber (1992), para quem a análise causal está implícita no processo de seleção da realidade e está condicionada ao tipo de interesse concreto manifesto sobre um processo histórico. Proceder-se-ia, nesse caso, à criação de modelos de transcurso temporal com a eliminação de um ou vários elementos da realidade, tendo como referência, para esse fim, as “regras da experiência” e a “referência às fontes”.<sup>5</sup>

Essa consideração inicial sustenta o objetivo precípuo desse artigo, qual seja, identificar o tipo de procedimento lógico geralmente utilizado na historiografia para a construção das cadeias causais entre eventos. Meu recorte se direciona à relação

<sup>3</sup> A posição de Frank Ankersmit sofreu reformulação ao longo dos anos seguintes ao debate com Zagorin, conforme registrou Malerba (2016) sobre as críticas produzida por Paul Roth àquele autor. Essa mudança pode ser observada também no cotejamento entre as posições registrada nos dois artigos publicados na *History and Theory* e em sua obra mais recente, *Meaning, truth, and reference in historical representation* (2012), bem como no artigo publicado em 2013, na *Rethinking History*, em resposta às críticas de Roth.

<sup>4</sup> Importa mencionar os trabalhos de Costa (1982), Martins (1989) e, especialmente, Costa Lima (1989), os quais, de fato, apresentaram à historiografia brasileira a discussão sobre o tema da explicação histórica, bem como o conjunto de questões associadas ao tema da busca por causas na escrita da história.

<sup>5</sup> Mesmo não sendo o objeto desse trabalho, a contribuição de Max Weber para essa discussão é significativa, especialmente no que concerne à proposição de um modelo compreensivo analítico que se concentra na interpretação da ação social, a fim de obter uma explicação de suas causas, de seu curso e de seus efeitos. Weber se concentra, portanto, nas bases lógicas e inteligíveis das condutas dos atores sociais. Essa discussão já se encontra desenvolvida, sobremaneira, por exemplo, em: SELL, 2012; EKSTRÖM, 1992; RINGER, 2002; SENEDA, CUSTÓDIO, 2016.

assimétrica entre o passado – entendido aqui como a experiência humana que é legada ao presente na forma de vestígio, e a história, a representação da experiência, a narrativização temporalizada dos vestígios.

Com base nessa distinção, divido meu argumento em duas premissas: a primeira, que serve de substrato a partir do qual desenvolvo meu exame acerca do tema da explicação histórica, avalia a relação entre representação e referente com o objetivo de reintroduzir o tema da historicidade na teoria da história, sem recorrer à filosofia hermenêutica, conforme encontrado, por exemplo, em Gadamer ou Ricoeur, ou à estetização da historiografia, como desenvolvido por Frank Ankersmit e Hans Kellner.<sup>6</sup> O livro de Arthur Danto, *Analytical Philosophy of History*, publicado em 1964, é exemplar dessa abordagem porque propõe a noção de assimetria temporal e constrói uma caracterização positiva da relação entre a historiografia e referente.

Já a segunda premissa dedica-se ao tema da explicação e defende a irreduzibilidade da categoria “causa” à sua versão nomológica em virtude da pluralidade de conjunções e disjunções associados inteligibilidade própria à explicação histórica. Aproprio-me da abordagem produzida por Georg Henrik von Wright em *Explanation and understanding*, de 1971, para examinar a estrutura explicativa produzida pelos historiadores. Com base nessas considerações, proponho que distintos modelamentos explicativos coexistem na historiografia, absorvendo a noção de intencionalidade e de silogismo prático, confirmando o caráter multidescritivo da historiografia.

Tais premissas oferecem os fundamentos para a argumentação que perpassa este texto, qual seja, de que o procedimento explicativo é próprio da história. Com essa observação, não pleiteio produzir uma modelagem disciplinadora a ser seguida pelos historiadores ou algum tipo de lei abrangente da qual o raciocínio histórico seria deverdor. Esse caminho foi percorrido por filósofos da ciência que tentaram inutilmente se adaptar às proposições de Karl Hempel, o que se provou infértil e pouco dialógico. De modo inverso, por meio da análise da historiografia, procuro identificar o núcleo duro, racional de nosso procedimento ilativo, composto por sentenças declarativas sobre o passado e por um ato de fala performativo.<sup>7</sup> Além disso, ao reconhecer a relação assimétrica

<sup>6</sup> Sem objetivar contornar a análise dessas importantes teorias da história, as ideias desses autores foram examinadas por um conjunto de analistas brasileiros que, ao longo dos últimos anos, têm se dedicado a esses temas, entre os quais se destacam: DA SILVA, 2015; DUQUE-ESTRADA, 2000; NALLI, 2006; BENTIVOGLIO, TOZZI, 2017; MENDES, 2020.

<sup>7</sup> As características mencionadas se referem a apenas uma das dimensões da historiografia, objetivamente definida neste trabalho como uma “estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa”, conforme a delimitação de Hayden White (1995, p. 11). Embora parta da definição whiteana, enfatizo a decomposição analítica de seus fatores, especialmente no que concerne a uma proposta construcionista

entre experiência e representação, recupero a espinha dorsal das teses construtivistas, que liberta os historiadores do “fardo da história”, colocando-a a serviço do presente, conforme a definição whiteana de “passado prático” (WHITE, 2010; CÉZAR; ÁVILA, 2016; LORENZ, 2017). Esse posicionamento permite realizar uma argumentação não normativa em defesa da dimensão explicativa da história, com base na lógica interna de suas alegações e no uso da história da historiografia e da história política brasileira contemporânea.

## O reconhecimento da assimetria entre passado e história é um pressuposto da historiografia

A ideia central em *Analytical Philosophy of History* parte da rejeição da perspectiva genealógica sobre a história, visto que esse modelo reconstrutivo pressupõe a existência de uma predeterminação racional sobre os acontecimentos. A crítica a esse modelo explicativo está ligada à rejeição às filosofias da história de tipo especulativo. Willian Dray (1969 p. 88) definiu-as como um tipo de reflexão, cujo interesse está “além da compreensão normalmente buscada pelos historiadores”, já que se preocupa com o “significado” ou padrão que se projeta na história. Também Maurice Mandelbaum (1952) observa a tendência eminentemente explicativa dessas reflexões, seja porque elas pressupõem que o curso dos acontecimentos é inevitável, seja porque constroem modelos explicativos aplicáveis a todos os eventos e a processos históricos, independentemente do rumo dos acontecimentos. Nos dois casos, elas se distanciam da noção de lei encontrada nas Ciências da Natureza, seja no interior da lógica dedutiva, na qual são obtidas regras de derivação do tipo “E implica em S”, seja pela lógica indutiva, do tipo “E confirma S”, cujo raciocínio leva a melhor previsão possível com base em certas evidências (PUTNAM, 1975). Já a crítica de Arthur Danto a esse tipo de filosofia da história investe, sobretudo, sobre o caráter assimétrico de sua temporalidade: se conseguimos fazer algo ou agir sobre o futuro, o futuro não pode ser conhecido, mas se o futuro pode ser conhecido, então não podemos intervir no mundo.

A corrosão do pensamento especulativo foi propiciada, entre outras coisas, pelo interesse crescente na lógica do processo de investigação científica. Ernst Mach, a figura que deu nome ao grupo de pesquisadores que se reuniu na Universidade de Viena, afirmava que

---

sobre o objeto e uma noção pragmática de verdade, baseada no pacto entre autor e leitor – conforme sobejamente definido em diversos trabalhos de Jorn Rüsen (2008, 2015), embora o autor não tenha utilizado necessariamente estes termos.

A função da ciência, como a tomamos, é restituir a experiência. Portanto, por um lado, a ciência precisa manter-se no domínio da experiência, mas, por outro, precisa ir além dela, exigindo constantemente confirmação, exigindo constantemente a dissenção. Onde nem confirmação, nem refutação forem possíveis, a ciência não tem interesse (MACH, 1919, p. 490).

Também no manifesto do Circulo de Viena, publicado em 1929, observa-se a recusa de todo tipo de enunciado metafísico, ao mesmo tempo em que seus autores caracterizam a concepção científica de mundo com base em duas determinações:

Em primeiro lugar, ela é empirista e positivista: há apenas conhecimento empírico, baseado no imediatamente dado. Com isso se delimita o conteúdo da ciência legítima. Em segundo lugar, a concepção científica do mundo se caracteriza pela aplicação de um método determinado, o da análise lógica. O esforço do trabalho científico tem por objetivo alcançar a ciência unificada, mediante a aplicação de tal análise lógica ao material empírico (HAHN; NEURATH; CARNAP, 1986, p. 12).

Essa concepção era evidentemente ingênua, na medida em que ambicionava o desenvolvimento de uma linguagem ideal, capaz de eliminar todo tipo de incongruência do pensamento filosófico e colocá-lo a serviço da ciência. Nas décadas que se seguiram, esse pensamento foi sendo esvaziado, especialmente em razão das críticas de Karl Popper (2008), cujo princípio da refutabilidade tornou-se a base a partir do qual se comprova a validade de uma asserção científica e da ideia de ciência como solução de quebra-cabeças, de Thomas Kuhn (1997).

A tese unificacionista de Karl Hempel está relacionada a esse grande movimento de ascensão do empirismo lógico. Em *A função das leis gerais em história*, de 1942, encontra-se um manifesto em favor da unidade dos modelos explicativos nos diferentes campos da ciência, em especial a história, baseada numa técnica dedutiva e na proposição de leis abrangentes, sejam elas universais ou probabilistas, a que ele nomeará como *Subsumption Theory of Explanation* ou *Covering Law Model*, como denominou um de seus mais importantes críticos.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Embora o texto original tenha sido publicado em 1942, sofreu alterações sensíveis na versão seguinte, de 1965. Essas alterações implicaram na reavaliação do conceito de explicação nas Ciências Humanas, na medida em que apresentou dois modelos de explicação científica, a dedutiva, a partir de leis abrangentes, e a probabilista, por meio de leis abrangentes e dois modelos pseudoexplicativos, explicação como redução ao conhecido e à explicação por meio de razões. Essa última, de que se aproximaria o conhecimento



A partir dela, diversos trabalhos surgiram, ora tentando adequar o modelo hempeliano de explicação histórica, como, por exemplo, Ernest Nagel, que desenvolveu um modelo de explicação baseado no que chamou de “frequência relativa”, no qual determinadas condições se apresentam mais frequentemente na ocorrência de um evento (ANTIQUERA, 2014). Também Morton White reconheceu que algumas explicações em história podem ser adequadas, sem ser necessária a invocação de leis gerais, e M. Murphey propôs aceitar como leis típicas as generalizações de todo o tipo sobre costumes e práticas das sociedades em tempos específicos (MINK, 1979). O modelo hempeliano também influenciou a abordagem cliométrica, com sua tendência à constituição de explicações dedutivas sobre o comportamento humano (LLOYD, 1995).

Outro grupo de filósofos, também provocados pelas conclusões de Hempel, tentou desenvolver modelos explicativos que pudessem reunir as estratégias cognitivas utilizadas pela historiografia, sem, contudo, ignorar as importantes colocações de Hempel. Foi o caso de Patrick Gardiner, que assentiu sobre a existência de princípios implícitos de regularidade no interior das explicações históricas; de Charles Frankel, o qual procurou inserir a noção de interpretação no interior dos procedimentos explicativos adotados pelo historiador; e de Alan Donagan, que observou que a utilidade de uma generalização não depende de sua validade universal, não implicando, portanto, na produção de uma lei.<sup>9</sup>

É também no interior desse debate que se insere *Analytical philosophy of history*.<sup>10</sup>

---

histórico, envolveria uma afirmação de ordem ampla, desempenhando o papel de uma lei abrangente. (HEMPEL, 1975).

<sup>9</sup> Um balanço considerável dessas duas tendências foi produzido por Patrick Gardiner (2004), no livro *Teorias da História*, no qual podem ser encontrados textos de Ernest Nagel, Charles Frankel, Alan Donagan, Michel Scriven, William Dray e W. B. Gallie. A tradução para o português, ao menos até a 5ª edição, de 2004, publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian, não conta com o índice completo, excluindo autores na parte II. Os escritos desses dois grupos de autores, embora não possuam qualquer tipo de unidade conceitual ou acadêmica, indica uma relação tensa e complementar, desenvolvida ao longo das décadas de 1950 e 1960. Apesar das divergências, tal debate foi interpretado a partir da ideia de que houve um esfacelamento do modelo monológico (RICOEUR, 1994) ou então, uma mudança de ênfase, “de problemas de ordem lógica e conceitual, associados à explicação dos eventos para problemas lógicos e conceituais associados à compreensão de sínteses narrativas” (MINK, 1979, p. 25).

<sup>10</sup> Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizei duas versões da obra. A primeira publicação de 1965 e a versão publicada em 2007, intitulada *Narration and knowledge*, que recebeu três novos capítulos: “The problem of other periods”, “Historical language and historical reality” e “Narration and knowledge” – o último é sua tentativa de aproximar a filosofia analítica da fenomenologia. Essa tentativa, ressalta o autor, resultou na instrutiva sugestão de que a narrativa produz certas categorias do pensamento que podem ser observadas na composição de uma metafísica da vida cotidiana, “uma espontânea e talvez não visível filosofia que incorpora as filosofias do conhecimento, da ação, da psicologia e da arte que eu tinha procurado elaborar há vinte anos atrás com Filosofia Analítica da História” (DANTO, 2007, p. XIV).



Conforme comentou Arthur Danto em entrevista a Domanska (1998, p. 177), o objetivo implícito da obra era

demonstrar que existia uma profunda equivalência entre o modelo hempeliano de explicação e o modelo narrativo de explicação. A questão é que a narrativa não é uma alternativa para a explicação científica, mas sim que as explicações narrativas e científicas são construídas a partir de um mesmo princípio lógico.

Essa afirmação já havia sido feita em, ao menos, duas outras ocasiões, uma das quais referindo-se ao ambiente de profundas modificações no interior da filosofia da ciência causada pelo trabalho de Hempel. Mas sobretudo, pelo espírito de revisionismo e inovação da filosofia, marcada pela influência da segunda filosofia de Wittgenstein e que teve, no trabalho de Thomas Kuhn, um dos mais importantes exemplares desse novo momento (DANTO, 1995, 2007).

## A relação assimétrica entre passado e experiência

Em 1962, Danto publicou na revista *History and Theory* o artigo intitulado *Narrative Sentences*, que se tornaria o núcleo duro de seu livro. Danto partiu de uma pergunta estruturadora: “que tipo de linguagem nós usamos para falar sobre o passado?” Talvez essa tenha sido a primeira vez em que a narrativa foi tratada não somente como um problema de estilo, mas um tipo de produção de conhecimento, pois o autor anota que um mesmo evento poderia ser descrito corretamente de diferentes maneiras em função da diversidade de nexos causais utilizados nos enunciados gerais construídos pelo historiador (MINK, 1979; YTURBE, 1993).

Tal abordagem está explícita no conceito de causalidade, desenvolvido na obra. Suponhamos – seguindo o exemplo do filósofo, que E1 ocorrido em  $t1$  é condição necessária para a E2 em  $t2$ . Nesse caso, afirmamos também que E2 em  $t2$  é condição suficiente para E1 em  $t1$ . Segundo a lógica das Ciências da Natureza, uma condição suficiente para um evento deve ocorrer posteriormente ao evento que rege a manipulação e que autoriza a predição. Ocorre, porém, que, no processo de elaboração das sentenças que explicam os eventos históricos, o raciocínio ocorre de forma invertida: descrevemos, por exemplo, o que Aristarco de Samos realizou, por volta de 270 a.C. da seguinte maneira “Aristarco antecipou, em 270 a.C. a teoria que Copérnico publicou em 1543”. Segundo esse tipo de descrição, se Copérnico não tivesse publicado a sua teoria, ou

não a tivesse publicado neste período, ou outra pessoa tivesse publicado aquela teoria neste período, essa sentença seria *falsa*. Isso porque aquilo que foi feito por Copérnico é uma condição temporalmente necessária para aquilo que foi feito por Aristarco. Em consequência, segue-se, a partir dessa descrição, que o que Aristarco fez em 270 a.C. é uma condição suficiente para o que Copérnico fez 17 séculos depois, mesmo tendo ocorrido antes.

Na história da historiografia, não é incomum encontrar esse tipo de descrição, como nas sentenças que informam que “a Guerra dos 30 anos começou em 1618” ou que “o autor de Casa Grande & Senzala nasceu em 1900”. Caso típico é a tese do pioneirismo capitalista dos fazendeiros do oeste paulista, seu caráter racional e modernizador, comparativamente às outras regiões de exploração agrícola, seja no Nordeste açucareiro, seja no litoral cafeeiro do século XIX. A tese pode ser encontrada em *Raízes do Brasil*, de 1936 (HOLANDA, 1998), tendo suas ideias sido desenvolvidas no trabalho de Fernando Henrique Cardoso, “Condições sociais da industrialização de São Paulo” (CARDOSO, 1960, p. 35): “O fazendeiro do ‘Oeste’ do Estado passou, então, a importar mão-de-obra livre e tornou-se, até, abolicionista. Perdia sua condição de *senhor*, para tornar-se um *empresário* capitalista. Em vez de comprar escravos, alugava a força de trabalho de homens livres.”

Essa tese foi fortemente combatida pela historiografia, a partir da década de 1980, em especial por Jacob Gorender que, após estudo detido sobre a relação entre a produção de café, a população escrava e a entrada de imigrantes europeus em São Paulo, fez importante anotação sobre o tema:

A ideia de que os fazendeiros do Oeste Novo tiveram interesse em implantar um sistema de trabalho assalariado, capaz de formar o mercado interno adequado ao desenvolvimento capitalista, constitui anacronismo historiográfico, pois se baseia em fatos *a posteriori*, independentes da vontade dos próprios fazendeiros. Com efeito, os colonos da cafeicultura paulista, uma vez que dispunham de recursos monetários, formaram um mercado consumidor de artigos manufaturados de baixa qualidade, o que incentivou a expansão da indústria fabril nacional nos seus primórdios. Mas isto não estava na intenção dos fazendeiros (GORENDER, 1985, p. 595).

A crítica do autor de *Escravidismo Colonial* não avança sobre o significado do tipo de empreendimento interpretativo que subjaz à tese do pioneirismo paulista, atribuindo a essa tese a pecha de anacronismo. Ora, aquilo que é interpretado como anacronismo revela, na verdade, um raciocínio causal que reconstrói o passado, tendo em vista os

resultados observáveis pelo historiador no presente. Não se trata, portanto, de uma inconsistência explicativa, seja associada à ordem das coisas ou à ordem do saber, mas de um caso extremo de exposição da assimetria entre experiência e a representação dessa experiência.

É um caso extremo, porque a explicação do pioneirismo paulista impõe ao leitor uma representação da experiência que não estava em questão quando da ocorrência do evento. Esse tipo de síntese preditiva é oposta tanto ao modelo linear simplificado, em que os efeitos necessariamente sucedem as causas – “se não A, então não B”, quanto em sua versão complexa<sup>11</sup>, na qual uma sequência de eventos temporalmente localizados,  $(E_1t_1, E_2t_2)$ , é condição necessária para a existência de  $E_nt_n$ :

$$E_1t_1, E_2t_2 \rightarrow E_nt_n$$

Já os eventos descritos pela tese do pioneirismo paulista seguiriam uma ordem inversa:

$$E_nt_n \rightarrow E_1t_1, E_2t_2 \dots$$

Conclui-se, portanto, que os eventos são explicados partir de uma inteligibilidade comprometida com um contexto posterior. Essa é uma característica peculiar da historiografia: possuir a vantagem que o agente e seus contemporâneos não tiveram, de estar localizada num momento posterior aos eventos que são considerados, já que “os historiadores têm o privilégio único de observar as ações em perspectiva temporal” (DANTO, 2007, p. 183).

Essa observação recoloca o tema da causalidade e da historicidade na ordem do dia de qualquer reflexão sobre os fundamentos da historiografia, porque enfatiza o efeito posicional que considera os eventos como partes de uma totalidade. No exemplo em questão, é o processo de representação da experiência que torna o termo “pioneirismo paulista” condição necessária – visto que rege o impedimento e enfatiza a retrodicção, para o processo de transformação da estrutura produtiva no Oeste paulista.

Vale observar que esse tipo de raciocínio não possui apenas um efeito retroativo. Se assim o fosse, as observações de Arthur Danto acerca das sentenças narrativas

<sup>11</sup> Refiro-me aqui ao modelo desenvolvido por David Hume, que define a causalidade, ao indicar que “seja um objeto seguido de outro, e onde todos os objetos similares ao primeiro são seguidos de objetos similares ao segundo. Ou, em outras palavras, se o primeiro objeto não existisse, o segundo não existiria”. Assim, não se trata meramente de uma relação de sucessão temporal, mas uma relação necessária entre causa e efeito (MURPHEY, 2009, p. 49).

não passariam de um lugar-comum sobre a condição de todo modelo de interpretação do passado. Na verdade, no caso em questão, observa-se a imposição de um elemento apriorístico que rege a relação entre causa e efeito. O “pioneirismo paulista” foi estabelecido como causa, mesmo sendo temporalmente posterior aos eventos que são explicados por ele. Em outras palavras, contra a tese realista da estrutura fundamentalmente descritiva ou mesmo redescritiva da historiografia, Danto propõe a relação assimétrica que lhe é intrínseca, tendo em vista o efeito posicional e o raciocínio causal decorrente.

Estamos diante, portanto, de um amplo movimento de re colocação do tema da linguagem na historiografia que refuta as tentativas de construção de modelos explicativos alternativos à tese unificacionista. Por outro lado, rompe com o realismo historiográfico em razão da visão ingênua daquela concepção acerca da importância da função narrativa no processo de reconstrução do passado:

O papel das narrativas na história deve ficar claro agora. Elas são usadas para explicar mudanças e, mais caracteristicamente, mudanças em larga escala que ocorrem, às vezes, durante períodos de tempo vastos em relação a vidas humanas únicas. É o trabalho da história nos revelar essas mudanças, organizar o passado em conjuntos temporais e explicar essas mudanças ao mesmo tempo em que ocorreram - embora com o auxílio do tipo de perspectiva temporal refletida linguisticamente nas sentenças narrativas (DANTO, 2007, p. 255).

Note-se, porém, que inexiste em *Analytical Philosophy of History* uma negação da noção de referente. O engajamento de Danto se dirige à crítica ao relativismo e ao ceticismo histórico, representados pelos historiadores norte-americanos da primeira metade do século XX, Carl Becker e Charles Beard (DANTO, 1965). O filósofo insiste na existência do passado como condição distinta, mesmo que relacionada ao presente (TOZZI, 2009). Nesse sentido, a referencialidade é uma condição necessária da historiografia, assim como a temporalização do narrar, muito embora o filósofo não ofereça qualquer critério claro de delimitação do lugar da história em seu mapa do conhecimento (TOZZI, 2010). Por isso, em resposta à “tediosa questão ‘[se a história] é arte ou ciência?’”, o filósofo se reserva ao direito de responder simplesmente “Nenhum dos dois” (DANTO, 1965, p. 143).

Eis o motivo pelo qual Ankersmit, ao examinar o trabalho de Arthur Danto, observa que o autor demonstra que a lógica narrativa problematiza, ao mesmo tempo, nossa relação com o passado e o passado “historicizado” (ANKERSMIT, 2007, p. 365).

Em outras palavras, refletir sobre o procedimento narrativo adotado pelos historiadores implica colocar em evidência o tema da intenção autoral e reconhecer as assimetrias inerentes à nossa relação com a experiência.

## A explicação histórica compatibiliza intencionalidade com raciocínios causais e teleológicos

Do exposto até agora, ressalto a ideia de Arthur Danto, de que não é o cálculo racional do ator histórico que explica uma determinada ação. É a explicação construída pelo historiador que atribui um significado à ação do indivíduo.

Essa relação assimétrica nos permite mensurar os procedimentos explicativos utilizados pelos historiadores. Os trabalhos de Willian Dray, por exemplo, publicados a partir do final da década de 1950, sugeriam que as teses unificacionistas tomavam em conta explicações do por que os eventos ocorreram; enquanto os historiadores “oferecem, frequentemente, explicações de tipos muito diversos, alguns dos quais não buscam, absolutamente, responder a ‘porquês’” (DRAY, 1969, p. 33). Apesar dos fortes tons racionalistas do modelo explicativo desenvolvido por esse filósofo, o mesmo enfatizou a relação de dependência entre o conceito de explicação e o tipo de pergunta que o historiador deseja responder, seguindo assim a noção colligwoodiana de “relatividade das causas”, que sustenta o princípio de que os juízos causais, são relativos aos indivíduos que os elaboram.

Em *Explanation and Understanding* (1971), Georg Henrik von Wright também elaborou um modelo de explicação oposto ao hempeliano. Seu ponto de partida, porém, retornou à distinção entre ciências da natureza e ciências da cultura e entre as duas diferentes tradições explicativas, a galileana e a aristotélica. Conforme sabemos, essa distinção foi particularmente acentuada com a consagração, desde o início do século XIX, da união entre busca de causas e o determinismo, a tal ponto que os dois termos se tornaram indissociáveis. O determinismo passou a ser entendido, a partir de então, como “um conceito que une o problema das causas com o das leis, quer dizer, a causalidade com a interpretação nomotética” (ROLDÁN, 1997, p. 164).

É preciso observar, porém, que um raciocínio causal não implica necessariamente a adoção de um ponto de vista determinista, muito embora todo determinismo pressuponha a procura de causas. Para Kant, “causa” é uma categoria que não é derivada empiricamente “posto que ele mesmo é o princípio que possibilita esta experiência” (KANT, 1981, p.183) e tampouco é uma ideia pura. Seria um juízo sintético

porque pressupõe a construção de inferências a partir da experiência sensível, muito embora tal construção ser possível apenas com a aplicação de funções racionais de síntese, ou seja, com a aplicação de juízos *a priori* a impressões singulares, resultando, daí, a organização do mundo fenomenal. Muito embora não compartilhe da postura intelectualista kantiana, Wittgenstein não rejeita *in totum* essa definição, observando que essa categoria descreve, na verdade, a “rede” correspondente a uma forma de representar a realidade e, em consequência, um tipo específico de adesão a uma norma de representá-la (GLOCK, 1998, p. 69-70; SEGATTO, 2015, 2016).

Sob a influência da segunda filosofia de Wittgenstein, G. H. von Wright reafirma a irreducibilidade do conceito de causa à sua versão nomológica e a necessidade de incorporar o conceito de compreensão como pré-requisito para qualquer raciocínio explicativo. Para esse autor, a relação causa-efeito possui um caráter assimétrico, já que, no campo das ações humanas, seja na história ou na vida cotidiana, elas envolvem uma complexidade de condições suficientes e de condições necessárias que impossibilitam a separação, no campo da experiência concreta, dos eventos-causa e eventos-efeito. Em outras palavras, é impossível construir uma explicação para eventos humanos em termos puramente monocausais ou teleológicos.

Tomemos esta dupla negativa para analisar um exemplo cotidiano (E):

José correu ( <i>p</i> ) para pegar o trem ( <i>q</i> ).
--

Em termos monocausais, o ato de correr é uma condição necessária para pegar o trem. Em contrapartida, pegar o trem é condição suficiente que explica o ato de correr na medida em que, *per si*, qualifica o evento *q*, explicando a integralidade da ação. De acordo com a discussão empreendida no tópico anterior, tem-se uma condição necessária para a ocorrência de um evento (E) quando a ausência da condição (*p*) contribui para a ausência de (*q*). Já a condição suficiente implica que a condição (*p*) basta para se observar (*q*). Nesse sentido, o enunciado indica uma condição necessária e talvez suficiente (correr) para atingir um objetivo (pegar o trem).

Ora, no nível dos procedimentos reconstrutivos de que se ocupa a historiografia, é preciso tratar com significativas reservas os tipos de explicações que enfatizam as condições suficientes. Esse modelo seria o equivalente a uma declaração histórica do tipo:

Em 1964, o alto escalão do exército brasileiro comandou um golpe de estado ( $p$ ) para estabelecer um regime político de base social conservadora ( $q$ ).

Nesse caso, a adoção de um raciocínio suficiente impede qualquer tipo de combinação das conjunções e disjunções, reduzindo o conjunto de combinações de ações e processos a apenas uma possibilidade que pode ser prevista. Além disso, na descrição do evento, o enunciado se fundamenta num pressuposto determinista acerca da necessidade ou suficiência da ação para alcançar o objetivo, podendo estar errado: José poderia estar com o relógio adiantado, não sendo nem condição suficiente nem necessária que corresse para entrar no trem; a desestabilização do governo e a fragilização da base política de João Goulart, no ocaso de seu mandato, era um fato concreto, não sendo condição suficiente a ocorrência de um golpe militar para a postulação de um regime político conservador<sup>12</sup>, ou seja, a relação temporal entre os eventos está correta ( $E_1.t_1, E_2.t_2$ ), mas não a relação causal, seja pelos viés da crítica das fontes, seja pelo cotejamento com a historiografia pertinente.

## Intencionalidade

A principal dificuldade encontrada na aplicação de modelos de explicação causal na historiografia está na sua imprecisão conceitual. De acordo com von Wright, quando se trata da explicação de uma ação, termos como *resultado* e *consequência* tem acepções distintas. Consequência se refere aos efeitos decorrentes do resultado. No caso de um indivíduo cuja intenção seja baixar a temperatura de um quarto, o ato de abrir uma janela é o resultado e a consequência é que a sala foi ventilada (WRIGHT, 2004, p. 66). Observo que essa é uma distinção importante para os historiadores, na medida em que a disciplina concentra sua atenção nos *comportamentos*

<sup>12</sup> Embora a explicação sobre a ocorrência do golpe de 1964 não seja uníssona, o enunciado se baseia no núcleo explicativo comum, sintetizado por Delgado (2012) nas principais linhas interpretativas: aquelas que ressaltam o *caráter preventivo do golpe* (o descontentamento de setores conservadores e o temor pela organização da sociedade civil, entendida como revolução); a *ação conspiratória* (ação reativa coordenada de desestabilização do governo em razão da aproximação de Jango com os movimentos populares); a ênfase nos *impasses do regime democrático* (recusa dos distintos setores da sociedade em construir um consenso em favor da governabilidade); ou o caráter *não planejado* do golpe (distinção entre forças de desestabilização e forças conspiratórias). Exceção é a perspectiva estruturalista, a qual toma o golpe como inevitável, tendo em vista a crise econômica generalizada provocada pelo modelo de desenvolvimento implantado desde décadas anteriores.



*observados e compreendidos como intencionais*, no interior de um sistema específico<sup>13</sup>, ou seja, no estabelecimento dos resultados e consequências de um evento, a descrição de uma ação pelos historiadores é entendida como intencional. Consequentemente, “diferentes atribuições possíveis de intenção ao agente implicam diferentes descrições de ação, a partir do mesmo comportamento observado” (MARANHÃO, 2006b, p. 102). Essa condição restringe o peso da teleologia no trabalho explicativo do historiador, porque pressupõe a intencionalidade atribuída como a única forma possível de explicação de uma ação.

Esse modo de conceber o tema da intencionalidade pode ser exemplificado pelo episódio da divulgação de um trecho do áudio da conversa telefônica entre a então presidenta da República Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em março de 2016. Preliminarmente, é importante ressaltar que, com o conjunto probatório disponível, a discussão envolvendo esse evento não remete ao tema do acesso ou crítica externa das fontes, mas ao modelamento das alegações. Nesse sentido, as declarações apresentadas à época pela imprensa e pelo magistrado encarregado de julgar as acusações contra o ex-presidente aduzem a seguinte sentença:

O juiz Sérgio Moro divulgou os áudios da interceptação telefônica da conversa entre a presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula em 16 de março de 2016 (*j*) para dar publicidade ao processo judicial e prevenir atos de obstrução à Justiça (*k*).

A sentença anterior é geralmente reproduzida no contexto de justificação das ações do ex-juiz. Ela estabelece que o evento (*j*) constitui-se na ação que teve como resultado

<sup>13</sup> O termo “sistema” é entendido como um recorte no espaço-tempo que está associado a outros sistemas explicativos por meio do partilhamento de algum nível de eficiência causal, como por exemplo: sistema (A) “a OMS orientou os governantes acerca da necessidade de distanciamento social como mecanismo para diminuir o processo de contaminação da população mundial pelo covid-19”; sistema (B) “a demissão do Ministro da Saúde do Brasil, Henrique Mandetta ocorreu em razão das críticas feitas ao comportamento negacionista do Presidente Jair Bolsonaro em relação à necessidade de distanciamento social”. Nesse caso, existe um nível de eficiência causal (A)→(B) a ser considerado. O uso desse termo é importante porque refuta os fundamentos dos argumentos contra o uso de procedimentos causais: a) porque o conjunto de fatores que agem sobre um evento do tipo “José abriu a janela” é diferente de um evento do tipo “o Brasil deixou a OMC”; e b) existe uma quantidade infinita de causas de um evento, sendo impossível hierarquizá-los e defender uma delas. À primeira dessas oposições, observo que a distinção de complexidade entre os agentes “José” e “Brasil” tem relação com o tipo de recorte produzido pelo historiador, ou seja, é um problema de escala, resolvido por meio de uma *silepse*, sendo inimaginável, atualmente, um historiador retornar à primitiva elaboração positivista associada a “fatos simples” e “fatos complexos”. Quanto à segunda, a eleição de um “sistema” implica na formulação de um procedimento lógico que escolheu tal sistema como relevante no interior de uma cadeia de eventos, como foi sobejamente desenvolvido por Max Weber (1992).



o evento (*k*). Esses eventos foram amplamente divulgados e consta no documento produzido pelo então juiz federal, justificando os motivos de suas ações junto ao Supremo Tribunal Federal:

Diante da controvérsia decorrente do levantamento do sigilo e da r. decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, **compreendo que o entendimento então adotado possa ser considerado incorreto, ou mesmo sendo correto, possa ter trazido polêmicas e constrangimentos desnecessários.** Jamais foi a intenção desse julgador, ao proferir a aludida decisão de 16/03, provocar tais efeitos e, por eles, solicito desde logo respeitosa escusas a este Egrégio Supremo Tribunal Federal. O levantamento do sigilo não teve por objetivo gerar fato político partidário, polêmicas ou conflitos, algo estranho à função jurisdicional, mas, atendendo ao requerimento do MPF, dar publicidade ao processo e especialmente a condutas relevantes do ponto de vista jurídico e criminal do investigado do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que podem eventualmente caracterizar obstrução à Justiça ou tentativas de obstrução à Justiça (art. 2º, §1º, da Lei nº 12.850/2013). O propósito não foi político-partidário, mas sim, além do cumprimento das normas constitucionais da publicidade dos processos e da atividade da Administração Públicas (art. 5º, LX, art. 37, caput, e art. 93, IX, da Constituição Federal), prevenir obstruções ao funcionamento da Justiça e à integridade do sistema judicial frente a interferências indevidas (BRASIL, 2016, grifos nossos).<sup>14</sup>

Estamos diante de um caso em que, para a historiografia, apenas a exposição do resultado não permite explicar o evento. Certamente, em termos puramente causais, a divulgação do áudio é uma condição suficiente para o cumprimento das normas constitucionais e, da mesma forma, dar publicidade ao processo e prevenir atos de obstrução à Justiça é condição necessária que qualifica a liberação do áudio, legitimando a ação do juiz de piso contra “interferências indevidas”. A proposição, porém, baseia-se em uma premissa falsa porque, de forma deliberada, confunde *resultado* com *consequência*.

Após a série de reportagens produzidas pelo site *The Intercept*, foi comprovado que os áudios ilegalmente captados pelos agentes da Polícia Federal e liberados pelo Juiz do caso, foram editados de forma intencional e que a divulgação de trechos selecionados estava organicamente associada ao interesse pessoal do juiz de piso na intensificação

<sup>14</sup> Ofício de 29 de março de 2016, dirigido ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavaski, pelo juiz federal Sérgio Moro.

da pressão política sobre a presidenta da República que enfrentava um processo de *impeachment*.<sup>15</sup>

Assim, os analistas que explicam o evento nos moldes “a sentença (*j*) causou (*k*)” constroem um raciocínio que está formalmente adequado e inclusive baseado na justificativa produzida pelo operador da justiça. Esse tipo de analista, porém, não constrói uma explicação genuinamente histórica já que se detém numa descrição monocausal e apenas suficiente da ação. Confunde, portanto, resultado com consequência e ignora a dimensão intencional das ações praticadas pelo juiz de piso.

A historiografia, pelo contrário, conforme destaquei, explica eventos e ações com base nas intenções projetadas que são deduzidas das consequências<sup>16</sup>. Segue, portanto, o modelo da inferência prática que Von Wright recupera das considerações de Elizabeth Anscombe (2000). Trata-se aqui de um raciocínio diferente do silogismo teórico, dos exemplos ou mesmo dos raciocínios demonstrativos de origem aristotélica na medida em que é baseado em premissas, mas aplicado a casos particulares em contextos específicos. O raciocínio demonstrativo clássico pode ser exemplificado na seguinte forma:

<sup>15</sup> Reportagens produzidas pelo site *The Intercept* revelaram um conjunto de ações politicamente coordenadas entre os procuradores da Operação Lava Jato e o ex-juiz Sérgio Moro com o objetivo de intervir na política brasileira. Essa proximidade deu-se inclusive pela elaboração de estratégias de investigação e da peça acusatória que foi apresentada ao juiz. A condenação do ex-presidente Lula, neste caso, foi estabelecida como um marco da luta contra a corrupção. Em 24 de abril de 2020, já como Ministro da Justiça do presidente Jair Bolsonaro, o ex-juiz apresentou juízo oposto à justificativa apresentada ao STF. Pressionado pelo chefe do Executivo a realizar uma interferência política na diretoria da Polícia Federal com o objetivo de impedir investigações em curso (sobre a relação dos filhos do presidente com grupos de milicianos do Rio de Janeiro; sobre os ataques virtuais à membros do Supremo Tribunal Federal; sobre a incitação, por parte do Presidente, à manifestações populares favoráveis a um golpe militar), o ex-juiz declarou que nunca houve interferência dos dois ex-presidentes: “Imaginem, se durante a lava jato, o ex-presidente Lula, a ex-presidente Dilma ficassem ligando para a Polícia Federal em Curitiba para colher informações? [...] Ontem, conversei com o presidente, houve essa insistência do presidente. Falei ao presidente que seria uma intervenção política, e ele disse que seria mesmo”. As informações extraídas dos aparelhos celulares de procuradores estão disponíveis em: <https://is.gd/Dvu421>. O diálogo da ex-presidenta da República, está disponível em: <https://is.gd/fzmnUd>. Acesso em 30 de setembro de 2019. A declaração do ex-Ministro da Justiça se encontra disponível em: <https://is.gd/AcCLEh>. Acesso em 25 de abril de 2020.

<sup>16</sup> Tanto reconstrucionistas quanto construcionistas não refutam a ideia de que é possível deduzir as intenções dos agentes com base em provas de suas consequências. No campo da história intelectual e da biografia histórica, esse tipo de abordagem é mais evidente, mas não se limita a ela. Em *Capitão Swing*, por exemplo, Hobsbawm e Rudé (1982, p. 212) citam uma carta do Swing: “Senhor, seu nome consta entre os maiores Canalhas da Lista Negra e esta vem avisar-lhe [...] para fazer seu testamento.” para descrever as intenções de grupos de trabalhadores anônimos ingleses contra proprietários. Já o insuspeito Manoel Salgado Guimarães afirma que “O *Memorial Orgânico*, redigido em 1849, foi a contribuição [de Varnhagen] a um intenso debate de política interna acerca da problemática do comércio de escravos” (GUIMARÃES, 2011, p. 214), numa clara dedução das intenções do historiador novecentista com base em suas ações.

1. Arthur partiu de Goiânia para Brasília às 8h;
2. A distância entre os dois lugares é de 250km;
3. Arthur viaja a 100km/h;
4. Portanto, Arthur chegará em Brasília às 10:30h

Ocorre, porém, que se perguntarmos a Arthur acerca da precisão dessa descrição, ele dirá que pode acontecer de outra, muito embora possua algo de verdadeiro no raciocínio apresentado. Para Anscombe (2000), o raciocínio prático concentra-se nas sentenças acerca do que é possível ocorrer de várias maneiras, na medida em que incorpora o contingente e o elemento motivacional no interior de seus construtos. Ora, quando o historiador faz uma pergunta do tipo “o que Arthur quer?”, ele não espera uma resposta acerca de seu projeto de vida – “a paz universal”, mas uma resposta a uma pergunta do tipo “com vistas a quê Arthur está fazendo X, Y e Z?”.

Temos então, a possibilidade de fatorizar o tipo de raciocínio a partir do qual os historiadores explicam as ações:

1. A partir de agora Arthur pretende ir de Goiânia a Brasília às 8h.;
2. A partir de agora, Arthur considera que, a menos que ele parta de Goiânia até as 8h. e dirija a 100km/h, ele não poderá chegar a Brasília às 10:30h.;
3. Portanto, o mais tardar no limite das 8h, Arthur se compromete a partir para Brasília, a menos que se esqueça do horário ou algo o impeça de locomover-se a uma média de 100km/h (WRIGHT, 2004, p. 107).

Em termos historiográficos, este tipo de elaboração pode ser sintetizado do seguinte modo:

1. O presidente João Goulart pretende contornar os impasses causados pela multiplicação dos atores políticos pós-1945 e a crise econômica com o objetivo de manter o protagonismo e a governabilidade.
2. A partir deste momento, João Goulart considera que, a menos que mobilize uma base social politicamente influente, ele não conseguirá manter seu protagonismo frente aos grupos que se articulam à direita e à esquerda de seu governo.
3. Portanto, a partir do final de 1963, o presidente Goulart procurou implementar seu projeto de mobilização sociopolítica através da proposição das reformas de base.

A fatorização anteriormente construída é apenas um dos exemplos que, entre outras coisas, enfatizam o comportamento do agente como intencional. Para os historiadores não existe intenção que não esteja associada a uma ação – o historiador não examina intenções, mas ações, ou “o pensamento em ação” segundo o termo utilizado por Walsh (1968). Também não está em discussão a “correção” ou a “propriedade” entre o sistema e o conjunto de decisões tomadas. Assim, se, por um lado, o domínio do sistema que envolve o silogismo é condição preexistente para a explicação das intenções do agente; por outro, a avaliação sobre a propriedade ou razoabilidade de seu cálculo político é dispensável nesse estágio. Em outras palavras, a reconstrução proposta recai apenas sobre a compatibilidade entre o comportamento observado e as suas intenções.

Outra observação importante é que a aceitação ou crença, por parte do ator, de uma premissa leva necessariamente à aceitação da conclusão do raciocínio, na medida em que “a conclusão é uma ação cujo argumento é exposto pelas premissas que estão agora, por assim dizer, em serviço ativo” (ANSCOMBE, 2000, p. 59), ou seja, no caso de a intenção (p) ser “diminuir a temperatura do cômodo” e a ação (a), “abrir a janela”, se (a) não for executado no momento adequado, seremos forçados a afirmar que não havia intenção de resfriar o cômodo (MARANHÃO, 2006b). Da mesma maneira, se a ação (a) “divulgação consciente, ilegal e editada dos áudios” não tivesse sido executada, seríamos forçados a afirmar que não havia a intenção (p), “intensificar a pressão política sobre a presidenta da República e enfraquecer a articulação contra o processo de *impeachment*”.

## Conclusão: o historiador explica

Ao longo deste artigo parti do pressuposto sobre reconhecimento da natureza profundamente narrativista, tropológica da historiografia, conforme defenderam diversos expoentes da teoria desconstrucionista (MUNSLOW, 2007). Por outro lado, retornei à proposição de Malerba (2016), para quem a discussão em torno do caráter e da função da narrativa histórica encetada pelos filósofos reunidos sobre a alcunha de filosofia analítica da histórica, acabou por ser obliterada pela ascensão das correntes pós-estruturalistas, sem que pudessem ser desenvolvidas a pleno. Em virtude dessas escolhas, propus mobilizar autores e proposições acerca do significado da história com o fito de examinar a estrutura conceitual e o contexto de aplicação da linguagem utilizada na descrição dos eventos históricos com base no instrumental teórico desenvolvido no âmbito da filosofia analítica.

Isso posto, argumento que a retomada do conceito de explicação possibilita discutir os tipos e níveis de conexões que o historiador produz entre o referente e suas inferências, ao mesmo tempo em que se distancia do senso comum que vem confundindo de forma deliberada, descrições diferentes com descrições divergentes. Esse procedimento deve ser combatido, especialmente neste momento em que os historiadores são chamados a se posicionar na esfera pública contra descrições moralmente deturpadas do passado.

Assim, considerada a questão sobre a legitimidade das sínteses narrativas e reconhecida a relação assimétrica entre os dois termos do trabalho do historiador, me debrucei sobre o dilema das partes – a consistência lógica das sentenças e enunciados produzidos a partir de suas ilações. Com base nos argumentos apresentados, a título de conclusão, argumento em favor do caráter multidescritivo da historiografia, indicando a possibilidade de existência de diferentes tipos de explicação para um mesmo evento. Consideremos a seguinte sentença:

O Juiz Sérgio Moro divulgou trechos ilegais, selecionados e editados da conversa telefônica entre Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva (a), porque desejava intensificar a pressão política contra a presidenta da República, ocasionando o enfraquecimento da articulação política contra o processo de *impeachment* (p).

Expressa-se, nesse exemplo, um modelo reconstrutivo relativamente comum à historiografia, que propõe um tipo de explicação *quasi*-causal, que obedece à formulação

da pergunta “por quê?”, sem recorrer a condições suficientes e preditivas. No caso em questão, a explicação da ação remete ao fato de que, num determinado momento, o agente se compromete em transgredir o ordenamento constitucional do processo jurídico brasileiro – o fundamento de que existe uma clara separação entre as partes de um processo, a acusação e a defesa, e de que o julgador é imparcial e age apenas quando provocado por uma das partes, para que uma situação política específica possa se realizar. A consequência da ação permite ao historiador compreender a ação como intencional, explicando-a retrospectivamente.

O mesmo evento também pode ser descrito de maneira distinta, conforme a sentença a seguir:

O Juiz Sérgio Moro divulgou trechos ilegais, selecionados e editados da conversa telefônica entre Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva (a), intensificando a pressão política contra a presidenta da República e impediu a articulação política contra o processo de *impeachment* (p).

Já nessa segunda modelação, faz-se a opção por uma estrutura explicativa *quasi*-teleológica – construída segundo uma terminologia teleológica, sem que haja a dependência de suas conexões. Na historiografia, o elemento teleológico é acionado na explicação que interpreta a ação como dirigida por uma crença pessoal de que seu agir (a) é uma condição imperativa para a existência de (p), e é geralmente associada a sistemas explicativos que descrevem eventos a partir de um modelamento biográfico. Note-se que, conforme ocorre na historiografia, há um princípio de inferência baseada na crença por parte do ator acerca da suficiência (e não apenas necessidade) da ação (a) para a existência de (p). Essa formulação possibilita também a construção de explicações que, frequentemente, respondem a questões “como algo é ou tornou-se possível” e “porque algo aconteceu necessariamente”. No exemplo citado, a ação individual do juiz de piso é explicada com base na crença do agente acerca da necessidade de sua intervenção no devir, sem o qual os eventos não ocorreriam da maneira como foi verificado.

O uso do termo *quasi* não implica no reconhecimento de algum tipo de imperfeição em termos explicativos. Na verdade, enfatiza a independência da validade das conclusões estabelecidas em relação a algum tipo de lei geral ou à necessidade finalista. Assim, recuperando a discussão até aqui empreendida, no interior desses dois tipos de explicação, o que conecta os eventos anteriores aos posteriores é um conjunto de sentenças singulares que se constituem como premissas de certas inferências práticas. Em outras palavras, os raciocínios práticos tanto explicam a relação entre os

eventos como o surgimento de novas situações que, com base em uma nova inferência associada a um novo raciocínio prático, adiciona o elemento de necessidade à descrição da nova ação. Vale observar que os fundamentos das intenções do agir interpretados como intencionais podem remeter a subprodutos sutis de tradições culturais, políticas, religiosas etc., os quais podem agir como pressões normativas, vinculadas à autoridade ou instrumentos internos de punição e recompensa, entre outros (WRIGHT, 2004).

Por último, do exame das duas modelagens explicativas apresentadas, conclui-se que nenhuma delas está formal, analítica ou empiricamente errada. A consistência lógica e historiográfica de ambas está preservada, sendo capazes de sustentar a integralidade de construtos narrativos mais amplos. Isso ocorre porque o caráter multidescritivo da historiografia pressupõe a existência de distintas possibilidades explicativas para um mesmo evento. Pressupõe, também, a possibilidade de recuperação de asserções preditivas baseadas em considerações nômicas no interior de uma explicação histórica. Além disso, por meio do silogismo prático, o historiador fortalece sua estratégia explicativa e incorpora o elemento intencional. Assim, incorpora diferentes níveis de interpretação em uma totalidade narrativa coerente, autocrítica e responsável.

## REFERÊNCIAS

ANKERSMIT, Frank. Danto's philosophy of history in retrospective. *In: DANTO, Arthur. Narration and knowledge*. New York: Columbia University Press, 2007.

ANKERSMIT, Frank. **Meaning, truth, and reference in historical representation**. Ithaca, NY, USA: Cornell University Press, 2012.

ANKERSMIT, Frank. Resposta a Zagorin. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 153-174, 2001. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/2237-101X002002006>. Acesso em: 06 jun. 2019.

ANSCOMBE, Gertrud Elizabeth. **Intentions**. Harvard University Press, 2000 [1957].

ANTIQUERA, Moisés. Modelos causais e escrita da história. **História da historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Mariana, v. 7, n. 14, p. 11-26, abr. 2014. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/617>. Acesso em: 25 jan. de 2020.



BENTIVOGLIO, Julio; TOZZI, Verónica. **Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de meta-história.** Vitória: Milfontes, 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. Turma). **Medida Cautelar da Reclamação 23.457.** Pedido de quebra de sigilo de dados e/ou telefônico nº 5006205-98.2016.4.04.7000/PR. Ofício n. 700001743752. Requerente: Sérgio Fernando Moro. Relator: Min. Teori Zavascki, 29 de março de 2016. Disponível em: <https://is.gd/nidcIp>. Acesso em: 27 set. 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. Condições sociais da industrialização em São Paulo. **Revista Brasiliense**, São Paulo, n. 28, 1960.

CARR, Edward. **O que é história?** São Paulo: Paz & Terra, 1996 [1961].

CÉZAR, Temístocles, ÁVILA, Arthur. Hayden White. *In*: BENTIVOGLIO, Julio; AVELAR, Alexandre (org.). **Afirmção da história como ciência no século XX.** Petrópolis: Vozes, 2016. p. 69-83.

COSTA, Carlos. Sobre a explicação na história. **Universitas**, Salvador, n. 29, p. 109-134, 1982. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/universitas/article/view/1270/853>. Acesso em 14 out. 2019.

COSTA LIMA, Luiz. **Aguarrás do tempo.** Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

DA SILVA, Rogério Forastiel. A história da historiografia e o desafio do giro linguístico. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 8, n. 17, p. 377-395, abr. 2015. Disponível em: <https://historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/694>. Acesso em: 13 jul. 2021.

DANTO, Arthur. **Analytical philosophy of history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1965.

DANTO, Arthur. **Narration and knowledge.** New York: Columbia University Press, 2007.

DANTO, Arthur. Response to Frank Ankersmit. *In*: KELLY, Daniel (ed.). **Action, Art, History: engagements with Arthur C. Danto.** New York: Columbia University Press, 2007. p. 190-197.



DANTO, Arthur. The decline and fall of the analytical philosophy of history. *In*: ANKERSMIT, Frank; KELLNER, Hans (ed.). **A new philosophy of history**. Chicago: University of Chicago Press, 1995. p. 70-85.

DELGADO, Lucilia Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. **Revista Grafia**, Bogotá, v. 9, p. 175-191, jan. 2012. Disponível em: <http://revistas.fuac.edu.co/index.php/grafia/article/view/343>. Acesso em: 25 mar. 2021.

DOMANSKA, Ewa. **Encounters: philosophy of history after postmodernism**. Virginia: University Press of Virginia, 1998.

DOMINGUES, Ivan. **O fio e a trama: reflexões sobre tempo e história**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DOSSE, Françoise. **A história em migalhas**. Campinas: Unicamp, 1992.

DOSSE, Françoise. **A história**. Bauru: Edusc, 2003a.

DOSSE, Françoise. **O império do sentido**. Bauru: Edusc, 2003b.

DRAY, Willian, **Filosofia da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969 [1964].

DRAY, Willian. **Laws and explanations in history**. London: Oxford University Press, 1959

DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. Limites da Herança Heideggeriana: A Práxis na Hermenêutica de Gadamer. **Revista Portuguesa De Filosofia**, Braga, t. 56, f. 3/4, p. 509-520, 2000. Disponível em: [www.jstor.org/stable/40337588](http://www.jstor.org/stable/40337588). Acesso em: 26 mai. 2020.

EKSTRÖM, Mats. Causal Explanation of Social Action: The Contribution of Max Weber and of Critical Realism to a Generative View of Causal Explanation in Social Science. **Acta Sociologica**, Reykjavik, v. 35, n. 2, p. 107-122, Apr. 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/000169939203500203>. Acesso em: 13 jul. 2021.

FISCHER, David Hackett. **Historians' Fallacies: toward a logic of historical thought**. New York: Harper Torchbooks, 1970.

GARDINER, Patrick. **Teorias da história**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1985.

GREEN, Anna, TROUP, Kathleen (ed.). **The houses of history**. New York: New York University Press, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil – 1838-1857**. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. A concepção científica de mundo. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, Campinas, n. 10, p. 5-22, 1986.

HEMPEL, Karl. Explicação científica. *In*: MORGENBESSER, Sidney (org.). **Filosofia da ciência**. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 157-169.

HEMPEL, Karl. The Function of General Laws in History. **Journal of Philosophy**, v. 39, n. 2, p. 35–48, Jan. 1942.

HOBBSAWM, Eric, RUDÉ, George. **Capitão Swing**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1936].

IGGERS, Georg. **Historiography in the twentieth century**. Connecticut: Wesleyan University Press, 1997.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Ediouro, 1981.

KUNH, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1997 [1960].

LLOYD, Christopher. **As estruturas da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

LORENZ, Chris. É preciso três para dançar um tango: estabelecendo uma linha entre os passados prático e histórico. *In*. BENTIVOGLIO, Julio; TOZZI, Verônica. **Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de meta-história**. Vitória: Milfontes, 2017. p. 43-71.

MACH, Ernest. **The Science of Mechanics**. Chicago, USA: The open court publishing, 1919. Disponível em: <https://archive.org/details/scienceofmechani005860mbp/page/n513/mode/2up>. Acesso em 26 mai. 2020.

MALERBA, Jurandir. O que narram os historiadores? Para uma genealogia da questão narrativa em história. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 399-418, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v17n33/2237-101X-topoi-17-33-00399.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MANDELBAUM, Maurice. Some neglected philosophic problems regarding history. **Journal of philosophy**, New York, XLIX, v. 49, n. 10, p. 317-328, 1952.

MARANHÃO, Juliano. A Herança de Wittgenstein na Filosofia da Ação de von Wright. **Cognitio**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 101-114, jan./jun. 2006a. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/cognitiofilosofia/article/view/13577/10086>. Acesso em: 12 jan. 2020.

MARANHÃO, Juliano. Von Wright e o silogismo prático como método de compreensão da ação. **Cognitio**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 261-275, jul./dez. 2006b. Disponível em: <https://ken.pucsp.br/cognitiofilosofia/article/viewFile/13551/10066>. Acesso em: 12 jan. 2020.

MARTINS, Estevão Rezende. A filosofia analítica da história. In: CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.). **Paradigmas filosóficos da atualidade**. Campinas, SP: Papirus, 1989. p. 83-98.

MENDES, Breno. Filosofia da existência, existencialismo e o problema do sentido na filosofia da história de Paul Ricoeur. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Mariana, v. 13, n. 33, p. 431-465, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1563>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MINK, Louis. Philosophy and theory of history: In: IGGERS, Georg; PARKER, Harold Talbot (ed.). **International handbook of historical studies**. Connecticut: Greenwood Press, 1979. p. 17-27.

MUNSLOW, Alun. **Narrative and history**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2007.

MURPHEY, Murray G. **Truth & History**. Albany: State University of New York Press, 2009.

NALLI, Marcos. Paul Ricoeur leitor de Husserl. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 29, n. 2, p. 155-180, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732006000200012>. Acesso em: 26 mai. 2020.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2008.

PUTNAM, Hilary. Probabilidade e confirmação. *In*: MORGENBESSER, Sidney. **Filosofia da ciência**. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 139-156.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994.

RINGER, Fritz. Max Weber on causal analysis, interpretation, and comparison. **History and Theory**, Middletown, v. 41, n. 2, p. 163-178, 2002. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/0018-2656.00197>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ROLDÁN, Concha. **Entre Cassandra y Clío**: una historia de la filosofía de la historia. Madrid: Akal, 1997.

RUSEN, Jorn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: UFPR, 2015.

RUSEN, Jorn. **History**: narration, interpretation, orientation. New York: Berghahn Books, 2008.

SEGATTO, Antônio Ianni. Carnap, Wittgenstein e o problema da metafísica. **Cadernos de filosofia alemã**, São Paulo, v. 21, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/123994/120159>. Acesso em: 15 mai. 2020.

SEGATTO, Antonio Ianni. **Wittgenstein e o problema da harmonia entre pensamento e realidade**. São Paulo: UNESP, 2015. *E-book*.

SELL, Carlos Eduardo. Racionalidade e racionalização em Max Weber. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 79, p.153-172, jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200010>. Acesso em: 25 mai. 2020.

SENEDA, Marcos César; CUSTÓDIO, Henrique Florentino (org.). **Max Weber**: religião, valores, teoria do conhecimento. Uberlândia: UFU, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/322984868\\_MAX\\_WEBER\\_RELIGIAO\\_VALORES\\_E\\_TEORIA\\_DO\\_CONHECIMENTO](https://www.researchgate.net/publication/322984868_MAX_WEBER_RELIGIAO_VALORES_E_TEORIA_DO_CONHECIMENTO). Acesso em: 25 maio 2020.

TOSH, Josh. **The pursuit of history**. London: Routledge, 1984.

TOZZI, Verónica. **La historia segun la nueva filosofia de la historia**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

TOZZI, Veronica. Una aplicación de la filosofía del arte de Danto a los problemas de la demarcación entre la narrativa literaria y la “meramente” histórica. **Revista Internacional de Filosofia**, Murcia, n. 49, p. 119-139, 2010.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história?** Brasília: UnB, 1998 [1971].

WALSH, W. G. **Introducción a la filosofia de la historia**. Distrito Federal, México: Siglo XXI Editores, 1968 [1951].

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais I**. Campinas: Cortez, 1992.

WHITE, Hayden. **Metahistória**. São Paulo: Edusp, 1995.

WHITE, Hayden. The practical past. **Historiein**, Athenas, v.10, p. 10-19, 2010. Disponível em: <http://www.gruponavis.com.br/The%20practical%20past%20-%20Hayden%20White.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

WRIGHT, Georg Henrik von. **Explanation and understanding**. New York: Cornell University Press, 2004 [1971].

YTURBE, C. **Filosofia de la história**. Madrid, Espanha: Trotta, 1993.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Cristiano Alencar Arrais é professor Associado de Teoria da História. Docente do Programa de Pós-graduação em História e do ProfHistória da Universidade Federal de Goiás. Coordenador do Programa de Cooperação Internacional CAFB-BA (2014-2018). Autor de *Cidades-Capitais do Brasil Republicano* (Imprensa Universitária, 2019) e *Mobilidade discursiva* (Editora UFG, 2013). Organizador de *A história escrita: percursos da historiografia goiana* – em colaboração com Noé Freire Sandes (Cegraf UFG, 2018), e *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico* – em colaboração com Julio Bentivoglio (Milfontes, 2017). Tem experiência na área de Teoria e filosofia da História e História da Historiografia.

## ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Campus II - Av. Esperança, 900 - Vila Itatiaia, Goiânia, GO, CEP 74690-265, Brasil.

## FINANCIAMENTO

Não se aplica.

## AGRADECIMENTO

Agradeço às críticas e sugestões dos pareceristas que influenciaram na melhor fundamentação dos argumentos desenvolvidos na versão final deste artigo.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado  
Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada  
Luisa Rauter Pereira – Editora Executiva  
María Inés Mudrovcic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Cristiano Alencar Arrais.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

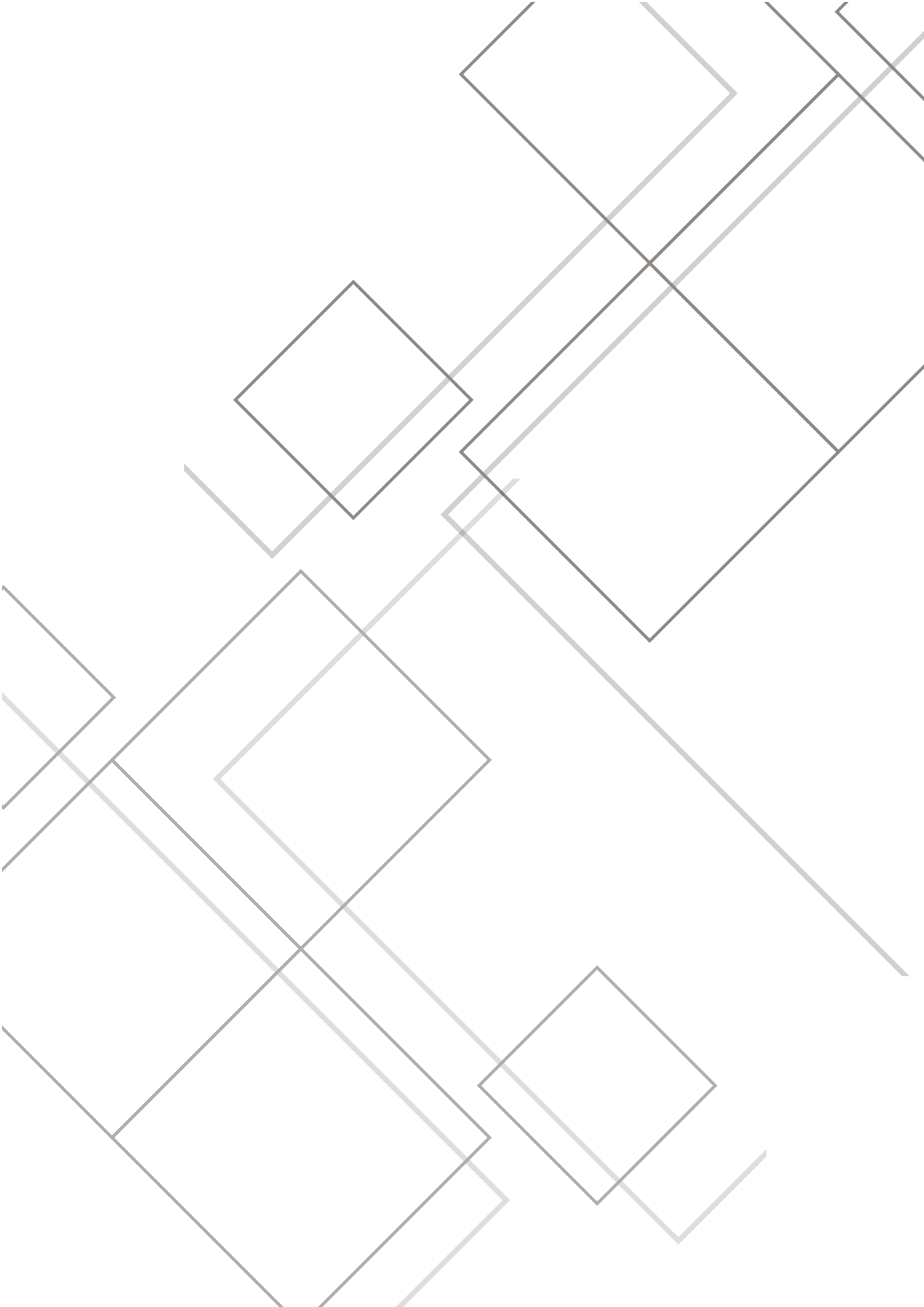
## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 9 de junho de 2020.

Alterado em: 25 de março de 2021.

Alterado em: 7 de abril de 2021.

Aprovado em: 21 de abril de 2021.






## E quando o Escritor é historiador? Crítica ao “herói” moçambicano em João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa

And when the Writer is a historian? Criticism of the  
Mozambican “hero” in João Paulo Borges Coelho and Ungulani  
Ba Ka Khosa

**Fernanda Gallo** <sup>a</sup>

E-mail: [fernandabggallo@gmail.com](mailto:fernandabggallo@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0003-3039-7179> 

<sup>a</sup> Universidade de Campinas,  
Instituto de Estudos da Linguagem,  
Departamento de Teoria e História Literária,  
Campinas, SP, Brasil

## RESUMO

Enfocando o conto “Balada da Xefina”, de João Paulo Borges Coelho (2005) e o romance *As mulheres do Imperador*, de Ungulani Ba Ka Khosa (2018), ambos escritores e historiadores moçambicanos, o presente texto discute a interseção entre memória, história e literatura a partir da figura do herói representada nas duas obras ficcionais. Argumenta-se que o domínio linear e moralizante sobre a narrativa nacional moçambicana e, portanto, sobre os considerados heróis é uma estratégia de legitimação discursiva fomentada pelo partido no poder desde a independência nacional (1975), em um exercício de continuar governando por meio do “script da libertação” (BORGES COELHO 2019), conforme pretende-se mostrar através de casos recentes em diálogo com os textos literários escolhidos e a historiografia produzida (e/ou silenciada) no país.

## PALAVRAS-CHAVE

Literatura. História da África. Ficção.

## ABSTRACT

This text discusses the intersection between memory, history, and literature through the figure of the hero in the short story “Balada de Xefina” (2005) and the novel *As Mulheres do Imperador* (2018), respectively written by João Paulo Borges Coelho and Ungulani Ba Ka Khosa – both Mozambican writers and historians. As we intend to show through recent cases in dialogue with the literary works and the historiography produced (and/or silenced) in the country, the linear and moralizing domain over the Mozambican national narrative (and thus over the considered heroes) is a discursive legitimation strategy fostered by the ruling party in an exercise of continuing to rule through the “script of liberation” (BORGES COELHO 2019).

## KEYWORDS

Literature. History of Africa. Fiction.

## Moçambique pós-independência: a memória em disputa

Em entrevista realizada recentemente, a historiadora brasileira Ana Maria Camargo, que durante anos prestou assessoria ao Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), afirma ter testemunhado dois grandes momentos de reescrita da história moçambicana: “O primeiro, logo após a Independência, quando se negou a história produzida pelos colonizadores; o segundo, quando o país abandonou o regime socialista” (TEIXEIRA SANTOS, 2018, p. 290).<sup>1</sup> No que se refere ao primeiro momento, a historiadora ressalta a ênfase dada a pesquisas que rememoravam aspectos humilhantes vivenciados durante o colonialismo, como o castigo e o trabalho forçado, em contraponto a uma versão do presente focada no progresso pós-independência oferecido pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo).<sup>2</sup> Segundo Camargo, exemplo dessa vertente histórica teria se materializado no Museu da Revolução, inaugurado em 1978, que diante da situação de penúria vivenciada no país não teria promovido uma esperada identificação com seus visitantes, ou parte deles, uma vez que:

Os jovens, os alunos da Universidade, os estudantes de História — todos passaram a rejeitar, de forma tácita, esse discurso, sem poder fazer uso do dispositivo que nós, brasileiros, sempre mobilizamos em casos similares, inclusive em tempos de censura e perseguições: a chacota e o deboche (TEIXEIRA SANTOS, 2018, p. 291).

O Museu da Revolução segue indicando as muitas tensões existentes entre a história da jovem nação moçambicana e as disputas sobre sua memória. Em 2010, o partido Frelimo iniciou os trâmites judiciais junto à Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE) para comprar o Museu, gerando um debate registrado pelo jornal *Savana* no texto “Frelimo compra Museu da Revolução” (NENANE, 2010). O texto jornalístico pondera as diferentes concepções sobre o assunto, a exemplo da fala do analista político Momed Yassin, ao opinar que “Não se explica como é que o Ministério da Cultura permite que um partido político adquira o património histórico-cultural nacional”. Por outro lado, para Jorge Rabelo, combatente da luta de libertação e quadro da Frelimo:

<sup>1</sup> Durante sua estadia em Moçambique, Ana Maria Camargo também ministrou uma disciplina no curso de Licenciatura em História com especialidade em Documentação, orientou trabalhos de pesquisa e prestou assessoria à Universidade na formulação de políticas patrimoniais (TEIXEIRA SANTOS, 2018).

<sup>2</sup> Sobre as primeiras pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), ver o artigo de Carlos Fernandes (2013). Respondendo às críticas de que o CEA teria sido um dos braços da Frelimo, ver o artigo de Colin Darch (2017).

Há razões históricas óbvias para que aquele museu seja pertença do partido, embora possamos questionar hoje se os ideais que ontem nortearam a revolução ainda prevalecem. Será que esse projecto revolucionário ainda é assumido hoje? Mas isso é outra coisa (NENANE, 2010).

As duas falas indicam visões dicotômicas sobre o chamado Estado-Partido, modo pelo qual a Frelimo é frequentemente alocada enquanto o próprio Estado. Tal embaralhamento de instâncias teria se gestado a partir de uma espécie de “script da libertação”, discutido por Borges Coelho (2019). Segundo o pesquisador, esse roteiro narrativo teria sido elaborado e defendido pela Frente de Libertação logo após a independência – e se acentuado quando a Frente se tornou um partido em 1977 – para monopolizar as explicações do passado como uma fonte de inquestionável autoridade na nova nação. Assim, os participantes que estiveram diretamente ligados à luta armada foram legitimados como “naturalmente” aptos a conduzir a nação e elevados à condição de heróis nacionais. Outros personagens que também haviam participado da Frente, mas possuíam propostas políticas diferentes, como Lázaro Nkavandame, foram considerados inimigos da nova nação.<sup>3</sup> Para atingir o maior número de pessoas, o *corpus* narrativo desse *script* foi claro, direto e baseado em binarismos que promovessem uma fácil (e simplista) identificação, como: nacionalismo *versus* colonialismo, revolucionário *versus* reacionário, militar *versus* civil, Frente de Libertação Moçambicana (Frelimo) *versus* Resistência Nacional Moçambicana (Renamo).<sup>4</sup> Com isso, a experiência da luta de libertação tornou-se um capital simbólico e os que efetivamente participaram da guerrilha ao lado da Frelimo foram (e continuam sendo) autorizados a falar sobre o passado, conforme indicam as diversas autobiografias de ex-guerrilheiros publicadas nos últimos anos e destacadas por Rita Chaves (2019).

Nessa crise da memória como prática pública em que as memórias pessoais se articularam com a memória pública oficial (WERBNER, 1998), a produção histórica moçambicana foi desestimulada, já que sua prática excederia um roteiro narrativo pré-estabelecido. Em outras palavras, a complexidade das análises históricas, aos olhos do Estado-Partido, seria um risco ao domínio sobre o passado, uma vez que

a operação da História procuraria fontes sem qualquer complacência hierárquica e independentemente da orientação política, incluindo as fontes

<sup>3</sup> Nkavandame teve destaque na região norte do país e chegou a coordenar a base militar de Malapende, composta por guerrilheiros-escultores, até se desentender com a Frente (LARANJEIRA, 2018).

<sup>4</sup> Alguns ex-frelimistas aderiram à Renamo, que, até 1984, foi apoiada financeiramente por países vizinhos adeptos do apartheid para desestabilizar o regime socialista.

mais reservadas e sensíveis; e que aplicaria a estas fontes as suas próprias metodologias de validação, incluindo o procedimento do contraditório. [...] Após a independência, o preço a pagar por uma boa relação entre a Política e a História foi assim que esta última se manteve afastada do processo da libertação, incidindo antes em questões mais remotas da história e geografia coloniais. Certamente que a História tinha todos os motivos, incluindo éticos, para se posicionar ao lado do nacionalismo. Todavia, a maneira de expressar essa proximidade e alinhamento constituía ao mesmo tempo a maior ameaça ao Roteiro da Libertação: o debate da saga e a sua reescrita (BORGES COELHO, 2019, p. 10-11).

Essa disputa de narrativas sobre o passado recente está presente tanto nos textos ficcionais quanto nos diversos artigos de opinião e textos acadêmicos dos escritores e historiadores João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa. Ambos estudaram na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em Maputo, mas tomaram caminhos diferentes no ofício da disciplina histórica. Após finalizar o curso de formação para professores de História, Ba Ka Khosa foi enviado para dar aulas na província do Niassa, ao norte do país, enquanto Borges Coelho se bacharelou em História e permaneceu em Maputo trabalhando na universidade. Após voltar da experiência no norte - onde conheceu de perto a coerção dos campos de reeducação socialistas, motivo que o fez romper com o poder (LABAN, 1998, p. 1051) -, Khosa retornou a Maputo e ocupou diversas posições no funcionalismo público, ao mesmo tempo em que integrou a Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), por meio da qual participou da criação da Revista Literária Charrua em 1984 e lançou seu primeiro romance, *Ualalapi*, em 1987. Borges Coelho seguiu uma carreira mais estritamente acadêmica, doutorando-se em 1994 e publicando tardiamente seu primeiro romance, *As duas sombras do Rio*, em 2003. Importa situar que tanto *Ualalapi* quanto *As duas sombras do rio* rediscutem a história moçambicana, ampliando a narrativa nacionalista sobre ela. Se *Ualalapi* questiona a transformação do Rei Ngungunhane - o temido rei de Gaza derrotado pelos portugueses em 1895 - em herói nacional por parte da Frelimo, *As duas sombras do rio* complexifica a guerra civil moçambicana ao rejeitar o simples binarismo "bandidos armados da Renamo" versus "heróis nacionais da Frelimo".

Importante situar que outros historiadores chamaram atenção para o teor contraproducente da narrativa frelimista nos moldes de narrativa única. O artigo "Da idealização da FRELIMO à compreensão da História de Moçambique" - possivelmente o primeiro texto a destacar a problemática, publicado em 1986 na revista *Estudos Moçambicanos*, de autoria do então diretor do Centro de Estudos Africanos, Aquino de Bragança, e do historiador congolês Jacques Depelchin - questiona se uma história

exclusivamente focada na luta de libertação dirigida pela Frelimo seria o suficiente para compreender o processo de transição ocorrido entre o período colonial e a independência. Aliás, em outro texto escrito sobre Aquino de Bragança, Jacques Depelchin (2018) lembra que Bragança não apreciava as cartilhas marxistas, sendo que “uma das suas preocupações era ‘desideologizar’ a história e evitar que houvesse temas ou perguntas tabus” (DEPELCHIN, 2018, s/p.). Exemplo nesse sentido, segundo Depelchin, foram as chamadas *Oficinas de História* conduzidas no norte de Moçambique, nas quais os estudantes de história vindos da distante capital deveriam ouvir as narrativas sobre a experiência das zonas libertadas a partir das próprias pessoas que viveram naqueles territórios, considerados símbolos da luta anticolonial. Contudo, para além dos esforços de Bragança e de outros intelectuais do CEA, a historiografia oficial moçambicana continuou pautada na guerra de libertação como fio condutor narrativo da nação, num constante esforço de produção e atualização de uma história de si, uma história abertamente heroica e com suas contradições silenciadas.

Voltando aos casos recentes que continuam marcando as disputas sobre o passado em Moçambique, a figura do antigo líder da Renamo – Afonso Dhlakama, principal opositor da Frelimo e personagem central da guerra civil (1976-1992) – ganhou destaque especialmente nas celebrações de 1 ano da sua morte. Em maio de 2019, a Comissão Política do Partido de Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), por meio de seu porta voz Alfredo Magumisse, declarou: “Em reconhecimento da dedicação, abnegação e sacrifício consentidos pelo saudoso presidente Afonso Machado Marceta Dhlakama, pai da democracia e descentralização moçambicanas, os conselheiros foram unânimes em declará-lo herói nacional” (CALDEIRA, 2019). A fala desencadeou reações imediatas (contrárias e a favor) e situações constrangedoras, como uma mensagem em rede social atribuída à deputada frelimista Alice Tomás, que conclamava “a violação sexual por 10 homens” a Fátima Mbire, pesquisadora do Centro de Integridade Pública (CIP), por considerar o papel histórico de Dhlakama e, portanto, a atribuição do título de herói nacional. Fátima Mbire registrou queixa na Procuradoria Geral da República, e, após grande repercussão na sociedade, especialmente de movimentos feministas moçambicanos, a deputada Alice Tomás negou a mensagem e afirmou que sua conta havia sido invadida por *hackers* (LEONEL, 2019).

A heroicização de Dhlakama em pleno processo de recenseamento referente às eleições presidenciais ocorridas no dia 15 de outubro de 2019 – as primeiras a decorrerem sem sua presença física – e em meio aos impasses sobre a assinatura do Acordo de Cessação das Hostilidades e de Paz entre Frelimo e Renamo – fruto da retomada dos conflitos em 2013, no qual a Renamo reivindicou um maior acesso às

instituições do Estado, às Forças Armadas e à Comissão Nacional de Eleições (CNE)<sup>5</sup> –, indica que a politização da memória em Moçambique é uma questão pertinente e que afeta diretamente a política do presente. Como diria Koselleck, trata-se de um futuro concebido pelas gerações passadas a partir do futuro passado (KOSELLECK, 2012, p. 23).

Nesse contexto, os projetos literários de João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa apontam para a literatura enquanto possibilidade de se pensar as tensas relações entre memória e narrativa histórica em Moçambique. Assim, estimulada pelo recente debate em torno da heroicização de Dhlakama e em meio à vasta produção literária dos dois escritores,<sup>6</sup> optou-se por discutir, neste texto, a representação do herói no conto “Balada da Xefina”, de Borges Coelho (2005b)<sup>7</sup>, e no último romance de Ba Ka Khosa, *As mulheres do Imperador* (2018), defendendo a hipótese de que os modos como ambos questionam o status de herói nos citados textos alargam a análise sobre o passado e, sobretudo, tensionam seus usos no contexto político do presente. Argumenta-se ainda que ambos os autores tanto rediscutem a história oficial quanto oferecem um novo caminho interpretativo sobre a experiência histórica moçambicana. Como lembra Francisco Noa (2015), as chamadas literaturas africanas vêm produzindo um indissolúvel diálogo com o meio em que elas emergem e apresentam-se como um espaço em que as relações de poder são situadas, notadamente no sentido de subverter as ordens discursivas dominantes. Assim sendo, o presente texto contribui para o debate em torno das interseções entre história e literatura a partir dos textos ficcionais de João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa, convocando a rasura de fronteiras disciplinares ou, como sugere este dossiê, uma (in)disciplina histórica.

## “Heróis” ficcionais e a problematização da história

“Balada da Xefina” é um dos 10 contos que compõem a obra *Índicos Índicios*, publicada em 2005 e dividida em dois volumes: *Setentrião* (2005a) e *Meridião*

<sup>5</sup> Para um cronograma detalhado dos conflitos entre Renamo e Frelimo ao longo da história, ver: <https://bit.ly/3cigkao> e <https://bit.ly/3bI4mbj>. Acessado em 22 de maio de 2020.

<sup>6</sup> Ungulani Ba Ka Khosa publicou 6 romances, 2 livros de contos, 1 livro de ensaios e 1 livro infanto-juvenil. João Paulo Borges Coelho publicou 7 romances, 3 novelas e 1 livro de contos (dividido em dois volumes).

<sup>7</sup> Por uma questão editorial, na primeira edição de *Índicos Índicios*, seus contos foram publicados separadamente, sendo *Índicos Índicios I: Setentrião* (2005a) o volume que agrega as histórias referentes ao norte do país e *Índicos Índicios II: Meridião* (2005b) o volume com histórias referentes ao sul. Posteriormente, as duas coletâneas foram editadas em volume único pela editora Ndjira, sendo que a edição consultada para este texto data de 2010.



(2005b). Logo no título, percebe-se que o autor convoca o oceano Índico como espaço narrável para se falar de Moçambique e de suas relações sociais, culturais, históricas, em diálogo com os Estudos do Índico e pesquisadores como o historiador Edward Alpers (2019). De uma perspectiva literária, Elena Brugioni (2013) aponta que as possibilidades de uma cartografia alternativa na literatura produzida no Índico ampliam as categorizações meramente linguísticas ou nacionais/regionais, renovando as formas de análise, “proporcionando um contraponto entre representações, que não se fundamenta apenas em critérios de analogia ou semelhança, mas também de diferença, contraste e heterogeneidade” (BRUGIONI, 2013, p. 127). Também Susana Ramos Ventura (2009) indica que as obras de Borges Coelho ultrapassam as fronteiras representadas da nacionalidade e do regionalismo ao variarem os cenários de suas narrativas, desenvolvidas tanto na esfera rural quanto na urbana, englobando o centro bem como o sul e o norte. No caso do conto “Balada da Xefina”, logo na apresentação de *Meridião*, Borges Coelho informa ao leitor:

É sobre uma ilha que, apesar de nunca ter deixado de estar em frente aos nossos olhos, soube sempre manter o recato; sobre como o tempo é linha frágil e como fortes são os contextos que nos prendem. Um documento anônimo da primeira metade do século XIX, *A Guerra dos Reis Vátuas*, publicado pelo Arquivo Histórico de Moçambique, serviu-me de contraponto neste recurso (BORGES COELHO, 2010, s/p).

O citado documento retrata as negociações entre os reis do Cabo Natal, da Matola e de Maputo com Dionísio Ribeiro, governador de Lourenço Marques. O conto, por sua vez, criado a partir do estímulo causado pelo próprio documento, conforme apontou o autor, aborda a memória de dois eventos históricos centrados na Ilha de Xefina: o assassinato do governador Dionísio Antonio Ribeiro, em 1833, e a tentativa de golpe de elementos dissidentes do Frelimo, em 17 de dezembro de 1975, enviados para a ilha. As duas situações são apresentadas ao leitor de forma intercalada e interligadas por um mesmo personagem que narra e participa dos fatos, o jovem Mustafa Issufo.

No primeiro evento, Mustafa Issufo, munido de um sentimento de vingança pessoal, deserta a Fortaleza de Lourenço Marques para informar ao rei da Matola, chamado Maxaquene, as fraquezas militares do governador português Dionísio, retratado no conto como um louco “que anda pelos reinos em redor da fortaleza espetando paus de bandeira como se tudo aquilo fosse seu, sem ter em conta as mínimas normas de vizinhança” (BORGES COELHO, 2010, p. 144). Após a revelação do protagonista,



agraciado como herói pelo rei Maxaquene, e frente à desobediência do governador Dionísio, chamado “filho branco” – categoria que consta na documentação e é reproduzida no conto –, o rei vátua Dingane decide ir atrás do governador, que foge para Xefina, onde, posteriormente, tem seu coração arrancado, fato igualmente registrado na citada fonte histórica.

Embora o uso de registros históricos na criação literária seja algo comum na escrita ficcional de Borges Coelho, interessa-nos aqui pensar o modo como a narrativa histórica é, de certa maneira, alargada na produção desse conto. Conforme o texto avança, a condição de herói de Mustafa é representada pelo autor como algo dúbio e intimamente relacionado ao jogo de poder que se desenrolava no contexto de negociações e disputas entre o governador português e os reis locais. Se por um lado a traição de Mustafa Issufo o tornou herói aos olhos do rei Maxaquene, por outro, na passagem em que a embaixatriz de Maxaquene é desrespeitada por um português que acompanha o governador, o próprio Issufo, que servia de tradutor entre ambos, conversa com o leitor e pontua:

Sei o que estais pensando. Que apesar de língua dela eu também poderia a continuar fazer de herói, interferindo. Não o fiz só pelo medo, vos asseguro, embora também o tivesse. Mas por cálculo, por não saber ainda qual seria o desfecho, se para o lado da Fortaleza se para o lado de Matola, e me agonia a ideia de ficar entalado no meio das duas, bastando e sobrando o protagonismo que já tinha (BORGES COELHO, 2010, p. 154).

Outro trecho que reforça o status de herói como algo relativo e, insisto, absolutamente conectado ao contexto de disputas locais (incluindo as pessoais) e às conseqüentes estratégias criadas nesse meio ocorre logo após o rei Dingane chegar para resolver o imbróglio, e o mesmo Mustafa mudar novamente de lado, afinal:

E quando eu, já cansado de ser herói nesse lugar, estatuto que não me trouxera particular proveito a não ser um ou outro sobressalto, me resolvi bandear para os lados da Catembe, aonde fui contar das fraquezas dos de dentro como já contara aos da Matola, já aproveitando para desvendar também os senãos do Maxaquene que, entretanto colhera na curta convivência com que ele tivera (BORGES COELHO, 2010, p. 155).

Na segunda narrativa do conto, que se passa em fins do período colonial, Mustafa Issufo é enviado a Xefina com outros homens por ter tentado ou pretendido –

“o que nestas coisas de poder o gesto e a intenção fazem parte de um andamento só” (BORGES COELHO, 2010, p. 148) – tomar a presidência no dia 17 de dezembro de 1975, poucos meses após a independência de Moçambique ter sido declarada por Samora Machel. Esse segundo Mustafa Issufo, separado pelo tempo e pela geografia – já que o primeiro teria vindo do sul e este do norte – indica as dissidências e os anseios diversos gerados no bojo do processo de independência e que pouco espaço têm frente a uma história nacionalista hegemônica. Na tentativa de melhor compreender as motivações que fizeram com que fosse nomeado um traidor, o personagem explica que:

Queríamos para nós o que pensávamos que os outros tinham, e o camarada comissário confirmava. Também nós temos direito, dizia ele e eu acreditava. Desconhecendo que o que nos faltava, e que ao menos possuíamos imaginado, os outros também não tinham nem sequer imaginado. A quem explicar isto, agora que já não há ninguém que nos ouça? (BORGES COELHO, 2010, p. 159).

A representação de uma história não linear e não dicotômica, uma das características de Borges Coelho tanto no seu ofício de historiador quanto de escritor, é igualmente ressaltada no trecho em que Mustafa e seus companheiros eram conduzidos a cumprir pena na ilha de Xefina, segundo informa Mustafá, pelos “camaradas nossos que agora se diziam — e mostravam — inimigos e esqueciam-se contudo, ou ignoravam, quão fina é a linha que nos separa. Hoje somos nós que seguimos amarrados, amanhã poderá caber a vez a eles” (BORGES COELHO, 2010, p. 149). Finalmente, e levantando alguma ironia sobre a disputa pelo protagonismo histórico da descolonização moçambicana travada sobretudo entre Frelimo e seus dissidentes, o personagem conclui: “Haver casos em que se é sempre traidor, ou sempre herói, dependendo de quem nos vê e sem termos como sair desta” (BORGES COELHO, 2010, p. 160).

Nessa forma de narrar o passado e de construir uma historicidade dilatada, Mustafa representa um caminho interpretativo que refuta uma pretensa universalidade, geralmente associada à narrativa única sobre o que seria (ou deveria ser) um herói moçambicano. Deve-se lembrar que, no país, os considerados heróis possuem um lugar cativo na Praça dos Heróis e são celebrados a cada 3 de fevereiro, o Dia dos Heróis Moçambicanos, em homenagem a Eduardo Mondlane, fundador da Frelimo e assassinado nessa mesma data, em 1969, na Tanzânia. Em suma, o reconhecimento pela diferença e pela contradição elaborado em torno do personagem Mustafa Issufo apela para um passado que, segundo Linda Hutcheon (1991), é característico de metaficcões historiográficas, as quais se aproveitam das verdades e das mentiras do

registro histórico para compor suas narrativas. Esse modo de textualizar o passado oferece apenas respostas provisórias em meio a um processo de negociação das contradições, “e não um produto satisfatoriamente concluído e fechado que resulte de sua resolução” (HUTCHEON, 1991, p. 13).

A perspectiva de Hutcheon (1991) também pode ser pensada para a obra *As mulheres do Imperador*, de Ungulani Ba Ka Khosa (2018). O livro, intitulado *Gungunhana*, foi publicado em 2018 e é composto por dois textos: a obra inédita *As mulheres do Imperador* e uma reedição do já clássico *Ualalapi*, publicado pela primeira vez em 1987, dois anos após os restos mortais do Rei Ngungunhane – um dos últimos líderes da região sul a ser derrotado nas chamadas guerras de pacificação portuguesa – serem repatriados a Moçambique num contexto em que a guerra civil arrasava o país, e, com isso, a exaltação de supostos heróis nacionais teria a incumbência de reavivar a memória da libertação.<sup>8</sup> Aliás, o discurso de Samora Machel na cerimônia organizada para receber o “herói regressado” opera uma analogia bastante anacrônica entre Ngungunhane e a Frelimo, evidente no trecho abaixo:

O seu exemplo de coragem, de luta, de resistência permanente, ensinou-nos a amar melhor a liberdade e a desejar morrer por ela, para que o nosso povo fosse livre. O espírito dessa geração de resistentes à ocupação acompanhou-nos quando, em 1962, fundamos a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), inspirou-nos em 1964 ao darmos os primeiros tiros do combate libertador, vibrou conosco a emoção da independência do 25 de Julho e hoje, celebra conosco a primeira década da nossa liberdade. Mdungaz Ngungunhane foi um desses homens (TEMPO, 1985, p. 23 *apud* RAJÃO, 2018, p. 2810).

Sobre esse assunto, Fernando Bessa Ribeiro (2005) discorre sobre a construção de uma narrativa hegemônica, que se pautou, entre outros elementos, no esforço de relacionar Ngungunhane a Eduardo Mondlane, ambos originários de Manjacaze, como símbolos de luta contra o colonialismo. Nesse caso, segundo o autor:

Na narrativa hegemônica abraçada pelas instituições que têm o poder de prescrever e legitimar os discursos identitários fundados na história, presente-se o esboço de um mito fundador da nacionalidade, em que o

<sup>8</sup> As negociações para a repatriação dos restos mortais de Ngungunhane, de seu filho, de seu tio e de um de seus régulos tiveram início em 1983. Poucos dias antes dos 10 anos de comemoração da independência (25/06/1985), uma urna funerária com seu corpo desembarcou em Maputo (RAJÃO, 2018).

herói Ngungunhane é conectado a Eduardo Mondlane através das suas palavras de despedida, que trazem em si a profecia da chegada do sucessor (BESSA RIBEIRO, 2005, p. 260).

Rejeitando a narrativa de Manjacaze como “terra de heróis”, Ba Ka Khosa rompe com esse imaginário ao descrever, em *Ualalapi*, a violência empreendida por Ngungunhane em relação a outros povos. Ainda sobre o tema da heroicização como espaço territorial celebratório, Fernando Ribeiro chama atenção para a já mencionada Praça dos Heróis, localizada em Maputo, e simbolizada por uma tocha que indicaria a união dos povos da nação. *Ualalapi* foi considerado um dos principais romances africanos do século XX, e ficou conhecido por apresentar uma outra versão histórica da figura de Ngungunhane, na qual o autor dessacraliza o mito do herói, ressaltando os aspectos violentos desse personagem histórico envolto em razias, assassinatos e disputas por poder. Segundo Ana Mafalda Leite (1998), *Ualalapi* desmistificou a história produzida tanto pela colonização, em que Ngungunhane foi condicionado ao papel de derrotado por Mouzinho de Albuquerque e exilado nos Açores, quanto pela narrativa histórica do pós-independência, na qual ele é retratado como um herói que resistiu ao colonialismo, ainda que tenha subjugado vários povos locais em um constante jogo de domínio, negociação e conflito. Vanessa Ribeiro Teixeira (2014) pontua que a desconstrução do imperador vem desde o título, que opta por referenciar um dos guerreiros de Ngungunhane, o personagem Ualalapi, e não o próprio líder. Com isso, as reflexões tecidas na obra “reafirmam o lugar de um projeto que ousa ‘editar’ o passado, decididamente na contramão de uma lógica cartesiana, a partir dos vãos do discurso oficial e dos ecos da memória popular” (RIBEIRO TEIXEIRA, 2014, p. 112). Para Jane Tutikian (2014), ao se distanciar dos considerados heróis da nação, politicamente construídos, Ba Ka Khosa incorpora expressões idiomáticas, ditados populares e provérbios do país, e assim “recupera a história moçambicana, num discurso antiépico, mergulhando nas memórias subterrâneas, alimentadas de referências culturais” (TUTIKIAN, 2014, p. 74).

No caso de *As Mulheres do Imperador*, mais uma vez, o autor descentra a figura heróica de Ngungunhane, optando por focar a obra nas suas mulheres oficiais, sobretudo naquelas quatro que retornaram a Moçambique após serem desterradas em Lisboa e depois na Ilha de São Tomé. Foram elas: Malhala (e seu filho), Phatina, Namatuco e Lhésipe (com 2 filhos), somadas a Oaxaca e Debeza (e sua filha), mulheres do antigo rei Zilhalha, súdito de Ngungunhane, que, por sua vez, morreu desterrado em Angra do Heroísmo, na Ilha de Açores, em 23 de dezembro de 1906, com o nome de Reinaldo Frederico Gungunhana.

É importante referir que, antes de iniciar a narrativa sobre as mulheres do imperador, Ba Ka Khosa utiliza elementos pré-textuais que conduzem a leitura e fazem nítida referência à complexa relação estabelecida entre história e memória. Seis são as mulheres que compõem a trama, e seis são as citações utilizadas, sendo que a primeira delas consiste em um trecho da obra *A Ignorância*, de Milan Kundera (2000), que versa sobre o exílio e a ilusão do “grande retorno” do desterrado. A segunda citação, por seu turno, é composta por trechos da obra *A sombra do que fomos*, de Luis Sepúlveda (2019), que versa sobre o idealismo dos exilados da ditadura chilena. A citação de Kundera, o primeiro contato do leitor com o texto, anuncia que:

Nunca acabaremos de criticar os que deformam o passado, o reescrevem, o falsificam, que dilatam a importância de um acontecimento, calam a de outro; estas críticas são justas (não podem deixar de sê-lo), mas não têm grande importância se não forem precedidas de uma crítica mais elementar: a crítica da memória humana enquanto tal (KHOSA, 2018, p. 109).

As outras quatro citações são transcrições de fontes históricas jornalísticas que noticiaram a separação de Ngungunhane e suas mulheres, enviadas a São Tomé. O texto de 23 de junho de 1896 de *O Paiz*, por exemplo, afirma que “privá-lo de todas as mulheres é que não se compreende, porque não se admite que um vencedor imponha voto de castidade a um vencido. Com os Gungunhanas brancos nunca se fez isso, nem se há-de fazer, cremos” (KHOSA, 2018, p. 111). Percebe-se que os elementos pré-textuais escolhidos pelo autor trazem de imediato duas questões pertinentes no que tange à narrativa histórica: o questionamento acerca da memória como fonte inequívoca da construção histórica e o uso de fontes que indicam a existência de diferentes opiniões sobre a prisão de Ngungunhane em Portugal, o que destrona a narrativa celebratória da derrota do “Rei dos Vátuas” como única e, ao mesmo tempo, abala a ideia de colonizador enquanto categoria homogênea. A terceira citação de *O Paiz* (2 de julho de 1986), por exemplo, questiona a vinda das mulheres e dos prisioneiros de guerra para Lisboa, afirmando que: “O governo queria dar espetáculo e explorar com os pobres negros o patriotismo do povo, por isso os mandou vir” (KHOSA, 2018, p. 111). Foi exatamente isso que se viu quando a corte do rei derrotado foi humilhada desde o dia em que chegou a Lisboa, 13 de março de 1896. Estariam os portugueses aplaudindo a derrota de Ngungunhane ou embevecidos com ela? As próprias fontes transcritas por Khosa indicam que não existe uma história única e que, portanto, não pode uma única versão da história ser fonte inquestionável de legitimação do poder. Além disso, o uso de elementos intertextuais pode ser entendido como “uma manifestação formal de um

desejo de reduzir a distância entre o passado e o presente do leitor e de um desejo de reescrever o passado dentro de um novo contexto” (HUTCHEON, 1991, p. 156).

O retorno das mulheres, 15 anos após terem partido forçadamente de Manjacaze, é narrado por meio do processo de ressignificação de cada uma delas em relação à nova cidade com que se deparam. Uma cidade colonial, cuja cartografia é pautada por um espaço urbanizado, a exemplo dos carros elétricos concessionados à empresa *Delagoa Bay Development Corporation* descritos no romance, e marcada pela divisão geográfica entre brancos, negros, indianos, chineses e gregos: calçadas, cafés e estabelecimentos de prostituição destinados aos brancos, em contraposição ao perímetro da circunvalação destinada aos periféricos negros também é uma situação abordada na obra. A esse respeito, discutindo a representação da geografia na ficção, Nazir Can (2016) menciona que:

No continente africano, ou em qualquer outro, a focalização do espaço (público ou privado, urbano ou rural, nacional ou internacional, real ou imaginado, textual ou institucional) não produz o apagamento da História. Pelo contrário. Como remarcam tantos críticos e teóricos da literatura que sobre essa coordenada da existência têm refletido, a eleição deste ou daquele cenário ficcional, por ser sempre de natureza ideológica, é tributária de uma visão específica sobre os regimes de historicidade. Por outro lado, os espaços inscritos nas obras ligam-se aos projetos artísticos e à posição que os autores procuram ocupar no “jogo literário” de seus respectivos campos de atuação. Estudá-los (os autores, as obras e os espaços nelas erguidos) permite que se avaliem, de outro ângulo, as sociedades em questão, suas conquistas e impasses, seus centros e margens, suas tradições e contradições, seus horizontes de possíveis e as violências de que foram e são alvo (CAN, 2016, p. 3).

O que nos importa discutir é o modo pelo qual, no decorrer do romance, a figura autoritária de Ngungunhane, elevado à condição de herói que lutou contra os portugueses, vai sendo subvertida por cada uma das viúvas ao escolherem seus próprios destinos. Pambane torna-se amásia de um escravo liberto em São Tomé e parte para o interior da ilha com ele; Phatina aprimora seu dom de cozinhar, e é a primeira a quebrar o interdito do peixe reservado aos *ngunis*, adaptando-se, portanto, à nova vida que se impunha; Malhala, após viver um grande amor em São Tomé, segue para Xai-Xai, sua terra originária, onde assimila-se ao mundo dos brancos. Já Namatuco, fiel aos hábitos *ngunis*, nega-se a ingerir peixe e, ao voltar a pisar na sua terra, retoma o dom de adivinhar o futuro, dedicando-se o resto da vida a cuidar da terra dos ancestrais e

a manter viva a grandiosidade perdida do Império de Gaza. Namatuco, mesmo ciente que ela e as outras rainhas de Ngungunhane estariam fadadas ao esquecimento, ecoa o prognóstico de Ngungunhane no discurso final da obra *Ualalapi*, especialmente na passagem em que reflete:

Somos o passado. Somos a memória negada. Ninguém vai acreditar em nossa verdade. Esta terra está sendo construída sem o passado. Tudo o que é passado é coisa morta. Os portugueses de hoje serão passado amanhã. Esta terra levará séculos a se encontrar porque vai negar sempre o seu passado (KHOSA, 2018, p. 176).

Oaxaca, ao contrário de Namatuco, é seduzida pelas possibilidades da nova cidade e, contrariando o que se imaginaria para uma das viúvas do antigo Imperador de Gaza, “alegrava-se desse estatuto de desconhecida, de alguém sem passado registrado, de alguém que pudesse reconstruir a sua memória, convocar os fantasmas que lhe agradavam, construir, a seu gesto, a história que lhe interessava” (KHOSA, 2018, p. 203). Segundo as previsões feitas no final da obra por Namatuco – que traçam os destinos históricos das viúvas retornadas –, Oaxaca seria uma cafetina de sucesso. Assim, no romance, cada uma das antigas rainhas ressignifica sua vida, ao lidar de formas singulares com um passado apagado ou, ao mesmo tempo, reificado como heroico, como no caso da tradicional Namatuco.

O romance de Ba Ka Khosa aponta para uma história no feminino, como bem pontuou Carmen Secco no posfácio da obra, e abre um espaço, até então ocupado pelo protagonista e suposto herói Ngungunhane, em direção a outras versões históricas narradas por mulheres cujos destinos díspares indicam que a história é feita de diferentes feitos, algo que Ba Ka Khosa já havia explorado ao tratar das contradições dos campos de reeducação na obra *Memórias Silenciadas* (2013). Em entrevista cedida no ano do lançamento de *Mulheres do Imperador*, o autor afirma:

O que eu quis, na verdade, foi entrar pelo lado do homem, e não na versão que ficou na História. Eu, quando comecei a escrever os meus livros, era professor de História, e na altura dava o império de Gaza em cerca de seis aulas. No livro tentei dar uma outra versão, uma que fosse além das obras da historiografia oficial, que fosse para além até dos factos históricos e que fosse capaz de dar o lado humano e pessoal que se esconde por detrás dessas narrativas. Acho que, se há a possibilidade de abrir várias janelas na História, isso é que é positivo (ALMEIDA, 2018).



As palavras de Ba Ka Khosa sugerem que o passado é uma seleção de acontecimentos transformados em fatos históricos por meio de um conjunto de solicitações do presente. Na “versão que ficou da história”, segundo as suas palavras, as mulheres não estavam incluídas, lembrando que uma narrativa histórica seria, segundo Hayden White:

forçosamente uma mistura de eventos explicados adequada e inadequadamente, uma congérie de fatos estabelecidos e inferidos, e ao mesmo tempo, uma representação que é uma interpretação e uma interpretação que é tomada por uma explicação de todo o processo refletido na narrativa (WHITE, 1994, p. 65).

Sobre a participação das mulheres na produção de heróis da nação moçambicana, Maria Tavares (2010) indica a preponderância da presença masculina no imaginário nacional, com destaque para nomes como Eduardo Mondlane, Samora Machel, Marcelino dos Santos, Joaquim Chissano, entre outros. Exceção nesse sentido seria Josina Machel, combatente da Luta de Libertação Nacional de Moçambique e esposa do presidente Samora Machel.<sup>9</sup> Tavares analisa ainda o modo como Paulina Chiziane abrangeu a atleta e campeã olímpica Lurdes Mutola enquanto heroína moçambicana, no conto “Mutola, a Ungida”, que integra a coletânea *As Andorinhas* (2017), numa tentativa de ampliar o panteão dos chamados “heróis da nação”.<sup>10</sup> A citada coletânea é composta por três contos que versam sobre as trajetórias de Ngungunhane, Eduardo Mondlane e Lurdes Mutola, os quais, postos de forma cronológica, indicariam uma “evolução” dos heróis da nação, especialmente se levarmos em consideração que a atleta Lurdes Mutola não tem qualquer relação com a política militar do país, como assinala Maria Tavares (2010). Ao promover essa operação representativa feminina, heroica e dissociada do mundo político, Chiziane

apresenta a identidade moçambicana como contínua, reconhecendo o seu passado e simultaneamente projectando-se no futuro, permitindo assim a emergência de Mutola como a heroína contemporânea que não só actualiza a imaginação do herói nacional, mas também subverte a conceptualização de heroísmo feminino pela apresentação de uma proposta distinta. Enquanto símbolo que “fala” à comunidade, ela materializa a dissociação

<sup>9</sup> Aos 18 anos, Josina Machel juntou-se à Frelimo na Tanzânia e foi membro do primeiro Destacamento Feminino da Frente e dirigente do Departamento dos Assuntos Sociais. Ela faleceu aos 25 anos no dia 7 de abril de 1971, data em que se comemora o Dia da Mulher Moçambicana.

<sup>10</sup> Lurdes Mutola conquistou a medalha de ouro na corrida de 800 metros nos Jogos Olímpicos de Sidney. Duas ruas, uma escola e um pavimento do clube desportivo de Moçambique foram rebatizadas com seu nome para homenageá-la (TAVARES, 2010).



da identidade nacional e do projecto político, desta feita abrindo o processo de construção da identidade nacional a uma multiplicidade de experiências (TAVARES, 2010, p.127).

É preciso salientar que Ba Ka Khosa e Borges Coelho não são os únicos escritores moçambicanos a problematizar o status de herói no país, conforme mostrou o conto “Mutola, a Ungida”, de Paulina Chiziane. Mia Couto, no texto “As medalhas trocadas”, que integra o livro *Cronicando* (1991), por exemplo, discorre sobre a vida do personagem Zeca Tomé, “homem de mais acaso que destino” (COUTO, 1991, p. 93), que foi medalhado, sem saber por que, no então “dia da raça”, durante o período colonial. Conforme a narrativa avança, ficamos sabendo que a medalha pertencia a outro Tomé, o qual, tempos depois, cobrou-lhe a insígnia de maneira violenta, resultando na prisão dos dois Tomés, na mesmíssima cela. Chegada a independência, o falso Tomé foi novamente condecorado como herói da luta contra o colonialismo por ter sido preso no período colonial. Nessa nova ordem, seus anos de cela, ainda que breves, “rendiam agora juro. Zeca recebia os tributos: graças, cargos, cartões. Estava dispensado de ser cidadão, sofrer as vulgares dificuldades. Bastava-lhe o pedestal daquela lembrança equivocada” (COUTO, 1991, p. 95). Na breve crônica, o camarada Zeca ainda foi condecorado, outra vez, pelo presidente Jivkov da Bulgária e, após escândalos que envolveram o dito Jivkov, acabou por devolver a medalha ao antigo e verdadeiro Zeca Tomé. A trama indica, de forma irônica, a fragilidade circunstancial do status de herói, pautada, por vezes, em meras “lembranças equivocadas”. Ademais, no texto “Novelo Ensarilhado”, presente no livro de ensaios *E se Obama Fosse Africano* (2009), Mia Couto aponta que a luta armada, enquanto narrativa histórica nacional, não teria inspirado os escritores em Moçambique. Para ele, o discurso de exaltação da libertação passou a ser figurado apenas por heróis que nomeiam praças e ruas, mas não têm rosto nem voz, desestimulando sua representação na ficção. Segundo suas palavras: “herdamos uma história heroica de heróis sem história. Personagens sobre-humanas destronaram as pessoas comuns, essa gente humilde que teve medo, que hesitou, que namorou, que se tornou semelhante a todos nós” (COUTO, 2009, p. 201).

## Considerações finais: E quando o escritor é historiador?

Xefina, uma ilha localizada a 5 km da costa de Maputo – a qual está literalmente sendo engolida pela erosão que a cada ano lhe come os destroços do forte e dos 8 canhões lá colocados como defesa durante a Primeira Guerra mundial –, foi o espaço

narrável escolhido pelo historiador e literato João Paulo Borges Coelho, cujo projeto literário procura escapar de uma narrativa única naquilo que chamou fábula histórica, ainda centrada na guerra de libertação como voz autorizada para falar do passado (BORGES COELHO, 2015). Assim como seus romances e novelas, esse conto não tem por objetivo reconstruir a história ou “dar voz” a quem quer que seja (pretensão demasiada arrogante e ilusória, segundo o próprio autor), mas abrir outras frentes no que nomeia “frio do esquecimento”. Nessa mesma direção, Ba Ka Khosa pontua que

A memória é sempre costurada, é preciso escangalhá-la para abrir outros horizontes, janelas e caminhos. A literatura joga um papel fundamental nisso, para conseguir de alguma forma ultrapassar os alinhamentos da História, que é uma ficção controlada, como dizia Agustina Bessa-Luís (ALMEIDA, 2018).

Portanto, os dois textos aqui brevemente apresentados fazem parte de um projeto literário que ousa “editar” o passado, como bem afirmou Vanessa Ribeiro Teixeira (2014). O tom anti-épico problematiza a condição de herói e indica os limites de discursos politicamente construídos que deixam pouco espaço para a representação do real em seus múltiplos e contraditórios sentidos. O problema central que parece mover os dois autores situa-se na crítica à centralidade da narrativa histórica encabeçada pela Frelimo, que, como pontuou Geffray (1991), move-se através da batalha entre um virtuoso espírito nacionalista modelado nos heroicos guerrilheiros, que pegaram em armas contra os portugueses (e que hoje formam a elite econômica do país) *versus* os “valetes do imperialismo”, que não comungaram da mesma narrativa, como a Resistência Nacional Moçambicana, a qual, até hoje, tem seu papel histórico recusado, como ilustrou o episódio recente da heroização de Dhlakama. Ao contrário de outros personagens históricos, Samora Machel tem seu espaço de herói alimentado constantemente em Moçambique. O filósofo moçambicano Severino Ngoenha (2019) discorre sobre as muitas homenagens presentes em canções, poemas, praças e ruas do país que atuam como constante lembrança de Machel:

Outros ressuscitaram-no nos mídias, num misto entre saudosismo e método indirecto de crítica aos governantes actuais. Mas o mais interessante é que Machel foi enterrado como um Farão, isto é, com todos os seus haveres: ideologia política, concepções axiológicas que vão da ideia da justiça, da ideia de identidade, do patriotismo, do papel do Estado e do partido, até aos homens que lhe foram mais fiéis. Ele foi anunciado herói nacional ao som de fanfarras solenes e depois selado hermeticamente numa tumba

para que o cheiro dos seus valores, ideias, ideologia e homens não se soltasse através das fechaduras; e fez-se tudo de modo que ninguém possa de novo ter acesso ao seu reino (NGOENHA, 2019, p. 6).

O ponto nevrálgico do debate sobre os supostos heróis é que, na batalha pela memória, os feitos da libertação continuam servindo como legitimação do poder em uma espécie de fetichismo narrativo, como indicou Alice Dinerman (2007). A autora explica que mesmo os feriados nacionais moçambicanos promovem uma relação umbilical entre o partido e a libertação da nação: O Dia da Independência (25 de junho) “coincide” com a fundação da Frelimo, em 1962. O Dia das Forças Armadas (25 de setembro) “coincide” com o começo da guerra de libertação, em 1964, e com o Governo de transição (setembro de 1974 - junho de 1975). O 4 de outubro, por sua vez, dia dos Acordos Gerais de Paz (1992), é entendido pela Renamo como um feito seu, no que nomeia “a segunda guerra de libertação”, evento que supostamente teria livrado o país do marxismo rumo à democracia, num claro esforço de igualar a guerra dos 16 anos à guerra de independência (DINERMAN, 2007). Continuando na disputa por marcos históricos, o ex-presidente Guebuza localiza a reversão da hidrelétrica de Cahora Bassa de Portugal para Moçambique, finalizada em 2006, como a “segunda independência do país” e, com isso, reaviva a memória sobre a luta contra o colonialismo e pela soberania nacional e legítima; mais uma vez, o papel da Frelimo no tenso campo da memória histórica da descolonização. Outro elemento de fundamental importância é que a disputa pela narrativa histórica implica uma suposta legitimidade no controle dos recursos naturais, criando expectativas e receios em grande parte da população moçambicana, especialmente após os ataques perpetrados no norte do país desde 2018. A exploração dos recursos acaba sendo destinada aos que comungam uma espécie de “direito” natural adquirido na luta de libertação, ou seja, a disputa pelo passado legitima o poder sobre o presente. Como bem advertiu Borges Coelho (2015):

Ao falarmos do passado enfrentamos – como diria Paul Ricoeur (1984) – dois tempos distintos: o tempo daquilo que é enunciado e o tempo da enunciação, que é o presente. Assim, ao perguntarmos ao passado também estamos, de certa maneira, a fazer perguntas sobre o presente. A natureza e qualidade dessas perguntas diz muito da natureza e qualidade das nossas vidas, daquilo que somos hoje.

Paul Ricoeur (1997), muito citado por Borges Coelho em seus textos acadêmicos, relembra a importância de analisarmos criticamente as operações historiográficas, “o saber de si da história” enquanto pretensão de um saber absoluto ou de uma vocação

objetiva. Essa autocelebração ou autodesignação seria característica de uma apologia da modernidade (RICOEUR, 1997, p. 310), e, na contramão dela, o autor explora as limitações internas situadas entre o projeto de verdade e o componente interpretativo da operação historiográfica, afinal:

Trata-se de muito mais do que engajamento subjetivo do historiador na formação da objetividade histórica: trata-se do jogo de opções que baliza todas as fases da operação, do arquivo à representação historiadora. Assim, a interpretação mostra ter a mesma amplitude que o projeto de verdade (RICOEUR, 1997, p. 311).

No que se refere à politização da memória, constata-se a existência de casos recorrentes, como aquele ocorrido no feriado nacional do Dia do Herói Moçambicano, em 3 de fevereiro de 2020, no qual o carro de Manuel de Araújo – prefeito da Renamo na cidade de Quelimane, centro de Moçambique – foi alvejado pela polícia durante uma passeata liderada pelo opositor que questionava a data comemorativa.<sup>11</sup> Já em Maputo, a mesma data serviu como palanque para que o presidente Filipe Nyusi defendesse as Forças de Defesa de Segurança (FDS) e acusasse os chamados “malfeitores” de Cabo Delgado, que, segundo ele, seriam financiados por forças internas e externas.<sup>12</sup> Como exemplo de sucesso contra “malfeitores” do passado, o presidente afirmou que: “as populações decidiram se juntar às forças de defesa de segurança, os atuais heróis, numa experiência que a nossa luta libertária provou ser a mais eficaz no combate contra estes malfeitores”<sup>13</sup>. Mais uma vez, percebe-se que o domínio sobre a narrativa do passado moçambicano tem implicações diretas sobre as explicações políticas do presente. Daí a importância de textos que promovem historicidades outras, ampliam e problematizam o passado e seus supostos heróis, a exemplo de “Balada da Xefina” e *As mulheres do Imperador*.

Por fim, tentando responder à pergunta que mobilizou este artigo – e quando o escritor é historiador? –, Borges Coelho assume que, embora estivesse envolvido com a disciplina de História Contemporânea como professor da Universidade Eduardo Mondlane, sempre teve “claro que a actividade científica é apenas uma das maneiras de dar conta da realidade. A literatura é um processo importante de interpretar aquilo que nos cerca”

<sup>11</sup> Ver DW, 4 fev. 2020: <https://bit.ly/3bFGXXI>. Acesso em: 5 mar. 2020.

<sup>12</sup> Sobre pesquisas recentes acerca dos ataques na Província de Cabo Delgado, consultar os textos disponíveis no Instituto de Estudos Sócio Econômicos (IESE) no portal: <https://www.iese.ac.mz/>.

<sup>13</sup> Para ouvir o áudio da declaração: <https://bit.ly/3vlyhO3>. Acesso em: 5 mar. 2020.

(VENTURA, 2009, p. 50). Refletindo sobre essa fala e analisando as demais obras do autor, parece-me que a natureza mais criativa da literatura e seu descompromisso com a verdade histórica – ainda que a própria história seja aqui entendida como uma narrativa (WHITE, 1995) – possibilitam ao historiador narrar Estórias que a História não aborda, especialmente em um espaço dominado pelo *script* da libertação, como bem resume o trecho abaixo:

Num tal contexto, a História enquanto disciplina acadêmica continua a representar um fator de perturbação para o Roteiro da Libertação, por velhas e novas razões. Estas últimas relacionam-se com uma transição democrática ainda difícil, em que a competição política se reveste de uma retórica militarista e de exclusão do outro. Assim, o fato de que a operação da história não pode ser medida em termos de filiação política, mas antes por paradigmas de rigor e crítica próprios, e de tal só poder ser aferido no interior da disciplina, segundo os seus métodos, procedimentos e níveis, é visto pela política como um sinal de independência muito pouco merecedor de confiança. Sinal claro dessa desconfiança é que, em desafio do que a legislação prescreve, os arquivos permanecem fechados (BORGES COELHO, 2019, p. 18).

Também a crítica literária e poetisa Ana Mafalda Leite (2012) discute essa questão, ao mencionar que,

Se a historiografia não permite, a maioria das vezes, a abordagem das narrativas marginais, das vivências esquecidas, e das emoções que com elas foram experienciadas, a literatura pode ser campo para a invenção de diversas formas de narratividade, em que a pesquisa histórica e antropológica repõe acontecimentos e eventos singulares, envolvidos no desconhecimento, ou caídos no esquecimento (LEITE, 2012, p. 109).

Seguindo essa direção, argumento que os projetos literários de Borges Coelho e de Ba Ka Khosa, dois intelectuais imbuídos de conhecimento histórico, podem ser entendidos como um caminho interpretativo para se analisar Moçambique em seus complexos processos históricos, assim como suas realidades atuais, já que as memórias subterrâneas (POLAK, 1989) levantadas por ambos, ao questionarem uma versão dicotômica e moralizante do passado da história, ajudam a ampliar a ideia da própria experiência histórica e suas contraditórias profundezas, ofuscadas diante de um Estado que se pretende ele próprio Historiador, como indicou Achille Mbembe (1992).

Contudo, possuir um conhecimento histórico ou exercer o ofício de historiador não garantiria, por si só, uma produção ficcional que dilatasse ou problematizasse a compreensão histórica. No fundo, trata-se de um conjunto de informações oferecidas a esses dois historiadores moçambicanos no seu ofício de historiador, tanto em suas atividades de pesquisa e docência quanto na realização de trabalhos de campo em diferentes circunstâncias, que possibilitam uma escrita ficcional pautada em historicidades diversas e nem sempre abordadas pela historiografia. Nesse caso, a análise do tempo histórico proposta por Koselleck ajuda-nos a problematizar a (in)disciplina histórica promovida pelos dois autores, já que situa o advento da modernidade como o contexto em que o tempo teria adquirido uma qualidade histórica: “A história, então, passa a realizar-se não apenas no tempo, mas através do tempo. O tempo se dinamiza como uma força da própria história” (KOSELLECK, 2012, p. 283). Nessa direção, a noção de “tempo histórico” seria formada por um processo no qual a distinção entre passado e futuro, atrelada à noção de experiência e expectativa, teria transformado o futuro em algo capturado de modo prognóstico, “que produz o tempo que o engendra e em direção ao qual ele se projeta” (KOSELLECK, 2012, p. 32), diferentemente das previsões apocalípticas que destruíram o tempo. Desse modo, a partir do controle prognóstico do Estado e da filosofia da história, um novo tipo de futuro é constituído. Nesse movimento, é interessante observar o modo pelo qual, em Moçambique, o passado recente da guerra civil é “capturado” e inscrito como uma forma de assegurar um lugar no futuro, afinal, não parece casual que o reacender da guerra em 2013 ocorra justamente num momento em que país vivenciava o aumento da exploração dos recursos naturais como carvão, gás, ou o rubi (GALLO, 2016). Em outras palavras, o retorno a uma guerra do passado recente – e que segundo a narrativa construída pela Renamo foi o evento que teria trazido a democracia a Moçambique – indica a disputa por um lugar no futuro próximo.

Dessa maneira, ambos os autores parecem dialogar – ainda que não se coloquem como escritores de um gênero ou subgênero ou se percebam próximos de uma vertente crítica específica – com o conceito de metaficção historiográfica, no qual a própria história é problematizada enquanto conceito. Linda Hutcheon (1991) defende que tanto a ficção quanto a história são discursos constituídos de sistemas de significação através dos quais damos sentidos ao passado. No caso da textualização do passado por meio da ficção, que parece se aplicar às duas obras aqui analisadas, ela afirma que “A questão já não é ‘a que objeto empiricamente real do passado se refere a linguagem da história?’; mais do que isso, a questão é ‘a que contexto discursivo poderia pertencer essa linguagem?’” (HUTCHEON, 1991, p. 157). Assim, não se trata de minimizar a realidade externa significativa, mas de assumir que a capacidade de conhecer é sempre

parcial, e a linguagem, literária ou historiográfica, representaria essa incapacidade. Um exemplo ímpar nesse sentido é o próprio Rei Ngungunhane, que vem sendo textualizado como herói ou como déspota a depender de quem escreve. Nas palavras de Ricoeur:

A narrativa de ficção é quase histórica, na medida em que os acontecimentos irreais que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é assim que eles se parecem com acontecimentos passados e a ficção se parece com a história (RICOEUR, 1997, p. 329).

Em suma, a narrativa construída em torno de *As mulheres do Imperador* e suas memórias silenciadas – problematizadas pela citação de Sepúlveda que abre a obra: "Nunca confies na memória porque está sempre do nosso lado: suaviza a atrocidade, dulcifica a amargar, põe luz onde só houve sombras. A memória tende sempre à ficção" (KHOSA, 2018, p. 87) – e as contradições do personagem e narrador do conto "Balada da Xefina" nos ajudam, de forma criativa e consistente, a analisar a constante disputa sobre a memória e o protagonismo histórico em Moçambique. Afinal, como indica a derradeira fala do personagem Mustafa Issufo: "Quanto ao que os olhos dos homens nos separam, será sem dúvida a curta distância, essa fina linha que se interpõe entre o herói e o traidor" (BORGES COELHO, 2010, p. 170).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nuno Ramos. Ungulani Ba Ka Khosa. 'A memória é sempre costurada. É preciso escangalhá-la para abrir caminhos'. **Jornal i**, Lisboa, 3 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3qG77xZ>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ALPERS, Edward. Moçambique marítimo (séculos XIV – XXI). **Revista de História**, São Paulo, n. 178, p. 1-32, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/143950>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BESSA RIBEIRO, Fernando. A invenção dos heróis. Nação, história e discursos de identidade em Moçambique. **Etnográfica**, Lisboa, n. 2, p. 257-75, 2005.

BRAGANÇA, Aquino de; DEPELCHIN, Jacques. Da idealização da Frelimo à compreensão da história de Moçambique. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, v. 5, n. 6, p. 29-52, 1986.



BRUGIONI, Elena. Narrando O(s) Índico(s). Reflexões em torno das 'geografias transnacionais do imaginário'. **Diacrítica**, Minho, v. 27, n. 3, p. 121-136, 2013.

CALDEIRA, Aderito. Renamo quer que Dhlakama, 'pai da democracia e descentralização', seja herói nacional em Moçambique. **Jornal Verdade**, Maputo, 10 mai. 2019.

BORGES COELHO, João Paulo. **Índicos Índícios** - estórias. Maputo: Ndjira, 2010.

BORGES COELHO, João Paulo. **Índicos Índícios I**: Setentrião. Lisboa: Caminho, 2005a.

BORGES COELHO, João Paulo. **Índicos Índícios II**: Meridião. Lisboa: Caminho, 2005b.

BORGES COELHO, João Paulo. Abrir a fábula: Questões da política do passado em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 106, p. 153-166, 2015.

BORGES COELHO, João Paulo. Política e História contemporânea em Moçambique: dez notas epistemológicas. **Revista de História**, São Paulo, n. 178, p. 1-19, 2019.

CAN, Nazir. A Ilha de Moçambique na ficção de João Paulo Borges Coelho: tensões islâmicas, um pano encantado e os Índicos Índícios. **Revista Todas as Musas**, São Paulo, n. 8, p. 1-11, 2016.

CHAVES, Rita. Autobiografias em Moçambique: a escrita como monumento (2001-2013). **Revista de História**, São Paulo, n. 178, p. 1-21, 2019.

CHIZIANE, Paulina. **As andorinhas**. Belo Horizonte: Nandyala, 2017.

COUTO, Mia. **Cronicando**. Lisboa: Caminho, 1991.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?** Lisboa: Caminho, 2009.

DARCH, Colin. Transversalidade no Centro de Estudos Africanos em Moçambique, 1976-1986: a construção de uma nova visão nas ciências sociais. **Revista de antropologia**, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 112-133, 2017.

DEPELCHIN, Jacques. Porque falar do Aquino de Bragança? **Pambazuka News**, 19 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3cnPhdW>. Acesso em: 11 mar. 2021.

DINERMAN, Alice. Moçambique depois do socialismo, a independência revisitada. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 15, p. 101-124, 2007.



FERNANDES, Carlos. Intelectuais orgânicos e legitimação do estado no Moçambique pós-independência: o caso do Centro de Estudos Africanos (1975-1985). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 48, p. 11-44, 2013.

GALLO, Fernanda. (Des)encontros do Brasil com Moçambique: o caso da Vale em Moatize. *In*: MORAIS, Carolina Maíra Gomes; PEREIRA, Matheus Serva; MATTOS, Regiane Augusto de (org.). **Encontros com Moçambique**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016. p. 235-264.

GEFFRAY, Christian. **A Causa das Armas**: Antropologia da Guerra Contemporânea. Porto: Afrontamento, 1991.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Gungunhana**: Ualalapi/As mulheres do Imperador. São Paulo: Kapulana, 2018.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Entre memórias silenciadas**. Maputo: Alcance Editores, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2012.

KUNDERA, Milan. **A ignorância**. Tradução de Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LABAN, Michel. **Moçambique**: encontro com escritores. Porto: Fundação eng. António de Almeida, 1998.

LARANJEIRA, Lia Dias. **Mashinamu na Uhuru**: arte makonde e história política de Moçambique (1950–1974). São Paulo: Intermeios, 2018.

LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades e Escritas nas Literaturas Africanas**: Ualalapi, Ungulani Ba Ka Kosa. Lisboa: Colibri, 1998.

LEITE, Ana Mafalda. Reescrever os limiões da História para repensar a Nação. *In*: LEITE, Ana Mafalda et. al (org.). **Nação e Narrativa Pós-Colonial**: Angola e Moçambique. Ensaios. Lisboa: Colibri, 2012. p. 107-122.

LEONEL, Matias. “Moçambique: CIP exige cassação de deputada da FRELIMO”. **DW**, 9 mai. 2019. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3IFL7>. Acesso em: 20 mai. 2020.

MBEMBE, Achille. Provisional Notes on the Postcolony. **Journal of the International African Institute**, Cambridge, v. 62, n. 1, p. 3-37, 1992.

NENANE, Armando. Frelimo compra museu da Revolução. **Macua**, 27 ago., 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3tea2zz>. Acesso em: 07 mai. 2019.

NOA, Francisco. **Perto do fragmento, a totalidade**. Olhares sobre a literatura e o mundo. São Paulo: Editora Kapulana, 2015.

NGOENHA Severino; BUANAISSA, Eduardo. Fronteiras da Filosofia para a construção da democracia em Moçambique. **ayalaboratorio**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2ONie6l>. Acesso em 10 mar. 2021

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAJÃO, Camila Lobato. A História é uma ficção controlada – a Frelimo e a literatura moçambicana. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA: CIRCULAÇÃO, TRAMAS & SENTIDOS NA LITERATURA (ABRALIC), XVI. **Anais** [...]. 2018, p. 2805-2814.

RIBEIRO TEIXEIRA, Vanessa. De Gaza ao Zambeze: a reinvenção da história em Ualalapi e Choriro, de Ungulani Ba Ka Khosa. **Mulemba**, Rio de Janeiro, v.1, n. 10, p. 110- 121, 2014.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. (tomo III). Campinas: Papirus, 1997.

TAVARES, Maria. Karingana Wa Karingana: Representações do heróico feminino em Moçambique. *In*: BRUGIONI, Elena et. al (org.). **Áfricas contemporâneas**: Contemporary Africas. Braga: Centro de Estudos Humanísticos (CEHUM), 2010. p. 115-130.

VENTURA, Susana Ramos. Considerações sobre a obra ficcional de João Paulo Borges Coelho. **Navegações**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 49-52, 2009.

TEIXEIRA SANTOS, Patrícia. Arquivo e construção da nação – Entrevista com Ana Maria Camargo. **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 285-295, 2018.

TUTIKIAN, Jane Fraga. Ungulani Ba Ka Khosa: o romancista das memórias marginalizadas. **Mulemba**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, p. 60- 76, 2014.

WERBNER, Richard. Beyond oblivion: Confronting memory crisis. *In*: WERBNER, Richard (org.). **Memory and the postcolony**. African anthropology and the critique of power. Londres: Zed Books, 1998. p. 1-17.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: A imaginação histórica do Século XIX. Tradução de José Laurêncio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1995.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.

SEPÚLVEDA, Luís. **A sombra do que fomos**. Tradução de Helena Pitta. Porto: Porto Editora, 2019.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Fernanda Gallo é historiadora (Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC), Mestre em Estudos Étnicos e Africanos (Universidade Federal da Bahia - UFBA), Doutora em Antropologia Social (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP) e pós-doutoranda em Teoria e História Literária (UNICAMP) com pesquisa sobre os escritores/historiadores moçambicanos Ungulani Ba Ka Khosa e João Paulo Borges Coelho. Integra o Kaliban - Centro de Pesquisa em Estudos Pós-Coloniais e Literatura Mundial (UNICAMP) e tem desenvolvido pesquisas em diferentes áreas no que se refere a África Contemporânea.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Sérgio Buarque de Holanda, n. 571, Campinas, SP, CEP 13083-859, Brasil.

### FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n. 2018/04573-9.

### CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado

Flávia Varella – Editora chefe

Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada

María Inés Mudrovcic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Fernanda Gallo.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO


Recebido em: 5 de julho de 2020.

Aprovado em: 18 de março de 2021.

Onde está o ensino nas disciplinas de Teoria da História ensinadas no Brasil? Reflexões sobre a formação docente dos professores de História  
Where is teaching in the Theory of History courses taught in Brazil? Reflections on the teacher training of history's teachers

**Erinaldo Cavalcanti** <sup>a</sup>

E-mail: [ericontadordehistorias@gmail.com](mailto:ericontadordehistorias@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-9912-5713> 

<sup>a</sup> Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará,  
Instituto de Ciências Humanas,  
Faculdade de História, Marabá, PA, Brasil

## RESUMO

Este artigo analisa as temáticas estudadas nas disciplinas de Teoria da História, ensinadas nos cursos de licenciatura em História das universidades federais do Brasil, para entender se o ensino de História se insere ou não entre as reflexões presentes nas disciplinas. Para tanto, utilizo as ementas de 49 componentes curriculares como opção metodológica para analisar o lugar ocupado pelo ensino de História como tema de interesse no debate promovido pelas disciplinas de Teoria da História e, dessa forma, entender quais temáticas são priorizadas e abordadas. As pesquisas sinalizam que as reflexões sobre Teoria da História nos cursos de licenciaturas têm ignorado o debate sobre o ensino de sua própria área.

## PALAVRAS-CHAVE

Teoria da História. Ensino de História. Formação docente.

## ABSTRACT

This article analyzes the themes studied in the courses of Theory of History, taught in History undergraduate courses at Federal Universities in Brazil, to understand whether History teaching is inserted or not among the reflections present in the courses. Therefore, I use the courses' overviews of 49 curricular components as a methodological option to analyze the place occupied by the teaching of History as a topic of interest in the debate promoted by the Theory of History courses and, in this way, to understand which themes are prioritized and addressed. Research indicates that reflections on Theory of History in undergraduate courses have ignored the debate about teaching in their own area.

## KEYWORDS

Theory of History. History teaching. Teacher training.

## Considerações iniciais

Este artigo é resultante das pesquisas desenvolvidas, desde 2016, através do projeto *Ensino de História, livro didático e formação docente: entre práticas e representações*. Neste texto, o foco de interesse volta-se aos componentes curriculares de Teoria da História e, de tal modo, procedi à catalogação das temáticas abordadas nessas disciplinas. Pesquisei 26 Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) dos cursos de licenciatura em História, oferecidos em universidades federais localizadas nas cinco regiões do Brasil, totalizando 49 disciplinas obrigatórias sobre Teoria da História.

O lugar de pouca expressividade ocupado pelo ensino fez parte do processo de construção da História como ciência. Jörn Rüsen chama a atenção para o afastamento criado entre a História e o seu ensino no processo de construção da ciência histórica. Para ele, “[...] durante o século XIX, quando os historiadores definiram sua disciplina, eles começaram a perder de vista um importante princípio, a saber, que a história é enraizada nas necessidades sociais para orientar a vida dentro da estrutura tempo”. (RÜSEN, 2006, p. 8). Nesse sentido, o autor sentencia que

[...] antes que os historiadores viessem a olhar para seu trabalho como uma simples questão de metodologia de pesquisa e antes que se considerassem ‘cientistas’, eles discutiram as regras e os princípios da composição da história como problemas de ensino e aprendizagem (RÜSEN, 2006, p. 8).

Alguns autores têm contribuído com essa reflexão, convidando-nos a repensar certas práticas durante a formação inicial dos professores de História. Manoel Luiz Salgado Guimarães (2009), de forma contundente, chamou a atenção para a necessidade de se repensar as relações entre ensino, teoria e historiografia. Ao articular a reflexão com o conceito de consciência histórica - no diálogo com Jörn Rüsen -, ele destacou ser necessário não reduzir o conhecimento da ciência histórica a uma simples aquisição de conteúdos e, de forma categórica, sentenciou:

[...] repensar a história e seu ensino, nesses termos, pode nos ajudar a refazer nossa humanidade esgarçada, tornando o passado não o lugar seguro para as respostas que nos angustiam, mas a fonte [...] para nossa ação no mundo. E, com isso, talvez contribuir para que assumamos nossas responsabilidades, não para com o futuro, que é segredo, mas com o presente, que é a vida que temos a partilhar com outros homens, para sermos, como eles, humanos (GUIMARÃES, 2009, p. 50).

As provocações colocadas por Manoel Guimarães foram retomadas por Maria da Glória de Oliveira (2013), ao refletir sobre a intercessão entre historiografia, memória e ensino de História. A autora centrou seus esforços na análise acerca de algumas questões/problemas que atravessaram o percurso analítico desse autor, sobretudo no que diz respeito às relações entre a história escrita e a história ensinada.

As reflexões sobre o ensino de História têm ganhado densidade e se consolidado como um campo de produção de saber que responde a variadas demandas do tempo, acionando diferentes saberes epistemológicos, como defende Carmen Teresa Gabriel (2019). O ensino de História tem-se configurado como um campo de disputas; um lugar de fronteiras nas perspectivas promovidas por Ana Maria Monteiro (2011).<sup>1</sup>

Diferentes autores têm sinalizado o fato de que, durante muito tempo, as questões que envolvem o debate sobre ensino de História, no Brasil, não despertaram o interesse dentro das faculdades e/ou dos departamentos espalhados pelas principais universidades do Brasil. Marieta de Moraes e Renato Franco (2008), destacam como o ensino de História, durante muitos anos, permaneceu distante dos temas debatidos e dos interesses políticos das faculdades e/ou institutos de História. Mesmo diante de inúmeros debates e avanços, esses autores afirmam que:

Na enorme maioria dos cursos de licenciatura em história persiste a valorização do pesquisador em detrimento do professor e a separação entre a academia e ensino. Nas Universidades de maior prestígio, espaço em que deveríamos encontrar professores qualificados para exercer o magistério, frequentemente nos deparamos com a resistência dos docentes às discussões sobre o ensino da disciplina (MORAES; FRANCO, 2008, p. 89).

A despeito das mudanças ocorridas, o lugar que o ensino de História ocupa durante a formação inicial tem contribuído para a construção de PPPs com reduzido espaço para outros saberes além dos historiográficos. Nesse sentido, Itamar Freitas (2014) ressalta que

[...] em vários estados do Brasil, percebemos que a ignorância, ou a presunção de domínio sobre a literatura que trata de ensino de História,

<sup>1</sup> Posteriormente, a autora ampliou o debate em trabalho publicado em coautoria com Fernando Penna (2011).



tem resultado em desenhos curriculares que enfatizam a aquisição de técnicas, instrumentos ou — como contemporaneamente se costuma dizer, linguagens (FREITAS, 2014, p. 6).

Nesse sentido, a problematização é refletir sobre os saberes que são priorizados nos percursos formativos dos professores de História, em especial daqueles presentes nas disciplinas de Teoria da História. Não podemos esquecer que estamos analisando as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em História; cursos em que são formados centenas de professores que têm a docência como área de atuação e o ensino como atividade laboral. Portanto, como coluna edificante dessa área de conhecimento (que se destina a formar professores de História), é, no mínimo, preocupante quando a teoria dessa área exclui, quase que absolutamente, o debate sobre o ensino da História.

## Procedimentos metodológicos

A escolha das 26 instituições selecionadas ocorreu por um motivo fortuito: a disponibilização do PPP — também chamado de matriz curricular — no *site* das respectivas faculdades ou departamentos. Dada a impossibilidade de abarcar todas as instituições federais que oferecem cursos de licenciatura em História, selecionei aquelas que levam em seus nomes as siglas dos respectivos estados — e do distrito federal — onde estão localizadas e que, via de regras, são as mais antigas.

Para proceder à pesquisa, identifiquei todas as disciplinas obrigatórias sobre Teoria da História, registrando sua carga horária e o período (ou semestre) em que são oferecidas. Algumas das instituições não disponibilizam o documento do PPP em PDF, mas apenas o fluxograma das disciplinas e as respectivas ementas. Por essa razão, não identifiquei em qual período é ofertada a disciplina na Universidade Federal de Rondônia (Unir).

Após identificar todos os componentes, os resultados mostram que a temática de teoria é alocada, principalmente, em três disciplinas: “Introdução à História” ou “Introdução aos estudos históricos”; “Teoria da História”; e “Teoria e Metodologia da História”. Na etapa seguinte, isolei os dois últimos componentes para analisar suas ementas. Após identificar quantas e quais disciplinas são oferecidas sobre teoria da História, copiei para um documento em *Word* o texto de suas ementas. Nesse documento, registrei em um quadro a sigla da instituição, o ano de aprovação do PPP, o enunciado da ementa, a carga horária, o período em que é ofertada no curso e

suas referências bibliográficas básicas. Realizei esse procedimento para cada uma das regiões geográficas.

Em uma etapa posterior, selecionei todas as referências básicas em outro documento, compondo uma lista para cada região. Em seguida, coloquei em ordem alfabética e passei a catalogar os nomes dos(as) autores(as) e das obras, construindo um quadro com essas informações. Após as cinco listas estarem prontas, copiei todas as referências em um documento único e repeti o procedimento. Dessa forma, elaborei a relação dos autores e das obras mais indicados no quadro geral, computando todas as instituições pesquisadas.

## Problematizando os documentos

Antes de centrar a reflexão nos enunciados das disciplinas aqui analisadas, é oportuno destacar algumas singularidades acerca dos PPPs. Esses documentos são, aqui, apreendidos como vestígios das relações de poder tecidas nos departamentos e/ou nas faculdades. Inspirado em Ginzburg (2001), compreendo os PPPs como indícios das disputas que envolvem docentes, faculdades, instituições e, inclusive, o Ministério da Educação, por meio de leis, pareceres e normas sobre os cursos de formação docente. Portanto, os PPPs não são operacionalizados como sinônimos de verdade. Tampouco espelham uma realidade. Não são reflexo de uma suposta realidade que se encontra presente nas faculdades e/ou nos departamentos. Eles são traços constituintes das práticas que concorrem para criar os percursos formativos dos professores de História. São registros fragmentários que representam parte das disputas que envolvem as condições que permitem, nesse tipo de documento, inserir algumas informações, ao passo que proíbem outras.

Essa leitura permite que não seja atribuída uma crítica aos PPPs, como se neles residisse uma lacuna. Nesse sentido, não mobilizo uma interpretação cujo fundamento seria sinalizar uma falha que precisa ser preenchida. Ou seja, como se tais documentos estivessem vazios ou demonstrassem uma ausência (como se fosse possível encontrar um documento completo). Dito de outra forma, também não apreendo os PPPs de forma essencialista. Não. Eles são o que são. Dão a ver e permitem ler uma parte da configuração acerca dos instrumentos documentais que representam um conjunto de práticas sobre o processo de formação inicial dos professores de História. Eles sinalizam o que foi selecionado — dentre as possibilidades existentes — para configurar os percursos formativos desses profissionais.

Gostaria de ressaltar, portanto, que não compreendo que exista qualquer elemento que condicione uma relação mecânica entre o que se encontra escrito e prescrito nos PPP dos cursos e sua aplicabilidade. Entre o que está prescrito e o que é experienciado, existe um universo de tensões, negociações e arranjos que promovem outras configurações para as disciplinas. Há muitas práticas desenvolvidas que não se encontram descritas nos documentos. Há muitos sujeitos atuando nesse palco e a encenação não segue a determinação irrestrita do roteiro oficial prescrito.

Não podemos esquecer outra variável importante nessas relações. A execução das disciplinas, nos cursos de licenciatura, também obedece ao conjunto de práticas ligadas à elaboração dos “Planos de Cursos”, construídos pelos docentes responsáveis. Nesse sentido, cada docente responsável pela oferta da disciplina possui autonomia para alterar e redefinir o plano de trabalho. De tal forma, há uma dinamicidade viva e constante que atualiza as atividades indicadas, os objetivos propostos e as referências sugeridas. Portanto, as matrizes curriculares precisam ser pensadas como vestígios, como indícios de um universo tenso, denso e complexo de questões em permanentes disputas e metamorfoses.

Essa especificidade não implica, todavia, diminuir a importância dos PPPs. Da mesma forma que não significa diminuir a relevância dos enunciados presentes nas ementas curriculares. Não. Os PPPs demonstram e dão a ver uma interpretação acerca do entendimento da História como ciência, como lugar de formação docente. Permitem compreender como os docentes que atuaram na construção de cada um desses projetos entendiam — e entendem — o que deve ser importante para os profissionais que se formam professores de História.

Como qualquer outro documento, os PPPs e suas ementas necessitam ser criteriosa e cuidadosamente analisados. Esses documentos oferecem uma dada representação sobre os cursos e departamentos de História nas universidades do Brasil. Tais matrizes apresentam uma série de discursos e práticas que ajudam a conformar um conjunto de elementos que constituem o “fazer História” como ciência em nossas universidades.

Os PPPs oferecem e dão a ler uma dada configuração que as licenciaturas em História adquiriram. Demonstram a concepção de História por meio de seus enunciados, suas disciplinas e seus ementários. Expressam suas filiações teóricas e conceituais. Sinalizam aproximações e distanciamentos com variadas acepções de História. Indicam o que consideram importante na formação dos graduados em História. Informam quais questões são obrigatórias para o profissional da área e quais questões são optativas. Apresentam as diferentes concepções das categorias analíticas que formam essa ciência, como

“correntes historiográficas”, “narrativa”, “documento”, “fato/acontecimento”, “tempo” (para citar apenas algumas). Portanto, os PPPs expressam, também, a distribuição dos conteúdos oferecidos em cada período da formação inicial do professor de História. Por conseguinte, quando oferecem as disciplinas obrigatórias, com suas respectivas cargas horárias, objetivos e referências de leituras, também apresentam quais temáticas são apontadas para os estudos em cada momento, qual o tempo destinado às reflexões de cada tema e o que compreendem como necessário em termos de leituras para a compreensão de seus objetivos de estudo.

Nesse sentido, os silêncios sobre certas temáticas podem ser compreendidos como vestígios das disputas e relações de poder dentro dessa ciência que permite certos fazeres e proíbe outros, como bem lembrou Michel de Certeau (2007). Os silêncios são muitos. Mas, centremo-nos apenas naqueles acerca do ensino de História como objeto de (des)interesse de parte da ciência histórica. Como bem analisou Rüsen (2011), o processo pelo qual a História se fez ciência diminuiu a importância atribuída ao ensino.

As questões alçadas ao lugar de relevância foram aquelas ligadas aos procedimentos técnico e metodológico. Será por isso que os objetivos de análise, indicados nas ementas de Teoria da História, continuam a destinar especial atenção às questões ligadas à metodologia? Uma parte das disciplinas, inclusive, recebe esse nome: Teoria e Metodologia da História. Por certo que essas reflexões não têm a intenção de apontar que tal plano de curso ou PPP está certo ou errado em priorizar essa ou aquela temática em suas disciplinas de teoria. O intento é problematizar o arranjo curricular, de forma específica, no que tange às discussões envolvendo o lugar do ensino de História das disciplinas de Teoria da História.

Pela análise dos documentos, se percebe que os PPPs dos cursos discutem as teorias da História em diferentes componentes curriculares. Como mostrado, três disciplinas concentram as discussões sobre teoria, de acordo com os resultados da pesquisa (“Introdução à História” ou “Introdução aos estudos históricos”, “Teoria da História” e “Teoria e Metodologia da História”). Dada a amplitude do material, a análise se concentra nos últimos blocos de componentes curriculares. Dessa forma, as discussões sobre teoria que se encontram nas disciplinas “Introdução” não foram contempladas.

Todavia, há exceções devido aos diferentes desenhos curriculares dos PPPs analisados. Na matriz curricular da Universidade Federal da Bahia (UFBA), por exemplo, a única disciplina que conteve o identificador “teoria” foi “Introdução aos estudos da História”. Por esse motivo, esse componente curricular foi computado. O Quadro 1 mostra o panorama catalogado com as disciplinas identificadas com a temática “Teoria” e as

respectivas instituições na região Nordeste, que é análoga às demais, como veremos, no quadro 1, a seguir.

**Quadro 1** – Relação das Instituições da Região Nordeste

<b>Instituição</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>Período</b>	<b>Carga horária (horas)</b>
UFC, 2010	Teoria e Metodologia da História I	2º	64
	Teoria e Metodologia da História II	3º	64
UFAL, 2011	Teoria da História	4º	60
UFPI, 2011	Teoria e Metodologia da História I	1º	60
	Teoria e Metodologia da História II	2º	60
UFPB, 2011	Teoria da História I	2º	60
	Teoria da História II	3º	60
UFPE, 2013	Teoria da História	3º	60
UFMA, 2014	Teoria da História: Fundamentos e Conceitos	1º	60
	Teoria da História: Historiografia e escolas históricas	2º	60
	Teoria da história: verdade, narrativa e desafios do pós-modernismo	3º	60
UFBA, 2016	Introdução ao estudo da História	1º	68
UFS, 2016	Teorias da História I	4º	60
	Teorias da História II	4º	60
UFRN, 2018	Teoria da História	4º	60

Fonte: elaboração do autor.

Pelo panorama exposto na região Nordeste, percebemos que não há consenso sobre quase nada acerca da Teoria da História ensinada nas licenciaturas pesquisadas. Como mostrarei nos quadros das outras regiões, essas características permanecem sem grandes alterações na configuração dos PPPs. Pelos dados registrados, é possível perceber que há diferentes interpretações sobre em qual momento do percurso formativo dos professores de História as discussões sobre Teoria da História devem ser trabalhadas. Conforme mostrado, há PPPs em que essas reflexões se iniciam logo no primeiro semestre, como é o caso do curso de licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí (UFPI), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Sobre essa dimensão, a maioria das instituições pesquisada nessa região entende que o momento mais adequado para se oferecer as disciplinas de teoria é entre o terceiro e quarto período.

Outro registro interessante diz respeito à quantidade de componentes curriculares que são oferecidos nas instituições. Sobre essa dimensão, vale ressaltar a singularidade do PPP da Universidade Federal do Pará (UFPA), localizada na região Norte. Essa matriz curricular se diferencia das demais, pois não segue o “modelo clássico” de disciplinas, como História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea; História do Brasil I, II e III; Teoria e Metodologia da História. Nesse PPP, os títulos e as temáticas não seguem esse “padrão”. Vejamos os dados no Quadro 2 sobre a região Norte.

**Quadro 2** – Relação das instituições da Região Norte

<b>Instituição</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>Período</b>	<b>Carga horária (horas)</b>
UFAM, 2006	Teoria da História	1º	60
UNIFAP, 2017	Teoria da História I	2º	60
	Teoria da História II	3º	60
UFPA, 2011	Teoria da História do Brasil	2º	68
	Matrizes do Pensamento Historiográfico do Século XIX	3º	68
	Matrizes do Pensamento Historiográfico do Século XX	4º	68
UFT, 2011	Teoria da História	4º	60
	Métodos da História	5º	60
UFRR, 2012	Metodologia da História	2º	60
UFAC, 2013	Teoria da História I	1º	60
	Teoria da História II	2º	60
	Teoria da História III	4º	60
UNIR, 2013	Teorias da História	s/p	60

Fonte: elaborado do autor.

Entre os PPPs das instituições da região Norte, percebemos que também não há consenso sobre a quantidade de disciplina necessária para as reflexões sobre teoria da História. Na região Nordeste (Quadro 1) percebemos que, em alguns PPPs, a instituição entende que são necessárias três disciplinas para atingir esse objetivo, como é o caso da licenciatura da UFMA. Para os professores responsáveis pelos PPPs da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal de Sergipe (UFS) são necessárias duas disciplinas; ao passo que os responsáveis pelas matrizes curriculares da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) entendem ser necessário apenas um componente curricular.

Na região Norte, essa situação é praticamente a mesma. Como se percebe no Quadro 2, os PPPs ofertam um número mínimo de uma e um máximo de três. Assim, temos a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a Unir, as quais oferecem uma disciplina; enquanto nos cursos da Universidade Federal do Amapá (Unifap) e da Universidade Federal do Tocantins (UFT) são oferecidas duas. Na Universidade Federal do Pará (UFPA) e na Universidade Federal do Acre (UFAC), localizamos ao menos três componentes, em cada um dos cursos, que se propõem ao debate sobre teoria da História.

Pela variável da quantidade de disciplina, é possível afirmar que, em alguns cursos, há o dobro e até o triplo de tempo disponível para as reflexões sobre os estudos da Teoria da História. Todavia, em alguns PPPs, os componentes curriculares têm carga horária diferente. Vejamos, no Quadro 3, como essa variável é registada nos cursos das instituições localizadas na região Centro Oeste.

**Quadro 3** – Relação das instituições da região Centro Oeste

<b>Instituição</b>	<b>Componente curricular</b>	<b>Período</b>	<b>Carga horária (horas)</b>
UFG, 2019	Teoria e Metodologias da História I	1º	64
	Teoria e Metodologias da História II	3º	64
	Teoria e Metodologias da História III	4º	64
UFMS, 2015	Teoria e Metodologias da História I	1º	68
	Teoria e Metodologias da História II	3º	68
	Teoria e Metodologias da História III	4º	68
UNB, 2010	Teoria da História	5º	60
UFMT, 2009	Teoria e Metodologia da História I	5º	72
	Teoria e Metodologia da História II	6º	72

Fonte: elaboração do autor.

Conforme mostram os dados, os PPPs dessa região definem um mínimo de 60 horas (Universidade de Brasília [UnB]) e um máximo de 72 horas (Universidade Federal de Mato Grosso [UFMT]) para as disciplinas de Teoria da História. O curso da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), por sua vez, destina 68 horas para seus três componentes curriculares denominados “Teoria e Metodologia da História”. No que tange ao momento durante o curso em que essas disciplinas são ofertadas, também percebemos que não há consenso. De forma análoga aos cursos de licenciatura em História das demais regiões, no Centro Oeste, há PPPs que iniciam as discussões sobre Teoria da História logo no primeiro semestre (Universidade Federal de Goiás [UFG] e UFMS); ao



passo que em outros, como na UnB e na UFMT, só iniciam as discussões a partir do quinto período do curso.

Essa mesma configuração se repete nos PPPs da região Sudeste que foram, aqui, analisados. A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com PPP aprovado em 2019, oferece duas disciplinas, no quinto e no sexto períodos, com 60 horas. Essa carga horária é igual à das demais instituições da região. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cuja matriz do curso (2009) está disponível no *site* da faculdade, oferta uma disciplina no terceiro período. A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) disponibiliza três disciplinas distribuídas no primeiro, segundo e quarto semestres. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) não fez parte da análise, porque o novo PPP não estava disponível na página do instituto no momento da pesquisa.<sup>2</sup> Uma configuração análoga é possível identificar na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cujos PPPs têm data de aprovação de 2007, 2017 e 2018, respectivamente. A diferença consiste no número de disciplinas em cada uma dessas instituições: quatro na UFPR; duas na UFSC; e uma na UFRGS.

O que esse amplo panorama pode nos indicar? Primeiramente, que não há um entendimento sobre qual o número de disciplinas necessário — ou entendido como adequado —, para os estudos de Teoria da História durante a formação inicial dos professores de História. Há PPPs que dispõem de 240 horas de estudos; ao passo que outros, apenas 60 horas. Por certo que a reflexão não é sobre a questão matemática da quantidade de horas e/ou de disciplinas, mas sobre as implicações que essas escolhas indicam no percurso da formação inicial do professor.

É importante ressaltar que os desenhos curriculares, em termos de quais e quantas disciplinas são oferecidas, é resultante, em larga medida, das relações construídas nos departamentos e/ou nas faculdades. Em outras palavras, são os arranjos tecidos nas relações internas das faculdades que determinam quais temáticas são priorizadas, selecionadas e alçadas ao lugar de “disciplinas obrigatórias”. Os PPPs não são construções alienígenas. Eles têm as digitais dos docentes que atuam como professores formadores.

<sup>2</sup> À professora Marieta de Moraes Ferreira — que me enviou, por *e-mail*, o novo PPP —, deixo expresso meu agradecimento. No entanto, no documento não constam as ementas e, na página do instituto, só estavam disponíveis as ementas do PPP antigo.



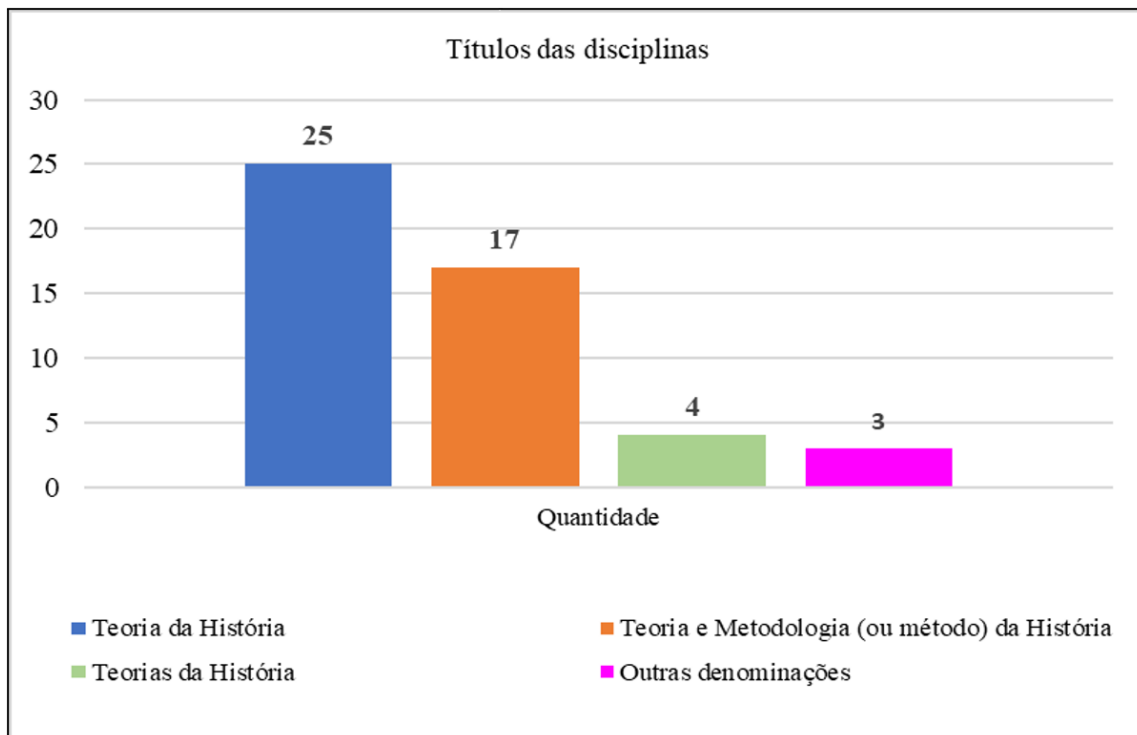
## Afinal, o que se ensina em Teoria da História nas licenciaturas no Brasil?

A pergunta o que se ensina em Teoria da História nas licenciaturas no Brasil?, com certa dosagem de provocação, não deseja colocar em discussão qual a teoria da história “ideal” para o processo de formação inicial do professor. Tampouco defende qualquer ideia de modelo curricular sobre quantas disciplinas são necessárias. Da mesma forma que não pretende ventilar qualquer proposição sobre a Teoria da História ser mais ou menos importante durante a formação inicial do professor da educação básica.

A pergunta contida no subtítulo indica um percurso metodológico construído neste texto, ou seja, refletir sobre quais temas são indicados para o estudo, nas referidas disciplinas, é, em realidade, uma estratégia para mapear as temáticas indicadas nas disciplinas e, a partir daí, perceber o lugar ocupado pelo ensino de História e refletir sobre ele. Em outras palavras, a proposta é tão somente observar as disciplinas de teoria, seus objetivos e o lugar ocupado pelo ensino de História nesses componentes curriculares como opção de ampliar a reflexão sobre a formação docente inicial do professor.

Há uma verdadeira constelação de proposições, temas e objetivos de estudos presentes nas disciplinas de Teoria da História. Talvez um ponto de consenso, para uma parcela das disciplinas, seja o debate acerca da metodologia. Independentemente do que se entenda e se defenda por metodologia, essa parece ser uma das questões presentes em diferentes componentes curriculares. É possível perceber essa “proposição”, por exemplo, a partir dos nomes pelos quais são batizadas as disciplinas, conforme mostra o Gráfico 1.

**Gráfico 1** – Relação dos títulos das disciplinas



Fonte: elaborado pelo autor.

Para a composição do gráfico, usei como critério a identificação dos conceitos “método” e/ou “metodologia” nos títulos das disciplinas pesquisadas. Sabemos que toda nomeação é, também, interpretação. Por conseguinte, os títulos das disciplinas não são ingênuos ou desprovidos de sentidos; eles são vestígios de uma leitura interpretativa. Além dos nomes, quais temáticas essas disciplinas elencam para estudo? Uma análise detalhada nos enunciados das ementas permite perceber um grande mosaico de questões de norte a sul do País, no que tange aos interesses de estudo das disciplinas de Teoria da História. Apenas a partir dos textos das ementas, seria difícil identificar um “perfil” ou uma perspectiva teórica de forma bem definida. Via de regra, os textos desse tipo de documento são sucintos, precisos e, às vezes, construídos por uma sucessão de palavras-conceitos, representando as questões centrais a serem estudadas nas disciplinas.

Todavia, é possível identificar algumas questões centrais que aparecem como temáticas principais a serem ensinadas nas disciplinas de teoria. De acordo com as ementas das 49 disciplinas, o principal tema a ser ensinado nos componentes de Teoria da História está relacionado com as reflexões que envolvem a historiografia. Nos enunciados das ementas, expressões como “correntes historiográficas”, “historiografia do século XIX” (ou do século XX) ou “historiografia” ligada à produção de algum país, como a França, aparecem 42 vezes.

A partir dos textos das ementas, podemos dizer que esse é o tema (ou a questão) discutido em todas as instituições pesquisadas nas cinco regiões. Sabemos que, em virtude do “tipo” de texto das ementas, não há como precisar o que exatamente se aborda em cada uma dessas questões indicadas. Os enunciados apontam as questões que devem ser estudadas. Podemos, no entanto, identificar quais temáticas são apontadas como questões a serem ensinadas nas respectivas disciplinas. Por conseguinte, é possível refletir o que tem sido priorizado nesse campo de estudo para a formação inicial do professor.

Além das questões ligadas à historiografia, como apontado, outra temática recorrente está ligada aos estudos sobre metodologia. Expressões como “metodologia”, “procedimentos metodológicos” e “método” — ou outros sinônimos, como “técnica de pesquisa” —, aparecem 27 vezes nas ementas analisadas. Por meio dessa análise inicial, é possível afirmar que as duas principais questões que são indicadas nas disciplinas de Teoria da História, durante a formação inicial do professor, estão relacionadas aos estudos sobre a historiografia e à metodologia.

Essas duas questões (“historiográficas” e “metodológicas”) aparecem, ao menos, em uma das instituições das cinco regiões. A Unifap oferece duas disciplinas obrigatórias de teoria; uma delas se propõe a:

Análise e formação conceitual ou teórica de várias correntes historiográficas contemporâneas. Estudo das múltiplas historiografias e de seus referenciais teórico-metodológicos, como modelos explicativos da História em sua dupla dimensão de saber e realidade empírica (UNIFAP, PPP História, 2017, p. 22).

A outra disciplina de teoria foca o estudo em questões ligadas à História, como ciência, e às concepções de tempo e de objetos (UNIFAP, 2017). De forma análoga, a licenciatura oferecida na UFPI também dispõe de duas disciplinas obrigatórias na área da teoria. De acordo com a ementa da disciplina “Teoria e Metodologia da História”, esse componente se propõe a analisar “[...] principais correntes teórico-metodológicas em história: abordagens positivistas, marxistas e da Escola dos Annales. Transformações recentes da História: a construção dos objetos e a volta dos sujeitos”. (UFPI, PPP História, 2011, p. 40).

Questões de estudo semelhantes são indicadas na ementa da Universidade de Brasília (UnB). Essa instituição oferece apenas uma disciplina obrigatória sobre teoria.

De acordo com sua ementa, o foco se direciona para as temáticas que envolvem as seguintes reflexões:

A história do conceito de história. Fundamentos epistêmicos e pragmáticos do conhecimento histórico. Causalidade e explicação históricas. A linguagem historiográfica e o problema da representação. Objetividade e partidarismo na prática historiográfica. Correntes da historiografia contemporânea e os seus pressupostos teóricos. Culturas históricas e formas não acadêmicas de historiografia (UnB, PPP História, 2010, p. 111).

Como podemos perceber, há um conjunto amplo de questões indicado como tema de estudo nas ementas. Pelos limites do presente artigo, não há como aprofundar uma série de questões que as ementas permitem analisar. Esses documentos mostram a pluralidade de questões e a diversidade de temáticas que se encontram indicadas como temas/objetos de estudos na área de teoria de História, por meio das disciplinas obrigatórias oferecidas nas universidades pesquisadas.

Entre as instituições da região Sudeste, também localizamos temáticas semelhantes. A UFES oferece três disciplinas obrigatórias: “Teoria e Metodologia da História I, II e III” (todas fazem referência às questões ligadas à metodologia e/ou aos métodos de pesquisa); “Técnicas de estudo em História e rudimentos de pesquisa” e “Técnicas de pesquisa” (exemplos: análise do discurso, história oral e procedimentos estatísticos) (UFES, PPP História, 2009). São temáticas indicadas, respectivamente, nas disciplinas I, II e III.

A UFPR também insere, entre suas disciplinas, questões ligadas às abordagens historiográficas. Como sinalizado anteriormente, a licenciatura em História, nessa instituição, consta com quatro disciplinas sobre teoria da História. De acordo com sua ementa, a disciplina “Teoria da História IV” se propõe a refletir sobre:

Estudos das correntes historiográficas com ênfase nas tendências recentes: nova história cultural, nova história política, história e gênero, história da vida privada, micro-história, partir da historiografia e documentação material e textual (UFPR, PPP História, 2017, p. 106).<sup>3</sup>

<sup>3</sup> O ementário do PPP da UFPR não constava no *site* do departamento no momento da pesquisa. Eu o recebi por *e-mail* enviado pela amiga e professora Ana Claudia Urban, do referido departamento, a quem agradeço.

Como podemos perceber, é a diversidade de questões que caracteriza, antes de tudo, as disciplinas de teoria da História. Mesmo existindo temas comuns, percebe-se que cada uma das matrizes curriculares, por meio dos docentes responsáveis pela construção do PPP, define o conjunto de objetos a serem ensinados nas respectivas disciplinas.

Há uma constelação de temáticas registradas nas ementas analisadas. No levantamento realizado para este artigo, identificamos a recorrência de expressões como “narrativa”, “tempo” e “*Annales*”, para citar apenas três, entre as questões/problemas que também fazem parte do universo de estudos contemplado pelas disciplinas de teoria da História. Como mencionado, optei em mostrar um panorama geral das principais questões indicadas nas disciplinas para, em seguida, refletir o lugar ocupado pelo ensino de História.

Dentro desse caleidoscópico de abordagens, temáticas e objetos de estudos, como fica o ensino de História no amplo leque de debates indicado pelas ementas? Para construir elementos analíticos para identificar e refletir sobre o lugar ocupado pelo ensino de História, após copiar o texto de todas as ementas em documento de *Word*, procedi pela busca de identificação de palavras por meio de termo localizador “ensino”. Os resultados não são animadores.

A contar pelos enunciados das ementas das disciplinas, definitivamente, o ensino de História não é uma questão a ser debatida na área da Teoria da História. De acordo com os documentos disponíveis nos *sites* dos institutos e/ou das faculdades, refletir sobre o ensino da própria área não compete à Teoria da História. Das 49 disciplinas analisadas (nas 26 instituições pesquisadas), apenas seis mencionam o ensino como um tema a ser debatido também no âmbito da teoria. Ou seja, em termos percentuais, 87,7% dos componentes curriculares oferecidos nas instituições entendem que não é do interesse da teoria refletir questões ligadas ao ensino.

A partir dos PPPs analisados, observa-se que apenas a UFS, a UFMT, a UFES e a Unifesp inserem o ensino de História entre as questões/problemas a serem enfrentados nos estudos no âmbito da Teoria da História. De acordo com a ementa da disciplina Teoria da História I, da UFS, esse componente curricular se propõe a realizar:

Estudo crítico das filosofias da história e das principais perspectivas teóricas e metodológicas da história no século XIX, abordando os historicismos, o materialismo histórico e o positivismo. A disciplina deverá propiciar

elementos para que os alunos produzam conhecimentos e sejam capazes de articular seus próprios discursos, tanto quanto a pesquisa, como no que se refere ao ensino (UFS, PPP História, 2016).<sup>4</sup>

Essa instituição oferece duas disciplinas obrigatórias: “Teoria da História I” e “Teoria da História II”, com 60 horas, no quarto período, segundo o fluxograma do curso disponível na página do instituto. A outra disciplina também menciona o ensino de História como uma das temáticas a serem estudadas. De acordo com a ementa, o componente deve oferecer:

[...] apresentação crítica de algumas teorias da história do século XX. A disciplina deverá propiciar elementos para que os alunos produzam conhecimentos e sejam capazes de articular seus próprios discursos, tanto quanto a pesquisa, como no que se refere ao ensino (UFS, PPP História, 2016).

A UFMT também se insere nessa perspectiva que considera importante a inserção do ensino como tema a ser estudado no âmbito das discussões sobre Teoria. Semelhante à UFS, também dispõe de duas disciplinas obrigatórias sobre teoria, com 72 horas para cada uma delas. Segundo o texto da ementa, a disciplina analisa

[...] o conceito de ciência nas diversas áreas do saber e a constituição da História enquanto disciplina científica, suas tendências e debates teóricos e metodológicos. Aborda as diversas correntes historiográficas, com ênfase no positivismo, o marxismo e a “Escola dos Annales”. *Abordagens para o ensino* (UFMT, PPP História, 2009, p. 57, grifos nossos).

A “abordagem para o ensino” também se repete na redação da ementa da disciplina “Teoria e Metodologia da História II”. O texto menciona que o componente deve promover uma reflexão sobre as correntes historiográficas contemporâneas e a construção da narrativa histórica. Em seguida, relaciona as temáticas com questões ligadas ao ensino.

A UFES, por sua vez, na primeira disciplina das três ofertadas no percurso curricular, menciona o ensino como umas das questões a ser estudada. De acordo com a ementa, esse componente se propõe a analisar:

4 Não é possível identificar a página, pois a ementa encontra-se em uma aba específica no site da faculdade de História. Ao clicar nessa aba, temos acesso apenas ao PDF do texto da respectiva ementa.

As diferenças entre as noções de História na Sociedade e no *Ensino* com as concepções acadêmicas; Noções gerais sobre o conhecimento científico; A definição de História: o debate e seus fundamentos políticos; A “evolução” do conhecimento histórico; Aspectos básicos das escolas de pensamento: Escola Metódica, Historicismo, Marxismo e Annales; Técnicas de estudo em História e rudimentos de pesquisa (UFES, PPP História, 2009, p. 95, grifos nossos).

A última instituição que faz menção ao ensino é a Unifesp. Essa universidade também conta com o PPP mais recente. Com data de aprovação em 2019, o curso oferece duas disciplinas de 60 horas para as discussões sobre Teoria da História. De acordo com o texto da disciplina “Teoria da História II”:

A História na virada do século XIX para o século XX: da crise das certezas aos esforços de renovação. Transformações e inovações no campo historiográfico no século XX: o marxismo, os Annales, a micro-história. Os debates e embates interdisciplinares: a História frente a Sociologia, a Antropologia, a Literatura, a Linguística. A “pós-modernidade” e a “crise” atual da História. *O pensamento e os debates teóricos sobre a História hoje e suas relações com o ensino da disciplina e a formação docente* (UNIFESP, PPP História, 2019, p. 102, grifos nossos).

Como podemos perceber, há um amplo leque de questões que são mencionadas como temáticas de reflexão a serem estudadas. Em seguida, menciona como tema de reflexão os debates sobre a História na atualidade e suas relações com o ensino da disciplina e da formação docente. Portanto, não apenas coloca o ensino como uma reflexão a ser desenvolvida, mas insere a problemática no âmbito das discussões sobre a formação do professor de História. Não podemos esquecer que estamos analisando as matrizes curriculares dos cursos em que são formados os professores que irão exercer sua profissão na educação básica, que têm o ensino como o principal espaço de atuação. Como mostrou Claudia Ricci (2015), a maioria dos profissionais formados em História, no Brasil, tem a docência como lugar de atuação.

## O que o professor de História precisa ler de teoria?

Como sabemos, geralmente, as ementas sugerem referências por meio de duas categorias: “bibliografia básica” e “bibliografia complementar”. É oportuno registrar que as matrizes ainda usam a terminologia “bibliografia” que, rigorosamente, relaciona-se

a livros, o que “invalidaria” as referências que não fossem no formato livro. Dito isso, passemos às reflexões sobre as sugestões de leituras que aparecem nas ementas.

Das 49 disciplinas, em seis não localizei suas referências, ficando 43 para as análises. Somadas todas as referências disponíveis, totalizam-se 285 obras entre livros, teses, artigos e capítulos de livros. Se dividirmos esses números, chegamos a uma média de 6 referências para cada disciplina. Mas, afinal, quem são os autores que aparecem como referências nos estudos de teoria nos cursos de licenciatura em História no Brasil?

Da mesma forma que os enunciados apresentam uma grande variedade de questões, as referências também são múltiplas. Diferentes obras e autores de distintas correntes teóricas são indicados para estudo. Devido à grande quantidade de autores/obras mencionados, selecionei e compilei em um quadro os cinco mais citados. Como estamos trabalhando com as cinco regiões, passei a catalogar as cinco indicações mais recorrentes nas cinco regiões. O Quadro 4 mostra os resultados dos dados catalogados e distribuídos por cada uma das cinco regiões.

**Quadro 4** – Autores mais citados nas disciplinas de Teoria da História no Brasil

Ordem/Autores	Regiões					
	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul	Total
Peter Burke	4	6	2	2	5	19
Jacques Le Goff	5	3	2	-	1	11
François Dosse	2	3	-	4	2	11
Carlo Ginzburg	1	3	2	1	3	10
Marc Bloch	2	3	2	1	1	9

Fonte: elaborado pelo autor.

Inicialmente, é oportuno registrar que, dada a variedade de obras citadas entre artigos, capítulos de livros, teses e livros, a indicação do nome de um autor não significa automaticamente a indicação de um texto de sua autoria. Há obras com autoria compartilhada e organizada com um conjunto grande de capítulos. De tal modo, o registro de um autor pode, também, estar relacionado ao conjunto da obra e não necessariamente a uma reflexão escrita por ele. Essa situação é exemplar para o caso do autor mais indicado nas cinco regiões. São citadas obras de autoria individual e compartilhada, além de obras organizadas, como o livro “A escrita da história: novas perspectivas”, publicado pela editora da Unesp. Em termos de obra, essa é a mais indicada nas ementas dos PPPs analisados.



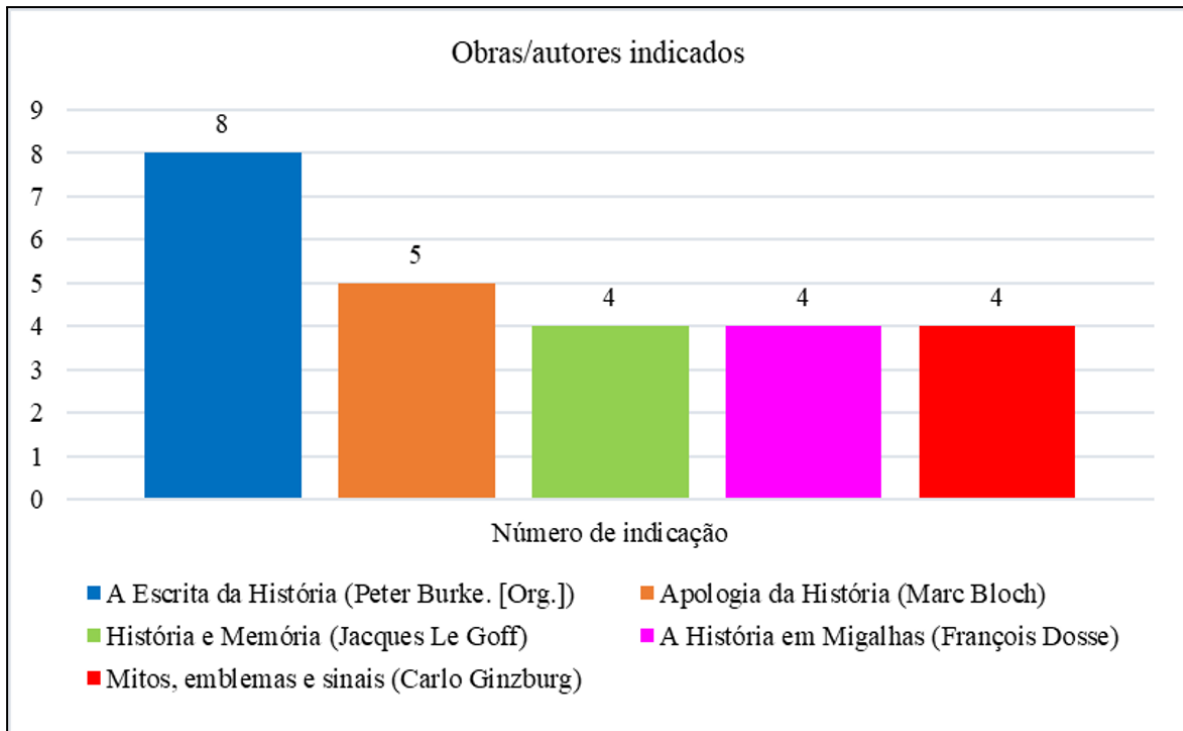
A partir dos autores mencionados, podemos não apenas tecer algumas reflexões sobre quais leituras são indicadas como “básicas” nos estudos ligados à teoria, mas também perceber a predominância absoluta de referências europeias. Os cinco autores/obras mais indicados são representantes do continente europeu. Entre eles, temos três de nacionalidade francesa, um italiano e um britânico.

Essas referências podem sinalizar importantes indicativos da predominância do modelo europeu no conjunto de reflexão sobre os fundamentos teórico-metodológicos que conformam uma dada configuração para a ciência histórica. Outra questão que também salta aos olhos diz respeito à predominância absoluta de autores e da ausência de autoras entre as indicações. Essa situação também foi identificada pela professora Mara Cristina Rodrigues (2019), da UFRGS, em uma pesquisa realizada a partir de suas experiências com a disciplina de Teoria da História.

Também percebemos como as indicações apontadas estão distribuídas nas licenciaturas pelas regiões onde se localizam os referidos cursos. O britânico Peter Burke recebe o maior número de indicações em, praticamente, todas as regiões. É citado seis vezes nas licenciaturas do Nordeste, cinco vezes nos cursos das instituições do Sul e quatro nos PPPs do Norte. Essa distribuição também permite perceber que esses autores são indicados em alguns cursos; e em outros, não. Enquanto Jacques Le Goff recebe cinco indicações nos cursos do Norte, não é mencionado nem uma vez nos cursos da região Sudeste. Situação similar à do francês François Dosse, que só não recebe indicação nos cursos da região do Centro Oeste. Também é possível perceber que a metade dos autores apresentados no quadro são indicados nas cinco regiões: Peter Burke, Carlo Ginzburg e Marc Bloch. Essa distribuição permite perceber certa “sincronia” entre os autores mais citados e os cursos das regiões no Brasil.

Em relação às referências básicas indicadas, também notamos uma diversidade de títulos. O Gráfico 2 mostra as obras mais indicadas e seus respectivos autores.

**Gráfico 2** – Relação das obras/autores indicados



Fonte: elaborado pelo autor.

Além da obra apontada no Gráfico 2, o livro “A Escola dos Annales, 1929 –1989”, de Peter Burke, apareceu em sete indicações. De Jacques Le Goff, a obra organizada com Pierre Nora, “História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos”, aparece em dois PPPs. François Dosse, por sua vez, tem diversas obras citadas, entre elas “A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido” (3) e “A História” (2). Entre as obras do italiano Carlo Ginzburg, há indicação de “O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício” (2), “Relações de Força: História, retórica, prova” (2), “O queijo e os vermes” (1) e “A micro-história e outros ensaios” (1).

Quando ampliamos a lupa, para abarcar outros autores, além dos cinco mencionados, os resultados não mostram muitas diferenças. Na sequência, três franceses aparecem na ordem pelo número de indicações. Roger Chartier, Michel de Certeau e Fernand Braudel. Desses três, o primeiro é mencionado oito vezes e encontra-se indicado em todas as regiões. Ao passo que Certeau e Braudel receberam sete indicações cada um. Das obras de Michel de Certeau, “A escrita da História” é a indicada, e só não é mencionada nos cursos da região Sul. O autor de “O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II”, Braudel, por sua vez, recebe cinco indicações nos cursos do Nordeste, uma entre os cursos do Centro Oeste e outra entre os cursos do Sudeste.

Como podemos perceber, a Europa, em especial a França, continua sendo a referência mobilizada e indicada em termos de autores para as sugestões de leituras. Ou seja, continuamos, predominantemente, ligados ao velho continente como referente. Do ponto de vista das “identificações” teóricas dos autores, percebe-se certa aproximação com as discussões ligadas à História Cultural francesa ou Nova História Cultural, como preferem alguns.

Entre as referências ligadas ao campo do ensino de História, aparecem os nomes de autoras como Circe Bittencourt, Helenice Rocha, Ana Maria Monteiro, Beatriz Teixeira Weber e Fernando Seffner. Entre as obras citadas, tem-se: “Meio ambiente e Ensino de História”, de Circe Bittencourt; “Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas”, organizada por Ana Maria Monteiro, Arlette Medeiros Gasparello e Marcelo Magalhães; “A escrita da história escolar: memória e historiografia”, organizada por Helenice Rocha, Rebeca Gontijo e Marcelo Magalhães; “Teoria, metodologia e ensino de História”, de Fernando Seffner, e “Teoria e Metodologia da História: proposta e práticas em seu ensino”, de Beatriz Teixeira Weber.

No conjunto das referências indicadas, ainda permanece a indicação de homens brancos como autores sugeridos para leitura básica durante o processo de formação inicial dos futuros professores de História. Entre os poucos nomes de mulheres, além daquelas mencionadas sobre o campo do ensino de História, no total de 285 referências, aparecem os nomes de Agnes Heller, Lynn Hunt e Sandra Pesavento, indicadas nos PPPs da Unifap, da UFSC e da UFMT, respectivamente.<sup>5</sup>

Pelas sugestões indicadas nas ementas, é possível identificar um direcionamento para o qual apontam as reflexões de interesse no campo da teoria. Seja pautando as questões ligadas à historiografia, seja sugerindo os temas acerca da metodologia, percebe-se um sentido de direção da(s) teoria(s) da História. Esse sentido aponta para uma teoria voltada para os interesses da pesquisa historiográfica. De acordo com os objetivos temáticos dos enunciados das ementas, trata-se de uma teoria que precisa responder aos pleitos teórico-metodológicos de pesquisa e escrita acadêmicas. Ou seja, são demandas que não indicam preocupações com as necessidades sobre a principal tarefa para a qual se formam os licenciados, que é ensinar História. Dito em outras palavras, os temas pautados nas ementas não sinalizam interesse em refletir sobre as tensões e implicações sobre o que significa ensinar essa disciplina. Trata-se de uma teoria que

<sup>5</sup> Entre as referências citadas nominalmente, contabilizam-se 15 indicações de autoras, entre elas, Tânia Barbosa, Sílvia Peterson, Regina Célia Xavier e Beatriz Teixeira Weber.

continua a minimizar as reflexões sobre o que implica formar um profissional para exercer a docência no ensino de História.

A problematização levantada é para que possamos refletir quais têm sido os objetos de interesse dos estudos durante a formação docente inicial do professor de História. É para que continuemos a refletir e a não naturalizar o que, em determinado tempo e espaço, considerou-se necessário e importante para a formação do professor, e o que se instituiu como objetivo privilegiado dos estudos na área da teoria. Ao refletir sobre os fundamentos canônicos da ciência histórica, Arthur Lima de Ávila (2019) defende a necessidade de se repensarem os fundamentos instituidores de determinados princípios, e o que essas escolhas implicam em termos de seleção e silenciamento. Para o autor:

[...] deveríamos, como questão pedagógica fundamental, questionar os meios pelos quais tais cânones foram constituídos, seus efeitos políticos e as concepções de história que ensejam. Em outras palavras, o que está dentro e o que está fora do cânone? Quais são os autores e autoras privilegiadas e quais posições teóricas são normatizadas como "história de verdade"? Quais as críticas possibilitam e quais impedem? (ÁVILA, 2019, p. 39).

Seguindo essa linha de reflexão, é oportuno colocar no centro das discussões os procedimentos pelos quais formatamos os nossos componentes curriculares dos PPPs em que atuamos. Em outras palavras, por meio de quais princípios e com base em quais fundamentos se deve escolher os objetivos que são escolhidos e usar as referências que são usadas. Como escolhas, podem sempre ser repensadas, redefinidas e ressignificadas. Essas questões se colocam porque precisamos refletir quais têm sido, afinal, as demandas que nos desafiam como professores formadores no que tange à hercúlea tarefa de formar os professores de História em tempos de revanchismos, revisionismos, negacionismos e tantos outros "ismos".

Nesse sentido, é oportuno ressaltar a necessidade de a História, como área de conhecimento, repensar seus fundamentos epistemológicos, como apontam Ávila, Nicolazzi e Turin (2019). Nas palavras desses autores, "[...] não são poucos os indícios que sinalizam para a urgente necessidade da história, enquanto disciplina acadêmica, repensar seus fundamentos epistemológicos, suas formas de organização curricular e as modalidades de sua intervenção na sociedade" (2019, p. 07).

Entre esses silêncios, penso ser relevante repensarmos o lugar ocupado pelo ensino de História dentro dessa ciência. Por esse ângulo de percepção, vale destacar as

análises promovidas pela historiadora Margarida Maria Dias de Oliveira. De acordo com a historiadora, a formação docente, como defendemos,

[...] só poderá ocorrer se houver reflexão acerca das referências de nossa área de conhecimento — a História. Assim não são algumas disciplinas de teoria e metodologia ou didáticas específicas para a História que irão garantir a formação de profissionais diferenciados (OLIVEIRA, 2008, p. 87).

Ainda segundo Margarida Maria Dias de Oliveira (2008), um dos desafios existentes na formação do professor de História reside na forma inócua como boa parte das experiências são vivenciadas no espaço da formação inicial. Para ela, não devemos esperar resultados propositivos, quando uma parte significativa das atividades realizadas nos semestres iniciais se resumem a um “comportamento passivo” — para usar como empréstimo as palavras da autora —, de assistir aulas e/ou de reproduzir ideias prontas. Em suas palavras,

[...] ocorre apenas a reprodução de um discurso muito sofisticado da produção historiográfica contemporânea sobre a inviabilidade de busca de verdade, da escrita da História, como representação, da intencionalidade das fontes, das armadilhas da memória social, forjando uma ‘formação’ que não prepara o profissional de História para atuar na docência nem na pesquisa (OLIVEIRA, 2008, p. 87).

O pouco interesse destinado por docentes formadores de outros docentes e de departamentos de História às relações que envolvem o ensino da História entra em rota de colisão com a constatação de que o ensino é o campo profissional da grande maioria dos licenciados em História no Brasil. Nas palavras da professora e historiadora Claudia Ricci (2015, p. 119), “[...] essa postura de setores da universidade parece desconsiderar o fato de que a esmagadora maioria dos formandos em História das diferentes universidades brasileiras, públicas e privadas, tem o ensino como seu campo de trabalho.”

A ciência que forma o historiador é a mesma que forma o professor de História. Os fundamentos epistemológicos da ciência histórica precisam, portanto, inserir em seu quinhão de interesse as reflexões que problematizam o ensino de sua área. Esse argumento se sustenta à medida em que a maioria dos profissionais formados nessa área irá desempenhar a prática docente. São professores que irão ensinar a História

escolar a milhares de jovens. Portanto, é necessário que essa ciência capacite seus profissionais, colocando o ensino como objeto de interesse dentro da “área” que reflete seus fundamentos epistemológicos ao invés de separar em fatias, definindo qual componente deve se encarregar do debate sobre o ensino de História.

Ao problematizar esses silêncios e desnaturalizar certos discursos e práticas, talvez estejamos, também, contribuindo para (in)disciplinar a História. Esses silêncios se expressam, inclusive, na ausência de artigos publicados sobre ensino de História nesta reconhecida revista, a principal dentre as que tratam de Teoria da História. Ao fazer uma busca em seu sistema pelas palavras “ensino” ou “ensino de História”, apenas três artigos são encontrados com esses descritores em seus títulos. Como o sistema faz diferentes conexões para processar a busca, aparecem 24 artigos como resultado. Todavia, sobre ensino são apenas três: “Historiografia, memória e ensino de história: percursos de uma reflexão”, de Maria da Glória de Oliveira (edição de 2013-11-12); “O ensino superior de história em Portugal (1859-1911)”, de João Couvaneiro (edição de 2013-03-04), e “Uma radiografia dos primórdios do ensino secundário no Brasil”, de Thais Nivia de Lima e Fonseca (edição de 2010-06-28).

Portanto, é necessária a reflexão contínua e permanente sobre o que se ensina nos cursos de licenciatura em História. Não se almeja, com isso, criar um “modelo de formação” ou uma lista de conteúdos e temáticas (oferecida em forma hierárquica) sobre o que seria mais ou menos adequado para as disciplinas ou para os cursos. Pelo contrário. A discussão é problematizar quais têm sido os objetos e temas escolhidos como “obrigatórios”; quais têm sido os interesses pautados nessa ciência, no que tange à formação dos professores que irão atuar na educação básica. Se entendemos que a teoria da História é uma mola mestra dessa ciência — independentemente da “corrente” ou filiação teórica —, e, se concordamos que a teoria oferece os fundamentos epistemológicos, metodológicos e teóricos, cabe questionar: com base em que o ensino de História não pode fazer parte do *hall* de interesse das discussões teóricas dessa ciência?

## Considerações finais

As reflexões aqui colocadas são resultantes do lugar de fala no qual se insere seu autor. Expressam questões que foram sendo construídas a partir do desenvolvimento do projeto de pesquisa *Ensino de História, livro didático e formação docente: entre práticas e representações*. Apresentam algumas indagações no que tange às relações entre teoria da História e ensino de História. A escassez assustadora de referências que

tematizem essa questão/problema é significativa da necessidade de colocar na mesa o ensino como objeto de interesse da teoria.

Como foi possível demonstrar a partir dos dados catalogados na pesquisa, entre as 26 instituições, as 49 disciplinas obrigatórias de Teoria da História têm problematizado de forma predominante as questões que envolvem a historiografia, a pesquisa e a escrita acadêmicas. Essas questões aparecem nos ementários, mediante os diversos objetivos propostos pelas disciplinas, tematizando os diferentes arranjos historiográficos por meio da proposição de estudos sobre os principais temas, objetos e questões em determinado período. Também percebemos que não há um parâmetro entre os PPPs no que se refere à quantidade de disciplinas, ao tempo de estudo definido para a aprendizagem sobre teoria e ao momento do período de formação inicial em que se deve ofertar os componentes ligados à teoria da História.

Os saberes priorizados nos percursos formativos sinalizam como essa ciência compreende o que “deve saber um professor de História da Educação Básica”, conforme destacou Flávia Caimi (2015). As análises sobre os percursos curriculares da formação inicial dos professores de História, como mostram as pesquisas de Mauro Coelho e Wilma Baía (2018), Itamar Freitas (2014) e Erinaldo Cavalcanti (2018, 2019, 2020) reforçam que existe uma grande assimetria entre a distribuição dos saberes de referência (teórico e historiográfico) e os demais saberes, como aqueles ligados à docência, aos processos de aprendizagem e à escola, uma vez que é na escola da educação básica que esses professores irão atuar.

Um universo de questões se abre à reflexão. Há implicações no processo de ensino e de aprendizagem que dependem do período em que os componentes de teoria são ofertados? Não sabemos ainda. É preferível ofertar essas disciplinas no primeiro ou no segundo semestre do curso? Ou seria necessário esperar os graduandos cursarem outros componentes antes de ofertar aqueles ligados à teoria? Não temos respostas ainda. Para sinalizar qualquer indicativo, a ciência histórica precisaria compreender o que consiste a aprendizagem histórica e, dessa forma, se teria alguma singularidade no processo de aprendizagem de Teoria.

Essas são questões sobre as quais talvez ainda nem começamos a refletir. Nesse sentido, também podemos questionar as referências básicas indicadas. Que proposições são priorizadas a partir das obras/autores indicados. A que relações de forças interessam a manutenção, a substituição e a atualização das referências? A seleção das indicações de leituras interfere, em alguma medida, na



formação dos professores? Como é possível perceber, temos mais perguntas do que respostas. Isso é um bom sinal, pois, talvez precisemos de menos respostas para focar em perguntas que nos desloquem para espaços e tempos antes não pensados.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)disciplina**. Vitória: Milfontes, 2019.

ÁVILA, Arthur Lima de. O que significa indisciplinar a História? *In*: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)disciplina**. Vitória: Milfontes, 2019. p. 19-52.

CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de história? **Revista História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, 2015.

CAVALCANTI, Erinaldo. El lugar del aprendizaje histórico en la formación inicial de profesores de historia en la Amazonía brasileña. **Areté**. Revista Digital del Doctorado en Educación de la Universidad Central de Venezuela, Caracas, v. 6, n. 12, p. 183-201, 2020.

CAVALCANTI, Erinaldo. Ensino de história, livro didático e formação docente de professores de História no Brasil. **Revista Enseñanza de las Ciencias Sociales**, Barcelona, n. 18, p. 49-61, 2019.

CAVALCANTI, Erinaldo. A história encastelada e o ensino encurralado: reflexões sobre a formação docente dos professores de história. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 72, p. 249-267, nov./dez. 2018.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baia. As licenciaturas em História e a lei 10.639/03 – percursos de formação para o trato com a diferença? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e192224, p. 1-39, 2018.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrita da história e ensino da história: tensões e paradoxos. *In*: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza e CONTIJO, Rebeca (org.). **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 33-55.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. O ensino de História: entre história e memória. **Pesquisa Prática Educacional**, UFRRJ, 2011. Disponível em: <http://www.ufrrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo1.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando Araujo. Ensino de história: saberes em lugar de fronteira. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, p. 191-211, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Desafios do ensino de História. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 79-93, 2008.

FREITAS, Itamar. **Aprender e ensinar história nos anos finais da escolarização básica**. Aracaju: Criação, 2014.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O mundo da informação e os novos espaços para o ensino de história. *In*: OLIVEIRA, Margarida Dias de; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Felix Batista de (org.). **Ensino de História**: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. Natal: UFRN, 2008. p. 85-93.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Historiografia, memória e ensino de História: percursos de uma reflexão. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 6, n. 13, p. 130-143, 2013. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/697>. Acesso em: 10 ago. 2021.

RICCI, Claudia Sapag. Historiador e/ou professor de história: a formação nos cursos de graduação de História. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 107-135, 2015.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Ensino de teorias e metodologias nos cursos de graduação em história: sobre silêncio, poder e presença. *In*: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)disciplina**. Vitória: Milfontes, 2019. p. 149-210

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 07-16, 2006.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2010. Disponível em: [http://www.his.unb.br/images/documentos/Novos\\_Projetos\\_Politicos\\_Pedagogicos/Licenciatura\\_Noturno\\_em\\_Histria.pdf](http://www.his.unb.br/images/documentos/Novos_Projetos_Politicos_Pedagogicos/Licenciatura_Noturno_em_Histria.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2016. Disponível em: <https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=386120&nuPerCursoInicial=20161>. Acesso em: 27 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2014. Disponível em: [http://www.cchla.ufpb.br/dhistoria/images/PPC\\_Coordenacao\\_atualizado.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/dhistoria/images/PPC_Coordenacao_atualizado.pdf). Acesso em: 27 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2011. Disponível em: [http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/ppc-historia-bacharelado.pdf/at\\_download/file](http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/ppc-historia-bacharelado.pdf/at_download/file). Acesso em: 27 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2019. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/108/o/PPC\\_Licenciatura\\_VERSAO\\_FINAL.pdf?1579881183](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/108/o/PPC_Licenciatura_VERSAO_FINAL.pdf?1579881183). Acesso em: 20 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2009. Disponível em: <http://sistemas.ufmt.br/ufmt.ppc/PlanoPedagogico/Download/131>. Acesso em: 20 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2009. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/atendimento/historia/Projeto%20Pedagogico%20do%20Curso%20de%20Historia.pdf/view>. Acesso em: 20 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2013. Disponível em: [https://www.ufpe.br/proacad/images/cursos\\_ufpe/historia\\_lic\\_1113.pdf](https://www.ufpe.br/proacad/images/cursos_ufpe/historia_lic_1113.pdf). Acesso em: 27 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2013. Disponível em: <http://www.historia.unir.br/uploads/47474747/arquivos/PPC%20-%20Historia%20-%20Licenciatura.pdf>. Acesso em 27 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2012. Recuperado de: [http://ufrr.br/historia/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=2&Itemid=201](http://ufrr.br/historia/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2&Itemid=201). Acesso em 27 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2007. Disponível em: <https://graduacaohistoria.paginas.ufsc.br/files/2012/03/ppp.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2019. Disponível em: [https://www.unifesp.br/campus/gua/images/Apoio\\_Pedagogico/Projetos\\_Pedagogicos/PPC\\_Hist%C3%B3ria\\_Licenciatura\\_2019.PDF](https://www.unifesp.br/campus/gua/images/Apoio_Pedagogico/Projetos_Pedagogicos/PPC_Hist%C3%B3ria_Licenciatura_2019.PDF). Acesso em 20 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2016. Disponível em: [https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/curso/resumo\\_curriculo.jsf](https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/curso/resumo_curriculo.jsf). Acesso em: 27 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2013. Documento enviado pela professora por correio eletrônico em 27 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2017. Recuperado de: <http://www2.unifap.br/historia/files/2013/04/licenciaturahistoria.pdf>. Acesso em 15 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2006. Disponível em: <http://www.ufam.edu.br/attachments/article/382/curso%20de%20hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em 15 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2010. Disponível em: [http://www.historia.ufc.br/admin/upload/Proj.\\_Lice.pdf](http://www.historia.ufc.br/admin/upload/Proj._Lice.pdf). Acesso em: 27 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2009. <http://www.historia.ufes.br/sites/historia.ufes.br/files/field/anexo/PPC%202009%20Curriculo%20663%20vers%C3%A3o%20digital%20Prograd.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2014. Recuperado de [https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/ppp\\_curso.jsf?lc=pt\\_BR&lc=pt\\_BR&id=85811](https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/ppp_curso.jsf?lc=pt_BR&lc=pt_BR&id=85811). Acesso em: 15 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2015. Disponível em: <https://prograd.ufms.br/files/2017/01/Hist%C3%B3ria-CCHS-c%C3%B3d.-52121.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2011. Recuperado de: <http://www.ufpa.br/historia/projeto%20pedag%C3%B3gico.PDF>. Acesso em: 27 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2017. Disponível em: [http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2018/08/projeto\\_pedag%C3%B3gico\\_licenciatura\\_definitivo.pdf](http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2018/08/projeto_pedag%C3%B3gico_licenciatura_definitivo.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2011. Disponível em: [http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/cc/arquivos/files/historia\\_licen\\_noturno.PDF](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/cc/arquivos/files/historia_licen_noturno.PDF). Acesso em: 27 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2018. Disponível em: [https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt\\_BR&id=111635057](https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=111635057). Acesso em: 29 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/deptohistoria/wp-content/uploads/2019/08/ppc-licenciatura.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto Político-Pedagógico**, História, 2011. Disponível em: <http://download.uft.edu.br/?d=14edae36-efb0-4382-9da7-d8267c9e5cd9>. Acesso em: 25 jul. 2017.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Erinaldo Cavalcanti é doutor em História pela UFPE. Professor do Programa de Pós-graduação em História e da Faculdade de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Autor de vários livros e artigos acadêmicos publicados em revistas especializadas. Atua principalmente nos temas: Teoria da História, ensino de história, livro didático e formação docente. Coordenador do grupo de pesquisa e laboratório Interpretação do Tempo: ensino, memória, narrativa e política (iTempo).

## ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas. Folha 31, Quadra 07, Lote Especial, s/n., Nova Marabá, Marabá, PA, CEP 68507-590, Brasil.

## FINANCIAMENTO

Não se aplica.

## AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer aos membros do laboratório e grupo de pesquisa iTemppo pelas leituras e críticas apontadas quando discutimos o texto em nossos encontros. Nesse sentido, deixo expresso um agradecimento especial aos professores Pablo Porfírio da Universidade Federal de Pernambuco e Raimundo Inácio da Universidade Federal do Maranhão pelas críticas e sugestões indicadas.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado  
Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada  
Luisa Rauter Pereira – Editora Executiva  
María Inés Mudrovcic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Erinaldo Cavalcanti.



## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 8 de julho de 2020.

Alterado em: 21 de março de 2021.

Aprovado em: 24 de março de 2021.

Complexity theory and the historical study of religion:  
navigating the transdisciplinary space between the  
Humanities and the Natural Sciences

Thales Silva <sup>ª</sup>

Email: [thalesmms@gmail.com](mailto:thalesmms@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-9803-0296> 

<sup>ª</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora,  
Instituto de Ciências Humanas,  
Departamento de Ciências da Religião,  
Juiz de Fora, MG, Brasil

## ABSTRACT

This article advocates for a set of recent transdisciplinary options for the History of Religion, combining methods from the Natural and Human Sciences, through a special focus on the study of so-called “complex systems”. We elucidate their theoretical bases and limitations while assuming a pragmatic positioning between a defense of the historical-scientific study of religion and the promotion of groundbreaking methodological outlooks emerging from the Digital Humanities. From this background, throughout the text, we argue for a complementation of historiographical “close reading” with both “distant reading” techniques and interdisciplinary research, using computer-based methods and a diversity of formal modeling techniques. In short, we conclude that such methods offer novel ways for data representation and are best understood not only as creative schemes for solving issues in historiography, but also as a springboard for new inquiries arising from the transdisciplinarity between the Humanities and the Natural Sciences.

## KEYWORDS

Interdisciplinarity. Methodology. Digital Humanities.



## Introduction

The cornerstone of Religious Studies as the academic study of so-called “religious phenomena” is the systematic and critical processing of historical and ethnographic evidences of religious belief and behavior. From this empirically led description, it might seem the field deals with something fixed and that, for its critical processing, a rigorous organization of the target-material according to its natural properties would suffice. However, few readings can be naiver and more misleading than such definition of the discipline’s epistemic work. For the history of Religious Studies could be told as a periodic dispute on how to problematize “religion” and most of the other core concepts contained in such interpretation.<sup>1</sup> With these observations in mind, this theoretical and methodological study also wants to be included in this sort of long-established critical-reflective contribution to the field. Its immediate context is the present-day discussions on the status of evidences in the academic study of religious beliefs and behaviors, conducted mainly inside the recent influx of scholarly reflections on the interdisciplinary program known as Cognitive Science of Religion (CSR).<sup>2</sup> Here, our starting point is a kind of constructive critical current that has become an intrinsic part of these discussions, challenging the CSR scholars’ tendency to neglect studies with historical data and to marginalize conventional Humanities expertise. Given this background, this article aims to take a pragmatic and reasonable intermediate position between a programmatic and normative provocation and a practical evaluation of a specific methodological orientation: the possible utility of modeling and formalization techniques for historically grounded research on religion.

That being said, this study has two main goals. First, to outline a number of selected features that are part of the often-ignored transdisciplinary space<sup>3</sup> between the (evolutionary) cognitive sciences and the historical study of religion, and in a broader sense between the Natural Sciences and the Humanities. Such space has, most recently, been greatly explored by a set of methodological positions and practices, which in this article are illustrated by the (aforementioned) usefulness of what is known as “modeling and formalization”. Logically, these concepts have their own independent

<sup>1</sup> Cf. AMBASCIANO, 2018.

<sup>2</sup> As an explanatory research program, CSR seeks and is characterized by naturalistic explanations of religious phenomena, based on the search for their contextual mechanisms as opposed to universally operating laws (MCCAULEY; LAWSON, 2017, p. 6-7).

<sup>3</sup> A situation where mutually beneficial interdisciplinary interactions refer to problems that appear to transcend the interacting fields themselves, or produce results that transcend them – being linked to how the disciplinary boundaries involved are defined.

history, but recent developments<sup>4</sup> have contributed to their merging and crystallization as a collective working title for a particular group of formal models<sup>5</sup> and the means (techniques and processes) to establish them. Here, the term “formalization” is used to the detriment of the adjective “formal,” in order to emphasize its meaning as a “process or activity striving for formality”<sup>6</sup> (the pursuit of a rigorous position in relation to a formal reference system of representation) over, and as opposed to, a “final state of formality”.<sup>7</sup>

Secondly, we want to synthetically apprehend some main contemporary epistemological discussions on combining the expertise of the Natural Sciences and the Humanities, implicitly mediating several case studies from the exploration of this transdisciplinary space – the majority of which, working with the prospects and current reception of the Digital Humanities in the historical study of religion. Therefore, in reaffirming their goals, even though only by mentioning them and theorizing from their conclusions, we are convinced these technologies can lead to a fundamental and useful transformation of the academic work with historical documents, theories and the construction of critical statements about religious phenomena, while fully preserving the Humanities expertise – and the knowledge thus created can better participate in consensual conversations linking History and the Natural Sciences.<sup>8</sup>

### From formally defining to modeling (in silicio)

Given their subject of study, Religious Studies scholars who reject any essentialist conception of “religion” would probably agree with the definition of their subject as the academic study of those distinct beliefs and behaviors that could be described as religious. Obviously, although this epistemological orientation is considerably widespread among

<sup>4</sup> Coming from a considerably wide historiographical and religious studies crowd, particularly through a methodological orientation strongly connected with digital technologies, offering a commentary on potential innovations for the historical study of religion.

<sup>5</sup> Useful research and presentation constructs that transcend or leave the boundaries of human natural language, i.e., logical/mathematical expressions, computational models, visual graphs, tables, and maps.

<sup>6</sup> Clearly, useful models can also be hybrid, i.e., containing both elements of a formal system and human natural language sentences.

<sup>7</sup> Modeling and formalization are creative and imaginative processes, whose purpose is pragmatic, not normative: to look for a new transparent and useful perspective for a phenomenon or its documents, and not just to work through one selected formal system.

<sup>8</sup> An illustrative example of this type of approach is the “Consilience” project, which strives for the academic integration of knowledge coming from both the Humanities and the Natural Sciences (Cf. SLINGERLAND; COLLARD, 2012; BULBULIA; SLINGERLAND, 2012).

researchers today,<sup>9</sup> one must admit that such perspective is directly connected with certain implicit assumptions and, as such, has its own perils – for example, in the form of an ontological emphasis on the role of the individual (who thinks, acts and exhibits certain behaviors) over the whole (whose ontic status is often unclear). However, even those scholars who reject essentialist conceptions of “religion”, especially those coming from historiographical backgrounds, encounter in their work documents homogeneously and monolithically referring to collective patterns of religious actions and thoughts. This tension between the individual and the collective (and between the empirically concrete and generalized abstractions) represents an epistemological challenge for any theory working with complex human constructs, as illustrated by the aforementioned troubled history of the academic concept of “religion”.

Curiously, this is something that could also be applied to most of early scholarship in CSR, which, in its inception, assumed that it would be sufficient to base the ontology of its target-phenomenon on the psychic reality of the individual – causally subordinating everything social and cultural to it.<sup>10</sup> However, in a change of attitude primarily motivated by historiographical expertise, such position was almost immediately followed by a scholarly effort to think about, reinforce, and defend the mutual causality between culture and cognition in all the academic study of religious beliefs and behaviors.<sup>11</sup> In this context, religion, like an “airy nothing” (BOYER, 2001, p. 2-4), once escorted out of Academia through methodological naturalism and individualism, started to imaginatively return as a synthetic category of apparently unreducible bio-cultural complexity.<sup>12</sup>

Historically, though, this tension had already received a well-known conservative solution, one that emphasized the analytical responsibilities of the researcher. The American historian Jonathan Z. Smith (1938-2017), for example, formulated upon such ideas when he reminded us that, in the context of its academic study, the concept of “religion” is (virtually) always a tool that primarily reflects the interests of particular authors (SMITH, 1982, p. xi). This epistemological attitude, emphasizing the pragmatic value of conceptual categories instead of their condition as some sort of truth, was more recently reflected in the observations of another historian, Thomas A. Tweed, who, based on the analysis of various classical

<sup>9</sup> It must be emphasized that, historically, this was not (and still is not) always the case, Cf. FRANEK, 2020.

<sup>10</sup> Cf. MARTIN, WIEBE, 2017.

<sup>11</sup> For a critical overview of the “historical blindness” in CSR, Cf. AMBASCIANO; COLEMAN, 2019.

<sup>12</sup> Cf. GEERTZ, 2010.

definitions of “religion”, described over a dozen orienting metaphors (e.g. mental dispositions, faith, experience, system, worldview, institution), each of which capable of establishing a number of theoretical conceptions and categorical models by itself (TWEED, 2006, p. 48-53).

Thus, in a way, it might seem that, in the academic study of so-called “religious phenomena”, striving for modeling and formalizing “religion” is *sensu lato* something far from innovative. Both Tweed and Smith, however, did not call their analytical patterns “models”, because they were more concerned with theoretical definitions than research methods, and were primarily interested in metaphors as orienting tools for academic thinking – developed through our “folk” natural language. Therefore, the main axis of this study can be grasped in contrast, but also in parallel, with both of these goals, since “modeling and formalization” are, once again, understood here as representing a methodological position that stresses the “process” rather than the “results” of the research work – especially through an emphasis on a transformative and transparent manipulation of assumptions and records *in silicio* (using representational technologies)<sup>13</sup>, a procedure that tends to directly force the application of formalization patterns that are outside of the scope of human natural language. As we understand them, these technologies are primarily mathematical and computational tools already been used by the Natural and Social Sciences in the study of phenomena known as “complex systems”.<sup>14</sup> At the same time, our argument proceeds in a similar direction to Tweed’s, since, when explaining what is commonly treated as “religious”, we want to emphasize the study of processual circumstances similar to those explicitly referred in the title of his monograph (*crossing and dwelling*).

## Working with complex systems

Presumably, very few historians would oppose to the description of the subjects of their study as complex phenomena, and not only because this perspective has become a natural stance against the polemical threat of a possible unwanted reduction<sup>15</sup>

<sup>13</sup> I.e., digital technologies that allow a target-phenomenon to be represented (captured, preserved, mediated) in its specificities. This concept is becoming increasingly common in monographs on computational modeling (WILENSKY; RAND, 2015, p. 1).

<sup>14</sup> Cf. MITTAL; DIALLO; TOLK, 2018.

<sup>15</sup> However, this stance is philosophically incoherent, as “all theories and explanations are reductionist from some point of view. It is the *explanandum* in question that determines at which level of analysis we seek for answers” (WATTS; TURNER, 2014, p. 31).

(BLUM, 2018, p. 167-205). When modeling and formalizing, though, the adjective “complex” is used in a sense that, although shares a similar emphasis on context and comprehensiveness to that presented in the Humanities discourse, directs these concerns to the structurally science-oriented epistemological position of so-called “complexity science” or “complexity theory”.<sup>16</sup> Through reintegration, this perspective seeks to resolve the discrepancy between apparently irreducible wholes, with unclear ontologies (e.g. cultures or religious traditions), and the sometimes inevitable need for their methodological reduction into parts (e.g. biases on information transmission or psychological mechanisms) often studied in isolation and with difficult-to-grasp relationships to the aforementioned wholes. Such position is often characterized by a sort of holistic grasp of reality, which is achieved through thinking about wholes and parts as systems of mutual functional and causal dependencies: the focus of the research is, thus, collective patterns (or their models) conceived as systems, i.e., integrated units of interacting and interdependent pieces, and the processes governing their change (dynamics). In this context, the “complex” attribute is then given to those systems that exhibit so-called “complex behavior”, i.e., self-organization (achievement of order without an external central cause), nonlinear dynamics (presence of feedback mechanisms causing a nonlinear course of change), and emergence (the whole possesses, through internal interactions, emergent observable properties that do not seem to result from the operation of its parts).

Academically, the study of complex phenomena is largely linked to an effort to focus not only on the objects and structures themselves, but also on the relationships and processes that shape them (internally or not) and, thus, to predict, for example, their observable behavior. As previously mentioned, in the Natural Sciences these phenomena are usually associated with formal modeling techniques using mathematical (differential equations) and computational tools, such as agent-based modeling (ABM) – although the main epistemological insights coming from their study have shown to be (also) useful for qualitatively-oriented field research (BERGENDORFF, 2009, p. 83-144). Naturally, the consideration of a certain autonomy of the wholes (e.g., in the form of a culture or society) is nothing revealing for most of the Human and Social Sciences, given that what is popularly treated as the “social” forms the traditional basis of their target-subject. However, in the study of complex systems, this epistemological position is often associated not only with the effort to grasp phenomena holistically, but also with an endeavor to include them in a larger corpus of formal scientific knowledge – being,

<sup>16</sup> Cf. BERGENDORFF, 2009. An increasingly large number of projects calling for a fundamental rethinking of the scientific understanding of reality and its complexity, including studies in the Humanities, Natural and Social Sciences (Cf. BERGENDORFF, 2009; JÖRG, 2011).

therefore, consistent and even part of projects that seek to link distinct organizational and disciplinary levels of naturalistic expertise (physical, chemical, biological, and psychological) and bridge the ideational gap between the Natural Sciences and the Humanities.

With this background in mind, and in accordance with the consistent appeals coming from CSR scholars, it seems wise to (also) understand “religious” as a synthetic category for complex phenomena that cannot be clearly understood in theoretical and methodological isolation, transcending various levels of explanation (biological, psychological, sociocultural, and historical). This sort of careful consideration of the complexity involved in such categories is essential to enable scholars to break down their studied target-phenomena (and records of them) into distinct, although mutually conditioned and informative, “scales of reality” (WATTS; TURNER, 2014, p. 31). In this manner, such perspective eventually shares some resemblance, for example, with historiographical orientations that attach a fundamental role to human biology (brains and nervous systems), cognition and evolutionary histories, just as the ones practiced by large-scale “Deep History”<sup>17</sup> projects.<sup>18</sup> However, and at the same time, such reductive decomposition could also be fruitfully oriented to the analysis of shorter periods of time and particular socio-cultural dynamics. Therefore, this means that, just as it has been the case (for example) of physical geography, both biology and human cognition can (too) serve as auxiliary explanatory levels for reconciling specific historical facts about religious phenomena.

Before moving on, it is worth mentioning a problematic an almost defining feature of complex systems: non-intuitiveness. Their labyrinthine dynamics, functionality, and decentralized organization can escape even the expert’s grasp<sup>19</sup> and their empirical study is often associated with the existence and involvement of a large amount of digitalized or formalized data (WILENSKY; RAND, 2015, p. 10-13). For this reason, research on complex systems is firmly linked to (and dependent of) the methodological extensions of representational technologies, with the impossibility of their direct “naked-eye” analysis acting as a perplexity sign that emphasizes researcher’s epistemic humility. Moreover, it is important to stress that, although they are a way of capturing phenomena in their complexity, such analysis always imply a

<sup>17</sup> A definition of History that rests upon the evolution of anatomically modern humans.

<sup>18</sup> Cf. SMAIL, 2008; SHRYOCK; SMAIL, 2011.

<sup>19</sup> The specific erroneous pattern of human thinking when grasping complex systems has been described as “an expectation for a central, directly determining causality”. Even trained scientists are subject to this bias (WILENSKY; RAND, 2015, p. 13).



“complex, modular or bottom-up, reduction”, i.e., an analytical space created by the researcher, in which he tries to find the simplest possible adequate solution to a specific theoretical problem or explanation to the target-dataset – and not to comprehensively apprehend the systems in their entirety.<sup>20</sup> This skeptical ethos of modeling rhetoric is aptly expressed by an iconic statement of British statistician George Box (1919-2013), who said that “all models are wrong, but some are useful for [exploring and learning about the world]” (BOX, 1976, p.792), before alerting researchers not to model systems to analyze them as such, but above all to study the problems involved with them. In this spirit, the goal here is not to strive for a fundamental reconceptualization of the concept of “religion” as a complex system (PETERSON, et al., 2019, p. 45-61). Rather, our focus is to draw attention to the usefulness of its historical immersion (and that of any other human construct) in a contextual relationship of phenomena known in complexity science as “multi-level history” (and their epistemology); connecting it with some existing research approaches that are already moving in this direction.

## From individual cognition to population-level processes

History, as both a Social and Human Science, covers in itself a broad and fragmented academic space encompassing a considerable number of projects that one could understand as related and exemplary illustrations for the kind of discernment aimed by this article.<sup>21</sup> In this sense, just like in the case of much of Cognitive Historiography<sup>22</sup>, it is vital to understand (for our purposes) the French *Annales* school<sup>23</sup> and its idea of history of *la longue durée* – which defines itself against the more customary historiographical focus on personalities and particular transformative events/ideas – as an exemplary reference.<sup>24</sup> Nevertheless, rather than a *histoire des mentalités*, the “spiritual predecessor” of Cognitive Historiography, the ideas at work here are more directly inspired by the natural-socio-economic History of Fernand Braudel’s

<sup>20</sup> Cf. GREEN, 2019.

<sup>21</sup> Even without direct links, our goals are in many ways similar to those of other projects using formal methods, changing the ideal scope of historical research and its scales, or aimed at a consistent connection between the Natural Sciences and the Humanities.

<sup>22</sup> Cf. SILVA, 2019. The interaction between History, Historiography, and/or Archaeology and cognitive theories.

<sup>23</sup> Cf. BURKE, 2015.

<sup>24</sup> *La longue durée* is better understood as a defense of the idea of longevity as a unifying term for the Social Sciences. Therefore, it would be an exaggeration to treat it as something specifically related to modeling and formalization (BRAUDEL, 1958, p. 752).

(1902-1985) “Mediterranean Sea”, with its interdependent and variously fast-flowing levels of time (BRAUDEL, 1995, p. 21).<sup>25</sup>

In this sense, “multi-level history” is taken to be a concept of heuristic, rather than programmatic, nature – i.e., an orienting scheme that could combine, in the scholar’s research focus, cultural anthropologist Scott Atran’s metaphor of “history as an evolutionary landscape”, wrinkled and conditioned by the deep history of human cognition, together with other elements of long duration, such as natural and cultural environmental conditions (ATRAN, 2005, p. 10-12). This perspective follows some of CSR’s main tenets in an effort to integrate traces and processes from the history of religious beliefs and behaviors into the explanatory levels of the Natural Sciences while, at the same time, trying to listen carefully to philosopher Robert N. McCauley’s call for methodological and explanatory pluralism and opportunism in the study of complex phenomena (MCCAULEY; LAWSON, 2017, p. 1-24). This means, among other things, not to understand the cognitive-evolutionary level of explanation as privileged and exclusive, but to treat it only as one of the possible “deep” or macro-historical factors “canalizing” the cultural and historical landscape of religion – something that researchers may choose to use (or not) in their analyses (ATRAN, 2005, 10-13).

Currently, the idea of Cognitive Historiography mostly appears in consonance with the (increasingly common) critique of isolated psychological experimentation as the preferred method of scientific research into bio-cultural behavior, and the condemnation of presentism as a “theoretical blindness” to the effects of historical variability (SILVA, 2019, p. 196-202) – a criticism often accompanied by calls for the inclusion of textual data obtained from the so-called (past) “dead minds” (EIDINOW; MARTIN, 2014, p. 5-9).<sup>26</sup> However, in the spirit of methodological opportunism and taking into account the considerable amount of historical data formed by material culture, as well as the limitations of current cognitive-scientific theories,<sup>27</sup> a question remains: to what extent such combination of historical evidences, human biology, and cognition is an always necessary and “useful” endeavor? After all, although a cognitive-historiographical orientation towards individual religious beliefs and behaviors prevents the essentialization of religion beyond the manifestations of individual agents, it often does not help in any way in the study of the “realities” of those collective

<sup>25</sup> I.e., the geographical, the socio-economic-cultural, and the time of events.

<sup>26</sup> Cf. SLINGERLAND, 2014.

<sup>27</sup> Recently, the Cognitive Sciences have undergone a lively development, primarily characterized by disputes over the very nature of cognition, which is being reflected in CSR with regard to its unclear causal relationship to culture (Cf. GEERTZ, 2010).



cultural patterns whose traces can be found in historical sources. Moreover, although cognitive social scientist Dan Sperber's project of an "epidemiology of representations"<sup>28</sup> (one of CSR's original cornerstones) contains a call for a transparent and naturalistic ontology (in which culture arises from interactions of individuals), the Cognitive Sciences, by their own, lack concrete examples of convincingly tested methods capable of rigorously conceiving and reconstructing population-level processes of cultural-historical change. In this respect, it may be useful for those historians who cling to the ideal of the study of religion as a life science, to master, for example, modeling and simulation methods capable of doing so, such as those used in Population Biology (MITTAL; DIALLO; TOLK, 2018, p. 321-348; SILVA, 2019, p. 204-206).

Therefore, although the theories discussed here often deal with macro-historical scales, such treatment is not primarily concerned with placing the historical study of religion in the framework of the macro-historiography of civilizational units, such as in Immanuel Wallerstein's (1930-2019) world-systems<sup>29</sup> (WALLERSTEIN, 1987, p. 203-207), or with research at the level of the largest population patterns, which are of interest, for example, for Peter Turchin's *Cliodynamics* (TURCHIN, 2008, p. 34-35).<sup>30</sup> Additionally, rather than promoting the concept of "history" as a complex system, what we are dealing here is solely an effort to introduce a methodological approach that studies the local subjects of historiographical interest in the environment of complexity theory. Finally, in relation to the History of Religion, which typically deals with specific collective patterns and ruptures in religious beliefs and behaviors, rather than with general theories, the emphasis here is in the prospects of modeling and formalization as tools for both engaging with the resolution of specific historical and "local" problems and to overcome some general limitations of more conventional historiographical methods.<sup>31</sup>

<sup>28</sup> The explanation of cultural phenomena through the examination of how mental representations are distributed within a target-population (SILVA, 2019, p. 195).

<sup>29</sup> A socioeconomic system that encompasses part or the entire globe, detailing the aggregate structural result of the sum of the interactions between polities.

<sup>30</sup> A transdisciplinary area of research integrating (neo-Darwinian) cultural evolution, Economic History, Macrosociology, the mathematical modeling of long duration historical processes, and the analysis of historical/archaeological databases (Cf. TURCHIN, 2008).

<sup>31</sup> Cf. SILVA, 2019.

## The “complexity landscape” and the boundaries of “conventional” Historiography

Despite its undeniable achievements, Historiography at large, and not only the historical study of religion, sooner or later encounters several fundamental problems that clearly illustrate the feasibilities and cognitive constraints of the so-called “conventional way”<sup>32</sup> of doing History – primarily oriented to events and human actors/ideas as the main sources of historical change. Through this perspective, history is seen primarily as an amalgamation of sequential events evoked by conscious human actions (or reactions), decisions, and intentions. The task of Historiography would be then to reconstruct and organize these events into a coherent historical narrative, in which turning points in past episodes are often understood as the direct or indirect result of the activities of key-actors. This teleological element, often concealed rather than clearly declared, tends to lead to an implicit selection of incidents to which a historical value is assigned at the expense of many others who are neglected or, otherwise, marginalized (MANDELBAUM, 1967, p. 414-415). Such conception of history is largely based on an intuitive understanding of chronologically ordered events in an anthropocentrically limited spectrum of time and on the biased constraints of ordinary human cognition, incapable to observe and predict the consequences of phenomena following a nonlinear course. Hence, through this point of view, much of the outcomes of the occurrence of complex macro-historical factors and their participation in shaping the course of historical processes remains somewhat hidden.

Data on which the historiographical reconstruction of past events and processes is based are always incomplete in nature, and their preservation or discovery is largely decided by random or secondary factors (e.g., certain institutional interests) that do not necessarily reflect their “original” relevance and representativeness. Thus, the historian always works with fragmentary information, which forces him to skip blank spaces and connect individual sources into a narrative that, under given conditions, he considers the most credible and the closest possible to an already known (or conventionalized) course of events (SILVA, SANTOS, 2017, p. 40). Although many historical sources have been irretrievably lost, in some cases the historian is confronted with the fact that a large amount of surviving data, relating to one and the same event, can either be combined into a number of similarly plausible narratives or these sources contradict each other to such an extent that their simple evaluation and combination (or connection) cannot

<sup>32</sup> Here, we treat this designation as an ideal type, without declaring any implicit developmental dichotomy between concepts such as “traditional vs. progressive”. Therefore, it is a necessary academic partner in the process of deepening our historical knowledge.

create a meaningful historical account that would meet the most basic demands of logical coherence. Thus, in such situations, a question remains: which of the possible narratives should be preferred, and based on what criteria?

Much of historiographical research is largely dependent on texts, which (again) deepen the tendency of historians to conceive history as a sequence of events that could be captured through a narrative based on the interpretation and evaluation of consciously created literary sources. As mentioned above, one of the negative consequences of this more conventional orientation towards text corpora is the tendency to neglect the complexities of macro-historical processes, which are capable of influencing the course of history in ways often not recognizable other than from a retrospective perspective based on a large set of data covering long periods of time.<sup>33</sup> Even more, any History structurally focused on the (anthropologically) recent trajectory of great civilizations, which dates back to the origins of writing, ends up neglecting those long millennia of human development that are not captured, nor can be captured, by the methods of meticulously text-oriented historiography.<sup>34</sup> For this reason (too), “conventional” historians usually have no experience with methods that seek to recognize the complexity involved in the unconscious and unintentional dimensions of human history – most of which depending on quantitatively oriented digital technologies.

Moreover, texts themselves can be understood as complex communicative artifacts, which, transcending their intentional messages, also mediate evidences of technological and cultural complexity, something that is only revealed by a combination of “readings at different scales”. In the spirit of the ideal model created by Italian literary historian Franco Moretti, it can be said that the predominant way of reading historical source texts is “close reading” – in which the researcher pays careful attention to the details of individual statements, to hermeneutically process the text that structures them and reveal its message in an adequate historical context. In this mode of detailed reading, however, the structure of the “text landscape”, associated with the unintended layers created by the stagnation and transformation of the textual artifact in its own ecology of time and space (long-term histories and textual trends), is necessarily “optically blurred”. Thus, such textual landscape will only emerge when the reader’s focus is widened, and its target (then) “compared to its pairs” in a larger-scale through “distant reading”

<sup>33</sup> Cf. SILVA, 2019.

<sup>34</sup> Cf. SMAIL, 2008. Proponents of so-called “deep histories” explicitly criticize this conception, which programmatically identifies the beginning of human history *sensu stricto* (as opposed to prehistory) with the emergence of the first civilizations (SILVA, 2019, p. 201).

(SILVA, 2019, p. 193).<sup>35</sup> The goal of this kind of analysis is the use of computational and statistical tools to create formal models of extensive text corpora, allowing for both its internal and external quantitative comparison.<sup>36</sup> This understanding of texts as quantitatively descriptive structures refers to an important dimension (or level) of the “modeling and formalization” logic. Put it simply, it enables and represents a strong and little-emphasized innovation in the available literature, which from the point of view of most historians may seem to be a form of “sacrilege”: the act of artificially and actively constructing/modeling the very own (emergent) large-scale historical processes that ought to be explained.<sup>37</sup>

### Building historical records: data or *capta*?

In the analytical construction of any phenomena, the researcher’s responsibility often begins when working with documents that testify to his target-object of inquiry. Current claims for the use of historical expertise in research into the natural and cultural evolutionary landscape of religion often include a general grasp of this kind of knowledge as usable *data* (raw information, i.e., what it is, what is given). In this context, projects of large historical databases that seek to collect “big data”<sup>38</sup> on past populations or its quantitative history can be viewed with critical skepticism from the point of view of “conventional” Historiography,<sup>39</sup> as they contain a difficult-to-validate and easily questionable transformation (operationalization)<sup>40</sup> of distributed qualitative expertise into structured digital data usable for quantitative analysis. Such transformation of qualitative into quantitative information brings with it, above all, the search for a common currency and scale in which these data become comparable. Yet, in History, this process presents a primary challenge with regard, for example, to time coding. After all, one of the most remarkable currencies of historical sources is their dynamism (i.e., records of the transformation of the target-phenomenon under short- to long-term

<sup>35</sup> Cf. MORETTI, 2013.

<sup>36</sup> These methods have been successfully used, for example, in historical “compared stylometry”, where they provided excellent results in determining implicit textual trends (Cf. SLINGERLAND, et al., 2017).

<sup>37</sup> Automated methods for extracting information from texts (“text mining”), and subsequently modeling it, are apparently a promising tool for any long duration Historiography (Cf. NIELBO; NICHOLS; SLINGERLAND, 2016).

<sup>38</sup> The concept of “big data” indicates a massive amount of diverse and often rather unstructured data related to a single phenomenon. For “big data” in the Humanities, see MANNING, 2013; KAPLAN, 2015.

<sup>39</sup> For a sharp critique of exacerbated “scientistic” approaches to History in the context of the recent redefinition of CSR, see MARTIN; WIEBE, 2017, p. 107-122.

<sup>40</sup> Also known as “data modeling”, it includes at its core an activity that is more commonly called “operationalization and coding” in quantitatively- (but also qualitatively-) oriented methodologies.

perspectives). Therefore, during the data modeling, this variability – typically taken by modelers as unambiguously quantitative – usually ends up being unconsciously recorded and thought out rather qualitatively (i.e., even critically processed time data contains different degrees of uncertainty and estimation). Unintended problems like these represent legitimate epistemic reasons for the “conventional” historian’s special distrust in building large historical databases though the collection and quantitative transformation of qualitative data from many different sources.

Let us not forget, taken alone, historical documents are typically characterized by sparse and statistically unrepresentative sets of information, which only due to critical historiographical work can often become statements about the past, or *data sensu stricto*. Likewise, when in connection with historical materials, it is (solely) appropriate to talk about the “nature” of complex modeling in light of a particular set of theories and assumptions. This attitude is well illustrated in present discussions coming from the field of Digital Humanities, for example by theorist and cultural critic Johanna Drucker, when she claims that “all *data* is *capta*” – i.e., more akin to something “deliberately collected” rather than just “given” (DRUCKER, 2011, p. 20). In her critical evaluation of the usage of a typical formal model (in the form of visual graphs), Drucker draws attention to its possible relation to different ideal types of epistemological positioning. From this perspective, while the Natural Sciences work within an observer-independent realism, for Humanities researchers the imperative is a sort of natural constructivism of the interdependence between the observer and the object (DRUCKER, p. 50-51).

Therefore, in that which concerns the study of human constructs and knowledge, the use of formal methods (i.e., quantitative analysis) cannot be understood as grasping the “reality of the sources”, always being linked to processes of additional transformation: *data* will always be *capta*. Moreover, these transformations will often provoke mistrust among scholars, given that they potentially increase the distance between the target-phenomenon and its observer, thus intuitively (further) distancing any perceiver from the “reality”.<sup>41</sup> Consequently, in complexity science, although historical data will usually end up forming an increasingly complex construct created by a series of interpretive acts, rather than the result of direct measurement, this does not mean that they cannot be used to analyze formally conceived problems, while maintaining (simultaneously) the transparency of their transformative process. In other words, although as transformed

<sup>41</sup> While detrimental to the implicit realistic stance associated with the “correspondence theory of truth”, this way of handling documents is coherent with the “consensual concept of truth”, where the arbiter is the critical discussion of a professional community.

traces modeled data cannot show phenomena in their originality, if taken carefully they might clearly and innovatively answer specific research questions about them.

## Systematically and critically processed Historiography

As an act of both translation and interpretation, the process of “modeling and formalization” thus hides in itself two connected and polarized epistemological movements: the first one potentially refines and contributes to critical processing (i.e., it allows, for example, transparent abstractions, the creation of new knowledge and the evaluation of existing ones); the second, when not consciously explicit, potentially blurs the scenario again, recreating the same or even more problems than the ones it intends to solve. Put it simply, we usually see the benefit of such techniques (especially) in those areas of research in which there is already a considerable level of systematically and critically processed knowledge. But in order to meaningfully and defensibly unravel the nature of “raw” documents through any formally precise conjecture, as well as to combine disciplinary perspectives, it is essential not to lose touch with traditional expertise, which tends to be especially necessary in situations where the validity of the data and results thus obtained depends on critical discussion. Historiographical knowledge, for example, tends to be characterized by the possibility of simultaneous interpretations of one set of documents, the accuracy of which is difficult to decide because their transparent comparison is significantly problematic. Accordingly, it is precisely because of such characteristics that History could be a perfect test-bench for the power and potentials of a structurally early and carefully overseen adoption of formalizing approaches, allowing new ways of formal, and therefore more transparent, comparisons.

In Academia, we are already seeing these new possibilities of comparison in creative and rigorous thinking within formal environments, both at the data level and at the level of theories. From these examples, one can assume that such methodological approach (associated with the epistemological position of complex systems theory) offers to the History of Religion (but not only to it) both, analytical tools for grasping unique historical contexts (e.g. in the form of the origins and dissemination of a particular religious tradition) and instruments for creating and thinking about those general analytical constructs through which these contexts are explained and interpreted (e.g. at the level of the “epidemiology of representations”). At the same time, “modeling and formalization” might act as ideal synthesizing tools through which empiricism and theorization meet closely and can inform each other. Historiography often works implicitly with abduction logic – i.e., it tries to derive the best possible explanation for a given phenomenon from



a rigorous connection of available documents and theories (MCCULLAGH, 1984, p. 12); however, the nature of historical data (i.e., their rarity and incompleteness) leads to the fact that there may be several such best explanations side by side (GLOMB *et al.*, 2018, p. 117-120). Developing on what we have previously mentioned, it is here that we see the greatest power of so-called “generative computational modeling”,<sup>42</sup> which aims to operate at the macro-level of explanation, using a formal model of the target-process that is capable of establishing it by means of the interactions of its organizational details.<sup>43</sup> Clearly, many historical phenomena can be understood as macrostructures, emergent consequences of a series of complex interactions commonly conditioned by various factors. Without a “close reading” of the evidences and theoretical insights from the relevant Social and Natural Sciences (e.g. Anthropology or Climatology), it is obviously difficult to identify these factors in the network of details surrounding them. However, without “distant reading”, it is then hard to imagine the scope of their effects over a long duration. Only through a transdisciplinary method that allows these perspectives to be quantitatively combined it becomes possible, for example, to transparently decide on the relative strength of the evolved factors and to search for, and distinguish, key or (conversely) less relevant causal connections or patterns on their dynamics.<sup>44</sup>

With that in mind, it is vital to exacerbate that, howsoever, both modeling and formalization can be chosen to serve largely distinct purposes at different stages of research: they allow 1) to rigorously think and compare large amounts of historical data (e.g. creation of virtualized data and databases); 2) to transparently supplement these data with qualified estimates and assumptions, and thus test these assumptions (e.g. through “generative computational modeling”); 3) to operationalize them into selected invariant structures or explanatory levels (e.g. into the mechanisms of human psychology, but also into physical communication networks); 4) to use methods for the study of complex systems (e.g. analysis of complex social networks); 5) to clearly formulate theoretical assumptions and imagine the consequences of combining several theories (given that quantitative data are stabilizable under common currencies and scales); 6) to model individuals and collective patterns together by managing the processes that connect them (e.g. to decide which scenarios for the emergence of these target collective patterns are more likely than others). In any case, it is worth

<sup>42</sup> “Artificial society modeling allows us to ‘grow’ social structures *in silico* demonstrating that certain sets of micro-specifications are *sufficient to generate* the macro-phenomena of interest” (EPSTEIN; AXTELL, 1996, p. 20).

<sup>43</sup> Cf. EPSTEIN, 2007.

<sup>44</sup> Conceived in this way, Historiography could be understood as akin to “applied science” in the technical sense, at least according to the nector of Cliodynamics, Russian-American biologist Peter Turchin (Cf. TURCHIN, 2011).

to reinforce that, regardless of the epistemological power and new possibilities of such techniques for both research and its presentation, traditional descriptive narrative will always remain an essential and necessary tool for History, as well as many other Human and Social Sciences.<sup>45</sup>

## Prospects and current limitations

Until now, under the heading of “modeling and formalization”, we have combined several methods that, from a historian’s point of view, may seem very similar. Nonetheless, from the perspective of mathematicians or computer scientists, for example, these are, definitely, different worlds, each of which including its own diverse complexities. Throughout this article, we have, briefly and perhaps too synthetically, introduced domains that would otherwise deserve their own separate treatment. Such heuristic movement allowed us to argue monolithically for modeling and formalization practices as facilitators of new ways of analyzing large numbers of initially inconsistent documents, and to claim that, due to their need for precise specification, through these techniques, transdisciplinary interpretive decisions may escape the vagueness of (human) natural language and acquire new levels of transparency. However, it must be emphasized that (here) we are dealing with possibilities, not with automatic error-free necessities.

One of the critical thorns that formalizing approaches aggregating large amounts of digitalized historical data must cope with in the future is, precisely, the transparency of their initial formalization process. The erudition of every conventional historiographical work is based, among other things, on the clear anchoring of the scholar’s analysis in structuralizing sources. When modeling and formalizing, this poses a two-pronged challenge, especially for large database projects: 1) first of all, due to their huge number, the problem is how to grasp the extensive overview of resources and expertise on which databases derive from; 2) secondly, in their composition these projects involve a number of partial interpretational steps that are externally difficult to validate, distributed among numerous teams of experts. Naturally, when based on problematic datasets, even small and locally limited studies cannot avoid possible difficulties, with their validity occupying a space rather analogous to scientific experiments, requiring replication and meta-studies – but this is not the point. The most important thing (here) is to clarify that even formal methods of analysis (or any statistically evaluated hypothesis-oriented research whatsoever) have their “epistemological

<sup>45</sup> Cf. EPSTEIN, 2008.



blind spots”, usually emerging from their dependence on data with a good signal-to-noise ratio (i.e., the ratio of useful compared to meaningless information). Due to its intricate nature, the analysis of complex data often produces false-positive results by simple chance; moreover, regardless of the sophistication of quantitative analytical methods, they can develop a tendency to hide the biases arising at the level of selection and transformation (quantification) of documents in light of implicitly pre-accepted historiographical hypotheses (MARTIN; WIEBE, 2017, p. 107-122). Therefore, the success of “modeling and formalization” in History (and in the Humanities at large) is mostly dependent on a certain critical-historical clarity and in a strong presence of conventional hermeneutical expertise (domain) and awareness, from the very inception of the formalizing procedure.<sup>46</sup>

That being said, outside of specific applications, when dealing with formal modeling as a field in itself, it is important to distinguish the existence of several independent traditions.<sup>47</sup> In this study, for example, we monolithically referred to two forms of modeling complex systems that could be contrasted more nuancedly. The first and less referenced one is the so-called “mathematical modeling”, i.e., the modeling of system dynamics using differential equations. A top-down research perspective is typical for this approach, where the model works at the level of the mathematical correlations that express the dynamics of the whole, thus consciously neglecting its component details and local/internal interactions. This tradition of modeling, which is not necessarily computer dependent, is often used in Economics, and its current historical usefulness has been predominantly represented by Peter Turchin’s Cliodynamics project.<sup>48</sup> In contrast, what is known as “computational modeling” correlates best with the application of ABM in the Social Sciences, which constitutes a completely distinct type of modeling tradition. ABM always requires a software-based virtual environment and is characterized by an emphasis on modeled bottom-up interactions of individual units, creating complex collective patterns (e.g. population processes) that only emerge as a result of the behavioral micro-specifications of especially programmed agents (e.g. persons). This method is still waiting for a more significant adoption in historiography<sup>49</sup>, but it has

<sup>46</sup> Italian historian Leonardo Ambasciano expands this viewpoint in his constructive critique of the cognitive-scientific apprehension of so-called “Big Gods” as a historically fundamental source for the internal cohesion of large societies (Cf. AMBASCIANO, 2016).

<sup>47</sup> Cf. FRIGG; HARTMANN, 2020.

<sup>48</sup> However, the specific macroscopic scope of the modeling involved in such perspective has its social scientific limits, as its driving forces are aggregated into homogeneous blocks and the models used do not contain micro-macro connections (Cf. EPSTEIN, 2007).

<sup>49</sup> Cf. GAVIN, 2014; SILVA, 2019.

already become a well-established research tactic within Anthropology and Religious Studies.<sup>50</sup>

Another similar, but largely separate area of formal modeling is the so-called “complex networks analysis”, an interdisciplinary field related to the “social networks analysis” movement (SNA), established during the second half of the 20th century as a result of the combination between the subfield of Relational Sociology and the mathematical analysis of graphs.<sup>51</sup> SNA is characterized by the modeling of social structures as mathematically graspable networks of nodes and edges (in the form of persons and their various inter-individual ties), in which, for example, the importance of individual nodes can be calculated based on the structure formed by their edges. However, going far beyond the SNA movement, the related but basically independent conceptualization of a “complex networks analysis”<sup>52</sup>, and the further development of its own methodology, resulted in a wide range of different applications across the Natural, Social and Human Sciences, where, especially in historical-archaeological research, complex networks are used for illustrating the structural delineations of agent-based complex systems.<sup>53</sup>

With this comprehensiveness in mind, although we consider the complexity theory to be a significant element enabling new ways of research in the historical study of religion, it is important to remember the epistemic framework that encompasses it is not necessarily equated with new representational technologies. After all, both modeling and formalization can assume more conservative positions, limiting themselves to the mere use of computational methods to help examine historical evidences or to support specific historiographical arguments – a conceptualization often developed in the area of Digital Humanities and, more directly, inside the newly developed field of Digital History.<sup>54</sup> Ergo, within “modeling and formalization”, computer-assisted methods<sup>55</sup> are better understood as materially anchored activities that indirectly control and negotiate

<sup>50</sup> Cf. LANE, 2014.

<sup>51</sup> The origin of SNA dates back to the 1930s, to the author of the “sociogram” concept, Romanian psychiatrist and psychologist Jacob Moreno (1889-1974) – since the 1950s, its systematic use has been associated with sociologist Harrison White (Cf. FREEMAN, 2004).

<sup>52</sup> Many complex networks are characterized by a non-trivial topology, which is equally exhibited by network models of real systems, both in nature and in human societies. This phenomenon is the so-called “scale-free” property (Cf. BARABÁSI, 2016).

<sup>53</sup> Cf. COLLAR, 2013; BRUGHMANS; COLLAR; COWARD, 2016.

<sup>54</sup> Cf. GRAHAM; MILLIGAN; WEINGART, 2016; MULLENEM; ROBERTSON, 2017.

<sup>55</sup> Due to its potential fruitfulness, spatial analysis using Geographic Information Systems/Science methods deserves a separate mention (CF. LÜNEN; TRAVIS, 2013).

the extension of thinking processes, rather than as specific necessary methodologies that can be easily and casually applied to broaden research horizons.

Accordingly, whether regarding the conservative usage of digital tools or their use for bold transdisciplinary extrapolation in complexity models, modeling and formalization processes are ways of “thinking within a method” or “thinking with a method”,<sup>56</sup> for which its dual-corporeality is vitally important (i.e., in this case, the formality and the digitality created by the computerized environment of analysis) in setting new standards for historical data visualization and comparison. That being the case, there seems to exist a meaningful analogy between such techniques and traditional sociological-hermeneutical understandings as embodied practices – something equally observed, for example, by Czech sociologist Zdeněk Konopásek in connection with the context of qualitative analyses carried out through the Atlas.ti software. In both cases, “software packages would be better understood not only as ‘mere tools’ [...], but also as complex virtual environments for embodied and practice-based knowledge making” (KONOPÁSEK, 2007, p. 276).

## Challenges, implications and concluding thoughts

One of the biggest but rarely discussed challenges of modeling and formalization as tools for exploring transdisciplinary spaces is the effectiveness of the actual interdisciplinary collaboration between experts from different disciplines in solving a common research topic or program. The traditional way of working in History is individually, although historians always stand on the shoulders of the giants of previous-generations. Yet, regarding the creation of formal dynamic models of historical processes, it is almost necessary to establish and maintain interdisciplinary teams capable of long-term intensive communication between their individual members. Notwithstanding, in Academia the natural boundaries constraining disciplines are, in a Wittgensteinian sense, their specific “language games” whose vivid translation into a common imaginative currency, competence, and, ultimately, extramural research strategy is time-consuming and often institutionally painful. The emergence of a “distributed intelligence” transcending such boundaries thus requires not only considerable openness and patience of all involved and enthusiasm for consensus, but (above all) time.

<sup>56</sup> Italian philosopher Lorenzo Magnani aptly describes the concept of “modeling” when he writes that it is a form of manipulative abduction, a “thinking through doing and not only, in a pragmatic sense, about doing” (MAGNANI; NERSESSIAN, 2002, p. 309).

For proper transdisciplinarity, mutual team respect and shared competencies contributing to the creation of new solutions for research questions emerging at the inter-individual physical level are not enough. Truly comprehensive *sensu lato* scientific knowledge arises only through circulation in networks of academic communities and through institutionalized respect for hybrid transdisciplinary projects. Besides, while new collective research methods are able to provide novel collaborative explanations, they require the development of specific competencies, both at the level of their validation as of professional reception.<sup>57</sup> Any cooperation between historians, anthropologists, cognitive scientists, and computer scientists (for example) creates a type of academic product for which it is a huge challenge to find the right way to present it to all of its possible audiences, which are responsible for its critical evaluation. As past transdisciplinary experiences have shown, it is very difficult to create a situational bridge between different specializations in the usually short time dedicated to a standard research project in a way that would allow the modeled problem to be “grasped more entirely” (LANG, 2016, p. 114). Naturally, individual professional audiences pay attention primarily to that which is limited to the dimensions of their own traditional expertise, and without adequate exposing statements, it can be very difficult to thematize, appreciate, and (above all) critically comment on those results strongly embedded in transdisciplinary frameworks. Complex phenomena may require complex methods to be able to produce impressively complex repercussions; however, in spite of their innovative character, without comprehensible and convincing framing narratives, they will never become (by themselves) part of any professional academic discussion.

Throughout this study, we tried to build a narrative of this sort. On the one hand, this article noticed the existent limited contribution coming from CSR to the Historiography of religious beliefs and behaviors. Yet, on the other, it discussed some of the usual limitations of “conventional” Historiography arising from its habitual anti-metanarrative orientation towards the histories of persons and particular events/ideas rather than to *la longue durée*. With that in mind, we tried to present “modeling and formalization” as a new variety of offers for those experts dealing, at least marginally, with the History of Religion who are sympathetic to current tentative courtships between the Natural Sciences and the Humanities, but (so far) have not yet found suitable inspiration in the available alternatives – for example, those coming from Cognitive Historiography.<sup>58</sup> We believe that such processes, once understood as a broader methodological orientation or as a set of innovative methods for working with historical sources, can lead to

<sup>57</sup> Cf. GREEN, 2019.

<sup>58</sup> Cf. SILVA, 2019.

adventurous but still rigorous transdisciplinary projects and, thus, offer not only novel solutions to old problems, but also (and above all) the formulation of completely new questions. In this respect, it is good to imagine such enterprise not just as an attempt of conciliating the Natural and Human Sciences as complementary fields for rational epistemological thought-practices, but principally as a creative engineering project expanding the researcher's cognition through technological rather than theoretical extensions.

When philosopher and historian Sara Green noted that the metaphor of reverse engineering is used in Systems Biology as a rational and methodological heuristic for detecting or (possibly) imitating biological systems, she immediately critically contrasted it with an inquiry into non-hypothesis exploratory research, which she likened to a kind of "reverse do-it-yourself".<sup>59</sup> Similarly, research innovation in the Humanities is often a reflection of creative wandering rather than a rational plan. In some ways, this meandering is actually even a natural part of any disciplinary research process, and "modeling and formalization" offers (here) not only the possibility of arriving at a potentially more accurate knowledge, thanks to the unique properties of formal media, but also the means for the emergence of increasingly precise doubts. In other words, through it we might determine, with greater academic coverage, clarity and certainty, that what we actually (no longer or not yet) know.<sup>60</sup>

## REFERENCE

AMBASCIANO, Leonardo; COLEMAN, Thomas. History as a Canceled Problem? Hilbert Lists, du Bois-Reymond's Enigmas, and the Scientific Study of Religion. **Journal of the American Academy of Religion**, Philadelphia, v. 87, n. 2, p. 366-400, 2019.

AMBASCIANO, Leonardo. Achilles' Historiographical Heel, or the Infelicitous Predominance of Experimental Presentism in Ara Norenzayan's Big Gods. **SMSR**, Roma-Brescia, v. 82, n. 2, p. 1045-1068, 2016.

AMBASCIANO, Leonardo. **An Unnatural History of Religions: Academia, Post-truth and the Quest for Scientific Knowledge**. London: Bloomsbury Academic, 2018.

<sup>59</sup> Cf. GREEN, 2019.

<sup>60</sup> Cf. EPSTEIN, 2008.

ATRAN, Scott. **In Gods We Trust: The Evolutionary Landscape of Religion**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

BARABÁSI, Albert-László. **Network Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

BERGENDORFF, Steen. **Simple Lives, Cultural Complexity: Rethinking Culture in Terms of Complexity Theory**. Lanham: Lexington Books, 2009.

BLUM, Jason. **The Question of Methodological Naturalism**. Leiden: Brill, 2018.

BOX, George. Science and Statistics. **Journal of the American Statistical Association**, Boston, v. 71, n. 356, p. 791-799, 1976.

BOYER, Pascal. **Religion Explained: The Evolutionary Origins of Religious Thought**. New York: Basic Books, 2001.

BRAUDEL, Fernand. Histoire et science sociales: la longue durée. **Annales HSS**, Paris, v. 13, p. 725-753, 1958.

BRAUDEL, Fernand. **The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II: Volume II**. Berkeley: University of California Press, 1995.

BRUGHMANS, Tom; COLLAR, Anna; COWARD, Fiona. **The Connected Past: Challenges to Network Studies in Archaeology and History**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

BULBULIA, Joseph; SLINGERLAND, Edward. Religious Studies as a Life Science. **Numen**, Leiden, v. 59, p. 564-613, 2012.

BURKE, Peter. **The French Historical Revolution: The Annales School, 1929-89**. Palo Alto: Stanford University Press, 2015.

COLLAR, Anna. **Religious Networks in the Roman Empire: The Spread of New Ideas**. Cambridge University Press, 2013.

DRUCKER, Johanna. Humanities Approaches to Graphical Display. **DHQ: Digital Humanities Quarterly**, Providence, v. 5, n. 1, p. 1-23, 2011.

EIDINOW, Esther; MARTIN, Luther. Editor's Introduction. **JCH**, Sheffield, v. 1, n. 1, p. 5-9, 2014.



EPSTEIN, Joshua; AXTELL, Robert. **Growing Artificial Societies: Social Science from the Bottom Up**. Cambridge: The MIT Press, 1996.

EPSTEIN, Joshua. **Generative Social Science: Studies in Agent-Based Computational Modeling**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

EPSTEIN, Joshua. Why Model? **Journal of Artificial Societies and Social Simulation**, Guildford, v. 11, n. 4, p. 1-12, 2008.

FRANEK, Juraj. **Naturalism and Protectionism in the Study of Religions**. London: Bloomsbury Academic, 2020.

FREEMAN, Linton. **The Development of Social Network Analysis: A Study in the Sociology of Science**. Vancouver: Empirical Press, 2004.

FRIGG, Roman; HARTMANN, Stephan. Models in Science. *In*: ZALTA, Edward (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2020 Edition). Stanford: Center for the Study of Language and Information, 2020. E-book. Available at: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2020/entries/models-science/>. Accessed: 15 Aug. 2021.

GAVIN, Michael. Agent-Based Modeling and Historical Simulation. **DHQ: Digital Humanities Quarterly**, Providence, v. 8, n. 4, p. 1, 2014.

GEERTZ, Armin. Too Much Mind and not enough Brain, Body and Culture: On What Needs to Be Done in the Cognitive Science of Religion. **Historia Religionum**, Pisa-Roma, v. 2, p. 21-37, 2010.

GLOMB, Tomas, et al. Ptolemaic military operations were a dominant factor in the spread of Egyptian cults across the early Hellenistic Aegean Sea. **Plos ONE**, San Francisco, v. 13, n. 3, p. e0193786, 2018.

GRAHAM, Shawn; MILLIGAN, Ian; WEINGART, Scott. **Exploring Big Historical Data: The Historian's Macroscope**. London: Imperial College Press, 2016.

GREEN, Sara. Philosophy of Systems and Synthetic Biology. *In*: ZALTA, Edward (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Winter 2019 Edition). Stanford: Center for the Study of Language and Information, 2019. E-book. Available at: <https://plato.stanford.edu/archives/win2019/entries/systems-synthetic-biology/>. Accessed: 15 Aug. 2021.

JÖRG, Ton. **New Thinking in Complexity for the Social Sciences and Humanities: A Generative, Transdisciplinary Approach.** Dordrecht: Springer, 2011.

KAPLAN, Frédéric. A map for big data research in digital humanities. **Frontiers in Digital Humanities**, Lausanne, v. 2, n. 1, p. 1-7, 2015.

KONOPÁSEK, Zdeněk. Making Thinking Visible with Atlas.ti: Computer Assisted Qualitative Analysis as Textual Practices. **Historical Social Research, Supplement**, Leibniz, v. 19, p. 276-298, 2007.

LANE, Justin. Method, Theory, and Multi-Agent Artificial Intelligence: Creating computer models of complex social interaction. **JCSR**, Sheffield, v. 1, n. 2, p. 161-180, 2014.

LANG, Martin. **The Cognitive Science of Religion: Connecting the Humanities and the Sciences in the Study of Ritual Practice, Prosociality, and Anxiety.** Brno: Masarykova univerzita, 2016.

LÜNEN, Alexander; TRAVIS, Charles. **History and GIS: Epistemologies, Considerations and Reflections.** Dordrecht: Springer, 2013.

MAGNANI, Lorenzo; NERSESSIAN, Nancy. **Model-Based Reasoning: Science, Technology, Values.** New York: Kluwer Academic, 2002.

MANDELBAUM, Maurice. A Note on History as Narrative. **History and Theory**, Middletown, v. 6. N. 3, p. 413-419, 1967.

MANNING, Patrick. **Big Data in History.** London: Palgrave Macmillan, 2013.

MARTIN, Luther, WIEBE, Donald. **Religion Explained? The Cognitive Science of Religion after Twenty-Five Years.** London: Bloomsbury Academic 2017.

MCCAULEY, Robert; LAWSON, Thomas. **Philosophical Foundations of the Cognitive Science of Religion: A Head Start.** London: Bloomsbury Academic, 2017.

MCCULLAGH, Behan. **Justifying historical descriptions.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

MITCHELL, Melanie. **Complexity: A Guided Tour.** Oxford: Oxford University Press, 2009.



MITTAL, Saurabh; DIALLO, Saikou; TOLK, Andreas. **Emergent Behavior in Complex Systems Engineering: A Modeling and Simulation Approach**. Hoboken: Wiley, 2018.

MORETTI, Franco. **Distant Reading**. London: Verso, 2013.

MULLENEM, Lincoln; ROBERTSON, George. **Digital History and Argument**. Fairfax: Roy Rosenzweig Center for History and New Media, 2017.

NIELBO, Kristoffer; NICHOLS, Ryan; SLINGERLAND, Edward. Mining the Past: Data-Intensive Knowledge Discovery in the Study of Historical Textual Traditions. **JCH**, Sheffield, v. 3, n. 1-2, p. 93-118, 2016.

PETERSON, Anders; et al. **Evolution, Cognition, and the History of Religion: A New Synthesis**. Leiden: Brill, 2019.

SHRYOCK, Andrew; SMAIL, Daniel. **Deep History: The Architecture of Past and Present**. Berkeley: University of California Press, 2011.

SILVA, Thales, SANTOS, Lucas. Ciências cognitivas, história e o estudo comparativo das religiões: pela definição de um conceito formal e historicamente tangível de "religião". **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 25-44, 2017.

SILVA, Thales. Simulando as "mentes passadas": a Historiografia Cognitiva entre a História e as Ciências Cognitivas. **Temporalidades – Revista de História**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 185-216, 2019.

SLINGERLAND, Edward; COLLARD, Mark. **Creating Consilience: Integrating the Sciences and the Humanities**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

SLINGERLAND, Edward; et al. The Distant Reading of Religious Texts: A "Big Data" Approach to Mind-Body Concepts in Early China. **Journal of the American Academy of Religion**, Philadelphia, v. 85, n. 4, p. 985-106, 2017.

SLINGERLAND, Edward. Toward a Second Wave of Consilience in the Cognitive Scientific Study of Religion. **JCH**, Sheffield, v. 1, n. 1, p. 121-130, 2014.

SMAIL, Daniel. **On Deep History and the Brain**. Berkeley: University of California Press, 2008.

SMITH, Jonathan. **Imagining Religion: From Babylon to Jonestown**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

TURCHIN, Peter. Arise 'cliodynamics'. **NATURE**, London, v. 454, n. 3, p. 34-35, 2008.

TURCHIN, Peter. Toward Cliodynamics: an Analytical, Predictive Science of History. **Cliodynamics**, Riverside, v. 2, n. 1, p. 167-186, 2011.

TWEED, Thomas. **Crossing and Dwelling: A Theory of Religion**. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. Historical systems as complex systems. **European Journal of Operational Research**, Amsterdam, v. 30, p. 203-207, 1987.

WATTS, Fraser; TURNER Léon. **Evolution, Religion, and Cognitive Science: Critical and Constructive Essays**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

WILENSKY, Uri; RAND, William. **An Introduction to Agent-Based Modeling: Modeling Natural, Social, and Engineered Complex Systems with NetLogo**. Cambridge: The MIT Press, 2015.

## ADDITIONAL INFORMATION

### ACADEMIC BIOGRAPHY

Thales Silva holds a Bachelor's degree in History with specializations in Classical Studies, Anthropology and Archaeology from Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). He is a member of the 'Cognition, Evolution, and the Biological Basis of Religion' research group at Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), holding a Master's degree in Cognitive Anthropology of Religion and being a doctoral candidate in Cognitive and Evolutionary Sciences of Religion at Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). His main areas of interest and expertise include major topics within Cognitive Historiography and Anthropology, especially the following: Cognitive Science of Religion, Cultural Evolution, Neuroanthropology, Evolutionary Psychology, Philosophy of Cognitive Science, and History of the Behavioral and Brain Sciences.

### CORRESPONDENCE ADDRESS

Rua José Lourenço Kelmer, S/Nº, Juiz de Fora, MG, CEP 36036-0900, Brasil.

## FUNDING

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), process no. 88882.457763/2019-01.

## ACKNOWLEDGMENT

This paper has benefited tremendously from thoughtful feedback and lengthy discussions with many people, most notably Maria Luiza Iennaco de Vasconcelos, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), and the members of the 'Cognition, Evolution, and the Biological Basis of Religion' research group (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8784204124330000) at PUC-Rio.

## CONFLICT OF INTEREST

No declared conflict of interest.

## ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

## EVALUATION METHOD

Double-Blind Peer Review.

## ASSOCIATE EDITORS

Alexandre Avelar – Guest editor

Lidiane Soares Rodrigues – Guest editor

María Inés Mudrovcic – Guest editor

Mateus Henrique Faria Pereira – Executive Editor

## COPYRIGHT

Copyright (c) 2021 Thales Silva.

## LICENSE

This is an article distributed in Open Access under the terms of the License [Creative Commons Attribution 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PEER REVIEW HISTORY

Received in: July 19, 2020.

Approved in: April 4, 2021.


RETRACTED ARTICLE

## História, ciência, e sociedade em Fausto Cardoso

History, science, and society in Fausto Cardoso

Piero Detoni <sup>a</sup>

E-mail: pierodetoni@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5106-7868> 

<sup>a</sup> Universidade de São Paulo,  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,  
Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil

## RESUMO

O presente artigo apresenta a série de artigos “A ciência da história”, material publicado por Fausto Cardoso na *Revista Brasileira*, no decorrer do ano de 1895. Objetiva-se colocar em evidência a sua reflexão acerca dos fundamentos da prática científica, bem como do estatuto científico da história. É nossa pretensão contextualizar os escritos de Cardoso junto aos horizontes do cientificismo brasileiro. Tomamos as suas reflexões como indícios das transformações pelas quais o contexto epistêmico-historiográfico das décadas finais do século XIX atravessou. Ao estudarmos os artigos do intelectual sergipano, temos a possibilidade, ainda, de reelaborar a memória disciplinar da história da historiografia brasileira, que por muito tempo sustentou que o seu foco de análise era o progresso da pesquisa histórica científica. Assim sendo, os textos de Fausto Cardoso mostram-se úteis para intensificarmos a descrição dos planos de historicidade que envolvem as formas possíveis de legitimação da disciplina história em nosso país.

## PALAVRAS-CHAVE

Cientificismo. Epistemologia. Historiografia brasileira.

## ABSTRACT

This article presents a series of articles entitled “A ciência da história”, published by Fausto Cardoso in the *Revista Brasileira* in 1895. With that, we aim to highlight his thoughts on the foundations of scientific practice and the scientific status of History contextualized within the horizons of Brazilian scientism. The author’s reflections are taken as evidence of the transformations in the epistemic-historiographical context of the final decades of the 19<sup>th</sup> century. His articles also enable us to rework the disciplinary memory of the history of Brazilian historiography, which has long focused on analyzing the progress of scientific historical research. Thus, the work of Fausto Cardoso proved useful for intensifying the description of historic plans involving possible forms of legitimizing history teaching in our country.

## KEYWORDS

Scientism. Epistemology. Brazilian historiography.

## Uma breve reabilitação da posição intelectual de Fausto Cardoso

Ao menos desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, percebemos um paulatino processo de disciplinarização da história como conhecimento no Brasil, em um movimento descontínuo e conflitante que pretendeu torná-la uma prática dita científica. Durante a segunda metade do século XIX, sobretudo, a partir da recepção das teorias sociais europeias pela geração de 1870, verificamos várias proposições intelectuais nacionais que conferiam estatuto de ciência à atividade historiográfica. Não foram poucos os agentes sociais que almejaram transformar o saber histórico em um produto científico entre nós, acionando ideias de autores como Auguste Comte, Charles Darwin, Henry Thomas Buckle, Herbert Spencer, Ernst Haeckel, Friedrich Ratzel, Ernest Renan, Hippolyte Taine, Frédéric Le play, Vacher de Lapouge, entre outros. O movimento de transposição dos modelos explicativos elaborados por esses sujeitos, a maioria versada nas mais distintas matrizes das nascentes ciências sociais, da mesológica à biológica, junto à produção historiográfica brasileira é uma faceta daquilo que é denominado como cientificismo (WEHLING, 1994). Assim, as tentativas de tornar a história uma ciência fazem parte de uma discussão ampla travada, especialmente, entre intelectuais que circulavam naquele contexto, muitos deles presentes em centros de pesquisa e de ensino, como o IHGB, os museus etnográficos e as faculdade de direito e de medicina, situados no contexto de emergência e de consolidação da “moderna historiografia brasileira”, entre as décadas de 1870 e 1920 (BRESCIANI, 2005).

Dessa forma, o que vemos nesse ambiente letrado é o cientificismo movimentar parte importante da *intelligentsia* nacional, envolvendo estudiosos como Tobias Barreto, Sílvio Romero, Fausto Cardoso, Ladislau Neto, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Rocha Pombo, Pedro Lessa, Felisbello Freire, José Oiticica, Afonso Taunay, Oliveira Viana, entre outros. A matriz disciplinar (KUHN, 1975) cientificista anima as mais variadas contendas historiográficas. Todos esses autores citados, de um modo ou de outro, escreveram e teorizaram a partir da demandada dimensão científica da história. Cada um defendeu, a seu modo, uma ou outra corrente científica, divulgando e aplicando a teoria de um ou de outro pensador europeu em particular ou de forma cruzada. Desse modo, o mais perceptivo era o fenômeno do ecletismo, ou seja, uma disposição epistêmica em que havia imbricamento paradigmático. Nessa conversação disciplinar, os motivos historiográficos em circulação não possuíam razão em si mesmos. Assim, o cientificismo à brasileira não deve ser concebido a partir de uma recepção passiva daqueles ideários europeus considerados de vanguarda, o que retiraria todo o poder criativo dos agentes intelectuais brasileiros. Dito de outro modo: a mobilização de uma

ou de outra teoria aplicada à história não significava a fé cega nos pensadores e nos cientistas europeus, havendo um importante processo de tradução e de apropriação (CHARTIER, 1990) diante dos problemas próprios da cena intelectual brasileira. Em resumo, o cientificismo brasileiro ganhava originalidade ante as suas matrizes europeias no processo de tradução e de conversão epistemológica, o que implicava no ecletismo e no processo de (re)formulação de teorias científicas cuja historicidade as tornava únicas.

Tendo em vista essas pressões epistêmico-contextuais, o foco analítico deste ensaio direciona-se para a leitura de “A ciência da história”, sequência de artigos publicada na importante *Revista Brasileira*, no ano de 1895, pelo sergipano Fausto Cardoso. Há uma escassa produção acadêmica acerca tanto da biografia quanto do seu pensamento desse autor, sendo lembrado, via de regra, pela literatura memorialista e citado em alguns trabalhos que propõem balanços do estado da arte da filosofia e da sociologia, como no caso do conhecido texto de Antonio Candido sobre a história desta disciplina no Brasil (CANDIDO, 2006). Terezinha Oliva (1985), Giliard da Silva Prado (2009) e Mauro Franco Neto (2015) são os responsáveis pela sua reabilitação histórica. A primeira trabalha com a sua posição e militância política na Primeira República; o segundo com os significados da memória atrelados ao movimento político que lidera em Sergipe no ano de 1906; e o terceiro, em uma análise sintética, destaca o lugar da história em sua epistemologia. Mas parece ser uma questão a se considerar: qual o motivo do seu esquecimento pela história da historiografia brasileira? Lembrando que esse mesmo processo não ocorre com alguns dos seus contemporâneos de Escola de Recife, como é o caso de Tobias Barreto e de Sílvio Romero, que chegaram a conviver com Cardoso.

Redescrever a epistemologia da história elaborada por nosso autor significa, antes de qualquer coisa, uma aposta na socialização da atual comunidade de leitores de história com o passado da nossa disciplina (GOMES, 2000). Desconsiderar o conjunto de reflexões sobre a história elaborado por Fausto Cardoso só vem a reforçar certo cânone da história da historiografia brasileira que concebe o contexto socioepistêmico visível na Primeira República como um momento de passagem, muitas das vezes chamado de pré-modernista, em que se supervaloriza a historiografia de Capistrano de Abreu, bem como os chamados intérpretes do Brasil. Essa disposição mais encobre do que evidencia o processo epistemológico que resulta no saber histórico (WEHLING, 2006) elaborado pela “moderna historiografia brasileira”. Para nós, o pensamento de Fausto Cardoso submerge diante de uma memória disciplinar que, a partir do momento em que é instituída, canoniza autores e obras em uma



espécie de panteão dos nossos clássicos. Para Manoel Luiz Salgado Guimarães, “interrogá-lo é tarefa da historiografia, procurando deslindar as tramas que tornaram operatórias e necessárias estas escolhas, dentre um leque de outras possíveis” (GUIMARÃES, 2005, p. 32).

Fausto Cardoso é mais um bacharel em direito sergipano formado na Escola de Recife. Nasceu em 1864 na vila de Divina Pastora. Era filho de pais que compunham a elite aristocrata açucareira local. Na década de 1880, foi aprovado nos exames para o ingresso na muito citada e prestigiada Faculdade de Direito do Recife. Em Pernambuco, frequentou círculos literários e filosóficos que o introduziram junto ao estudo das principais matrizes do cientificismo. Voltou ao estado natal para ocupar o cargo de promotor público, mas, após desentendimentos com a política regional, mudou-se para o Rio de Janeiro, dedicando-se à advocacia, ao jornalismo e ao magistério. Cardoso era participante ativo nos movimentos republicano e abolicionista. Chegou a publicar o jornal *Aurora*, periódico adepto desse posicionamento político. Foi indicado pelo ex-presidente Prudente de Moraes para deputado representante de Sergipe em 1900. Exerceu o cargo até 1902. Quatro anos depois foi reeleito, porém, esse foi o ano da sua morte. Ele se fez conhecido na capital federal através da sua oratória parlamentar contestatória em âmbito tanto regional quanto nacional. No ano de 1906, ao lado dos seus correligionários, preparou oficialmente um movimento de oposição às oligarquias sergipanas. Os “faustistas” organizaram uma revolta (que mais tarde veio a se chamar “Revolta de Fausto Cardoso”) que, a princípio, saiu vitoriosa, mas que terminou a partir de uma reviravolta que expulsou Cardoso e os seus aliados do Palácio de Aracaju. Em meio à essas circunstâncias, o parlamentar foi assassinado com tiros de fuzil e de espingarda.

Quando Fausto Cardoso publicou a série de artigos “A ciência da história”, em 1895, o bacharel republicano trazia consigo a experiência de ter lançado duas obras de maior fôlego, quais sejam, *Cosmogonia política americana* (1892) e *Concepção monista do universo* (1894). Nelas se vê o importante impacto em seu pensamento das ideias do biólogo alemão Ernst Haeckel. Sob essa influência, ele desenvolveu uma cosmogonia bastante particular. O nosso autor, antes de cair no esquecimento, ganhou espaço para a divulgação das suas teorias em um periódico destacado junto à intelectualidade finissecular: a *Revista Brasileira*. Para Moema Vergara, dentre os periódicos circulantes no período, ela “foi, sem dúvida alguma, uma importante ‘vitrine’ para literatos do período. Os seus vários tomos, de periodicidade quinzenal, formam um panorama da produção literária e cultural que procurava definir a identidade nacional” (VERGARA, 2004, p. 75). Na terceira fase da *Revista* (1895-1899), capitaneada por José Veríssimo, havia grande

espaço para assuntos científicos, ou seja, se historicizarmos as contribuições de Cardoso no periódico em questão, solucionamos estas duas questões: 1) naquela época as suas contribuições foram publicadas em um periódico de prestígio e de ampla circulação ao menos acadêmica, quer dizer, um público intelectual considerável pôde ler os seus escritos; 2) se alinhamos o pensamento de Cardoso, apesar da sua originalidade, aos objetivos e ao escopo da *Revista Brasileira*, percebemos que ele não era um *outsider* em se tratando de proposição quanto ao caráter intrínseco das ciências.

As reflexões de Fausto Cardoso realizam-se como texto prescritivo, responsável, pois, por pensar propositivamente a epistemologia do conhecimento histórico, em seus escritos, entrevê estratégias discursivas segundo as quais o fazer e a escrita da história podem ou devem assumir. Ademais, esse tipo de modalidade textual é marcado tanto pela leitura crítica do pecúlio historiográfico disponível, quanto por indicações sobre os caminhos que a prática dos historiadores deve ou pode tomar em termos teóricos e instrumentais. Os artigos de “A ciência da história” se interessam, antes de tudo, pela dimensão em si da produção científica, ou seja, pelas suas condições de possibilidade como material intelectual que almeja a verdade certificada junto ao universo fenomênico. Após isso, são elaboradas questões voltadas especificamente para o campo historiográfico. É possível observar, por exemplo, estes problemas epistemológicos: qual o estatuto da história como conhecimento? Qual o caráter da sua produção até aquele dado momento? Pode-se falar em ciência da história? Qual a deontologia dos seus aportes teórico-metodológicos? Acreditamos que essas e outras questões são articuladas para reorientar o campo historiográfico desenvolvido até aquele dado momento, para imprimir ação disciplinar no presente e para nortear, como herança, as futuras pesquisas em história.

Diante disso, desenvolvemos alguns argumentos que explicam, mesmo que provisoriamente, o esquecimento de Fausto Cardoso junto às tradições de análise da história da historiografia brasileira: 1) o autor não fez parte, apesar de egresso da Escola de Recife, das instituições que consagravam os intelectuais brasileiros na passagem para o século XX, isto é, o IHGB e a ABL; 2) a sua perspectiva monista, para o contexto em que é publicizada, retirava a legitimidade política da República Federativa. O seu monismo foi precursor da linguagem do “Brasil legal” e do “Brasil Real”, que recrutou vários intelectuais autoritários na Primeira República (lembrando que, em 1902, ele lança o opúsculo *Lei e arbítrio - discurso em defesa de uma ditadura parlamentar, pelo Congresso Nacional*); 3) a memória da sua posição política radical, em que apareceu como líder de uma revolta, é contestada por seus algozes, resultando em um complexo jogo de lembrança e de esquecimento durante todo o século XX sergipano;

4) o contexto pós-20 tornou inatuais as diversas matrizes de evolucionismos cosmogônicos (isso impactou o desenvolvimento da sociologia como saber, que se disciplinarizou à custa da superação do seu passado biologizante, como é o caso da teoria social movimentada por Cardoso); 5) por não considerar a história uma ciência, o autor foi “apagado” da suposta “evolução” da história da historiografia brasileira, que já celebrou os progressos da pesquisa histórica científica.

## A ciência é a fotografia das leis

A produção historiográfica brasileira finissecular, ao menos no plano do discurso, distancia-se das práticas de marca romântica elaboradas pelas gerações que fundam o Império (NICOLAZZI, 2017). Isso ocorre, entre outras coisas, em virtude das importantes transformações na esfera pública nacional arregimentadas pela República (GOMES, 2009), as quais demandam do plano cultural novos protocolos, novas diretrizes, novas exigências e novos parâmetros, agora científicos, junto à produção de conhecimento. De acordo com os pesquisadores Mateus Pereira, Pedro Afonso dos Santos e Thiago Nicodemo:

as diferenças se colocam sobretudo em termos discursivos e geracionais: os historiadores formados no contexto de crise da Monarquia e nos primeiros anos republicanos procuravam se distanciar das gerações anteriores, mostrando-se atualizados nas discussões científicas típicas da *Belle Époque* (PEREIRA; SANTOS e NICODEMO, 2018, p. 41).

Mesmo que Fausto Cardoso não seja considerado um historiador *stricto sensu*, e que não considerasse a história como uma ciência *per se*, ele apresentou-se como um dos sujeitos mais interessados na sua conceituação como instrumento intelectual no contexto epistêmico da passagem para o século XX, bem como estava preocupado com o entendimento ontológico do processo histórico, posto que estabeleceu formas possíveis para a explicação do devir a partir de um complexo esquema evolucionista.

Para Fausto Cardoso, a ciência respeita, antes de tudo, princípios lógicos. A sua estruturação depende, então, de cinco premissas básicas: ela conforma um conjunto de orientações baseado em afirmações contundentes e verdadeiras; essas orientações circunscrevem um grupo específico de dados; as conclusões científicas possuem uma estrutura geral estável e um princípio capital; as suas apreciações são miméticas, ou seja, implicam na concordância exata entre o mundo objetivo e as formas de concebê-

lo; a ciência, por fim, prefigura o universo experiencial. Partindo desses pressupostos, Cardoso estabelece o conteúdo do seu conceito de ciência: “o corpo de doutrina, o conjunto de princípios, a teoria que, em relação a um grupo determinado de fenômenos, é capaz de verificações e previsões certas e indubitáveis” (CARDOSO, 1895a, p. 238). A concepção de ciência ensejada por ele traduz, de uma forma que se quer exata, a empiricidade das coisas deste mundo. É uma ideia de ciência como adequação das formas. O seu pendor evolucionista possui a ambição de capturar os sentidos impressos no plano fenomenal.

A preocupação mais imediata de Fausto Cardoso é solucionar um problema de ordem epistemológica: o de como organizar uma teoria científica, sendo ela um espelhamento do universo empírico, diante de uma natureza estabelecida através da

pluralidade de fenômenos instáveis, móveis, variáveis, agitada, continua e eternamente em mil direções opostas, uma natureza, cujo aspecto muda em cada forma, em cada manifestação, sem unidade visível, sem corpo, conjunto monstruoso de elementos distintos, opostos, contraditórios (CARDOSO, 1895a, p. 239).

Em suma, o desafio da ciência, segundo a sua abordagem, é equalizar a mobilidade própria do devir, ante um processo intelectual que torna os fenômenos da natureza, ou históricos, passíveis de serem apreendidos por uma grade de leitura que ressalta a imutabilidade, o fixo, as regularidades ou o permanente. Essa disposição podia ser resolvida através da mobilização de uma das disposições científicas mais acionadas nas décadas finais do século XIX, especialmente entre os bacharéis da Escola de Recife: o monismo formulado pelo biólogo alemão Ernst Haeckel. Foi através dessa importante fonte do cientificismo europeu recepcionada no contexto da geração de 1870 que Fausto Cardoso problematizou o impasse entre a fixidez dos quadros teórico-científicos e a mobilidade própria da realidade circundante. Isso a partir, claro, de uma leitura singular.

O crítico literário José Veríssimo, em sua póstuma *História da Literatura Brasileira*, vinda a lume em 1916, foi capaz de categorizar o movimento que oferece condições de possibilidade para reflexões como as prescritas em “A ciência da história”. Veríssimo denomina esse contexto intelectual de modernismo, tendo em vista que ele não se reduz aos trânsitos da literatura, e também não emerge como escola literária, mas apresenta-se como um “movimento espiritual” que abrange “formas de pensamento” gerais, com impactos na política, na filosofia, nas artes e na ciência. Mesmo que enfatize a heterogeneidade do ideário modernista, o crítico estabelece que se norteia

através do “pensamento filosófico e científico triunfante por meados do século XIX”: o “racionalismo científico, o positivismo filosófico, o transformismo e o evolucionismo como um critério geral do pensamento”, o “evolucionismo inglês, o materialismo de Haeckel, Moleschott, Buchner, o comtismo, a crítica de Strauss, Renan ou Taine, o socialismo integral de Proudhon, o socialismo literário de Hugo, de Quinet, de Michelet” (VERÍSSIMO, 1916, p. 43-52). Vale dizer que, para além da importância da categorização de sentido dada por Veríssimo a esse trânsito de ideias, ele próprio se faz testemunha dessa ambiência pensante, que chega até mesmo a impactar certa parte das suas próprias obras, sobretudo, no seu chamado “ciclo amazônico”. O que unifica o modernismo é, em todas as suas manifestações regionais, o “preconceito da infalibilidade da ciência”, assim como uma “exagerada opinião sobre a sua importância” (VERÍSSIMO, 1916), condições ideais para uma orientação e uma visão de mundo científicas (DETONI, 2019).

De todo modo, a natureza, ou a concretude do processo histórico, tudo aquilo que constitui o universo como tal, é percebida por Fausto Cardoso como matéria, amparado nas prescrições de Haeckel. Ela pode se desdobrar em física, orgânica ou social, fracionando-se em astros, organismos e sociedades. Toda essa disposição fenomênica possui uma base ancestral comum: a nebulosa primitiva. A partir dela, há uma pluri-evolução autônoma dos vários segmentos da matéria, havendo um princípio originário compartilhado. Diante dessa teoria, em que a matéria, ao invés de se mostrar una, performa-se a partir de formas diversas e cambiantes, cabe o exame da cadeia de sucessão e de coexistência dos corpos. Meios possíveis para se compreender a dinâmica fenomênica do mundo, qualquer que seja a sua categoria (física, orgânica ou social).

Para Cardoso, cada uma dessas categorias, independentemente da sua composição, possui um composto originário, isto é, as formas, constituídas pela fragmentação da matéria no tempo e no espaço, e as relações, elementos invisíveis que são importantes por aglutinarem as formas, dando-lhes uma identidade. No universo das formas, nada é estável, fixo e permanente; enquanto que, nas relações, há um processo de enredamento durável, um “desenvolvimento contínuo”, que é capaz de organizar o plano das formas materiais. Em resumo: o universo fenomênico é composto por corpos que se sucedem e que coexistem, sendo que ele tem apenas duas faces complementares, quais sejam, formas e relações. Sobre as formas a ciência nada pode dizer, pois a variabilidade da matéria natural e histórica é tamanha, que se torna impossível taxonomizá-la. A disposição própria das relações é o objeto da ciência. Elas aparecem, para Cardoso, como tudo aquilo que “resulta da existência e coexistência das formas”, não tendo,

“como estas, existência palpável”. Sendo certo, contudo, “que o objeto da ciência será aquela face do universo que não muda”, ou seja, a das relações, a maneira pela qual as formas se singularizam (CARDOSO, 1895a, p. 243). Elas oferecem, mesmo em estado de invisibilidade, um padrão ao mundo das formas, absolutamente errático, por meio de uma abstração empírica que abrange o desenvolvimento e o equilíbrio da matéria.

A partir dessa situação epistemológica, a ciência passa, então, a ter a seu lado a padronização das formas denominada de lei. Ela pode ser compreendida como uma relação necessária e universal que, através dos vetores tempo/espaço, apreende o mundo das formas por meio de regularidades. Em meio à multiplicidade de formas evolutivas, a lei capta a sua uniformidade crescente, ou seja, “o fato constante que une no mesmo laço os fenômenos mais diferentes e mais distantes, a imagem, em suma, unitária das formas, a síntese, o monograma da etiologia universal” (CARDOSO, 1895a, p. 243). A ciência é o aparato intelectual humano capaz de colocar em evidência as leis, o mundo das relações que padroniza as formas. Destaca-se que Fausto Cardoso concebe lei e relação como sinônimos, sendo elas informadas empiricamente. O enredamento relacional das formas ou o estabelecimento das leis é tangível. A lei é a mimeses da maneira pela qual as relações ordenam as formas. Quando uma lei é apreendida pela ciência, torna-se possível conceituá-la, derivando, daí, os princípios. Por isso, para Fausto Cardoso, “a ciência é a fotografia das leis” (CARDOSO, 1895a, p. 242).

O monismo haeckelista pretende compor e o percebemos através da sua recepção brasileira em Fausto Cardoso, uma teoria geral para o entendimento do funcionamento do universo como um todo. Três grandes princípios o explicam: 1) as formas que constituem a cadeia evolutiva universal derivam umas das outras, por força de um duplo movimento de convergência e de divergência; 2) as formas de que a evolução se reveste no tempo fixam-se no espaço em tipos sobreviventes e fixos; 3) a história de cada forma é uma recapitulação sumária da história da categoria a que pertence (CARDOSO, 1895a, p. 249).

Em tese, essas fórmulas informavam a realidade do mundo das relações, isto é, as leis fundamentais que sustentavam o funcionamento do universo. A ciência reclamava uma aparelhagem intelectual capaz de traduzir os câmbios entre formas e relações como raciocínio a partir de imagens, o conhecimento visível da matéria e de conceitos, a elaboração abstrata das relações, quer dizer, das leis. Considerava-se que a dimensão lógica do pensamento se organizava como um reflexo do real, sendo a ciência esse espelho exteriorizado. As formas e as leis da natureza correspondiam, respectivamente, as imagens e os conceitos. Em resumo: o princípio era o conceito formulado; o conceito



a disposição do saber estabilizada; e a lei o que era conhecido. Foi em razão disso que a ciência pôde, em tese, prognosticar com exatidão, na medida em que havia uma equação epistemológica que traduzia mimeticamente o universo fenomênico seja qual for a sua categoria (física, orgânica ou social). Portanto, pode-se argumentar, no limite, que

as ciências são corpos de doutrina, conjuntos de princípios, teorias capazes de verificações e previsões certas e indubitáveis: é o espelho em que se reflete o mundo das relações no tempo e no espaço palingenética e ontogeneticamente, e o são tais, porque *lei*, *conceito* e *princípio* exprimem o mesmo fato em condições diversas de existência, em roupagens diferentes (CARDOSO, 1895a, p. 251).

## Sobre as impossibilidades da história como ciência

Sílvio Romero, contemporâneo de Escola de Recife de Fausto Cardoso, esclarece em sua influente *História da literatura brasileira*, de 1888, que naquilo que tange a “nova classificação das ciências”, as quais se orientam através da “ordem crescente da complexidade dos fenômenos e na decrescente de sua generalidade”, parece possível observá-las sob uma perspectiva que estabelece o “grau atingido de sua certeza”. Nessa ordem de propósitos, encontram-se as ciências propriamente ditas, as quase ciências e as falsas ciências. No primeiro grupo: a matemática, a astronomia e a física. No segundo: a psicologia, a história e a economia política. No terceiro: a metafísica e a teologia. Nas modalidades analíticas que inscrevem homens e mulheres em sociedade sob o vetor histórico, o mote classificatório é circunscrito pelo segundo grupo mencionado. Isso ocorre em virtude desses domínios não terem “atingido o grau de certeza que constitui o brilho próprio das completas ciências”. A história, “por maiores que tenham sido os esforços de Buckle e seus continuadores”, que buscam estabelecer leis históricas fundamentais, certamente ainda está “resignada a não deixar, por hora, o círculo de suas companheiras, quer dizer, *as quase ciências*” (ROMERO, 1902, p. 23). Ao que tudo indica esse parecer de Sílvio Romero era compartilhado por Fausto Cardoso em sua caracterização epistemológica sobre a história presente em “A ciência da história”.

Se a propedêutica dos artigos de Fausto Cardoso compreendia a apreciação da dinâmica interna da prática científica, o seu desenvolvimento relacionava-se com a sua aplicabilidade em se tratando do conhecimento histórico. Era a história uma ciência?

Para a perfeita averiguação dessa questão epistêmica, se fazia necessário o estabelecimento de algumas premissas consideradas importantes: a história era um corpo doutrinário, um conjunto de princípios através dos quais se podia verificar e prever de maneira certa e indubitável os planos, ou a “marcha”, no tempo e no espaço das forças sociais? A resposta, já no início do segundo artigo da referida série de artigos, era negativa. A história não tinha à disposição princípios tampouco normas. Não formava um sistema doutrinário apto a efetivar verificações teóricas informadas empiricamente e previsões. Essa conclusão de Fausto Cardoso surpreendia pelo seu grau de sofisticação, em se tratando de teoria da história. Em um universo letrado, no qual o peso do cientificismo era visível nos mais diversificados modos de investigação da realidade social do mundo, a interpretação de Fausto Cardoso, informada pelo haeckelismo, aparecia como um contradiscurso ao progresso científico-disciplinar da história. Isso em um momento que, no contexto brasileiro, como quer Temístocles Cezar, “os conceitos de história e de historiador adquirem um contorno mais científico” (CEZAR, 2011, p. 99).

A história é, segundo o estudioso sergipano, praticada por três categorias de intelectuais: 1) os empiristas: os historiadores *stricto sensu*. Sujeitos que escrevem crônicas, biografias, narrativas acontecimentais e realizam descrições sobre as civilizações; 2) os idealistas: aqueles que interpretam a história como um todo dotado de coesão, a partir de uma cadeia de fatos que se sucedem presididos por uma vontade providencial, ou por uma razão inteligente; 3) os naturalistas: intelectuais que compreendem a humanidade como um elemento da natureza enredado por leis. De acordo com Fausto Cardoso, no primeiro grupo estão, como visto, os historiadores propriamente ditos; no segundo, os filósofos da história; no terceiro, os sociólogos. De forma tal que essas categorizações de sentido acerca da prática daqueles que se ocupam com a história é bastante esclarecedora: artistas, metafísicos e biólogos da história.

A percepção de Fausto Cardoso sobre a prática historiográfica, abrangendo cronistas, biógrafos e narradores em geral, é que tal prática se modula através do registro empírico dos fatos, performando-se através da construção de quadros descritivos, com “maior ou menor beleza” ou com “mais ou menos veracidade”. É bem verdade, argumenta o articulista, que há uma revolução historiográfica de Heródoto à Mommsem. No entanto, essa transformação apenas altera os métodos narrativos e descritivos, e não o seu objeto, que invariavelmente continua o mesmo, isto é, a descrição do lado visível e tangível da história: homens, sociedades, acontecimentos e civilizações. Dito de outra forma: a história não transcende as formas em direção às relações ou leis.



Isso implicava na sua não cientificidade, dado que esse saber destacava a singularidade da matéria, sendo que ela não era passível, como abordado, de determinações regulares no âmbito das formas. Devia-se ir ao encontro das leis, o universo das relações, responsáveis por dar identidade e sentido para as formas. Dessa maneira, guardadas as especificidades implicadas nos modos de apropriação das correntes científicas em circulação no Brasil,

um leitor mais atento irá perceber que há uma única concepção de ciência, orientando todo percurso através do tempo e do espaço. É aquela baseada no paradigma das ciências naturais, vigente no mundo europeu do século XVI ao XIX, aproximadamente. Uma concepção de ciência que entende que o mundo, físico e social, é regulado por leis (GOMES, 2009, p. 42).

Todavia, mesmo nessas circunstâncias, vê-se que a produção historiográfica disponível naquele contexto passa, na visão de Cardoso, por um avanço considerável. Colocar em evidência essa percepção torna o seu texto um indício da produção histórica brasileira finissecular. O ser dos fatos deve ser descrito, nessa conjuntura, para além da sua aparência superficial. À luz de diversos processos da pesquisa histórica, desde procedimentos técnicos até os recursos das chamadas ciências auxiliares da história, períodos inteiros inscritos no plano da evolução aparecem mais visíveis e definidos. Notáveis quadros imagéticos do passado são construídos. Ademais, o campo de visão do historiador é alargado e fenômenos, que o Romantismo supostamente interpreta de modo incipiente, são relocalados em evidência: as línguas, as legislações, as religiões, as literaturas, as artes, as invenções, as indústrias, os costumes, as antiguidades de todo gênero, a criminalidade e a economia. Tudo “isto foi estudado e analisado em seus menores detalhes. E a arte de historiar revestiu um caráter mais elevado: os acontecimentos foram concatenados, os fatos ligados” (CARDOSO, 1895b, p. 76).

Mas esse movimento geral da historiografia não oferece, pois, uma abertura possível para a sua elevação ao grau de ciência? A solução para esse questionamento passa por um intrincado problema de epistemologia. Para Fausto Cardoso, a ciência não consiste somente na ligação entre os fatos, pois, sendo assim até mesmo o literato pode muito bem urdir uma intriga qualquer e nominar esse procedimento de ciência. Não é por acaso que o autor denomina os historiadores como artistas. Assim, o produto científico deve, necessariamente, ser teórico-explicativo. No limite, a história, da maneira como até aquele momento é praticada, registrando, examinando, descrevendo, ligando e demonstrando os fatos, mostra-se como um produto intelectual que pode apenas constituir a parte descritiva de uma futura ciência. A explicação, em qualquer ciência,

consiste na compreensão filogenética (classificação) e ontogenética (o processo em si) de um fenômeno, apreendendo a sua evolução geral e particular por meio de um corpo doutrinário e movimentando duas dimensões: empírica e lógica, sendo a passagem das formas para as relações ou leis. As pesquisas em história não ultrapassam, na percepção de Cardoso, o mundo visível das formas, seja em razão da soma dos fatos registrados não parecer suficiente para formar conjuntos lógicos de princípios, seja por conta do historiador ter se esquivado de penetrar o mundo invisível das relações. De todo modo, o conhecimento histórico é imagético e não conceitual. Por isso, ele não se eleva ao patamar das “grandes induções” que formam as doutrinas científicas. O saber histórico

não passa de um registro de observações mais ou menos verdadeiras, de fatos mais ou menos comprovados – um árido montão de pedras à espera do liame que tem de transformá-la em belo edifício. Eis aí porque dissemos que, sob o ponto de vista dos historiadores propriamente ditos, a história é, quando muito, a parte descritiva de uma futura ciência; é a arte de narrar os sucessos (CARDOSO, 1895b, p. 76).

Em seu estudo sobre o conjunto de artigos “A ciência da história”, Mauro Franco Neto argumenta que não é preciso que o nosso autor defina o regramento que atravessa a ciência, pois, em última instância, “é o próprio discurso histórico, prenhe de incertezas, incoerências e incapaz de prever, que possibilita a Cardoso avistar os limites de uma ciência e os paradoxos que ela deveria ora ou outra enfrentar” (NETO, 2015, p. 169).

O que estamos expondo até aqui é que o evolucionismo de marca haeckelista de Fausto Cardoso apresentava-se como um indício da epistemologia das ciências visível no final do século XIX. Nesse contexto, o conhecimento acerca da natureza e dos sujeitos históricos imbricava-se, para parte daqueles intelectuais, através de uma chave de leitura na qual havia o entendimento das relações entre os mundos inorgânico, orgânico e superorgânico (cultural), sendo que era exigido o deslindamento das leis naturais que comandavam os fenômenos observados, tarefa das mais distintas matrizes científicas, sobretudo, de cariz biológico. Era esse processo epistêmico que a história não alcançava, posto que se o seu objeto era o particular, o singular, o único, o distintivo; longe, então, dos padrões científicos exigidos. A história se orientava, até aquele dado momento, pela produção de imagens e não de conceituações. Ademais, ela não congregava, como era amplamente demandado, a análise do fenômeno cultural (superorgânico) justaposto ao mundo orgânico, ou seja, a história tendia a não avançar no domínio das relações biossociais evolucionistas, mantendo-se na visibilidade inconstante das formas.

## As teorias da história nos horizontes do cientificismo naturalista

Certamente, um dos elementos mais destacados inscritos nesse contexto epistêmico-históriográfico estava ligado à questão da posição do sujeito histórico em sociedade. Ou melhor: “sobre as razões que movem a ação dos indivíduos e a ‘evolução’ dos grupos e das sociedades humanas” (GOMES, 2009, p. 34). Assim, a geração de 1870 se via desafiada a compreender se a explicação da ação humana, o “motor da história”, era movimentada pelo livre-arbítrio ou, de outra forma, através das modalidades deterministas disponíveis. Além dessa provocação evolucionista, a história deve se ocupar com a ideia kantiana de que a natureza é um mecanismo que se comporta “em relação a si mesmo reciprocamente como causa e como efeito”, renunciando a qualquer outro fim (KANT, 2005, p. 213). Esses dois vetores apareciam como desafios ao caráter reflexivo da história no período, seja qual for o esquema explicativo mobilizado por ela.

Fausto Cardoso avalia, então, as formulações teóricas sobre a história que considera em circulação no final do século XIX. São elas: 1) o providencialismo, que explica a história através da intervenção de uma força divina, suprema e absoluta; 2) o racionalismo, que procura na razão humana a causa de todos os acontecimentos que movimentam o domínio social; 3) o naturalismo, que concebe a humanidade como um elemento da natureza atravessado por leis. Segundo o estudioso, o providencialismo e o racionalismo são inatuais ante o naturalismo, dimensão teórica da história em destaque naquele final de século. Assim, vê-se que, desde a modernidade, a dimensão providencial da história apresenta-se como uma fórmula explicativa em gradativo descompasso com os princípios que regem a realidade das transformações históricas (KOSELLECK, 2006). Cardoso confirma o ensejo: “A ciência só se levanta sobre as ruínas da fé” (CARDOSO, 1895b, p. 78). Já o racionalismo, que se materializa em filosofias da história, também não acessa uma teoria científica da história, posto que essa postura de pensamento não é fruto de observações e de princípios lógicos abrangentes e seguros, além de apenas ligar narrativamente os eventos históricos, não os explicando. O racionalismo é, para o intelectual sergipano, obra de abstrações idealistas que se formam nas categorias do espírito para serem sobrepostas à realidade. A falha epistêmica do racionalismo ou teoria libero-racional localiza-se, para além do seu dualismo, na presunção de tornar o livre-arbítrio o seu princípio fundamental. Além de esse princípio não movimentar explicações científicas junto à história, dado que, se aceito, as ações humanas deixam de ser perpassadas por qualquer forma de determinação, ele eleva o homem a centro do universo.

As teorias explicativas da história, providencial e racional, levam ao que Fausto Cardoso chama de dualismo, que tem vigorado desde os gregos no que tange à compreensão da ordem social. Esse desdobramento das teorias providencial e racional, pondera Cardoso, considera a natureza e a história como instâncias separadas, duais, em que não prevalece qualquer forma de determinação, pois vigora a ideia da responsabilidade, derivada do livre-arbítrio, humana individual, inteira e completa. O nosso autor, nesse sentido, constata que esses padrões explicativos partem de fórmulas abstratas e absolutas, formando ideologias e correntes ditas científicas que se realizam, conforme as suas palavras, verdadeiramente de “cima para baixo”.

Desde ao menos 1878, quando Capistrano de Abreu escreveu o “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”, estava lançada a ideia na qual o plano teórico da historiografia, que Capistrano dava o nome de “estudos históricos”, devia se orientar através do cientificismo em circulação no Brasil. Capistrano de Abreu, ao falar das limitações da prática historiográfica modelar de Varnhagen, assinala o seguinte: “pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elabora a vida social” (ABREU, 2015, p. 31). Já José Oiticica aponta, em 1910, que “os nossos melhores historiógrafos”, via de regra, “baralharam sempre os acontecimentos, nunca os separaram uns dos outros, nem lhes deram, com precisão, a influência por eles exercida na evolução da sociedade brasileira” (OITICICA, 1910, p. 110), em razão de não possuírem um plano teórico com feições científicas, o que impossibilita a classificação e a teorização de tais fatos. Enquanto isso, Sílvio Romero não concebe nenhuma originalidade na atuante proposta de história filosófica de Karl von Martius, considerando-a desatualizada em termos de ciências, como no caso da etnografia. Na esteira da crítica de Romero reside o fato de o naturalista bávaro não movimentar as ciências correntes como aporte teórico para a historiografia, apegando-se a uma dimensão filosófica, em tese, facilmente refutada em termos científicos (ROMERO, 1902). Portanto, é a partir dessa conjuntura historiográfica que devemos compreender as prescrições presentes em “A ciência da história”. No limite, está em jogo a legitimidade da história ante as pressões do cientificismo. Porém, o que salta aos olhos nas reflexões de Fausto Cardoso é o seu prognóstico diante dessa demanda.

Diante do que foi exposto e acompanhado as performances do espectro naturalista, encontramos os seguintes tipos de agentes intelectuais arrolados por nosso bacharel em direito: os psicólogos, os físicos e os biólogos da sociedade, que respectivamente são os psicólogos dos povos, os historiadores filósofos e os sociólogos.

A teoria psicológica unifica, em seu entender, racionalismo e naturalismo. Porém, ela transcende o individualismo racionalizador. Ela advoga que as nações possuem, como os indivíduos, uma psicologia que pode ser comparada. As suas conclusões modulam-se como princípios diretores e universais diante da explicação histórica. A teoria da evolução social não é senão a aplicação particular da teoria da formação do caráter nacional, o qual pode ser obtido pela generalização psicológica. Percebe-se, assim, que a psicologia dos povos, uma teoria coletivista da história, apresenta-se para Cardoso como uma generalização do racionalismo realizada através da analogia biológica. Se, antes, o racionalismo era atravessado pelo idealismo, agora ele era abordado pelo prisma das ciências naturais. A convicção antiga de que as ações de homens e de mulheres aparecem individualmente como as únicas realidades históricas tangíveis, a verdadeira força do sistema social, transforma-se à luz das ciências naturais, que através dos procedimentos de analogia faz ver a unidade orgânico-social informar um todo coletivo específico. Mas amparado pelas “Variações anti-sociológicas” de Tobias Barreto, Fausto Cardoso conclui que a psicologia dos povos, como teoria da história, não se configura como produto intelectual científico. Nela não se vê, apesar dos inegáveis avanços epistemológicos, uma fórmula capital, um conjunto de princípios, normas morais e intelectuais que lhe inspirem na prática e nas verificações e previsões teórico-empíricas.

Entre os historiadores filósofos, armados com o determinismo mesológico, de largo sucesso na segunda metade do século XIX, destaca-se, para Cardoso, Henry Thomas Buckle, autor da *History of Civilization in England*, de 1857. A proposição teórica de Buckle é simples: conforme as sociedades submetem a natureza, maior o seu progresso. Essa ideia deve ser concebida como universal, sendo que, a partir dela, se podem contextualizar todos os povos. Esse princípio sustenta, em tese, a cientificidade da história. Mas mesmo que Fausto Cardoso reconheça todo o esforço teórico de Buckle, considerando que ele é quem mais chega próximo de estruturar a história cientificamente, o seu determinismo mesológico encobre uma orientação psicológica coletiva importante, isto é, a hereditariedade psíquica. Não basta o historiador, nessa chave de leitura, contextualizar espacialmente homens e mulheres, pois o determinismo psíquico, hereditário, alega que, independente do contexto mesológico em que estão inseridos, esses agentes sociais são guiados por uma ancestralidade mental (positiva ou negativa). Essa conclusão parece-nos muito próxima do princípio haeckelista, o qual admite que cada sujeito carrega consigo a história da evolução da sua classe. Em suma, as histórias filosóficas, cujo maior artífice é Buckle, não podem estabelecer padrões científicos universais para os domínios da história. De todo modo, no momento em que Cardoso interpreta as contribuições do estudioso britânico, durante a década

de 1890, “a obra já havia sido lida, em sua versão original ou na tradução francesa, por Tobias Barreto, Capistrano de Abreu e Araripe Jr, por exemplo”. Incluímos Sílvio Romero. Luciana Murari assevera, então, que, no contexto historiográfico em que ele comenta as teorias de Buckle, é expressivo que o seu pensamento já não mais resiste às críticas locais (MURARI, 2002, p. 103).

Para Cardoso, quando, à luz da biologia, a sociedade se faz compreendida como organismo vivo, essas duas noções fundem-se, dando origem a um novo grupo intelectual, qual seja, os sociólogos modernos. Mas a sociologia, como as demais teorias explicativas da história, não se conforma como uma ciência *per se*. É um campo em formação. Mesmo assim, ela se mostra como o melhor registro interpretativo que a história dispõe, sendo necessário, ao mesmo tempo, transformar as leis que o naturalismo biológico movimentava em um conjunto de princípios aplicados à sociedade em perspectiva histórica. A sociologia apresenta-se não como ciência explicativa da história, mas como uma dedução biológica informada historicamente. Essa é a grande forma de interpretação histórica do momento.

A ideia sociológica corrente de que a humanidade pode ser percebida como um elemento natural absoluto, que, em seu desenvolvimento obedece, como na natureza física e orgânica, a marcha regular dos organismos sociais, princípio do naturalismo, que alimenta discussões com desdobramentos investigativos no Oitocentos, é uma sentença epistêmica, segundo Fausto Cardoso, que oscila de maneira ainda indefinida e sem uma formulação acabada, não constituindo um corpo doutrinário em se tratando de ciências sociais. É uma verdade, prossegue o autor, que ainda procura se definir epistemicamente para se tornar uma doutrina operatória entre os analistas do social.

Além disso, certas vertentes sociológicas, que, em tese, deveriam resolver esses problemas junto à explicação histórica, elaboram-se a partir de um naturalismo considerado equivocado: que encara a vida social como uma projeção orgânica, porém, de natureza dualista. A sociedade, como corpo social ou como organismo social, não pode, argumenta o estudioso, ser a soma de parcelas iguais à unidade somática, mas uma soma de elementos análogos. Isso em razão da falta de igualdade das parcelas tornar impossível essa soma orgânica, que é a representação da sociedade implicada no conceito sociológico falsamente naturalista. De qualquer maneira, congrega a ordem orgânica com a social é uma operação em vias de se tornar científica. São domínios, sublinha Cardoso, diferentes que podem, sim, se justapor. Um é constituído pela natureza viva em suas diversas manifestações; enquanto que o outro é formado pela cultura e pela civilização, abrangendo todas as modalidades



sociais e políticas. Os câmbios entre natureza e sociedade apresentam-se como um fato inquestionável objetivamente. É, então, um destino manifesto monístico, mas, no domínio lógico, no mundo dos princípios, mostra-se como uma aspiração em processo de estabilização. A sociologia não se configura como uma teoria propriamente científica da história, mas como um domínio inferencial da biologia que explica o processo histórico.

Assim, a questão se a história era ciência, quer do ponto de vista descritivo, quer sob o reflexivo, ou ainda através da ótica da filosofia da história, da história filosófica, da psicologia e da sociologia, estava sem solução. Nas mãos dos narrativistas, assegura Cardoso, a história modulava-se como um “monstruoso registro” puramente empírico; entre os filósofos da história, o idealismo se fazia valer; com os historiadores filósofos, era apenas uma dedução mesológica; dentre os psicólogos do povo, mesmo havendo a percepção da suspensão do dualismo e do individualismo, não se percebia um registro doutrinário, mas apenas um fraco sistema analítico; por fim, ao ser explicada pelos sociólogos, era uma pura dedução biológica, ou seja, nem uma das teorias da história disponíveis, aos olhos do intelectual sergipano, a elevavam ao patamar de ciência. “Não é uma ciência, é um montão de fatos, coberto por uma rede de conjecturas” (CARDOSO, 1895e, p. 154).

## Monismo, adaptabilidade e hereditariedade como fundamentos sociais

A recepção dos novos ideários sociais a partir da década de 1870, na maioria dos casos atravessados pelo cientificismo, tendo como principal, mas não única, referência o positivismo de Comte e de Spencer, tendeu a conduzir o país para uma perspectiva ideológica favorável ao trabalho livre e para realização de um novo regime político. A partir “das gerações de 1870” uma nova plêiade de intelectuais (também políticos e publicistas) apropriou-se do prestígio daquelas ciências europeias, para instaurar uma espécie de *aggiornamento* junto ao pensamento local. É nesse quadro de inflexões e de rupturas conflitantes que novos grupos político-intelectuais deixam de ser marginais (ALONSO, 2002), desatualizando o legado romântico, o seu ecletismo espiritualista de matriz francesa, bem como os compromissos políticos com o Estado monárquico. Através dessa atmosfera reformista, a intelectualidade brasileira passou a tentar compassar tempo social e tempo político, em um movimento de consciência histórica que buscava estabelecer uma sintonia entre aquilo que se era com aquilo que se pretendia ser. Conforme Fernando Nicolazzi, “escrever sobre a nação, elaborar a sua história, era também uma forma complexa de ordenamento do tempo” (NICOLAZZI, 2015, p. 48).

A promoção do naturalismo, por exemplo, estava intimamente ligada a um ideal de ciência com autoridade suficiente para ilustrar o país. Para Roberto Schwarz, essa linguagem, “tão prestigiosamente moderna quanto estranha à vida corrente, anunciava rupturas radicais; prometia substituir o mecanismo atrasado da patronagem oligárquica por espécies novas de autoridade, fundadas na ciência e no mérito intelectual” (SCHWARZ, 1990, p. 143). É necessário, então, salientar que a apropriação dessa modalidade de cientificismo prometia a projeção de uma sociedade em estado de modernização, marcada, assim, por um claro apelo racional e neocivilizador.

A partir dessa disposição sócio-epistêmica vemos, então, o monismo circulando como um registro intelectual, que suspendia o véu das aparências sociais, sobretudo, em seu âmbito institucional. É um princípio que se torna cada vez mais comprovadamente científico, para Fausto Cardoso. Em um primeiro momento, esse esquema de pensamento volta-se contra a ordem imperial saquarema (MATTOS, 1987), porém, não muito distante dali essa mesma plataforma intelectual contesta a própria legitimidade do desenvolvimento político da jovem República Federativa (como em Fausto Cardoso). O significado da persistência desse dualismo político pode ver visto nesta passagem:

A política continua a nutrir-se de princípios, de métodos e alvos abstratos e inacessíveis aos processos de observação do espírito humano. A ter por base a intuição dualista do universo; por objeto o estado considerado como uma livre criação do homem, em coexistência com outras entidades abstratas que o racionalismo criou, - vive, no remanso das indagações metafísicas, fora da influência renovadora do espírito naturalístico do século, que tudo transformou, - artes, literaturas, filosofia, religião, todas as disciplinas, todas as criações humanas, em suma (CARDOSO, 1895e, p. 143).

Assim, antes de qualquer coisa, a sociedade imaginada por Fausto Cardoso deve ser concebida fora das premissas filosóficas do dualismo, ou seja, de um movimento que separa sujeito e objeto, essência e aparência, ideia e matéria, instituição e sociedade. Em termos políticos busca-se, monisticamente, uma concepção unitária de Estado e de sociedade. Distancia-se, assim, de uma posição na qual o Estado sujeita a sociedade aos seus desígnios, dando-lhe uma razão *a priori* e um sentido predeterminado.

O desafio de Cardoso é demonstrar que o Estado, que tem um desenvolvimento próprio, não pode orquestrar a sociedade através de preceitos metafísicos. O esquema dualista Estado/sociedade assemelha-se, então, à separação entre corpo e espírito. O problema consiste no fato de que, para a superação dessa abordagem, necessita-se da



instrumentalização autoritária, mesmo que provisória, do plano político institucional. Nem mesmo Tobias Barreto, sabidamente monista, escapou da sua crítica. O grande arauto da Escola de Recife também caiu, em tese, nessa armadilha da formação do Estado. Ele ofereceu, pois, um arranjo finalístico à sociedade. Na percepção de Cardoso, Tobias sanciona, ao tomar como verdadeiras as proposições de Friedrich Fröebel, o dualismo que tanto combate e que se mostra fortemente presente entre as teorias político-sociais disponíveis.

O contexto finissecular apresentou uma série de teorias sociais divergentes que informavam o saber histórico. Em muitos casos havia, inclusive, confusão conceitual sobre os significados de povo, de nação, de nacionalidade e de Estado agenciados por elas. Mas talvez daí resultou a originalidade do cientificismo brasileiro. Havia, ademais, variedade explicativa: geográfica, filológica, etnográfica e moral. Também era comum, nessas abordagens circulantes, certo apelo teleológico, cabendo ao futuro do século XIX assistir o nascimento verdadeiro das nacionalidades ou das nações naturais.

Mas a partir do exposto há, em todo caso, uma conclusão que pode ser salientada, argumenta Cardoso. Como foi visto, a história das ciências obedece a uma configuração própria. A disciplina história não pode ser uma exceção à lei que orienta esse desenvolvimento epistemológico. Ela, segundo a sua teoria do saber, aparece como uma dedução da biologia antes de ser uma ciência. A história é explicada através da sociologia como inferência biológica. Desse modo, para fechar o plano teórico de Cardoso se faz necessário este entendimento: a partir das descobertas de Jean-Baptiste Lamarck e Charles Darwin é possível transpor para o plano social o princípio da “herança”.

Assim, amparando-se no campo da biologia a partir do domínio reflexivo que se pauta por essa disposição explicativa, a teoria da história, que já se guiou, em seu entender, através do sobrenatural, o providencialismo, e do racional, o racionalismo, começa a orientar-se, por meio da sociologia, através de uma base organicista/naturalista.

O grande desafio da biologia repousava na solução do problema da transformação, quer dizer, da mudança e do encadeamento das formas com verificação científica, sejam elas vivas ou extintas. Na medida em que se faz capaz de apontar essas lógicas, ela mesma se assume como o nexos que congrega todo o saber humano, como a força intelectual unificadora do mundo e como o próprio conhecimento como “natureza em evolução” (DÓRIA, 2007). Fausto Cardoso habilitou os seus textos, projetando um lugar para a história, a partir desse horizonte de significação discursiva.

Essa discussão evolucionista tornava disponível o tema capital do “núcleo duro” da doutrina darwinista: a seleção natural. Havia, a partir do darwinismo, que podia ser dissolvido principalmente no haeckelismo e no spencerismo, posições interpretativas biológicas *stricto sensu* e culturalistas, as quais compreendiam e aplicavam esse princípio socialmente, ambas com desdobramentos junto ao âmbito da história. De um lado, vemos a circulação de temas como o biotipo brasileiro, a sua capacidade e alcance mental, as suas patologias, os seus cruzamentos interraciais, dado que, para essa vertente, o plano das coletividades era assimilado como conjuntos de indivíduos que expressavam qualidades biológicas. Em certo sentido, o conhecimento sobre a biologia individual podia generalizar-se, visando ao entendimento social. Essas reflexões eram mais comuns entre os médicos formados por nossas poucas faculdades, representados socialmente como “missionários do progresso” (HERSCHMANN, 1996), bem como por toda uma gama de antropólogos. Já na perspectiva culturalista, mais presente entre aqueles formados nas faculdades de ciências jurídicas, como Fausto Cardoso, a diagnose histórica brasileira passava, como anunciado, pela admissão da sociedade como organismo coletivo e vivo regido pelas leis do programa naturalista, o que impacta substancialmente a compreensão acerca das instituições, da cultura e do destino histórico da nação, sendo os sujeitos históricos subordinados a essa dinâmica (DÓRIA, 2007), em que não raro perguntar-se pelo arbítrio (GOMES, 2009) ou pela degeneração (SCHWARCZ, 2018).

A ênfase na adaptação era uma dimensão comum, dado que ela tornava viável a formação do povo através da interação racial com a natureza. A adaptabilidade era o respaldo teórico de certo determinismo mesológico de Fausto Cardoso. A outra parte do núcleo duro darwinista, a hereditariedade, era assinalada a partir da ideia a qual a evolução biossocial era devedora de uma herança de caracteres adquiridos e legados, fossem eles positivos ou atávicos. Em relação a Cardoso, havia uma dimensão psíquico-determinista herdada. Assim, pode-se argumentar, acompanhando o seu contemporâneo Sílvio Romero, que “a hereditariedade é uma força sem a qual não se concebe a própria vida” (ROMERO, 1906, p. 186). Através do darwinismo social, o nosso autor elaborou o processo histórico, configurando-o por meio de uma dinâmica em que os agentes se acomodavam no meio e se desenvolviam por meio de continuidades psicológicas.

## Considerações finais

“A ciência da história”, série de prescrições formulada por Fausto Cardoso, em 1895, evidencia um importante circuito de saber que amparava os debates intelectuais finisseculares, qual seja, aquele que se manifestava através da teoria da evolução, do

darwinismo social e de um conhecimento modulado através das chamadas ciências naturais. Estamos, de fato, no terreno do cientificismo à brasileira, sendo os textos do bacharel em direito sergipano importantes para a complexificação dessa ambiência epistêmico-historiográfica a partir de uma voz relativamente emudecida.

Mas a originalidade dos apontamentos desse estudioso passava pela problematização de um dos elementos fundantes e estruturantes da “moderna historiografia brasileira”: a sua cientificidade. Esse questionamento não era de menor importância, na medida em que ele estava inserido em uma plataforma disciplinar que, majoritariamente, confiava na objetividade dos aportes científicos em circulação.

No momento da publicação dos textos em questão, Cardoso era professor de filosofia do direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, o que nos faz imaginar que ele estava em uma franca conversação epistêmica com esse campo, que desejava o posto de ciência social a partir da “respectiva reconstrução histórica mediada por leis do desenvolvimento” (NETO, 2015, p. 167). Fausto Cardoso não deixava de prescrever uma definição para a ciência, que, segundo ele, teria a capacidade entrever verificações e previsões absolutas. Contudo, esse preâmbulo foi construído com a intenção de questionar os alcances desse tipo de saber junto à ordem natural do mundo atravessada pela configuração histórica. Para o nosso autor, nesse âmbito, a nomologia se desestabilizava ante a inconstância dos seus objetos. Essa afirmação trazia consequências imediatas tanto para o direito quanto para a história, dado que impedia o estabelecimento da verdade histórica como um produto derivado da adequação relacional das formas.

De qualquer maneira, ele chega a esse raciocínio epistêmico a partir da consciência acerca da incapacidade do discurso histórico de reunir e de uniformizar as ruínas do passado, em sua desventura de emprestar-lhes um sentido, dado que perpassado pelo signo da falta, pelo horizonte da incerteza e pela incapacidade da mimese. É esse movimento que retira, então, o seu caráter científico. Mas é a partir da própria delimitação dos alcances e dos limites do saber histórico que Cardoso vai reestruturando na economia mesma dos seus textos os sentidos da sua percepção acerca da ciência, desdobrando-se em uma intrincada explicação do mundo humano sob as bases do darwinismo social.

## REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. *In*: NICOLAZZI, Fernando (org.). **História e historiadores do Brasil: do fim do império ao alvorecer da República**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 13-32.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Viana entre intérpretes do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2005.

CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. **Tempo social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 271-301, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12503>. Acesso em: 25 jan. 2020.

CARDOSO, Fausto. A ciência da história. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano I, tomo II, fascículo V, p. 237-251, 1895a.

CARDOSO, Fausto. A ciência da história. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano I, tomo II, fascículo VIII, p. 74-89, 1895b.

CARDOSO, Fausto. A ciência da história. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano I, tomo III, fascículo XIII, p. 45-59, 1895c.

CARDOSO, Fausto. A ciência da história. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano I, tomo III, fascículo XVII, p. 295-309, 1895d.

CARDOSO, Fausto. A ciência da história. **Revista Brasileira**, ano I, t. IV, fascículo XXI, p. 140-154, 1895e.

CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. *In*: PEREIRA DAS NEVES, Lucia Maria Bastos *et al.* (org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 93-124.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

DETONI, Vicente da Silveira. **A moderna *historia magistra vitae* de José Oiticica: regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870 – 1940).** 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/206273>. Acesso em: 29 mar. 2020.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Cadências e decadências do Brasil** (o futuro da nação à sombra de Darwin, Haeckel e Spencer). 2007. Tese (Doutorado em sociologia) – Curso de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281054>. Acesso em: 11 fev. 2020.

GOMES, Angela de Castro. A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuições para pensar a nossa História. In: GUAZELLI, Carlos A. Barcellos *et al.* (org.). **Questões de teoria e metodologia da história.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 19-26.

GOMES, Angela de Castro. **A república, a história e o IHGB.** Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**, Vitória, vol. 11, p. 31-47, 2005.

HERSCHMANN, Micael. Entre a insalubridade e a ignorância: a construção do campo médico e do ideário moderno no Brasil. In: KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael; NUNES, Clarice (org.). **Missionários do progresso.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 11-67.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo.** Tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. São Paulo: Forense Universitária, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae*. Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento". In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado.** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 41-60.

KUNHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

MURARI, Luciana. **Tudo mais é paisagem**. Representações da natureza na cultura brasileira. 2002. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://cutt.ly/BxVx7Cf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

NETO, Mauro Franco. **Ciência, evolução e experiência do tempo no fin de siècle**: estudos e revisões sobre letrados brasileiros e argentinos. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/OxVc3tb>. Acesso: 01 abr. 2020.

NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno (org.). **Escrever história**: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. Serra: Editora Milfontes, 2017. p. 7-36.

NICOLAZZI, Fernando. Orden del tiempo y escritura de la historia: consideraciones sobre el ensayo historico em el Brasil, 1870-1940. **Prismas**, Revista de historia intelectual, Buenos Aires, n. 19, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/TxVcsFl>. Acesso em: 03 fev. 2020.

OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista Americana**, Rio de Janeiro, ano I, n. 7, p. 109-117, 1910.

OLIVA, Terezinha. **Impasses do federalismo brasileiro** (Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso). São Paulo: Paz e Terra, 1985.

PEREIRA, Mateus H. F.; SANTOS, Pedro Afonso C.; NICODEMO, Thiago Lima. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2018.

PRADO, Giliard da Silva. **Batalhas da memória política em Sergipe**: as comemorações das mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos (1906 – 2006). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Brasília, Distrito Federal, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4060>. Acesso em: 04 fev. 2020.

ROMERO, Sílvio. **A América Latina** (análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim). Porto: Livraria Chardron, 1906.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: H. Garnier; Livreiro-Editor, 1902.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo** - Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

VERGARA, Moema. Ciência e literatura: a Revista Brasileira como espaço de vulgarização científica. **Sociedade e cultura**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 75-88, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs//article/view/926>. Acesso em: 02 fev. 2020.

VERÍSSIMO, José. O modernismo. **Revista do Brasil**, São Paulo, ano I, v. I, 1916.

WEHLING, Arno. **A invenção da História: estudos sobre o historicismo**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1994.

WEHLING, Arno. Historiografia e epistemologia histórica. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 175-189.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Piero Detoni é doutorando em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Licenciado, bacharel e mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Estuda, atualmente, a experiência historiográfica no IHGB na Primeira República. Autor de *É a história uma ciência?* (2021).

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade de São Paulo, FFLCH, Avenida Professor Lineu Prestes, Butantã, n. 2415, São Paulo, SP, CEP 05508-000, Brasil.



## FINANCIAMENTO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo n. 870225/1997-9.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado  
Breno Mendes – Editor Executivo  
Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada  
María Inés Mudrovcic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Piero Detoni.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 23 de julho de 2020.

Alterado em: 2 de abril de 2021.

Aprovado em: 2 de abril de 2021.

## Unruly Memory and Historical Order: The Historiography of the French Revolution between Historicism and Presentism (1881 - 1914)

Memoria Indisciplinada y Orden Histórico: La Historiografía  
de la Revolución Francesa entre Historicismo y Presentismo  
(1881 - 1914)

Lancereau Guillaume <sup>a</sup>

Email: [guillaume.lancereau@gmail.com](mailto:guillaume.lancereau@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0001-5069-8759> 

<sup>a</sup> École des Hautes Études en Sciences Sociales,  
Centre de Recherches Historiques,  
Paris, IDF, France.

## ABSTRACT

This paper explores the complex history of “undisciplined histories” by looking at the tension between political engagement and scientific detachment in revolutionary scholarship, a field perpetually torn between historicist methods and presentist purposes. From the controversies surrounding the 1889 Jubilee to the patriotic uses of history during the Great War, the historiography of the French Revolution continuously challenged the principles and methods of history as an academic discipline. This period’s omnipresence in nineteenth-century “memory wars” delayed its academization, which became effective only in the aftermath of the Centenary when newly implemented university chairs, scholarly journals, and historical societies established the history of the French Revolution as a central research topic. However, the advent of the First World War challenged the historians’ impartiality and detachment as they committed to defend their homeland in their historical writings while striving to preserve their intellectual autonomy.

## KEYWORDS

Presentism. Revolution. Uses of History.

## RESUMEN

Desde las controversias que surgieron con el Jubileo de 1889 hasta los usos para fines patrióticos de la historia durante la Gran Guerra, la historiografía de la Revolución francesa cuestionó continuamente los principios y métodos de la historia como disciplina académica. La centralidad de ese período histórico en las guerras de memoria de la Francia del siglo XIX retrasó su academización, que se hizo efectiva recién al día siguiente del Centenario. La Revolución francesa se convirtió entonces en un objeto de investigación científica, lo que conllevó la creación de cátedras universitarias, revistas académicas y sociedades históricas. La irrupción de la guerra desafió las normas de imparcialidad y distanciamiento adoptadas por esos historiadores que pusieron sus escritos al servicio patriótico de la causa de su país mientras se esforzaban por mantener su autonomía intelectual. Destacando la tensión entre destacamento y compromiso en la historiografía revolucionaria, en este artículo se muestra la relativa indisciplina de este campo de investigación, perpetuamente dividido entre sus métodos historicistas y sus propósitos presentistas.

## PALABRAS CLAVE

Presentismo. Revolución. Usos de la historia.

*"Certainly, we wanted to be men of science. We felt it was time to address the history of the Revolution, not a source of pamphlets, but with the rules of scientific criticism already in use in the study of earlier periods. [...]"*

*We were thus told: 'You are right not to engage in politics.' If this compliment acknowledges that we do not concern ourselves with political parties and officials, we deserve it. By contrast, if it suggests that we study the French Revolution out of pure curiosity, as archaeologists filled with skepticism and indifference, then the assumption is wrong. We are citizens and, when we commit ourselves to the service of science, we serve the Republic as well. Every inch of territory conquered by science is a defeat for theocratic prejudices and a victory for the Republic. As we unveil the origins of modern France, we put the Revolution in a flattering and pure light and make our fatherland even more lovable" (AULARD, 1890).*

This speech delivered in 1890 by Alphonse Aulard, one of the leading advocates for scientific history under France's Third Republic (1870-1940), manifests a structural tension between science and politics in the historiography of the French Revolution. For decades, policy-makers and university authorities refused to incorporate this historical topic into the existing academic curricula because of its controversial character and strategic uses in the French and European memory wars. Thus, by contrast with other sub-fields where the documentary and methodological conventions of late-nineteenth-century *histoire-science* ("scientific history") already prevailed, scholarship on the French Revolution underwent a delayed and problematic academization.

This case illustrates how an "always somewhat anarchic" social memory (LE GOFF, 1993, 43) becomes ordered, rationalized, and disciplined.<sup>1</sup> In this regard, the concept of "(in)discipline" proves to be a valuable tool to illuminate this process. Historians usually resort to the "professionalization" paradigm as a lens to investigate the rise of social sciences, focusing on the breakthroughs that emancipated the respective scientific fields from the realm of amateurism (GUILLEMAIN; RICHARD, 2016). This analytical frame suffering from a structural lack of formal definition and relying on presentist and teleological premises, also tends to universalize the spontaneous sociology of the American "professions" to all scientific configurations (HEILBRON, 1986; CHARLE, 1995). By contrast, the notion of "discipline" appears less monolithic, more suitable for a constructivist perspective, and helpful in avoiding the pitfalls of functionalist legitimism (ABBOTT, 2001; BOUTIER; PASSERON; REVEL, 2006; MARCHAND, 2014; HEILBRON; GINGRAS, 2015). Moreover, this concept's polysemy (to be disciplined/to become a discipline) makes it possible to address both the

<sup>1</sup> On the distinction between "social" and "collective memory" in Maurice Halbwachs' theoretical framework, see BRIAN, 2008.

academization and rationalization of scientific research and the differentiation of fields of knowledge into scholarly disciplines.

In this regard, the relative indiscipline of historical scholarship on the French Revolution appears striking. Within a regime eager to reconcile the French with their entire national past, yet acknowledging 1789 as the nation's point of origin (OZOUF, 1998), revolutionary history allowed for projections into the future. Following the model of *historia magistra vitae*, it also provided an endless collection of *exempla* likely to inform the present. As such, this historical field was subject to agonistic "uses of the past" (HARTOG; REVEL, 2001; BLACK, 2005; ANDRIEU; LAVABRE; TARTAKOWSKY, 2006), for it represented a universal resource in the political and symbolic struggles between opponents and proponents of the regime. The Republic was still young, contested, and thus fragile. Citizens and political activists from all sides kept in memory the dramatic failure of previous French republican experiments. Late-nineteenth-century intellectuals and officials regarded the social memory of the French Revolution as the necessary condition for the survival of the regime, as was made clear by the republican teacher and historian Célestin Hippeau in 1883: "Only the spirit that guided the immortal conceptions of our first Republic can secure the existence of the Republic" (HIPPEAU, 1883, p. 966) .

Promoting research and knowledge dissemination on the French Revolution through teaching, books, conferences, and brochures was thus a political move for citizens eager to shield or bring down the regime, bury or excavate the Crown, and restore or eradicate Catholicism. In a somewhat similar fashion to Reform and Counter-Reform controversies, historical writings on the French Revolution intended to legitimize either "white" (royalist) or "blue" (republican) claims. Each faction identified with its (imagined) ancestors and strengthened its cohesion by cultivating antagonism towards its rivals, thus bringing about a binary dividing line between ultramontanists and free-thinkers, republicans and royalists, patriots and *émigrés*. This article thus illuminates a permanent war and impossible peace within a highly polemical historiographical field. Either determined, as "organic intellectuals" of the regime, to craft a Whiggish and hagiographic history of the republican victories (BUTTERFIELD, 1931) or to elaborate a counter-history favorable to the Old Regime, all historians showed resolve to craft competing narratives of the nation (BLACK, 2014, p. 98): hence their involvement in early forms of "public history" (DUMOULIN, 2003; GARDNER; HAMILTON, 2017) and the striking violence of the resulting historiographical controversies, fueled with antithetical conceptions of political legitimacy and national unity.

From a dialectical standpoint, it is crucial to underline the progressive yet incomplete disciplinization of revolutionary studies initiated in the early 1890s. While its practitioners embraced the principles of scientific historiography, their conception of history-writing remained at the intersection of detachment and commitment nonetheless (ELIAS, 1956). This configuration calls for a distinction between historicism, understood as “the commitment to the understanding of the past for its own sake” (STOCKING, 1968, p. 4), and presentism, a conception of the past grounded in the present.<sup>2</sup> This dichotomy makes it possible to account for both the historians’ research approach and their conception of the relationship between past and present (CHAPOULIE, 2005). Historians of the French Revolution combined historicist methods with presentist purposes in the sense that they simultaneously endeavored to comprehend past events in their context without anachronistic preconceptions while striving to illuminate present-day dilemmas and impact the present through the study of the past. By historicizing the connection between presentism and historicism, this article insists on the contradictions of historiographical practices that appeared perpetually torn between their “desire for truth” and their “concern for action” (NOIRIEL, 2010, p. 8).

## Presentism and Anachronism, 1881 - 1889

“Incurably sick with the French Revolution, the nineteenth century kept reenacting it in a dramatic, tragic, and unstable fashion” (SERNA, 2019, p. 192). Although other historical periods have also been subject to political uses, especially for nationalist purposes, none played a part as singular and decisive as the French Revolution in Western social memory. This event’s legacy became increasingly contentious in the diplomatic and political spheres as the years got closer to the 1889 Jubilee. After Bismarck declined the invitation to commemorate 1789 in Paris and urged European monarchs to follow his example, Austria, Russia, and Spain effectively defected from the 1889 official ceremonies, while others, like Belgium and Italy, only delegated a modest *chargé d’affaires* (VON BUELTZINGSLOEWEN, 1989; SCHRÆDER-GUDEHUS, 1989). As the commemoration approached, politicized references to the French Revolution blossomed all across Europe. In the Russian Empire, the conservative historian Nikolaj A. Ljubimov published works on revolutionary violence and emigration to feed the public’s aversion to the revolutionary turmoil. At the same time, activists deported in Siberia and exiled in foreign countries gave free rein to their messianic ambitions and called upon

<sup>2</sup> This definition differs from both the tradition of *Historismus* in the German philosophy of history and the recent reinterpretation of presentism as a particular “regime of historicity” (HARTOG, 2003). Steven Seidman (1983) and Loïc Blondiaux and Nathalie Richard (1999) provide valuable insight into this issue.

the Russian people to emancipate from despotism, following in the footsteps of 1789 France (ITENBERG, 1988, p. 198-219). Meanwhile, the French Revolution remained an inspiring example for Spanish liberals, American republicans, Italian proponents of *Risorgimento*, and Austrian and German social-democrats (DUCANGE, 2014). In early-Third-Republic France, the revolutionary reference served as a heuristic tool and rhetoric resource for competing parties that commonly regarded present-day political struggles as continuing the crisis initiated in 1789.

Revolutionary legacies, symbols, and *memorabilia* were omnipresent in French civil society, to the point of becoming a literary *topos* in the writings of authors such as Balzac, Dumas, and Stendhal (AMALVI, 1989, p. 24). Counter-revolutionary narratives were the cornerstone of the standard aristocratic education (MENSION-RIGAU, 1990) while, on the contrary, republican families passed on revolutionary stories from generation to generation (LE TROCQUER, 2013). French citizens would become familiarized with these competing historical interpretations from an early age. In his memoirs, historian and republican activist Charles-Louis Chassin recalled the ritual battles that would periodically erupt when he was a student at the Paris Bourbon high school in the late 1840s, reenacting the Vendée wars between the “blues” and the “whites.”

The following day, as I entered the school with Buissonnière, who was a day boarder like me, we draped the highest branches of the cherry tree with a gigantic tricolor flag made of pieces of cloth I got from my father's shop and sewed together. [...]

Unbelievable screams detonated from the terrace above the schoolyard:

– The flag! Down with the blues! [...]

As the ‘whites’ rushed down the stairs, our rocks flew across the air and disfigured a few faces, but they reached us before the teachers could intervene and tore us to pieces after three minutes of heroic resistance (CHASSIN, 1904, p. 7).

At that time, the revolutionary era, its heroes and relics appeared extraordinarily familiar. Some historians active in the 1880s had met the last living representatives of the revolutionary assemblies in their early years: Alphonse Aulard encountered Thibaudeau in Charente, and Edgar Quinet's parents would regularly invite Baudot to their house (BELLONI, 1949, p. 19; QUINET, 1905, p. 67). In addition, one cannot underestimate the long-lasting effects of revolutionary politics, such as the vast wealth redistribution



that occurred during this decade. Authors of monographs on the revolutionary times were concerned about local reputations and deliberately withheld the names of the families that acquired aristocratic or clerical properties during the 1790s. Eventually, the Revolution provided a practical guide to analyze and orientate present-day politics, which appeared as the continuation of former fights between royalists and republicans, Girondists and Montagnards.

This context could not but affect history writing. Opposite political passions already tainted the “immediate histories” of the Revolution as well as later works published in the following decades under the restored monarchies (MELLON, 1958; LUZZATTO, 1991; BOURDIN, 2008; HARDER, 2008; PETITEAU, 2012). In the 1860s and 1870s, Edgar Quinet and Hippolyte Taine published controversial interpretations of the French revolutionary experiment that revived and intensified the existing divisions (FURET, 1986, LEBLOIS, 2013). The advent of the Third Republic altered the image of the Revolution once more. The regime’s official discourse legitimized and canonized this historical event, which was until then a subversive reference monopolized by the opposition to the Bourbon Restoration, the July Monarchy, and the Second Empire. Official efforts towards preparing the 1889 Jubilee spurred even more intellectual antagonism and political polarization (NELMS, 1987; ORY, 1997). Despite the salient fragmentation of the political arena, one can draw a clear dividing line between republican and opposition historians of the 1880s.

In early-Third-Republic France, republican historical networks grouped positivist followers of Auguste Comte involved in the monumental commemorations of Condorcet, Danton, and Diderot, but also free-masons, anti-clerical free-thinkers, and democratic circles of lawyers, professors, journalists, and publicists formerly spearheading the opposition to the Second Empire (NORD, 1995). Among the republican intellectuals and activists who founded the first historical journal dedicated to this period, *La Révolution française*, in 1881, Auguste Dide was a prominent figure of liberal Protestantism and anti-clericalism. The two other co-founders, Étienne Charavay and Jean-Claude Colfavru, were both free-masons committed to glorifying the Revolution and the Republic jointly. Historians from this camp strove to combine scientism and political propaganda (NOIRIEL, 1998, p. 39-40). In his 1886 inaugural lecture, Alphonse Aulard, who held the first chair of the history of the French Revolution at the Sorbonne (TENDLER, 2013; WOLIKOW, 1991), made it clear that he conceived of his teaching as a purely scientific endeavor. Yet, he added this now-famous statement: “Whoever does not sympathize with the French Revolution sees nothing but its surface. To understand it, one needs to love it” (AULARD, 1886, p. 878).

Meanwhile, the champions of counter-revolutionary historiography came from a much more aristocratic and Catholic background. Often involved in local learned societies, they strove to consolidate a collective memory focusing on revolutionary “vandalism,” emigration, and religious persecution. Some of these conservative intellectuals contributed to royalist and ultramontane scholarly journals such as the *Revue des questions historiques*. In 1883, autodidact historians Charles d’Héricault and Gustave Bord founded the *Revue de la Révolution* to disseminate their legitimist and religious interpretations of the revolutionary past. In an article published in 1889, one contributor listed the core elements characterizing this journal’s ideological environment:

Joseph de Maistre pronounced the decisive sentence against the Revolution: ‘*The Revolution is Satanic.*’ [...] If the French nation has for the past hundred years been unable to make use of the resources that the Providence has pleased to spare us, it is only because free-masonry, a worthy successor to Judaism and supporter of all social and religious assaults against Christendom, confiscated it. The powerful deception of the Revolution is the false doctrine of Equality, the fundamental error of the *Declaration of the Rights of Man*. Equality, which was Satan’s ambition, was also the cause of France’s downfall (GIBON, 1889, p. 170).

This agonistic context enabled historians to imagine their political and intellectual engagement in the ongoing memory wars as a filial duty. In 1892, the royalist *Revue des questions historiques* published an article by the viscount of Richemont depicting the current regime as a battlefield between the respective heirs of the victims and oppressors of the Revolution: “as the hateful sons of the executioners awaken, a sacred duty urges the sons of the martyrs to speak up” (DE RICHEMONT, 1892, p. 657). Republican historians displayed similar devotion and piety in their inspired harangues, as evidenced by Célestin Port’s preface to his 1888 volume on the history of Vendée: “In my humble heart, I dedicate this book to you, [...] O Teacher of justice, O Revolution, my Good Mother!” (PORT, 1888, p. XV).

Historians from both camps showed equal dedication to diffusing their antagonistic conceptions. The 1880s witnessed an overwhelming campaign for moral purification and against subversive readings led by the “Société bibliographique et des publications populaires.” This institution of catholic propaganda brought together conservative historians and advanced a counter-hegemony agenda through countless popular publications, images, and tracts representing Joan of Arc and Louis XVI, the conquest of Alger, and the fall of the Bastille (1887a, p. 155). It also provided a forum for renowned champions of the historiographical Counter-Revolution such as Georges de Cadoudal,

Louis Maggiolo, and Maxime de la Rocheterie, whose brochures focused on the history of the Revolutionary Tribunal, the “September Massacres,” the deportation of priests, and figures of “popular victims of the Revolution.” Meanwhile, their republican counterparts tried to counteract this ideological offensive (AMALVI, 1994, p. 92, 114-116). The “Société d’instruction républicaine” and the “Bibliothèque d’éducation nationale” released dozens of historical brochures composed by republican dignitaries and historians. Although this fact is generally overlooked in the existing literature, traditionally indifferent to the oral vectors of scholarly activities (WAQUET, 2003), historical conferences were a popular vector of historical dissemination under the Second Empire and the Third Republic (CLAVIEN; VALLOTTON, 2007). Auguste Dide was undoubtedly the key speaker for the “Ligue de l’enseignement,” a democratic league advocating for public education and secularism. In the 1880s, Dide roamed the country, giving dozens of conferences on Diderot and other precursors of the French Revolution, on secular and compulsory education, and the church under the Revolution and the First Empire.

In addition, historians regarded the past as an instrument useful to wage present-day political wars. They collected colorful depictions of revolutionary events to provide deputies, journalists, and notorious publicists with narratives, anecdotes, quotations, and *exempla* directly usable for ideological battles. In 1889, Alphonse Aulard praised Paul Janet, a philosophy teacher from the Faculty of Letters of Paris, for his recent *Histoire de la Révolution française*. Despite its lack of primary and secondary sources, this *opus* celebrating the social and political output of the Revolution appeared to him as an appropriate answer to contemporary assaults against the regime. Aulard concluded this work should be “brought to the attention of the historian and the politician” (AULARD, 1889, p. 385). Respectively, the reactionary *Revue de la Révolution* provided its readers with a flow of counter-revolutionary (and often apocryphal) anecdotes.

Simultaneously, history writings of the 1880s adopted an anachronistic epistemology contending that events of the French Revolution could shed new light on all contemporary issues. A few years after the Centenary, Aulard made a clear statement on this matter: “Studied through historical sources, the French Revolution can provide the brightest and most relevant insight into our social and political questions” (AULARD, 1893, p. 58). One example of this present-mindedness was the historiographical controversies on the public instruction under the Old Regime and the Revolution encouraged by the 1881-1882 Jules Ferry laws on the republicanization of the school system. Ferdinand Buisson declared in 1882 that the newly-founded “Commission for the publication of the sources on the history of public instruction from 1789 to 1808” he presided “will be beneficial to

history, but also to the Republic and country” (1882, p. 811). On the opposite side of the political spectrum, abbot and diocesan archivist Ernest Allain focused his efforts on demonstrating the absolute failure of the revolutionary education policy. He used the 1789 lists of grievances to argue that, back then, Frenchmen remained loyal to religious orders and Christian education (ALLAIN, 1891).

Benedetto Croce’s statement, according to which “all history is contemporary history,” appears strikingly pertinent in the case of revolutionary studies. As Oxford scholar H. Morse Stephens noted in his 1886 *History of the French Revolution*, a French historian

cannot do justice to all the actors engaged in that terrible crisis which is called the French Revolution, and it is not to be expected from him or from any Frenchman for at least a century. Only when the results of the Revolution cease to be burning political questions, and the names of its heroes cease to be flags, round which parties rally, can Frenchmen treat the history of their Revolution with dispassionate calmness (STEPHENS, 1886, p. XVIII).

However, significant changes seemed to be afoot. Despite the entanglements between history-writing and political passions, the creation of university chairs, scientific journals, and historical societies announced the field’s imminent academization. Saint-Petersburg historian Nikolai Kareev bore witness to these changes when he prophesied in 1890:

We can say that the 1880s usher in a completely new era of revolutionary historiography. Amidst the remains of old traditions and revival of outdated standpoints, one can detect clear progress towards greater scientificity in the understanding of the complex and contradictory events that constitute the 1789 revolution (KAREEV, 1890, p. 67).

## Restoring Historical Order, 1889-1914

The controversial nature of historical works on the French Revolution was a long-lasting obstacle to its academic and scientific institutionalization. An 1874 circular from the Ministry of Interior and Religion provided that the classification of L and Q series of departmental archives (which comprised sources on the sale of national goods and

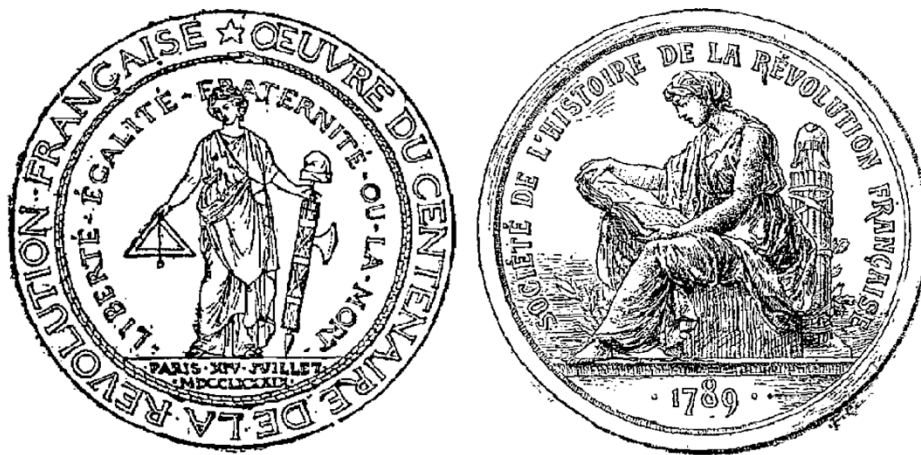
materials from revolutionary districts, departments, tribunals, and popular societies) required special cautiousness and moderation from the archivists to preserve local family reputations and refrain from reviving ancient hatred (1874, p. 621). Republican authorities feared the scandals that the slightest reference to the Revolution could cause in university auditoriums, as was the case in 1877 when Saint-René Taillandier, holder of the chair of French eloquence, launched into a tirade against the Terror. His criticism caused the Paris Jacobin youth to disrupt the next lesson to the point of forcing the professor to escape the auditorium under the cries of “Hail to Robespierre! Long live 93! Hail to Victor Hugo! Down with the clerics!” (TAILLANDIER, 1877, p. 119). This subversive potential explains the overall academic and political cautiousness in matters regarding the revolutionary past. Consequently, the first university courses on this issue in Lyon, Toulouse, and Paris resulted from extra-academic initiatives – in this case, from funding by republican municipal councils. When the radical Paris City Hall subsidized Aulard’s course at the Sorbonne, the faculty perceived this intrusion as a challenge to the quiet and objectivity necessary for teaching and research. As Aulard himself recalled twenty-five years later, “the new chair had the effect of a barricade at the very heart of the Sorbonne” (1911, p. 361).

Within a decade, the academization of revolutionary historiography reversed the situation entirely. With the support of political authorities eager to combine scientism and republicanism, the French Revolution, once marginal and extra-academic, became a dominant field, well-represented in academic curricula, and respectful of the discipline’s scientific norms and scholarly *ethoi*. Henri Carré, Marcel Marion, Albert Mathiez, Philippe Sagnac, and Henri Sée encouraged teaching and research on revolutionary history at the Universities of Poitiers, Bordeaux, Dijon, Lille, and Rennes. The fact that the French Revolution also became a topic in competitive examinations destined to the French pedagogic elite governing the reproduction of the academic body and the content of secondary education was an essential milestone in this field’s legitimation (BOURDIEU; SAINT-MARTIN, 1987; CHERVEL, 1993, p. 242-247). At the *École normale supérieure*, where historical culture held the high ground (SIEGEL, 1985), the French Revolution became a subject of examination for the very first time in 1885, to the candidates’ surprise and outrage. In 1892, another levee broke when Ernest Lavisse chose a topic on the religious policy of the French Revolution for the *agrégation d’histoire*, a national competitive examination for secondary and (tacitly) university teachers (LAVISSE, 1892, p. 387-388). Meanwhile, a combination of political and intellectual motives led cohorts of students to engage with revolutionary history. From Arthur Chuquet’s thesis defense on the 1792 Argonne campaign at the Sorbonne in 1886 to the First World War, works on the French Revolution represented 20% of the



dissertations in history defended in French universities. This development was all the more remarkable since these years saw the transformation of previously “honorary” dissertations into high-value diplomas serving as a showcase for the social and cultural values of the field (KARADY, 1976, p. 79).

Another significant landmark was the creation of historical journals and societies. *La Révolution française* was founded in 1881 as an experimental field to develop scientific methods and epistemology in revolutionary history. Alphonse Aulard achieved the journal’s conversion from a republican platform to an instrument of scientific communication. He redefined the periodical’s scope when he was named editor in 1887: “*La Révolution française*,” he exclaimed, “will emphasize strictly disinterested and scientific research to become the authorized body of all scholars involved in the study of our great national crisis” (1887b, p. 577). While the founders of the original journal issued a new periodical exclusively dedicated to the Revolution’s glorification, Aulard established a “Society for the History of the French Revolution.” In the immediate aftermath of the 1889 commemoration, he chose a new seal for his journal’s front page to put visual emphasis on the ongoing scientific turn.



Until then, the seal had underlined the journal’s commemorative and political purposes, with references to the Centenary, the revolutionary slogan “Freedom, Equality, Fraternity, or Death,” and an allegory of Justice with fasces, ax, and Phrygian cap. The new effigy was no less feminine but now stressed the quiet and disinterested study of history, symbolized by an open book. A sober “1789” replaced the former allusion to the storming of the Bastille on 14 July 1789, and the fasces, though within reach and topped by the patriotic cap, were put away in the background.

Historical societies also played their part. When Étienne Charavay first drafted the project of a “Society for the History of the French Revolution” in 1885, he saw it as a “pious and filial initiative” (CHARAVAY, 1885, p. 676). By contrast, the program Aulard effectively implemented three years later meant to “help the scientific methods prevail in scholarship on the history of the Revolution” (1888, p. 950). Eventually, Aulard’s society did not become a powerful lever for disciplinary institutionalization, for it remained open to policy-makers and republican officials, in addition to academic historians, and the key institution proved to be, instead, the “Society for Modern History.” Historians of the French Revolution had a stranglehold on this society founded in 1901 by Albert Mathiez, who was then finishing his thesis on the origins of the revolutionary cults. The society began its activities under the patronage of Alphonse Aulard and Arthur Chuquet and, later, was practically led by archivists Camille Bloch and Pierre Caron, prominent specialists of the social and economic history of the Revolution. In 1904-1905, the society initiated a historical collection including three dissertations on the revolutionary times, by Albert Mathiez, Léon Cahen, and Pierre Conard. In addition, this learned society assumed strictly scientific and corporative ambitions. Mathiez stated in 1901 that “the Society for Modern History shall recruit its members exclusively among historians or, to put it more clearly, among scholars who study the past following the rules of historical method” (1901, p. 238). The *Société d’Histoire Moderne* acted as the genuine gatekeeper of academic early-modern and modern history, with the explicit purpose of “ruling out any explanation that would not be strictly scientific and rational” (1904a). Its members devoted their meeting to criticizing mainstream history books from the anti-Dreyfusist right and the *Académie française*, uncovering their methodological flaws, and debunking their presentist intentions.

Meanwhile, late-nineteenth-century standards of historiographical debate aimed at “civilizing” the scientific community and uniting it around the search for historical truth. The new disciplinary consensus discarded former emotional and rhetoric excesses as outdated intellectual mindsets and encouraged dispassionate attitudes towards past events. Therefore, like their colleagues, historians of the Revolution endorsed a cult of “objectivity” and “impartiality.”<sup>3</sup> Their culture of detachment and self-effacement had its roots in the early-modern “scientific revolution”<sup>4</sup> and was strengthened by *fin-de-siècle* representations of bourgeois masculinity. This intellectual turn was made possible

<sup>3</sup> A consistent body of literature has explored the civilizing process in the early modern Republic of Letters and the cult of objectivity and disinterestedness: Bordo (1987); Goldgar (1995); Solomon (1998); Daston, Galison (2007); Murphy, Traninger (2013).

<sup>4</sup> On sentiments or detachment in science, see Susan James (1997), Amanda Anderson (2001), George Levine (2002), and Jessica Riskin (2002).



by the progressive implementation of what Herbert Butterfield termed “technical histories,” systematically relying on historical documents and scientific methods. Modern historian Émile Bourgeois claimed in 1887 that “in its turn, the Revolution should have Benedictines of its own, inspired by the same zeal and the same love for truth and science” (BOURGEOIS, 1887, p. 1029).

Historians specializing in the history of the French Revolution thus adopted the scholarly practices that already prevailed outside their field, such as bibliographical cards (BERT, 2017), footnotes (GRAFTON, 1997), and source editions. Since the early nineteenth century, with the German *Monumenta Germaniae Historica* initiated in 1819 and the French “Collection of unpublished historical documents relating to the history of France” created by François Guizot in 1835 (GUYOTJEANNIN, 2004; SAXER, 2012), legitimizing a research topic usually went hand in hand with searching, inventorying, and editing the corresponding historical sources. From 1881 to 1903, the state and the Paris City Council designed several historical commissions charged with searching and publishing sources concerning the history of the revolutionary decade, such as the “Jaurès Commission,” established in 1903 and focusing on documents relating to the economic life of the revolutionary era. The government provided this commission with annual funding of up to 60,000 francs (five times the yearly salary of a professor at the Sorbonne). In less than ten years, this commission released 59 volumes of empirical data dealing, for the most part, with 1789 “*cahiers de doléances*” (lists of grievances) and the sale of national properties (PEYRARD, 2002). Simultaneously, new emphasis was put on the inventorying of departmental sources and general cataloging of manuscripts and prints relating to the history of Paris during the French Revolution. In 1900, Alphonse Aulard drew the most optimistic conclusions on the current state of contemporary scientific scholarship:

I acknowledge with great pleasure that even the most passionate souls have endorsed the mandatory rule whereby scholars should always rely on historical sources and refrain from writing anything unoriginal. No one dares to write history without first bringing forward their references. We no longer value mere authority. Critical apparatus and mentions of books and archives have become the universal requirements of trustworthiness. [...] Indeed, I believe that a French school in Modern history is already taking shape (AULARD, 1900, p. 485).

This scientific turn required rethinking the link between presentism and historicism. In breaking with former anachronism, historians stressed the value of detachment

from political and social controversies such as the Dreyfus Case that erupted in 1894 and divided the country for more than a decade. Dreyfusist historians did contribute to draft this case's immediate memory. They expertized the controversial documents that started the *Affaire* and engaged in political battles by rallying the Human Rights League and signing petitions supporting Alfred Dreyfus (REBÉRIOUX, 1976; JOLY, 1989; RIBÉMONT, 2005). For all that, historians of the French Revolution knew that both the public and their peers tended to suspect them of partiality. They showed particular resolve to keeping a clear dividing line between their scholarly publications on the one hand and their public interventions on the Dreyfus Case on the other. While personalities such as Alphonse Aulard, Albert Mathiez, or Henri Sée joined the Human Rights League and engaged in Dreyfus' defense publicly, their historical journals maintained a reasonable distance from contemporary issues. The only echo of the Dreyfus Case in *La Révolution française* was quite anecdotic: in 1904, the journal published a ruling of the National Convention requesting the liberation of a Jewish citizen, who went by the name of Simon Dreyfus and was unrightfully held prisoner in Strasburg (1904b, p. 544). Likewise, the *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, although edited by the Dreyfusist *Société nouvelle de librairie et d'édition*, did not directly mention the Case – if one excludes the fact that the journal's very first article was a piece on the Jews and the French Revolution (SAGNAC, 1899-1900). This example shows that historians started to address contemporary controversies by translating them into historical terms<sup>5</sup>. The only polemic that disturbed the quiet of these scholarly periodicals was the 1910-1911 campaign against the Sorbonne and the modernization and democratization of the French higher learning (BOMPAIRE-ÉVESQUE, 1988; SHURTS, 2017). This anti-intellectualist crusade led, among other actors, by the *Action Française*, triggered academic reactions in the daily press – Aulard, for instance, opposed this conservative offensive in *La Justice*, *La Dépêche*, and *L'Aurore* – and historical journals, which can be explained by the anti-academic character of the initial attacks (CARON, 1911).

In the 1890s, historians of the French Revolution addressed the history of socialism in a similar fashion. While conservative sociologists and liberal economists drew on the history of this seminal event to expose the socialist peril, whereas European revolutionaries such as Cunow, Jaurès, Kautsky, and Kropotkine took a fresh look at 1793 to advance the socialist cause, French academic historians assumed an objectivist and detached attitude regarding these battles. They did not adopt this particular disposition out of indifference to the economic and social issues dividing the French society since

<sup>5</sup> Pierre Bourdieu (1997, p. 15-16; 1998, p. 400) described this "refraction" effect as a symptom of a given scientific field's relative autonomy.

many of them were involved in radical or socialist politics. However, they believed that their scientific status required them to avoid the pitfalls of excessive presentism. Historical works by Georges Bourgin, André Lichtenberger, Albert Mathiez, and Philippe Sagnac on the French Revolution's socialist dimension were thus a sign of their present-mindedness, but they manifested historicist axioms nonetheless and refrained from comments on current debates over European socialism that could alter or cloud their judgment (LICHTENBERGER, 1895; SAGNAC, 1898; MATHIEZ, 1905; BOURGIN, 1909). However successful at first sight, this academization process remained fragile and was soon challenged by the war.

## The Challenge of the Great War

The Great War was the acid test of these disciplinary certitudes. Historians put their knowledge at the service of the nation by drafting inspiring parallels between 1789 and 1914 to legitimize the Allies' cause. If this agonistic configuration effectively blurred the distinction between history writing, politics, and journalism, it did not result in an absolute subjection of historiography to patriotic purposes.

As recognized authorities in the modern era, historians of the Revolution were even more likely than their colleagues to engage in analogies between the raging war and their research topic. Some of them established a perfect similarity between 1789 and 1914, as did Camille Bloch in 1915, asking before the Society for the History of the Revolution: "Does it not occur to you that the Revolution comes back to life before our eyes in its most durable and substantial aspects?" (1915, p. 175). French historians were all the more inclined to indulge in trans-historical comparisons since, at the same time, nationalist discourses from German intellectuals contrasted the "principles of 1789" (Liberty, Equality, Fraternity) and alternative trinity "Duty, Order, Law" understood as the "ideas of 1914" and characteristic features of the German mind (MERLIO, 1994; DMITRIEV, 2002). French republican historians, for their part, conceptualized the 1914 national defense as a means to preserve the ideals of 1789. The Second Reich's expansion in Belgium, Alsace-Lorraine, Poland, and Bohemia offered them a pretext to present the right to self-determination as a revolutionary invention, now violated by the German aggression. Alphonse Aulard embraced this line of argument in his opening lecture at the Sorbonne on 2 December 1914:

The preservation of this right is the actual purpose of our war against Germany. For the sake of France and Humanity, this war is the continuation

of the French Revolution against the warmongering resurgence of the past, against the so-called law of force that Prussian militarism substituted, in the German soul, to the law of reason once supported by Kant and other German philosophers following the French thinkers.

There is more here than simply a connection, a resemblance, or a cause-effect relationship. It is the very same event that is still underway and seems to accomplish its end through this final struggle (AULARD, 1915a, p. 9).

Meanwhile, French historians used Enlightenment thinkers to contrast classical German philosophy and contemporary Prussian culture. In response to the “culture-bearers” (*Kulturträger*) from across the Rhine, whose 1914 “Appeal to the Civilized World” (*Aufruf an die Kulturwelt*) established Kant as an intellectual authority justifying the German military cause, their French counterparts reinterpreted Kant as a pacifist philosopher who would have opposed German militarism and sided with the principles of the French Revolution. André Fribourg, an editor of Danton’s speeches and contributor to the *Revue de synthèse*, anachronistically argued that, as an enemy of brutal conquests and military atrocities, “Kant denounced with remarkable accuracy the acts of his compatriots before and during the great war” (HANNA, 1996, p. 133). In a 1915 conference on *The Future of Peace According to the French Revolution and Kant*, Alphonse Aulard interpreted Kant’s *Doctrine of Right* and *Perpetual Peace* as the purest expression of the revolutionary ideals and a protest against “Prussianized” Germany’s crimes (AULARD, 1915b, p. 111)

Meanwhile, academic historians made the case that the Rhenish people were intrinsically and immemorially French, as purportedly evidenced by their enthusiasm for the principles of 1789 implemented in the ephemeral “Cisrhenian Republic.” Albert Mathiez supported the idea of a new annexation of the left bank of the Rhine, drawing on the classical theory of “natural boundaries.” In his eyes, the revolutionary precedent was a strong argument for this territorial option: “Regarded as liberators by the people of Palatinate and left bank prince-bishoprics they emancipated from monastic and seigniorial oppression, the proud *sans-culottes* planted Freedom Trees all along the river.” (MATHIEZ, 1914, p. 1) Likewise, Mathiez’s colleague Philippe Sagnac collected inspiring examples in his 1917 *French Rhine during the Revolution and Empire*, demonstrating how the Rhenish people eager to destroy feudal oppression and benefit from the French revolutionary reforms sided with revolutionaries and supported the French annexation. Last but not least, and although French officials did not establish historiographical propaganda institutions similar to the US *National Board of Historical Service*

(KELLEY, 2006, p. 52), several academic historians placed their historical expertise at the service of the “*Comité d’Études*,” where they drafted post-war programs on boundary issues (LOWCZYK, 2009, p. 28).

The war simultaneously blurred the line between scientific journals and political newspapers. The very historians who had turned their back on the general public to secure their academic status now took a new stance on knowledge dissemination and the use of mainstream newspapers. Their chronicles would frequently draw on military, political, and economic events to inspire analogies with the French Revolution. Although aiming at illuminating and affecting the present, their public interventions did not systematically entail presentist conclusions. When he published a chronicle in the socialist newspaper *L’Humanité* on the parliamentary supervision of the war under the French Revolution, archivist Pierre Caron was careful to distinguish his intellectual analysis from present-day politics as he concluded: “We shall not comment further these conclusions relying on simple historical facts. It is up to the Chamber and the government to see whether and to which extent they can be of any use for organizing the parliamentary oversight of our armed forces nowadays” (CARON, 1916, p. 2). By contrast, other historians chose to act differently and take a personal stand on contemporary issues by grounding their political, military, and diplomatic claims in historical parallels from the history of the Revolution. In 1916-1917, André Fribourg, who was wounded and decorated at the beginning of the war, gave regular chronicles to the weekly newspaper *L’Opinion* on ambushed partisans, long queues in stores, the coal crisis, and potato farming during the French Revolution. He did not refrain from criticizing current policies and resolutely turned history-writing into a pretext for presentist considerations. In one of his articles on high meat prices, Fribourg looked at the French Revolution to support liberal economic strategies. He stressed the failures of taxations and other forms of state interventionism in 1790-1795 and maintained that free competition was the best option, then and in 1916 (FRIBOURG, 1916, p. 147-163).

If the Great War undoubtedly marked a major turning point in historical writing, it would be exaggerated to assume that these troubled times obliterated decades of scientific institutionalization. Although historians actively participated in the war’s “third front” (PROCHASSON, 2008), they remained anxious to distinguish their status and intellectual dignity from journalists and propagandists and shield themselves from accusations of nationalism and partiality. Faced with this dilemma, historians had no choice but to engage in endless justifications. Alphonse Aulard’s book on *The Current War Commented by History*, for instance, started with self-exoneration:

Moved as I may be by the perils of my homeland, which appears even more lovable now that it seems threatened with death, I never intended to accommodate historical truth to the advantage of France, as Germans accommodate it to the advantage of Germany. [...] If I used history as a guide to convey common-sense truths, it was never at the expense of history. One does not betray history by looking at similarities that can spare us mistakes (AULARD, 1916, p. VIII).

Historians did not forsake their scientific principles either. Their scientific journals systematically uncovered historical approximations and distortions of the past in contemporary political discourses using the French Revolution. To shield themselves from possible accusations of intellectual dishonesty, they harshly criticized presentist and patriotic misuses of the past. In Albert Mathiez's *Annales révolutionnaires*, the reviewer of a book locating the origins of pan-Germanism in the Middle Ages asked sarcastically: "Why not trace it back to the Great Flood?" (1916a, p. 734) Historian and socialist activist Gabriel Séailles was similarly accused of falsifying the past in 1916 when he tried to stimulate French sympathy towards the Poles by arguing, against all historical evidence, that Poland saved the French Republic in 1793 (1916b, p. 733). Also, that year, when his colleague Marcel Rouff pinned the blame on Germans for the revolutionary wars, Albert Mathiez objected that Marie-Antoinette and the French *émigrés* were equally guilty and concluded: "Let us degrade the Jerries [*les Boches*], so be it. But not at the expense of historical truth" (MATHIEZ, 1916a, p. 303).

The historians' persistent concern for academic and scientific autonomy also explains their resistance to state censorship of historical writings. The available sources make it difficult to measure the actual extent of censorship in a specific field such as history (FORCADE, 2016). However, we know for sure that the "*Bureau de la Presse*" obliterated some excerpts from Mathiez's 1917 work on *The Monarchy and National Politics* criticizing historical flaws in the nationalist historical writings of Jacques Bainville, a historian and journalist from the *Action Française* (WILSON, 1976; KEYLOR, 1979). Mathiez's controversial statements were precisely the ones disregarding former French territorial conquests under monarchies and empires as illegitimate invasions (MATHIEZ, 1917). State control over historical research appeared especially problematic since its victims sincerely thought of their writings as public statements for the objective benefit of their country and spontaneously refrained from publishing anti-patriotic and demoralizing opinions (AULARD 1916, p. VI). In addition, historians formerly involved in the Dreyfus Case remained deeply committed to freedom of speech and resented all kinds of intellectual subjection to the state. As the "Sacred Union" that prevailed in the early years of the war showed its first cracks, several historians of the



French Revolution started to raise their voices against the policy of secrecy the French government adopted during the Great War. Albert Mathiez elaborated on this theme in the newspaper *L'Heure* – resulting in the seizure of all copies and a weekly suspension of the publication (MICHON, 1934, p. 295-296). He compared the current state of affairs with the revolutionary precedent to establish that the National Convention had always resented censorship and secrecy in the conduct of war and politics. Back then, he argued, “all events took place in plain sight and the authorities, whether civil or military, remained under the watchful eye of the public opinion” (MATHIEZ, 1916b). In his view, Robespierre and the Committee of Public Safety never lost their faith in public freedom and political transparency, in contrast to the 1916 French Government:

Out of necessity and as a result of domestic and foreign battles, the Convention obviously had to centralize political decision-making, resort to extreme measures, and strike traitors and conspirators with the national ax. However, it never occurred, even at the peak of the Terror, that victory commanded to cover the country with a shroud of silence and mystery, gag every mouth, control every pen, and declare an official truth (1916c, p. 578).

This statement and similar claims for intellectual and political freedom, echoing earlier mobilizations caused by the Dreyfus Case, demonstrate that the historians’ will to serve was not absolute and, in their minds, went only as far as necessary to preserve both their country’s destiny and the principles of scientific independence.

\*\*\*

In contrast with the 1880s, when republican publicists, aristocrats from learned societies, and clerical or royalist pamphleteers from outside academia used the French Revolution to address contemporary controversies, the next decade witnessed this undisciplined historical topic’s academization. A new generation of academic scholars trained in the documentary and critical methods already used in other historical sub-fields operated a radical scientific turn. Although historians still showed deep concern for present-day controversies and political battles, they strove to forsake earlier forms of anachronism and translate these controversial issues into scientific topics. However, the trial of the Great War opened a new period of uncertainty. Historians of the French Revolution were involved in their homeland’s moral and cultural defense and eager to participate in the general mobilization actively, but they discarded nationalist excesses, historical falsifications, and official censorship as threats to the scientific



field's autonomy. This retrospective look at past avatars of historicism and presentism provides substantial elements for collective and critical reflections upon the current state of the historical discipline, at a time when global crises and memory wars demand that historians engage in the public sphere without compromising the autonomy and dignity of the *métier d'historien*.

## REFERENCE

À nos lecteurs. **La Révolution française**, Paris, v. 12, n. 1, p. 577-578, 1887b.

ABBOTT, Andrew. **Chaos of Disciplines**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

ALLAIN, Ernest. **L'œuvre scolaire de la Révolution, 1789-1802**. Paris : Firmin-Didot, 1891.

AMALVI, Christian. Combats pour la mémoire à l'ombre du clocher et de la mairie : la Révolution au village de 1870 à 1914. **Annuaire-Bulletin de la Société de l'histoire de France**, p. 23-40, 1989-1990.

AMALVI, Christian. **L'histoire pour tous** : la vulgarisation historique en France d'Augustin Thierry à Ernest Lavisse (1814-1914). 1994. Tese (Doutorado em História) - Université Paul Valéry, Montpellier, 1994.

ANDERSON, Amanda. **The Powers of Distance: Cosmopolitanism and the Cultivation of Detachment**. Princeton, Princeton University Press, 2001.

ANDRIEU, Claire; LAVABRE, Marie-Claire; TARTAKOWSKY, Danielle (org.). **Politiques du passé**. Usages politiques du passé dans la France contemporaine. Aix-en-Provence: Presses universitaires de Provence, 2006.

ASSEMBLEE générale annuelle. **La Révolution française**, Paris, v. 68, n. 2, p. 174-184, 1915.

ASSEMBLEE générale de la Société des Études Robespierristes. **Annales révolutionnaires**, Paris, v. 8, n. 4, p. 576-583, 1916c.

AULARD, Alphonse. Histoire de la Révolution française. Cours de M. Aulard à la Sorbonne. **La Révolution française**, Paris, v. 10, n. 4, p. 868-897, 1886.

AULARD, Alphonse. L'histoire provinciale de la France contemporaine. **La Révolution française**, Paris, v. 38, n. 6, p. 481-499, 1900.

AULARD, Alphonse. **La guerre actuelle commentée par l'histoire**. Paris : Payot, 1916.

AULARD, Alphonse. La paix future d'après la Révolution française et Kant. **La Révolution française**, Paris, v. 68, n. 2, p. 97-120, 1915b.

AULARD, Alphonse. Le cours d'histoire de la Révolution et la guerre actuelle. **La Révolution française**, Paris, v. 68, n. 1, p. 5-14, 1915a.

AULARD, Alphonse. **Science, patrie, religion**. Conférence faite à la Ligue démocratique des écoles. Paris : Armand Colin, 1893.

AULARD, Alphonse. Une nouvelle histoire de la Révolution. **La Révolution française**, Paris, v. 17, n. 5, p. 385-395, 1889.

BELLONI, Georges. **Aulard, historien de la Révolution française**. Paris: Presses universitaires de France, 1949.

BERT, Jean-François. **Une histoire de la fiche érudite**. Villeurbanne: Presses de l'ENSSIB, 2017.

BIBLIOGRAPHIE. **Annales révolutionnaires**, Paris, v. 8, n. 5, p. 724-733, 1916b.

BLACK, Jeremy. **Contesting History: Narratives of Public History**. London: Bloomsbury, 2014.

BLACK, Jeremy. **Using History**. London: Hodder Arnold, 2005.

BLONDIAUX, Loïc; RICHARD, Nathalie. À quoi sert l'histoire des sciences de l'homme ? *In*: BLANCKAERT Claude *et al.* (org.). **L'histoire des sciences de l'homme**. Trajectoires, enjeux et questions vives. Paris : L'Harmattan, 1999. p. 109-130.

BOMPAIRE-ÉVESQUE, Claire. **Un Débat sur l'Université au temps de la Troisième République**. La lutte contre la Nouvelle Sorbonne. Paris: Aux amateurs de livres, 1988.

BORDO, Susan. **The Flight to Objectivity: Essays on Cartesianism and Culture.** Albany: State University of New York Press, 1987.

BOURDIEU, Pierre; DE SAINT-MARTIN Monique. Agrégation et ségrégation. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 69, p. 2-50, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Les règles de l'art.** Genèse et structure du champ littéraire. Paris: Seuil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Les usages sociaux de la science.** Paris : Éditions Quæ, 1997.

BOURDIN, Philippe (org.). **La Révolution 1789-1871.** Écriture d'une histoire immédiate. Clermont-Ferrand : Presses de l'Université Blaise-Pascal, 2008.

BOURGEOIS, Émile. Faculté des Lettres de Lyon. Cours d'histoire de la Révolution française – Leçon d'ouverture. **La Révolution française**, Paris, v. 12, n. 5, p. 1021-1033, 1887.

BOURGIN, Georges. Une révolution sociale à la fin du XVIII<sup>ème</sup> siècle. La vente des biens nationaux. **La Revue socialiste**, Paris, v. 49, n. 1, p. 26-48, 1909.

BOUTIER, Jean; PASSERON, Jean-Claude; REVEL, Jacques (org.). **Qu'est-ce qu'une discipline ?** Paris : EHESS, 2006.

BRIAN, Éric. Portée du lexique halbwachsiens de la mémoire. *In*: HALBWACHS Maurice. **La Topographie légendaire des évangiles en Terre sainte.** Étude de mémoire collective. Paris: Presses universitaires de France, 2008. p. 113-146.

BUTTERFIELD, Herbert. **The Whig Interpretation of History.** London : G. Bell & Sons, 1931.

CARON, Pierre. Contrôle parlementaire aux armées. **L'Humanité**, Paris, p. 2, 30 Jun. 1916.

CARON, Pierre. La crise du français et les études d'histoire moderne. **Revue d'histoire moderne et contemporaine**, Paris, v. 15, n. 1, p. 62-67, 1911.

CHAPOULIE, Jean-Michel. Un cadre d'analyse pour l'histoire des sciences sociales. **Revue d'histoire des sciences humaines**, Paris, v. 13, p. 99-126, 2005.

CHARAVAY, Étienne. La Société de l'Histoire de la Révolution française. **La Révolution française**, Paris, v. 8, n. 2, p. 673-676, 1885.

CHARLE, Christophe. Intellectuels, *Bildungsburgertum* et professions au XIXème siècle. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 106-107, p. 85-95, 1995.

CHASSIN, Charles-Louis. **Souvenirs d'un étudiant de 48**. Paris: Cornély, 1904.

CHERVEL, André. **Histoire de l'agrégation**. Contribution à l'histoire de la culture scolaire. Paris : Kimé, 1993.

CHRONIQUE et bibliographie. **La Révolution française**, Paris, v. 14, n. 4, p. 949-960, 1888.

CLAVIEN, Alain; VALLOTTON, François (org.). « **Devant le verre d'eau** »: regards croisés sur la conférence comme vecteur de la vie intellectuelle, 1880-1950. Lausanne: Antipodes, 2007.

DASTON, Lorraine; GALISON, Peter. **Objectivity**. New York: Zone Books, 2007.

DE RICHEMONT, Eugène. Review of R. P. J. Delbrel, *1792 à propos de 1892: les martyrs de septembre*. **Revue des questions historiques**, Paris, v. 52, p. 657-658, 1892.

DMITRIEV, Aleksandr. La mobilisation intellectuelle. La communauté académique internationale et la Première Guerre mondiale. **Cahiers du monde russe**, Paris, n. 43, p. 617-644, 2002.

DUCANGE, Jean-Numa. **La Révolution française et l'histoire du monde**. Deux siècles de débats historiques et politiques, 1815-1991. Paris: Armand Colin, 2014.

DUMOULIN, Olivier. **De la chaire au prétoire**. Le rôle social de l'historien. Paris: Albin Michel, 2003.

ELIAS, Norbert. Problems of Involvement and Detachment. **The British Journal of Sociology**, London, v. 7, n. 3, p. 226-252, 1956.

FORCADE, Olivier. **La censure en France pendant la Grande Guerre**. Paris: Fayard, 2016.

FRIBOURG, André. **La guerre et le passé.** Les « leçons » de l'histoire. Paris: Félix Alcan, 1916.

FURET, François. **La gauche et la Révolution française au milieu du XIXe siècle.** Edgar Quinet et la question du jacobinisme (1865-1870). Paris: Hachette, 1986.

GARDNER, James; HAMILTON, Paula (org.). **The Oxford Handbook of Public History.** New York: Oxford University Press, 2017.

GIBON, Fénelon. 1789-1889. La Révolution dans les esprits. **Revue de la Révolution,** Paris, v. 14, n. 2, p. 170-184, 1889.

GOLDGAR, Anne. **Impolite Learning:** Conduct and Community in the Republic of Letters, 1680-1750. New Haven: Yale University Press, 1995.

GRAFTON, Anthony. **The Footnote:** A Curious History. Cambridge (Mass.), Harvard: University Press, 1997.

GUILLEMAIN, Hervé; RICHARD, Nathalie. Towards a Contemporary Historiography of Amateurs in Science (18<sup>th</sup>-20<sup>th</sup> Century). **Gesnerus,** Basel, v. 73, n. 2, p. 201-237, 2016.

GUYOTJEANNIN, Olivier. Les grandes entreprises européennes d'édition de sources historiques des années 1810 aux années 1860. *In:* DELMAS Bruno; NOUGARET, Christine (org.). **Archives et nations dans l'Europe du XIXème siècle.** Paris: École des chartes, 2004. p. 135-170.

HANNA, Martha. **The Mobilization of Intellect.** French Scholars and Writers during the Great War. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

HARDER, Mette. *Ex-Conventionnels* versus Historians of the French Revolution. *In:* ARMENTEROS, Carolina; BLANNING, Tim; DIVANNA, Isabel; DODDS, Dawn (org.). **Historicising the French Revolution.** Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2008. p. 284-307.

HARTOG, François; REVEL, Jacques (org.). **Les usages politiques du passé.** Paris: EHESS, 2001.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité.** Présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003.

HEILBRON, Johan; GINGRAS, Yves. La résilience des disciplines. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 210, p. 4-9, 2015.

HEILBRON, Johan. La "professionnalisation" comme concept sociologique et comme stratégie des sociologues. *In*: SOCIÉTÉ FRANÇAISE DE SOCIOLOGIE. **Historiens et sociologues aujourd'hui**. Paris: CNRS, 1986. p. 61-73.

HIPPEAU, Célestin. La Révolution française et l'éducation nationale. **La Révolution française**, Paris, v. IV, n. 5, p. 961-981, 1883.

INSTRUCTIONS pour le classement des séries L et Q des Archives départementales. **Bibliothèque de l'École des Chartes**, Paris, v. 35, n. 1, p. 618-625, 1874.

ITENBERG, Boris. **Россия и Великая французская революция** [Russia and the Great French Revolution]. Москва: Мысль, 1988.

JAMES, Susan. **Passion and Action: The Emotions in Seventeenth-Century Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

JOLY, Bertrand. L'École des chartes et l'affaire Dreyfus. **Bibliothèque de l'École des Chartes**, Paris, v. 147, p. 611-671, 1989.

KARADY, Victor. Recherches sur la morphologie du corps universitaire littéraire sous la Troisième République. **Le Mouvement social**, Paris, v. 96, p. 47-80, 1976.

KAREEV, Nikolaj. Новейшие работы по истории французской революции [Recent Works on the History of the French Revolution]. **Историческое обозрение** [Historical Review], Saint Petersburg, v. 1, p. 35-67, 1890.

KELLEY, Donald. **Frontiers of History: Historical Inquiry in the Twentieth Century**. New Haven: Yale University Press, 2006

KEYLOR, William. **Jacques Bainville and the Renaissance of Royalist History in Twentieth-Century France**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1979.

L'HISTOIRE de l'enseignement pendant la Révolution française. **La Révolution française**, Paris, v. 2, n. 3, p. 808-812, 1882.

LAVISSE, Ernest. Le concours d'agrégation d'histoire et de géographie en 1892. **Revue universitaire**, Paris, v. 1, n. 2, p. 385-408, 1892.

LE GOFF, Jacques. Passé et présent de la mémoire. *In*: DEN BOER, Pim; FRIJHOFF, Willem (org.). **Lieux de mémoire et identités nationales**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1993. p. 33-45.

LE TROCQUER, Olivier. « Une seconde fois perdue ». L'héritage de la Révolution et sa transmission, de 1848 aux années 1880. *In*: WAHNICH, Sophie (org.). **Histoire d'un trésor perdu**. Transmettre la Révolution française. Paris: Les Prairies ordinaires, 2013. p. 225-282.

LEBLOIS, Jacques. **La fortune de Taine. Réception des "Origines de la France contemporaine"**: 1875-1914. 2013. Tese (Doutorado em História) - Université Paris I Panthéon-Sorbonne, Paris, 2013.

LEVINE, George. **Dying to Know: Scientific Epistemology and Narrative in Victorian England**. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

LICHTENBERGER, André. **Le socialisme au XVIII<sup>ème</sup> siècle**. Paris: Félix Alcan, 1895.

LOWCZYK, Olivier. L'historien et le diplomate en 1919 : l'usage des sciences historiques dans la négociation pour les frontières de la France. **Guerres mondiales et conflits contemporains**, Vendôme, v. 236, n. 4, p. 27-44, 2009.

LUZZATTO, Sergio. **Mémoire de la Terreur, vieux Montagnards et jeunes Républicains au XIX<sup>e</sup> siècle**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1991.

MANUEL DE LA SOCIÉTÉ BIBLIOGRAPHIQUE. Paris: Librairie de la Société bibliographique, 1887a.

MARCHAND, Suzanne. Has the History of the Disciplines Had its Day? *In*: MCMAHON, Darrin; MOYN, Samuel (org.). **Rethinking Modern European Intellectual History**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 32-55.

MATHIEZ, Albert. La frontière du Rhin. **Le Petit Comtois**, p. 1, 3 Oct. 1914.

MATHIEZ, Albert. **La monarchie et la politique nationale**. Paris: Félix Alcan, 1917.

MATHIEZ, Albert. La question sociale pendant la Révolution française. **La Révolution française**, Paris, v. 48, n. 5, p. 385-411, 1905.



MATHIEZ, Albert. Revue de la presse. – *La Révolution française*. **Annales révolutionnaires**, Paris, v. 8, n. 2, p. 301-304, 1916a.

MATHIEZ, Albert. Si nous étions sous la Convention... **Le Rappel**, p. 1, 4 Feb. 1916b.

MELLON, Stanley. **The Political Uses of History**: A Study of Historians in the French Restoration. Stanford: Stanford University Press, 1958.

MENSION-RIGAU, Éric. **L'Enfance au château**. L'éducation familiale des élites françaises au vingtième siècle. Paris : Rivages, 1990.

MERLIO, Gilbert. Des idées de 1789 aux idées de 1914 : l'idéologie allemande et la Révolution française. In: MONDOT, Jean; RUIZ, Alain (org.). **Interférences franco-allemandes et Révolution française**. Bordeaux: Presses universitaires de Bordeaux, 1994. p. 197-227.

MICHON, Georges. Albert Mathiez journaliste. **Annales historiques de la Révolution française**, Paris, v. 11, n. 4, p. 289-301, 1934.

MURPHY, Kathrun; TRANINGER, Anita (org.). **The Emergence of Impartiality**. Leiden: Brill, 2013.

NELMS, Brenda. **The Third Republic and the Centennial of 1789**. London: Garland Publishing, 1987.

NOIRIEL, Gérard. **Dire la vérité au pouvoir**. Les intellectuels en question. Paris: Agone, 2010.

NOIRIEL, Gérard. **Qu'est-ce que l'histoire contemporaine?** Paris : Hachette, 1998.

NORD, Philip. **The Republican Moment**: Struggles for Democracy in Nineteenth-Century France. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1995.

NOTES de lecture. Une affaire Dreyfus en l'an III. **La Révolution française**, Paris, v. 46, n. 6, p. 544, 1904b.

ORY, Pascal. Le centenaire de la Révolution française. In: NORA Pierre (org.). **Les Lieux de mémoire**. Paris : Gallimard, 1997. v. I. p. 465-492.

OZOUF, Mona. L'idée républicaine et l'interprétation du passé national. **Annales**. Histoire Sciences Sociales, Paris, v. 53, n. 6, p. 1075-1087, 1998.

PETITEAU, Nathalie. Écrire la mémoire. Les mémorialistes de la Révolution et de l'Empire. Paris : Les Indes savantes, 2012.

PEYRARD, Christine. La création de la Commission ou l'œuvre de Jean Jaurès. *In*: PEYRARD, Christine; VOVELLE, Michel (org.). **Héritages de la Révolution française à la lumière de Jaurès**. Aix-en-Provence : Publications de l'Université de Provence, 2002. p. 19-42.

PORT, Célestin. **La Vendée angevine**. L'insurrection. Paris: Hachette, 1888.

PROCHASSON, Christophe. **14-18**. Retours d'expériences. Paris: Tallandier, 2008.

QUINET, Edgar. **Histoire de mes idées**. Autobiographie. Paris: Hachette, 1905.

REBÉRIOUX, Madeleine. Histoire, historiens et dreyfusisme. **Revue historique**, Paris, v. 255, n. 2, p. 407-432, 1976.

REVUE de la presse. **Annales révolutionnaires**, Paris, vol. 8, n. 5, p. 734-737, 1916a.

RIBÉMONT, Thomas. Les historiens chartistes au cœur de l'affaire Dreyfus. **Raisons politiques**, Paris, n. 18, p. 97-116, 2005.

RISKIN, Jessica. **Science in the Age of Sensibility**: The Sentimental Empiricists of the French Enlightenment. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

SAGNAC, Philippe. **La législation civile de la Révolution française (1789-1804)**. Essai d'histoire sociale. Paris : Hachette, 1898.

SAGNAC, Philippe. Les Juifs et la Révolution française. **Revue d'histoire moderne et contemporaine**, Paris, v. 1, n. 1, p. 5-24, 1899-1900.

SAXER, Daniela. Monumental Undertakings: Source Publications for the Nation. *In*: PORCIANI, Ilaria; TOLLEBEEK, Jo (org.). **Setting the Standards**: Institutions, Networks and Communities of National Historiography. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012. p. 47-69.

SCHRÆDER-GUDEHUS, Brigitte. Les grandes puissances devant l'Exposition universelle de 1889. **Le Mouvement social**, Paris, n. 149, p. 15-24, 1989.

SEIDMAN, Steven. Beyond Presentism and Historicism: Understanding the History of Social Science. **Sociological Inquiry**, Austin, v. 53, n. 1, p. 79-94, 1983.

SERNA, Pierre. Régimes de mémoires et mémoires de régimes. Une histoire impossible ? In: DE MATHAN Anne (org.). **Mémoires de la Révolution française**. Enjeux épistémologiques, jalons historiographiques et exemples inédits. Rennes : Presses universitaires de Rennes, 2019. p. 185-196.

SHURTS, Sarah. **Resentment and the Right: French Intellectual Identity Reimagined, 1898-2000**. Newark: University of Delaware Press, 2017.

SIEGEL, Martin. Clio at the École Normale Supérieure: Historical Studies at an Elite Institution in France, 1870-1904. **Storia della Storiografia**, Rome, v. 8, p. 37-48, 1985.

SOCIETE d'histoire moderne. **Revue internationale de l'enseignement**, Paris, v. 42, n. 9, p. 238-243, 1901.

SOCIETE D'HISTOIRE MODERNE. Statuts, listes des membres, communications, publications. Paris : s. n., 1904a.

SOCIETE de l'histoire de la Révolution. Séance du 2 mars 1890. **La Révolution française**, Paris, v. 18, n. 3, p. 193-209, 1890.

SOLOMON, Julie. **Objectivity in the Making: Francis Bacon and the Politics of Inquiry**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998.

STEPHENS, Henry Morse. **A History of the French Revolution**. New York: Charles Scribner's sons, 1886. v. I.

STOCKING, George. On the Limits of 'Presentism' and 'Historicism' in the Historiography of the Behavioral Sciences. In: STOCKING, George, **Race, Culture, and Evolution: Essays in the History of Anthropology**. New York: Free Press, 1968. p. 2-12.

TAILLANDIER, Saint-René. **Les renégats de 89**. Souvenirs du cours d'éloquence française à la Sorbonne. Paris: Hachette, 1877.

TENDLER, Joseph. Alphonse Aulard Revisited. **European Review of History**, Abingdon, v. 20, n. 4, p. 649-669, 2013.

VINGT-CINQUIÈME anniversaire de la fondation de la chaire d'histoire de la Révolution française à la Sorbonne. **La Révolution française**, Paris, v. 60, n. 4, p. 348-366, 1911.

VON BUELTZINGSLOEWEN, Isabelle. À propos du Centenaire de 1789 : imaginaire politique et écriture de la Révolution dans l'Allemagne du XIXe siècle. **Revue d'histoire moderne et contemporaine**, Paris, v. 36, n. 1, p. 68-82, 1989.

WAQUET, Françoise. **Parler comme un livre**. L'oralité et le savoir, XVIème-XXème siècle. Paris : Albin Michel, 2003.

WILSON, Stephen. A View of the Past: Action Française Historiography and its Socio-Political Function. **The Historical Journal**, London, v. 19, n. 1, p. 135-161, 1976.

WOLIKOW, Claudine. Centenaire dans le bicentenaire, 1891-1991. Aulard et la transformation du cours en chaire d'histoire de la Révolution à la Sorbonne. **Annales historiques de la Révolution française**, Paris, n. 286, p. 431-458, 1991.

## ADDITIONAL INFORMATION

### ACADEMIC BIOGRAPHY

Currently a Lecturer at Sciences Po Toulouse and Visiting Fellow at the European University Institute, Dr. Guillaume Lancereau is a historian of the modern era specializing in the second half of the nineteenth century and the first half of the twentieth century. Geographically, his field of expertise focuses on France and Russia. After his dissertation on the historians of the French Revolution under France's Third Republic, his latest research explores the history of cross-border exchanges between French and Soviet historians, historiographical nationalism, conspiracy historiography, and the role of gender relationships in the making of the early history discipline.

### CORRESPONDENCE ADDRESS

Villa Salviati, Via Bolognese, 156, Firenze, TOS, 50139, Italy.

### FUNDING

Not applicable.

## CONFLICT OF INTEREST

No declared conflict of interest.

## ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

## EVALUATION METHOD

Double-Blind Peer Review.

## PRIOR PUBLICATION

The article derives from the thesis "Of Reason and Memory: Writing the History of the French Revolution under the Third Republic (1881-1939)," supervised by Antoine Lilti at the École des Hautes Études en Sciences Sociales and defended in 2020.

## ASSOCIATE EDITORS

Alexandre Avelar - Guest editor

João Rodolfo Munhoz Ohara – Executive editor

Lidiane Soares Rodrigues - Guest editor

María Inés Mudrovcic - Guest editor

## COPYRIGHT

Copyright (c) 2021 Guillaume Lancereau.

## LICENSE

This is an article distributed in Open Access under the terms of the License [Creative Commons Attribution 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## PEER REVIEW HISTORY

Received in: July 31, 2020.


Approved in: February 22, 2021.

## Machado de Assis e a experiência da historicidade: sobre historiadores assombrados e a presença fantasmagórica do passado em Casa Velha

Machado de Assis and the experience of historicity: haunted  
historians and the phantasmagorical presence of the past in  
Casa Velha

**André da Silva Ramos** <sup>a</sup>

E-mail: [andramos7@gmail.com](mailto:andramos7@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-4624-4524> 

<sup>a</sup> Universidade do Estado de Minas Gerais,  
Departamento de Ciências Humanas,  
Carangola, MG, Brasil

## RESUMO

Neste artigo, exploro como Machado de Assis (1839-1908) articula, em *Casa Velha* (1885-1886), percepções relativas à experiência da historicidade e da escrita da história que tensionavam com as perspectivas vigentes na cultura de história no Brasil do século XIX. A intenção é abordar como a produção literária do escritor possibilita o diálogo com as reflexões contemporâneas nos campos da teoria e da história da historiografia que apontam para a (im)possibilidade de o passado passar, evidenciando a sua presença/ausência espectral. Nesse sentido, procuro explorar como se, por um lado, em *Casa Velha*, as figurações da historicidade e da escrita historiográfica pressupõem a crise do conceito moderno de história; por outro, apontam para a impossibilidade de uma ruptura completa, sendo a sua própria presença a condição para a imaginação literária. Por fim, reflito como o assombramento do passado em *Casa Velha* se conecta a outros escritos do autor e é análogo ao assombramento provocado por Machado na cultura de história brasileira contemporânea.

## PALAVRAS-CHAVE

Historicidade. Clima histórico. Presença.

## ABSTRACT

This article explores how Machado de Assis (1839-1908) articulates the perceptions of the experience of historicity and the writing of history, which were in tension with the dominant perspectives on the culture of history of the nineteenth-century Brazil, in the work *Casa Velha* (1885-1886). With this end, the article aims to develop how the literary production of the author establishes a dialogue with contemporary studies on the Theory of History and History of Historiography that indicate the (im)possibility of the past to pass, evincing its present/absent spectral performance. The focus is to analyze how the figurations of historicity and the writing of history in *Casa Velha* imply the crisis of the modern concept of history while suggesting the impossibility of a complete rupture, so that its presence denotes the condition for the historical literary imagination. The article also discusses how the haunting experience of the past in the work is connected to other writings of the author, relating to the haunting evoked by him in the contemporary Brazilian culture of history.

## KEYWORDS

Historicity. Historical moods. Presence.



## Introdução

As discussões contemporâneas no âmbito da teoria da história e história da historiografia sobre as complexidades relativas às performances do tempo histórico têm se intensificado na última década em escala global. As discussões relativas à simultaneidade do não simultâneo (KOSELLECK, 2006), à presença do passado (GUMBRECHT, 2012; ANKERSMIT, 2005; RUNIA, 2014; ARAUJO, 2013; RANGEL, 2019), ao caráter fantasmagórico da experiência histórica (FANON, 2008; KLEINBERG, 2017; MBEMBE, 2017; BEVERNAGE, 2018) ou sobre a impossibilidade de se normatizar um diagnóstico sobre a historicidade contemporânea (ARAUJO e PEREIRA, 2018; TURIN, 2019) evidenciam a riqueza dos debates que perpassam a teoria da história e a história da historiografia.

Um ponto comum a todas essas abordagens perpassa o afastamento da compreensão de tempo histórico linear e evolutivo característico da modernidade, tendo em vista as frustrações produzidas pelas utopias de progresso emancipatórias. Nesse sentido, perante à impossibilidade de adesão à crença em um futuro utópico redentor, está colocado o desafio a respeito da necessidade de elaboração de projetos de futuro que sejam capazes de acolher outras formas de articulação de passados que não pressuponham o controle e a domesticação (DERRIDA, 1994, 2001; ARAUJO, 2013; KLEINBERG, 2017; RANGEL, 2019). Desse modo, o descontentamento com relação às percepções modernas futuristas de história e aos diagnósticos conformistas a respeito de um presente absoluto nos motiva a dialogar com outras formas de elaboração da historicidade.

Perante à demanda do diálogo com experiências de história não hegemônicas no âmbito historiográfico, neste artigo proponho explorar como Machado de Assis (1839 – 1908) evoca em *Casa Velha*,<sup>1</sup> folhetim publicado entre 15 de janeiro de 1885 e 28 de fevereiro de 1886 no periódico *A Estação*,<sup>2</sup> o assombramento do historiador ante ao passado, com o objetivo de apontar para os tensionamentos entre o entendimento das performances da historicidade pelo escritor com relação às variedades de percepções em disputa na cultura de história em vigor no Brasil no século XIX.<sup>3</sup> Nesse sentido,

<sup>1</sup> Não há um consenso a respeito do gênero de *Casa Velha*. A obra já foi categorizada como conto, novela e romance, debate que extrapola o escopo deste artigo. Na edição das obras completas pela Editora Nova Aguilar (2015) foi inserida na seção de contos.

<sup>2</sup> O folhetim foi resgatado por Lúcia Miguel Pereira, sendo publicado em livro em 1944. Como a utilização da versão em folhetim não altera a argumentação apresentada, optei por trabalhar com a reedição de Pereira a que tenho acesso, publicada em 1952.

<sup>3</sup> Sigo a argumentação de João Paulo Pimenta e colaboradores a respeito das dimensões inconscientes

abordo como *Casa Velha* se apresenta resistente a uma compreensão de tempo histórico linear e evolutivo normalizada no Brasil, apesar de não romper plenamente com os paradigmas de articulação da historicidade hegemônicos e representacionais da cultura de história e historiográfica em vigor no século XIX.

A presente reflexão é movida pela necessidade contemporânea de problematizarmos os limites da disciplinarização do discurso historiográfico perante a multiplicação de narrativas e experiências que pressupõem formas variadas de articulação e apresentação do passado (AVILA; NICOLAZZI; TURIN, 2019; SALOMON, 2018). No âmbito dos estudos em teoria da história e história da historiografia, as discussões a respeito dos impactos não conceituais relativos à presença do passado, ou seja, de como o passado tem o potencial de suspender a atribuição de sentido e tocar os nossos corpos e sentimentos através de climas, provocando disjunções relativas à continuidade e descontinuidade histórica, coloca em destaque os limites das reflexões disciplinares que estabelecem de forma normativa que o passado passou (GUMBRECHT, 2012; RUNIA, 2014; ANKERSMIT, 2005; KLEINBERG, 2017; BEVERNAGE, 2018; ARAUJO, 2013; RANGEL, 2019).

É fundamental reiterar a demanda de reflexão contínua sobre as implicações éticas a respeito da presença do passado, ou melhor, problematizarmos como essa presença em muitas situações configura-se como inexorável, desconfortável e se relaciona diretamente com traumas compartilhados socialmente (LACAPRA, 2014). Nesse sentido, a despeito do interesse dos indivíduos em se enredarem em determinados climas do passado, existem passados que subvertem os interesses de sujeitos, classes, etnias, nações, disciplinas, ao instaurarem sua performance fantasmagórica, que dizem respeito a eventos e processos cujos efeitos são impassíveis de serem domesticados ou esquecidos (DERRIDA, 1994; BEVERNAGE, 2018; KLEINBERG, 2017).

Neste artigo, procuro demonstrar como Machado de Assis evocou essa performance fantasmagórica do tempo histórico, confrontando as principais tendências da cultura de história do século XIX relativas à historicização/exorcização do passado. Na segunda seção, exploro como o enredo de *Casa Velha* se constituiu como uma reação à cultura de história do século XIX e aos princípios disciplinares relativos à escrita da historiografia moderna. Na terceira seção, abordo, em interlocução com a leitura de críticos especialistas na obra de Machado, sua relação ambivalente com o conceito

---

e da tensa constituição em meio à esfera pública da "cultura de história", disputada por historiadores e diversos agentes sociais (PIMENTA *et al.*, 2014).

moderno de história. Por fim, reflito como o assombramento do passado em *Casa Velha* se conecta a outros escritos do autor e é análogo ao assombramento provocado por Machado na cultura de história brasileira contemporânea.

## Sobre o assombramento do passado e a (im)possibilidade de sua representação historiográfica em Casa velha

Não faltavam motivos para o público leitor brasileiro do último quartel do século XIX ter interesse em *Casa Velha*, folhetim publicado entre 1885 e 1886, no periódico *A Estação*, uma vez que a presença de D. Pedro I no imaginário nacional gerava muitas polêmicas. Oscilando entre fundador de um novo Império e déspota, a inauguração de sua estátua equestre na antiga Praça do Rocio, em 1862, aqueceu os debates na imprensa (SILVA, 2014). Polêmicas das quais o próprio Machado participou na década de 1860, no periódico *Diário do Rio de Janeiro*, a partir de uma perspectiva liberal moderada, crítica à monumentalização do primeiro imperador (MACHADO DE ASSIS, 2015a, p. 66-67). A escrita da história do primeiro reinado em 1839, como apresentado em *Casa Velha*, era de fato um grande desafio. Os dirigentes do recém-criado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) à época, fundado em 1838, cuja produção Machado bem conhecia (ROCHA, 2001; MASSA, 2001), optaram por deixar para a posteridade a escrita da história contemporânea, mas o narrador-personagem de *Casa Velha* não hesitou em tentar tal feito.<sup>4</sup>

Em meio às resistências à monumentalização da memória de D. Pedro I, não era incomum, em meio aos letrados brasileiros ao longo do século XIX, a valorização da importância da sua atuação como central para a formação de um novo Império. Como José da Silva Lisboa demonstra em sua *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil* (1826), obra escrita a partir de um diálogo intenso com a tradição historiográfica moderna britânica, D. Pedro I representava a permanência positiva do legado civilizacional português, que, apesar de controverso, possibilitou ao novo Império a herança de uma monarquia constitucional, uma língua e uma religião (SILVA, 2010; ARAUJO, 2010). Inevitavelmente, tais argumentos eram relevantes para a defesa da inauguração da estátua na década de 1860. Por outro lado, não faltariam argumentos com fundamentação historiográfica que reivindicassem o oposto. Na obra *History of Brazil* (1836) escrita pelo letrado britânico John Armitage, Dom Pedro I foi representado como um déspota que materializava todas as permanências bárbaras do passado português,

<sup>4</sup> Para uma diferenciação da concepção de história dos sócios do IHGB, Capistrano de Abreu e Machado de Assis, confira o trabalho de Raquel Campos (2016).

interpretação cara a muitos liberais moderados brasileiros próximos a Armitage, como Evaristo da Veiga, que via a abdicação de D. Pedro I em 1831 como o fim do legado despótico colonial (VARELLA, 2011).

O IHGB adotou, em seus primeiros anos, o princípio de legar à posteridade a escrita da controversa história contemporânea e se comprometeu com a coleta de documentos para tal empreitada (GUIMARÃES, 1995). A fundação do Instituto foi impulsionada pelo interesse do Estado e dos letrados ligados ao projeto de centralização do Império em confrontar a pluralização de representações sobre o passado com a produção de narrativas históricas fundadas em garantias epistemológicas de verdade, como a crítica documental e a distância temporal do historiador do passado tomado como objeto de investigação. A pluralidade de perspectivas historiográficas vigorou no Instituto desde os primeiros anos da sua fundação e o debate entre os pares era uma das garantias da produção de um conhecimento que se queria superior à partidarização política em vigor na imprensa (GUIMARÃES, 2011; OLIVEIRA, 2011; ARAUJO, 2008, 2015; ARAUJO, CEZAR, 2018; CEZAR, 2018).

No último quartel do século XIX, os critérios de objetividade historiográfica aprofundaram-se no que diz respeito à necessidade de mobilização de teorias científicas de vanguarda. A demanda pela apropriação das teorias evolucionistas que visavam à explicação do caráter diverso do povo e da natureza constitutiva da nação e do seu passado obscuro e profundo foi pressuposto fundamental para interlocutores de Machado, como Capistrano de Abreu e Silvio Romero (PINHA, 2012; TURIN, 2013).

Em face às demandas por objetividade requeridas pela escrita historiográfica ao longo do século XIX, Machado dá voz a um padre-historiador ascético em *Casa Velha*, que já envelhecido e então Cônego da Capela Imperial narra os seus percalços:

— Não desejo ao meu maior inimigo o que me aconteceu no mês de abril de 1839. Tinha-me dado na cabeça escrever uma obra política, a história do reinado de D. Pedro I. Até então desperdiçara algum talento em décimas e sonetos, muitos artigos de periódicos, e alguns sermões, que cedia a outros, depois que reconheci que não tinha os dons indispensáveis ao púlpito. No mês de agosto de 1838 li as Memórias que outro padre, Luís Gonçalves dos Santos, o padre Perereca chamado, escreveu do tempo do rei, e foi esse livro que me meteu em brios. Achei-o seguramente medíocre, e quis mostrar que um membro da igreja brasileira podia fazer coisa melhor.

Comecei logo a recolher os materiais necessários, jornais, debates, documentos públicos, e a tomar notas de toda a parte e de tudo. No meado de fevereiro, disseram-me que, em certa casa da cidade, acharia, além de livros, que poderia consultar, muitos papéis manuscritos, alguns reservados, naturalmente importantes, porque o dono da casa, falecido desde muitos anos, havia sido ministro de Estado. Compreende-se que esta notícia me aguçasse a curiosidade. A casa, que tinha capela para uso da família e dos moradores próximos, tinha também um padre contratado para dizer missa aos domingos, e confessar pela quaresma: era o rev. Mascarenhas. Fui ter com ele para que me alcançasse da viúva a permissão de ver os papéis (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 29-30).

O próprio padre-historiador narra como se deu o processo de elaboração do projeto de escrita da sua história. Demonstra-se crítico à concepção de história cara à tradição do reformismo ilustrado luso-brasileiro, na qual se insere o padre Luiz Gonçalves dos Santos. *As Memórias para Servir à História do Reino do Brasil* (1825) poderiam tê-lo decepcionado pela pouca documentação empregada, insuficiente cor local ou fidelidade ao monarca (ARAÚJO, 2009; ROSA, 2011), características que tensionavam com o gosto da primeira geração romântica brasileira (RANGEL, 2011). De imediato, podemos perceber a importância conferida à documentação para a escrita da história e às consequentes demandas concernentes à disciplinarização da experiência no contexto estudado. A pesquisa histórica necessitava da aprovação da viúva do ministro de Dom Pedro I, responsável por monumentalizar a memória do marido. Dessa forma, *Casa Velha* se inicia com a tensão entre a escrita historiográfica – que parte da revisão crítica das obras históricas precedentes e da investigação de documentos – e a memória do estadista monumentalizada.

A narrativa de *Casa Velha* perpassa as condições de possibilidade da escrita historiográfica. Após insistir muito, o padre Mascarenhas logrou êxito em sua solicitação de acesso ao arquivo e à biblioteca, que se encontravam na casa da viúva do ex-ministro de Dom Pedro I. O acesso foi assegurado mediante a promessa à viúva pelo padre Mascarenhas de “que nada perdia do devido respeito à memória do marido consentindo que alguém folheasse uma parte da biblioteca e do arquivo, uma parte apenas” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 33). A monumentalização da memória do ministro de Dom Pedro I estava em harmonia com a espacialidade que lhe era coetânea. A residência fora edificada em 1780 pelo avô da viúva, que, ao voltar da Europa, “trouxe ideias de solar e costumes fidalgos” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 40), característicos de uma casa “sólida e vasta, [de] gosto severo, nua de adornos” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 33). Na pequena capela situada nas dependências da casa, os vizinhos, “em

geral pobres, de todas as idades e cores”, iam rezar aos sábados e assistir às missas aos domingos (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 33-34).

Chegando na casa, o jovem padre fora bem acolhido pela família do ex-ministro, que jazia sepultado na capela. Foi de imediato convidado para o almoço pela viúva e o clima da casa o impactava de forma desconfortável:

A verdade é que me sentia tolhido. Casa, hábitos, pessoas davam-me ares de outro tempo, exalavam um cheiro de vida clássica. Não era raro o uso de capela particular; o que me pareceu único foi a disposição daquela, a tribuna de família, a sepultura do chefe, ali mesmo, ao pé dos seus, fazendo lembrar as primitivas sociedades em que florescia a religião doméstica e o culto privado dos mortos. Logo que as senhoras saíram da tribuna, por uma porta interior, voltamos à sacristia, onde o padre Mascarenhas esperava com o coronel e os outros. Da porta da sacristia, passando por um saguão, descemos dois degraus para um pátio, vasto, calçado de cantaria, com uma cisterna no meio. De um lado e outro corria um avarandado, ficando à esquerda alguns quartos, e à direita a cozinha e a copa. Pretas e moleques espiavam-me, curiosos, e creio que sem espanto, porque naturalmente a minha visita era desde alguns dias a preocupação de todos. Com efeito, a casa era uma espécie de vila ou fazenda, onde os dias, ao contrário de um rifão peregrino, pareciam-se uns com os outros; as pessoas eram as mesmas, nada quebrava a uniformidade das coisas, tudo quieto e patriarcal (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 39).

A despeito de ter sido bem recebido pela viúva, dona Antônia, e por seu filho Félix, o jovem padre sentia-se incomodado com o clima vigente na casa. A arquitetura e os costumes das pessoas faziam-no sentir em outro tempo. Essa experiência foi sintetizada pela metáfora sinestésica de que tudo ali, as coisas, o espaço e as pessoas “exalavam um cheiro de vida clássica”. Provavelmente, a mesma metáfora poderia ser utilizada na sua rejeição prévia às *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil*. O impulso de escrever a história do reinado de D. Pedro I emergia mais de uma repulsa do passado do que do desejo de fruição estética.

O jovem padre caiu nas graças de dona Antônia e sua família. A viúva facultou-lhe acesso a livros e papéis disponíveis na biblioteca e no arquivo, com algum pesar, pois “os livros e papéis do meu marido ninguém mexe neles” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 42). Ao conversar sobre seu projeto historiográfico com dona Antônia, evidenciou como sua proposta não era fazer uma história política centrada unilateralmente nos feitos públicos de D. Pedro I e seus ministros.



A sua história também pretendia abarcar a esfera da domesticidade, portanto, o padre-historiador ressaltava a importância de dona Antônia para a realização do seu empreendimento. Ela seria uma fonte para a escrita da história em sua dimensão íntima: “Espero que me conte algumas coisas, que não de ter ficado escondidas. As histórias fazem-se em parte com as notícias pessoais” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 42).

Justamente no contexto evocado em *Casa Velha*, por volta do final da década de 1830, diversos periódicos se dedicavam ao entretenimento e ao público feminino (JINZENJI, 2010). O jovem padre não queria escrever uma história voltada apenas para o público masculino. Queria ir além do “patriarcalismo” que tanto o incomodava e explorar como a virtude pública dos homens de Estado estava em estreita conexão com o desenvolvimento da sentimentalidade cultivada no âmbito doméstico. Desse modo, o padre-historiador demonstrou como queria escrever uma história política que fosse para além do político em um sentido clássico, que se resumia à ação virtuosa pública dos homens de Estado, adequando-se, assim, às demandas modernas relativas à dignidade da domesticidade (PHILLIPS, 1997).

O narrador-personagem foi apresentado à biblioteca pelo filho do casal, sobre o qual exerceria grande influência, devido à sua erudição. O padre-historiador apresentou-se como homem lido e curioso e se revelou ser um conhecedor de Voltaire e Rousseau. Intencionalmente, comportou-se de forma a gerar a impressão de possuir mais erudição do que de fato tinha, ao fazer comentário anedótico com Félix sobre a obra do historiador italiano Benedetto Varchi (1503-1565), *Storia Fiorentina*, presente na biblioteca, sem, de fato, tê-la lido (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 44-45). Na biblioteca do finado ministro encontrou livros de história, política, teologia, letras e filosofia, não raro em latim e italiano. Foram colocadas à sua disposição caixas de manuscritos, assim como opúsculos, jornais, relatórios e maços de papéis do ministro. O narrador-personagem descreveu os primeiros dias de sua pesquisa, à qual se dedicava com disciplina ascética. Apesar de o seu trabalho ter sido facilitado pela ajuda constante de Félix, descobriu que era mais fácil projetar a pesquisa do que executá-la (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 47).

O desafiador processo de pesquisa do padre-historiador, que só “tinha na cabeça a história de um imperador” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 57), foi impactado pela presença de Lalau, uma jovem órfã que foi educada com os auxílios de dona Antônia desde a morte dos pais. A presença de Lalau o impactou de tal forma, que o já velho cônego no presente da enunciação encontrou dificuldades para “traduzir a sensação que essa menina produziu” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 59).



A sua presença podia ser referida apenas de forma precária, através de metáforas, porque “toda a inocência e toda a alegria que há no céu pareciam falar por ela aos homens” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 59). A presença da jovem fazia o padre perder completamente o foco em sua pesquisa, uma vez que “as palavras dela, suas maneiras, ingenuidade e lágrimas acudiram-me em tropel a memória” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 82).

Logo descobriria que Félix e Lalau amavam-se. Diante das boas intenções de Félix, o padre, mesmo impactado pelo ciúme, passou então a dedicar-se arduamente para casar os jovens (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 90-91). Queria que Lalau fosse desposada por um homem digno como Félix. Ambos eram de estratos sociais distintos, o que não era um empecilho para o padre liberal-moderado, entusiasta das mudanças: “Há grande diferença social entre um e outro, mas a natureza, assim como a sociedade a corrige, também às vezes corrige a sociedade” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 87). Dona Antônia era contrária a essa possibilidade, apesar de ter muita afeição pela garota. O seu desejo era que o padre convencesse o filho a acompanhá-lo em viagem para a Europa com o intuito de afastar o herdeiro de Lalau.

O padre entregou-se ao desafio de casar os jovens. Já não tinha mais concentração e tempo para pesquisar e escrever a sua história do primeiro reinado. Sua disciplina ascética foi confrontada pela paixão que sentia por Lalau e pelo comprometimento assumido com Félix de casá-los. Em meio a isso, acompanhou as discussões acaloradas sobre política do coronel Raimundo e de dona Antônia a respeito das regências do Padre Feijó e de Pedro de Araújo Lima, a eclosão da Farroupilha e outras revoltas regenciais.

Ante a pressão do padre para casar seu filho com a agregada, dona Antônia sugeriu em um diálogo repleto de tensões latentes o motivo real da impossibilidade de eles casarem: Lalau era filha do seu esposo. Ao deduzir que ambos eram irmãos, o padre não teve dúvidas que deveria dissuadir os jovens do casamento. Nesse momento, os espectros de um passado que o atormentava ganharam contornos mais claros no retrato do ex-ministro de D. Pedro I:

Fui dali aos livros. Ao entrar na sala deles, parei diante do retrato do ex-ministro, e mirei por alguns instantes aquela boca, que me parecera lasciva, desde que a vi pela primeira vez. E disse comigo, olhando para ele:

— Estás morto. Gozaste e descansas; mas eis aqui os frutos podres da incontinência; e são teus próprios filhos que vão tragá-los.

Estava irritado, dava-me ímpeto de quebrar alguma coisa. Sentei-me, levantei-me, fui à janela e acabei passeando ao longo da sala, com os pensamentos dispersos e confusos. Os livros arranjados nas estantes, olhavam para mim, e talvez comentavam a minha agitação com palavras de remoque, dizendo uns aos outros que eles eram a paz e a vida, e que eu padecia agora as consequências de os haver deixado, para entrar no conflito das coisas (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 134).

O padre ficou atordoado após o encontro com D. Antônia. A viúva sugeriu que uma causa absoluta impossibilitava o casamento de Félix e Lalau. A dedução que tal causa era o marido foi realizada pelo próprio padre, sendo confirmada por D. Antônia com um gesto afirmativo e por um silêncio constrangedor. Após meia hora do diálogo, o amigo da família, coronel Raimundo, chega dando notícias sobre a Farroupilha no sul do país. O coronel é representado como um homem de maneiras grosseiras por toda narrativa. Particularmente nessa cena, reage com violência à ineficiência que ele atribui à Regência em reprimir os movimentos sediciosos de Norte a Sul. O coronel bufava de raiva contra os sediciosos e estava certo da necessidade de aclamar o imperador D. Pedro II, que ainda não tinha a idade para assumir o trono abdicado por seu pai. Também tinha convicção de que o seu falecido amigo, ex-ministro de D. Pedro I, saberia como resolver a situação:

— Aquele não era paz d'alma, disse o coronel apontando para o retrato. Fosse ele vivo! Não era militar, como sabe – continuou olhando para mim –, mas era homem às direitas. Veja-me bem aqueles olhos, e diga-me se ali não há vida e força de vontade... Um pouco velhacos, é certo, acrescentou galhofeiramente.

— Tio Raimundo! suplicou Félix.

— Velhacos, repito, não o digo velhacos para trantadas, mas por amores; era maroto com as mulheres – prosseguiu rindo e esquecendo inteiramente a rebelião. Eu, quando Vossa Reverendíssima mudar de cara, e trazer outra mais alegre, hei de contar-lhe algumas aventuras dele... Veja aqueles olhos! E não imagina como era gamenho, requebrado...

Felix saiu neste ponto; eu fui sentar-me a escrivãzinha; o coronel não continuou o assunto, e foi despir-se. Não me procurou mais até a hora do jantar; naturalmente porque o sobrinho o impediu de vir perturbar-me na pesquisa dos papéis, como se eu tivesse papéis na cabeça. Maroto com as mulheres! Esta palavra retiniu ali por muito tempo (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 137).

O tom violento e grosseiro do coronel, assim como o caráter lascivo atribuído ao finado ministro, se enreda às representações do Imperador D. Pedro I, não raramente descrito como um déspota intolerante, violento e infiel no casamento (VARELLA, 2011). Os efeitos fantasmáticos das ações do ministro de D. Pedro I davam contornos ao clima da casa. A presença/ausência do ministro tocava diretamente os sentimentos do padre, que ficou atordoado e desequilibrado após saber que Félix e Lalau eram filhos do finado. A sua tensão aumentava ao deparar-se com os livros organizados na biblioteca, os quais faziam parte de um clima ascético de silêncio e tranquilidade que se opunha à agitação a que ele havia sido absorvido.

A partir da perspectiva liberal-moderada, sintetizada na *History of Brazil* (1836) do britânico John Armitage, o caráter despótico de D. Pedro I tornou a sua abdicação incontornável, sendo esse evento interpretado como uma ruptura com um passado bárbaro ligado às origens medievais portuguesas (VARELLA, 2011). Se, por um lado, na concepção do narrador-personagem, a monarquia conduzida por homens intolerantes, violentos e lascivos era indesejável; por outro, o republicanismo e sua ameaça à unidade do Brasil também trazia muitas angústias. Dessa forma, *Casa Velha* deixa em estado latente como a experiência histórica imperial se constituiu pressionada pelo impulso de evitar tanto os excessos do despotismo, que remetia a um passado colonial inacabado, quanto os excessos separatistas do republicanismo, que era outro fantasma (LYNCH, 2014).

O passado inacabado em sua latência impedia que o jovem padre-historiador escrevesse a história do reinado de D. Pedro I. O seu próprio objeto de estudo tomava posse do seu humor e impossibilitava tanto a realização da representação historiográfica, quanto a consolidação do matrimônio entre os jovens. A complexidade dos confrontos inerentes à experiência da historicidade evocada em *Casa Velha* não é estranha à reflexão contemporânea no âmbito da teoria por Eelco Runia, que tematiza a interface entre a presença do passado e a escrita historiográfica, e problematiza a dualidade da separação sujeito *versus* objeto: “O conhecimento histórico pode ser determinado – a um grau quase impossível de imaginar – *pelo objeto* de pesquisa. Ou, para ser mais sucinto: o historiador pode ser o brinquedo de seus objetos, e não o contrário” (RUNIA, 2014, p. 48). Apesar dos desconfortos que essa afirmação pode gerar, certamente inconcebível na historiografia disciplinar do século XIX, sua pertinência se constitui perante a presença das testemunhas dos genocídios do século XX e a judicialização da memória na contemporaneidade (ROUSSO, 2016; BEVERNAGE, 2018). Entretanto, a despeito das resistências fantasmagóricas do passado, o jovem padre-historiador vislumbrou esperançosamente o futuro com base

na descoberta de um documento no arquivo, “um achado que transtornou tudo”, que possibilitaria a historicização/exorcização do passado:

Estava recolhendo tudo, quando dei por falta de uma nota tomada naquele dia; não era fácil reproduzir a nota, pois não a havia tirado de uma só página nem de um só livro, mas de muitos livros diferentes. O caso aborreceu-me; procurei o papel atabalhoadamente; depois recomecei com cuidado. Abria os livros com que trabalhara nesse dia, um por um, mas não achava nada. Vim achar a nota, depois, ao pé da grade da janela, prestes a cair.

Entre os livros que folheei, procurando, achava-se um relatório manuscrito, que eu lera apenas em parte, não o tendo feito na que continha tão-somente a transcrição de documentos públicos. Pegando no livro pela lombada, e agitando-o para fazer cair a nota, se ali estivesse, vi que efetivamente caía um papelinho.

Vinha dobrado, e vi logo que era por letra do ex-ministro. Podia ser alguma coisa interessante, para os meus fins. Era um trecho de bilhete a alguma mulher, cujo nome não estava ali, e referia-se a uma criança, com palavras de tristeza. Podiam ser outros amores; podiam ser os próprios amores da mãe de Lalau. Hesitei em guardar o papel, e cheguei a pô-lo dentro das folhas do relatório; mas tornei a tirá-lo, e guardei-o comigo.

Reli-o em casa; dizia esse trecho do bilhete, que provavelmente nunca foi acabado nem remetido:

“Tenha confiança em mim, e ouça o que lhe digo. Não faça barulho, sossegue e não fale sempre no meu nome. Venha cá o menos que puder; e não pense mais no anjinho. Deus é bom” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 153-154).

Não sabendo interpretar esse documento, o padre-historiador foi inquirir a tia de Lalau, dona Mafalda, que confirmou a relação entre a sua cunhada, a mãe de Lalau, e do finado ministro. Todavia, fez uma revelação: a primeira vez que o ministro a viu foi quando Lalau já tinha três meses. Portanto, a garota não era filha do ex-ministro. Para confirmar a descoberta, o jovem padre-historiador confrontou a versão com outras informações dadas pela testemunha, que não entrou em contradição. Por fim, D. Mafalda ainda esclarece o trecho final do bilhete encontrado e conta ao padre que a mãe de Lalau teve um filho com o ex-ministro, mas o bebê viveu apenas quatro meses.

O padre imediatamente solicitou um encontro com D. Antônia, que ficou estarecida ao saber da história, que corroía a memória monumentalizada da Casa Velha. Ela confessou que desconhecia as aventuras extraconjugais do marido e inventou a filiação de Lalau para evitar o casamento contrário às expectativas nobiliárquicas da família abastada. Após o baque da notícia, D. Antônia concordou em reparar o seu erro e permitir o casamento do filho e pediu que o padre contasse toda a verdade para Félix e Lalau.

Logo, o padre podia acreditar que: “[t]udo parecia caminhar para a luz, para o esquecimento, e para o amor”, ou melhor, que “o passado está passado” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 160). A verdade histórica comprovada documentalmente e certificada por uma testemunha dos acontecimentos passados possibilitava a abertura do futuro, a consolidação do amor entre Félix e Lalau. Entretanto, a reação da agregada surpreenderia a todos.

Após receber a notícia, Lalau ratificou que “nada estava alterado, a situação era a mesma” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 160). O padre ficou “exasperado”, “aborrecido” e “ofendido” com a reação da agregada. Após suas insistências, veio a explicação: “não poderia casar-me com o filho do mesmo homem que envergonhou minha família... Perdão; não falemos nisto. Olhei assombrado para ela” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 161). Tal assombro alude à reação sensorial ante a impossibilidade de historicizar/exorcizar os espectros do passado.

O padre ainda fez algumas tentativas de conciliação ao solicitar que a tia a convencesse, pois ainda acreditava que “o passado é passado. Cuidemos agora do presente e do futuro” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 162). Porém, Lalau não cedeu. Assim como não cedeu à visita de Félyx, a despeito de ter se comovido. Lalau incitou o filho do Segeiro, Vitorino, a pedi-la em casamento e prontamente aceitou. Felix ficou abalado, “mas nada há eterno neste mundo” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 165), e ele casou-se com a jovem Sinhazinha, herdeira de fazendas e neta de baronesa. Desse modo, o desfecho traiu todas as expectativas do padre-historiador de que, através da restituição da verdade histórica documentalmente comprovada, o passado pudesse ser superado e o futuro aberto.

## Sobre as ambivalências da experiência da história e do discurso historiográfico em *Casa Velha*

É necessário enfatizar a importância da interpretação de John Gledson sobre *Casa Velha* no livro *Machado de Assis: Ficção e História*, no qual o autor analisa como a produção ficcional de Machado se presta à representação de contextos e processos próprios à história do Brasil. De fato, Gledson explora de forma competente os significados históricos inter-relacionados com eventos importantes que se passaram no Primeiro Reinado e nas Regências, sobretudo como Machado representa o patriarcalismo como uma característica definidora da sociedade brasileira em *Casa Velha* (GLEDSON, 2003, p. 37-72).

Contudo, *Casa Velha* não se reduz à sua dimensão representacional. Machado se mostra engajado em explorar os limites das representações e como as dinâmicas do tempo histórico e dos afetos se constituem como condições de (im)possibilidade da narrativa historiográfica. Afinal, o padre-historiador possuía acesso aos arquivos, clareza sobre os métodos de pesquisa a serem adotados, tinha um vasto conhecimento bibliográfico, compreendia as tradições filosóficas e historiográficas nacionais e europeias em suas tendências iluministas e românticas, advogava perspectivas políticas liberais moderadas e ainda contava com a ajuda de um assistente, o que não foi suficiente para alcançar o seu fim último, que era a historicização/exorcização do passado.

Ao procurar explorar a representação de contextos e processos da história brasileira a partir da produção ficcional de Machado, Gledson coloca a necessidade da representação histórica como o fim último da produção literária de Machado. Para Gledson, a obra de Machado não representou, com mais clareza, o processo de formação e consolidação da nação porque o letrado não teria à sua disposição uma tradição historiográfica consolidada (GLEDSON, 2003, p. 293-318). Todavia, o acúmulo de estudos contemporâneos no âmbito da história da historiografia aponta as variedades do discurso histórico em vigor no Brasil do século XIX, evidenciando que não faltavam narrativas e macronarrativas de formação disponíveis sobre a história da nação (GUIMARÃES, 1995; GUIMARÃES, 2011; ARAUJO, 2008, 2015; ARAUJO e CEZAR, 2018; CEZAR, 2018; OLIVEIRA, 2011; TURIN, 2013; CAMPOS, 2016). Por sua vez, Machado demonstra conhecer em seus escritos para a imprensa a obra de diversos historiadores nacionais e estrangeiros, especialmente a produção dos membros do IHGB.

Por isso, torna-se necessário enfatizar a relação ambivalente de Machado com o conceito moderno de história, já que o autor procurou tensionar os horizontes de

sentido que conformaram as culturas de história do século XIX. Machado engajou-se na corrosão de concepções que normalizam as ideias de sujeito uno e solar, da representação como especularidade do real e do tempo histórico como progresso linear-evolutivo, constituído por uma sequência de "agoras". Nesse sentido, Alfredo Bosi explora a relação de Machado com o conceito moderno de história com base na leitura de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), considerada por muitos críticos da sua obra como uma ruptura com a primeira fase da carreira do autor (SCHWARZ, 1981, 1997; ROCHA, 2013; PALTÍ, 2014), identificada a princípios de representação caros ao romantismo:

As filosofias então correntes na Europa, no Brasil e onde quer que chegasse a cultura do Ocidente europeu ensinavam a crer no sentido da História que os homens, voluntariamente ou não, tinham criado. Esta teleologia universal absorvia e, no percurso, subestimava as diferenças pessoais eliminando do sistema a questão crucial que as religiões se esforçaram milenarmente por solucionar: o porquê do mal no coração dos homens.

Para Machado, porém, qualquer forma de otimismo cósmico ou histórico devia soar como imponente ilusão. O delírio de Brás Cubas com a sua regressão à origem dos tempos e o encontro com a Natureza madrasta é a contra-alegoria de todas as ideologias progressistas. O fundamento destas é a positividade crescente do tempo. Machado diz o contrário (BOSI, 2003, p. 156).

De forma semelhante, Silviano Santiago explora a relação de tensão entre a mesma obra e o conceito moderno de história:

Em delírio, o romancista Machado acentua e celebra a grande farsa que a história do homem no Ocidente promove e significa desde sempre e para sempre. Como o naufrago recorre à tábua salva-vidas que nunca se materializa no abismo profundo dos oceanos, é para sobreviver que o ser humano inventa a Esperança ou a quimera da felicidade. Transforma-se em historiador. O sujeito singular que usurpa a História não almeja ser o Civilizador tal como idealizado pelos mestres do pensamento filosófico no século XIX. Não quer sofrer e se sacrificar ainda mais em benefício de valores universais abstratos, ainda e sempre injustos (SANTIAGO, 2016, p. 369).

Alfredo Bosi e Silviano Santiago não exploram somente a dimensão corrosiva da obra de Machado a partir das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, não desabonando,



desse modo, as interpretações consolidadas que aproximam o autor do paradigma de representação realista (SCHWARZ, 1997; GLEDSON, 2003; CHALHOUB, 2003), por sua vez, problematizado por Gustavo Bernardo e Daniel Pinha, que, além de desconstruírem a compreensão do autor como realista (BERNARDO, 2011; PINHA, 2012), procuram aprofundar os entrelaçamentos entre as fases de sua carreira, argumentando a propósito de uma não separação estanque (BERNARDO, 2016; PINHA, 2012). Ora, como a relação disruptiva de Machado com o conceito moderno de história é vista por Bosi e Santiago como uma característica decisiva para o entendimento de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, torna-se uma questão fundamental compreender a relação ambivalente do autor com essa compreensão da historicidade, uma vez que seria reducionista apenas enfatizarmos a dimensão corrosiva. Sendo assim, a leitura de Alfredo Bosi de *Casa Velha* possibilita a qualificação do debate. Para Bosi, *Casa Velha* apresenta-se como uma inovação perante a produção ficcional da primeira fase da obra de Machado de Assis devido à complexidade de Lalau.<sup>5</sup> A singularidade de Lalau residiria na sua “independência moral”, porque, ao invés de se adaptar às dinâmicas sociais do sistema patriarcal, como realizado por outras personagens de Machado, ela optou pela “[...] união modesta com o filho de um criado da Casa Velha. O brio da moça, que ela própria chama de ‘vergonha’, é a mola responsável pelo desfecho original da novela” (BOSI, 2003, p. 56).

A partir dessa conclusão, Bosi expõe que os escritos ficcionais de Machado são fruto da intersecção de “dois modelos narrativos, o realista convencional e o realista estoico”, os quais evidenciam a tensão entre adaptação e resistência às dinâmicas da vida social (BOSI, 2003, p. 58). Essa tensão impossibilitaria a categorização da obra de Machado, pois a “intersecção adensa até o limite do enigma o sentido do olhar do autor, que é sempre um problema e requer sempre uma interpretação”. Assim, torna-se “problemática qualquer definição unitária e cortante da sua perspectiva” (BOSI, 2003, p. 58-59).

À análise de Bosi relativa às aporias inerentes à obra de Machado, é possível acrescentar a compreensão de que, se por um lado, o assombramento do passado impede a escrita da história do primeiro reinado em *Casa Velha* pelo padre-historiador; por outro, a execução de sua pesquisa corroeu a memória monumentalizada dos grandes homens e possibilitou a emergência e a imaginação de um futuro alternativo para Lalau fora da *Casa Velha*, efeito colateral da investigação.

<sup>5</sup> Bosi se afasta da compreensão de Lucia Miguel Pereira, que vê em *Casa Velha* a repetição dos romances da primeira fase e a considera uma obra menor, lançando a hipótese de que foi escrita nos primeiros anos da carreira de Machado (PEREIRA, 1952, p. 7-26).

O caráter disruptivo de Lalau também se constitui em face da sua relação com a cultura afro-brasileira. Lalau é a única personagem a ter relação com o sineiro da capela da casa, “um preto velho e doido”. O padre não descreve Lalau como uma leitora de romances burgueses. O interesse de Lalau era ouvir as histórias do sineiro. Lalau protegia o velho das travessuras das crianças escravizadas. A sua repreensão às crianças após molestarem o sineiro demonstra o hábito da jovem de estar constantemente em meio aos escravizados. Inclusive, na sequência da cena, quando Félix chega, Lalau conversa com ele “[c]om as mãos no ombro do moleque”, o que indica a sua intimidade (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 110). Gesto semelhante foi feito por Félix, que não tinha receio de “pegar em um destes, e aproximá-lo de si, enquanto a moça ficou com o segundo” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 109). A intimidade entre Félix e Lalau se constituía e fortalecia em meio às relações domésticas de intimidade com as crianças escravizadas.

Todo esse comportamento era vigiado por dona Antônia, que manifestava grande preocupação. Sua intenção era casar Félix com uma moça do mesmo estrato social. Lalau, ainda que educada por ela, era de uma classe inferior, estava constantemente em meio aos escravizados e uma das suas maiores diversões era ouvir as histórias do sineiro:

Naquela sala achamos Lalau e o sineiro, este sentado e ela de pé.

O sineiro era um preto velho e doido. Não fazia mais que tocar o sino da capela, para a missa, aos domingos. O resto do tempo vivia calado ou resmungando. Ninguém lhe falava, embora fosse manso. Lalau era a única, entre todos, parentes agregados ou fâmulos, que ia conversar com ele, interrogá-lo, pedir-lhe histórias. E ele contava-lhe histórias – muito compridas, sem sentido algumas, outras quase sem nexos, reminiscências vagas e embrulhadas, ou sugestões do delírio.

Era curioso vê-los. Lalau perdia a inquietação, ficava séria e tranquila, durante dez, quinze, vinte minutos, a escutá-lo. O Gira (nunca lhe conheci outro nome) alegrava-se ao vê-la. Com a razão, perdera a convivência dos mais. Vivia entregue aos pensamentos solitários, mergulhado na inconsciência e solidão. A moça representava aos olhos dele alguma coisa mais do que uma simples criatura, era a sociedade humana, e uma sombra de sombra da consciência antiga. Ela, que o sentia, dava-lhe essa curta emersão do abismo, e uma ou duas vezes da semana ia conversar com ele (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 92-93).

Essa análise sobre a relação ambivalente da produção de Machado com o conceito moderno de história não se inspira somente na leitura de Alfredo Bosi. Elias Palti contribuiu com o debate, ao explorar as interfaces entre a dissolução do sujeito autocentrado, do paradigma da representação realista e o conceito moderno de história nas obras de ficção de maturidade do autor. Para Palti, a obra de Machado de Assis é um enigma para os críticos porque o autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* não estrutura seus romances da segunda fase em uma narrativa de formação do sujeito (*Bildung*), podendo tais obras serem interpretadas como uma espécie de *Umbildung*, ou seja, uma fragmentação progressiva do *eu*, apesar de tomar esse horizonte estético e conceitual como contexto. Segundo Palti, a suspensão dos procedimentos miméticos por Machado leva inevitavelmente a uma revisão do conceito moderno de história, que ganharia elaborações estético-formais nas vanguardas do século XX. Assim sendo, Palti escreve:

em última análise, a narrativa de Machado de Assis ainda repousa num conceito evolutivo da história (parafraseando Kant, para o escritor brasileiro, um curso histórico evolutivo era vazio, mas um não evolutivo era cego, sem forma, inconcebível). Em última instância, somente no contexto desse conceito a erupção do antagonismo pode gerar o impasse em torno do qual gira a obra de Machado de Assis (a necessidade-impossibilidade simultânea de optar na vida). Isso o levou também a exaurir – sem, no entanto, ser capaz ainda de romper com ele – o potencial expressivo do conceito mimético tradicional. Encontramos aqui finalmente o aspecto que tornou sua figura tão perturbadora para os críticos, a saber, o fato de que *ele deslocou o gênero de dentro do próprio gênero*; o paradoxo de que ele abalou a lógica mesma em que toda sua narrativa se sustentava (PALTI, 2014, p. 283).

Palti entende que a produção ficcional de Machado é ativada pela tensão entre as suas inovações formais e o contexto imediato ao qual elas reagiram, isto é, à dinâmica linear-evolutiva inerente ao conceito moderno de história e suas formas tradicionais de representação. Nesse sentido, a obra de Machado não pode ser compreendida sem a análise da sua dimensão relacional e reativa com o conceito moderno de história.

A relação do próprio Machado com Capistrano de Abreu é instrutiva para a nossa imersão nessa dimensão ambivalente expressa pelo autor e sua obra. Em 23 de julho de 1880, Capistrano envia uma carta a Machado lamentando não ter sido possível encontrá-lo pessoalmente “para falarmos sobre o plano que na distribuição de fatos da *História do Brasil* me parece o mais próprio para tornar a narrativa uma” (ABREU, 2009, p. 175). O projeto historiográfico de Capistrano de Abreu visava atender

às demandas científicas de vanguarda e às dimensões poetológicas relativas à unidade da narrativa, que pressupunha a orientação pedagógica. Os conselhos de Machado eram tidos como fundamentais para Capistrano, que se propôs ir à casa do mestre para receber orientação em algum domingo. A proposta de Capistrano foi respondida com um amável convite: “Não digo se terei prazer em recebê-lo; sabe muito bem que sim; e, se duvida, ponha-me à prova” (MACHADO DE ASSIS, 2009, p. 179).

A carta seguinte de Capistrano a Machado foi enviada em 10 de janeiro de 1881. Na correspondência, Capistrano agradece o envio por Machado do novo livro, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, cuja profundidade o historiador não conseguia decifrar. Capistrano relata que a sua impressão foi simultaneamente “deliciosa” e “triste” (ABREU, 2009, p. 188). Não sabia dizer ao fim se o livro era romance, desfastio humorístico ou dissertação moral, desorientação que ele também expressa em sua resenha para a *Gazeta de Notícias*, publicada em janeiro de 1881 (ABREU, 2004, p. 347-350). Capistrano afirma acreditar haver “uma intenção latente porém imanente em todos os devaneios, e não sei se conseguirei descobri-la”. A intuição de Capistrano foi “que tudo se resumia em um verso de Hamlet de que me não lembro agora [...], mas em que figura *the pale cast of thought*” (ABREU, 2009, p. 188), verso que se remete à meditação melancólica barroca (ROUANET, 2009, p. xxv). As dúvidas eram tantas que Capistrano desistiu de decifrar o mistério, ratificando: “*je jette ma langue aux chiens*” (ABREU, 2009, p. 188).

Capistrano encontrou em Machado, leitor da Revista do IHGB e de historiadores como Alexandre Herculano, Theodore Mommsen, Ernst Renan, João Francisco Lisboa, Pereira da Silva, Homem de Melo, Fernandes Pinheiro, Moreira de Azevedo e Joaquim Manuel de Macedo, tanto a orientação para a macronarrativa do seu projeto historiográfico irrealizado, quanto o assombramento provocado por uma obra que dificilmente poderia ser classificada dentro dos critérios analíticos legados pela tradição. Desse modo, Capistrano pode testemunhar como Machado era a confluência perturbadora da orientação e da crise. Capistrano desistiu da sua interpretação das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. O profícuo historiador também não concluiu o seu projeto de escrita da História do Brasil (GONTIJO, 2005). Atormentado pelo passado, Bento Santiago escreveu *Dom Casmurro* (1899) para exorcizar os seus fantasmas e posteriormente escrever a *História dos Subúrbios* (MACHADO DE ASSIS, 2015b). O padre-historiador de *Casa Velha* não legou ao futuro a sua História de Dom Pedro I, apesar de ter encerrado a pesquisa documental: “Não escrevi a história que esperava; a que de lá trouxe é esta” (MACHADO DE ASSIS, 1952, p. 66), ou seja, a história do seu assombramento dentro do arquivo.

## O assombramento do passado em meio à experiência histórica e à ficção

Apesar de explorar a experiência da historicidade elaborada por Machado de Assis em *Casa Velha*, é importante ressaltar que a evocação do passado fantasmagórico abrange outros escritos. Em *Dom Casmurro* (1899), a performance de Bento Santiago apresenta-se imersa no assombramento do passado. A importância dessa obra para a cultura de história brasileira é incontornável, uma vez que ela impulsiona releituras literárias, televisivas, cinematográficas e julgamentos a respeito da culpa ou inocência de Capitu em escolas brasileiras até os dias de hoje. Santiago não era apenas advogado. Era um advogado com pretensões de ser historiador. Já no segundo capítulo de *Dom Casmurro*, *Do Livro*, afirma sua aspiração de escrever uma *História dos Subúrbios*, que fosse superior à obra do padre Luiz Gonçalves dos Santos, as *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil* (1825). A obra do padre Perereca é compreendida como muito “seca” por Santiago, que planeja dar mais vivacidade à sua *História dos Subúrbios*. No entanto, apesar de “modesta”, a obra “exigia documentos e datas, como preliminares, tudo árido e longo” (MACHADO DE ASSIS, 2015b, p. 907).

Antes mesmo de escrever a obra, Santiago já iniciara o seu projeto de evocação do passado. Ele reconstruiu no Engenho Novo a casa em que viveu em sua infância na rua de Matacavalos, onde se inicia o romance com Capitu. Entretanto, mesmo com a reconstrução da casa, não foi capaz de encontrar a si mesmo, sendo atormentado pelas sombras do passado. Seguindo a interpretação de Helen Caldwell, Santiago reviverá os conflitos do passado, pois sua narrativa paranoica no presente de enunciação repete o descontrole emocional que teve durante toda a sua vida.<sup>6</sup> O narrador-personagem se valerá da dualidade moral na qual predica ser ele, quando criança, puro e inocente, para convencer o leitor de que a sua esposa, uma jovem representada como sagaz e voluptuosa, cometeu adultério. Nesse sentido, ao se valer da dualidade entre o bem e mal, que opõe homem e mulher, abastados e agregados, Santiago procura convencer o seu leitor a respeito do adultério de Capitu com seu amigo Escobar, ao traçar a genealogia da infidelidade da sua esposa pobre e manipuladora. Dessa forma, Santiago pretende purgar sua consciência atormentada, como escreve Helen Caldwell: “Caso os leitores o julguem inocente, ele estará limpo aos seus próprios olhos, as inquietas sombras voltarão

<sup>6</sup> Para um aprofundamento dos princípios norteadores da leitura de Helen Caldwell e as aporias de sua hipótese sobre *Dom Casmurro*, recomendo a leitura de Hélio Guimarães (2017).

a suas respectivas sepulturas e ele poderá se dedicar a seus escritos sérios (a já mencionada *História dos Subúrbios* e ensaios filosóficos) com a consciência tranquila” (CALDWELL, 2008, p. 99).

A presença perturbadora de *Dom Casmurro* na cultura de história brasileira emerge enredada à sua tensão com o conceito moderno de história, cuja consolidação não prescindiu das relações binárias e falocêntricas de gênero (OLIVEIRA, 2018, 2019). A dúvida insolúvel a respeito da traição ou não de Capitu impossibilita a emergência de uma teleologia de redenção. A resistência de Machado a essa teleologia de redenção futurista, fundada em uma concepção de tempo histórico linear e evolutivo, se manifesta não somente nos seus escritos de maturidade. Daniel Pinha analisa, a partir dos escritos de juventude de Machado sobre crítica literária, como o letrado se demonstra cético perante o conceito de progresso histórico linear e evolutivo, e as formas de representação românticas e realistas. Em oposição ao controle prescritivo da realidade, Pinha aborda como Machado procurou explorar de forma disruptiva a autonomia estética da obra de arte, constituída a partir da subversão da linearidade do tempo histórico (PINHA, 2012).

Tal ceticismo a respeito da tessitura de prognósticos futuristas e exorcização do passado se constitui, inclusive, perante as interpretações do legado deixado por D. Pedro I, tema explorado em *Casa Velha*. Na sua recensão crítica no *Diário do Rio de Janeiro* da obra de Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo (1837-1918), *A constituinte perante a história* (1863), que tematiza a partir de uma perspectiva liberal-moderada a importância dos trabalhos empreendidos pelos parlamentares na constituinte de 1823, dissolvida por D. Pedro I, Machado questiona de forma cética, mesmo perante o reconhecimento da obra do autor, se de fato seria possível a historicização do passado e sua superação, tendo em vista os efeitos deletérios das ações do primeiro imperador (MACHADO DE ASSIS, 2015c, p. 1040-1044). Ademais, era grande o ressentimento com relação à presença de D. Pedro I na cultura de história brasileira, tanto que Machado se posicionou criticamente à inauguração da sua estátua equestre, em 1862, nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro* (MACHADO DE ASSIS 2015a, p. 66-67). Em contrapartida, Machado se demonstrou favorável no mesmo jornal em 1865 ao culto cívico de Tiradentes como uma forma de reparação histórica, tendo em vista os assombramentos provocados pela repressão da Inconfidência Mineira no presente (MACHADO DE ASSIS, 2015d, p. 266-269).

Com efeito, da mesma forma que a obra de Machado assombra a experiência histórica brasileira, ao confrontar as expectativas de redenção futurista e a domesticação do passado, a presença fantasmagórica do seu corpo negro assombra os fundamentos de uma cultura de história que naturalizou o racismo institucional e normalizou a imagem



do maior autor de sua tradição literária como branco, como pode ser facilmente constado no documentário *Machado de Assis: a crônica e a história* (2008), dirigido por Antônio Carlos Fontoura, e no comercial a propósito dos 150 anos da Caixa Econômica Federal em 2011. Naturalização do autor branco que não aconteceu a despeito de toda uma tradição interpretativa complexa (WERNECK, 2008; GUIMARÃES, 2017), marcada tanto pelo ataque à presença do corpo negro quanto pelo seu ocultamento ou minimização (ROMERO, 1897; PEREIRA, 1936), perspectivas confrontadas contemporaneamente por estudiosos responsáveis por apontar para os imbricamentos entre o corpo e a produção literária (DUARTE, 2009; SCARPELLI, 2008; VITAL, 2012; SILVA, 2014; SANTIAGO, 2016; SCHNEIDER, 2018; PINTO, 2018), inescapável para o nosso contexto de consolidação das reflexões teóricas pós-coloniais e decoloniais (FANON, 2008; MBEMBE, 2017; OLIVEIRA, 2018, 2019).

Desse modo, os assombramentos provocados pela obra de Machado e a presença/ausência de seu corpo na cultura de história não podem passar ao largo das reflexões sobre a emergência e a consolidação do conceito moderno de história no Brasil e a sua atuação hierarquizadora no que tange a formas de elaboração da historicidade, de corpos e afetos. Em meio a essa dinâmica excludente de compreensão hegemônica de historicidade, Machado não prescindiu da sua poética melancólica, irônica e cética, que tornaram possíveis de forma ambivalente tanto a sua canonização institucional em vida, quanto o tensionamento dos valores da cultura de história moderna, cuja celebração dos indivíduos não se dá a despeito da sua adequação normativa a critérios de raça, classe e gênero.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. Cartas 177 e 185. *In*: MACHADO DE ASSIS. **Correspondência de Machado de Assis**: tomo II, 1870-1889. Coordenação e orientação Sergio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2009. p. 175-176, p. 188.

ABREU, Capistrano de. Letras e Livros. *In*: GUIMARÃES, Hélio. **Os leitores de Machado de Assis**: O romance Machadiano e o público de literatura no século XIX. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 347-350.



ANKERSMIT, Frank. **Sublime Historical Experience**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

ARAUJO, Valdei. **A Experiência do Tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

ARAUJO, Valdei. Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830). In: NEVES, Lucia *et al.* (org.). **Estudos de historiografia brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 75-92.

ARAUJO, Valdei. Formas de ler e aprender com a História no Brasil joanino. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 85-98, 2009. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/101>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ARAUJO, Valdei. História da Historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 6, n. 12, p. 34-44, ago. 2013. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/620>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ARAUJO, Valdei. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, maio/ago. 2015.

ARAUJO, Valdei; CEZAR, Temístocles. The forms of History in the nineteenth century: essay on Regimes of Autonomy in Brazil, **Historein**, Atenas, v. 17, n. 1, 2018. Disponível em: <https://ejournals.epublishing.ekt.gr/index.php/historein/article/view/8812>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. **Atualismo 1.0**: Como a ideia de atualização mudou o século XXI. Mariana: SBTHH, 2018.

AVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. **A História (In)disciplinada**: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. Vitória: Milfontes, 2019.

BERNARDO, Gustavo. O paradoxo cético em Machado de Assis. In: ROCHA, João Cezar de Castro. **Machado de Assis**: lido e relido. São Paulo: Alameda, 2016. p. 205-229.

BERNARDO, Gustavo. **O problema do realismo de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado**: tempo e justiça. Tradução: André Ramos; Guilherme Bianchi. Serra: Milfontes/Mariana: SBTHH, 2018.

BOSI, Alfredo. **Machado de Assis**: o enigma do olhar. São Paulo: Ática, 2003.

CALDWELL, Helen. **O Otelô Brasileiro de Machado de Assis**: um estudo de *Dom Casmurro*. Tradução de Fábio Fonseca de Melo. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

CAMPOS, Raquel. **Entre ilustres e anônimos**: a concepção de história em Machado de Assis. Chapecó/SC: Argos, 2016.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx**. O Estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afro-descendente**: escritos de caramujo (antologia). Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas/Crisálidas, 2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

GLEDSON, John. **Machado de Assis**: ficção e história. 2<sup>o</sup> ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. **História**, São Paulo, v. 24, n. 2, p.159-185, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v24n2/a07v24n2.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Atmosphere, mood, Stimmung**: on a hidden potential of literature. Stanford: Stanford University Press, 2012.

GUIMARÃES, Hélio. **Machado de Assis, o escritor que nos lê**: As figuras machadianas através da crítica e das polêmicas. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal Guimarães. Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

JINZENJI, Mônica. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**: lições de política e moral no periódico mineiro mentor das brasileiras (1829-1832). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

KLEINBERG, Ethan. **Haunting History**: for a deconstructive approach to the past. Stanford: Stanford University Press, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2006.

LACAPRA, Dominick. **Writing History, writing trauma**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2014.

LYNCH, Christian. **Monarquia sem Despotismo e Liberdade sem Anarquia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MACHADO DE ASSIS. A Constituinte perante a história, pelo sr. Homem de Mello./ Sombras e Luz, do sr. B. Pinheiro. *In*: MACHADO DE ASSIS. **Machado de Assis**: Obra completa em quatro volumes. Vol. III. LEITE, Aluizio *et al.* (org.). São Paulo: Nova Aguilar, 2015c [1863]. p. 1040-1044.

MACHADO DE ASSIS. Ao Acaso. *In*: MACHADO DE ASSIS. **Machado de Assis**: Obra completa em quatro volumes. Vol. III. LEITE, Aluizio *et al.* (org.). São Paulo: Nova Aguilar, 2015d [1865]. p. 266-269.

MACHADO DE ASSIS. **Casa Velha**. Introdução de Lúcia Miguel Pereira e Ilustrações de Santa Rosa. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1952.

MACHADO DE ASSIS. Comentários da Semana. *In*: MACHADO DE ASSIS. **Machado de Assis**: Obra completa em quatro volumes. Vol. III. LEITE, Aluizio *et al.* (org.). São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015a [1862]. p. 66-67.

MACHADO DE ASSIS. **Correspondência de Machado de Assis**: tomo II, 1870-1889. Coordenação e orientação Sergio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

MACHADO DE ASSIS. Dom Casmurro. *In*: MACHADO DE ASSIS. **Machado de Assis**: Obra completa em quatro volumes. VoI. I LEITE, Aluizio *et al.* (org.). São Paulo: Nova Aguilar, 2015b.

MASSA, Jean-Michel. A biblioteca de Machado de Assis. *In*: JOBIM, José Luís. **A Biblioteca de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: ABL, 2001. p. 21-90.

MBEMBE, Achille. **Critique of Black Reason**. Durham: Duke University Press, 2017.

OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil Oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414>. Acesso em: 16 abr. 2021.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria. *In*: NICOLAZZI, Fernando; AVILA, Arthur; TURIN, Rodrigo. **A História (In)disciplinada**: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. Vitória: Milfontes, 2019. p. 53-71.

PALTI, Elias. O espelho vazio: representação, subjetividade e história em Machado de Assis. **Estudios de Teoría Literaria**, Mar del Plata, ano 3, n. 5, p. 251-286, 2014. Disponível em: <https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/etl/article/view/854>. Acesso em: 16 abr. 2021.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Prefácio. *In*: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Casa Velha**. Introdução de Lúcia Miguel Pereira e Ilustrações de Santa Rosa. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1952. p. 7-26.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis**: Estudo Crítico e Biográfico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

PHILLIPS, Mark. **Society and Sentiment**: genres of historical writing in Britain, 1740 – 1820. Princeton: Princeton University Press, 1997.

PIMENTA, João Paulo *et al.* Independência e uma cultura de história do Brasil. **Almanack**, Guarulhos, n. 8, p. 5-36, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/alm/n8/2236-4633-alm-08-00005.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

PINHA, Daniel. **Apropriação e recusa**: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura – Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21587/21587.PDF>. Acesso em: 16 abr. 2021.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de Liberdade**: Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

RANGEL, Marcelo. **Da ternura com o passado**: História e pensamento histórico na filosofia contemporânea. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019.

RANGEL, Marcelo. **Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura – Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18523/18523\\_1.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18523/18523_1.PDF). Acesso em: 16 abr. 2021.

ROAUNET, Sergio Paulo. Apresentação. *In*: ROAUNET, Sergio Paulo. **Correspondência de Machado de Assis**: tomo II, 1870-1889. Coordenação e orientação Sergio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2009. p. VII-XXIX.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Machado de Assis**: por uma poética da emulação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ROCHA, João Cezar de Castro. Machado de Assis, leitor (autor) da Revista do IHGB. *In*: JOBIM, José Luís. **A Biblioteca de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001. p. 317-334.

ROMERO, Silvio. **Machado de Assis**: estudo comparativo de literatura brasileira. Rio de Janeiro: Laemmert & C. – Editores, 1897.

ROSA, Giorgio. **A Suprema Causa Motora**: o providencialismo e a escrita da História no Brasil (1808-1825). 2011. Dissertação (Dissertação em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

RUNIA, Eelco. **Moved by the Past**: discontinuity and historical mutation. New York: Columbia University Press, 2014.

SALOMON, Marlon. **Heterocronias**: estudos sobre as multiplicidades dos tempos históricos. Goiânia: Edições Ricochete, 2018.

SANTIAGO, Silviano. **Machado**: romance. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SCARPELLI, Marli. Machado de Assis: entre o preconceito, a abolição e a canonização. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, p. 55-73, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/27886>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Machado de Assis e Silvio Romero: escravismo, “raça” e cientificismo em tempos de campanha abolicionista (década de 1880). **Almanack**, Guarulhos, n. 18, p. 451-488, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/alm/n18/2236-4633-alm-18-451.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as Batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

SCHWARZ, Roberto. **Um Mestre na Periferia do Capitalismo**: Machado de Assis. 3. ed. São Paulo; Ed. 34, 1997.

SILVA, Bruno Diniz. **Da Restauração à Regeneração**: Linguagens políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830). 2010. Dissertação (Dissertação em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

SILVA, Teresinha. Machado de Assis e o mulato de “alma grega”. **Machado de Assis em linha**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 229-239, jun./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mael/v7n14/1983-6821-mael-7-14-00229.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SILVA, Weder. **O Labirinto Imperial**: Teófilo Ottoni, a imprensa política e a questão do herói nacional no Brasil do século XIX (1807-1869). 2014. Tese (Tese em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História da UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

TURIN, Rodrigo. **Tempos precários**: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. 1. ed. Dansk: Zazie Edições, 2019.

TURIN, Rodrigo. **Tessituras do tempo**: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

VARELLA, Flávia Florentino. **Da Impossibilidade de se aprender com o passado**: sentimento, comércio e escrita da História na História do Brasil de John Armitage. 2011. Dissertação (Dissertação em História) Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08092011-110830/pt-br.php>. Acesso em: 16 abr. 2021.

VITAL, Selma. **Quase brancos, quase pretos**: representação étnico-racial no conto machadiano. São Paulo: Intermeios, 2012.

WERNECK, Maria Helena. **O Homem Encadernado**: Machado de Assis na Escrita das Biografias. 3. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

André da Silva Ramos é professor de Teoria da História e História da Historiografia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Carangola. Doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Realizou estágios de pesquisa na Universidade de Lisboa, na Stanford University e na Wesleyan University. Teve pesquisas financiadas pela Capes, Cátedra Jaime Cortesão da Universidade de São Paulo (USP) e Fulbright. É autor do livro *Robert Southey e a experiência da história: conceitos, linguagens, narrativas e metáforas cosmopolitas* (2019), publicado pela parceria entre a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) e a editora Milfontes.



## ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Praça dos Estudantes, 23, Santa Emília, Carangola, MG, CEP 36.800-000, Brasil.

## FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/Fulbright

## AGRADECIMENTO

Agradeço aos professores Valdei de Araujo, Marcelo Rangel, Hans Gumbrecht, Ethan Kleinberg, Daniel Pinha, Maria da Glória de Oliveira e Thamara Rodrigues por terem sido os principais interlocutores desta pesquisa.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## PUBLICAÇÃO PRÉVIA

O artigo deriva da tese “Machado de Assis e a experiência da história: climas e espectralidade”, orientada por Valdei Lopes de Araujo, na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Programa de Pós-Graduação em História, defendida no ano de 2018. Link: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/10780>.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado  
Breno Mendes – Editor Executivo  
Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada  
María Inés Mudrovcic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 André da Silva Ramos.

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

#### HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 26 de agosto de 2020.

Alterado em: 22 de abril de 2021.

Aprovado em: 26 de abril de 2021.

## Um perfil da história disciplinar: carreira acadêmica e poder masculino no arquivo pessoal da historiadora Adeline Daumard

A profile of disciplinary history: academic career and male power in the personal archive of historian Adeline Daumard

**Daiane Machado**<sup>a</sup>

E-mail: [daiane\\_vm@yahoo.com.br](mailto:daiane_vm@yahoo.com.br)

<https://orcid.org/0000-0001-6884-4486> 

<sup>a</sup> Universidade Estadual Paulista,  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,  
Franca, SP, Brasil

## RESUMO

Este artigo analisa como o arquivo pessoal da historiadora francesa Adeline Daumard molda um perfil da disciplina História. Entrando nas tensões sexuadas constitutivas do campo disciplinar, percorremos com ela alguns elementos do trabalho cotidiano de uma historiadora e sublinhamos, a partir de suas experiências, a complexidade do fato de ser uma mulher no meio acadêmico francês. Recortando e agrupando culturas pessoais de arquivamento, também destacamos o encontro com o Brasil, onde Adeline é acolhida por uma rede intelectual feminina que dialoga com sua forma de fazer história e impulsiona sua carreira. Mobilizando o gênero enquanto lente de percepção, caminhamos pelo *Fonds Daumard*, depositado no *Archives Nationales* francês, sexualizando seu *corpus* a fim de observar como papéis sociais se exibem nesse espaço e significam relações de poder que deslegitimam carreiras acadêmicas femininas.

## PALAVRAS-CHAVE

Historiografia francesa. Historiografia brasileira. Gênero.

## ABSTRACT

This paper examines how the personal archive of the French historian Adeline Daumard shapes a profile of the discipline of History. When approaching some elements of Daumard's daily work as a historian in relation to the sexual tensions constituting the disciplinary field, her experiences highlight the complexity of being a woman in the French academic environment. In profiling and grouping personal archival cultures, we also verified an evident intimacy between Daumard and Brazil, where the author is welcomed by a female intellectual network that dialogues with her way of making history and boosts her career. Mobilizing gender as a lens of perception, we walk through *Fonds Daumard*, deposited in the *French Archives Nationales*, sexualizing its *corpus* to observe how social roles are displayed in this space and signify power relations that delegitimize female academic careers.

## KEYWORDS

French historiography. Brazilian historiography. Gender.

Este trabalho analisa como os arquivos pessoais da historiadora francesa Adeline Daumard (1924-2003) delineiam um perfil da disciplina História. Considerando possível refletir sobre “modos de ser historiadora” por meio de conjuntos documentais privados, focamos nos meandros da construção de sua carreira docente, sublinhando discursos e práticas sexistas que atravessam o campo historiográfico.

Como estudamos um fundo de arquivo, inicialmente indagamos a respeito da sua configuração e do modo como é apresentado ao público, e investigamos como ele pode ser apreendido para localizar Adeline<sup>1</sup> em um ambiente cultural de poder masculino. Interessados diretamente na sua constituição como historiadora, percorremos as séries que singularizam as etapas da sua carreira e expõem tensões de sua escalada profissional. Ao destacarmos alguns elementos do trabalho cotidiano de uma historiadora, também abordamos a complexidade do fato de ser uma mulher no campo historiográfico francês do período. Por fim, analisamos como seus gestos de arquivamento distinguem o Brasil, terra de investimentos historiográficos e trocas intelectuais fraternais estabelecidas entre historiadoras.

Mobilizando o gênero enquanto lente de percepção, entramos no Fonds Daumard, buscando sexualizar seu *corpus*, ou seja, procurando visualizar como papéis sociais pautados na distinção sexual entre homens e mulheres performatizam nesse espaço e significam relações de poder que deslegitimam carreiras acadêmicas femininas (SCOTT, 1995; 2012).

## Sobre o Fonds Daumard

Adeline Daumard tornou-se um nome *arquivável* por meio do gesto de *domiciliação* empreendido pelo Archives Nationales francês em 2005<sup>2</sup>. Esse espaço público gere, sob a identificação de Fonds Daumard, os papéis pessoais da família Daumard. Abrigando o fundo e, desse modo, desafiando a destruição e o esquecimento, o Archives Nationales tem uma dupla tarefa (também duplo poder): instituir e conservar essa memória familiar. A memória que se guarda e se zela em uma instituição pública distingue-se das demais. Quando um conjunto documental deixa uma residência privada para habitar um contexto institucional, a transferência o ressemantiza, depositando nele

<sup>1</sup> Passaremos a identificar Adeline Daumard pelo primeiro nome para não correremos o risco de confundir os leitores ao identificarmos os outros membros da família e o próprio fundo de arquivo.

<sup>2</sup> Recorrendo ao gesto instaurador dos arquivos dos arcontes gregos, Jacques Derrida nos mostra que a domiciliação, a proteção do arquivo, é também um ato de poder sobre a memória a ser preservada (2001, p. 13).

“crostas de significados que se cristalizam em estratos privilegiados, em detrimento dos demais” (MENESES, 1998, p. 98). Assim, o lugar que assegura a existência, que dá domicílio, também confere uma legenda. A do Fonds Daumard é inscrita na apresentação do seu inventário: Victor-Léon Daumard (1898-1965), combatente de guerra, engenheiro a serviço da radiodifusão nacional. Adeline Daumard (1924-2003), historiadora da burguesia francesa, agente na circulação do *savoir-faire* historiográfico francês no Brasil. Jacques Daumard (1926-2001), funcionário público do Ministério da Defesa. Identificados como produtores do arquivo, os três recebem destaque por terem sido trabalhadores da República Francesa.

O “estrato” que se destaca nessa apresentação por si só garantiria à família um lugar de guarda pelo Estado, mas também devemos considerar a atuação de Adeline nessa resolução. A entrada dos Daumards nesse espaço de memória está relacionada às disposições testamentárias estabelecidas por Adeline, que nomeou como sua legatária universal a Fondation Jean Moulin, doadora do acervo ao Archives Nationales. Com as rendas do capital legado, criou-se um dispositivo chamado “Aide Daumard” para ajudar financeiramente policiais feridos em serviço (FONDATION, 2020; DRCPN, 2008). Colocando à disposição do Estado todo o seu patrimônio, Adeline salvaguardou a posteridade da memória familiar. A exposição dessa ingerência no processo de transferência do arquivo não tem a intenção de questionar o seu valor arquivístico, mas evidencia como são diversos os interesses que pautam uma decisão institucional (LAMBERT, 2018; BENTHIEN, 2014).

O inventário desse fundo funciona como um tipo de “narrativa biográfica” dos seus titulares: percorrendo-o, somos confrontados por diferentes fragmentos dessa narrativa (HEYMANN, 1997, p. 58). Como um fio cronológico guiado pelos ciclos de vida, o inventário lista desde certidões de nascimentos, livros escolares, dossiês profissionais, textos de conferências, documentos de gestão financeira e patrimonial até fotografias de férias e livros de condolências. Conservado em função das atividades e papéis exercidos, o conjunto documental não configura simplesmente “prova de mim”, mas é também “prova de nós”, na medida em que testemunha acerca de “nossas relações com os outros, nossa identidade, nosso ‘lugar’ no mundo” (MCKEMMISH, 2018, p. 239).

O caráter pessoal desse tipo de arquivo, todavia, abre vias que fraturam a linearidade e a unidade de sentido que os arquivistas tendem a inscrever no inventário. É a partir das normativas do seu campo disciplinar que os arquivistas determinam o “valor” dos arquivos e então decidem pela sua guarda e posterior triagem. Escolhas e tomadas de decisão alçam esses profissionais a agentes ativos do enunciado fundador e influenciador

do nosso olhar sobre o arquivo. No caso do Fonds Daumard, os arquivistas não se integram à história do arquivo, e, assim, não somos informados acerca das negociações que empreenderam com os doadores, como também nada sabemos sobre o modo como conduziram a classificação do fundo. Na descrição provisória do inventário, os gestos individuais de guarda e seleção ainda são pouco considerados para a contextualização dos documentos.

Quando entramos no Fonds Daumard e iniciamos a abertura de suas caixas, percebemos a densidade da sua formação. Esse arquivo pessoal é constituído de pequenos vestígios de hábitos ordinários, de manifestações de afeto, de religiosidade, de sentimentos de desgosto e de fracasso. Observatório de práticas culturais diversas, o fundo testemunha a propósito das apreciações culinárias, das inclinações literárias e das preferências esportivas. Polifônico, ele tem muito a contar acerca dos lugares visitados, das experiências com o outro e das amizades deixadas para trás, assim como do tempo destinado ao lazer e ao trabalho.

A frutífera ambiguidade que cerca a intenção acumuladora mostra o arquivo como um “lugar de múltiplos construtos – de uma pessoa defendendo e combatendo ideias, do eu e de outros, ainda que simultaneamente contradizendo, convencendo e inventando” (HOBBS, 2018, p. 268). Simultaneamente lugar de prova das interações sociais e da constituição de si, a análise do arquivo deve estar atenta às diversas modalidades de uso por parte dos seus criadores. Essa orientação nos acompanha quando nos direcionamos de forma inédita aos papéis de arquivo da historiadora Adeline Daumard.

## Gestos de arquivamento e espelho generificado de uma formação

Adeline Daumard foi batizada na Paróquia São José, diocese de Limoges, pouco mais de um mês após seu nascimento. A ata que certifica o rito, imprescindível para famílias de confissão católica, é o primeiro documento de que a série “vida privada” nos oferece a leitura. Basta que esvaziemos um pouco mais essa primeira caixa para que os certificados da vida laica reorientem nosso olhar.

Dois anos mais velha que seu irmão Jacques, Adeline concluiu os estudos secundários no Lycée Fénelon, a primeira escola para meninas de Paris. O certificado de conclusão da próxima etapa escolar retém nossa atenção. A “Secretaria administrativa do serviço central de exames do Baccalauréat do Ensino secundário” atesta, no modelo de documento próprio da prova de Filosofia, que Adeline também recebia o grau de *Bachelier Mathématique*. Na prática, o acréscimo significa que a jovem poderia escolher entre



seguir uma formação superior em uma Faculdade de Letras ou de Ciências. Continuamos esvaziando a caixa e rapidamente somos informados: a Licence ès Lettres, a *agrégation* e o Doutorado em História foram feitos na Universidade de Paris (Sorbonne).

Seria possível mensurar como a representação social de gênero atua nessa escolha? Sem desconsiderar as predileções pessoais, devemos ponderar o fato de a orientação profissional de Adeline ter se dado na vigência do lema nacional do Regime de Vichy (1940-1944): “Trabalho, Família, Pátria” (ECK, 2002, p. 289). A imposição de uma ideologia “familiar” produziu estatísticas regressivas do contingente feminino no ensino superior (CHARLE, 1999, p. 85). Dentro desse universo de inferiorização, a formação universitária feminina, cujo primeiro horizonte de atuação é a educação das crianças e adolescentes, torna-se mais “tragável” socialmente e, nesse sentido, menos traumatizante para as ainda “indesejáveis” da Universidade da Terceira e Quarta República Francesa (DUMOULIN, 1998, p. 345; CHARLE, 1994, p. 217).

Caminhemos pelo Fonds Daumard sexualizando sua composição e observemos como papéis de gênero se desenham nesse espaço e justificam hierarquias sociais. Jacques, que devia receber um ensino distinto do da irmã, estuda nos liceus Montaigne e Saint-Louis. Nessas instituições, o Estado espera que ele virilmente prepare-se para assumir responsabilidades na vida pública. Direcionando-se às disciplinas que oportunizam posições de prestígio e poder, ele frequenta o Institut d’Études Politiques de Paris e a École Nationale d’Administration e, assim, acumula atributos de excelência para ocupar diferentes cargos administrativos na defesa nacional. Com escolhas profissionais marcadas pelo gênero, Jacques, espelhando-se no pai, construirá uma carreira como alto funcionário de Estado.

Os irmãos Daumard conservaram os cartões postais que recebiam do pai. Graças às suas funções na Radiodifusão Nacional, Victor-Léon Daumard pôde enviar-lhes os rostos de diversos lugares do mundo. Por meio de uma escrita amável, cujo tom pede desculpas por suas frequentes viagens, ele fazia comentários históricos repletos de curiosidades culturais. Fazendo convergir imagem e texto, Victor compartilhava os conhecimentos adquiridos no trajeto, praticando uma espécie de pedagogia a distância. Estimulada pelo pai, Adeline jamais abandonou o hábito de colecionar esses pequenos retratos do mundo.

Dentre os cartões postais que Victor enviava a seus filhos, encontramos a assinatura de Amélie Daumard ([1900?]-1998), que dividia seu tempo entre o papel de acompanhante do marido durante as missões de trabalho e o cuidado dos filhos. O inventário do Fonds Daumard não fornece um perfil biográfico de Amélie.

A autoria negada liga-se ao fato de ela não ter exercido nenhuma atividade de notoriedade pública, limitando-se a cumprir seus desígnios “naturais”. O ideal da mulher enquanto “mãe e esposa no lar” era largamente partilhado na França da primeira metade do século XX, e a contextualização histórica da biografia de Amélie teria como força pedagógica justamente convidar este presente a refletir acerca do seu passado, acerca de uma sociedade de estrutura patriarcal regulada por um código civil de caráter sexista que declarava a incapacidade civil da mulher casada (SOHN, 2002, p. 179-190). Amélie, enfim, não foi educada para participar da vida pública. Mesmo sem receber um código de identificação, sua presença se impõe no arquivo. Após o falecimento de seu marido, Amélie torna-se o centro das atenções dos seus filhos, os quais, sempre solteiros, jamais deixaram a residência familiar.

Ao contrário de Amélie, a codificação atribuída à filha é muito volumosa. Adeline foi uma proeminente produtora de evidências de si e dos outros. São vozes múltiplas que falam, às vezes, todas ao mesmo tempo. Acumuladas em uma leve desordem, elas são frutos de diferentes gestos de arquivamento. Atentos a tais gestos, seguiremos recortando e agrupando culturas pessoais de arquivamento que singularizam etapas da formação intelectual e da profissionalização de Adeline.

Além dos “arquivos da vida civil”, nos quais são colocados os documentos probatórios dos compromissos cidadãos, Adeline reuniu vários “arquivos de deleites”, dedicados aos souvenirs dos seus lazeres. As fotografias e os folders de espetáculos, exposições e espaços culturais frequentados nos levam aos seus gostos e à sua maneira de aproveitar o tempo livre. Todavia, sem dúvida, são os recortes de jornais sobre a arte de cuidar dos jardins que confessam a alegria da vida em família. Afastada da agitação de Paris, o tempo tomado para si era consagrado à jardinagem praticada na casa de campo em Villaré (região próxima de Paris). Como pinceladas de tintas, tais vestígios esboçam o retrato de uma mulher branca, burguesa, apreciadora de artes decorativas, simpática à natureza e cultora de valores familiares e religiosos tradicionais. Alguns vestígios, contudo, desestabilizam o modo realista do retrato (LUZ, 2000, p. 305), pois há que se considerar certa cor de desobediência na ausência de lazeres comuns ao casamento e à maternidade.

As linhas sensíveis entre o vínculo familiar e as desobedientes recusas de Adeline são notáveis na coleção de fotografias. No início do novecentos, já era possível que um amador se servisse de uma Kodak para registrar seu cotidiano (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 470). Etapas das vidas dos filhos, comemorações e viagens, classificadas em “antes e pós-segunda guerra”, foram capturadas por Victor. Jacques herdou do pai o apreço pela fotografia: como ele, e diferente da mãe e

da irmã, documentou a sociabilidade acadêmica, registrou os congressos de que participou e as inspeções por ele realizadas. Poses adequadas à situação – corpo ereto, sobriedade na face –, esses homens, conforme a educação recebida, preocupavam-se com a memória imagética de suas atuações públicas. Adeline e a mãe, por sua vez, integravam a comunidade familiar, cuja imagem era apreendida na ótica desses dois homens. É paradoxal e sintomático que, com um século de registro fotográfico, o Fonds Daumard seja um observatório da evolução da técnica e da estagnação em relação à manipulação da máquina, dado que o controle da perspectiva permanece em mãos masculinas.

São poucas as fotografias das atividades acadêmicas de Adeline na França. No entanto, folheando alguns álbuns, podemos enquadrar instantes de ruptura na continuidade visual familiar. A partir de 1975, o Mediterrâneo, mar privilegiado das férias em família, dá lugar às águas que correm nos litorais sul, sudeste e nordeste brasileiro. Adeline é, finalmente, autora e atriz principal da fotografia. Ora ela se exhibe só (ou talvez possamos dizer “livre”?), ora suas novas colegas se juntam a ela. Em contraste com a França, as fotos tiradas no Brasil se distinguem pela presença das personagens: mulheres e sorrisos são capturados em um cotidiano de trabalho, em passeios turísticos e em longos momentos de conversa passados na mesa de refeição.

No que diz respeito ao curso da sua formação universitária, Adeline criou “arquivos de estudante”, composto de cadernos, apostilas, livros anotados e manuscritos. Nessa série, destaca-se a presença de temas relacionados à história econômica e à história política institucional internacional da Europa contemporânea, com destaque para as anotações feitas durante as aulas de Pierre Renouvin e Ernest Labrousse, na Sorbonne. Esses autores foram formadores dos irmãos Daumard, cujas teses, escritas em uma temporalidade partilhada, entraram em temas relativos às relações internacionais, à economia política e ao direito financeiro. Jacques defendeu sua tese na *Faculté de Droit de Paris* em 1961, e Adeline, em 1963, na *Faculté de Lettres de Paris*. Os interesses comuns certamente animaram a convivência e as trocas acadêmicas entre os irmãos; o apoio e o respeito intelectuais mútuos confluem para o entendimento do laço afetivo existente entre eles. O ambiente familiar de debates atua na autoconfiança intelectual de Adeline, que, afastando-se do destino da mãe pelo acesso à universidade e ao mercado de trabalho, buscava assemelhar-se ao irmão, e assim ser reconhecida como apta a exercer responsabilidades.

O compartilhamento de leituras entre os irmãos vincula-se, ao menos do lado da História, ao avanço do projeto interdisciplinar defendido por Marc Bloch e Lucien Febvre,

editores da revista *Annales*. A aliança da História com as Ciências Sociais se ampliava com a crescente audiência de Labrousse, um economista convertido à História que construía ao seu redor uma legião de orientandos.

A perspectiva historiográfica que domina o cenário dos anos 1940 é vista nesses “arquivos de estudante”, em que pouco a pouco um panteão de grandes professores, todos homens, impõe-se. As leituras que formaram Adeline foram todas de autoria masculina. O mutismo da voz feminina no arquivo funciona como espelho das salas universitárias de instituições consideradas de excelência e das casas editoriais, que também agem na legitimação da autoridade professoral. Um espelho antigo, reflexo da profissionalização da disciplina sob o signo do gênero masculino e por meio da metaforização da inferioridade feminina (SMITH, 2003, p. 15-18)<sup>3</sup>.

Na década em que as mulheres conquistaram o pleno direito ao voto, não era negligenciável, principalmente entre as classes médias e abastadas, o número de francesas diplomadas, mas suas carreiras e o reconhecimento intelectual ainda eram muito distintos em relação aos dos homens (SCHWEITZER, 2009). Agindo a favor de uma divisão do trabalho universitário em proveito dos homens, a instituição escolar não preparava as alunas para a profissionalização no ensino superior, e, assim, a primeira cátedra ocupada por uma mulher na Faculdade de Letras de Paris só ocorreu em 1947 (CHARLE, 1994, p. 218). Considerando essa data, se Adeline viu mulheres transitando entre as salas de aula da Sorbonne, foi apenas nos papéis diferenciados de assessoras ou auxiliares dos professores homens.

Personagens secundárias na imagem da História, as mulheres diplomadas figuravam como arquivistas, bibliotecárias, assistentes, copistas, compiladoras, secretárias; eram, em síntese, operárias valorosas que, nos lares, escritórios, laboratórios ou faculdades, preparavam o terreno para os gênios produtores de histórias (DUMOULIN, 1998, p. 344), como Febvre e Bloch.

Citemos, no caso de Febvre, a ofensiva contra as pretensões de autoria de Athénaïs Michelet, feita no projeto de edição erudita dos trabalhos do marido sob sua supervisão. Classificando Athénaïs como “viúva abusiva”, “os organizadores construíram a autoria com base na caligrafia, e mesmo assim aplicaram padrões marcados pelo gênero ao que isso indicava” (SMITH, 2003, p. 204). Também não esqueçamos a omissão por parte desse historiador das contribuições recebidas de sua esposa, Suzanne Febvre,

<sup>3</sup> Esse modo de disciplinarização é verificado nas Ciências Sociais. Charron (2013) analisa como os enunciados de inclusão e marginalização das mulheres afinavam-se aos critérios científicos “universais” e “neutros” que legitimavam a figura intelectual masculina.

e de Lucie Varga<sup>4</sup>, sua assistente e amante. Suzanne, que abandona sua tese após o casamento e exerce o ofício à sombra do marido, lia os manuscritos de Lucien, assistia-o em suas missões de pesquisa e organizava jantares e recepções (DAVIS, 2017, p. 174-175). Varga, por seu lado, assessorava Febvre nos *Annales*, na *Revue de synthèse* e na *Encyclopédie française* e fazia resumos e traduções que ele utilizava em seus cursos, livros e artigos. Em alguns casos, as notas de leitura de Varga eram a base de suas resenhas. Quanto à Marc Bloch, lembremos de suas reiteradas desconfianças com relação às mulheres intelectuais (SCHÖTTLER, 1991) e do apagamento do trabalho de Simone Bloch, sua esposa. Além de secretária e assistente não remunerada, Simone, mãe de seis filhos, também tomou parte nas pesquisas do marido: todos os manuscritos de Marc eram minuciosamente relidos por ela, que jamais foi citada ou recebeu uma nota de agradecimento (DAVIS, 2017, p. 175-176).

Analisando a “fraternidade masculina” dos primeiros *Annales*, Natalie Zemon Davis (2017) mostra como a condição marginalizada das historiadoras estava enredada em configurações de poder que minoravam a contribuição das mulheres e solapavam sua ascensão na carreira. As ações de Febvre e Bloch são esforços conjugados para a invisibilização da autoria feminina no núcleo dos *Annales* – revista que se projetava como espelho da produção intelectual francesa<sup>5</sup>.

Bloch, Febvre, Labrousse e, posteriormente, Fernand Braudel eram a representação da História para a jovem formada no pós-guerra. Pulsando aquilo que de mais criativo e inovador havia na produção historiográfica, essa imagem poderosa atrai Adeline e será em torno das orientações dos *Annales* que ela se tornará pesquisadora.

## Arquivar a pesquisa, obrar a massa documental

Conquistado o certificado de *agrégation d'histoire* em 1950, Adeline inicia a criação de um “arquivo de pesquisa” para a preparação da tese. O doutorado é fundamental para a construção da carreira de “professora-pesquisadora”, mas também é um desafio considerando que o próprio termo “historiadora” era de emprego recente (ERNOT, 2007). Se historiadoras como autoras já compareciam mais nos *Annales*, seu número

<sup>4</sup> Varga, historiadora e etnógrafa austríaca de origem judia, chega a Paris em 1933 e é recrutada por Febvre. Fazendo história das mentalidades, participa da crítica ao nazismo e torna-se a primeira mulher a comparecer regularmente nos *Annales* (SCHÖTTLER, 1991, p. 9).

<sup>5</sup> O tímido eco que o artigo de Davis obteve na França expressa o desejo de não arranhar o espelho que reflete a imagem dos *Annales*. Publicado em 1992, o artigo foi traduzido para o francês em 2017 e suscitou o olhar crítico do então diretor, Anheim (2017).

ainda era inexpressivo na tradicional *Revue Historique*. De 1950 a 1960, cerca de 10% dos artigos publicado nos *Annales* são de mulheres. Com a intervenção de Braudel, Adeline publica sobre metodologia em história social em 1958, depois avança nesse tema, assinando com François Furet em 1959 e 1961, mas ela não divulga seu trabalho sem tutela ou coautoria. Nos sumários dos dois números de 1950 da *Revue Historique*, vemos que, de 20 artigos, apenas um é de autoria feminina.

Essas cifras compõem a segunda fase da “feminização” universitária que coincide com a entrada em cena de incentivos à pesquisa por parte do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Nomeada “pesquisadora associada” do CNRS (1954-1958), Adeline deixa de se deslocar entre os liceus da Normandia e de Paris para se dedicar à tese. Como escolhera estudar o perfil social da burguesia parisiense da primeira metade do século XIX, a permanência em Paris era imperativa.

A abordagem da tese vincula-se diretamente ao projeto labroussiano que visava a conhecer as estruturas sociais por meio do estudo da constituição econômica, da configuração social e dos consequentes fundamentos psicossociais (comportamentos políticos, atitudes mentais) (LABROUSSE, 1955). Adeline costuma constar nos recenseamentos que listam as grandes teses regionais francesas surgidas desse modelo. Ela aparece ao lado de historiadores como Pierre Goubert, Emanuel Le Roy Ladurie, Maurice Agulhon, Pierre Chaunu e Jacques Dupâquier (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012, p. 215-216), nomes que habitam o Fonds Daumard e que, inscritos em suas agendas pessoais e listas de contatos, delineiam o círculo de sociabilidade formado em torno de Labrousse, do qual Adeline é a figura feminina de exceção.

Essa geração impulsiona a história social, que amplia seu questionário aproximando-se da demografia e da estatística e, buscando metodologias e técnicas, introduz-se nos recém-criados centros e laboratórios. Essa movimentação é documentada no conjunto de agendas pessoais de Adeline, incluído na série “arquivo de pesquisa” por expor os pequenos e cotidianos passos da interdisciplinaridade que caracteriza essa produção historiográfica. Seus registros diários descrevem a rotinização da pesquisa: amanhã de manhã, emprestar um livro na Biblioteca Nacional da França; à tarde, passar na Biblioteca da Cidade de Paris; no dia seguinte, códigos de dossiês para consultar no Arquivo Nacional; uma única anotação nos dias subsequentes: Arquivo do Senna.

Para transformar dados brutos em hipóteses investigáveis (FURET, 1971), outro itinerário é requerido, e ter em mãos um repertório de nomes e endereços úteis pode assegurar o apoio técnico necessário. Telefonar a Jacques Bertin, diretor do Laboratoire de Graphique na École Pratique des Hautes Études (EPHE), para combinar



a revisão dos mapas e gráficos; verificar as estatísticas no Institut National d'Études Démographiques, depois discutir os quadros no Institut National de la Statistique et des Études Économiques.

Para construir uma síntese da burguesia urbana entre 1815 e 1848, Adeline mobilizou listas de proprietários de imóveis, de prefeitos, de registros populacionais, dossiês administrativos pessoais, circulares eleitorais, declarações de impostos, dossiês de falências, listas de acionistas, estudos de ruas, mapas, documentos paroquiais, contratos de casamento, inventários post-mortem, sessões de bens, testamentos, cadernos de viagem e de contabilidade, memórias, correspondências privadas, romances, imprensa e jurisprudência. Adepta da cultura metódica das fichas, ela criou fichários temáticos, biográficos e genealógicos, fichas topográficas de Paris, fichas com recortes anuais (essenciais para o recorte cronológico) e de consulta a bibliotecas, arquivos e fichas bibliográficas. A submissão desse conjunto heterogêneo e massivo ao método quantitativo e serial foi uma prática pioneira de Adeline, rendeu-lhe felicitações da banca de tese (BÉDARIDA, 1964, p. 279), resenhas muito positivas e a consagração pela Académie des Sciences Morales et Politiques (Institut de France).

Testemunhando uma maneira de interrogar o passado, de considerar a relação com o status das fontes e de conceber a narrativa histórica (BORGHETTI, 2010, p. 414), o "arquivo de pesquisa" é a face material de uma "historiadora em ação", obrando sua massa documental (BOUCHERON; DALARUN, 2015). Assim, o seu volume tanto conta sobre o assentamento de uma cultura estatística na história quanto expõe o doloroso e moroso processo de domínio das séries e da produção textual.

Anotações diversas, notas soltas, rascunhos incompletos e rabiscos momentâneos, esses "refugos", criados pragmaticamente para estimular o trabalho (HOBBS, 2018, p. 266), espessam o arquivo. Uma página sem retoques, considerada adequada, nasceu de três outras que foram descartadas por um enorme e irritado X traçado em vermelho, a cor do descontentamento. Os conteúdos das caixas competem em teimosia; exibem, uma caixa após a outra, cálculos de fortuna e renda, curvas de preço e flutuações monetárias, gráficos de classificação social e tabelas de profissões que resistiam em ser ordenados. No meio deles, esquemas intitulados "precisão do capítulo", "explicações", "definições", que funcionavam como pausas para organizar o pensamento e proceder a novas manipulações. Esses arranjos também denotam a preocupação de Adeline com a inteligibilidade do texto. O cuidado com a narrativa é uma marca das grandes teses regionais; cabe lembrar a repercussão de Ladurie e Duby, e Adeline não a menospreza, apesar da aridez de sua escrita. Essa aridez, entretanto, é uma forma de afirmação decorrente dos constrangimentos da tese; ela está ligada



não só à crença metodizada de ressurgência do passado e apoderamento da vida em sociedade, mas também à vontade de mostrar a sua *expertise* na área de história social quantitativa. A historiadora buscava corresponder e ultrapassar as expectativas de sua banca masculina, que não apenas outorgaria o título, mas, pelo patronato da época, influenciaria a prosperidade na carreira.

Vestígios de um modo de fazer, fragmentos do trabalho, esses refugos do labor intelectual são também o não dito do cotidiano de um pesquisador. Adeline os retomou ao longo da vida, e com eles revisou, revisitou e ampliou a tese. Em torno do tema da burguesia e das elites sociais, a historiadora empreendeu projetos sobre fortunas francesas e cidades urbanas, escreveu sobre classificação socioprofissional e genealogias sociais, voltou-se de modo prógono para o tema dos lazeres e ócios na disciplinarização da vida burguesa, analisou a sociabilidade da nobreza e refletiu acerca do papel das mulheres, da moral burguesa e das transformações da sociedade francesa no século XX. O “arquivo de pesquisa” que configura sua obra nunca deixou de crescer, ele foi moldado pelos avanços da pesquisa, pelas críticas recebidas, pelos obstáculos impostos à sua carreira e pelos encontros inesperados.

## Arquivar a docência, documentar a subordinação feminina

Um ano após a defesa da tese, Adeline assume uma vaga em Brest (1964-1966), e seus arquivos se redefinem. Visando a um público específico, composto de alunos, ouvintes, orientandos, colegas e superiores, ela produz seu “arquivo de docência”.

O historiador profissional está inclinado a ser professor universitário, e aí repousa o difícil equilíbrio entre o tempo da pesquisa e o das atividades de ensino. A programação do tempo muda quando Adeline se torna professora; suas novas demandas sublinham um cotidiano de preparação de cursos, seminários, conferências, elaboração de planos pedagógicos e avaliações diversas (teses, concursos, projetos). Os encargos se distribuem de forma diferente a cada mês, mas, no geral, notamos a redução de suas andanças de pesquisa.

A exemplo das atividades realizadas em um escritório de revista ou em uma associação profissional, bem como a produção de relatórios administrativos e o preenchimento de formulários de auxílio à pesquisa e ao ensino, muitos dos afazeres docentes não são fixados em seu currículo. No entanto, mesmo que deixados à sombra, eles movem as engrenagens da profissão e destacam a experiência do trabalho do historiador em toda a sua generalidade (ANHEIM, 2018).

Parte substancial do seu “arquivo de docência” é ocupada por seus orientandos. A face material da função orientação é representada pelos exemplares rascunhados pedindo esclarecimentos e por pareceres sugerindo correções e indicando bibliografia. As respostas ao seu trabalho chegam pelo correio: “Agradeço novamente pelos conselhos e exprimo mais uma vez meu reconhecimento pelos exemplos de honestidade e vigor intelectual que você sempre me deu” (WISCART, [199-?]). As palavras de Wiscart compõem um conjunto de cartas afetuosas de agradecimento pelo incentivo, de reconhecimento pela leitura cuidadosa e de manifestação de dívidas pelas avaliações e direcionamentos. A “correspondência orientadora” acompanha a coleta das fontes e a escrita, e implica, da parte de Adeline, a ultrapassagem da *expertise*. As cartas sobre o trabalho intelectual falam das dificuldades familiares, justificam as pausas forçadas por problemas de saúde e, por vezes, manifestam o cansaço do processo. Finalizada a tese, as cartas de orientação dão lugar aos postais, que continuam a alimentar as relações, renovando os laços nas datas festivas.

O espaço dos orientandos também é alusivo aos embaraços da sua carreira na universidade francesa. Ocupar uma posição institucionalmente forte é fundamental para dar continuidade à pesquisa e fazê-la avançar com a supervisão de teses. No caso de Adeline, a chegada à Universidade Paris 1 com 60 anos de idade, em 1984, e a obrigação legal de aposentar-se logo em 1992 tiveram um efeito negativo em relação ao tempo necessário para estabelecer uma rede e para investir, por meio de seus orientandos, na circulação social de sua maneira de praticar a história (PALMEIRA, 2013). O afastamento da historiadora do círculo de poder de Furet, Chaunu e François Crouzet contribuiu para o seu enfraquecimento no ambiente historiográfico pós-anos 1980. Como o seu nome não estava atado ao capital de poder universitário suficiente (BOURDIEU, 2011), ela pouco podia oferecer aos seus alunos em nível de influência para obter uma boa posição acadêmica.

À interpretação do “arquivo de docência”, acrescentam-se os papéis que traçam o tortuoso percurso institucional de Adeline. Relativamente organizados, eles tornam visível a intenção arquivística e testemunhal da historiadora. Para cada depósito de candidatura, investida sobre alguma universidade ou sobre o Ministério da educação nacional, existem pastas mais ou menos ordenadas, identificadas e datadas. Elas guardam cartas recebidas, cópias ou rascunhos de cartas enviadas, legislações, estatutos, alguns recortes de jornais sobre reforma universitária, tabelas de professores com seus históricos profissionais e possíveis datas de aposentadoria, listas de contatos e pequenas notas manuscritas.

Esse conjunto razoavelmente organizado servia como fonte de consulta – Adeline recuperava nas pastas os episódios que descrevia na correspondência e os utilizava para recapitular o cenário e construir esquemas de ação<sup>6</sup>. É possível que a acumulação de papéis tenha sido motivada pela intenção de fazer um estudo sobre a “Universidade da 5ª República”, explorando a sua marginalização (DAUMARD, 1976b, p. 4). Conjecturas à parte, esses papéis, como escritas de si (ARTIÈRES, 1998; ARTIÈRES; LAÉ, 2011; GOMES, 2004), expõem um perfil do si em combate, reconstruindo-se, modulando-se defronte dos outros, em confronto com o mundo social. No entanto, que mundo confrontável seria esse?

Começamos com o universo da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), antiga VIe section de l’EPHE, braço institucional dos *Annales* e historicamente resistente às historiadoras como Diretoras de Estudos, posição mais elevada na hierarquia institucional. No verão de 1980, Adeline escreve a Furet, informando seu desinteresse por uma futura candidatura na instituição. Essa carta simboliza o rompimento da relação de coautoria dos anos 1950 e 1960 e marca a reação de um corpo já cansado de estar na “fila de espera”<sup>7</sup>:

Após sua designação como presidente de l’EHESS, eu vim vê-lo para exprimir, entre outras coisas, meu desejo de que fosse normalizada minha situação na École, e de que eu fosse nomeada Directeur Études Cumulant. Com muito entusiasmo você me disse quanto era favorável a esse projeto. Você acrescentou que, quando uma vaga estivesse disponível, você me preveniria e faria todo o possível para apoiar minha candidatura (DAUMARD, 1980).

Quando Furet assumiu a presidência em 1977, Adeline, tendo em vista seu percurso na EHESS, renovou uma esperança antiga. As funções de “chefe de pesquisa” (1958-1961), “mestre assistente” (1962), “diretora-assistente de estudos” (1963) e de “mestre de conferência” (1964-1965; 1971; 1975-1977) foram obtidas com a intervenção de Labrousse e Braudel, homens que tutelaram a evolução interna dessas posições. Esses cargos foram objetos de inúmeras trocas de cartas, pois eram designações temporárias que dependiam da aquiescência da direção. Nessas cartas, Adeline,

<sup>6</sup> Essa modalidade de uso é notada no acervo de Duby, que recorria aos seus papéis para “escoar a sua reconstituição” autobiográfica (BRANDI, 2013, p. 123) e no de Alice Canabrava, que controlava o caminho da conversa epistolar (ERBERELI JR., 2019, p. 264).

<sup>7</sup> O fenômeno da “fila de espera” refere-se ao longo processo de subordinação interna das mulheres para conseguir ascender ao posto mais alto da instituição. Esse cenário sofrerá uma inflexão efetiva a partir dos anos 2000 (BACKOUCHE; GODECHOT; NAUDIER, 2009).

ciente do imperativo das alianças, joga o jogo e faz deferência a esses historiadores: “Eu sei como sua influência é decisiva nas eleições da VI Section”, diz Adeline a Braudel em 1964 (DAUMARD, 1964). Esse tom estratégico de fala retorna nas cartas que troca com Crouzet e Chaunu por ocasião da sua candidatura à Universidade Paris IV em 1972 e 1977. Reconhecendo-os como autoridades, Adeline se coloca à disposição e pede o patronato. Em carta a Chaunu, ela assim se exprime: “você sabe o quanto desejo fazer parte de sua equipe [...]. Acredito que minha presença em Paris IV traria grandes vantagens para mim evidentemente, mas também para a realização dos seus projetos e anseios” (DAUMARD, 1976a, p. 1).

Adeline não escrevia a desconhecidos, ao contrário, ela se direcionava às pessoas com quem trabalhou e com quem mantinha projetos comuns. Ela tentava, assim, ativar essa rede a seu favor. Com o mesmo enredo, as cartas expunham as sociabilidades antigas e os auxílios prestados em nível pessoal e intelectual, para, em seguida, relembrem as dívidas existentes e cobrarem as promessas feitas.

Uma recorrente queixa de Adeline era a precariedade em que vivia como docente na Universidade de Picardie, em Amiens (1966-1984), porque entendia permanecer em um posto “debutante”, sem estrutura de trabalho. De acordo com o *modus operandi* de então, após a defesa da tese, os talentos iniciavam a carreira nas universidades de província, onde trabalhavam até uma vacância em Paris. Neste meio centralizado e hierarquizado, cujo número restrito de postos superiores era regulado por patronos que “decidiam carreiras universitárias”, a consagração profissional estaria na articulação discreta entre um *saber* (*expertise*) e um *lugar* (instituição) (CERTEAU, 2002, p. 71). Apesar das contestações de 1968, a universidade ainda alicerçava-se em um modelo de autoridade patriarcal, em que um indivíduo dificilmente progredia “sem a dependência de outrem” (CLARK; CLARK, 1971, p. 24).

O personalismo dessa forma de recrutamento é visto na candidatura de Adeline à Universidade Paris IV. Após a decisão do júri, o redator do Comitê Consultivo do concurso escreve-lhe narrando o desfecho da votação. Segundo Jacques Godechot, antigo diretor da Faculdade de Letras de Toulouse, discípulo de Georges Lefebvre e relativamente autônomo em relação ao círculo Labrousse/Braudel/*Annales*:

Nos termos da minha comparação, me pareceu que você era mais experiente, possuía maior número de publicações e missões internacionais mais longas e importantes. Eu, portanto, votei a seu favor. Mas os representantes da Universidade de Paris IV enfatizaram que ainda que a

cadeira vacante tenha sido classificada como de História contemporânea, trata-se em seu ponto de vista de uma cadeira de História econômica (GODECHOT, 1977, p. 1).

A persuasão de François Crouzet garantiu a vaga ao seu antigo orientando, François Carron, homem mais jovem, com menos experiência profissional e um currículo inferior ao de Adeline. A insustentabilidade do discurso da meritocracia ainda é coroada com uma moção de louvor aos trabalhos de história social da candidata (GODECHOT, 1977, p. 1).

Depois dessa derrota, Adeline ainda investe sobre a EHESS, na presidência de Furet, e sobre Paris 1, onde consegue apoio de Maurice Agulhon para sua segunda candidatura. Na carta que sela o apoio, ele afirma: “é a sua obra que coloco em primeiro lugar, eu gostaria muito de ajudar a dar à sua carreira o fim parisiense que você tão legitimamente deseja” (1983). Agulhon, embora tenha se doutorado no círculo labroussiano, criou uma carreira imbricando história social e cultural e dedicando-se ao tema das representações sociais (CHARLE; LALOUETTE, 2017), o que nos leva a inferir que Adeline tenha vivido uma experiência de dominação masculina própria a sua especialidade.

No tempo em que Adeline inicia a carreira docente, ela é a única mulher que leciona História Contemporânea e que desenvolve pesquisa em história econômica e social quantitativa (DUMOULIN, 1998, p. 355). Sua sociabilidade intelectual nos eventos, seminários e associações era majoritariamente feita com profissionais masculinos. Esse predomínio poderia estar ligado à identificação da especialidade com a estatística, matemática e economia, disciplinas cuja competência é adjetivada no masculino (GARDEY; LÖWY, 2000). Quando Crouzet defende o perfil do profissional que deseja para a cadeira vacante, ele afirma que Caron, um historiador economista puro, resguardaria a especialidade de “algumas formas de história menos sérias e austeras” (1976b, p. 2). Dentro dessa representação generificada, Adeline perturbava a boa imagem da história econômica “pura”.

Nesse quadro, as derrotas da historiadora desestabilizam a narrativa que preconiza que a organização do campo disciplinar é destituída de injunções de gênero e fundada em princípios científicos universais, neutros e imparciais (SCOTT, 1992, p. 71). O mundo confrontável de Adeline, respondendo à questão posta acima, é um mundo marcado por assimetrias de gênero em favor dos homens nas profissões intelectuais, o qual foi tematizado pelo Movimento de Libertação das Mulheres (MLF), que eclodiu

nessa mesma década, mas de que tanto Adeline quanto os homens do seu círculo não tomaram parte.

## Arquivar o Brasil, lembrar a acolhida brasileira

Simultaneamente aos embates mais duros ocorridos no interior do seu círculo intelectual francês, Adeline fortalecia as bases de uma nova rede intelectual em solo estrangeiro. Quando Godechot ressaltou que as missões internacionais da historiadora eram “mais longas e importantes” que as de seu concorrente, ele se referia ao seu trânsito intelectual pelo Brasil. Desde o primeiro convite, em 1975, Adeline concede espaço e significado destacáveis às relações brasileiras na economia dos seus papéis pessoais. Ela se coloca a “arquivar o Brasil”.

Adeline, que teria sido indicada por Braudel à Cecília Westphalen (1984), viajou ao Brasil para ministrar seminários e conferências sobre sua forma de praticar história social quantitativa (DAUMARD, 1978). Westphalen, Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e Altiva Balhana, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da mesma instituição, promoviam a vinda de pesquisadores estrangeiros com o intuito de corroborar linhas de pesquisas em história econômica e demográfica. Na UFPR, Adeline é a primeira mulher do grupo de franceses que contribuiu com essa estrutura em formação, e é possível que conserve essa posição em nível nacional.

Lendo os relatórios institucionais, as agendas e a correspondência que guardou, sabemos que suas missões de ensino foram apoiadas por uma rede de historiadoras. Além das já citadas Westphalen e Balhana, compuseram esse grupo: Kátia Mattoso e Consuelo Pondé de Sena, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Yedda Linhares, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Anita Novinsky e Maria Beatriz Nizza da Silva, ambas da Universidade de São Paulo (USP).

Essas mulheres impulsionaram seus seminários e conferências, abriram as portas das suas casas a ela e lhe deram acesso à intimidade familiar. Fizeram essa acolhida tanto para contrabalancear os encargos da estadia quanto pelos laços de amizade que se teciam à medida que Adeline retornava. Nota-se o esforço de Linhares e de Mattoso para garantir a vinda dela em 1977. Enquanto esta contactava Maria Luiza Marcílio da FFCL de Assis e Daisy Ribeiro de Carvalho da FFCL de Marília, aquela mobilizava sua rede na UFRJ, na UFMG e na PUC-Rio (DAUMARD, 1976c). Elas, situadas em instituições reconhecidas, deram visibilidade a Adeline, levaram-na a falar

nos jornais e divulgaram seus passos pela imprensa de uma forma que parece não ter acontecido na França.

Um dos conjuntos documentais mais robustos acerca de suas experiências é a correspondência com sua mãe e seu irmão. Utilizadas como diários íntimos (DIAZ, 2016, p. 185), suas cartas registram seus estranhamentos culturais, sua prepotência intelectual, suas descobertas e seus encantos. O olhar de Adeline às mulheres que a rodeavam remete implicitamente ao seu meio de pertencimento. A francesa enfatizava a seus correspondentes as posições que essas historiadoras ocupavam. Chefes de departamento, coordenadoras de pós-graduação, presidentes de comissões, conselheiras administrativas, elas pareciam ter maior fluidez pelos diferentes estratos da universidade, e isso embaralhava a visão francesa de Adeline.

A impressão da convidada encontra respaldo na especificidade da formação universitária brasileira. Em uma sociedade que entrava em processo mais agudo de urbanização, industrialização e diversificação cultural, em que a ideologia familiar da domesticidade da mulher apoiada em princípios da doutrina católica buscava ser a ordenadora dos julgamentos sociais, foi muito significativo para as mulheres o fato de a legislação universitária da década de 1930 não as ter excluído do ensino superior, como ocorreu na França no século XIX. Embora existisse uma nítida hierarquia masculina no sistema inaugural de cátedras, a universidade brasileira desenvolveu-se com a presença do elemento feminino. A progressiva descentralização do poder catedrático e a crescente burocratização (vinda com a Reforma Universitária de 1968) legaram mais tarefas aos docentes e acabaram oportunizando lugares de liderança às mulheres (TRIGO, 1994), sobretudo àquelas que afrontavam o domínio masculino desde os anos 1950, como as anfitriãs de Adeline. Rememoremos que Linhares (FNFi/UFRJ) e Westphalen (UFPR) conquistaram a cátedra em 1957, feito realizado por Canabrava em 1951 (USP) e seguido por Eulália Lobo em 1958 (FNFi/UFRJ). Altiva Balhana (UFPR) obteve a livre-docência em 1959. A francesa, então, presenciava e se beneficiava dessa movimentação estrutural.

A série de cartas que Adeline trocava com as brasileiras sobre as formalidades da viagem sinalizam as expectativas historiográficas das colegas. Demonstrando conhecer a produção da convidada e ansiosas pelo encontro, elas serviam-se dessas cartas para adiantar a conversa acerca dos seus temas e desafios de pesquisa. Adeline devia se preparar, pois suas colegas contavam com ela “para sair de alguns impasses relativos às [suas] fontes” (LINHARES, 1976).



Essa rede feminina, enfim, traz um “sopro de vida” à carreira da historiadora, que se engaja na formação de uma biblioteca “brasileira”, em que as regiões de São Paulo, Paraná e Bahia são privilegiadas. Visando a intensificar as trocas, Adeline se dirige às fontes da história brasileira e, especialmente, à bibliografia de suas interlocutoras mais próximas. O “arquivo do Brasil”, então, enriquece-se com as análises de Mattoso acerca da escravidão, dos preços e dos salários na Bahia. Também se amplia com os artigos de Westphalen e Balhana sobre a ocupação territorial do Paraná, a propriedade e a dinâmica demográfica no sul do Brasil, além das obras de Nizza da Silva sobre cultura letrada, estratificação social, sistema matrimonial e o papel das mulheres no Brasil oitocentista. A dedicatória que acompanha os exemplares é retribuída pelos comentários que Adeline faz nas margens ou em folhas à parte, os quais passam a constituir-los enquanto rastros de leitura e ensaios de interlocução imediata.

A vontade de cruzar temas e abordagens que motiva esse arquivamento do Brasil é facilitada pela receptividade da historiografia francesa na academia brasileira. Aliás, justamente devido à presença francesa no processo de disciplinarização da História, os temas e abordagens das primeiras teses não representavam escolhas de gênero, mas da história neutra e universalizada. Se, no que tange a ascensão na carreira docente, as brasileiras tinham muitas experiências a compartilhar com Adeline (falamos dos constrangimentos dos concursos e do protagonismo masculino (ERBERELI JR., 2019; LIBLIK 2019), talvez não possamos dizer o mesmo quanto à especialidade (história econômica e social) e à abordagem (quantitativa e/ou serial). Para conquistar reconhecimento intelectual, as mulheres no Brasil praticavam a mesma história “metodologicamente renovada” que seus colegas homens (CANABRAVA, 1962). Considerando que a conceitualização da História como ciência no século XIX fundamentou-se construindo oposições valorativas também relacionadas às “definições evolutivas de masculinidade e feminilidade” (SMITH, 2003, p. 13), é possível dizer que importamos uma história já generificada, portanto, apaziguada em torno dos grandes critérios de legitimação<sup>8</sup>.

A prática da história que sela o encontro de interesses é verificável na passagem de Adeline pelo PPGH da UFPR. Nessa instituição, onde demorou-se mais (1975, 1979, 1980 e 1986), suas lições foram a matriz inspiradora da linha de pesquisa em História Social, que entrou em vigor em 1977. Seu nome é impulsionado, e ela se torna uma referência induzida das dissertações da linha (MARCHI, 1995, p. 47).

<sup>8</sup> A tese de Gilda de Mello e Souza, *A moda no século XIX* (1950), é um exemplo de qualificação de gênero. Representando uma curva no inventário de temas legítimos das Ciências Sociais, a tese foi desqualificada por ser “fútil”, “coisa de mulher” (PONTES, 2006, p. 90).

A parceria intelectual feminina é levada adiante, e o espaço epistolar torna-se “laboratório da obra” (DIAZ, 2016), lugar em que se encontram para discutir, planejar, escrever e revisar. Um volume considerável de textos passa a circular devido à produção de uma obra conjunta sobre teoria e metodologia da história social quantitativa. *História Social do Brasil: teoria e metodologia* (1984) problematiza os limites da aplicabilidade da história social quantitativa às fontes das diferentes realidades regionais brasileiras – obra que Nizza da Silva leva aos seus cursos de Teoria da História na USP para debater a relação entre “o historiador e a quantificação” (NIZZA DA SILVA, 1987).

Explorando mais uma vez o verbo “levar”, Nizza da Silva, Westphalen e Balhana levaram Adeline à Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), que fundaram em 1981. Integrante do corpo editorial da *Revista da SBPH*, a historiadora intermediou contatos com seus colegas franceses e a recomendou a seus alunos. Alimentado intelectualmente pela sociabilidade promovida na SBPH, o projeto Capes-Cofecub “História comparada de sociedades urbanas: políticas urbanas e dimensão cultural de cidades brasileiras e francesas (1840-1945)” (BATISTA; GRAF, 1998; 1999) ainda lhe oportunizou avançar em sua perspectiva de “história social comparada entre nações” (DAUMARD, 1987).

No término dos anos 1980, Adeline começa a preservar vestígios de suas relações com Portugal. A rede de historiadoras trama mais uma teia. Logo que Nizza da Silva, aposentada da USP, deixa a presidência da SBPH a cargo de Westphalen e retorna à sua terra natal, um novo espaço acadêmico se abre a Adeline. Acumulam-se convites para conferências e seminários, para publicação e entrevista (DAUMARD, 1990), assim como avolumam-se textos: uma tese portuguesa sob sua orientação coroaria o encontro (CRUZ, 1994).

O arquivo pessoal de Adeline indica que a francesa também “levou” suas colegas brasileiras ao seu meio universitário. O respeito intelectual é simbolizado na contrapartida. Entre os convites para ministrar seminários e participar de congressos, encontramos anotações atentas sobre a conferência de Nizza da Silva em seu seminário na EHES. Uma vez em Paris 1, Márcia Graf, sua orientanda, e Westphalen subiram as escadas da universidade para falar sobre suas pesquisas. Resenha de livro de Kátia Mattoso<sup>9</sup> e auxílio a estudantes de suas colegas também denotam seu esforço em retribuir a acolhida brasileira.

<sup>9</sup> Mattoso foi orientanda de Adeline, mas rompeu com ela quando estava prestes a defender o trabalho na Universidade de Picardie. Ela finalizou a tese sob a orientação de Crouzet, que apoiou sua candidatura à cátedra de História do Brasil em Paris IV.

Abrigo de uma história longa, o Fonds Daumard testemunha a vitalidade dessa rede de historiadoras, assim como seu desfalecimento. Frases desapontadas representam os rompimentos<sup>10</sup>. Palavras sutis choram as perdas dos entes queridos, expõem a solidão e lamentam seus corpos doentes. São vestígios de amizades, rastros de subjetividades, que também atravessam o ofício dos historiadores.

## Considerações finais

O Fonds Daumard é produto do investimento pessoal de Adeline. O arquivamento do seu nome em um lugar prestigioso como o Archives Nationales potencializa a sua produção historiográfica e a sua trajetória, além de contornar remediando, de uma certa forma, o sentimento vivido de falta de reconhecimento e mesmo de dúvida de suas capacidades acadêmicas. Lemos a ingerência da historiadora no processo de guarda do arquivo como uma estratégia de reação, como um ato testemunhal de si e de sua comunidade historiográfica.

Arquivos pessoais vastos como os de Adeline permitem interrogar o modo como o mundo profissional é complexa e diversamente sentido e significado por seus membros, sobretudo quando o sujeito é uma mulher e está situado em um campo acadêmico em que a norma é generificada (ROGERS; MOLINIER, 2016). Nesses fundos, os acúmulos dos titulares fornecem elementos para historicizarmos representações do historiador de ofício, colocam em cena as etapas da formação familiar e educacional, as dificuldades do processo cognitivo de aprendizagem e produção historiográfica, as coerções de gênero do campo disciplinar, a multiplicidade de tarefas inerentes ao trabalho profissional, a arquitetura das relações acadêmicas e as estratégias de circulação de práticas e saberes.

O Fonds Daumard pode ser abordado por outros ângulos, há diversas narrativas possíveis por meio e em torno do arquivo (HEYMANN, 2013, p. 68). Nossos recortes visaram a destacar como algumas oscilações inscritas na trajetória acadêmica de Adeline estão relacionadas aos constrangimentos postos às mulheres intelectuais (OLIVEIRA, 2018). Nesse sentido, cabe exprimir que este artigo também se originou da vontade de compreender as formas pelas quais o domínio da profissão por uma parcela masculina causou sofrimentos psicológicos e danos inestimáveis às carreiras femininas. A despeito do controle masculino das posições universitárias,

<sup>10</sup> Sobre a ruptura com Mattoso, a carta de Novinsky sugere a intensidade da decepção de Adeline: "I can hardly believe it! Friends like you were! [...] But dont pay any more attention to it. You have so many people who love you and believe on you" (1982).

mulheres escreveram, orientaram, viajaram, criaram redes internacionais de afeto e cooperação. Assim, escrito do ponto de vista situado de uma historiadora (HARAWAY 1995; LÖWY, 2000), este artigo gostaria de ser interpretado como um ato político.

O perfil de Adeline no Fonds Daumard é também um perfil da história disciplinar com suas marcas sensíveis de amizade e solidariedade e suas arbitrariedades sexistas.

## REFERÊNCIAS

AGULHON, Maurice. **Carta a Adeline Daumard**. Fonds Daumard, 648 AP (Archives Nationales, Paris). 1 nov. 1983.

ANHEIM, Étienne. Genre, publication scientifique et travail éditorial. L'exemple de la revue *Annales. Histoire, Sciences sociales*. **Tracés**, Lyon, n. 32, p. 193-212, 2017.

ANHEIM, Étienne. **Le travail de l'histoire**. Paris: Sorbonne, 2018.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 9-34, 1998.

ARTIÈRES, Philippe; LAÉ, Jean-François. **Archives personnelles**. Histoire, anthropologie et sociologie. Paris: Armand Colin, 2011.

BACKOUCHE, Isabelle; GODECHOT, Olivier; NAUDIER, Delphine. Un plafond à caissons: les femmes à l'EHESS. **Sociologie du travail**, Paris, n. 51, p. 253-274, 2009.

BATISTA, Marta R; GRAF, Márcia (orgs.). **Cidades Brasileiras**: políticas urbanas e dimensão cultural. São Paulo: IEB, 1998.

BATISTA, Marta R; GRAF, Márcia (org.). **Cidades Brasileiras II**: políticas urbanas e dimensão cultural. São Paulo: IEB, 1999.

BÉDARIDA, François. Chronique: Adeline DAUMARD, La bourgeoisie parisienne de 1815 à 1848. **Revue historique**, Vendôme, n. 1, p. 279-282, 1964.

BENTHIEN, Rafael. O que há de impessoal em arquivos pessoais: considerações a partir de uma experiência de pesquisa na França. **Vozes, pretérito & devir**, Piauí, v. 3, n. 1, p. 42-57, 2014.

BORGHETTI, Maria-Novella. Histoire quantitative, histoire sérielle. *In*: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas (org.). **Historiographies: concepts et débats I**. Paris: Gallimard, 2010. p. 412-419.

BOUCHERON, Patrick; DALARUN, Jacques (org.). **Georges Duby**. Portrait de l'historien en ses archives. Paris: Gallimard, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

BRANDI, Felipe. Arquivos privados e história dos historiadores: sobrevoo no acervo pessoal de Georges Duby. *In*: HEYMANN, Luciana; TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle (org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 101-130.

CANABRAVA, Alice. Tema III. *In*: SIMPÓSIO DE PROFESSÔRES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, I, 1961, Marília. **Anais [...]**. Marília: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, 1962, p. 121-127.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense 2002.

CHARLE, Christophe. **La republique des universitaires, 1870-1940**. Paris: Seuil, 1994.

CHARLE, Christophe. Les femmes dans l'enseignement supérieur. Dynamiques et freins d'une présence 1946-1992. *In*: DUCLERT, Vicent; FRIDENSON, Patrick (org.). **Avenirs et avant-gardes en France XIXe-XXe. siècles**. Hommage à Madeleine Rebérioux. Paris: La Découverte, 1999. p. 84-105.

CHARLE, Christophe; LALOUETTE, Jacqueline (org.). **Maurice Agulhon, aux carrefours de l'histoire vagabonde**. Paris: Sorbonne, 2017.

CHARRON, Hélène. **Les formes de l'illégitimité intellectuelle**. Les femmes dans les sciences sociales françaises, 1890-1940. Paris: CNRS, 2013.

CLARK, Terry N; CLARK, Priscilla. Le patron et son cercle: clef de l'Université française. **Revue française de sociologie**, Paris, n. 12, p. 19-39, 1971.

CROUZET, François. **Carta a Adeline Daumard**. Fonds Daumard, 648 AP (Archives Nationales, Paris). 28 nov. 1976.

CRUZ, Maria A. de C. **Os burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX**. 1994. Tese (Doutorado em História). 3º Ciclo em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1994.

DAUMARD, Adeline. **Carta a Fernand Braudel**.. Fonds Fernand Braudel (Institut de France, Paris). 14 juin 1984.

DAUMARD, Adeline. **Carta a Fernand Braudel**. Fonds Fernand Braudel (Institut de France, Paris). 9 juil. 1964.

DAUMARD, Adeline. **Carta a François Furet**. Fonds Daumard, 648 AP (Archives Nationales, Paris). 2 juin 1980.

DAUMARD, Adeline. **Carta a Pierre Chaunu**. Fonds Daumard, 648 AP (Archives Nationales, Paris). 29 sept. 1976a.

DAUMARD, Adeline. **Carta a Yedda Linhares**. Fonds Daumard, 648 AP (Archives Nationales, Paris). 6 déc.1976c.

DAUMARD, Adeline. **Cinco Aulas de História Social**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1978.

DAUMARD, Adeline. De l'Histoire social comparative et quantitative à l'Histoire Comparée. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), VI, 1986, Recife. **Anais** [...]. São Paulo: SBPH, 1987, p. 201-208.

DAUMARD, Adeline. Entrevista conduzida por Maria Beatriz Nizza da Silva. **Ler História**, Lisboa, n. 18, p. 140-152, 1990.

DAUMARD, Adeline. **Rascunho de carta a Pierre Chaunu**. Fonds Daumard, 648 AP (Archives Nationales, Paris). 5 nov. 1976b.

DAUMARD, Adeline; BALHANA, Altiva P.; WESTPHALEN, Cecília M.; GRAF, Márcia E. de C. **História social do Brasil: teoria e metodologia**. Curitiba: Ed. UFPR, 1984.

DAVIS, Natalie Z. Les femmes et le monde des *Annales*. **Tracés**, Lyon, n. 32, p. 173-192, 2017.

DELACROIX, Christian; DOSSE François; GARCIA, Patrick (org.). **As correntes históricas na França**: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIAZ, Brigitte. **O gênero epistolar ou o pensamento nômade**: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores do século XIX. São Paulo: Edusp, 2016.

DRCPN. Guide du parcours de l'agent blessé en service. **Police Nationale**, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2EA37wM>. Acesso em: 17 jun. 2020.

DUMOULIN, Oliver. Archives au féminin, histoire au masculin. Les historiennes professionnelles en France, 1920-1965. In: SOHN, Anne-Marie; THELAMON, Françoise (org.). **L'Histoire sans les femmes est-elle possible?** Paris: Perrin, 1998. p. 343-356.

ECK, Hélène. Les françaises sous Vichy: femmes du désastre – citoyennes par le désastre? In: THÉBAUD, Françoise (org.). **Histoire des femmes en Occident**: le XX<sup>e</sup> siècle. Paris: Perrin, 2002, p. 287-323.

ERBERELI Jr., Otávio. **A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava**: um ofício como sacerdócio (1935-1997). 2019. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ERNOT, Isabelle. L'histoire des femmes et ses premières historiennes (XIX<sup>e</sup>-début XX<sup>e</sup> siècle). **Revue d'Histoire des Sciences Humaines**, Paris, n. 16, p. 165-194, 2007.

FONDATION JEAN MOULIN. Dons et legs. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3leZm0t>. Acesso em: 17 jun. 2020.

FURET, François. Histoire quantitative et construction du fait historique. **Annales**, Paris, ano 26, n. 1, p. 63-75, 1971.

GARDEY, Delphine; LÖWY, Ilana (orgs.). **L'invention du naturel**. Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin. Paris: Editions des archives contemporaines, 2000.

GODECHOT, Jacques. **Carta a Adeline Daumard**. Fonds Daumard, 648 AP (Archives Nationales, Paris). 3 juin 1977.



GOMES, Angela de C. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. *In*: GOMES, Angela de C. (org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7-24.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995.

HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. *In*: HEYMANN, Luciana; TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle (org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 67-76.

HEYMANN, Luciana. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 41-66, 1997.

HOBBS, Catherine. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor dos documentos de indivíduos. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 261-274.

LABROUSSE, Ernest. Voies nouvelles vers une histoire de la bourgeoisie occidentale aux XVIIIe et XIXe siècles (1700-1850). *In*: CONGRESSO INTERNAZIONALE DI SCIENZE STORICHE, X, 1955, Roma. **Anais** [...]. Firenze: G.C. Sansoni - Editore, v. IV, 1955, p. 367-396.

LAMBERT, Emmanuelle. Alain Robbe-Grillet e seu arquivo. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2018, p. 287-304.

LIBLIK, Carmem S. da F. K. **Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

LINHARES, Yedda. **Carta a Adeline Daumard**. Fonds Daumard, 648 AP (Archives Nationales, Paris). 27 nov. 1976.

LÖWY, Illana. Universalidade da ciência e conhecimentos "situados". **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, p. 15-38, 2000.

LUZ, Rogério. O corpo desfeito por Francis Bacon. **Natureza Humana**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 301-328, 2000.

MARCHI, Euclides. Relendo nossos mestres. **Ciências Humanas**, Curitiba, n. 4, p. 37-53, 1995.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim.... In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 239-259.

MENESES, Ulpiano B. de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 89-103, 1998.

NIZZA DA SILVA, Maria B. Programa de Teoria da História I. 1º semestre vespertino 1987. **Departamento de História FFLCH**. Disponível em: <https://bit.ly/31mSHtd>. Acesso em: 5 ago. 2020.

NOVINSKY, Anita. **Carta a Adeline Daumard**. Fonds Daumard, 648 AP (Archives Nationales, Paris). 18 jul. 1982.

OLIVEIRA, Maria da G. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414>. Acesso em: 27 ago. 2021.

PALMEIRA, Miguel S. Arquivos pessoais e a história da história: a propósito dos Finley Papers. In: HEYMANN, Luciana; TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle (org.). **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 79-99.

PONTES, Heloisa. A paixão pelas formas. Gilda de Mello e Souza. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 74, p. 87-105, 2006.

ROGERS, Rebecca; MOLINIER Pascale (orgs.). **Les femmes dans le monde académique**. Perspectives comparatives. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2016.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. v. 3. p. 423-512.

SCHÖTTLER, Peter. **Lucie Varga**: les autorités invisibles. Une historienne autrichienne aux *Annales* dans les années trente. Paris: Le Cerf, 1991.

SCHWEITZER, Sylvie. Du vent dans le ciel de plomb? L'accès des femmes aux professions supérieures, XIXe-XXe siècles. **Sociologie du travail**, Paris, n. 51, p. 183-198, 2009.

SCOTT, Joan. História das mulheres. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 63-95.

SCOTT, Joan. **De l'utilité du genre**. Paris: Fayard, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez. 1995.

SMITH, Bonnie. **Gênero e História: homens, mulheres e prática histórica**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SOHN, Anne-Marie. Entre deux-guerres: les rôles féminins en France et en Angleterre. *In*: THÉBAUD, Françoise (org.). **Histoire des femmes en Occident: le XXè siècle**. Paris: Perrin, 2002. p. 165-195.

TRIGO, Maria H. B. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. *In*: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (orgs.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero; Fundação Carlos Chagas, 1994. p. 89-110.

WISCART, Jean-Marrie. **Carta a Adeline Daumard**. Fonds Daumard, 648 AP (Archives Nationales, Paris). [199-?].

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Daiane Machado é doutora e pós-doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 2017-2021, realizou estágio de pós-doutorado em História no Institut d'Histoire du Temps Présent (BEPE 2018-2019), Paris. Tem trabalhos nas áreas de história da historiografia, história intelectual e estudos de gênero.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Eufrásia Monteiro Petrágliã, 900 - Prolongamento Jardim Dr. Antonio Petraglia, Franca, SP, CEP 14409-160, Brasil.

## FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processos n. 2016/22187-3 e 2018/06413-9.

## AGRADECIMENTO

Karina Anhezini, Rafael Benthien, Aline Menoncello, Thiago Rudi, Benedito Inácio, Marina Tonon e Gerson Coppes, agradeço pela leitura atenta e generosa que vocês fizeram deste artigo. Agradeço ainda aos pareceristas e aos editores responsáveis por este dossiê.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado  
Flávia Varella – Editora Chefe  
Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada  
María Inés Mudrovcic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Daiane Machado.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO


Recebido em: 31 de agosto de 2020.  
Aprovado em: 6 de março de 2021.

## Inovação “historiográfica” antes da história-disciplina: Alcântara Machado e a escrita sobre São Paulo no período colonial

Historiographic “innovation” before History as discipline:  
Alcântara Machado and writing about São Paulo in the colonial  
period

**Franco Della Valle** <sup>a</sup>

E-mail: [francodvalle1@gmail.com](mailto:francodvalle1@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-5082-7941> 

<sup>a</sup> Universidade de São Paulo,  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,  
Programa de Pós-graduação em História Social,  
São Paulo, SP, Brasil

## RESUMO

Este artigo analisa a produção de uma novidade em escritos sobre a história nos anos 1920, ou seja, antes da criação de faculdades de História no Brasil e posterior profissionalização dos historiadores. O objetivo é mostrar que a categorização das obras em uma genealogia de teorias, métodos e autores normalmente tidos como historiadores (de ofício ou não) e que hoje compõem uma visão de “evolução” da disciplina é insuficiente para abarcar as complexidades envolvidas na eleição de uma obra como novidade. Dessa forma, tomou-se como fio condutor o livro *Vida e morte do bandeirante*, de José de Alcântara Machado de Oliveira (1875-1941), publicado em 1929, e sua relação com outros autores que escreviam sobre a mesma temática no mesmo período. Ao se cotejar esses autores “em uma concorrência”, analisar as críticas de recepção da obra e relacioná-la com outros livros sobre o passado paulista, pode-se compreender que a novidade se expressou mais pela forma da escrita, pela aproximação a uma tendência já existente de relatos de curiosidades sobre o passado e pela relação com o direito, do que pelo apego a métodos historiográficos ou distanciamento deles. Trazer tudo isso para o debate permite, assim, compreender melhor as relações estabelecidas entre autor, obra, seus leitores e o espaço intelectual paulista dos anos 1920.

## PALAVRAS-CHAVE

Historiografia brasileira. Método. História regional e local.

## ABSTRACT

This article analyzes the production of a novelty in writings on history in the 1920s, that is, before the creation of faculties of history in Brazil and professionalization of historians. The objective is to show that the categorization of works in a genealogy of theories, methods and authors normally considered as historians (by profession or not), that today compose a view of the discipline’s “evolution”, is insufficient to encompass the complexities involved in the election of a book as a novelty. In order to show this, *Vida e morte do bandeirante*, by José de Alcântara Machado (1875-1941), published in 1929, is taken as the guiding thread, as well as its relations with other authors who wrote on the same theme in the same period. By comparing these authors “in competition”, analyzing book reviews and contrasting the work with other books in the past, it can be understood that the novelty was expressed more by the form of writing, by approaching an already existing tendency of reports of curiosities about the past and the establishment of connections with law, rather than the attachment to historiographic methods or the distancing from them. Bringing all this to the debate thus allows a better understanding of the relations established between the author, the work, its readers and the intellectual space of São Paulo in the 1920s.

## KEYWORDS

Brazilian historiography. Method. Regional and local history.

## Introdução

“Viver alguns instantes com os mortos de que vimos, entre as coisas que os cercavam, é a volúpia a que nos convidam essas folhas rebarbativas, desmanchadas em poeira ou mosqueadas em bolor” (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 12). Com essas palavras, Alcântara Machado convidava seus leitores para uma viagem logo no início do seu *Vida e morte do bandeirante*. Se até então apenas linhagistas, jesuítas e memorialistas haviam narrado o passado de São Paulo dos tempos coloniais, caberia a ele, com base em documentos oficiais antigos e recém-publicados, fazer um tipo de relato pormenorizado, do tipo que Saint-Hilaire fizera com base em suas impressões sobre a província no início do século XIX. A descrição das condições materiais, do cotidiano, das pessoas comuns não era, por si só, uma novidade, mas aplicada à história colonial de São Paulo, tornou-se uma forma de distinção do livro. Além disso, a utilização de ironias, de comparações, de uma forma de escrever sobre o passado já então em voga, que focalizava o interesse nas curiosidades sobre personagens históricos, contribuíram para tornar o livro conhecido. As primeiras resenhas indicam a originalidade do trabalho e a contribuição do autor, que não teria deixado se levar pela “grande história”, pelos grandes personagens, pelas grandes bandeiras. Era, portanto, uma novidade.

Analisar o que foi essa novidade envolve muito mais que uma catalogação como atraso ou inovação historiográfica, cujos marcos analíticos estão inscritos nos métodos e na cronologia que a disciplina História depois invocou como fundadores e conformadores da sua existência. Não há lugar, assim, para amarras metodológicas: importa, mais que isso, mostrar a complexidade de meios e formas com que *Vida e morte do bandeirante* foi construído e recebido. Para iniciar essa análise, é necessário compreender quais eram as fontes então disponíveis e quais eram os outros autores reconhecidos que, naquele momento, também escreviam sobre o passado paulista, a saber, Afonso d’Escragnoille Taunay e Alfredo Ellis Junior. Esses autores podem ser aproximados, ainda, porque foram sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), fundado em 1894 e, de certa forma, trataram de assuntos normalmente discutidos em trabalhos publicados na revista da instituição. Isso não significa, porém, que não procurassem diferenciar seus trabalhos uns dos outros. O pertencimento ao IHGSP não pode ser tomado, assim, como um critério classificatório de procedimentos e narrativas únicas, pois Taunay fez obras em tom grandiloquente sobre as expedições dos bandeirantes e a conquista de território; Ellis Junior tratou a história paulista como um “laboratório racial”, que produziu um tipo superior de pessoas; Alcântara Machado sustentou que era por meio da análise da intimidade e de pequenos fatos da vida cotidiana que se poderia narrar a história de São Paulo.



## Os produtivos anos 1910 e 1920

Os bandeirantes paulistas são objeto de extensa bibliografia que remonta ao século XVII, com relatos de jesuítas sobre a barbaridade com que esses personagens históricos agiram contra os aldeamentos indígenas. São também antigos os relatos que tratam os bandeirantes em uma chave laudatória, como se eles fossem os responsáveis por desbravar os sertões do que depois viria ser o Brasil, aumentando-lhe o território e contribuindo, assim, com a formação da nação. Nas décadas de 1870 e 1880 alguns autores ligados ao movimento republicano paulista publicaram livros que procuravam resgatar pela positividade os bandeirantes. Cristalizou-se a imagem de que São Paulo era uma "exceção de progresso e liberdade" se comparado ao restante do Brasil, e isso se devia ao seu passado e, principalmente, à sua população (FERRETTI, 2004, p. 164). No final do século XIX, a Repartição Estatística e Arquivo de São Paulo iniciou a publicação da série *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, material que continha subsídios para que os interessados pudessem escrever sobre o passado paulista. Já nas décadas de 1910 e 1920, houve um incremento na produção de escritos sobre os bandeirantes, no que pode ser considerado uma etapa diferente do que até então havia sido escrito, já que abundavam fontes, que seriam fundamentais para "comprovar" tais discursos. Em 1914, o Arquivo Municipal iniciou a publicação das *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*; em 1917, publicou o *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*; e, em 1920, os *Inventários e Testamentos*. Eram coleções de documentos postas ao alcance do público.

Já não era mais necessário fazer pesquisa em arquivos, o que certamente possibilitou o aumento da produção de livros sobre a história paulista. O responsável por essas iniciativas foi Washington Luís, prefeito de São Paulo (1914-1919) e, posteriormente, presidente do estado (1920-1924). Ressalte-se que ele mesmo tinha interesse pessoal no passado, pois já havia feito pesquisas em arquivos para escrever artigos sobre a história de São Paulo, que foram publicados no jornal *Correio Paulistano* e, em 1918, foram editados em livro chamado *A capitania de São Paulo* (DEBES, 2004, p. 19).

Alguns livros, como os de Taunay, foram publicados com o patrocínio de verbas públicas da Prefeitura de São Paulo. O interesse do poder público nas obras de história não se resume a eventuais ligações de amizade entre autores e políticos. Havia interesse em que a história de São Paulo fosse contada, publicada. Os escritos do período normalmente apresentavam uma visão positiva sobre o passado paulista, com a narração de grandes feitos e que justificaria, em alguma medida, o desenvolvimento econômico que o estado atingiu no final do século XIX e início do século XX.

De personagem histórico, o bandeirante paulista passa a ser um símbolo, e as manifestações sobre a grandiosidade do passado calcadas nesse símbolo foram denominadas de paulistanidade (QUEIROZ, 1992, p. 79). Por outro lado, essa mitologia paulista também era utilizada para diferenciar o estado das demais regiões do país, tidas como atrasadas. Pela sua história e pela composição da sua população, São Paulo merecia não somente o destaque econômico que já ostentava, mas também uma maior participação no poder de gerir e definir os destinos do país. É durante esse período de maior disponibilidade e divulgação de documentos que os personagens deste artigo escrevem suas obras.

## Os concorrentes: Taunay e Ellis Jr.

Taunay (1876-1958) descendia de uma família conhecida, mas que, no momento da sua educação, não possuía muitos recursos financeiros; formou-se em engenharia e era professor catedrático de Física Experimental na Escola Politécnica de São Paulo desde 1911. Dos escritores tratados neste trabalho, é o que mais publicou livros sobre a história de São Paulo. Seja porque era interessado nesse assunto e também professor de História do Colégio São Bento, seja pelas suas relações pessoais, tornou-se diretor do Museu Paulista em 1917 e já nos anos 1920 gozava de prestígio como historiador regional. Foi aluno de Capistrano de Abreu, com quem mantinha correspondência (ANHEZINI, 2009). Além de diversas obras, Taunay escrevia frequentemente para jornais. Seu livro *S. Paulo nos primeiros anos*, aliás, é a junção da ampliação de diversos artigos publicados na imprensa em 1917, logo após o início da edição da coleção de documentos coloniais *Atas e Registro Geral de São Paulo*, em 1914. Sua obra *História geral das bandeiras paulistas* é certamente a mais conhecida e foi publicada entre 1924 e 1950, em diversos tomos. É também nessa obra que Taunay trata dos bandeirantes mais conhecidos, dos roteiros das bandeiras, das conquistas de território, das lutas contra os indígenas, enfim, da narrativa épica do passado colonial de São Paulo, normalmente em tom laudatório:

Tal, porém, o relevo deste grande vulto [Fernão Dias Paes Leme] que à sua biografia precisamos consagrar algumas páginas especiais, pois não há talvez nos nossos anais de colônia nome mais historicamente prestigioso e popular do que o grande bandeirante seiscentista, do incansável explorador dos imensos e ignotos sertões do 'Guairá', dos 'Itatins', do 'Ibuturuna', dos 'Cataguazes', hoje territórios do Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, do Uruguai, Minas Gerais, Bahia, o famoso governador das Esmeraldas, a quem Bilac intitulou

*Caçador de Esmeraldas*, aumentando-lhe o já tão largo renome graças ao estro dos admiráveis alexandrinos em que lhe celebrou a glória (TAUNAY, 1927, p. 328, maiúsculas e itálicos do autor).

Em outros momentos dos tomos de *História geral das bandeiras paulistas*, Taunay transcreve longos trechos de documentos dos jesuítas das missões do Guairá, para narrar como foram os ataques dos bandeirantes: "No dia seguinte, ao amanhecer [...] acometeram os paulistas como 'leões desatados', tendo à frente o próprio Simão Álvares e seus tupis, 'todos muy bien armados y prevenidos'" (TAUNAY, 1925, p. 81).

Taunay seguia à risca um conselho de Capistrano de Abreu: "Em história o ideal é não deixar trabalhos para os outros, enquanto não aparecem novos documentos" (apud AMED, 2006, p. 254). De 1910 até 1924, ele já havia publicado 21 livros, muitos deles sobre a história paulista. Taunay será lembrado, também, pelo mau estilo da escrita (fato também indicado por Capistrano de Abreu), com períodos intermináveis e confusos, falta de indicação da fonte exata nas transcrições, nomes de capítulos do tamanho de parágrafos - ou seja, seus livros não se realçavam como agradáveis para ler. Ao resenhar o terceiro tomo da obra, João Ribeiro ressalta que Taunay é um autor fecundo, com quantidade considerável de títulos publicados, mas "nem tudo é muito bom" (RIBEIRO, 1927, p. 8). Na resenha do quarto tomo, o mesmo autor menciona ser "tão documentado esse trabalho que às vezes o excesso de análise dificulta a leitura [...]" (RIBEIRO, 1928, p. 9). Além disso, seus livros normalmente seguiam a ordem cronológica dos acontecimentos, como se fossem relatórios sobre as fontes que utilizava.

Nos primeiros tomos de *História geral das bandeiras paulistas*, o autor preocupa-se com um assunto que é uma das maiores questões a ser enfrentada em livros sobre os bandeirantes: a violência, a escravização e a dizimação dos indígenas. Nessa obra específica, Taunay reconhece a violência, mas aponta justificativas para isso, mencionando que, naquele período, outros povos também agiam da mesma forma:

Qual dos povos brancos porém pode irrogar-se a glória de não haver, até agora, nos anos que correm, da era de 1923, lançado mão da prepotência da superioridade sobre as raças inferiores para as forçar a padecer os maiores horrores? (TAUNAY 1924, p. 61).

O aumento do território atual do Brasil como ato exclusivo dos bandeirantes paulistas é quase uma obsessão do autor, presente em várias passagens dos volumes.

Tratava-se de uma “jornada”, “graças a qual ficou fundamentalmente transformada a forma evolutiva da expansão brasileira, de um acontecimento absolutamente capital para a formação de nosso território e nacionalidade [...]” (TAUNAY, 1925, p. 116).

É por causa desse tom de defesa e enaltecimento da conduta dos bandeirantes e da atribuição a eles da conquista de territórios para o futuro Brasil que Taunay será sempre associado à criação e à justificação da paulistanidade. Bem relacionado com os políticos paulistas e com a intelectualidade local, com a publicação de seus livros patrocinada pelo poder público, e já ostentando prestígio como historiador, Taunay foi nomeado professor catedrático de História da Civilização Brasileira na recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1934, cargo no qual ficou até 1937.

Ellis Jr. (1896-1974) era filho do médico e senador Alfredo Ellis; do lado materno descendia de uma antiga família de proprietários de terras. Estudou no Colégio São Bento, no qual foi aluno de Taunay e formou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Após uma carreira pouco expressiva no ramo jurídico, tornou-se um político ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP), pelo qual se elegeu diversas vezes como deputado estadual. Foi o autor da proposta de subvenção da obra de Taunay com recursos públicos. Em 1923 começou a publicar artigos no *Correio Paulistano*, por indicação de Taunay. Fez parte da ala verde-amarelo do modernismo, grupo propagador da ideia da “primazia intelectual de São Paulo sobre os demais estados da federação” (VELLOSO, 1990, p. 8). Para além da amizade com Taunay, os investimentos de Ellis Jr. em estudos de história remontam a 1922, quando participou do Congresso Internacional de História da América, realizado no Rio de Janeiro (MONTEIRO, 1994, p. 80). Os artigos publicados na imprensa foram a base de dois livros: *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* (1924) e *Raça de gigantes* (1926). Proclamava, ainda, uma “qualidade” que lhe permitiria escrever sobre a história de São Paulo: ser descendente de família antiga, ou seja, supostamente um descendente dos personagens históricos que tomava como objeto de análise (ELLIS JUNIOR, 1936, p. 14).

Em *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, Ellis Jr. tratou das bandeiras e bandeirantes importantes, conhecidos e já então famosos, ou seja, se aproximou do tom dos livros de Taunay, expressamente nomeado como inspiração. Também reconhece o problema da escravização e morte dos indígenas, mas o justifica como “necessidade”, ou seja, para a “grande obra” de colonização do território, os bandeirantes precisavam de mão de obra.

*Raça de gigantes*, publicado em 1926, é obra na qual introduz, de forma mais explícita, teorias raciais, com as quais procurava "cientificamente" comprovar a constituição e perpetuação de uma "raça paulista", diferente em todos os aspectos dos demais habitantes do país. A história dos paulistas já havia sido tratada em termos raciais por Teodoro Sampaio, no final do século XIX, e por Oliveira Vianna, em 1920. Para Teodoro Sampaio, o antigo paulista era fruto de uma "mestiçagem" positiva entre indígenas e portugueses, que o dotou de resistência e força de vontade para vencer as mais diversas dificuldades e colonizar o interior do país (FERRETTI, 2004, p. 243). Oliveira Vianna defendia, em seu livro *Populações meridionais do Brasil* (1933, primeira edição em 1920), a existência de uma "formação racial" específica dos bandeirantes. Baseando-se em autores estrangeiros expoentes das teorias raciais, tais como Lapouge e Quatrefages, Ellis Jr. busca compreender como foi formada a "raça paulista" por meio de "categorias científicas", tais como "dólicos-morenos", "dólico-loiro", "dolicocephalos", bem como comparações de medidas cranianas, estatura etc. Ao contrário de Lapouge, elogia a "mestiçagem", mas somente aquela que aconteceu em São Paulo, a qual, para ele, é diferente da ocorrida no restante do país: era formada por europeus, tidos como superiores, e indígenas. Segundo Ellis Junior, os portugueses que vieram "colonizar" a capitania de São Vicente já seriam resultado de uma "seleção natural" europeia:

A gente, que escapou a todas estas contingências [pestes, doenças hereditárias etc.], foi indiscutivelmente um grupo altamente selecionado e particularmente dotado de uma invulnerabilidade especial, uma rijeza física extraordinária, ao lado de uma fortaleza moral formidável (ELLIS JUNIOR, 1926, p. 119).

Os indígenas, que, em São Paulo, seriam uma das bases de uma "raça superior", também foram elogiados pelo autor. Assim, os descendentes dessa miscigenação possuíam diversas qualidades, entre elas o alto grau de fecundidade e a longevidade; eram indivíduos arrojados, fortes, tenazes etc. Aliás, o título do capítulo IX do livro é bem claro: "Intelectualidade, religiosidade, idealismo, altivez e temor reverencial, resignação, estoicismo, tenacidade, fortaleza de animo, belicosidade, utilitarismo e honradez" (ELLIS JUNIOR, 1926, p. 195). Em alguns momentos, Ellis Junior faz a análise da suposta carga genética dos primeiros habitantes e da alta taxa de fecundidade proporcionada pela miscigenação, a fim de "comprovar" suas alegações: "Manoel Fernandes Ramos, com Suzana Dias mameluca  $\frac{1}{2}$  sangue teve 8 filhos, 35 netos, 94 bisnetos (conhecidos)" (ELLIS JUNIOR, 1926, p. 82). O autor retira do negro o papel representativo na formação dessa "raça" especial paulista: "O africano não concorreu para a formação do paulista das primeiras eras" (ELLIS JUNIOR, 1926, p. 89).

Para John Manuel Monteiro, “a postura de Ellis diante da mestiçagem com o negro é manifestamente negativa” (MONTEIRO, 1994, p. 87). Ellis Junior conclui que a miscigenação entre o branco e o negro produz indivíduos que seriam fecundos “até uma determinada geração, quando se esteriliza...” (ELLIS JUNIOR, 1926, p. 78). O autor manteve essa conclusão na segunda edição de *Raça de gigantes*, de 1936, batizada de *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*, no qual ele defende que, por meio da seleção natural de tipos mais resistentes, os descendentes da miscigenação, chamados de “mulatos”, encarado por ele como tipos inferiores, iriam desaparecer do planalto paulista (ELLIS JUNIOR, 1936, p. 67). Assim, associou à sua imagem de autor o “estudo racial” da história de São Paulo e da capitania de São Vicente.

Ellis Junior pode ser acrescentado a uma lista de outros autores brasileiros que, naquele período, foram seduzidos pelas novas possibilidades de análises, calcadas em teorias “mais” científicas para além da narrativa histórica baseada em documentos oficiais. Certamente devemos considerar que Oliveira Vianna já havia analisado a história paulista sob o aspecto de sua constituição “racial”. Provavelmente a participação em um debate com Vianna seja exatamente a constituição da distinção do livro de Ellis Jr, porque se associava a um autor reconhecidamente importante, ou seja, seguia uma trilha analítica já vasculhada com sucesso. Por outro lado, apresentava um resultado diferente, contestando as conclusões de Oliveira Vianna no que se refere à representação do paulista como rico, que vivia no fausto e, mais especificamente, contra a concepção da existência e da operacionalidade de latifúndios na história colonial de São Paulo.

Deve-se reter, então, que tanto Ellis Jr. como Taunay procuraram se diferenciar como autores, ou seja, tratavam do mesmo assunto e escreveram sobre isso no mesmo período, mas de formas diferentes. Apoiar-se na documentação recém-publicada não era, por si só, um diferencial, muito menos ser sócio do IHGSP. Assim, Taunay escreveu uma história grandiosa na chave da epopeia, com vários volumes, presa aos detalhes das expedições, aos grandes feitos dos bandeirantes. Ellis Jr. escreveu um livro de síntese, porém utilizou as teorias raciais como modo de diferenciação do seu trabalho, associando-se de alguma forma ao sucesso já conseguido por Oliveira Vianna. Em comum, esses autores estavam inseridos em determinadas relações. Primeiro, eram próximos de intelectuais e políticos paulistas do período; segundo, usufruíram de apoio financeiro ou de uma relação próxima com o poder público, a fim de editar seus livros; terceiro, descendiam de famílias conhecidas e tradicionais, o que parece ser o amálgama dessas relações. Fica claro, assim, que essas relações estabelecidas eram constitutivas das possibilidades da própria produção dessas obras.



Embora se possam fazer as distinções anteriores, as obras de Ellis Jr. e Taunay, assim como outras do mesmo período, foram, depois, condenadas por grande parte da historiografia acadêmica à vala comum das produções com interesses políticos, como discursos de propaganda de uma pretensa superioridade paulista. *Vida e morte do bandeirante*, de Alcântara Machado, foi uma aparente exceção, pois, ainda hoje, é ressaltado por alguns historiadores como um livro inovador, que fugia do discurso laudatório sobre os bandeirantes (BRUNO, 1979, p. 27; CANABRAVA, 1998, p. 737; LEONZO, 1991, p. 4; SOUZA, 2010, p. 19; TRIGO, 2001; VAINFAS, 2009, p. 222). Certamente essa interpretação não é unânime, já que para alguns historiadores os escritos de Alcântara Machado, Ellis Junior e Taunay são classificados indistintamente como apologias a um símbolo regional e político de São Paulo (VALLE, 2015a, p. 136-144). Para compreender essa exceção, é necessário, antes, compreender seu autor.

## Alcântara Machado

Alcântara Machado (1875-1941) era neto do brigadeiro José Joaquim Machado d'Oliveira (1790-1867), autor do *Quadro histórico da província de São Paulo*, de 1864, e filho de Brasília Machado (1848-1919), advogado e professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Foi advogado, político filiado ao Partido Republicano Paulista, professor e diretor da mesma faculdade. Em discursos políticos deixava claro como compreendia a história de São Paulo: "O culto do passado, o orgulho da raça, a fidelidade aos compromissos, a aversão à desordem e à indisciplina, a coragem desassombrada na afirmação dos próprios ideais são traços característicos do espírito paulista..." (ALCÂNTARA MACHADO, 1915). Essas qualidades seriam herança dos bandeirantes, tidos também aqui como conquistadores de território. Em várias oportunidades Alcântara Machado mencionava a antiguidade de sua estirpe, obviamente relacionada com as qualidades dos bandeirantes. Pode-se dizer que, possivelmente, ele fosse um dos que mais utilizava essa ferramenta de qualificação pessoal. Na guerra civil de 1932, chamada pelos paulistas de "Revolução Constitucionalista", a paulistanidade foi utilizada ao extremo, especialmente para recrutar jovens para a luta armada. Em um discurso de paraninfo lido em março de 1932, ele dizia que o orgulho da ascendência era justificado, pois os antigos paulistas foram heróis, altivos e honestos (ALCÂNTARA MACHADO, 1932, p. 86).

Após a derrota de São Paulo nas eleições constituintes de 1933, a paulistanidade ainda era utilizada para angariar votos. No caso específico de Alcântara Machado, utilizava isso em sua propaganda política como candidato a deputado constituinte:



“Comparai, paulistas, e julgai. De um lado, os que não precisam fazer prova de amor à terra e de seu devotamento à gente, porque à terra e à gente pertencem” [...] (ALCÂNTARA MACHADO, 1933, p. 6).

O exemplo mais citado da utilização da versão laudatória sobre o passado paulista por Alcântara Machado foi o seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1933, quando proferiu uma frase que depois ficaria famosa: “Paulista sou há quatrocentos anos”. Tudo isso leva a compreendê-lo como o típico paulista dos estratos sociais mais elevados daquela época: antiguidade de estirpe alardeada, político filiado ao PRP ou ao Partido Democrático (PD), proprietário de imóveis, advogado, professor da faculdade de direito, sócio do IHGB, membro da Academia Paulista de Letras e escritor. Quem fizer a leitura apenas dos seus discursos poderia considerá-lo mais radical nos elogios aos bandeirantes do que Ellis Jr. e Taunay. Sua figura pública foi construída em cima desse discurso.

Certamente houve críticas a essa postura, mas isso não diminui a intensa associação que fez do seu nome com o passado paulista. Quando Alcântara Machado morreu, os elogios fúnebres destacavam o seu pertencimento a São Paulo, a sua linhagem, enfim, as qualidades que o tornavam um paulista típico daqueles discursos sobre a paulistanidade. Na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco foi colocado um busto em sua homenagem, no qual consta, entre outras frases: “Glorificador da terra natal”. Por outro lado, a força desse discurso laudatório sobre São Paulo era forte o suficiente para fazer com que um grupo de pessoas simples, em sua maioria imigrantes italianos ou seus descendentes, fizesse um requerimento, dirigido à Academia Paulista de Letras, para que a Rua dos Trilhos, no bairro da Mooca, fosse denominado Rua Senador Alcântara Machado, como de fato depois aconteceu. Homenagem singela daqueles Zamboni, Manzione, Garafalo, Pugliese, Piazza e Furlan que, segundo o homenageado, talvez não eram tão paulistas assim (ZAMBONI *et al* 1941).

## O cotidiano e o homem comum

*Vida e morte do bandeirante* foi publicado em 1929. Diferenciava-se dos livros de Taunay porque, embora contivesse referências a personagens históricos conhecidos, foi estruturado em capítulos que enfocavam a vida cotidiana dos antigos paulistas. Isso a despeito da dedicatória do autor aos seus antepassados que, segundo ele, chegaram ao Brasil junto com Martim Afonso de Souza, em 1532. Ao contrário da má escrita de Taunay e dos termos supostamente científicos e complicados utilizados por Ellis Jr., Alcântara Machado oferecia uma escrita mais simples e mais atraente, obviamente

para os padrões da década de 1920, com títulos de capítulos curtos e divididos sobre assuntos, numa narração não cronológica. Ao invés de se preocupar com descrições de ataques dos bandeirantes às missões jesuíticas, o nome dos participantes dessas jornadas, datas, atos de personagens conhecidos, Alcântara Machado se interessava pelos bens arrolados nos inventários, a fim de narrar uma vida simples e de pouco luxo dos antigos paulistas. Sendo assim, procura saber dos bens que guarnecem as residências, tais como (ou a ausência de) móveis, utensílios de cama, roupas, livros, alimentação, cuidados com a saúde e higiene, preços de imóveis, comportamento dos advogados, juízes, tabeliães, curadores etc.

O livro continha, na primeira edição, ilustrações feitas por Yan de Almeida Prado, que participou da Semana de Arte Moderna de 1922 e fazia ilustrações para a *Revista de Antropofagia* e para a revista *Klaxon*. Nas edições seguintes, as ilustrações foram feitas por José Wash Rodrigues, autor do brasão da cidade de São Paulo, completamente tributário do discurso da paulistanidade. Antes da publicação, surgiram anúncios do livro na *Revista de Antropofagia*, ao lado de outros sobre os livros de Mário de Andrade e Oswald de Andrade, possivelmente possibilitado pelas relações do seu filho, Antônio de Alcântara Machado, com os modernistas paulistas (REVISTA DE ANTROPOFAGIA, 1929a, b, p. 6).

Considerando um conjunto de 12 resenhas referentes à primeira edição, em 1929, e uma resenha sobre a segunda edição, em 1930, publicadas em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, pode-se dizer que houve um recebimento favorável, vindo de intelectuais conhecidos, tais como Medeiros e Albuquerque, Alceu Amoroso Lima, Augusto Frederico Schmidt, Plínio Barreto, João Ribeiro etc. Elogios sobre a linguagem foram relativamente comuns, mas em uma das resenhas assume um grau de diferenciação, já que não "apresentava volume pesado e rançoso, privilégio de quase todos os nossos historiadores [...]". O mesmo resenhista indica que, analisando "documentos arcaicos e soporíferos", os historiadores brasileiros escreviam obras "mais pesadas e mais soporíferas que os documentos que procuram interpretar e divulgar" (GUASTINI, 1929, p. 4). Há críticos que ressaltam trechos do livro que são do seu interesse especial, como Alceu Amoroso Lima, que em sua resenha ocupou-se mais sobre a devoção e religiosidade dos antigos habitantes de São Paulo (LIMA, 1929, p. 4), ou Taunay, que, a rigor, não produziu resenha, mas se utilizou de indicações de *Vida e morte do bandeirante* para escrever sobre o apresamento de indígenas e outros assuntos (TAUNAY, 1929a, p. 5 e 1929b, p. 5). Já Frederico Schmidt denotava que o autor não sucumbira à literatura, "que é deturpadora, por excelência, da verdade" (SCHMIDT, 1929, p. 2). A indicação dessas qualidades do livro não impedem

elogios na chave laudatória aos paulistas, ainda mais considerada a figura pública de Alcântara Machado. Assim, uma resenha não assinada no jornal *Diário Nacional*, *A democracia em Marcha*, de São Paulo, asseverava a positividade da descrição da vida dos bandeirantes, sua “heroica aventura” com o “recuo do meridiano” (DIÁRIO NACIONAL, 1929, p. 5). Outros resenhistas destacaram que o livro trazia uma novidade. Taunay menciona que Alcântara Machado apresentou uma análise “de facetas novas da organização dos paulistas dos dois primeiros séculos” (TAUNAY, 1929a, p. 5). Agenor de Roure destacou que “da epopeia bandeirante, já tínhamos poemas e narrativas de valor” e prossegue descrevendo a novidade que o livro representava: “O que o livro de Alcântara Machado tem principalmente de curioso e novo é a evocação da vida do bandeirante naquela pequenina povoação [...]” (ROURE, 1929, p. 3). Medeiros e Albuquerque escreveu: “Quando lidamos com grandes feitos da história, lidamos em última análise com abstrações. O general, o rei, o soldado, são generalizações livrescas” (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1929, p. 3). Na visão do resenhista, o livro fugia da narração “pomposa”, a fim de mostrar como viviam, como amavam e como se divertiam os antigos paulistas. Para ele, o autor havia buscado as coisas pequenas da vida, a analisar documentos antigos, a “espiar por buracos de fechaduras”. Segundo Silveira Bueno, tratava-se de um livro no qual o autor não se incomodou “com a terra e as origens étnicas do povo”, mas sim com o estudo da “sua vida em casa, na família, desde os seus móveis até sua psicologia” (SILVEIRA BUENO, 1929, p. 8). Chamando o livro de história cultural (utilizando-se ainda do termo *kulturgeschichte*) e aproximando-o de Taine, João Ribeiro, que foi professor de História Universal do Colégio Pedro II, destaca que o autor preocupou-se mais com fatos do que com personalidades. Construído o ambiente, “as personalidades que seriam o complemento da história, não figuram por dispensáveis ao intuito do nosso historiador” (RIBEIRO, 1929, p. 8).

Embora não se possa falar em unicidade na recepção, de certa forma, as resenhas que indicavam um diferencial do livro se aproximavam da enunciação de distinção feita pelo próprio autor:

Reduzir o estudo do passado à biografia dos homens ilustres e à narrativa dos feitos retumbantes seria absurdo tão desmedido como circunscrever a geografia ao estudo das montanhas. Conflitos externos, querelas de facções, atos de governo estão longe de constituir a verdadeira trama da vida nacional. Não passam de incidentes; e, o que é mais, são o produto de um sem número de fatores ocultos que os condicionam e explicam. O conhecimento do que o homem tem realizado no combate diuturno que desde as cavernas vem pelejando para melhorar-se e melhorar o meio em que vive, tal o objetivo essencial da história.

Como poderemos atingi-lo, se concentrarmos toda a atenção em meia dúzia de figuras, esquecendo o esforço permanente dos humildes, a silenciosa colaboração dos anônimos, as ideias e os sentimentos da multidão (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 5).

Assim, foi com base no que se pode chamar de protagonismo do homem comum que Alcântara Machado procurou diferenciar seu livro dos demais congêneres produzidos nas décadas de 1910 e 1920 e algumas resenhas efetivamente encamparam essa distinção.

## Questões de classificação

Como dito, a produção de livros sobre a história colonial de São Paulo foi tomada, posteriormente, como assunto de análise historiográfica, na qual se destacavam o compromisso com o poder, com a paulistanidade. Esse é o tema principal de alguns trabalhos, tais como *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante* (ABUD, 1985) e *Ufanismo Paulista: vicissitudes de um imaginário* (QUEIROZ, 1992). Outros destacam que *Vida e morte do bandeirante* é uma exceção, porque trata do cotidiano e do homem comum, e se afasta, assim, da "grande história". A exceção, porém, tem limites. Embora tratasse do cotidiano, da cultura material e fosse pioneiro, o livro "era ainda muito descritivo" (SOUZA, 2010, p. 19) ou "mais descritivo do que analítico" (VAINFAS, 2009, p. 222). Tratava-se, então, de uma obra que já avançava em alguns pontos, mas em tese não seguia um método. Para Laura de Mello e Souza e Ronaldo Vainfas, a *maioridade* da história do cotidiano e do homem comum no período colonial de São Paulo ocorreu com os livros de Sérgio Buarque de Holanda, com "metodologia rigorosamente adequada ao objeto", e uma "surpreendente afinidade e coincidência metodológica" com a historiografia francesa dos *Annales* (SOUZA, 2010, p. 23). A questão que se coloca é uma dicotomia entre a História com método ou com um método melhor (no caso de Sérgio Buarque de Holanda), e uma história pioneira, mas diletante, descritiva e, portanto, sem um método adequado (no caso de Alcântara Machado). Transpondo essa dicotomia para as relações institucionais, Sérgio Buarque de Holanda representaria a vitória dos historiadores profissionais contra os historiadores amadores, já que substituiu Ellis Jr. que, por sua vez, substituiu Taunay, na cátedra de História da Civilização Brasileira da Seção de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. No mais, normalmente se ressalta como ponto favorável na representação sobre o

papel de Holanda um contato prévio com os métodos historiográficos modernos, no período em que foi assistente de Henri Hauser no curso de História da Universidade do Distrito Federal nos anos 1930.

As comparações entre Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda se dão na mesma chave: o primeiro seria um escritor de “tradição bacharelesca”, cujo procedimento de análise prendia-se em relações entre “causas e consequências”; o segundo já esboçava uma análise mais sofisticada, pois “soube perscrutar as principais tradições teórico-metodológicas de sua época, especialmente a francesa e a alemã...” (ROIZ, 2013, p. 22). Para Thiago Nicodemo, Sérgio Buarque de Holanda não seria apenas um introdutor das novas referências teórico-metodológica dos *Annales*, mas uma espécie de resposta original brasileira à historiografia anterior (NICODEMO, 2008, p. 195). Certamente a centralidade de Sergio Buarque de Holanda como autor de ruptura entre modelos historiográficos sobre o bandeirismo tem sido complexificada, pois ressaltadas as influências recebidas de Taunay (SCHNEIDER; MATINS, 2019) e aproximações com obras produzidas no início do século XX. Além disso, algumas análises dão ênfase ao momento e aos locais de produção dos escritos de Holanda (MARTINS, 2017, p. 170 e 211). A questão, porém, de se empregar como comparativo autores e “métodos” anteriores e posteriores, na qual a universidade ganha papel de legitimação da moderna historiografia (MARTINS, 2017, p. 239), permanece.

A análise pode certamente ser centralizada na diferença entre os autores diletantes, na maior parte juristas, e os historiadores ditos profissionais, que produzem historiografia ancorada em “métodos” (ou no que atualmente se entende como métodos historiográficos) Por outro lado, a consolidação, ao longo do tempo, dos cursos superiores de História representa alterações significativas de sujeitos, objetos e práticas historiográficas. Mas encerrar a análise no inventário dessas diferenças e oferecer um balanço qualitativo de escritos obscurece algo importante: historiadores, principalmente os diletantes, podem ser compreendidos por outros ângulos que não aqueles celebrados como legítimos pela prática historiográfica posterior. No caso específico, não se pode tentar encontrar afinidades e diferenças do livro de Alcântara Machado com a historiografia dos *Annales*, das mentalidades etc. Além disso, a própria representação do que seria a historiografia dos *Annales* também foi objeto de discussões e, se encarado como um sujeito histórico, apresenta significações tão diversas quanto complexas (OSÉS, 2018). Não pode, portanto, ser tomado como marco classificatório de forma unívoca. *Vida e morte do bandeirante* deve ser analisado de acordo com os critérios de julgamento, tradições intelectuais, relações sociais e afinidades da época em que

foi produzido, ou até mesmo por instrumentos posteriormente colocados à disposição do analista, desde que não se tomem os métodos historiográficos como marco zero interpretativo.

Projetar para o passado métodos historiográficos posteriores, a fim de classificar autores, nada mais é do que um anacronismo metodológico. O interessante é que, enquanto a maior parte dos historiadores atuais converge no sentido de não se admitir mais uma narrativa histórica teleológica, linear e evolucionista, há análises historiográficas que se predem ao método como fator diferencial e caem em uma verdadeira armadilha, na qual os escritos são apresentados em uma linha que "evolui" dos linhagistas e memorialistas, passa pela "metodologia" dos institutos históricos e deságua na produção acadêmica, também apresentada como uma evolução de produções cada vez mais sofisticadas.

Dessa forma, o protagonismo do homem comum e do cotidiano do livro não é aquele preconizado pela historiografia francesa, em maior ou menor grau, em descritivo ou analítico. Outros valores caros a um livro tido de história antes da criação de cursos superiores da disciplina História e da futura crítica acadêmica são os parâmetros tanto da escrita como da recepção das obras naquele momento. Não se trata de afirmar o que Alcântara Machado de fato não é (*annaliste*, weberiano, inovador metodológico), mas sim de apontar em que termos o seu livro foi concebido pelo seu autor e pelos seus leitores. No caso, mesmo que a análise do homem comum não seja aquela preconizada posteriormente, pelo "método", era um fator de diferenciação para alguns resenhistas da obra, mas em outra chave de valores, correspondentes ao período em que foi escrita.

## Aproximações com outros gêneros: os livros de curiosidades históricas

O desconforto com a *grande história*, dos personagens importantes, não era relatado apenas por Alcântara Machado. Para Almeida Nogueira, memorialista da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, essa também era uma questão a ser enfrentada, quando produziu seus escritos do início da década de 1910. Para esse autor, seus livros proporcionariam "momentos de atraente diversão", pois salvariam do esquecimento "interessantes pormenores, desses que, desdenhosa, a História omite do alto dos seus coturnos [...]" (ALMEIDA NOGUEIRA, 1977, p. 11). A inovação de Alcântara Machado foi adaptar essas intenções a um assunto já bem estudado, pretendendo, com isso, criar uma marca distintiva.



A chave para a compreensão do desabafo desses dois autores está situada bem longe da França e se assenta na curiosidade dos leitores, a ser saciada por meio de uma comparação entre o passado e o presente, que já então constituía um tipo de narrativa, especialmente em São Paulo (VALLE, 2015b). Quando os livros de Taunay, Ellis Jr., Alcântara Machado e Almeida Nogueira foram publicados, a cidade de São Paulo já era uma espécie de metrópole. Muitas fábricas, construção civil acelerada, principalmente de imponentes prédios públicos, edifícios particulares cada vez mais altos, elevadores, grandes mansões dos magnatas industriais, dos fazendeiros, imigrantes novos-ricos. Automóveis, cinema, energia elétrica, novos bairros, ricos e pobres. As pessoas das camadas mais elevadas importavam artigos de luxo, gostos e modas. A representação da cidade fixava-se nas palavras grandiosidade e modernidade, concentrada no embelezamento público que procurava, de certa forma, diferenciar-se da imagem da vila acanhada do passado colonial. Certamente um embelezamento que tendia a escamotear os cortiços e a situação precária da maior parte da população, mas indicava um senso comum de mudança, que a modernidade havia chegado para ficar.

A comparação entre esse presente importante, vertiginoso e promissor contrasta com um passado simples e pobre dos habitantes da então vila de São Paulo. Embora atualmente a alardeada pobreza dos antigos habitantes de São Paulo, descritas nos inventários e testamentos, tenha sido objeto de análise e crítica (MARANHÃO, 2010), Alcântara Machado estava reagindo, tal como Ellis Junior, à visão de Oliveira Vianna, ou seja, desmentindo com provas a noção da existência de luxo e riqueza no período colonial paulista. Por outro lado, o autor repete, com documento oficiais, um tipo de regresso visual ao passado, parecido com aqueles produzidos por viajantes no Brasil do século XIX. Ressaltar a pobreza e a falta de cultura da população, até mesmo dos grandes proprietários rurais, o pouco luxo das vestimentas, das casas, das igrejas, a rudeza dos modos, tudo isso já havia sido mencionado em detalhes por Saint-Hilaire em seus relatos de viagens pelo território paulista. Para o viajante, “com exceção de uma ou duas, tais casas [do interior da província] só denotam miséria, e o vestuário dos seus habitantes não é feito para desmentir tal ideia” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 91). Impossível saber quais eram os livros que compunham a biblioteca de Alcântara Machado, mas certamente leu Saint-Hilaire, pois há menção específica no *Vida e morte do bandeirante*. Assim, sobre um bandeirante conhecido, enaltecido pelo linhagista Pedro Taques, Alcântara Machado destaca a pobreza do patrimônio arrolado, composto por poucas guarnições da sua casa (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 58). Dessa forma, as influências do livro estão mais relacionadas à produção de um relato plástico de pequenos fatos do passado do que a métodos ou falta de métodos historiográficos.



Diz-se, anteriormente, que é uma comparação qualificada porque não se encerra nesses opostos de pobreza e riqueza, mas dela decorre a ideia de progresso, no sentido de que foram a força, os costumes, uma suposta herança genética e o trabalho dos bandeirantes que geraram um espírito paulista e o desenvolvimento em direção àquele presente do final dos anos 1920. É importante destacar como isso aparece no texto.

Em alguns trechos, a comparação é feita por meio de perguntas retóricas como, ao analisar o patrimônio de um bandeirante conhecido com o que ganharia um trabalhador autônomo nos anos 1920: "Que jornaleiro se contentaria na atualidade com esse punhado de trastes e utensílios domésticos?" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 52). Em outro lugar da narrativa, o autor faz um convite aos leitores para analisarem uma residência do período colonial: "Entremos. À claridade que o crivo das rótulas atenua e tamisa, as paredes brancas se destacam e se desdobra o tabuado largo dos salões. Que desconforto e pouquidade!" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 52). O autor compara o preço dos serviços jurídicos do seu tempo com os gastos para processamento dos inventários antigos, algumas vezes pagos com víveres: "Tempo feliz em que bastava um cevado para saciar a ganância de um homem do foro!" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 132).

Essas formas de comparação são sustentadas por um tipo de diálogo com os leitores, como se eles estivessem em uma conversa informal, compartilhando sentimentos, saudades e curiosidades. Há uma certa intimidade entre autor e leitores. Disso decorre que o autor conhecia seu público, pessoas como ele, para quem visitar a história da vida simples dos seus "antepassados" era uma viagem sentimental no meio do caos paulistano dos anos 1920. Somada às ilustrações, essa forma de narrativa possibilitava uma viagem visual ao passado mais remoto daquele narrado pelos viajantes do século XIX. Há frases explícitas nesse sentido, como uma em que o autor relata sobre o aumento do patrimônio, com o passar do tempo, dos paulistas antigos e seu reflexo nas roupas: "Daqui estamos a vê-lo, todo pimpão, casaca forrada de tafetá, gibão de telinha, calção com ligas de fitas, a atravessar o terreiro do Matriz, à sombra do seu vistoso chapéu de sol *pintado de óleo*" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 74, itálicos no original). Trata-se, como ressaltado por Laura de Mello e Souza, de "uma linguagem simples e plástica" (SOUZA, 2011, p. 125). Impossível, aqui, não fazer uma comparação específica com a plasticidade da narrativa de *Pathé-baby*, de Antônio de Alcântara Machado (filho de Alcântara Machado), publicado em 1926. Trata-se de um livro contendo crônicas feitas pelo autor com suas avaliações subjetivas sobre diversas cidades que visitou em uma viagem à Europa. O nome do livro já indica a comparação com o cinema: Pathé era o nome da marca de câmeras portáteis daquela época. Pretendia-se que seus leitores

visualizassem o cotidiano das cidades europeias, não somente no que elas tinham de positivo, mas também com críticas (RODRIGUES, 2012).

Dessa forma, *Vida e morte do bandeirante*, ainda que não explicitamente, sugere a apologia à paulistanidade, embora não seja essa sua questão principal, tampouco a melhor forma de analisá-lo historicamente. A apologia existe, mas não é isso que distingue o livro.

A narrativa dos pequenos fatos, dos detalhes e do cotidiano, não era uma especialidade específica de Alcântara Machado e de Almeida Nogueira, com sua história sobre a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Sobre essa instituição, também foi publicada uma obra, em dois volumes, por Spencer Vampré em 1924; sobre a Faculdade de Direito do Recife, uma obra de Clovis Bevilacqua, em 1927. Esses livros descreviam a vida acadêmica, os nomes e as personalidades dos alunos e professores, os costumes, as piadas etc. Assim, irreverência, cacoetes, segredos, tudo isso aproxima os alunos da faculdade de um modo afetivo, atualiza o elo entre gerações, tal como um parente idoso que conta indiscrições dos membros da família, com o intuito de causar riso, mas que somente fazem sentido porque contadas pela e para família. Sobre a faculdade paulistana, Almeida Nogueira e Spencer Vampré narravam a história de um professor que, no século XIX, vinha dar aulas montado em seu burrinho, que amarrava na frente do prédio da faculdade (VAMPRE, 1977, p. 192). A evocação desses pormenores possibilita a mesma forma de comparação feita por Alcântara Machado entre um passado mais tranquilo e simples com aquele presente em mudança.

No caso de São Paulo, houve ainda a publicação dos livros de Antônio Egídio Martins, em 1911 e 1912, que eram a junção de artigos seus de jornal, nos quais contava curiosidades sobre o passado da cidade, tais como o nome de ruas antigas, os relatos de obras executadas, antigos monumentos, chafarizes, a criação e a destruição de melhoramentos públicos, de igrejas etc (MARTINS, [19--]) . Era, em resumo, uma descrição de prédios e de pessoas que não mais existiam quando foi publicada. A sua escrita é um tanto monótona, com remissões intermináveis a pessoas, a leis, a decretos etc. Não continha, assim, nenhum dos expedientes literários utilizados por Alcântara Machado, aptos a popularizar seu livro. Antônio Egídio Martins era funcionário público da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo e foi nos documentos existentes nesse órgão que fez suas pesquisas para escrever seus artigos de jornal.

Há um outro ponto que une esses historiadores do passado paulista: a devoção ao documento. Alguns autores vislumbram nessas obras a adaptação de algumas regras e procedimentos metodológicos historiográficos estrangeiros. No caso de Taunay, Karina

Azenhizi destaca a influência da metodologia proposta pelos historiadores Langlois e Seignobos no que se refere à crítica documental, ou melhor, da necessidade das provas para produção de obras historiográficas (ANHEZINI, 2009, p. 236). Sem embargo dessa forma de análise, pode-se pensar numa hipótese mais "mundana", ou seja, a influência que o direito teve sobre esses autores, a maioria deles bacharéis. A prova, especialmente a documental, é primordial para a construção de um relato e o reconhecimento de uma situação em processos judiciais, com regras sobre quais delas são admitidas, como elas são produzidas, quem as deve produzir, etc. Isso não somente na seara do Direito Processual, normalmente responsável pelo regramento da produção das provas. Há condutas ainda hoje definidas como crime de falsidade ideológica (inserir conteúdo inverídico em um documento) e falsidade material (falsificar fisicamente o documento) que basicamente são traduções dos procedimentos de crítica interna e externa dos documentos. Essa influência pode ser sentida inclusive em Taunay, que era engenheiro e de fato leu e citou procedimentos metodológicos de Langlois e Seignobos, mas não deixou de fazer referências ao mundo jurídico: "Cada fato histórico a esclarecer é uma questão a julgar em que, como em todos os processos, se começa pela audição das testemunhas" (*apud* ANHEZINI, 2009, p. 238). Dessa forma, também aqui a *metodologia* está bem longe da França e mais perto das faculdades de direito brasileiras.

A curiosidade ainda continuou sendo o mote da publicação de outros livros, normalmente na mesma chave de comparação, o que se pode denominar de um gênero de considerável duração. Em 1933 foi publicado *São Paulo de outrora*, de Paulo Cursino de Moura (1954). Essa obra traz os nomes antigos das ruas e das igrejas do centro da cidade, fotos e plantas antigas. Em comum com *Vida e morte do bandeirante*, traz ilustrações, acrescidas de muitas fotografias, em sua maioria do século XIX. Paulo Cursino é mais dramático do que Alcântara Machado na narrativa de alguns episódios, em especial para tratar do Largo do Pelourinho, visitado por um antigo escravizado depois de muito tempo, com diálogos entre personagens, como se fosse uma peça de teatro. Em alguns momentos o livro pode ser considerado mais um romance histórico do que simples enumeração de curiosidades. Mas, de forma diversa, seu livro tem por capítulos os nomes de logradouros da cidade, o que o leva normalmente a tratar de doadores de terras, grandes personagens que contribuíram para a criação desses lugares, etc. É, assim, um livro que não trata especialmente do homem comum como protagonista da história de São Paulo, mas que traz em seu conteúdo diversas curiosidades sobre o passado paulista.

Em 1946 foram publicadas as memórias de Maria Paes de Barros, então com 94 anos de idade. Senhora da elite de agrária de São Paulo, narrou em seu livro como

era sua vida na segunda metade do século XIX, os costumes, as viagens a cavalo ou mula para o litoral paulista ou para o interior, a relação entre sua família e os seus escravizados, o cotidiano da cidade e das fazendas, as formas de vestuário, a comida, o ensino os castigos, etc. O livro se inicia com uma evocação que dará o tom de toda a história na chave comparativa: “Ó boa, calma, simples e monótona Paulicéia do tempo de dantes!” Em outra passagem: “Querida São Paulo, hoje tão orgulhosa de tuas esplêndidas conquistas, é com um sorriso de ironia que nos lembramos da vida singela e austera que então levavam os teus filhos.” (BARROS, 1998, p. 1 e 2). Perto da comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1954, são publicados e reeditados outros livros cujo objeto são as descrições do cotidiano dos antigos paulistas, das mudanças de uma cidade pobre e sem importância para uma cidade rica e próspera, etc. *Vida e morte do bandeirante*, que já tinha diversas edições, foi republicado em 1953; os diversos tomos da *História geral das bandeias paulistas* foram condensados e publicados em 1951; e o livro *São Paulo de outrora*, de Paulo Cursino de Moura teve uma terceira edição em 1954.

## A ironia como marca de distinção

De forma diferente dos demais livros mencionados no “gênero” curiosidades, *Vida e morte do bandeirante* contém um mecanismo que contribui para conformá-lo como uma exceção em meio a livros laudatórios daquele período, que é utilização de ironias pelo seu autor. Esse fato não passou despercebido e foi apontado por Plínio Barreto em uma resenha logo após a publicação do livro: “O gosto da arte e da ironia fazem do sr. Alcântara Machado um comentador atraente. As setas que desfere, no correr da narração, dão para encher uma boa aljava” (BARRETO, 1929). Silveira Bueno chega a classificá-lo de “crítico levemente mordaz” (SILVEIRA BUENO, 1929, p. 8). A ironia mencionada funciona, em alguns momentos, como uma forma de crítica de alguns atos dos bandeirantes. Também utilizava a proclamada pobreza do passado de forma irônica, para criticar o presente. Nessas passagens, o autor põe em destaque os últimos desejos de alguns personagens do passado para ressaltar sua hipocrisia. Em um testamento, no qual o testador menciona certa dose de culpa, ao mencionar ter escravizado indígenas, dizendo que os trouxe “com pouca vontade”, Alcântara Machado arremata: “Com pouca vontade... Eufemismo encantador!” (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 171). De outro testador, ferido nos olhos, ressalta a libertação dos indígenas escravizados, pois não faltaria alguém para enganá-los, embora tenha pedido a um sobrinho que os protegesse. Ao final, o autor comenta: “Que clarividência a do

ceguinho de Parnaíba!" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 178). Em alguns momentos, a crítica é um pouco mais explícita, como, por exemplo, na passagem em que menciona que os escravizadores de indígenas se consideravam quites dos seus pecados por meio da encomenda de "meia dúzia de missas". Todavia, ao final da passagem, deixa claro que prefere os mais sinceros: "Mil vezes a franqueza de Lourenço de Siqueira: 'e lhes peço perdão de alguma força e injustiças que lhes haja feito e de lhes não ter pago seu serviço como era obrigado'" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 170). A passagem final atenua a crítica, pois toma a franqueza como algo de positivo daquele antigo paulista. A ironia permite tratar de forma crítica esses atos, mas somente funciona porque é feita por alguém totalmente relacionado com a paulistanidade, ou seja, era uma crítica feita por quem estava socialmente autorizado a fazê-la. Por outro lado, a crítica irônica é pulverizada no livro todo: não há uma classificação crítica ampla e expressa, destinada a todos os comportamentos de todos os personagens do passado, mas sim a descrição irônica em algumas passagens, o que certamente contribuiu para o livro não ser tido como ofensa aos valores paulistas. Há passagens com críticas diretas, nas quais chama um testador de criminoso (por pedir à esposa que, se quiser, alforrie um indígena que era tido como seu filho), ou aponta a dissimulação em bondade de um ato cruel de alforria de indígenas escravizados já idosos e doentes. De forma geral, a ironia e essas críticas mais diretas não foram relacionadas pelos resenhistas como um ponto central do livro. Nesse ponto específico (críticas), *Vida e morte do bandeirante* é completamente diferente dos livros de Taunay, que costumava tomar como uma questão pessoal as críticas feitas ao bandeirismo, como se percebe da sua resposta a um crítico alemão, que havia classificado as bandeiras como uma "mancha negra na história brasileira: [...] que se reflita um pouco acerca do regime de delicias da colonização germânica quinhentista em Venezuela e dos processos daquele S. Vicente de Paula que chamava Ambrosio Alfinger (TAUNAY, 1924, p. 2).

Seja como for, seja pelas críticas, pela ironia ou pelo enfoque das coisas mais simples e do cotidiano dos habitantes da capitania de São Vicente, *Vida e morte do bandeirante*, de certa forma, não parecia obra de um autor que ostentava, ao máximo, como suas as propaladas virtudes bandeirantes e paulistas. O lapso de um resenhista, que indicou Antônio de Alcântara Machado como autor da obra, é mais que um ato falho, além, obviamente, dos nomes comuns (CORREIO PAULISTANO, 1929). Àquela altura, considerados os livros já existentes sobre o assunto, esperava-se mais um livro de apologia do que um livro irônico que tratasse do "homem comum". Isso aponta para as próprias condições sociais de produção do livro. Alcântara Machado ganhara notoriedade por meio da repetição de um discurso laudatório sobre os bandeirantes

e suas virtudes. Para além de uma virtude moral decorrente do território, ele reivindicava a herança de sangue dessas tradições, indicando sempre que possível que um antepassado seu teria chegado a São Vicente em 1532, no cargo de loco-tenente de Martim Afonso de Souza. Certamente não poderia fazer críticas pesadas e diretas sobre esse personagem histórico. É no meio dessas relações que se pode compreender a sua “inovação”. O afastamento da simples defesa da paulistanidade parece estar mais ligado a uma herança intelectual de sua família do que à antecipação de algum método historiográfico. Seu avô, o brigadeiro José Joaquim Machado d’Oliveira, foi sócio do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e Diretor Geral dos Índios da Província de São Paulo, vinculando-se à vertente indianista, que ressaltava as qualidades positivas dos indígenas e atribuía sua decadência ao contato com o dominador branco (FERRETI, 2007, p. 6). Não escamoteava, portanto, a violência desse contato, denunciando os atos dos conquistadores, inclusive dos bandeirantes. Nesse sentido, em seu livro *Quadro histórico da Província de São Paulo*, o autor afirmava sobre a “obra de arrasamento do Gaurá, fazendo-se horrorosa mão-baixa nos índios que tentaram defender suas famílias, aprisionando-se todos quanto escaparam à matança...” (MACHADO D’OLIVEIRA, 1978, p. 90). Mas a edição desse livro ocorreu em 1864, em um momento diferente para os intelectuais paulistanos, no qual o ufanismo da figura do bandeirante não era essencial para se destacar como figura pública. No caso de José Joaquim Machado d’Oliveira, a carreira militar bem-sucedida e a participação na administração dos indígenas parece ter sido o seu maior trunfo para se tornar conhecido.

## Conclusão

A excepcionalidade de *Vida e morte do bandeirante* assenta-se nas relações estabelecidas pelo seu autor com os demais escritores que publicavam livros sobre o mesmo assunto no mesmo período. É por meio da compreensão dessas relações e das críticas de recebimento do livro que se pode extrair as qualidades que sustentavam a imagem de uma originalidade historiográfica: atenção às curiosidades e ao cotidiano, utilização da ironia como uma forma de crítica, o tipo da escrita empregada, que permitia uma viagem emocional e visual do leitor a um passado distante, o apego ao documento como prova historiográfica, etc. Tomar simplesmente a utilização ou não de métodos historiográficos posteriores impede uma análise mais ampla de como a história era escrita. Categorias como historiografia do IHGB, IHGSP, “tradição bacharelesca”, “estudos pré-científicos” (FERREIRA, 2002, p. 174), etc., em que são colocados juntos obras e autores tão diferentes, prestam-se mais para se firmar a “modernidade” ou a



"profissionalização do historiador" como ápices de uma taxonomia acadêmica, do que para compreender a complexidade da escrita da história.

Não se nega, aqui, a importância dos métodos da História, mas pretendeu-se frisar que eles não são uma ferramenta atemporal de julgamento e que a ótica do historiador não pode ser ajustada somente por ele. É na mediação das possibilidades e impedimentos em um determinado espaço social e determinada época que se pode compreender a obra de um autor, já que os métodos nem sempre são uma possibilidade.

## REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. 1985. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social, FFLCH, USP, São Paulo, 1985.

ALCÂNTARA MACHADO d'Oliveira, José de. Comparar e julgar. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 6, 2 maio 1933.

ALCÂNTARA MACHADO d'Oliveira, José de. Oração de Paraninfo. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, São Paulo, v. XXVIII, p. 79-90, 1932.

ALCÂNTARA MACHADO d'Oliveira, José de. **Quatro Discursos**. São Paulo: Estab. Graphico Pocai Wess & Cia, 1915.

ALCÂNTARA MACHADO d'Oliveira, José de. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Empreza Gráfica da Revista dos Tribunaes, 1929.

ALMEIDA NOGUEIRA, José Luis. **A academia de São Paulo**. Tradições e reminiscências. 3. ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1977. v. 1.

AMED, Fernando. **As cartas de Capistrano de Abreu**. Sociabilidade e vida literária na belle époque carioca. São Paulo: Alameda, 2006.

ANHEZINI, Karina. Um metódico à brasileira: a escrita da história de Afonso de Taunay. **Revista de História**, São Paulo, n. 160, p. 221-260, 1. sem. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19110>. Acesso em: 9 jun. 2020.



- BARRETO, Plínio. Livros novos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 7 out. 1929.
- BARROS, Maria Paes de. **No tempo de dantes**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- BRUNO, Ernani Silva. Um ensaio sobre os bandeirantes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 set. 1979. Ilustrada, p. 27.
- CANABRAVA, Alice P. Bandeiras. *In*: MORAES, Rubens Borba de e BERRIEN, William (dir.). **Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiro**. Brasília: Edições do Senado Federal, 1998. v. 2. p 737-790.
- CORREIO PAULISTANO**, São Paulo, p 3, 16 ago. 1929.
- DEBES, Célio. O historiador Washington Luís. *In*: LUÍS, WASHINGTON. **Na capitania de São Vicente**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. p. 15-36.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. **O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano**. São Paulo: Typographia Piratininga, 1924.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano**. São Paulo: Editora Nacional, 1936.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Raça de gigantes**. São Paulo: Editorial Helios, 1926.
- FERREIRA, Antônio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- FERRETTI, Danilo José Zioni. **A construção da paulistanidade**. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). 2004. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH, USP, São Paulo, 2004.
- FERRETTI, Danilo José Zioni. A emergência de um discurso etno-histórico nos primórdios do IHGB: o caso do Brigadeiro Machado de Oliveira. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV, 2007, São Leopoldo. **Anais** [...]. São Leopoldo: Associação Nacional de História (ANPUH), 2007.
- GUASTINI, Mário. Vida e morte do bandeirante. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 4, 29 set. 1929.

LEONZO, Nancy. Pioneiro da História Social no Brasil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 4, 20 abr. 1991.

LIMA, Alceu Amoroso. Vida literária. **O JornalB**, Rio de Janeiro, p. 4, 17 nov. 1929.

Livros novos – Alcântara Machado – Vida e morte do bandeirante. **Diário Nacional**. A democracia em marcha, São Paulo, p. 5, 30 ago. 1929.

MARANHO, Milena Fernandes. **A opulência relativizada**. Níveis de vida em São Paulo do século XVII (1648-1682). Bauru: EDUSC, 2010.

MARTINS, Antônio Egídio. **São Paulo antigo**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, [19--].

MARTINS, Renato. **Tradição, Modernidade e a História da Américas em Visão do Paraíso (1946-1969)**. 2017. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH, USP, São Paulo, 2017.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa de. Notas literárias. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 3, 6 out. 1929.

MONTEIRO, John Manuel, Caçando com Gato – Raça, Mestiçagem e Identidade Paulista na obra de Alfredo Ellis Junior. **Novos Estudos** CEBRAP, São Paulo, n. 38, p. 79-88, mar. 1994.

MOURA, Paulo Cursino de. **São Paulo de outrora**. Evocações da metrópole. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

NICODEMO, Thiago Lima. **Urdidura do vivido**. *Visão do Paraíso* e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950. São Paulo: EDUSP, 2008.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado d'. **Quadro histórico da Província de São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

OSÉS, Mariana Ladeira. **"Nós, os Annales"**: Marc Bloch, Lucien Febvre e a produção da Revista dos Annales (1929-1944). 2018. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH, USP, São Paulo, 2018.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo Paulista: vicissitudes de um imaginário. **Revista USP**, São Paulo, vol. 13, p. 79, p. 79 – 87, mar./maio 1992.

**REVISTA DE ANTROPOFAGIA**, São Paulo, ano I, n. 10, p. 6, mar. 1929b.

**REVISTA DE ANTROPOFAGIA**, São Paulo, ano I, n. 9, p. 6, fev. 1929a.

RIBEIRO, João. Crônica Literária. **Jornal do Brasil**, p. 9, 18 set. 1929.

RIBEIRO, João. Crônica Literária. **Jornal do Brasil**, p. 8, 21 dez. 1927.

RODRIGUES, Ana Paula. Antônio de Alcântara Machado com a câmera: exploração geográfica e cinematografia em *Pathé-baby*. **Cadernos de semiótica aplicada**, Araraquara, v. 10, n. 2, p. 1-14, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/5580>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ROIZ, Diego da Silva. Os projetos de escrita da História de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda: uma guerra de ideias no mundo dos letrados de São Paulo nos anos 1930-1940? **Revista de Teoria da História**, Goiânia, ano 5, n. 10, p. 10-46, dez. 2013. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/29122>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ROURE, Agenor de. O 'Triângulo'. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 3, 29 set. 1929.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem a São Paulo e Quadro histórico da província de São Paulo**. Brasília: Senado Federal, 2002.

SCHMIDT, Augusto Frederico. Vida e morte do bandeirante. **O Jornal**, Rio de Janeiro, p. 2, 15 set. 1929.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. MARTINS, Renato. A expansão paulista em Afonso de Taunay e Sergio Buarque de Holanda: reflexões e trajetórias. **Revista de História**, São Paulo, n. 78, p. 1-27, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/142456/155732>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. Livros novos. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 8, 17 out. 1929.

SOUZA, Laura de Mello e. Alcântara Machado. Vida e morte do bandeirante. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil**. Um banquete no trópico, 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2011. p 123-142.

SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da Historiografia e da Cultura sobre o Brasil Colonial. *In: FREITAS, Lourenço Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva***. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p 17-38.

TAUNAY, Afonso de Escragnoles. Equipamento bandeirante. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 5, 10 fev. 1929a.

TAUNAY, Afonso de Escragnoles. **História Geral das Bandeiras Paulistas, tomo primeiro**. São Paulo: Typographia Ideal – H. L. Canton, 1924.

TAUNAY, Afonso de Escragnoles. **História Geral das Bandeiras Paulistas, tomo segundo**. São Paulo: Typographia Ideal – H. L. Canton, 1925.

TAUNAY, Afonso de Escragnoles. **História geral das bandeiras paulistas, tomo terceiro (1641-1651)**. São Paulo: Typographia Ideal – H. L. Canton, 1927.

TAUNAY, Afonso de Escragnoles. Peças do gentio da terra. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 5, 3 mar. 1929b.

TRIGO, Maria Helena Bueno. **Os paulistas de quatrocentos anos, ser e parecer**, São Paulo: AnnaBlume, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. História Cultural e Historiografia Brasileira. **História: Questões e debates**, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15676>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VALLE, Franco Della. **Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado e a produção da história paulista**. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH, USP, São Paulo, 2015a.

VALLE, Franco Della. Vida e morte do bandeirante: história e afeto do passado de São Paulo. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 2, p. 111-128, 2015b. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/20983>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VAMPRE, Spencer. **Memórias para a história da Academia de São Paulo**. São Paulo: Instituto Nacional do Livro – Conselho Federal de Cultura, 1977. v. 1.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista**. 2ª edição. Rio de Janeiro: CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 1990.

VIANNA, Francisco José de. **Populações meridionais do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

ZAMBONI, João *et all.* **Requerimento**. Arquivo da Academia Paulista de Letras, pasta da cadeira n. 1. São Paulo, 1941.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Franco Della Valle é bacharel em Direito, licenciado em História, mestre e doutorando em História Social. Pesquisa temas sobre História Intelectual e sobre o Direito no Brasil. Publicou os seguintes artigos: Vida e morte do bandeirante: história e afeto do passado de São Paulo, pela revista *Intellèctus*, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2015, e Os juristas e a imagem da imprescindibilidade: a memória como capital simbólico, pela *Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia*, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), em 2017.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Jundiáí, n. 26, sala 705, Boqueirão, Praia Grande, SP, CEP 11701-250, Brasil.

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### AGRADECIMENTO

Agradeço a Julio Cesar Pereira da Silva, Livia Maria Orsati e Miguel Soares Palmeira pela leitura, críticas e sugestões a versões preliminares deste texto. Os eventuais equívocos são, evidentemente, de minha inteira responsabilidade.

### CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

### APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## PUBLICAÇÃO PRÉVIA

O artigo aprofunda alguns temas debatidos na minha dissertação de mestrado "Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado e a produção da história paulista", orientado por Miguel Soares Palmeira, no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, defendida em 2015. Link: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16092015-152228/pt-br.php>. E no artigo "Vida e morte do bandeirante: história e afeto do passado de São Paulo", publicado pela revista *Intellèctus*, v. 14, n. 2, p. 112-128, 2015. DOI: 10.12957/Intellectus.2015.20983.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado

Flávia Varella – Editora Chefe

Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada

María Inés Mudrovcic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Franco Della Valle.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 30 de agosto de 2020.

Alterado em: 21 de abril de 2021.


Aprovado em: 18 de maio de 2021.

## Entre o imperativo do arquivo e a retórica bandeirante: a constituição de um saber científico para a invenção do paulista

Between the archive imperative and the bandeirante rhetoric:  
the constitution of a scientific knowledge for the invention of  
the Paulista

**Karina Anhezini** <sup>a</sup>

E-mail: [karina.anhezini@unesp.br](mailto:karina.anhezini@unesp.br)

<https://orcid.org/0000-0001-6952-4601> 

<sup>a</sup> Universidade Estadual Paulista,  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,  
Departamento de História, Franca, SP, Brasil



## RESUMO

O presente texto analisa a história da construção de um saber que, para se estabelecer, necessitou da montagem de um arquivo. Esse saber será apresentado por meio da análise do *Curso de Bandeirologia*, ministrado na cidade de São Paulo no ano de 1946. No decorrer da narrativa, o leitor terá contato com fragmentos dos gestos arquivísticos e com a repetição de enunciados que resultaram na constituição da *retórica bandeirante*, um campo discursivo empenhado em criar e fazer crer em uma explicação para a História do Brasil dependente e ancorada nos acontecimentos delimitados pela história das bandeiras paulistas, que se procura consolidar como uma nova historicidade para o Brasil.

## PALAVRAS-CHAVE

Retórica. Arquivo. Historicidade.

## ABSTRACT

This text analyzes the history of the construction of a knowledge established through the assembly of an archive. This knowledge will be presented by analyzing a course on *bandeirologia* (the science of expeditions towards inner country), offered in 1946 in the city of São Paulo. During the narrative, the reader will come across fragments of archival gestures and the repetition of statements that resulted in the constitution of a *bandeirante* (explorer) rhetoric. Such discourse was committed to provide a new historicity for Brazil, creating and making believe in a History of Brazil dependent on and grounded in events delimited by the history of São Paulo's expeditions to the countryside.

## KEYWORDS

Rhetoric. Archive. Historicity.

"Se o passado (ao ter lugar e forma em um momento decisivo no decorrer de uma crise) é recalçado, ele retorna, mas sub-repticiamente, ao presente do qual havia sido excluído".  
(CERTEAU, 2011)

## Um surto de estudos sobre o passado paulista

No início da segunda metade do século XX, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) se dedicou a avaliar a "Cultura brasileira", ou, mais precisamente, a "situação do pensamento histórico no Brasil" durante aquele meio século. No texto "O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos" (HOLANDA, 2008, p. 601)<sup>1</sup>, Holanda cria um rol de 104 autores, sendo 102 homens e apenas duas mulheres, Lídia Besouchet (1908-1997)<sup>2</sup> e Alice Piffer Canabrava (1911-2003)<sup>3</sup>. Com um volumoso número de obras citadas, o autor se esforça para estabelecer o limite disciplinar e classificar, tipificar estas obras a fim de agrupá-las, de ordená-las de um modo que pudesse fazer sentido aquele imenso material para os leitores do *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro em 1951.

Com algumas definições bastante precisas para os meios universitários daquela década e outras, nem tanto, o autor destaca que naqueles 50 anos de pensamento histórico tivemos no Brasil obras no terreno da investigação e da informação erudita; textos mais exatos e completos referentes à fase inicial da ocupação do solo; a divulgação de documentos capazes de abrir novo sulco para estudos de história social ou econômica, e não apenas política, bélica e genealógica; ensaios de investigação e interpretação social; obras de fundo biográfico; História Regional ou estudos regionais; História Econômica; História financeira e monetária e um surto de estudos sobre o passado paulista.

Dentre tantas produções entre estudos, ensaios e histórias, Sérgio Buarque de Holanda classifica um rol de produções como "um surto de estudos sobre o passado paulista". O que seria um surto no pensamento histórico? Um aumento acima do "normal" de estudos históricos relacionados ao passado de São Paulo ou algum tipo de

<sup>1</sup> Publicações recentes têm revisitado esse texto com objetivos variados: GOMES, 2009; PEREIRA; SANTOS, 2010; GUIMARÃES, 2011; FALCON, 2011; NICODEMO; PEREIRA, SANTOS, 2018. Para análises a respeito da vida e obra de Holanda: MONTEIRO; EUGÊNIO, 2008; NICODEMO 2008; CARVALHO, 2017.

<sup>2</sup> Para um estudo acerca da autora, Cf.: RANGEL, 2016.

<sup>3</sup> Para estudos sobre a trajetória de Alice Canabrava, Cf.: ERBERELI JR., 2014; ERBERELI JR., 2019.

interpretação? Holanda não se alonga sobre a definição, destaca apenas que 12 autores se dedicaram a esse objeto pouco ou nada explícito definido como “estudos sobre o passado paulista”. Com o objetivo de compreendê-lo melhor, observei as demais caracterizações e juntei a esse conjunto os estudos voltados para a fase inicial de ocupação do território, muitos dos documentos capazes de possibilitar o desenvolvimento de uma história social e econômica e algumas biografias também dedicadas aos personagens desse passado paulista, e percebi que a caracterização de um “surto”, algo que parece ser mais uma sensação do que, de fato, uma tipologia, pode descrever alegoricamente a volumosa quantidade de estudos que tomaram, de algum modo, São Paulo e os paulistas como objeto de investigação e que figuraram no levantamento realizado por Holanda nessa tentativa de classificar os fazeres da história na primeira metade do século XX.

São vários os protagonistas desse surto, homens, em sua maioria brancos, ocupantes de posições de destaque em instituições de ensino, arte e ciência e membros da elite econômica e política do país em fins do século XIX e primeira metade do século XX. Como seria difícil estabelecer o recorte (ANHEZINI, 2015a) deste texto privilegiando a trajetória desses protagonistas, escolhi tratar do que há em comum dentre os estudos sobre o passado paulista: o destaque para a montagem de um arquivo na primeira metade do século XX<sup>4</sup> e a construção de uma *retórica bandeirante*. Esses dois pontos em comum, a necessidade de um arquivo e, a partir dele, a criação das condições de emergência da invenção<sup>5</sup> de uma narrativa acerca da identidade paulista, monumentalizada na arquitetura, em museus, em muitos livros didáticos, e atualizada em discursos políticos, podem ser observados de forma privilegiada quando historiadores apoiados pelo poder público inventam um saber denominado “bandeirologia”. Trata-se de um saber que se queria como uma disciplina, uma especialidade dedicada a estudar aquilo que, durante décadas, foi constituído, passo a passo, metodicamente, pelo fazer histórico como conhecimento verdadeiro sobre o passado de um tipo de brasileiro, o paulista, e de um território, São Paulo, entendido como a origem do Brasil. Assim, intenta-se narrar neste texto, tendo como fonte privilegiada o acontecimento *Curso de Bandeirologia*, fragmentos dos gestos arquivísticos e da repetição de enunciados que resultaram na constituição de uma *retórica*<sup>6</sup> *bandeirante*, um campo discursivo

<sup>4</sup> É fundamental destacar o empenho do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) na montagem desse arquivo (documental e bibliográfico) de enunciados da história e da geografia acerca do passado paulista, sobretudo, sobre as bandeiras paulistas (COPPE JR., 2021).

<sup>5</sup> Este estudo foi inspirado pelo trabalho de Durval Muniz Albuquerque Jr., que nos ensinou com maestria quando e por meio de quais enunciados a região Nordeste foi inventada, Cf.: ALBUQUERQUE JR., 2011.

<sup>6</sup> A obra de Pedro da Silveira apresenta uma genealogia do conceito (SILVEIRA, 2020).

empenhado em criar e fazer crer em uma explicação para a História do Brasil, dependente e ancorada nos acontecimentos delimitados pela História das bandeiras paulistas, que procura se consolidar como uma nova historicidade para o Brasil.

## O imperativo do arquivo na interdição da fantasia

A história da construção da narrativa que quer fazer crer (HARTOG, 2017) em uma identidade comum aos paulistas possui enunciados dispersos que identificam a origem das características do povo de São Paulo vinculada ao protagonismo dos habitantes coloniais da vila de São Paulo na exploração, ocupação e povoamento do solo que comporia o território do Brasil independente. A emergência de um saber (FOUCAULT, 2008) especializado chamado “bandeirologia” parece ser o sintoma de que, em determinado momento, essa história, produzida desde fins do século XIX, ganhou poder de verdade científica constituindo uma história nacional que elege e recorta São Paulo e os acontecimentos relacionados às bandeiras e aos bandeirantes no período colonial como seus espaços e tempos originais.

No ano de 1946 circulava nos jornais paulistas e cariocas a notícia de um curso que aconteceria na cidade de São Paulo. Tratava-se do Curso de Bandeirologia<sup>7</sup>, que começou no dia 14 de maio às 17 horas no auditório da Escola Normal “Caetano de Campos”<sup>8</sup>, com a conferência inaugural de Afonso d’Escragnoille Taunay (1876-1958) versando acerca d’*O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil* (TAUNAY, 1946).

Como se referia a um curso acerca do conhecimento que se tinha das bandeiras, Taunay, sensível às mudanças que ocorriam desde o início da década de 1930 com a criação dos cursos universitários de História e Geografia, compreendeu muito bem o conceito da oferta de um curso naquele período, dizendo que deveria se tornar universitário<sup>9</sup>. Tratava-se da ascensão da universidade como lugar da produção científica e a passagem do historiador por vocação (GLEZER, 1976) à possibilidade de um profissional formado nos bancos universitários brasileiros (ROIZ, 2012; FERREIRA, 2013).

<sup>7</sup> Este curso foi analisado sob outras perspectivas por: FERRETTI, 2009; ROIZ, 2013; SILVA, 2018.

<sup>8</sup> A Escola Normal “Caetano de Campos” comemorava seu centenário naquele mesmo ano de 1946 e abrigava, em seu terceiro andar, diversos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFLC) da Universidade de São Paulo. Dentre eles, destacam-se os de Ciências Sociais, Filosofia, História, Geografia, Literatura. A FFLC mudou-se para o prédio da Rua Maria Antônia somente em 1949 (LEITE, 1994).

<sup>9</sup> É importante lembrar que Afonso d’ Escragnoille Taunay foi o primeiro professor do curso de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1937. Conferir o texto “A propósito do curso da História da Civilização Brasileira” (ANHEZINI, 2015b).

O tema desse evento era anunciado, portanto, como algo distante da mitologia bandeirante, ele não trataria do lendário ou do fantasioso que cercava o tema, e sim da apresentação do conhecimento científico acerca das bandeiras como parte da historiografia que passava a ser entendida como um ofício especializado e praticado por profissionais (NICODEMO; PEREIRA; SANTOS, 2018).

O curso foi promovido pelo Departamento Estadual de Informações (DEI), órgão cultural do governo paulista, reformulado sob a interventoria do Embaixador José Carlos de Macedo Soares (1883-1968), que designou o jornalista Honório de Sylos como diretor. O DEI substituiu o antigo DEIP, sessão estadual do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo (DIP), e pretendia acabar com o caráter censor e propagandista do governo antecessor, adequando-o aos novos tempos democráticos (FERRETTI, 2009). Na edição de 1946 de seu boletim intitulado *São Paulo de ontem, de hoje e de amanhã*, o DEI definia que, ao levar aos demais Estados “o conhecimento de alguns aspectos da vida e do trabalho paulista” (BOLETIM do DEI, 1946), em uma linhagem singela e concreta com comentários impessoais e anti-retóricos, estaria contribuindo, naquele momento de reestruturação política do país e retomada democrática, com a recuperação econômico-financeira, a fim de demonstrar que “o paulista continua[va] fiel à paixão do trabalho” (BOLETIM do DEI, 1946). Esse Boletim buscava testemunhar a operosidade incansável do paulista, noticiando a produção da maior safra de cereais da história do Estado e trazendo como artigo inicial as *Impressões de São Paulo (1886)* de Afonso Taunay, que atestava a transformação da cidadezinha de 1886 em metrópole na década de 1940, por meio, sobretudo, dos jovens estudantes, futuros dirigentes, que em fins do século XIX apontavam, segundo o autor, para essa vocação.

A publicação pelo Departamento Estadual de Informações do livro *Curso de Bandeirologia* foi noticiada no Boletim de 1947. Participaram do curso, ao longo do ano de 1946, onze intelectuais, e, ao final, foram publicadas as conferências de Afonso de Taunay, Virgílio Corrêa Filho (1887-1973), Afonso Arinos de Mello Franco (1905-1990), Alfredo Ellis Jr. (1896-1974), Joaquim Ribeiro (1907-1964) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982).

A leitura do material publicado enuncia a importância de um arquivo de fontes e de bibliografia acumulado ao longo das décadas que antecederam essa iniciativa de promover, em 1946, conforme definiu Sérgio Buarque de Holanda em sua conferência, um “curso que pretend[ia] oferecer uma síntese do bandeirismo em suas várias feições e modalidades” (HOLANDA, 1946, p. 128). Os intelectuais reunidos para proferirem as conferências tinham à disposição o arquivo de que precisavam para construir uma narrativa sintética acerca das bandeiras e afirmar a viabilidade de constituição de um

ramo de especialidade dentro da história, a bandeirologia. Cassiano Ricardo, autor que participou do curso, mas não teve seu texto publicado no livro, define o que seria esse empreendimento em *Pequeno ensaio de bandeirologia*:

Uma coisa [...] é ver o bandeirismo no mapa; isto é, o bandeirismo por fora, em seu aspecto heroico e geográfico. Outra é vê-lo por dentro, como fenômeno social, econômico, político; examiná-lo em suas causas, objetivos; saber até onde chegaram as suas consequências, e se ele ajuda a explicar as nossas instituições atuais, se ele ainda persiste em nosso sistema de vida. Daí o gênero de pesquisa a que se chama hoje “bandeirologia” (RICARDO, 1956, p. 8).

O *Curso de Bandeirologia* enfeixa, assim, um conjunto de enunciados construídos ao longo da primeira metade do século XX pelos autores identificados por Sérgio Buarque de Holanda como os responsáveis pelo “surto de estudos sobre o passado paulista” e por outros tantos que se dedicaram a publicar documentos e a biografar os sertanistas. Esses estudiosos foram capazes de oferecer contornos ao bandeirismo em seu aspecto histórico e geográfico ao realizarem um trabalho consistente de revisão da história acerca dos antigos moradores de São Paulo, que até então havia sido construída pelos “outros” (SCHNEIDER, 2016; SOUZA, 2000), tais como o jesuíta francês Pierre-François-Xavier Charlevoix (1682-1761), o jesuíta espanhol António Ruiz de Montoya (1585-1652) ou mesmo portugueses, como o padre António Vieira (1608-1697) ou o erudito Rocha Pitta (1660-1738). O arquivo documental e bibliográfico construído na primeira metade do século XX teve que enfrentar o desafio de desconstruir a narrativa criada nos séculos XVII e XVIII por esses autores que associavam os paulistas à imagem de maus súditos e maus cristãos.

Assim, a *Bandeirologia*, esse gênero de pesquisa, de acordo com Cassiano Ricardo, comporia uma terceira fase dos estudos acerca de São Paulo, ou seja, ultrapassada a fase de construção de uma história heroica e geográfica, uma verdadeira epopeia bandeirante<sup>10</sup>, que afastava a versão detratada elaborada nos séculos anteriores, havia chegado o momento de encarar o bandeirismo como um fenômeno social, econômico e político e de, sobretudo, definir suas consequências no presente, marcando aquilo que persiste. Esse era o caminho para ordenar o tempo (HARTOG, 2003) de São Paulo no compasso do futuro. O *Curso de Bandeirologia*, afora as particularidades de cada autor

<sup>10</sup> Refiro-me ao que Antônio Celso Ferreira denominou de epopeia bandeirante, “um modelo épico de enredamento da história paulista” que, segundo o autor, constituiu-se entre 1870 e 1940 (FERREIRA, 2002, p. 23). Ver também: ABUD, 1985; 1999.

e obra, reuniu a síntese da produção acerca do passado paulista das primeiras décadas republicanas e apresentou, após o fim da ditadura do Estado Novo, uma história com vistas a reavivar esse lugar requerido pelo Estado de São Paulo como guia da Nação. O passado recalçado retorna ao presente e, como lembra Certeau, “o morto assombra o vivo; ele re-morde (mordida secreta e repetida)” (CERTEAU, 2011).

Por essa razão, os organizadores da obra ordenaram a publicação de modo a apresentar uma interpretação da História de São Paulo resultante desse saber especializado acerca das bandeiras. O primeiro texto, escrito por Taunay, narra a sua constituição, conferindo ênfase ao arquivo e seu papel. O autor iniciou a conferência e o livro alertando que recordaria a história feita, pois seria uma “injúria”, segundo suas palavras, supor que a plateia presente naquele salão de honra da Escola Normal “Caetano de Campos” não soubesse que a área “varrida de mais de dez milhões de quilômetros quadrados [que] recobre o Brasil atual e ainda grande superfície da América espanhola” se deve ao bandeirantismo; além disso, seria grave desatenção supor que o público desconhecesse a expansão geográfica do Brasil por meio da produção historiográfica acerca das bandeiras e da revisão operada por aqueles que compuseram a “bandeira do passado”, autores que ao longo da primeira metade do século XX escreveram sobre o tema (TAUNAY, 1914, p. 13). Aliás, essa era a justificativa para que ele inaugurasse o curso, pois, dentre os outros 11 convidados, Taunay tinha a prioridade cronológica. Ele havia sido o primeiro deles a estudar as bandeiras depois que Capistrano de Abreu (1853-1927) lhe apontou a direção dos estudos (ANHEZINI, 2011).

Assim, Taunay teria sua produção e divulgação condensada na *História Geral das Bandeiras Paulistas* (TAUNAY, 1924-1950), que assumiria, ao lado de outras obras suas e de outros autores dedicados ao assunto, o lugar de arquivo da bandeirologia. A composição desse arquivo havia sido um empreendimento de carreira e vida que justificava o ato de um Interventor Federal “apaixonado pelas coisas da cultura”, especialmente aquelas de São Paulo, a convidar Taunay para inaugurar esse curso, o primeiro dessa natureza em São Paulo e no Brasil, acerca daquilo que define o objeto do evento, ou seja, um fenômeno histórico considerado como sem paridade no mundo: o bandeirismo.

Assumindo naquela ocasião a função de historiador das bandeiras, ou de “bandeirólogo e paulistógrafo” (Carta de Alberto Rangel a Afonso de Taunay. Paris, 30 de dezembro de 1923), nas definições do amigo Alberto Rangel (1871-1945) (ANHEZINI, 2017), Taunay se dedicou, na primeira parte da conferência, a narrar alguns obstáculos de seu ofício e, para tanto, passou a marcar a diferença entre a fantasia e a realidade do tema.



O estudioso tomou o conceito de fantasia como oposição à realidade (ABEL, 2011) e, numa atitude científica de depuração, propôs o arquivo para interdita-la.

A gramática do tema se confunde com a construção de si como responsável pela montagem desse arquivo. Vemos a palestra ser guiada pelos vocábulos: primeiro, prioridade, primacial, sem paridade, e, muitas vezes, não sabemos se o autor fala dele ou dos bandeirantes. Aos 70 anos de idade, Taunay havia se aposentado em 1945 e deixado a direção do Museu Paulista, assumida em 1917, sendo substituído por Sérgio Buarque de Holanda, autor que encerra o volume do *Curso de Bandeirologia* e que havia publicado no ano anterior o livro *Monções* (HOLANDA, 2014). Apresentara, trinta e cinco anos antes, em 1911, quando do seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), esse projeto de trabalho. Ele expôs, naquela ocasião, a tônica que daria aos estudos que pretendia realizar a partir daquele ingresso institucional: “nunca São Paulo coube dentro de suas fronteiras” (TAUNAY, 1912, p. 89). A ênfase naquilo que denominou como “obra titânica da dilatação e da conquista do território” (TAUNAY, 1912, p. 90) pelos paulistas ocupou aquele discurso fundante do roteiro de pesquisa estabelecido pelo autor e guiou a ornamentação do Museu Paulista (BREFE, 2005; LIMA; CARVALLHO, 1993; MARINS, 2017), a criação e edição dos *Anais do Museu Paulista*<sup>11</sup>, além da composição da *História Geral das Bandeiras Paulistas*, que começou a ser publicada em 1924, e naquele ano de 1946 estava em seu 8º volume, sendo finalizada somente em 1950, com o 11º volume.

Seguindo o roteiro de sua produção, a palestra rememorou dois historiadores paulistas, Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) e frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800). Foi a partir dos estudos acerca desses autores que Taunay apareceu na cena intelectual como pesquisador das bandeiras, estudando os primeiros que escreveram sobre o tema, confrontando as visões detratadoras dos “outros” escritores dos séculos XVII e XVIII e fabricando a ancestralidade paulista (BOURDON, 2017).

Tendo a heurística<sup>12</sup> assumido um lugar privilegiado no fazer histórico, Taunay lamenta o “quão escassos, senão quase sempre insignificantes, mesmo, são os informes, de ordem topográfica, acerca da imensa maioria dos trajetos das jornadas bandeirantes” (TAUNAY, 1946, p. 9). Esse é o lamento de quem, durante anos, dedicou-se à montagem

<sup>11</sup> Em 1922, como parte das comemorações do Centenário da Independência, Taunay lançou, autorizado por Alarico Silveira, secretário do Interior do Estado de São Paulo, os *Anais do Museu Paulista* (ANHEZINI, 2011).

<sup>12</sup> Na definição de Droysen: “A heurística nos fornece os materiais para o trabalho histórico, ela é como a arte do mineiro, de encontrar e trazer à luz, ‘um trabalho subterrâneo’ (Niebuhr)” (DROYSEN, 2009, p. 46). Taunay apresenta um balanço da crítica documental no Brasil em TAUNAY, 1931.

do arquivo relativo aos itinerários dessas jornadas pelo sertão e concluiu, após muito trabalho, que esse saber sobre as bandeiras legou numerosos “rios da Dúvida”, porque os documentos existentes são meros fornecedores de elementos conjecturais.

A ausência de provas materiais para as determinantes geográficas deixa arrastar as conclusões fantasiosas. Assim, Taunay constrói um argumento contra os estudiosos que partiram da fantasia das fontes repletas de extravagâncias e invencionices para apresentar aos ouvintes a dificuldade que ele e os geógrafos do Museu Paulista tiveram para elaborar o *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*. Trata-se de um mapa desenhado por dois cartógrafos do Museu, Gregório Colás e José Domingues Santos Filho, a partir dos estudos realizados por Taunay, elaborado em 1922 para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, publicado em 1926 e reeditado em 1937 e 1956, medindo 8 metros quadrados. Essa foi uma tentativa de separar concretamente a versão lendária das bandeiras da científica. Outros tantos documentos<sup>13</sup> foram citados ao longo da conferência para alertar pesquisadores que, transviados pela sugestão de alguma toponímia, deixavam-se arrastar por conclusões fantasiosas. A narrativa levava a crer que o conhecimento acerca das bandeiras estava fundamentado em rigorosos procedimentos e que, portanto, o conhecimento ensinado naquele curso havia passado pelo rigor da disciplina histórica.

## A retórica bandeirante sintetizada em um saber especializado: o Curso de Bandeirologia

Resultado do “surto de estudos sobre o passado paulista”, o curso enfeixava não concretamente os mesmos autores elencados por Sérgio Buarque de Holanda, mas reunia aquilo que não morre, aquilo que fica disponível para ser ressuscitado quando necessário. A publicação do livro *Curso de Bandeirologia* sintetiza os esforços de produção do conhecimento histórico de muitos historiadores que, localizados, sobretudo, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no Museu Paulista, na Academia Paulista de Letras e também no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Academia Brasileira de Letras, empenharam-se na escolha, na localização e na divulgação de documentos capazes de enredar uma nova história do Brasil que construísse um outro passado colonial, tomando São Paulo e seus moradores, os paulistas, como personagens principais da transformação de uma porção de terras conquistadas por

<sup>13</sup> Foram citados o mapa de Dom Luiz de Céspedes Xeria que representa o território paulista em 1628 e as publicações promovidas por Washington Luís das *Atas da Câmara de São Paulo*, do *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo* e dos *Inventários e Testamentos*. Cf.: CAVENAGHI, 2011; (CINTRA; BEIER; RABELO, 2018, p. 1-53).

Portugal em nação desbravada pelos bandeirantes. Construíram uma nova origem para o território e uma identidade para o Brasil por meio de uma *retórica bandeirante* que, em 1946, foi atualizada com o objetivo de mostrar a liderança do Estado de São Paulo para guiar o novo momento político da nação.

Essa noção de *retórica bandeirante* é totalmente devedora das definições elaboradas por Temístocles Cezar para o que chamou de *retórica da nacionalidade*:

Penso que uma das características da cultura historiográfica oitocentista foi a produção de um discurso destinado a convencer, a persuadir, os brasileiros de que partilhavam um passado em comum, bem como de um presente com a mesma identidade. Uma retórica da nacionalidade parece ser uma expressão cômoda para definir esse discurso, cuja característica é a dispersão de seus elementos constituintes” (CEZAR, 2018, p. 29).

Em “Ensaio sobre uma retórica da nacionalidade”, o autor acrescenta que a retórica da nacionalidade “parece, então, ser um dos modos preferenciais que esta ‘nova historiografia’, baseada no IHGB, encontrou para escrever a história de um Brasil independente, cuja origem remontasse a um passado projetado como inexorável” (CEZAR, 2018, p. 207).

Ao que parece, essa nova historiografia escrita sob as orientações do IHGB continuou a ditar as regras para sua feitura, pelo menos para grande parte dos historiadores, contudo, foi insuficiente para a cultura historiográfica do século XX republicano, sobretudo para aqueles que se dedicaram aos estudos sobre o passado paulista e desejaram inventar uma nova historicidade para a nação. As origens, os acontecimentos, os espaços, os personagens e as temporalidades sofreram mudanças desde quando Capistrano de Abreu apontou outros rumos e orientou muitos historiadores a trilharem diferentes caminhos de pesquisa. Em seu *Capítulos de história colonial* (1907), afirmava que “os paulistas lançaram-se a bandeirantes” e que “falta[vam] documentos para escrever a história das bandeiras” (ABREU, 2000, p. 128-129; OLIVEIRA, 2013; GONTIJO, 2013). Desse modo, aquilo que Sérgio Buarque de Holanda tipifica como um “surto de estudos sobre o passado paulista”, construído ao longo das primeiras décadas republicanas, reordenou, a partir da orientação de Capistrano, a escrita da história nacional como história de uma região (ALBUQUERQUE JR., 2008), como história de São Paulo.

Por esse motivo, Taunay tratou de deixar o mais claro possível aos ouvintes que aquilo que se sabia acerca das bandeiras em 1946 era fruto da pesquisa metódica pautada no arquivo que ele e outros foram responsáveis por montar. Na segunda

parte da conferência, entretanto, parece compreender que havia chegado o momento de interpretar o bandeirismo. A etapa de constituição do arquivo, mesmo que nunca terminada, já havia avançado a ponto de fornecer elementos suficientes para pensar em suas causas e, sobretudo, nas consequências para o presente, conforme propunha Cassiano Ricardo.

O vínculo com o presente toma a primeira cena a partir da história do Caminho do Mar. Apresentado como o primeiro caminho bandeirante que se tornou estrada, Taunay entrelaça indígenas, jesuítas, o transporte do açúcar e do café, a Independência do Brasil “com sua proclamação ocorrida no leito da estrada”, faz lembrar o desenvolvimento da ferrovia que levou ao esquecimento da estrada que, tomada pela mata, serviu de esconderijo aos negros escravizados que seguiam rumo ao quilombo do Jabaquara, até chegar à via Anchieta; o Caminho do Mar se transforma, assim, naquele caminho que liga a história do Brasil.

Contudo, não bastava narrar o caminho que ligava São Paulo ao mar, faltava narrar a ligação com o sertão e, com ela, o elo com a “história da construção territorial do nosso imenso ocidente”. Taunay se referia ao Tietê, que continuava a servir à grandeza de São Paulo e do Brasil “na nova arrancada que o café veio trazer à marcha do progresso e da civilização, preparando o advento e o surto de nova etapa notabilíssima, a da fase industrial” (TAUNAY, 1946, p. 26).

A fase industrial seria a desforra dos paulistas sobre o rio, porque mostra o Tietê sendo dominado, ele que por tantas vezes impôs dificuldades aos bandeirantes. Se em tempos coloniais não foi vencido, “aos filhos dos bandeirantes oferece [em 1946] as energias do seu desnível” (TAUNAY, 1946, p. 27) em muitos quilowatts.

A narrativa das dificuldades que fundamentam ainda mais a bravura daqueles homens é marcada pelo medo de monstros que somente gigantes poderiam vencer; para lembrar a apreciação que Saint-Hilaire fez ao se referir aos paulistas do século XVII e XVIII como “raça de gigantes”. Vencidos os obstáculos dos caminhos por terra e água, os bandeirantes legaram aos seus filhos a energia “para o desenvolvimento do maior centro industrial da América” (TAUNAY, 1946, p. 26).

Taunay termina seu texto reafirmando o feito inquestionável que passou a significar o enunciado mais repetido desta história: “E assim percorrendo os dois ramos articulados

e gloriosos do Caminho do Mar e da rota das Monções<sup>14</sup> as bandeiras de S. Paulo obrigaram o meridiano de Tordesilhas a um recuo de quase vinte graus” (TAUNAY, 1946, p. 28).

O livro *Curso de Bandeirologia* começa com essa narrativa e termina com o texto de Sérgio Buarque de Holanda sobre as monções<sup>15</sup>. Holanda proferiu uma conferência sobre o tema com a justificativa de ser uma oportunidade de mostrar a diferenciação entre os dois movimentos, afirmando que “as monções se entroncam na história das bandeiras e passam a constituir, de certo modo, seu prolongamento” (HOLANDA, 1946, p. 128).

A narrativa das monções ajuda a condensar os enunciados que oferecem certa continuidade à história da expansão paulista:

As monções representam, em realidade, uma das expressões nítidas daquela força expansiva que parece ser uma constante histórica da gente paulista e que se revelara mais remotamente nas bandeiras. Força que depois impeliria pelos caminhos do sul os tropeiros de gado, e que, já em nossos dias, iria determinar o avanço progressivo da civilização do café (HOLANDA, 1946, p. 127).

Ao final do texto, Sérgio reúne os resultados das monções, expedições fluviais que ocorreram durante o século XVIII e início do século XIX e criaram linhas de comunicação e comércio para os sertões garantindo, em continuidade à obra das bandeiras, a unidade nacional e a posse de uma extensa área do território. Além disso, elas oferecem, na visão do autor, uma lição para o presente e para o futuro, pois estava ali, expresso naqueles eventos, que a integração, “no mundo de nossa cultura de todo o imenso território que constitui o coração deste continente sul-americano, nasceu da aventura, e, pode-se dizer que foi, todo ele, uma teimosa e magnífica aventura” (HOLANDA, 1946, p. 145). Para completar tal esforço e fazer jus ao legado das bandeiras e das monções, restava às gerações do presente e do futuro não mais a aventura, mas o trabalho.

<sup>14</sup> Cabe destacar o estudo de Maria Aparecida de Menezes Borrego, que analisa a representação das monções no Museu Paulista e no Museu Republicano de Itu e afirma que Taunay, ao montar as salas dedicadas à temática das monções, “criou a discutível associação entre monções e bandeirantes, cujas personagens, roteiros e objetivos eram distintos” (BORREGO, 2019, p. 2).

<sup>15</sup> No prefácio à edição de *Capítulos de expansão paulista*, livro composto a partir dos inéditos encontrados após a morte do estudioso, em 1982, Laura de Mello e Souza afirma que esses textos podem corresponder ao esforço de reescrever *Monções*, “sonho que o autor perseguiu ao longo dos anos subsequentes à publicação desse livro, em 1945” (SOUZA, 2014, p. 11).

O meio do livro foi preenchido com as várias facetas dessa aventura que formou muitas cidades no interior do país, criou uma sociedade das minas, impulsionando a economia colonial, e disseminou uma cultura bandeirante que marca muito mais do que a cidade ou o Estado de São Paulo. Essa narrativa pôde ser ouvida em 1946 e lida na publicação do *Curso de Bandeirologia* nos textos de Virgílio Corrêa Filho (FRANCO, 2018), *O Bandeirantismo na formação das cidades*, com uma narrativa épica sobre a formação das cidades bandeirantes; de Alfredo Ellis Jr., *O bandeirismo na economia do século 17*, que, como professor, desde 1938, da disciplina de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), substituindo Afonso Taunay, defendeu o saber, o estudo da bandeirologia como função de especialista<sup>16</sup>, e não de diletantes, e apresentou os rumos para esse estudo especializado, expondo seu conceito de história, os demais saberes envolvidos e as principais fases do bandeirismo. Trata-se, nesse caso, de uma verdadeira aula, com explicações econômicas para cada fase do bandeirismo e apresentação da tese de que o objetivo final dos agrupamentos humanos é o lucro<sup>17</sup>. Dessa tese, que também apresenta um roteiro de pesquisa<sup>18</sup>, o leitor segue para *A sociedade bandeirante das minas*, de Afonso Arinos de Mello Franco, que busca abordar o bandeirismo sob os aspectos sociológico e histórico. O autor desenvolve seu argumento problematizando a expressão “sociedade bandeirante” que, em sua visão, “encerra uma antinomia, um quase paradoxo, pois enquanto existe bandeira não há sociedade e quando esta se constitui aquela desaparece” (FRANCO, 1946, p. 83). Nesse sentido, sugere olharmos o tema sob outro ângulo, para vermos que “seu enunciado quis por certo traduzir uma época transitória, na qual a sociedade em formação nasce dos elementos do bandeirismo que morre” (FRANCO, 1946, p. 83). Sociedade bandeirante seria diferente de sociedade-bandeira, levando-o a concluir que, com a descoberta das minas de metais preciosos, “houve, no Brasil, mais de uma sociedade bandeirante”, como atestam o advento sucessivo da sociedade bandeirante em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

<sup>16</sup> John Monteiro, a partir do estudo da obra de Alfredo Ellis Jr., chama atenção para a criação do autor, nesta fase – 1939 a 1951 –, de uma teoria da história de São Paulo que buscava recuar suas afirmações racistas publicadas anteriormente (MONTEIRO, 1994).

<sup>17</sup> É importante destacar que, se na fase anterior sua obra foi marcada por um determinismo racial, agora, na universidade, o autor cria um esquema que redundava num determinismo econômico. Essa nova tese também serviu para justificar a escravização do indígena. “Sem ele [o bandeirismo apesador], não teríamos produção de açúcar, e, por conseguinte, não haveria Brasil. Pode-se, pois, repetir, em relação ao Bandeirismo de prêa, as palavras de Churchill: ‘— Nunca na História do Brasil, tantos deveram tanto a tão poucos’” (ELLIS JR., 1946, p. 76).

<sup>18</sup> O autor marca uma separação entre os repetidores de pesquisas alheias que não refletem e os profissionais dedicados exclusivamente ao estudo nos arquivos, bibliotecas e que têm a cátedra como profissão. Ele próprio é uma personagem ponte, na visão de Roiz, entre dois mundos de produção historiográfica. (ROIZ, 2013).



Esse enredo se conecta diretamente com o estudo da formação das cidades bandeirantes apresentada por Virgílio Corrêa Filho ao destacar que os bandeirantes plantaram no centro geométrico da América do Sul, Vila Boa de Goiás e Cuiabá.

O curso apresentou ainda *Problemas fundamentais do Folklore dos Bandeirantes*, de Joaquim Ribeiro. Nesse texto, o autor fornece aos enunciados construídos pela historiografia uma atualização científica. Trata-se de uma produção que traz outras áreas do saber para o debate: “Creio que, nesta síntese, consegui na medida do possível, invocar os problemas fundamentais que o folklore dos bandeirantes sugere nas suas relações com a Antropologia, a Sociologia, a Geografia, a História, a Linguística e a Psicologia social” (RIBEIRO, 1946, p. 123). Essa junção de saberes era importante porque, para o autor, o bandeirismo não era um tema do passado, pelo contrário, estava em pleno desenvolvimento, sobretudo com o uso das ferramentas dessas outras ciências, e demandava mais pesquisas sobre a antropologia dos antigos paulistas. A justificativa da importância de tais estudos viria logo: “Os bandeirantes *paulistanizaram* grande parte do Brasil e, em virtude disso, só é possível compreender-se o folklore atual da região da “Paulistânia” mediante a restauração do folklore antigo das bandeiras” (RIBEIRO, 1946, p. 116).

A interpretação do arquivo construído por meio dos gestos arquivísticos, que, desde fins do século XIX até aquele momento, reuniram fontes e bibliografias acerca do passado paulista, levava a crer e fazer crer que os bandeirantes paulistanizaram grande parte do Brasil. A verdade científica atestada no *Curso de Bandeirologia* foi constituída por aquele surto de estudos sobre o passado paulista que montou um arquivo para enfrentar a versão detratora dos bandeirantes e interditar a fantasia. Sérgio Buarque de Holanda, ao elaborar essa caracterização do pensamento histórico, indicou, ali em 1951, uma ruptura, um balanço da produção passada que marcava o limite entre o que foi possível fazer como história e dizer como histórico e um presente que se abria como a marca da diferenciação (CERTEAU, 2010), a abertura da possibilidade da efetiva interpretação do arquivo. A ênfase nesses gestos de produção de um arquivo indicam que, mesmo com “rios de dúvida” acerca das localizações exatas das entradas dos sertanistas, a *retórica bandeirante* estava pronta para ser repetida e usada politicamente: uma narrativa que enfatiza o domínio de uma região e de um tipo de brasileiro, que silencia sobre o passado violento da ocupação do território, que cria uma unidade fantasiosa sobre um povo especial e que, naquele presente, era mobilizada para indicar a capacidade de São Paulo em assumir os rumos políticos e econômicos do país e que, não raras vezes, como um passado recalcado, é retomado, ou retornado e atualizado.



## REFERÊNCIAS

ABEL, Marcos Chedid. Verdade e fantasia em Freud. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. XIV, n. 1, p. 47-60, jan./jun. 2011.

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ABUD, Kátia. A idéia de São Paulo como formador do Brasil. *In*: FERREIRA, A. C.; LUCA, T.; IOKOI, Z. G. (org.). **Encontros com a História**: percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: UNESP, 1999. p. 71-80.

ABUD, Kátia. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**. (A construção de um símbolo paulista: o bandeirante). 1985. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, v.10, n.17, p. 55-67, 2008.

ANHEZINI, Karina. Desnudar a historiografia na Primeira República: Alberto Rangel e Afonso Taunay na construção da Marquesa de Santos. *In*: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (org.). **Escrever história**: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. Serra: Editora Milfontes, 2017. p. 185-202.

ANHEZINI, Karina. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878- 1934). *In*: MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouvea de; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus H. F. (org.). **Teoria e Historiografia**: Debates Contemporâneos. Jundiaí: Paco Editorial, 2015a. p. 233-246.

ANHEZINI, Karina. Afonso Taunay, A propósito do curso de História da Civilização Brasileira. *In*: NICOLAZZI, Fernando (org.). **História e historiadores no Brasil**: do fim do Império ao alvorecer da República: 1870-1930. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015b. p. 395-417.

ANHEZINI, Karina. **Um metódico à brasileira**: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BOURDON, Étienne. **La forge gauloise de la nation**. Ernest Lavisse et la fabrique des ancêtres. Lyon: ENS Éditions 2017.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Perspectivas sobre a representação das monções no Museu Paulista e no Museu Republicano de Itu. **MIDAS: Museu e estudos interdisciplinares**, Évora, n. 10, p. 1-21, 2019.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **Museu Paulista**: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945. São Paulo: UNESP, 2005.

**Carta de Alberto Rangel a Afonso de Taunay**. Paris, 30 de dezembro de 1923. Coleção Taunay. Acervo do Museu Paulista.

CAVENAGHI, Airton José. A construção da memória historiográfica paulista: dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.19, n. 1, p. 81-113, jun. 2011.

CARVALHO, Raphael Guilherme de. **Sérgio Buarque de Holanda, do mesmo ao outro**: escrita de si e memória (1969-1986). 2017. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2017.

CERTEAU, Michel. **História e psicanálise**: entre ciência e ficção. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CINTRA, Jorge Pimentel; BEIER, José Rogério; RABELO, Lucas Montalvão. Afonso de Taunay e as duas versões do mapa de D. Luis de Céspedes Xeria (1628). **Anais do Museu Paulista**: Nova Série, São Paulo, v. 26, p. 1-53, 2018.

COPPES JR., Gerson Ribeiro. **“Um problema histórico-geográfico”**: Emergências de um saber geográfico no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1895-1954). 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2021.

DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de Teoria da História**. Tradução de Sara Baldus e Júlio Bentivoglio. Petrópolis: Vozes, 2009.

ELLIS JR. Alfredo. O bandeirismo na economia do século 17. *In*: TAUNAY, Afonso de *et al.* **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946. p. 53-76.

ERBERELI Jr., Otávio. **A escrita da história entre dois mundos**: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós- Graduação em História - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

ERBERELI Jr., Otávio. **A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava**: um ofício como sacerdócio (1935-1997). 2019. Tese (Doutorado em História Econômica) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FALCON, Francisco José Calazans. Capistrano de Abreu e a historiografia cientificista: entre o positivismo e o historicismo. *In*: NEVES, Lucia Maria Basto Pereira das Neves; *et al* (org.). **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 151-161.

FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FERRETTI, Danilo José Zioni. Lições do passado bandeirante no “Curso de Bandeirologia”: Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946). *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 3, 2009, Ouro Preto. **Anais** [...]. Ouro Preto: Edufop, 2009. p. 1-11.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008. p. 15-37.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. A sociedade bandeirante das minas. *In*: TAUNAY, Afonso de et al. **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946. p. 77-104.

FRANCO, Gilmar Yoshihara. O bandeirante como elemento constitutivo da identidade mato-grossense: uma interpretação a partir da obra de Virgílio Corrêa Filho. *In*: ROIZ, Diogo da Silva; ARAKAKI, Suzana; ZIMMERMANN, Tânia Regina (org.). **Os bandeirantes e a historiografia brasileira: questões e debates**. Serra: Editora Milfontes, 2018. p. 169-194.

GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues**: um modelo de análise historiográfica. 1976. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a Historiografia e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudo e reflexões. *In*: NEVES, Lucia Maria Basto Pereira das Neves; et al (org.). **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 19-35.

HARTOG, François. **Crer em História**. Tradução de Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. **Revista de História**, São Paulo, n. 148, p. 9-34, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções e Capítulos de expansão paulista**. 4. ed. Organização Laura de Mello e Souza, André Sekkel Cerqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos. *In*: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 601-615.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. As monções. *In: TAUNAY, Afonso de et al. **Curso de Bandeirologia***. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946. p. 125-146.

LEITE, Mirian Moreira. O terceiro andar da Escola da Praça. *In: REIS, Maria Cândida Delgado (org.). **Caetano de Campos**: fragmentos da história da instrução pública no Estado de São Paulo*. São Paulo: Associação de ex-alunos do Instituto de Educação Caetano de Campos, 1994. p.104-114.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. São Paulo Antigo, uma encomenda da modernidade: as fotografias de Militão nas pinturas do Museu Paulista. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, n. 1, p. 147-178, 1993.

MARINS, Paulo Garcez. O museu da paz: sobre a pintura histórica no Museu Paulista durante a gestão Taunay. *In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). **O Museu Paulista e a gestão Afonso Taunay**: escrita da história e historiografia, séculos XIX e XX*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2017. p. 159-191.

MONTEIRO, John. Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 38, p. 61-78, 1994.

MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

NICODEMO, Thiago Lima. **Urdidura do Vivido**: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950. São Paulo: Editora da USP, 2008.

NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Matheus Henrique de Faria.; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. **Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira**. 1870-1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. Odisseias do conceito moderno de história: "Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen", de Capistrano de Abreu, e "O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos", de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. **Revista IEB**, São Paulo, n. 50, p. 27-78, set./mar. 2010.

RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. **Lídia Besouchet e Newton Freitas**: mediações políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio da Prata (1938-1950). 2016. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RIBEIRO, Joaquim. Problemas fundamentais do folclore dos bandeirantes. *In*: TAUNAY, Afonso de *et al.* **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946. p. 105-124.

RICARDO, Cassiano. **Pequeno ensaio de bandeirologia**. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1956.

ROIZ, Diogo da Silva. **A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual"**: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2013.

ROIZ, Diogo da Silva. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino**. Curitiba: Appris, 2012.

São Paulo de ontem, de hoje e de amanhã. **Boletim do Departamento Estadual de Informações**, ano VI, n. 21, janeiro a junho de 1946.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Os Paulistas e os outros: fama e infâmia na representação dos moradores da capitania de São Paulo nas letras dos séc. XVII e XVIII. **Projeto História**, São Paulo, n. 57, p. 84-107, 2016.

SILVA, Veronica Rocha da. **O bandeirismo não é apenas um tema do passado**: bandeirantes, entradas e bandeiras na construção historiográfica no Curso de Bandeirologia (1946). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVEIRA, Pedro Telles da. **Um lance de retórica**: retórica e linguagem na construção do discurso histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

SOUZA, Laura de Mello e. Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea. **Revista de História**, São Paulo, n. 142-143, p. 261-276, 2000.

ROIZ, Diogo da Silva. Prefácio: Sinfonia inacabada. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções e Capítulos de expansão paulista**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 7-15.

TAUNAY, Afonso de Escragnoille. O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil. *In*: TAUNAY, Afonso de *et al.* **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946. p. 5-28.

TAUNAY, Afonso de Escragnoille. Discurso de posse como sócio efetivo do IHGSP. **RIHGSP**, São Paulo, v. 17, 1912.

TAUNAY, Afonso de Escragnoille. Heurística paulista e brasileira. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 4, 1931.

TAUNAY, Afonso de Escragnoille. **História geral das bandeiras paulistas**: escrita à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, espanhóis e portugueses. São Paulo: Tipografia Ideal; H. L. Canton & Imprensa Oficial do Estado, 1924-1950. 11 t.

TAUNAY, Afonso de Escragnoille. Os quatro primeiros lustros de vida do Instituto. **RIHGSP**, São Paulo, v. 19, 1914.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Karina Anhezini é doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - campus de Franca, com Pós-Doutorado na Universidade Paris 8 - Vincennes-Saint-Denis e no Instituto de História do Tempo Presente (IHTP). É vice-presidente da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia - SBTHH (2018-2021); coordena o Programa de Pós-graduação em História da UNESP (2021-2025) e é Editora Chefe da *Revista História* (São Paulo). Possui pesquisas voltadas para a História da Historiografia e Teoria da História, atuando principalmente nos seguintes temas: Historiografia brasileira, História de São Paulo, Afonso Taunay, biografia intelectual, museus e memória.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Eufrásia Monteiro Petrágliã, 900 - Jardim Dr. Antônio Petrágliã, Franca, SP, CEP 14409-160, Brasil.



## FINANCIAMENTO

Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio de uma Bolsa de Pesquisa no Exterior (BPE), processo n. 19/23183-0.

## AGRADECIMENTO

O presente texto é resultado do Estágio de Pesquisa realizado na Université Paris 8 - Vincennes - Saint-Denis; Institut d'Histoire du Temps Présent (IHTP), sob a supervisão de Armelle Enders, a quem agradeço a acolhida e sugestões. Agradeço a Temístocles Cezar, Durval Muniz Albuquerque Júnior, Sérgio da Mata, Mara Rodrigues e Daiane Machado que discutiram a primeira ideia deste texto apresentada no GT Teoria da História e História da Historiografia II, no 30. Encontro da Anpuh, ocorrido em Recife-PE, em 2019.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado  
Flávia Varella – Editora Chefe  
Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada  
María Inés Mudrovcic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Karina Anhezini.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 30 de agosto de 2020.


Aprovado em: 4 de março de 2021.

## Disciplina e experiência: construindo uma comunidade de escuta na teoria e no ensino de história

Discipline and Experience: Building a listening community in Theory of History and History teaching

**Géssica Guimarães**<sup>a</sup>

E-mail: [gessicaggaio@gmail.com](mailto:gessicaggaio@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-2369-8646> 

<sup>a</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,  
Departamento de História, Rio de Janeiro,  
RJ, Brasil

## RESUMO

A consolidação da história como uma disciplina na tradição ocidental foi responsável pela constituição de métodos, teorias e protocolos que buscavam afirmar seu caráter científico. Essa configuração da história científica no século XIX teve outras consequências como a instituição de mecanismos de controle da produção de conhecimento, bem como o fortalecimento de uma imagem pretensamente universal da humanidade como seu produtor autorizado. Pretendo refletir sobre o caráter disciplinar da história a partir de teorização acerca do conceito de experiência, que será considerado a partir das obras de Walter Benjamin, Judith Butler e Nelly Richard. Para tal, será analisada a importância dos relatos de experiência para a constituição de uma *comunidade de escuta*, a fim de pensar sua pertinência para as aulas de história e as narrativas historiográficas não hegemônicas. Em seguida, refletiremos sobre a historicidade do conceito de *lugar de fala* e as consequências ético-políticas das diferentes maneiras de experimentar o passado.

## PALAVRAS-CHAVE

Experiência. Ensino de história. Walter Benjamin.

## ABSTRACT

The consolidation of history as a discipline in the Western tradition was responsible for the development of methods, theories, and protocols aimed to affirm its scientific status. In turn, such configuration of scientific history in the 19th century had other consequences, such as the establishment of mechanisms to control the production of knowledge and the strengthening of an allegedly universal image of humanity as its authorized producer. This work approaches the disciplinary character of history from the concept of experience, based on the works of Walter Benjamin, Judith Butler, and Nelly Richard. To this end, we will analyze the importance of experience reports for the constitution of a *listening community*, considering their relevance for history classes and non-hegemonic historiographical narratives. Then, we will reflect upon the historicity of the concept of “lugar de fala” and the ethical-political consequences of the different ways of experiencing the past.

## KEYWORDS

Experience. History teaching. Walter Benjamin.

## Introdução

O que acontece em uma aula de história quando a narrativa muito bem arquitetada dos professores é interpelada pelo “mas e se...” dos estudantes? Como se comportam os docentes quando suas análises teóricas são confrontadas com as vivências daqueles que os ouvem? Eu arriscaria dizer que é neste encontro entre o saber constituído cientificamente e o conhecimento advindo da experimentação da vida que se faz a aula, numa realização coletiva a muitas mãos e muitas vozes, resultando em um texto não necessariamente escrito e que desafia a noção de autoria e valoriza a oralidade (MATTOS, 2006; RODRIGUES, 2019). Se a riqueza do ensino e da aprendizagem da história é atravessada por esse gesto solidário de fala e escuta, porque os relatos de experiência ainda nos constroem?<sup>1</sup> Seria nossa conformação disciplinar um entrave para a plena fruição entre saber acadêmico e experiência de vida?

Recentemente, nossa comunidade de historiadores se envolveu – uns mais ativamente que outros – em uma polêmica em torno do debate acerca do *lugar de fala*, depois que Lilia Schwarcz (2020) publicou em um periódico nacional um artigo de opinião sobre o projeto estético *Black is King*, da cantora estadunidense Beyoncé. As repostas à publicação foram diversas, mas chamaram a atenção algumas acusações de que a historiadora não teria “lugar de fala” para criticar a representação da África, dos povos africanos e da diáspora africana porque é uma mulher branca. Na sequência, muitos intelectuais brasileiros se manifestaram, alguns pretendiam sublinhar os danos que o lugar de fala tem provocado na produção de um conhecimento científico; também lemos a sugestão de que nos ronda a ameaça de um “lugar de cale-se” (KEHL, 2020); e que a prática de *cancelamento* mais tem afetado aqueles que se colocam no lado progressista das forças políticas no cenário nacional (GOMES, 2020). Contudo, também surgiram esforços para pensar a historicidade do conceito e sua importância para movimentos sociais, políticos e intelectuais de pessoas que foram silenciadas, marginalizadas, exploradas, oprimidas e objetificadas por séculos. As reflexões deste último tipo têm em comum o reconhecimento de que, por meio do lugar de fala, essas sujeitas e esses sujeitos<sup>2</sup> vêm reivindicar seu direito a autodefinição e a expressar sua concepção de mundo, seus desejos e anseios por meio de suas próprias vozes (BENTES, 2020).

<sup>1</sup> Angela Figueiredo (2020) sinaliza a persistência de discursos que pretendem desqualificar certas produções acadêmicas como senso comum ou militância, quando fruto da pesquisa acadêmica negra posicionada e engajada, nas quais suas experiências têm centralidade.

<sup>2</sup> Notamos que categorias como “homens”, “mulheres”, “sujeitos” e “sujeitas” carregam conteúdos que se pretendem universais e esta ressalva deve acompanhar a leitura de todo o artigo.

O objetivo aqui consiste em contribuir para esse debate, tomando como perspectiva analítica um dos fundamentos do conceito de lugar de fala: a experiência e o seu valor epistemológico. De tal maneira que poderíamos admitir que existem diferentes formas de experimentar a relação entre passado e presente, as quais se desdobram em possibilidades de conhecimento do passado e orientação da ação. Por fim, esclareço que meu intuito não é analisar o debate público sobre essas questões, mas interrogar sobre qual seria o lugar que nós reservamos para as experiências de opressão e subalternização, como o racismo, as desigualdades de classe e o sexismo, nas nossas aulas e narrativas historiográficas. Acredito que refletir sobre o caráter disciplinar de nossa produção intelectual seja uma abordagem razoável para nos abrir caminhos.

## Experiência: solidariedade com o passado e contingência na teoria da história

Frank Ankersmit reconhece que “a filosofia ocidental nunca foi muito gentil com a noção de experiência”, ao passo que noções como razão, ser, verdade, entre outras, tiveram proeminência. A experiência, por vezes, ocupou o papel de “assistente da razão”, na sua forma empírica, auxiliando-a a responder suas perguntas somente após a mente formulá-las (ANKERSMIT, 2012, p. 252-253). Contudo, apesar da experiência ser uma noção filosófica desmerecida pela epistemologia moderna, o desafio de compreender a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento recoloca a noção de experiência em realce. Segundo Ankersmit, “o sujeito se torna consciente do objeto graças à experiência” (ANKERSMIT, 2012, p. 255).

Ao postular o problema da “experiência histórica”, o historiador holandês sugere que, segundo critérios básicos da epistemologia, poderíamos relacionar o historiador e o passado, em um arquétipo através do qual reconhecemos o sujeito e o objeto do conhecimento da pesquisa histórica. Recorrendo à hermenêutica de Gadamer, o autor sublinha que a experiência exerce uma função mediadora entre essa dupla, de maneira que teríamos dificuldades em afirmar onde termina o sujeito e onde começa o objeto e vice-versa, uma vez que “somos parte do passado e o passado é parte de nós” (ANKERSMIT, 2012, p. 256). É nesse terreno arenoso do conhecimento historiográfico que Ankersmit acredita ser mais proveitosa a reflexão sobre a experiência, exatamente quando ela enfraquece as noções de sujeito e objeto que a filosofia moderna pressupunha rígidas.

Encontramos na obra de Walter Benjamin algumas referências para pensar a importância da experiência como uma forma de viver e conhecer o passado, em “Sobre o conceito de história” Walter Benjamin exortava os historiadores a construir uma experiência com o passado. Jeanne Marie Gagnebin percorreu a obra de Benjamin em busca dos diferentes significados que o autor atribuiu ao conceito de experiência (*Erfahrung*), desde os escritos de 1913 até as famosas teses de 1939. A filósofa chegou à seguinte conclusão:

Nos textos fundamentais dos anos 30, (...), Benjamin retoma a questão da “*Experiência*”, agora dentro de uma nova problemática: de um lado demonstra o enfraquecimento da “*Erfahrung*” no mundo capitalista moderno em detrimento de um outro conceito, a “*Erlebnis*”, a experiência vivida, característica do indivíduo solitário (...) (GAGNEBIN, 1994, p. 9).

Em “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, Benjamin reconheceu na modernidade a extinção da arte de narrar, ao menos da construção de uma narrativa na qual as experiências são intercambiadas, de maneira que, na narrativa, a experiência vivida possa ser transmitida de uma pessoa a outra como um discurso vivo, palavra que é acesa na relação de fala e escuta que se estabelece em comunidades na quais as narrativas são formas autênticas de tessitura do elo social. Nesse escrito de 1936, Benjamin cita aspectos da modernização, bem como a tragédia da Primeira Guerra Mundial, como características de um novo tempo no qual o narrar, como uma experiência que se passa de uma pessoa a outra, se esvaziava de sentido. Ele comparou o bom narrador ao homem que sabe dar conselhos, pois “Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. (...) O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria”. Essa bela passagem é também bastante elucidativa: para Benjamin essa experiência (*Erfahrung*), que perdeu sua força social com a modernidade, remonta a uma organização da vida coletiva na qual o ritmo era outro, quando a tradição oral ainda tinha grande valor cultural e influência social, e a experiência não era valorizada apenas por sua individualidade, mas, sobretudo, pela força agregadora que exercia em uma comunidade, como um “modo artesanal de comunicação” (BENJAMIN, 1994, p. 200 e 205).

Quais seriam as condições de uma experiência (*Erfahrung*) para Benjamin? Gagnebin destaca três características: a) a existência de uma comunidade de sentidos entre o narrador e o ouvinte, provavelmente desarticulada pela aceleração das mudanças e a quebra da solidariedade geracional; b) a organização artesanal e comunitária do



trabalho, através da qual se estabelece uma convivência prolongada e a predominância da oralidade, em oposição ao trabalho fragmentado e seriado no modo de produção capitalista, e c) a experimentação compartilhada da vida, através da perspectiva de uma *história aberta*, que continua a ser vivida na narrativa comum e que guarda em si a possibilidade da transformação através da vida do outro e do fazer junto. Nessa perspectiva, quando a modernidade europeia, o avanço da técnica e o terror da Guerra rompem esses laços espontâneos, a experiência (*Erlebnis*) se torna cada vez mais isolada e os indivíduos desorientados e desaconselhados.

Marcelo Rangel nos diz que, embora possamos encontrar na obra de Walter Benjamin uma compreensão da história “pela lógica que é a da possibilidade”, aberta por meio da concepção do homem como agente da história, na segunda metade da década de 1930 – exatamente quando o filósofo escreveu os textos que aqui nos servem de base – “Benjamin se dedicaria à explicitação melancólica do que podemos chamar de um obscurecimento ou denegação desta lógica (a da história como possibilidade) no interior da modernidade, e isto a partir da ideologia do “progresso” (RANGEL, 2019, p. 35). Concordando com essa análise, destaco que se há, na crítica benjaminiana, uma dissidência explícita com a ideologia do progresso, por outro lado a compreensão da história como possibilidade ainda se apresenta, inclusive nas teses sobre a história. Porém, para que a história se efetive como abertura há de ser esboçado no presente um gesto de solidariedade com o passado. Seja o passado apresentado como ruína ou como um repertório de significados, o que possibilitaria uma experiência plena de cada presente com o passado seria o compromisso com as vidas e a construção de uma comunidade de sentidos entre aqueles que viveram no passado e nós.

Dessa forma, o pensamento de Walter Benjamin nos fornece um bom referencial teórico para pensarmos a experiência em nossa contemporaneidade. Por mais que as transformações causadas pelos processos de modernização, pela desagregação social e pela reconfiguração das relações entre os indivíduos tenham tornado hegemônica uma experiência com o mundo e com o passado cujos traços seriam a individualidade, a descontinuidade e a fragmentação, ainda seria possível uma experiência de outra ordem. Essa se realizaria como uma experiência coletivizada do tempo e da história, da compreensão do passado que habita em nós e suas consequências, através de relações mais comunitárias, da valorização da ancestralidade e de uma atitude compromissada com aqueles que viveram em outros tempos, ou como sugere Marcelo Rangel, segundo uma disposição terna com o passado. Acredito que em nossa contemporaneidade ainda existam formas de experimentar a relação entre passado e presente que nos aproxima dessa noção de *experiência*.

Ankersmit também recorreu a Walter Benjamin em sua reflexão sobre o papel da experiência, mas buscou referências em outro texto do filósofo alemão: “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. Nesse ensaio, Benjamin analisou como, antes daquela que ele denominou como “a era da reprodutibilidade técnica”, a obra de arte possuía uma *aura*, sem que ninguém a tivesse notado. Ankersmit argumenta que, para Benjamin, a situação analisada remete a uma experiência na qual o conhecimento sobre o evento se dá apenas após o seu fim, como se a consciência de algo só fosse possível depois que essa coisa se torna passado. Isso que Ankersmit chama de “mecanismo de Benjamin” é como ele caracteriza a experiência histórica. Embora o conhecimento do que já não mais existe não tenha valor de ação no tempo presente, ele contribuiria de duas maneiras para o indivíduo e seu entendimento do mundo: como uma forma de conhecer o passado e como uma abertura para o reconhecimento de que algo novo emerge dessa diferença em relação ao que passou. Em outras palavras, a experiência da descontinuidade seria amenizada pela possibilidade do conhecimento.

Contudo não é a noção que Ankersmit elabora sobre a experiência histórica que orienta as reflexões deste artigo. No trabalho do historiador holandês, a experiência histórica se relaciona com um passado mais como algo finalizado – embora reconheça suas permanências no presente – e funciona quase como um pressuposto heurístico para o conhecimento histórico. Para a continuidade das questões que o artigo apresenta, é mais oportuna a concepção da experiência como um passado que perdura, como uma *Erfahrung* analisada por Walter Benjamin, buscando uma aproximação radical entre sujeito e objeto do conhecimento histórico, sobretudo na sala de aula.

Em *Problemas de gênero*, Judith Butler nos fala sobre um tipo de experiência que entrelaça passado e presente na construção performática do gênero. Como a autora entende que não existem sentidos pré-discursivos para o sexo e o gênero, sua compreensão acerca da constituição social e histórica dos gêneros é perpassada pela linguagem e os atos performáticos que produzem os significados para os gêneros através de estruturas de repetição no tempo. Nesse sentido, o corpo também pode ser pensado como resultado da experiência, ele participa do acontecimento e tem os seus sentidos elaborados no curso do tempo e não anterior a ele. O objetivo da filósofa consiste em afastar as concepções nas quais o corpo é apresentado como uma facticidade, uma condição apriorística, em clara negação de qualquer status ontológico do gênero. Como Foucault, sua intenção é “expor um corpo totalmente impresso pela história” (BUTLER, 2015, p. 224). Butler afirma que

o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. (...) Essa formulação tira a concepção do gênero do solo de um modelo substancial de identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma *temporalidade social* constituída. (...) É precisamente nas relações arbitrárias entre esses atos que se encontram as possibilidades de transformação do gênero, na possibilidade da incapacidade de repetir, numa deformidade, ou numa repetição parodística que denuncie o efeito fantástico da identidade permanente como uma construção politicamente tênue (BUTLER, 2015, p. 242-243).

Sendo assim, podemos entender a performance como uma prática temporal, na qual se inscrevem normas sociais e atos punitivos para os comportamentos desviantes, mas também há espaço para que as fronteiras normativas impostas aos corpos sejam extrapoladas. A experiência do gênero como uma estrutura de repetição coloca no tempo tanto os mecanismos de controle e opressão constituintes de uma sociedade patriarcal e de uma cultura de heterossexualidade compulsória, como abre a possibilidade para que comportamentos críticos e marginais irrompam em atos também performáticos, que constituem a maneira como os gêneros são experimentados. Nesse sentido, para Butler não existem identidades preexistentes, as identidades são produzidas no tempo, por meio de atos performáticos atravessados por repetições e rupturas, em construções discursivas variáveis. Nas palavras da autora: “Em certo sentido, toda significação ocorre na órbita da compulsão à repetição; a “ação”, portanto, deve ser situada na possibilidade de uma variação dessa repetição” (BUTLER, 2015 p. 250). A noção de experiência presente no trabalho de Butler nos auxilia a atribuir a esse conceito o entendimento de que é na órbita da experiência, na negociação entre passado e presente, que são constituídos os sentidos mesmos da ação.

Por fim, na tentativa de pavimentar um entendimento para a concepção de experiência que interessa a essa reflexão, a maneira como Nelly Richard concebe o conceito de experiência é fundamental. Tendo como referência os movimentos feministas latino-americanos, Richard se dedica a investigar a função da teoria e da experiência para essas mulheres. Partindo da observação de que muitos movimentos feministas na América Latina têm negado a matriz teórica do feminismo, principalmente em sua versão do norte global, a intelectual franco-chilena conclui que, em grande medida, a oposição entre teoria e prática está associada a uma avaliação de que as condições materiais nas quais se encontram as mulheres latino-americanas exigem do movimento político mais ação do que reflexão teórica. Porém, Richard não deixa de notar que essa concepção remonta a estereótipos sobre a divisão entre mente e corpo, caros à

filosofia moderna e elaborados desde o início da colonização da América, relegando ao “Novo Mundo” e seus habitantes noções como “natureza”; enquanto o colonizador seria localizado no âmbito da “cultura”. Caracterização essa que se prolonga até os dias de hoje, numa espécie de especialização mundial da produção de conhecimento por meio da qual os países do norte global seriam os produtores de teoria por excelência e os países do sul global deveriam aplicar a teoria aos seus estudos de caso e pesquisas de caráter prático.

Sem abrir mão da reflexão teórica, Richard busca na vivência dos feminismos analisados uma possibilidade para pensar o valor epistemológico da experiência, tendo em vista a vinculação com as condições sociais de existência dessas mulheres. Para a autora, o recurso epistemológico da experiência considera a pessoa-em-situação, isto é, segundo seu pertencimento a um tempo, a um lugar, a uma cultura, na sua constituição material, subjetiva e contextual. Todavia, a autora deixa claro que o conceito de experiência que lhe interessa não é aquele que geralmente é associado à natureza ou à vida como uma realidade anterior à mediação simbólica, como um corpo pré-cultural. O pressuposto de Richard para a defesa da elaboração de modos locais de reflexão teórica se baseia na concepção da experiência como acesso para o conhecimento de uma dada realidade histórica.

Tanto *teorizar a experiência* (dar-lhe a categoria analítica de uma construção de significados), como dar conta das particulares *experiências da teoria* que a crítica feminista latino-americana realiza, em espaços culturais não homologáveis nas codificações metropolitanas, passa por afirmar o valor *tático* de um conhecimento *situado*: um conhecimento que se reconhece marcado por uma geografia internacional de subordinações de poder (...). “Contexto” e “experiência” designam, neste caso, o modo *contingente* e *situacional* através do qual as feministas latino-americanas produzem teoria (RICHARD, 2002 p. 146).

Este artigo propõe que, na combinação entre a crítica benjaminiana da experiência na modernidade europeia e as concepções da experiência como performance e como contingência presentes nos trabalhos de Butler e Richard, podemos encontrar um lugar para o conceito de experiência e sua relação com a produção de conhecimento sobre o passado e o presente na teoria e no ensino de história.

## Disciplinarização, controle e o outro lado da modernidade

As escritas sobre acontecimentos passados fazem parte de inúmeras culturas e tradições intelectuais: mesopotâmica, chinesa, egípcia, judaica, greco-romana, entre outras. Já sabemos há tempos que a história não é uma invenção dos gregos (HARTOG, 2003; BUENO, 2015; MOMIGLIANO, 2014). Na história ocidental europeia, essas escritas se transformaram ao longo dos anos e somente no século XIX a história reivindicou para si um campo específico de atuação, estabelecendo suas prerrogativas e procedimentos de pesquisa, análise e certificação. A afirmação da história como um conjunto de saberes específicos se efetivou por meio de um processo de autonomização, através do qual a história construía para si um discurso de diferenciação, a fim de estabelecer uma inscrição universitária e científica que a distinguisse da poesia, da filosofia, dos trabalhos dos antiquários e até mesmo da crônica. Os principais agentes desse processo foram os historiadores, que se engajaram na disciplinarização da história e tinham, entre seus objetivos, a legitimação de seu trabalho como uma atividade reconhecida de produção de conhecimento (MALERBA, 2010; MARTINS, 2010).

Na cena histórica do oitocentos e em grande parte dos países ditos ocidentais, uma das formas de valorização do conhecimento sobre o passado era a sua contribuição para a construção e afirmação das virtudes nacionais e patrióticas – dessa forma, imprescindível para a consolidação de projetos políticos em torno dos Estados Nacionais. Mas não apenas isso, esse conceito moderno de história ofereceu a esses países, seus intelectuais e seu povo uma boa dose de futuro, a partir da experiência de temporalização da história e da atribuição de um poder de transformação à própria passagem do tempo (KOSELLECK, 2006). Em um momento de pleno avanço de políticas imperialistas dos países europeus na África e na Ásia, e dos Estados Unidos sobre vários países e territórios das Américas, essa concepção de uma história que se realiza no tempo, sob o signo do progresso e da perfectibilidade humana, forneceu um importante elemento legitimador das práticas colonialistas, desta vez justificadas não apenas pela missão evangelizadora, mas também como um imperativo da civilização dos povos. Segundo Ritwik Ranjan (2017), os dois lados da historicidade, a narrativa historiográfica e a atuação dos indivíduos, foram separados na historiografia colonialista que naturalizou a história escrita (pelos europeus) como a história acontecida.

É importante sublinhar que a disciplinarização da história – assim como de qualquer área do saber – não se deu sem disputas políticas. Como bem assinalou Michel de Certeau, há na fabricação de um campo de produção de conhecimento a formação de uma sociabilidade específica e a construção de códigos entre os pares

(CERTEAU, 1982). Nesse jogo entre a afirmação de práticas de pesquisa, métodos e teorias, e a consolidação de protocolos de circulação e validação da produção, emergem inevitavelmente dispositivos de controle. A constituição de uma disciplina, portanto, significa uma declaração de força e poder de um grupo de intelectuais que protestam sobre a especificidade e importância do conhecimento por eles produzido. Por outro lado, ela tem como característica inevitável a edificação de barreiras – umas mais permeáveis que as outras – entre os diversos campos do saber. Além disso, convergem neste processo identidades diversas, que disputam a hegemonia sobre o discurso que reivindica a verdade sobre o mundo.

De certo que a história da historiografia tem nos ensinado que, mesmo no século XIX, a escrita da história era complexa o suficiente a ponto de desafiar caracterizações mais estreitas. Mesmo figuras canônicas como Leopold von Ranke ainda hoje nos surpreendem com a sua sensibilidade ao perceber que a história “precisa ser (...) ciência e arte ao mesmo tempo” (RANKE, 2010, p. 203). Já no século XX, críticas ao cientificismo histórico como as de Carl Becker e Charles Beard, nos Estados Unidos, e iniciativas como a criação da *Revista dos Annales* sublinharam que, para o desenvolvimento da pesquisa histórica, a reavaliação do método histórico e a permuta de conceitos e categorias oriundas de disciplinas como a sociologia, a economia, a antropologia, a geografia, a psicologia, entre outras, são de confirmada importância (MALERBA, 2013). O debate em torno da “virada linguística”, desde a década de 1960, alcançou alguma notoriedade também entre teóricos da história e trouxe para o centro das reflexões a incontornável relação entre o conhecimento sobre o passado e a produção de narrativas. Diálogos com a linguística, a filosofia e a teoria literária apontam para a dimensão literária e filosófica do trabalho dos historiadores (WHITE, 2008). Desde as décadas de 1970/80 a ampliação das fontes reconhecidas pelos historiadores, bem como a emergência de novos objetos de pesquisa e novas abordagens colocaram mais uma vez as fronteiras disciplinares em xeque (LE GOFF, 2011).

Contudo, até aqui foi apresentada uma versão da história da historiografia, uma história entre tantas outras. Notadamente, aquela que se confunde com um sujeito que se pretende universal, que tem gozado dos privilégios da universalidade, mas que possui uma identidade. Essa identidade, que se fortalece exatamente porque não é nomeada e define a si mesma e ao outro, é a identidade da branquitude e do eurocentrismo – que, em muitos momentos, se associa à identidade da masculinidade, afinal quem são as historiadoras “clássicas da história”? Essa identidade transforma o homem, branco, de origem europeia, inserido numa cultura judaico-cristã e de classes médias e altas, em padrão para a ficção chamada história universal (LABORNE, 2017).



Para além das referências tornadas hegemônicas a partir da Europa e Estados Unidos, existem outras culturas, saberes, visões de mundo e historiografias em constante batalha contra o predomínio que a cultura ocidental se esforça para sustentar desde a expansão colonial dos séculos XVI e XVII. Como nos dizem pensadores como Aníbal Quijano (2005) e Walter D. Mignolo (2017), a colonização europeia em outros continentes teve como uma de suas características a consolidação de um novo padrão mundial de poder, inscrito na *colonialidade*. Nessa nova ordem do mundo, foram engendradas as relações sociais e de produção capitalistas, que se sustentam também através de sistemas de hierarquização das pessoas e dos territórios do planeta, alicerçados em práticas de racialização dos corpos e de aprofundamento das desigualdades de gênero, como assinalou María Lugones (2014).

Como consequência, a colonialidade segrega os indivíduos por meio do conceito de raça e da normatização dos papéis de gênero, e torna as relações de produção e reprodução da vida atravessadas pela exploração que não pode ser compreendida apenas pela lógica da identidade de classe (ALCOFF, 2016). Ademais, a colonialidade do poder e do saber territorializa a riqueza, a civilização, a ciência, a verdade, o belo e a modernidade no norte global, bem como são relegados ao sul global a pobreza, o primitivismo, o obscurantismo, o exótico, o feio e o atraso. Mesmo após os processos de independência política na América, África e Ásia, a colonialidade se mantém porque ela é a expressão de uma relação de poder que não se dissolve com a luta emancipacionista. Ela perdura nas relações econômicas desiguais e no controle de corpos e mentes por meio da afirmação dos valores ocidentais como universais, verdadeiros e desejáveis para toda a humanidade. O problema que precisamos enfrentar aqui é aquele causado pelo genocídio e pelo epistemicídio que esse padrão de poder mundial estabeleceu como a norma (CARNEIRO, 2005).

Partindo de uma análise marxista, Cinzia Arruzza (2015) assinala que opressões como a concentração da riqueza e a exploração de classe, o racismo e o patriarcado devem ser compreendidas como integrantes de um mesmo sistema de dominação: o sistema capitalista. A historiadora critica a tese do “capitalismo indiferente”, segundo a qual o funcionamento do sistema capitalista poderia ser compreendido independente dos demais sistemas de opressão citados, de tal maneira que seria possível concluir que o sistema capitalista poderia operar sua engrenagem de exploração de classe, independente do gênero e da raça dos indivíduos. Segundo Arruzza

O capitalismo não é um Moloch, um Deus escondido, um marionetista ou uma máquina: é uma totalidade viva de relações sociais. Nela,



encontramos relações de poder conectadas a gênero, orientação sexual, raça, nacionalidade e religião, e todas estão a serviço da acumulação de capital e sua reprodução, ainda que frequentemente de formas variadas, imprevisíveis e contraditórias. (ARRUZZA, 2015, p. 16).

A autora ainda nos chama a analisar essas questões a partir de bases concretas, ou seja, retomando o fio histórico através do qual podemos compreender a relação entre capitalismo, racismo e patriarcado. Dessa maneira, poderíamos cruzar o terreno abstrato no qual muitos desses debates se assentam e testar nossas hipóteses a partir da experiência histórica. E o que a história nos diz? As pesquisas nos campos da história social e da história social da cultura, por exemplo, têm nos revelado que a exploração de classe ganha outros contornos quando aliadas aos marcadores de exclusão de raça e gênero. A pesquisa realizada por Beatriz do Nascimento Prechet sobre as prostitutas negras no Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o século XX é um bom exemplo de como o trabalho com os arquivos tem nos ajudado a desvendar a coexistência dessas opressões. Embora Prechet tenha comprovado em sua pesquisa o protagonismo das mulheres negras como trabalhadoras do meretrício, ao longo de sua argumentação são apresentados elementos que demonstram como as mulheres racializadas eram submetidas a relações de trabalho ainda mais precarizadas (PRECHET, 2020).

Os estudos pós-coloniais, o pensamento decolonial e as epistemologias feministas, entre outros, são insurgências no interior de disciplinas as quais, por muito tempo, colaboraram para a afirmação da universalidade do sujeito masculino branco europeu. Trabalhos como os de Gayatri Spivak, Ochy Curiel e Donna Haraway, por exemplo, nos colocam em lugares menos confortáveis, que nos desafiam e nos fazem questionar as bases da nossa própria formação. São perspectivas que antes pareciam invisíveis e agora que as sabemos nos perguntamos como era possível ensinar a história nos padrões anteriores, ainda tão comprometidos com a supremacia branca e masculina. O mais interessante é que, em grande medida, essas transformações têm acometido as disciplinas das humanidades por via de um fluxo de ideias aberto pelas políticas de democratização do acesso à universidade – mesmo que as julguemos insuficientes. Em outras palavras, são as vozes de mulheres e homens que demandam a revisão de currículos, a crítica ao cânone e a maior aproximação com os movimentos e reivindicações da sociedade para as universidades (GUIMARÃES; SOUSA, 2019). Se é assim, porque então ainda persiste uma relação tensa entre a disciplina e a experiência?

## A experiência nas salas de aula

Em *Ensinando a transgredir*, bell hooks<sup>3</sup> nos revela a influência da educação libertária de Paulo Freire na elaboração de uma pedagogia crítica e capaz de tornar a sala de aula uma comunidade de aprendizado. Para hooks, a construção de uma comunidade pedagógica se efetivaria através do engajamento de professores e estudantes que compartilham aquele espaço. Mesmo que a produção contínua de envolvimento com os debates e entusiasmo pelo conhecimento seja de responsabilidade de todos, é inegável que os docentes têm um papel fundamental de mediação dessas relações e promoção de um ambiente onde as trocas possam ser realizadas. Em outras palavras, para a educadora estadunidense, a relação de ensino e de aprendizagem deve ser transformada por uma verdadeira disposição daqueles que participam da aula para falar e também para ouvir, garantindo que todos sejam acolhidos e fazendo com que não apenas os docentes sejam percebidos como autoridades, ou mesmo como aqueles que podem conferir legitimidade às falas dos demais.

Em uma comunidade pedagógica as experiências de vida e as formas de interpretar a realidade derivadas da vivência devem ser valorizadas. Isso não significaria afirmar que todo enunciado equivale a uma verdade incontestável. Essa comunidade deve ser capaz de, mesmo em uma rede de acolhimento, abordar os conteúdos criticamente e, de maneira colaborativa, construir um conhecimento que leve em consideração o confronto entre o conteúdo formal – que provavelmente será sugerido através de um programa pelos docentes – e o conhecimento de mundo que os estudantes apresentam como constituintes de suas historicidades, sua formação e suas identidades (HOOKS, 2017).

Mara Cristina de Matos Rodrigues nos chama a atenção para o fato que, entre o lugar de autoridade do docente na configuração tradicional da sala de aula e os silenciamentos que revelam processos históricos de exclusão, talvez tão importante quanto pensar o que ensinar seja o questionamento sobre *como* ensinar. Rodrigues nos lembra que, nas duas primeiras décadas deste século, as transformações no ensino universitário das licenciaturas foram notórias, sobretudo a partir da valorização da formação docente por meio da criação do Programa Institucional de Bolsas para a Iniciação à Docência (PIBID) e a instituição dos Mestrados Profissionais em Ensino – implementados nos governos do Partido dos Trabalhadores. Como uma de suas boas

<sup>3</sup> Por opção da autora, a grafia de seu nome deve ser mantida em letras minúsculas, como um símbolo de crítica às noções modernas e eurocentradas de autoria. O nome bell hooks foi adotado por Gloria Watkins como sua “voz de escritora”.

consequências, esses programas promoveram a diminuição da distância entre as escolas e as universidades. E é das escolas, dos movimentos sociais, das ocupações de 2016 e 2017, que emergem as vozes e reivindicações que questionam a estrutura monolítica da historiografia disciplinada.

Desde a segunda metade do século XX, a reivindicação da experiência como um dado epistemológico tem sido apresentada por meio de movimentos políticos e sociais como das vítimas de regimes de exceção e episódios traumáticos ao longo deste mesmo século, assim como pelos movimentos de mulheres e movimentos antirracistas, que identificaram o caráter estrutural e institucionalizado das opressões que recaem sobre tantas pessoas. Dessa forma, a experiência adquiriu nesses discursos uma dimensão que não é ontológica, mas epistemológica, isto é, a experiência de vida também é considerada uma fonte para conhecimento do mundo – inclusive do passado. Essa configuração conferiu ao conceito novo status na historiografia, possibilitando que os testemunhos fossem considerados fontes históricas autênticas e passíveis de averiguação e crítica como qualquer outra fonte histórica (SARLO, 2007).

A experiência como forma de conhecimento a partir de uma vivência pode ser, ao mesmo tempo, individual e coletiva. Em sua materialidade, ela se apresenta na vida dos indivíduos como traço das relações de longa duração, atravessa temporalidades e se faz presente, seja nas opressões estruturais, seja na ancestralidade que ensina e ampara. Lélia Gonzalez, intelectual brasileira, exprime com clareza como a construção de uma identidade social pode ser atravessada por experiências que são pessoais e também expressões de pertencimento a um grupo social historicamente constituído:

Quando falo de experiência, quero me referir a um duro processo de aprendizagem em busca da minha identidade como mulher negra dentro de uma sociedade que me oprime e discrimina justamente por isso. Mas uma questão de ordem ética-política se impõe de imediato. Não posso falar na primeira pessoa do singular sobre algo que é dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região. Refiro-me às ameríndias e às amefricanas, subordinadas a uma latinidade que legitima sua inferiorização (GONZALEZ, 2019a, p. 111).

A experiência auxilia a perceber na vida prática como as estruturas de dominação operam para mistificar as relações desiguais. Patricia Hill Collins nos diz que

As experiências de mulheres negras no trabalho e na família criam condições para que as contradições entre as experiências do dia a dia e a imagens controladoras da condição de mulher negra se tornem visíveis. Ver as contradições nas ideologias faz com que elas se abram para a desmistificação. Assim como Sojourner Truth desconstruiu o termo *mulher* ao usar suas próprias experiências vividas para desafiá-lo, as mulheres afro-americanas comuns fazem a mesma coisa de várias maneiras (COLLINS, 2019, p. 274).

Contudo, o sujeito da enunciação, por mais que evoque uma coletividade, fala por si, a partir do seu lugar e da sua situação. Uma mulher não pode testemunhar por todo o conjunto absolutamente variado e heterogêneo de mulheres; ainda assim, na sua fala, muitas das experiências poderão ser reconhecidas por outras mulheres.

A questão que parece se impor é a necessidade de pensarmos a legitimidade que os relatos de experiência, os pontos de vista, ou mesmo as subjetividades que permeiam toda produção de conhecimento tem ocupado na afirmação social de determinados conhecimentos como dignos de nota e outros como descartáveis. Se é inegável que o sujeito do conhecimento sempre habitou um corpo no mundo e que o corpo é também uma construção simbólica, não precisamos de mais rodeios para localizar nossa questão: a experiência se torna um problema quando a identidade do corpo passa a ser nomeada. Para dizer em outros termos, o imbróglio que se encontra a nossa frente não consiste na reivindicação da experiência como fonte de conhecimento, nossa querela é mais complexa e não seremos capazes de nos movimentar criticamente nesse campo a não ser que seja feita a pergunta inevitável, mas por muitas vezes inaudita: que corpo? E se, ao invés de colocarmos a questão sob o prisma da reivindicação da autoridade do corpo na produção de conhecimento, conferíssemos destaque à denúncia de que por séculos alguns corpos foram desautorizados? Ninguém melhor do que Lélia Gonzalez para colocar os pingos nos "is": "é o lixo que vai falar, e numa boa" (GONZALEZ, 2019b, p. 240).

Enquanto identidades não nomeadas, a branquitude e a masculinidade mantêm os privilégios da universalidade e aqueles que conseguem operar essa identidade – que está continuamente em jogo e é frequentemente negociada nas diversas configurações sociais e históricas – experimentam as vantagens da confusão deliberada que elas promovem entre a parte e o todo. A título de exemplo, poderíamos identificar diversos momentos nos quais os homens brancos, mesmo sendo apenas parcela da humanidade, se apresentam ou são apresentados como sua totalidade. Podemos apontar esse processo no interior da nossa disciplina, a pesquisa de

Bruna Stutz Klem (2019) demonstra a construção do cânone masculino – e branco, também podemos dizer – na história da historiografia brasileira e a marginalização das mulheres e suas obras nessa narrativa. Maria da Glória de Oliveira (2018) analisa que, na constituição da disciplina histórica e na história da historiografia, as mulheres foram colocadas na posição do “outro” silenciado, em grande medida justificada por critérios de neutralidade e objetividade, que afirmavam a irrelevância de distinções de classe, raça e gênero. Ana Carolina Barbosa Pereira (2018) adverte sobre o quanto a teoria da história no Brasil ainda reverbera perspectivas epistêmicas eurocentradas, tornando urgente uma avaliação crítica acerca da geopolítica da produção de conhecimento e da abertura para uma revisão bibliográfica e temática dos cursos dessa área.

bell hooks afirma que “como uma mulher negra, sempre tive aguda consciência da presença do meu corpo nesses ambientes”, referindo-se à vida acadêmica, na qual a cisão entre mente e corpo tem sido um dos baluartes da neutralidade científica, porém funcionando como um véu que encobre relações de poder nas quais corpos desiguais são hierarquizados. E é ainda hooks quem nos lembra que “A pessoa mais poderosa tem o privilégio de negar o próprio corpo” (HOOKS, 2017, p. 181/183). Ou não foi Toni Morrison, a vencedora do prêmio Nobel de literatura que privilegia em suas histórias mulheres e homens negros e suas batalhas em diferentes momentos da história dos Estados Unidos, interrogada se algum dia pretendia escrever sobre outro tema além da raça? Alguma escritora ou escritor branco, que insere em suas narrativas protagonistas brancos e suas questões, já teve que responder a uma pergunta da mesma ordem ou natureza?<sup>4</sup>

Para construirmos uma comunidade pedagógica, se faz necessário que os indivíduos que a compõem sejam respeitados em sua totalidade, e isso implica compreender que alguns deles sofreram e ainda sofrem opressões, e são explorados por meio de relações desiguais que podem e devem ser historicizadas, assim como é fundamental reconhecermos que, por muito tempo, as narrativas históricas e a história da historiografia contribuíram para a manutenção de privilégios. Como fazer essa crítica ao caráter disciplinar da história em um ambiente no qual algumas falas são mais *localizadas* do que outras? Como atender a um projeto de uma universidade comprometido com princípios de equidade, quando os conteúdos das experiências das estudantes negras e dos estudantes negros, das estudantes mulheres, das estudantes e dos estudantes oriundos das classes trabalhadoras – sejam eles cis, trans, brancas, indígenas, negras, mestiças, heterossexuais, lésbicas, entre tantas identidades possíveis – ainda são

<sup>4</sup> Entrevista com Toni Morrison, em “Toni Morrison Beautifully Answers an “Illegitimate” Question on Race (Jan. 19, 1998). Disponível em: [www.encyrtador.com.br/nERUY](http://www.encyrtador.com.br/nERUY). Acesso em 28 ago. 2020.

rechaçados como visões de mundo parciais, pouco científicas, relatos de militância ou mesmo como ameaças ao conhecimento disciplinar formalmente constituído?

Quando a narrativa organizada pelo planejamento – qualidade indispensável de uma aula – for desestabilizada pelas interrupções dos estudantes, desafiando a temporalidade da aula e da própria experiência histórica, podemos nos lembrar das exortações de Freire e hooks. Afinal, a centralidade de um conteúdo preconcebido, estabelecido por meio de estruturas curriculares produzidas como documentos de identidade<sup>5</sup> e anteriores à materialidade na qual os estudantes se encontram, podem realmente promover a construção coletiva de uma comunidade pedagógica? A boa fé que nos leva a escolher o conteúdo “incontornável” e que, por vezes, produz o abafamento das demandas dos estudantes pode ser um indício de uma pedagogia bancária, por meio da qual ainda acreditamos ser necessário depositar sobre os alunos o conhecimento, sem o qual eles não serão capazes de compreender o mundo, exercer sua cidadania e realizar-se profissionalmente (HOOKS, 2017; FREIRE, 2014).

Na apresentação ao livro *A História (in)disciplinada*, seus organizadores Arthur Lima de Avila, Fernando Nicolazzi e Rodrigo Turin afirmam que “A (in)disciplina implica, assim, uma politização do saber” (AVILA *et al.*, 2019, p. 13). É nesse terreno político que a produção historiográfica, seja a escrita ou a oralidade da sala de aula, precisa ser continuamente considerada. Refletir sobre o processo de disciplinarização e seus limites para nossa atuação como historiadoras e historiadores no mundo de hoje não significa a negação da pesquisa, do debate historiográfico ou do embasamento teórico – três importantes pilares do método historiográfico – mas implica em levar em consideração os processos históricos que constituíram esse conjunto de saberes como especializados e as relações de poder que possibilitaram a emergência de um sujeito muito bem delimitado como indivíduo autorizado a produzir tais conteúdos.

## Lugar de fala e a questão dos pertencimentos

Em artigo recentemente publicado no livro *Do fake ao fato*, Rodrigo Perez Oliveira analisou o que chamou de “lugar de fala progressista” e o “negacionismo científico olavista” sob a ótica da radicalização de um dado regime epistemológico. Embora o autor tenha sublinhado os pertencimentos políticos de cada uma dessas manifestações, ele propõe que, tanto em um caso como em outro, há um uso esgarçado da experiência

<sup>5</sup> Aqui tomamos como referência a análise de Tomás Tadeu Silva (2016) sobre os currículos como documentos que não são neutros, mas que expressam uma identidade política.

como medida do conhecimento. Oliveira entende que em ambas as manifestações há uma reivindicação de estatuto de verdade aos seus enunciados por meio da alegação do corpo presente como produtor de sentidos e garantia de certificação. Vejamos como o autor argumenta a esse respeito:

Estou muito convencido de que essas demandas dos estudos pós-coloniais, decoloniais e de todos os outros que de alguma forma evocam o “lugar de fala” são desdobramentos do regime epistemológico que valoriza a observação direta, entendida como experimentação corpórea, e rejeita a mediação e o distanciamento metodológicos. A matriz do “lugar de fala”, nesse sentido, é muito anterior ao *standpoint feminist*, sendo, na verdade, a reivindicação da autoridade do corpo como instância de produção de sentido, algo que é quase tão antigo quanto o ocidente (OLIVEIRA, 2020, p. 95-96).

Nessa citação, há duas afirmações que merecem ser problematizadas: 1- a afirmação do lugar de fala como uma oposição ao conhecimento cientificamente produzido; e 2- a associação do lugar de fala às raízes históricas da cultura ocidental.

O surgimento do lugar de fala como um conceito para sinalizar processos históricos de silenciamento das sujeitas e dos sujeitos subalternizados, remete a debates da teoria crítica feminista nas últimas décadas do século XX. Reflexões fundamentais a esse respeito foram publicadas por Gayatri Spivak, Patricia Hill Collins e Linda Alcoff.<sup>6</sup> Nestas publicações não há o questionamento sobre a validade da pesquisa, do uso de metodologia e do conhecimento científico *per se*. Contudo, os trabalhos das autoras citadas apresentam críticas à ciência como foi concebida pela modernidade europeia e seus procedimentos de construção de enunciados que se pretendem universais, embora sejam extremamente excludentes.

Quando Spivak pergunta *Pode o subalterno falar?* ela não duvida da ciência e não rompe com a tradição intelectual europeia, mas assinala que, nas sociedades que praticaram o colonialismo, bem como naquelas que sofreram as suas consequências, as relações sociais de poder transformaram o colonizador em sujeito e o colonizado em objeto. É essa mesma objetificação que Alcoff reconhece como traço da colonialidade que se mantém nas Américas. Assim como o trabalho de Collins nos explica como sociedades com passados escravistas também sofrem consequências

<sup>6</sup> O livro de Gayatri Spivak, *Pode o subalterno falar?*, foi publicado em 1985; já *Pensamento feminista negro*, de Patricia Hill Collins, em 1990; e o artigo de Linda Alcoff, “The problem of speaking for others”, em 1991.



análogas e, por isso, é importante que as mulheres negras defendam o seu direito à autodefinição e à construção de sua identidade para além do que lhes é imposto pelo grupo dominante. Sendo assim, a mediação se torna um problema não de ordem analítica – como se a observação da realidade não pudesse ser realizada por meio de procedimentos metodológicos – mas de ordem política, quando a mediação se transfigura em representação.<sup>7</sup> É o falar no lugar do outro e pelo outro que tem sido questionado.

Outro deslocamento importante que o debate sobre o lugar de fala nos traz consiste na própria noção de conhecimento corporificado. Aqui a nossa pergunta anterior ganha nova pertinência: *que corpo?* Assinalar o lugar de fala não é apenas um gesto historicista de reconhecimento de que todo sujeito pertence a um tempo e a um espaço. O lugar de fala não é uma nota sustentada do sujeito cognoscente de segunda ordem (GUMBRECHT, 1998). Ele surge exatamente para indicar como a teoria do conhecimento recalçou o corpo em sua radicalidade, uma vez que os pressupostos da universalidade do sujeito do conhecimento não eram desafiados pelo relativismo historicista ou pela crise de representatividade do século XIX. Aquele que *observava a observação* não se importava se corpos não brancos e femininos não eram considerados legítimos para participar da comunidade científica.

Sendo assim, como atribuir a matriz teórica do lugar de fala ao “berço” da tradição europeia ocidental? Acredito que seria mais adequado entender o lugar de fala como uma reposta a essa tradição, a partir de conhecimentos, religiões, línguas, costumes e histórias que o colonialismo e o imperialismo não foram capazes de suplantar por completo. São as insurgências no seio dos genocídios e dos epistemicídios que constroem hoje narrativas contra-hegemônicas e que escancaram a parcialidade e a violência da experiência histórica da Europa. Portanto, é importante compreender que o lugar de fala não apresenta “a reivindicação da autoridade do corpo como instância de produção de sentido”, como afirma Oliveira; ele desnaturaliza o corpo e cobra da sociedade e da comunidade científica o reconhecimento de que, por séculos, corpos femininos e não brancos foram excluídos. Além disso, a reivindicação não é apenas por produção de sentido, mas por produção de conhecimento socialmente legitimado. Analisar nosso passado e presente à luz do conceito de lugar de fala exige o reconhecimento do “outro” como um agente da história, operação que não existe nos fundamentos da ciência moderna europeia. Nesse sentido, está implícita na reivindicação da fala uma

<sup>7</sup> A coleção *Feminismos Plurais*, coordenada por Djamila Ribeiro, tem entre seus títulos temas sobre o feminismo negro e o pensamento antirracista, sendo um exemplo de como esses temas têm sido desenvolvidos não só no debate público, mas também no espaço acadêmico.

dinâmica social, na qual é fundamental que alguém participe na condição de ouvinte, para que, finalmente, sejam esboçados caminhos para um efetivo diálogo.

## Construindo uma comunidade de escuta

Apontar a possibilidade de diferentes formas de experiência do passado que coexistem em uma sociedade também nos leva a considerar o quanto elas podem revelar variadas formas de viver o tempo, seja individual ou coletivamente. Além da importância de compreendermos como o lugar de fala apresenta elementos de crítica à ciência e ao pensamento universalista europeu, também me parece significativo apontar que há aqui uma relação com o tempo que assinala o trânsito constante entre passado, presente e futuro, seja na vivência como repetição, no desvio da norma instituída, nas denúncias das opressões estruturais, mas também na valorização de aspectos comunitários como a ancestralidade, a solidariedade e a construção de identidades coletivas – experiência como *Erfahrung*, nos termos de Benjamin. Poderíamos concluir que a modernidade europeia foi marcada pela transformação nas formas de experimentar o mundo, sem que os diferentes tipos de experiências fossem totalmente eliminados do mundo burguês. O que está em jogo aqui é menos o passado como “aconteceu” e mais o passado que “não para de acontecer”. Experiências que são vividas na contingência, por pessoas de estratos sociais, gênero, orientação sexual e raças diferentes também podem ter implicações na forma como o passado e o presente podem ser interpretados e interpelados por esses indivíduos e coletividades. Arthur de Lima Avila (2018) nos diz que uma das contribuições de Fredric Jameson à compreensão de uma temporalidade presentista seria a sua caracterização a partir da ideia de “recalque da historicidade”, causado pelo aprisionamento no presente como resultado da relação de baixa densidade com o passado e a negação do futuro como superação dos problemas nos quais as sociedades se encontram mergulhadas. Essa é uma forma possível de perceber como alguns grupos e indivíduos têm reagido ao avanço do capitalismo neoliberal, por exemplo. Mas outras relações também são possíveis e as experiências de opressões de muitos séculos ainda hoje falam em corpos que vivem o tempo como uma historicidade de tessitura espessa, através da qual, para citar Wendy Brown, *o presente é vivido como história*. E o futuro ainda se apresenta como possibilidade (AVILA, 2018, p. 42).

Paulo Freire, o patrono da educação brasileira, nos diz as seguintes palavras em *Pedagogia do Oprimido*:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2014, p. 42-43).

A citação de Freire me faz pensar: uma educação transgressora cabe em uma disciplina? Vou inverter a pergunta: se o caráter disciplinar da história ainda tem algo a nos oferecer, será que podemos tensionar os fundamentos da disciplina a partir das experiências e do encontro de vidas concretas que acontece nas salas de aula? Eu realmente espero que sim, porque, ao abrir o texto da aula para as experiências dos oprimidos, não é o interdito que toma lugar de autoridade como um “lugar de cale-se”, mas novas possibilidades de compreender o passado e o presente se apresentam por meio da construção de uma *comunidade de escuta*. O nosso engajamento ético-político com o passado e o presente pode ser uma brecha para a construção de um futuro de transformações das relações sociais opressivas e promotora de desigualdades.

## REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda. The Problem of Speaking for Others. **Cultural Critique**, n. 20, 1991, p. 5-32. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1354221>. Acesso em: 24 ago. 2021.

ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, pp. 129-143, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00129.pdf> Acesso em: 28 ago. 2020.

ANKERMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, p. 33-58, jan. 2015. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/consideracoes-sobre-genero-reabrindo-o-debate-sobre-patriarcado-eou-capitalismo/> Acesso em: 28 ago. 2020.

AVILA, Arthur Lima de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-49, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31185>. Acesso em: 28 ago. 2020.

AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. Apresentação. In: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)disciplinada**: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2019. p. 7-18.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BENTES, Ivana. Nós, os brancos, e a nova partilha discursiva. **CULT**, São Paulo, 12, ago., 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/nos-os-brancos-e-a-nova-partilha-discursiva/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BUENO, André. Abolir o passado, reinventar a história: a escrita histórica de Hanfeizi na China do século III a.C. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 8, n. 18, p. 29-42, ago. 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/899>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-310.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138.

DONNA, Harraway. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 157-210.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 1-24, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102/11455>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 7-19.

GOMES, Wilson. O cancelamento da antropóloga branca e a pauta identitária. **Folha de São Paulo**, 11, ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/08/o-cancelamento-da-antropologa-branca-e-a-pauta-identitaria.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André (org.). **História das mulheres, histórias feministas: V. 2 antologia**. São Paulo: Masp, 2019a. p. 110-120.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b. p. 237-256.

GUIMARÃES, Géssica; SOUSA, Francisco Gouvea de. Desmonte ou reconstrução da Universidade? Entre o capital e a democratização. **Revista Hydra**, Guarulhos, v. 4, n. 7, p. 103-131, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/9901>. Acesso em: 28 ago. 2020.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.

HARTOG, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2017.

KEHL, Maria Rita. Lugar de "cale-se"! **Combate Racismo Ambiental**. 11 ago. 2020. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/08/11/lugar-de-cale-se-por-maria-rita-kehl/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

KLEM, Bruna Stutz. **Historiadoras**: aproximações femininas à história da historiografia brasileira (1970-1990). 2019. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC, 2006.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. Branquitude, colonialismo e poder: a produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude**: estudos sobre identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. p. 91-105.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da. (org.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. v. 1. p. 128-176.

LUGONES, María. Rumo ao feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n.3, p. 935-952, set.-dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Porto Alegre: FGV, Edipucrs, 2013.

MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: O caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARTINS, Estevão Rezende (org.). **A História pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

MATTOS, Ilmar R. "Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de história. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 21, p. 5-16, jul./dez. 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042006000200002&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042006000200002&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 28 ago. 2020.

MIGNOLO, Walter. COLONIALIDADE: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092017000200507&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092017000200507&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 28 ago. 2020.

MOMIGLIANO, Arnaldo. História Antiga e os antiquários. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 19-76, jul. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/43194/30796>. Acesso em: 28 ago. 2020.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Mariana, v. 11, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414>. Acesso em: 28 ago. 2020.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O negacionismo científico olavista: a radicalização de um certo regime epistemológico. *In*: KLEM, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020. p. 81-100.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88 - 114, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/2175180310242018088/8521>. Acesso em: 28 ago. 2020.

PRECHET, Beatriz do Nascimento. **Enegrecendo o meretrício: experiências da prostituição feminina no Rio de Janeiro (1871-1909)**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RANGEL, Marcelo de Mello. **Da ternura com o passado: História e pensamento na filosofia contemporânea**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019.

RANJAN, Ritwik. Postcoloniality and the two sites of historicity. **History and Theory**, Middletown, v. 56, n. 1, p. 38-53, mar. 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/hith.12001>. Acesso em: 20 ago. 2021.



RANKE, Leopold von. O Conceito de História Universal. *In*: MARTINS, Estevão Rezende (org.). **A História pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010. p. 202-215.

RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas**: arte, cultura, gênero e política. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Ensino de teorias e metodologias no curso de graduação em história: sobre silêncio, poder e presença. *In*: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)disciplinada**: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2019. p. 149-170.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Filme de Beyoncé erra ao glamorizar negritude com estampa de oncinha: Diva pop precisa entender que a luta antirracista não se faz só com pompa, artifício hollywoodiano, brilho e cristal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/08/filme-de-beyonce-erra-ao-glamorizar-negritude-com-estampa-de-oncinha.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SILVA, Tomás Tadeu. **Documentos de Identidade**. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, Autêntica, 2016.

SPIVAK, GayatriChakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 2008.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Géssica Guimarães é professora Adjunta de Teoria da História e História da Historiografia e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2012. Pesquisadora da Comunidade de Estudos de Teoria da História (COMUM-UERJ) e do Núcleo de Estudos sobre Biografia, História, Ensino e Subjetividades (NUBHES-UERJ). Atua nas áreas da Teoria da História, História da Historiografia e Ensino de História. Tem desenvolvido pesquisas sobre a experiência de tempo no Brasil da década de 1950 e sobre a teoria de gênero e o ensino de história, ambas as pesquisas recebem fomento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). É uma das organizadoras do livro *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica e Diante da Crise: Teoria, História da Historiografia e Ensino de História hoje*.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua São Francisco Xavier, 524, sala 9020, bloco A, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20550-013, Brasil

### FINANCIAMENTO

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), processo n. E-26/202.867/2019

### AGRADECIMENTO

Meus agradecimentos a Bianca Costa de Matos, que tem atuado na pesquisa como bolsista de Iniciação Científica.

### CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

### APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

### MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado  
Flávia Varella – Editora Chefe  
Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada  
María Inés Mudrovcic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Géssica Guimarães.

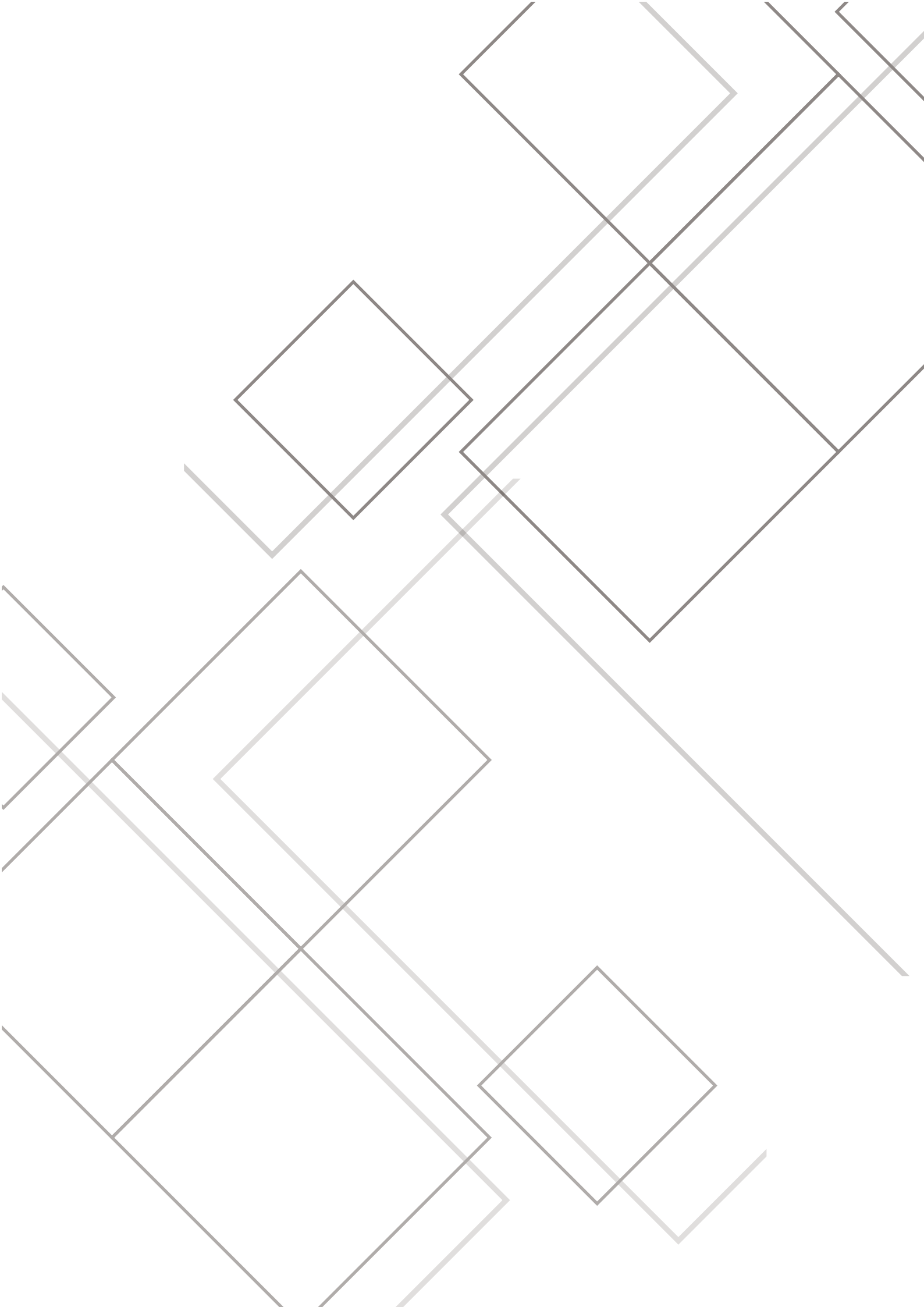
## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 30 de agosto de 2020.

Aprovado em: 18 de março de 2021



## O látigo e o riso: a historiografia republicana de Joaquim Felício dos Santos

The whip and the laughter. The republican historiography of Joaquim Felício dos Santos

Amanda da Silva Martins <sup>a</sup>

E-mail: [amandamartinsbr@yahoo.com.br](mailto:amandamartinsbr@yahoo.com.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-2554-6793> 

<sup>a</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais,  
Departamento de História, Porto Alegre,  
RS, Brasil

## RESUMO

Este artigo examina as estratégias retóricas e comunicacionais usadas pela tradição republicana brasileira para disciplinar o campo historiográfico no século XIX. O republicanismo é abordado como forma de governo (BOBBIO), ética (CATROGA) e linguagem política (POCOCK) para refletir sobre uma questão central: é possível falar em ética política como elemento meta-histórico? O objeto de análise é a obra de Joaquim Felício dos Santos, especialmente seus artigos políticos e satíricos publicados no jornal *O Jequitinhonha* (1861-1874). Os resultados deste estudo expõem algumas características da tradição historiográfica republicana no momento de sua criação: a transdisciplinaridade; a apropriação da herança antimonárquica clássica; o esforço de tradução do saber científico para as linguagens jornalística e satírica; o enfoque dualista; a conexão com a história da modernidade; e o argumento do anacronismo.

## PALAVRAS-CHAVE

Usos da história. Ética para os historiadores. Ideologia

## ABSTRACT

This paper examines the rhetorical and communication strategies used by the Brazilian republican tradition to regulate the historical field in the 19th century. Aiming to answer the central question of whether the political ethics is a metahistorical element, this study approaches the concept of republicanism as a government system (Bobbio), an ethics (Catroga), and a political language (Pocock), in the light of the contributions of Joaquim Felício dos Santos, especially his political and satirical articles published in the newspaper *O Jequitinhonha* (1861-1874). The results indicate some typical characteristics in the republican historiographic tradition, such as: transdisciplinarity, an antimonarchical vocabulary, the effort to translate scientific knowledge into journalistic and satirical settings, a connection with the history of modernity, and the anachronism as an authority argument.

## KEYWORDS

Uses of history. Ethic for historians. Ideology.

## Introdução

A escrita da história e sua divulgação pública interessa tanto ao campo da história da historiografia quanto ao contexto sociopolítico contemporâneo. A expansão do mercado editorial e do universo digital tem resultado em uma explosão de representações sobre o passado (LIDDINGTON, 2011). Tal fenômeno, identificado como “demanda social pela história”, “carência de orientação no fluxo do tempo” (MALERBA, 2010, p. 09) ou simples “nostalgia” (BOYM, 2017) é hoje um dos principais desafios para historiadoras e historiadores.

A convivência entre a “história científica” e a esfera pública tem sido carregada de tensões desde o Oitocentos, quando a prática historiográfica começa a se profissionalizar. No intervalo de um século, o “lugar de fala” oficial migrou do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para as universidades. A seu modo, ambas as instituições desejaram regular as práticas da disciplina histórica e construir uma memória hegemônica. Contudo, à revelia da “história disciplinada”, sempre circularam discursos, memórias e imaginários em que, não raro, realidade e ficção se entrelaçavam para oferecer à sociedade outras formas de se relacionar e se sensibilizar com o passado (GUARINELLO, 1994, p. 181).

Hoje, historiadores profissionais parecem ainda mais distantes de deter qualquer monopólio sobre a memória coletiva. Nos rincões da *web*, brotam discursos de cunho conservador, cuja demanda é *uma história verdadeira e imparcial*, livre da ideologia republicana e/ou comunista que atribuem à produção universitária (PATSHIKI, 2012). A busca pela verdade única indica que muitos setores sociais continuam imersos em uma cultura epistemológica dualista.

Este artigo se dedica a refletir sobre a construção do dualismo na historiografia, forjado, de início, pelo IHGB e, mais tarde, alimentado pela tradição histórica republicana. O objetivo é explorar a oposição entre *historiografia verdadeira* e *historiografia falsa ou ideológica*. Para tanto, analisei os discursos enunciados no jornal *O Jequitinhonha*, publicado entre 1861 e 1874 por Joaquim Felício dos Santos, historiador pioneiro da tradição republicana brasileira. A seções *Editorial* e *Variedades*, em especial aos escritos satíricos “*Páginas da História do Brasil no ano 2000*”, são as principais fontes desta pesquisa.

A partir desse conjunto de fontes, propõe-se que a eficiência da *historiografia republicana* se estruturou em quatro pilares: 1- A capacidade de disseminação inerente ao dinamismo dos jornais; 2- A inserção de historiadores conservadores no contexto da



“oligarquia parasitária” (dualismo); 3- A retórica que, desobrigada da formalidade que caracteriza o ofício profissional, explorava a sátira com intuito de causar riso, indignação e engajamento; 4- A liberdade para escrever sobre a história do tempo presente nos jornais, abarcando em sincronia os três quadros temporais. O caráter transdisciplinar dessa tradição, a relação entre ética democrática e verdade, o uso da teoria política como elemento meta-histórico e a convergência com a temporalidade moderna são temas abordados ao longo do artigo.

## Verdade e ideologia: o dualismo como tradição histórica

A relação entre a escrita da história e a política instigou a curiosidade de diversos historiadores no século XX. Em 1972, John Pocock lançou *Politics, Language and Time: Essays on Political Thought and History*, em que refletia sobre a mescla involuntária entre história e teoria política (POCOCK, 1989 [1972]). Na mesma década, Carlos Guilherme Mota acentuava a relevância desse tema para o nascente campo da história da historiografia no Brasil, cuja tarefa essencial era, a seu ver, “apontar os conteúdos ideológicos das principais produções” (MOTA, 2008 [1977], p. 64). Esse procedimento, no entanto, não visava reconstituir as condições de produção e de possibilidade das obras historiográficas, mas hierarquizá-las, apontar a superioridade de certos livros e, especialmente, de certos *autores*.

Manoel Salgado Guimarães observou que a ênfase na autoria individual, a abordagem evolucionista e o viés político eram traços dominantes na geração de historiadores dos anos 1970-1980: “palavras contundentes mais parecem expressar uma disputa política no campo do que propriamente uma análise da historiografia em questão” (GUIMARÃES, 2005, p. 37). O ato de separar e hierarquizar obedecia a critérios metodológicos, argumentava Carlos Guilherme Mota, mas um observador menos comprometido se inclina a enxergar também a presença de parâmetros políticos e, sobretudo, éticos. Em sua opinião, Gilberto Freyre era um autor inferior, pois, “Sob a capa do tratamento científico, deixa escorrer sua *ideologia*”. Já Caio Prado Júnior era excelente, pois “[discute] o *sentido* da colonização e os componentes do sistema colonial para avaliar as persistências na vida brasileira [...]. Ele redefiniu a periodização corrente, valorizando os movimentos sociais como a Cabanada, Balaiada e Praieira” (MOTA, 2008 [1977], p. 70-71). Como se vê, uma obra de matriz aristocrática é rotulada “ideológica”; enquanto a outra é vista como “verdadeira”, por se dedicar à perspectiva do “povo”, isto é: por priorizar a ética democrática.

Carlos Guilherme Mota não era exceção. Durante o século XX, parte expressiva dos historiadores ligados à pesquisa universitária no Brasil se pautou por um conceito de *verdade* indissociável da ética democrática. Este contexto tornava fluida a fronteira entre a crítica epistemológica e divergências meta-históricas de caráter político, favorecendo um olhar dualista sobre a produção intelectual. De um lado, situavam-se “os historiadores sociais do povo brasileiro, que estudavam a realidade olhada de suas bases coletivas” (CHACON 1976, p. 559). Esse era o arquétipo do “verdadeiro historiador, que aprecia e *julga* o passado ligado ao presente, comparando-o e contrastando-o” (RODRIGUES 1988, p. 192).

Joaquim Felício dos Santos era considerado pioneiro da vertente *verdadeira*, “seguida por Capistrano de Abreu, tronco de onde provém José Honório Rodrigues, Carlos Guilherme Mota e o autor destas linhas” (CHACON, 1976, p. 559). De fato, parte expressiva da historiografia acadêmica bebia da tradição legada por Joaquim Felício, cuja obra mais conhecida é *Memórias do Distrito Diamantino* (1868), que, para José Honório Rodrigues (1979, p. 144), “O leitor que deseja compreender o terror oficial, busque em Joaquim Felício dos Santos [...] e aí encontrará a descrição do absolutismo do sistema colonial português”. Essa opinião é corroborada por D’Alessio e Janotti, como se pode ver em:

Historiadores do século XIX, como João Francisco Lisboa e Felício dos Santos, denunciaram os abusos do sistema colonial, a corrupção dos funcionários reais, a espoliação dos colonos pelas companhias de comércio, a imoralidade da escravidão de índios e negros. [...]. Se nos reportarmos ao início do século XX, também não nos faltariam exemplos deste tipo de análise: Alberto Torres, Vicente Licínio Cardoso e Euclides da Cunha. Mais recentemente, entre outros, Vitor Nunes Leal, Nelson Werneck Sodré, João Camilo de Oliveira Torres e Raimundo Faoro. Estes historiadores estudaram os fundamentos da dominação de classe, dos estamentos burocráticos, da ditadura política [...]. Nesse universo, destacam-se com maior presença no discurso acadêmico Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Emília Viotti da Costa” (D’ALESSIO; JANOTTI, 1996, p. 147-148).

No fundo, as *Memórias do Distrito Diamantino* ajudavam a estabelecer equivalência entre os conceitos de “monarquia” e “absolutismo”, reforçando a opção democrática em um momento político de autoritarismo crescente. Enquanto se adotou uma abordagem que enfatiza esses antagonismos, a obra teve papel relevante, realçada pela “radicalização do sentimento de inconformismo em relação à nossa condição de colonizados” (D’ALESSIO, 1994, p. 134).

No polo oposto, situava-se a *historiografia conservadora*, cuja fundação era atribuída a Varnhagen e ao IHGB. José Honório Rodrigues (1988 p. 193) a conceituava como “a *história dos senhores do poder*, dos governadores, das elites”, escrita por “pequenos reacionários destituídos de filosofia, de teoria, mas não de objetivo ideológico.” Como se vê, o problema com essa historiografia é o foco nas elites, sua matriz *aristocrática*. A repulsa a tal tradição era profunda, a ponto de Carlos Fico e Ronald Polito escreverem um artigo de vanguarda em que censuravam o predomínio marxista na produção universitária, elogiavam a recepção da obra de Hayden White no Brasil e, no fim, lembravam-se de reprochar o Instituto Histórico, destacando a questão da ideologia: “O vetusto IHGB [...] ocupou o espaço de construção (grandemente ideologizada) da *História nacional*, com fortes laivos de patriotismo, oficialismo e mesmo simples bajulação” (FICO; POLITO, 1994, p. 148).

Essas operações manifestam o intuito de regular o campo historiográfico, seja cobrando transigência interdisciplinar ou sustentando a perspectiva dualista que institui o viés do “povo” e da ruptura como os únicos legítimos. Acima de tudo, predominava a ideia de que a historiografia conservadora era ideológica, bajuladora e estava ligada à esfera oficial. Em um balanço bibliográfico de fôlego, Márcia D’Alessio e Maria Janotti (1996, p. 147) concluíram que, “embora pouco definida e estudada”, essa tradição continuava a ser a principal interlocutora do discurso universitário, “onde aparece sempre, de maneira implícita ou explícita”. O esforço em compreendê-la em seu próprio contexto foi impulsionado por Manoel Salgado Guimarães, que inseriu o IHGB na fronteira cultural, intelectual e política entre o Antigo Regime e a modernidade. Tal viés posicionou o Instituto no âmbito de uma “sociedade de corte”, considerando-se este “lugar de fala” como decisivo para a configuração dos discursos históricos produzidos em seu interior (GUIMARÃES, 1988, p. 05).

A abordagem historicista rompia com a tendência prévia de interrogar os textos a partir de propósitos externos (GUIMARÃES, 2005, p. 43), resolvia provisoriamente a questão da ideologia e sugeria os limites da mescla involuntária entre a crítica historiográfica e a teoria política. Esses avanços contribuíram para lançarmos um novo olhar sobre a historiografia monárquica, mas o mesmo não se deu em relação à tradição republicana, a despeito de sua profunda influência no imaginário social e intelectual brasileiro. Com efeito, foi necessário esperar por certo distanciamento crítico em relação às ideologias e bipolaridades dominantes, para se assistir ao surgimento de uma literatura interessada na reflexão não dogmática sobre o republicanismo e a historiografia republicana (CATROGA, 2011, p. 125).

## Aporte teórico, métodos, conceitos

Este artigo combina três abordagens para definir o conceito de *historiografia republicana* e refletir sobre questões como ação disciplinadora e tendência dualista. A primeira consiste em avaliar a presença das teorias clássicas das formas de governo como elemento meta-histórico (BOBBIO, 2001). Assim, ao analisar as publicações de Joaquim Felício dos Santos no jornal *O Jequitinhonha*, busco identificar intertextualidades que remetam ao republicanismo clássico, em especial, às obras de Cícero e Tácito. O *regime republicano* era compreendido como sistema misto, que combinava princípios de cada forma de governo – monarquia, aristocracia e democracia –, mas esses autores enfatizaram os riscos da tirania monárquica e da corrupção aristocrática. Ambos reforçam a antítese entre, de um lado, o governo republicano, assente no respeito à lei e à liberdade; e, de outro, o reino monárquico, despótico e arbitrário (MOMIGLIANO, 2004; CATROGA, 2011). A recepção desse arcabouço, sobretudo o dualismo entre república e monarquia, foi um elemento central na modernidade. Transformações semânticas relevantes surgem à época da Revolução Francesa e, aos poucos, o conceito de *república* foi convertido em sinônimo de *regime democrático*.

A segunda abordagem assume que o *republicanismo* é uma ética, munida de valores e conceitos próprios (CATROGA, 2011). Entre eles, destaco o conceito de *virtude*, associado à cidadania, ao debate transparente, travado à luz do dia e no espaço público, inibindo, assim, uma postura indiferente ou apática em que os cidadãos estão à margem das discussões políticas (CATROGA, 2011, p. 42-45; REZENDE, 2010, p. 20-21).

Por último, entende-se que a ética republicana se configura como *linguagem política* (POCOCK, 2013). Pressupõe-se que os indivíduos habitam um mundo que os precede; que suas vivências são mediadas por linguagens construídas antes deles, fornecendo-lhes categorias por meio das quais articulam suas experiências, dando-lhes sentido. O conceito de *linguagem* aqui exposto não diz respeito à língua vernacular, mas a idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, termos básicos e ocasiões típicas em que são empregados jogos de linguagem distinguíveis (POCOCK, 2013, p. 29-32). Ela “deve possuir e prescrever um passado constituído pelas configurações sociais, acontecimentos históricos, valores reconhecidos e modos de pensar” (POCOCK, 2013, p. 37). Sendo assim, a *historiografia republicana* pode ser definida como aquela cujos discursos são compostos por linguagens republicanas, independente da época em que foi escrita e/ ou publicada.

## Joaquim Felício dos Santos e O Jequitinhonha

Joaquim Felício se formou na Faculdade de Direito de São Paulo. Sua filiação ao Partido Liberal está ligada a Teófilo Ottoni e ao contexto da Liga Progressista (1862-1868), quando os Liberais Exaltados voltam à cena política e pressionam por mudanças mais agudas.

O periódico *O Jequitinhonha*, criado por Joaquim Felício em 1861, era o principal representante da Liga na província de Minas. Na seção *História*, o autor publica os primeiros fascículos das *Memórias do Distrito Diamantino*. Eleito deputado em 1864, em seu primeiro dia de mandato propôs uma profunda reforma legislativa, rejeitada pelo Partido Conservador, como era de se esperar, mas também pela maior parte dos deputados Progressistas (O LIBERAL, 1864, p. 1). Desiludido com a moderação da Liga, Joaquim Felício abandona o cargo e encerra as atividades d'*O Jequitinhonha*. O jornal voltaria a circular em 1868 e, no ano seguinte, o autor começa a publicar as sátiras *Páginas da História do Brasil no ano 2000*. Em 1870, assinaria o Manifesto Republicano e passaria a atuar no Partido até 1890, quando foi eleito senador. No contexto da Geração de 1870, Ângela Alonso (2002, p. 360) insere Joaquim Felício no grupo que denominou *liberais republicanos*, cujas principais lideranças eram Saldanha Marinho, Lúcio de Mendonça, Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça, Américo Brasiliense, Aristides Lobo, Felisberto Freire e Lopes Trovão.

O jornal *O Jequitinhonha* é uma fonte valiosa para apreender os elementos da *linguagem republicana*, avaliar seus recursos e limitações, as formas como favorece o desenvolvimento de certos argumentos e inibe outros. O periódico circulou de forma esparsa entre 1861 e 1874. Compunha-se de cinco seções, entre as quais ressaltamos a *Editorial* e a seção *Variedades*. O *Editorial* ocupa lugar de destaque em um periódico e representa a posição da instituição diante de temas da atualidade, explicando-os segundo sua perspectiva ideológica. Os editoriais d'*O Jequitinhonha* traziam três vozes: a voz do Partido Liberal, em cujos princípios se baseava até 1870, quando se tornou oficialmente um veículo Republicano; a voz do jornal que, como militante do Partido Liberal, faz veicular suas ideias; e, por último, a voz do editorialista, Joaquim Felício dos Santos, que se assume como sujeito coletivo (FERNANDES, 2001, p. 26). Esse espaço era usado para o diálogo franco com os demais jornais, seus opositores, cujos argumentos são citados e rebatidos. Já a seção *Variedades*, onde as *Páginas da história do Brasil no ano 2000* foram publicadas, dedicava-se à arte e ao entretenimento.

A ressonância do *Jequitinhonha* se concentrava na região sudeste, em especial por meio do periódico *Diário do Rio de Janeiro* (53 citações), cujo redator era Saldanha

Marinho, importante nome do Partido Liberal, da Liga Progressista e do Movimento Republicano. A maioria das referências ao *Jequitinhonha* era feita na primeira e segunda páginas do *Diário*, espaços considerados nobres em um jornal. Eram geralmente transcrições de artigos de notícias com viés crítico, e não apenas noticioso, bem como de *Editoriais*, legitimando e divulgando as perspectivas de Joaquim Felício na Corte. A relação entre esses periódicos se caracterizava pelo uso de uma linguagem comum, mas também pela construção de um passado em relação ao qual tais identidades emergiram (MARTINS, 2017, p. 98-100). Os jornais se caracterizam por priorizar a narrativa sobre o presente, porém “o passado é uma dimensão fundamental nos textos jornalísticos, seja como história, tradição ou memória” (MATHEUS, 2011, p. 15).

## Historiografia republicana. O látigo de Tácito

Ao longo do Segundo Reinado, o IHGB se consolidou como *locus* centralizador da produção historiográfica. A definição do que seria uma história científica se baseou na criação de protocolos de validação que visavam disciplinar esta prática no Instituto, entre os quais destaco: a *matriz política monárquica*, ainda que internamente diversificada; a *ênfase no estudo do passado distante*, evitando temas que causassem polêmica no presente, e a *rejeição da imprensa como canal de debate histórico*. Os jornais eram considerados lugares onde se escreve “com muita paixão”, por isso, “todos os fatos são desconfigurados” (CEZAR, 2004. p. 59).

O IHGB assimilou uma cultura intelectual centrada na esfera privada, em que se prioriza o debate restrito entre os sócios, a especialização lenta, as reuniões a portas fechadas (GUIMARÃES, 1995; SCHWARCZ, 1993). No contexto linguístico republicano, ainda no fim dos anos 1860, essas diretrizes já eram percebidas como opostas aos princípios da transparência, do debate público e da liberdade de expressão. Além da sugestão de que os historiadores do Instituto distorciam a verdade; outra crítica recorrente era a de que viviam “encastelados” em uma torre de marfim, abdicando de pensar soluções para os problemas reais dos brasileiros.

A historiografia republicana, forjada para se contrapor ao regime e aos intelectuais monárquicos, já nasce com alguns atributos. Ela deve antagonizar e deslegitimar a tradição estabelecida, que conta com o aparato do Estado. Esse contexto a imbuí de um caráter reativo que contém o embrião do *dualismo*. Além disso, tem o desafio de ser *transdisciplinar*. Não bastava o debate institucional no espaço privado dos institutos históricos, das escolas e faculdades, onde somente sócios, professores e alunos tinham voz. Era preciso atuar em lugares de fala extraoficiais, como os jornais, ocupar a esfera



pública, entendida como espaço aberto de debate, oficialmente desvinculado do Estado (BENHABIB, 1992), em que se pode falar sem reservas sobre temas de interesse comum para auditórios mais amplos. Isso significava, também, utilizar outros gêneros de escrita para refletir sobre a história. Nesse sentido, pode-se falar em processos de *tradução* de um gênero *científico* para o *jornalístico e/ou satírico*.

Um ano antes de assinar o Manifesto Republicano, Joaquim Felício dos Santos afirmou que, para lutar contra a tirania de Pedro II, a quem se dirigia como “o nosso César”, seria preciso usar “o látigo de Tácito, o riso sardônico de Juvenal e a máscara formidável de Rabelais” (O JEQUITINHONHA, 1869c, p.3). Esse trecho revela duas estratégias de ataque ao regime monárquico: de um lado, ele propõe uma historiografia tacitista, focada na denúncia da corrupção imperial; de outro, a extravagância caricatural, a sátira, o humor. A menção a D. Pedro II como “nosso César” expõe outro artifício central: o uso de termos típicos do ano I d. C. para descrever o presente, sugerindo que o Brasil vivia no passado, mais ainda, em um “passado” bem específico. Tal sensação de anacronismo ou *tempo desordenado* se expressa pelo extenso uso de palavras como *cetno*, *púrpura*, *realeza*, *bajuladores*, *escravos de César* ou *salões dos Neros*, visando associar a monarquia, os Conservadores e os historiadores do IHGB a tudo o que era antigo, arcaico e “atrasado”.

Ao percorrer as páginas d’*O Jequitinhonha*, constata-se que autores vinculados ao republicanismo clássico e moderno eram referências importantes para Joaquim Felício. As obras de Marco Tulio Cícero, Cornelius Tácito, Tito Lívio, Juvenal, Voltaire e Montesquieu são fundamentais para recuperar as formas como o autor interpretava o momento político em que vivia. *O Jequitinhonha* está repleto de temas recorrentes na tradição romana, como a *bajulação*, o *servilismo* e o *parasitismo*, usados para adjetivar os membros do Partido Conservador e os historiadores do IHGB.

## Os ciclos da política: reconhecer os sintomas da degeneração

A tradição Clássica se caracteriza por uma noção cíclica do tempo, cujo transcurso levaria à decadência das formas de governo, compreendidas como *degeneração*. A degeneração da *monarquia*, da *aristocracia* e da *democracia*, gera, respectivamente, a *tirania*, a *oligarquia* e a *demagogia*. No arcabouço Clássico, a alternativa para deter a degeneração seria um quarto gênero de governo, a República, composta por um misto do princípio monárquico (cônsules), aristocrático (senado) e democrático (tribunos da plebe). Cada tipo de degeneração possuía uma lógica identificável no cotidiano



das relações políticas, mas era consensual que o processo sempre se iniciava com a concentração de poder. Nesse contexto, o “antagonista” da República era a *degeneração*; e não a Monarquia, sendo assim, a principal ação para conservar o bem-estar político era zelar pelo equilíbrio dos poderes:

[Este] movimento natural e em círculos, deveis aprender a reconhecer desde o princípio. De fato, o essencial da prudência civil sobre a qual versa todo o nosso discurso [consiste] em observar os caminhos e desvios das repúblicas; quando soubéreis para onde a coisa se inclinarão, podereis detê-la ou socorrê-la com antecedência (CÍCERO, 1988, p. 45 *apud* BERNARDO, 2012, p. 42-43).

Após a Independência do Brasil, a sombra da centralização monárquica esteve sempre presente entre as preocupações dos Liberais. Os escritos de Joaquim Felício são permeados pelo receio de que o equilíbrio de poderes estava sendo gradualmente usurpado pelo Partido Conservador que, desde o *Regresso*, centralizava poderes no Executivo, “reduzindo a Constituição a uns poucos farrapos” (O JEQUITINHONHA, 1861a, p.1). Com efeito, os gabinetes ministeriais, indicados pelo Imperador, eram o motor do governo. Esse quadro era visto como indicativo de que o “velho absolutismo” estava obtendo sucesso, ao “ressuscitar e cobrir o seu hediondo e abominável selo com as brilhantes vestes da soberania nacional” (O JEQUITINHONHA, 1861c, p. 1).

A tradição republicana romana trazia uma reflexão refinada sobre essa sensação de distanciamento entre as aparências e a realidade. O principado de Augusto, no ano I d. C., era a grande referência para pensar sobre regimes “de fachada”. Esse período sucedeu o regime republicano em Roma e foi descrito por Tácito, Suetônio e Juvenal como o apogeu do imperialismo. Tito Lívio e Tácito relatavam que César lograra êxito em destruir a República e que um novo regime havia surgido, o Principado, mas Augusto não o implantara de imediato. Iniciou uma política moderada e não se intitulou rei, mas centralizou inúmeros poderes. Tito Lívio ressaltava que o regime, na prática, tornara-se uma monarquia em estado puro, mesmo que Augusto se valesse das instituições republicanas para tal (CIRIBELLI, 1976, p. 517-525).

A leitura de Joaquim Felício sobre o presente é marcada por essa sensação de afastamento entre as palavras e as coisas: “Entre nós, o poder Judiciário é um braço do Executivo, que expressa suas vontades pelo Legislativo, submisso às suas ordens: é o Absolutismo debaixo das fórmulas constitucionais” (O JEQUITINHONHA, 1861e, p. 1).

Num primeiro momento, ele situava o cenário político do Império no contexto da *degeneração da aristocracia Conservadora*, referindo-se a esse setor por meio do termo *oligarquia*:

Encastelada no senado, no Conselho de Estado e nos principais empregos, faz sentir por toda a sociedade sua maléfica influência; procura absorver todos os poderes, dominar quase todos os ministérios que, amparados por ela e crendo que o poder dessa *oligarquia* emana da Coroa, julgam-se fortes para afrontarem a opinião pública, esbanjando a seu bel prazer as rendas do Estado, *ferindo as leis* com seus regulamentos e decretos e intervindo diretamente nas eleições (O JEQUITINHONHA, 1861d, p. 1).

Segundo o arcabouço Clássico, o processo de degeneração da *aristocracia* em *oligarquia* segue alguns passos típicos que Joaquim Felício procurava identificar. Primeiro, a aristocracia impunha um critério censitário eleitoral tão alto, que os pobres, apesar de serem a maioria, não poderiam participar do governo. Depois, à proporção que a nobreza se tornava mais forte, selecionava em seu seio quem deveria governar; como não eram poderosos o suficiente para destruir as leis, faziam com que elas se ajustassem a essas circunstâncias. A terceira fase se dava quando os nobres passavam a deter todas as funções de governo e, por último, no quarto estágio, “criam uma lei que impõe a hereditariedade das mesmas” (ARISTÓTELES, 1985, 1293b). Nesse ponto, independente do nome que se dê ao regime, vigora na realidade um governo oligárquico, corrompido pelos interesses privados de um grupo.

A convicção de que os Conservadores estavam em plena ação para concretizar um projeto oligárquico está explícita em diversas passagens d’*O Jequitinhonha*. O problema não era apenas a corrupção da política, mas seu objetivo: assaltar o Estado, embolsar o dinheiro público, ao invés de investi-lo na construção de um país rico e igualitário. Tratava-se, portanto, de uma questão moral que, aos poucos, passa a ser explorada por meio da contraposição entre o *luxo moderno* ao *luxo nobiliárquico*. Nesse contexto linguístico, o luxo moderno é associado à abundância, ao progresso da indústria, ao trabalho produtivo a serviço da felicidade dos homens no mundo temporal. Sendo assim, ele é considerado legítimo e atual. O luxo nobiliárquico, em oposição, vincula-se ao parasitismo, ao ócio improdutivo, à ostentação e ao desperdício. Portanto, o fausto não propicia melhora de vida para o coletivo, apenas alimenta a vaidade de um pequeno grupo (MARTINS, 2017, p. 41-43).

Citando Voltaire, *O Jequitinhonha* lembrava que a aristocracia na França não pagava impostos, sobrecarregando o povo. Estabelecia-se, assim, uma relação de causalidade entre os “Conservadores-parasitas”, a miséria da maioria e o atraso econômico do Brasil:

É isso justiça? O povo trabalha e contribui com tributos e serviços pessoais a fim de que os grandes do estado possam fruir ricas prebendas e estejam defendidos contra as rebeliões da canalha, que por ventura se lembre de perturbar o seu ócio e de fazê-los descer das posições em que se entrincheiraram. É uma verdade que, na ordem hierárquica, as retribuições por dezenas de contos, centenas e milhões seguem as *honras e títulos honoríficos*. [...] a agricultura, a indústria e o comércio floresceram, o povo viveria na *abundância e feliz* se essas centenas de milhões que se *tiram* desse povo para *sustentar o luxo da corte* e de suas famílias [se] revertissem em utilidade pública (O JEQUITINHONHA, 1861b, p. 1, grifos meus.)

Essa perspectiva atacava a oligarquia, resguardando a figura do rei. Contudo, meses depois, Joaquim Felício percebe que tal programa não poderia se impor sem a anuência do Imperador. Em sua perspectiva, “o partido retrógrado soube ganhar-lhe as graças” por meio da *bajulação* e do *servilismo*. “Não satisfeita em ter restaurado o beija-mão e todas as etiquetas ridículas hoje geralmente em desuso nas cortes ilustradas, ousam no próprio parlamento fazer alarde de seu *servilismo*. Causa tédio tanta indignidade, uma *bajulação* tão aviltante” (O JEQUITINHONHA, 1861d, p. 1-2, grifos meus).

O recurso ao tropo do *bajulador*, para rotular a elite Conservadora, é elementar para associá-la à corrupção e ao parasitismo. Segundo Sánchez-Marín, a figura do adulator era um *tipo* comum às comédias greco-romanas. O ato de bajular se definia como prática degradante, mas lucrativa para o bajulador. Horácio aconselhava o poeta a não oferecer seu poema aos falsos críticos, sendo preferível o analista sincero, cuja franqueza o levaria a emendar seus versos. Esta temática adentra o âmbito moral ao ser explorada por Cícero, que situa o *bajulador* no polo oposto ao do *amigo*. Ele ressalta que o adulator busca sempre o lucro, disposto a despojar o rico patrono em troca de falsos elogios (SÁNCHEZ MARÍN, 2003, p. 46-48).

No início dos anos 1860, Joaquim Felício procura se situar na esfera do amigo, aquele que diz a Pedro II a verdade e o aconselha a não se deixar seduzir pelos falsos encômios dos Conservadores. Sob seu ponto de vista, eles estavam “inculcando no ânimo do imperador” que eram os “únicos e verdadeiros monarquistas”, pintando os Liberais como “anarquistas, rebeldes, demagogos, amigos da guilhotina e do terror”.

O objetivo disso era, a seu ver, “viciar a constituição, substituí-la pelo governo pessoal” (O JEQUITINHONHA, 1863, p.1).

Aos poucos, Joaquim Felício passava a desconfiar das intenções do próprio rei. Cícero enfatizara que os falsos elogios só alcançavam êxito quando o ente adulado não desejava ouvir a verdade e, por vaidade, cedia aos falsos encômios. Sob essa lógica, Pedro II poderia ser visto como um homem frívolo, inclinado a vícios, ou pior, um tirano que, como Augusto, cooptava engenhosamente a aristocracia para atingir o poder absoluto. O tema da *oligarquia* começava a ceder ao tema da *tirania*, uma reconfiguração importante, pois um tópico central da degeneração tirânica era a cooptação dos intelectuais. Com efeito, ao longo da década de 1860, o IHGB passa a ser descrito n’*O Jequitinhonha* como “o Instituto dos laureados” e seus historiadores, como “poetas mercenários”, “artistas oficiais”, “renegados epicuristas”, “eunucos do paço” e “andorinhas de Tobias”.

## Tirania: a corrupção da esfera intelectual

Um traço central da leitura moderna da obra de Tácito foi a ênfase nos riscos a que se expunha a sociedade, quando a concentração do poder político possibilitava o controle da produção intelectual, seja por meio do medo ou da adulação (MOMIGLIANO, 2004). Essa preocupação é recorrente nos artigos de Joaquim Felício, sobretudo a partir de 1869, durante a guerra contra o Paraguai. Cético quanto a qualquer benefício oriundo da campanha militar no Prata, ele se mostrava abalado com a perda de vidas e receoso com as concessões de créditos suplementares direcionados aos ministérios da Marinha e da Guerra. No entanto, o que mais lhe chamava atenção era a cobertura da imprensa Conservadora, cujas narrativas, a seu ver, afastavam-se completamente da realidade, limitando-se a tecer elogios sobre as façanhas do rei e de seus generais na guerra.

Essa tendência era vista como sintoma de que o compromisso com a verdade havia sucumbido à adulação. A obra de Tácito, marcada pela ideia de que a substituição da República pelo Principado levava à decadência intelectual de Roma, mostrava-se mais uma vez adequada para refletir sobre o presente. Tácito relatava que o príncipe se tornara a única figura com importância política e sua casa, a *domus Caesaris*, passara a ser o espaço privado em que as decisões eram tomadas. Assim, para se obter algum tipo de promoção, seria preciso *adular* a um só, no lugar de convencer a muitos, como era a prática durante a República. Tal cenário gerara a decadência da eloquência, entendida como a capacidade de debater sobre questões políticas e filosóficas de forma fecunda (VARELLA, 2008, p. 84).

A perspectiva de que a esfera intelectual brasileira estava a se converter em mero conjunto de adutores do rei e de que esse processo corrompia a *verdade* se torna cada vez mais presente no jornal *O Jequitinhonha*, onde o IHGB surge ao lado dos tropos típicos da literatura romana:

O servilismo, o *quetum servitium* de Tácito, é e foi em todos os tempos o supremo almejo do despotismo [...]. Para nos fazer apodrecer na escravidão [...] também o *nosso César* um dia sonhou com a glória militar para coroar sua obra. Soldado bisonho, enfiou as botas napoleônicas; sopesou a espada de Carlos Magno e, cercado de Roldões caricatos, revestiu-se do título de D. Pedro O Uruguaiano, como um dos seus avôs fora Afonso o Africano. Malvada empresa! [...] Debalde os *poetas mercenários* e o *Instituto dos laureados* [...], em vão os sábios *artistas oficiais* dedicam sua obra ao muito alto e poderoso príncipe [...]. Em vão o *Instituto* extasia-se lendo a quadrinha imperial *Fiel povo Ituano* e a compara com o mimoso canto derradeiro de *Marco Aurélio* ou com as estrofes de Augusto (O JEQUITINHONHA, 1869d, p. 01, grifos meus).

Nesse trecho, Pedro II é representado como a síntese do anacronismo. Ele reúne, em um só indivíduo, os déspotas de todos os tempos; e o despotismo implicaria uma estrutura intelectual dominada pela dependência. Essa leitura estabelece uma relação direta entre a tirania e a decadência das virtudes. Como sublinha Flávia Varella, “Tibério, Caio, Cláudio e Nero não foram apenas governantes impróprios, mas, com seus exemplos, alastraram o vício e a servidão por toda a sociedade” (VARELLA, 2008, p. 75). Por outro lado, aprofunda-se o tema da bajulação, estendendo-o à historiografia. O mesmo movimento laudatório que desfigurava a narrativa sobre o presente poderia ser usado para deformar a narrativa sobre o passado: “Não faltaram coroas, prêmios e arcos triunfais a Nero nem a Calígula, nem as musas do Lácio envergonhavam-se de cantar esses monstros. Dessas baixezas e adulações torpes nasce sempre a opressão” (O JEQUITINHONHA, 1868, p. 1).

Como enfrentar esse contexto? Como romper os ciclos da degeneração política e impedir a consolidação da oligarquia e da tirania? Visando reagir a esse estado de coisas, a campanha Republicana da Geração de 1870 investiria nos jornais, nas escolas, na praça pública, enfim, no debate travado de modo transparente e à luz do dia (ALONSO, 2002). Ao mesmo tempo, seus intelectuais rearranjavam o “*ethos* do historiador oitocentista”, buscando autonomia em relação ao poder instituído, a denúncia das “falsificações históricas” e a seleção de temáticas consideradas úteis para solucionar os problemas do presente (TURIN, 2009). Para tanto, Joaquim Felício estabelecia duas

frentes de ação: escrever uma história verdadeira, crítica e significativa, cujo exemplo é sua obra *Memórias do Distrito Diamantino* (MARTINS, 2017, p. 95-135); e, de outro lado, deslegitimar a historiografia Conservadora e/ou monarquista, que ele associava diretamente ao IHGB. Esse é um dos objetivos da sátira *Páginas da História do Brasil no ano 2000*.

## O riso sardônico de Juvenal

Cícero realçava que não costumamos guardar na memória as coisas pequenas, comezinhas e corriqueiras que vemos na vida; mas, “se vemos ou ouvimos algo particularmente torpe, desonesto, extraordinário, grandioso, inacreditável ou ridículo, costumamos lembrar por mais tempo” (CÍCERO, 2005, p. 5 *apud* VARELLA, 2008, p. 78). O uso do riso como arma política pode ser entendido nessa perspectiva. Embora a publicação de sátiras não fosse estranha à tradição portuguesa, iluminista ou mineira, a principal referência de Joaquim Felício é o satirista Décimo Júnio Juvenal, citado várias vezes n’*O Jequitinhonha* ao lado de Horácio, Rabelais e Miguel de Cervantes.

Esses escritos são marcados pela grande transformação cultural pela qual passou Roma no século I d. C., atreladas à expansão do poder econômico e ao acúmulo de riquezas legados pelo imperialismo. Seus temas giram em torno de três motivos – o dinheiro, o sexo e o estrangeiro –, e entre seus *tipos* favoritos, estão os intelectuais medíocres (OLIVEIRA, 2013, p. 33). Em certos poemas, o narrador adota uma atitude cínica capaz de revirar às avessas compromissos de respeito hierárquico, para tocar em seus principais tópicos: os perigos da vida política, o valor do desapego, o elogio da resiliência individual e a rejeição ao intelectualismo (UDEN, 2011, p. 163).

A sátira *Páginas da História do Brasil no ano 2000* expressa essas tendências. Publicada n’*O Jequitinhonha* em 1869, seu principal personagem é Dr. Tshereppanof, um médium russo capaz de transitar no tempo. Ele se torna amigo de Pedro II e, a convite do imperador, frequenta reuniões do IHGB. Tais episódios, alerta Joaquim Felício, são descritos “em linguagem do tempo” (O JEQUITINHONHA, 1869a, p. 03).

O que seria esta “linguagem do tempo”? Tratava-se de uma caricatura do “idioma monárquico”, isto é, de seus temas, tons e estilos próprios, do modo como frisava o poder das hierarquias em detrimento da igualdade. Nas *Páginas...*, as falas de Pedro II estão sempre no imperativo: “ordeno”, “instituo”, “decreto”, “determino”. Já os historiadores do IHGB, expressam-se com exagerada subserviência: “Sou criado de V.M.”, “Dê-me ocasião de obedecer-lhe”, “Sirva-se de mim”, “beijo a mão de V.M.”. Quando se referem



ao rei, usam repetidas hipóboles, como “sapieníssimo” e “gloriosíssimo”. No fundo, essa *linguagem* expressa uma oposição política: de um lado, a relação entre pompa e falsidade, típica das tiranias; de outro, a ligação entre simplicidade e verdade, possível apenas em um regime republicano, no qual a liberdade e a persuasão são valorizadas.

A ridicularização da pompa e da ritualística monárquica no Segundo Reinado são temas recorrentes entre republicanos que se ressentiam dos caminhos aristocráticos seguidos pela Monarquia Constitucional Brasileira desde o *Regresso* (FONSECA, 2006). Nas *Páginas...*, essa afetação é representada por diálogos recheados de floreamentos retóricos que, naquele momento, tendiam a ser associados à falsidade e à adulação. Entendia-se que o discurso “laudatório” era usado para dissimular o que realmente se pensa: “Vou dizendo o que sinto sem atender às flores da retórica, a ideias pomposas que nada significam”, dizia o jornal *Liberal Mineiro*. Considerava-se que a “fraseologia vazia” tendia para o “pedantesco, e o que é pior, para o ridículo” (LIBERAL MINEIRO, 1884, p. 1; 1885, p. 3).

O suposto pedantismo intelectual de Pedro II e dos historiadores do IHGB desencadeia outros temas como o carreirismo, o cientificismo vazio e o desvirtuamento do método histórico. Joaquim Felício sugeria que jornalistas e historiadores Conservadores visavam apenas adular o Imperador para obter benefícios políticos e econômicos. A seu ver, esse imediatismo impedia a produção de conhecimento relevante e duradouro. Em um editorial em que criticava o jornal *Diário do Rio* durante a guerra do Paraguai, ele enfatizava que esse tipo de texto só servia ao presente e não resistiria à passagem do tempo: “Não faltaram coroas, prêmios e arcos triunfais a Nero nem a Calígula. Esses documentos servem à história? Não, o *Diário* sabe” (O JEQUITINHONHA, 1868).

Para Joaquim Felício, o IHGB pusera de lado a busca pela “verdade” e por temáticas relevantes, contentando-se em entreter um rei entediado. Essa percepção é exposta em diferentes episódios das sátiras. Num deles, a Corte prepara uma ópera em honra ao imperador. O *ballet* se inicia com “alguns sócios do Instituto Histórico vestidos de palhaços com pandeiros e guizo”, dirigidos pela Baronesa de Caiapó (O JEQUITINHONHA, 1869g). Sobressai nesses escritos a sensação de que a vida política e intelectual do Império não passava de uma farsa, paródia barata das monarquias da Europa, imitação burlesca, deslocada no espaço e no tempo. Em outro episódio, se ressalta que, ao invés de buscar soluções para os desafios do país, Pedro II “mata o tempo falando todas as línguas vivas e mortas” e “discutindo com os sábios do Instituto os mais apetitosos meios de rechear um papo de peru” (O JEQUITINHONHA, 1869f).



Esse trecho exprime o tema do ócio improdutivo, ligado ao tropo da aristocracia nobiliárquica, e traz outro mote típico do gênero satírico: a inversão de prioridades. Num episódio das *Páginas...*, narrava-se um encontro fictício no IHGB, cuja principal preocupação era confirmar se o imperador honraria a reunião com sua presença. Somente após a resolução dessa questão prioritária, os historiadores passam a tratar do que, ironicamente, era considerado marginal: o tema histórico a ser debatido na sessão.

Está entendido, senhor - respondeu este. O Instituto Histórico tem de tratar na sessão do dia 15 de um importante assunto - achar a etimologia da palavra Brasil. A discussão há de ser muito animada e calorosa, e até receio desordens. Os espíritos acham-se agitadíssimos [...]. Pediram a palavra 84 oradores, 41 a favor e 43 contra. O João Manoel romperá a discussão por parte de uma das turmas e o Varnhagen será o primeiro orador da outra (O JEQUITINHONHA, 1869e).

O contraste entre a polêmica e a monotonia do tema sublinha a pobreza intelectual do Instituto. Com efeito, nas *Páginas da história do Brasil no ano 2000*, os historiadores do IHGB sempre veneram as ideias de Pedro II, mesmo as mais descabidas. Uma delas era a obsessão do imperador em encontrar o crânio de Estácio de Sá, primeiro capitão mor do Rio de Janeiro. A cena se inicia quando o personagem Visconde lê uma edição fictícia do *Punch*, um jornal satírico inglês. Segundo o artigo, tão logo Pedro II manifesta a ideia de encontrar o crânio, a intelectualidade da Corte, incluindo-se "a associação dos mais distintos historiógrafos e paleontólogos do Brasil", passa a competir para acompanhá-lo às catacumbas no cemitério de São Bento.

O olhar estrangeiro do *Punch* propicia um afastamento cultural que desnaturaliza a jornada, em especial a bajulação e o servilismo, ampliando sua dimensão pitoresca. Quando um é escolhido para auxiliar o rei, por exemplo, os outros "o olham com inveja"; cada qual quer ostentar seus conhecimentos ao monarca e um poeta corre tanto para lhe apresentar um manuscrito que, no caminho, destronca o pé (O JEQUITINHONHA, 1869e). Horas depois, como o crânio ainda não havia sido encontrado, Pedro II toma uma decisão: tapa os olhos e escolhe uma lápide a esmo. Quando o corpo é finalmente exumado, o rei toma o crânio entre as mãos e faz uma análise que, embora nitidamente falsa, era exposta através de termos técnicos e científicos:

– é dele! – disse o imperador. Vê-de doutor, está quase imperceptível a apófise sobre o segundo dente canino. Diz a fenologia que essa é uma característica de homens guerreiros. Observai o ângulo reto facial: é a medida do ângulo que deviam ter os capitães mores. Notai essa pequena depressão no osso frontal: é o sinal dos homens predestinados a morrer de uma flechada (O JEQUITINHONHA, 1869e).

Esta cena indica a desconfiança de Joaquim Felício em relação aos limites do cientificismo dogmático e realça a oposição mencionada entre pompa/ falsidade e, de outro lado, simplicidade/ verdade. Ao fim do episódio, o narrador destaca que “todos se extasiavam boquiabertos, admirados de tanta ciência”, exceto frei Venâncio e frei Caetano, únicos personagens que não faziam parte da comitiva imperial. Estavam ali a contragosto, pois eram os zeladores do cemitério. “E esta! Quer o imperador que aquilo seja o crânio de Estácio de Sá!” – Reclama frei Caetano. Aos sussurros, Frei Venâncio replica: “É um ignorante”.

Tais passagens expõem a crítica ao pedantismo infecundo do IHGB e mostram que o povo, na simplicidade de quem ainda não foi contaminado pela adulação, era capaz de enxergar a verdade. Na obra de Joaquim Felício, essa *verdade* está profundamente ligada ao futuro republicano. No desfecho da cena, frei Venâncio conta que aquele crânio, na realidade, pertencia a frei Tibúrcio, condenado a morrer emparedado por ter se envolvido na Conjuração Mineira. “De forma que nosso irmão emparedado vai ter no *Pantheon* as honras de Estácio de Sá”, diz ele. “Quem diria que os ossos de um conjurado republicano haviam de ter tais honras!” (O JEQUITINHONHA, 1869e).

O desenlace sugere que, de uma maneira ou de outra, o destino faria justiça e homenagearia aqueles que lutaram por um país democrático. Esta alusão é reforçada com o desenrolar das *Páginas...* Apesar de contar com a aprovação dos intelectuais do IHGB, Pedro II continuava preocupado com o juízo da posteridade. Por isso, incumbe o Dr. Tshereppanof de uma tarefa delicada: transportar-se para o ano 2000 e descobrir como seu reinado será visto no porvir. Através dele, o rei fica sabendo que o Brasil no ano 2000 é um país republicano, que a aristocracia, os títulos de nobreza e os privilégios haviam sido abolidos. “O que distingue o cidadão do futuro são as qualidades pessoais, a virtude, a ilustração, o patriotismo, a dedicação, a filantropia, os serviços prestados ao país ou à humanidade”, diz o médium. “Liberdade, igualdade e fraternidade são as bases da constituição moderna” (*apud* EULÁLIO, 1957, p. 130). Chocado, Pedro II não acredita e ordena que o Dr. Tshereppanof o leve ao futuro. Assim, o rei passeia incógnito pelo igualitário Brasil do ano 2000 sob pseudônimo de Dr. Muller. Os fluminenses, impressionados com sua erudição, elegem-no juiz de paz.

Segundo Ana Ribeiro (2012), a existência de um personagem que é também narrador e viajante é um elemento central das utopias. Sua função na trama é colocar em comunicação a realidade histórica e a realidade utópica. A autora insere as *Páginas...* também na tradição dos relatos de viagens; entretanto, elas descrevem uma sociedade localizada em um tempo por vir. Esse gênero de histórias, também conhecidas como *romances de antecipação*, teve ampla fortuna e dele derivaram inúmeras variantes, em geral distópicas, como a ficção científica. À primeira vista, o tema principal parece ser o futuro, no entanto, uma leitura detida revela que o verdadeiro tema é o presente do autor, o qual contém, em germe, o futuro retratado. A descrição do futuro não se trata apenas da projeção do presente. É, antes, uma forma de desfamiliarizar e reestruturar a experiência que se tem do presente, de pôr à prova ideias e noções estabelecidas, de modo que valores aparentemente imutáveis se revelam passageiros a longo prazo (RIBEIRO, 2012, p. 215-223).

Na sátira Antiga, o ataque ao presente era feito em nome de um tempo já passado e visava à reiteração do costume que estava sendo deturpado pelos vícios no presente. Já na sátira moderna, o ataque tem em vista um horizonte futuro, isto é, ela é realizada “em nome daquilo que há de vir, do ainda não” (BOSI, 1977, p. 160). Sob essa perspectiva, as *Páginas da história do Brasil no ano 2000* podem ser entendidas como um mecanismo ideado para incitar o leitor a transformar o presente na direção de instituir um futuro republicano.

## A verdadeira história

Deslegitimar os Conservadores, o IHGB e a historiografia monárquica era uma abordagem. A outra frente da ação seria a escrita de uma história verdadeira, crítica e significativa. Para Joaquim Felício, essa *nova historiografia* deveria se basear no *látigo de Tácito*, isto é: seu objetivo seria expor a corrupção política do Império e descortinar a decadência dos costumes para superá-los. Nesse sentido, percebem-se certos esforços para disciplinar a historiografia republicana, entre eles, o de hierarquizar temáticas, considerando-se legítimos apenas os estudos imediatamente úteis para promover a ruptura com os “vícios” do Antigo Regime. Pode-se dizer que essa era uma das razões por que a tradição republicana não estimularia o interesse pela cultura monárquica ibérica, entendendo-a sobretudo como um contraponto ou exemplo negativo. N’*O Jequitinhonha*, nota-se mesmo um tom de censura em relação àqueles que dedicassem seus esforços a conhecer as peculiaridades das “sociedades de corte”:

Confessamos nossa completa ignorância sobre brasões, heráldica e coisas de fidalguia; ignoramos as leis ou o código que regulam a nobreza de nossa terra, as relações dos nobres entre si e com os plebeus, nós outros; quais sejam suas preeminências, graduações, privilégios e prerrogativas. Parece que deve ser uma legislação bem complicada, principalmente no que diz respeito às relações dos nobres com o monarca: coisas de entrada no paço, de cortesias, de casacas bordadas, de calções, de fivelas, de calças desta ou daquela cor. [...] O código, lei, decreto, ritual, aviso, alvará, portaria, regulamento ou o que quer que seja que tratou disso deve ser interessante, mas infelizmente *não nos sobra tempo para estudá-lo*. Ignoramos ainda quais sejam as habilitações que se exigem do plebeu para tornar-se fidalgo; se é necessário folha corrida, certidão de idade, pureza de nascimento, *moribus*, exame de suficiência ou o que mais (O JEQUITINHONHA, 1872, p. 1, grifos meus).

A descrição caricatural da simbologia nobiliárquica sugere que esta temática já não era pertinente, nem seria no futuro. Sendo o arcabouço cultural do Antigo Regime uma questão de menor valor, só despertava interesse por extravagância ou curiosidade, porém a discrepância entre sua complexidade e relevância não compensava o esforço. No limite, o interesse por esse tema poderia vincular o historiador em questão ao ócio improdutivo, à negligência em relação às urgências do presente, fazendo suspeitar de sua ética e intenção. Tal escolha temática sinaliza que o historiador republicano deve estar comprometido com outro *lugar de fala*, outro projeto nacional associado ao universalismo moderno. Nesse caso, o *sentido* da história está ligado ao processo de perfectibilidade humana, cujo sinal é o desenvolvimento de uma legislação democrática compatível com a liberdade e igualdade entre os *homens*.

Por um lado, a recusa à chave de leitura monárquica abria oportunidade de pôr em relevo temas antes marginalizados, o que era, sem dúvida, um ponto positivo. Como as *Memórias do Distrito Diamantino* expressam bem, o estudo sobre as práticas de dominação política, intelectual e econômica ganharam o primeiro plano (MARTINS, 2017, p. 95-135). Por outro, no contexto de antagonismo crescente, era de se recear que esses temas viessem a se tornar os únicos legítimos, inibindo, indiretamente, o desenvolvimento de uma abordagem historicista. Assim, de modo implícito, a tradição republicana tenderia a apontar a relevância dos princípios democráticos e a salientar os horrores do regime monárquico, condensado sob os conceitos de tirania e absolutismo.

## Conclusão

Este artigo aborda o caráter transdisciplinar da historiografia republicana brasileira durante sua gênese no século XIX. Apesar de seu caráter a princípio indisciplinado, permissivo e subversivo, esta tradição também atuou para disciplinar e policiar a prática historiográfica. Ao avaliar fragmentos da obra marginal de Joaquim Felício dos Santos, isto é, seus artigos jornalísticos publicados no periódico *O Jequitinhonha* e as sátiras *Páginas da História do Brasil no ano 2000*, constata-se que o autor hierarquizava temáticas e ridicularizava a tradição monárquica, à qual se opunha. Paralelamente, ele operava para estabelecer um *ethos* do “verdadeiro historiador”, cuja conduta se conectava à ética e a princípios republicanos.

Ao longo do artigo, argumentei que houve uma articulação entre a teoria política e o campo historiográfico no Brasil oitocentista. Os arcabouços de Bobbio, Catroga e Pocock foram combinados, para examinar as formas como Joaquim Felício se apropriou de teorias republicanas a fim de construir um quadro coeso e estrutural do contexto político em que vivia. Entendendo que o Regime Monárquico Constitucional estava degenerando em oligarquia, o autor atuou para combater a tradição política e intelectual Conservadora. Em seguida, interpretando que o regime se degenerava em tirania, o autor passaria a atacar a tradição monárquica como um todo.

As estratégias discursivas presentes no jornal *O Jequitinhonha* orientam-se pela ética republicana, que prescrevia a participação política e intelectual na esfera pública. Sob essa ótica, ressaltava-se como as diretrizes do Instituto Histórico destoavam dos princípios da transparência (a participação restrita aos sócios, a ênfase no passado distante e a rejeição da imprensa como canal para o debate histórico). Situando-se no polo oposto, a tradição republicana propunha democratizar o conhecimento por todos os meios disponíveis: “A instrução precisa ser introduzida no país. Se não for pelo governo, seja ao menos pelos cidadãos” – dizia um Editorial d’*O Jequitinhonha* (1869b). A tática era atuar de modo transdisciplinar e ocupar lugares de fala não oficiais, como os jornais.

A ausência do suporte institucional, que antes parecia fraqueza, acabou por se revelar vantajosa. O caráter indisciplinado dos jornais permite tornar a reflexão histórica acessível a diferentes públicos, mesclando-se ao entretenimento. É possível que a mistura entre a política, a história e o riso incitasse o engajamento. De início, diante dos ataques satíricos de Joaquim Felício à “oligarquia”, os periódicos Conservadores

de Minas adotaram uma postura arrogante de quem sequer se rebaixa a dialogar com a imprensa republicana: “Por hora não há um só jornal na província que mereça as honras de nossas discussões. *O Jequitinhonha* é um inseto que quase não enxergamos” – dizia o *Noticiador de Minas* (1869, p. 1). Somente quando a jovem geração de 1870 é seduzida pelas novas perspectivas, o enferrujado Instituto Histórico pôde perceber a força da teia que a cultura republicana tirara da semiclandestinidade.

Para além da comunicação inovadora, a tradição republicana se empenhou em forjar um discurso próprio. A partir das proposições de John Pocock, busquei tratar esses discursos como *linguagem política republicana*. Este idioma se compõe de temas típicos como a *oligarquia, tirania, servilismo, adulação, dissimulação e pedantismo*, engendrando modos próprios de interpretar a ação do rei, dos Conservadores e dos ambientes que frequentavam. O uso dessa linguagem não se circunscreve apenas aos discursos políticos: ela surge em outros gêneros de escrita, como a sátira e a historiografia.

Este idioma possui duas dimensões medulares que, de certo modo, continuam sendo veiculadas até os dias atuais: o dualismo e o anacronismo, estabelecendo uma causalidade entre a riqueza aristocrática e a miséria da população, inserindo todo Conservadorismo na esfera da imoralidade. O arquétipo típico é a oposição entre o luxo nobiliárquico (magnificência, ócio e desperdício aristocrático) e o luxo moderno, relacionado à democratização da riqueza e de uma ciência que reflita sobre o presente.

O principal trunfo da tradição republicana é a conexão entre ética democrática e ética moderna. A modernidade possui uma identidade e uma história que a definem como tempo de transição de um mundo antigo, marcado por práticas violentas de dominação, para um período novo, racional, superior. Nessa narrativa, a humanidade, no singular, “deixa a infância” e se emancipa como sujeito capaz de pensar por si mesmo e, portanto, de distinguir o que é melhor para si. Tal atitude inclui se livrar da tutela monárquico-aristocrática e escolher seu destino. Um dos principais exercícios retóricos usados por Joaquim Felício para deslegitimar a Monarquia e os Conservadores era justamente acentuar seu anacronismo em relação à marcha moderna. Com isso, ele os deslocava para o passado, realçando a primitividade de suas práticas políticas tutelares, de seus hábitos ritualísticos e antiquados, em uma palavra, cafonas, e também os alijava do presente moderno e universal, bem como das tendências democráticas adotadas pelas principais nações ocidentais da época.

Uma vez que a filosofia da história moderna ainda está em uso no Brasil, esse argumento continua a ser muito veiculado atualmente. Sobretudo entre os setores de

“esquerda”, é comum apelar para o anacronismo das práticas da “direita” (em relação ao passado ou a outras nações “adiantadas”), visando demandar mudanças ou criticar o *status quo*. Diante da crise recente, contudo, o despertar da extrema direita reacendeu a defesa do regime monárquico e, parece-me, o argumento do anacronismo não será suficiente para que haja uma contraposição eficiente a esse discurso.

Se a historiografia republicana nasceu de uma postura indisciplinada, logo passou a hierarquizar e classificar, em suma, a propor seus próprios critérios de disciplinarização. Entre eles, a estigmatização da temática monárquica parece ser o mais pernicioso para o campo da historiografia. Essa operação de sinédoque reduziu o conceito de *monarquia* ao de *absolutismo*, apagando as dimensões culturais e filosóficas do regime e tornando um tabu estudá-las. Se os limites dessa opção estão claros do ponto de vista historiográfico (GUIMARÃES, 1988), o impacto sociopolítico ainda está por ser avaliado. Por um lado, o desconhecimento pintou o “Antigo Regime” com as cores do espantinho, dificultando a identificação de continuidades mais sutis e sofisticadas da cultura monárquica após a instituição da República. Por outro, em locais de fala extraoficiais, porta-vozes do neomonarquismo e de movimentos conservadores acusam a historiografia profissional de ser republicana, falsa e ideológica.

O uso desses argumentos indica que a linguagem republicana ainda está em uso, que outros a têm empregado para efetuar enunciações diversas e mesmo contrárias às originais. Isso, obviamente, significa que a modernidade não é um processo único, que o pensamento aristocrático-conservador soube se manter vivo, mesmo após a redemocratização. Essa continuidade não se deu somente por meio da violência, mas também da preservação e ressignificação do discurso. O que está em questão neste debate, parece-me, é, sobretudo, a discordância acerca do componente ético (aristocrático ou democrático) que perpassa a escrita da história. Se há, hoje, relativo consenso entre historiadores de que o elemento ideológico é parte do trabalho histórico, torna-se relevante refletir sobre o funcionamento dessa mediação. A intenção deste artigo é contribuir para a construção de um diálogo que vise não apenas relativizar a epistemologia histórica, mas também pensar sobre como tornar essa relativização operacional.



## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Ângela. Ideias em movimento. **A geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- BENHABIB, Seyla. Models of public space: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas. *In*: CALHOUN, Craig (org). **Habermas and the public sphere**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992. p. 73-98.
- BERNARDO, Isadora Préviedi. **O De Re Publica, de Cícero**: natureza, política e história. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB, 2001.
- BOSI, Alfredo. Poesia resistência. *In*: BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 139-192.
- BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. **História da historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 10, n. 23, p. 152-165, abr. 2017. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1236>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- CATROGA, Fernando. **Ensaio Republicano**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.
- CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História do Brasil oitocentista. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Escrita, linguagem, objetos**: leituras de história cultural. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 43-80.
- CHACON, Vamireh. Passado e futuro da historiografia brasileira. **Revista de História**, São Paulo, n. 106, p. 559-562, 1976.

CÍCERO, Marco Tulio. **De re publica**. Translation: Clinton Walker Keyes. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

CÍCERO. **Retórica a Herênio**. Tradução: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

CIRIBELLI, Marilda Correa. Historiografia romana: das origens à época de Augusto. **Revista de História**, São Paulo, n. 106, p. 557-504, 1976.

D'ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 123-149, 1996.

D'ALESSIO, Marcia Mansor. Os *annales* no Brasil. Algumas reflexões. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 2, p. 127-143, 1994.

EULÁLIO, Alexandre. As páginas do ano 2000. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, ano II, p. 102-160, 1957.

FERNANDES, Neusa de Araújo. **Intertextualidade e erudição no discurso argumentativo de editoriais de O Jequitinhonha, de Diamantina, no século XIX (1868-1869)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 Anos. Tentativa de avaliação crítica. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 13, p. 147-162, 1994.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. O conceito de República nos primeiros anos do Império: a semântica histórica como um campo de investigação das ideias políticas. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, 2006.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 180-193, 1994.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 388, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Historiografia e Escrita da História. **Ágora**, Vitória, v. 11, n. 1, p. 31-47, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

*LIBERAL MINEIRO*, ed. 116, 1884.

*LIBERAL MINEIRO*, ed. 24, 1885.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? *In*: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

MALERBA, Jurandir. **Lições de história**. O caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARTINS, Amanda. **Entre polos**: a política como elemento meta-histórico no Brasil Oitocentista. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MATHEUS, Leticia Cantarela. **Comunicação, tempo, história**: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. Rio de Janeiro: Mauad X/ Faperj, 2011.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Tácito e a tradição taciteana. *In*: MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Tradução: Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004. p. 187-155.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Editora 34, 2008.

*NOTICIADOR DE MINAS*, ed. 84, 1869.

*O JEQUITINHONHA*, ed. 5, 1861a.

*O JEQUITINHONHA*, ed. 7, 1861b.

*O JEQUITINHONHA*, ed. 9, 1861c.

*O JEQUITINHONHA*, ed. 19, 1861d.

*O JEQUITINHONHA*, ed. 36, 1861e.

*O JEQUITINHONHA*, ed. 101, 1863.

*O JEQUITINHONHA*, ed. 14, 1868.

*O JEQUITINHONHA*, ed. 5, 1869a.

*O JEQUITINHONHA*, ed. 7, 1869b.

*O JEQUITINHONHA*, ed. 22, 1869c.

*O JEQUITINHONHA*, ed. 29, 1869d.

*O JEQUITINHONHA*, ed. 32, 1869e.

*O JEQUITINHONHA*, ed. 35, 1869f.

*O JEQUITINHONHA*, ed. 51, 1869g.

*O JEQUITINHONHA*, ed. 145, 1872.

*O LIBERAL*, Recife, ed. 17, 1864.

OLIVEIRA, Roberto Arruda. Alguns aspectos da Sátira VI de Juvenal. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 21, p. 31-42, 2013.

PATSCHIKI, Lucas. **Os litores da nossa burguesia**: o Mídia Sem Máscara em atuação partidária (2002-2011). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.

POCOCK, John Greville. **Linguagens do ideário político**. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2013.

POCOCK, John Greville. **Politics, Language and Time**: Essays on Political Thought and History. London : Methuen, 1989 [1972].

REZENDE, Antônio Martinez de. **Rompendo o silêncio**: a construção do discurso oratório em Quintiliano. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

RIBEIRO, Ana Cláudia Romano. Arqueologia da ficção científica brasileira: as viagens imaginárias de Joaquim Felício dos Santos. **Remate de Males**, Campinas, v. 32, n. 2, p. 211-228, 2012.

RODRIGUES, José Honório. **História da história do Brasil**: a historiografia conservadora. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

RODRIGUES, José Honório. **História da história do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SÁNCHEZ MARÍN, José Antonio. O adulator em Roma. **Ágora**. Estudos Clássicos em Debate, Aveiro, n. 5, p. 43-55, 2003.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Districto Diamantino na comarca do Serro Frio** (província de Minas Geraes). Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1868.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **História da historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, n. 2, p. 12-28, mar. 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/4>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UDEN, James. **The invisibility of Juvenal**. 2011. Thesis (PhD in Arts and Sciences) - School of Arts and Sciences, Columbia University, New York, 2011.

VARELLA, Flávia Florentino. *Sine ira et Studio*: retórica, tempo e verdade na historiografia de Tácito. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, n. 1, p. 71-87, ago. 2008. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/26>. Acesso em: 20 ago. 2021.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Amanda Martins é PhD em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação do professor Temístocles Cezar. Fez estágio na Universiteit Gent (UGhent), sob supervisão do professor Berber Bevernage. Atua na área de teoria da história, teoria de-colonial, filosofia ambiental, ficção histórica, escrita criativa e literatura multicultural. É idealizadora do podcast *Águas Futuras*, dedicado à ficção histórica.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Gebroeders van Eyck Straat, 13, Ghent, 9000, Bélgica.

### FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

### AGRADECIMENTO

Eu gostaria de agradecer ao Dr. Temístocles Cezar (UFRGS) e ao Dr. Berber Bevernage (UGhent) pelo suporte e troca generosa de ideias, sem os quais este artigo e a pesquisa por trás dele não teriam sido possíveis. Também sou grata à Dra. Helena Mollo (Univesidade Federal de Ouro Preto - UFOP), à Dra. Gisele Iecker (UGhent) e à Dra. Walkiria Oliveira (Universidade de Uberlândia - UFU) pelas proveitosas discussões intelectuais. Agradeço ainda aos pareceristas e editores anônimos da revista *História da Historiografia*, cujo saber e experiência contribuíram muito para melhorar o trabalho.

### CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

### APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

### MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## PUBLICAÇÃO PRÉVIA

O artigo deriva da tese “Entre polos: a política como elemento meta-histórico no Brasil Oitocentista”, orientada pelo Dr. Temístocles Cezar, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, defendida no ano de 2017 – link <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/215311>

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado  
João Rodolfo Munhoz Ohara – Editor Executivo  
Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada  
María Inés Mudrovcic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Amanda Martins.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

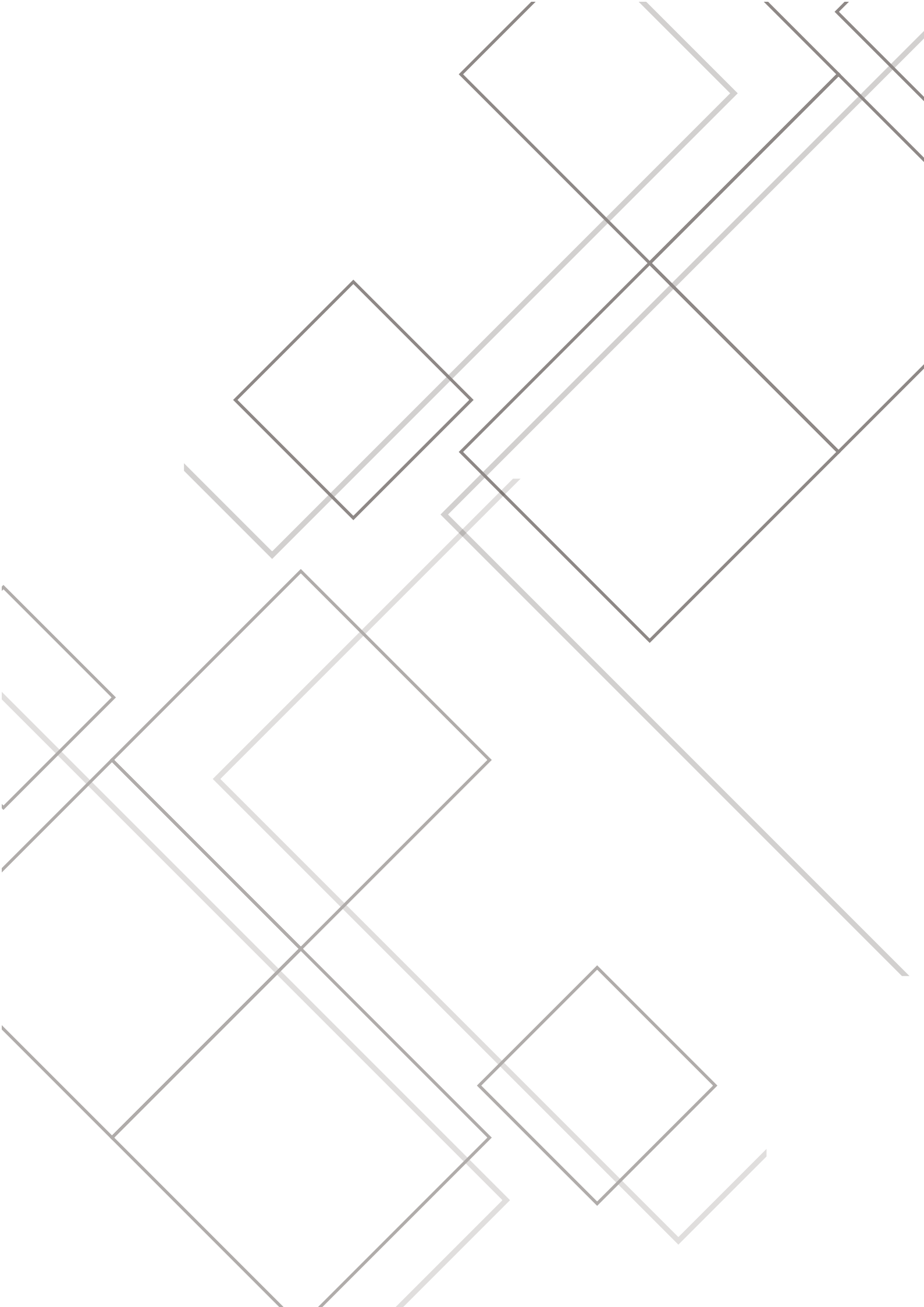
## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 31 de agosto de 2020.

Alterado em: 23 de julho de 2021.

Aprovado em: 23 de julho de 2021.





## “Do ponto de vista dos nossos Annales”: a Revista dos Annales e a produção da história econômica e social (1929-1944)

“From the Annales’ point of view”: the Revue des Annales and the making of social and economic history

**Mariana Ladeira Osés**<sup>a</sup>

E-mail: [mariana.l.oses@gmail.com](mailto:mariana.l.oses@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-0322-1226> 

<sup>a</sup> Universidade de São Paulo,  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,  
Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil

## RESUMO

Neste artigo, propõe-se investigar a inserção da revista dos *Annales*, em suas décadas iniciais, na área nascente da história econômica e social, sublinhando-se as especificidades da intervenção do periódico nesse domínio disciplinar em vias de consolidação. Argumenta-se que, apesar de as ideias que veiculam não serem, em 1929, inéditas, Marc Bloch e Lucien Febvre logram, nas páginas da revista, produzir um modo de enunciação distinto de sua especialidade disciplinar, que se demonstraria mais eficaz do que os projetos concorrentes propostos por nomes destacados como Henri Sée e Henri Hauser. Para isso, procede-se tanto à exposição dessas propostas concorrentes quanto à análise verticalizada dos usos feitos, na seção crítica dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, do rótulo "histórica econômica e social". Busca-se, assim, investigar as especificidades desses usos, articulando-as às condições objetivas de sua formulação e avaliando seus efeitos na disputa dessa especialidade por protagonismo no seio da disciplina histórica.

## PALAVRAS-CHAVE

Annales. Historiografia francesa. História Intelectual.

## ABSTRACT

This paper aims to investigate the role played by the *Revue des Annales* in the budding field of studies which would come to be known as Social and Economic History. The ideas proposed by Marc Bloch and Lucien Febvre in 1929 lacked novelty; yet, we argue that both historians were able to formulate a distinct way of enunciating their area of expertise, which would prove to be particularly efficient when compared to other strategies of enunciation, such as those proposed by Henri Sée and Henri Hauser. To prove such hypothesis, we examine these alternative propositions, comparing them to the ways in which the *Annales* employ the label "social and economic history". With that, we aim to understand the enunciating strategies used by the *annalistes* while considering the objective conditions of their formulation, besides evaluating the role of these discursive strategies in the struggle of Social and Economic History for achieving disciplinary prominence.

## KEYWORDS

Annales. French Historiography. Intellectual History.

Entre os muitos feitos notáveis protagonizados pela revista dos *Annales*<sup>1</sup> ao longo do século XX, o gerenciamento da longevidade simbólica da publicação é, possivelmente, o mais impressionante. Dentro de pouco menos de uma década, cem anos nos separarão do primeiro número dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, (AHES), publicado em 15 de janeiro de 1929 – um século ao longo do qual a paisagem da historiografia alterou-se drasticamente, conservando, no entanto, os *Annales* como o acidente geográfico em função do qual diversas historiografias nacionais tendem a se organizar, sobretudo aquelas que tiveram suas dinâmicas internas profundamente afetadas pela presença francesa.<sup>2</sup> Seja para celebrá-lo ou criticá-lo, posicionar-se em relação ao “legado” *annaliste* tornou-se, nesses espaços, uma exigência tácita àqueles que almejem posições dominantes entre os historiadores, o que explica parcialmente o volume de tinta dedicado por determinados setores da historiografia ao projeto intelectual formulado por Marc Bloch e Lucien Febvre.

A despeito do amplo leque de análises produzidas a respeito dos *Annales*, a resposta a algumas das questões fundamentais que cercam esse objeto ainda eludem a historiografia. Encontrar, por exemplo, uma teoria da História proposta por Bloch e Febvre ou sistematizar os princípios metodológicos por eles defendidos tornou-se uma busca de feições arturianas entre os historiadores profissionais. Revelar o núcleo intelectual do projeto *annaliste* em sua gênese significaria, afinal, quebrar o código de seu êxito, pondo a nu a essência do legado de Bloch e Febvre. Como consequência disso, não é surpreendente que a questão do projeto intelectual dos *Annales* tenha sido formulada tantas vezes, e de formas tão distintas, pela historiografia – digna de nota é a heterogeneidade e, não raro, a disparidade das respostas encontradas.

A narrativa mais tradicional a respeito da assinatura teórico-metodológica dos primeiros *Annales* é aquela que a caracteriza em oposição à “velha historiografia” oitocentista (não raro denominada “positivista”, “metódica”, “historizante”). Artífice de uma profunda renovação metodológica e epistemológica, a “revolução historiográfica” *annaliste* seria, segundo essa interpretação, caracterizada pelo advento de uma história interpretativa (oposta à velha “história narrativa”), atenta a todas as dimensões da experiência humana, não apenas aos fatos políticos, e interessada nas realidades contemporâneas, bem como na interação entre o presente e o passado. Trata-se, guardadas as especificidades de cada analista, da interpretação que avançam autores

<sup>1</sup> Todas as traduções de fontes primárias utilizadas ao longo deste artigo são de nossa autoria.

<sup>2</sup> Para historiografias nacionais às quais esse processo não se aplica, as relações com os *Annales*, ainda que existentes, são de outra natureza. A respeito do caso inglês, por exemplo, ver as análises desenvolvidas por Peter Burke e Eric Hobsbawm (1978).

como Burke (1997), Bourd  (1983) e Carbonell (1987), para os quais o ano de 1929 figura como ruptura instauradora de um modo essencialmente novo de produzir o discurso histórico.

Apesar de profundamente arraigada na historiografia, e de se fazer ver, envolta em diversas roupagens, em uma miríade de discursos relativos aos *Annales*, essa interpretação não   unânime. José Carlos Reis (2000), por exemplo, argumenta que a verdadeira renovação teórico-metodológica *annaliste* residiria em uma nova concepção de tempo histórico, enquanto André Burgui re (1979) defende que o único elemento realmente distintivo do empreendimento intelectual de Bloch e Febvre seria a virulência combativa de suas tomadas de posição intelectuais. Um dos defensores mais emblemáticos da existência de uma formulação teórica em Bloch e Febvre  , possivelmente, Massimo Mastrogregori (2011b). Na perspectiva desse analista, os primeiros *Annales* formulam uma proposta teórica própria e distintiva, não necessariamente monolítica, mas múltipla e multifacetada, que emerge da própria prática de pesquisa dos fundadores da revista. Entre os esteios dessa teoria histórica *blochiana* e *febvriana*, o autor destaca, por exemplo, o problema da relação da História com suas ciências auxiliares, a natureza da relação entre o presente e o passado, e, conseqüentemente, a pertinência dos temas do presente para o historiador. Além disso, confere espaço central ao conceito de *esprit critique*, espírito crítico, que o próprio Mastrogregori define como "inapreensível teoricamente, mas decisivo para a pesquisa concreta" (MASTROGREGORI, 2011a, p. 436).

Seria impossível argumentar que qualquer uma dessas interpretações a respeito da teoria da História dos primeiros *Annales* está, em essência, equivocada. A análise da produção intelectual de Bloch e Febvre, dentro e fora da revista, oferece, de fato, subsídios empíricos suficientemente sólidos para sustentar qualquer uma das definições do "programa intelectual *annaliste*" avançadas pela historiografia. Se tantas definições são possíveis para um mesmo programa intelectual, no entanto, argumentamos que isso se deve à maleabilidade estratégica com a qual os diretores da revista sempre enunciaram esse programa. O fato de que uma formulação teórico-metodológica dura, de ordem programática, nunca foi elaborada por Bloch e Febvre é amplamente conhecido pela historiografia especializada – ambos sempre insistiram, de fato, na ideia de que seu projeto não era norteado por qualquer teoria da História no sentido filosófico do termo, mas por uma disposição ao trabalho histórico de ordem prática. "  contra esses cismas lamentáveis que acreditamos nos levantar," diziam os diretores no editorial que abre o primeiro número do per dico. "Não a golpes de artigos de método ou de dissertações teóricas. Pelo exemplo e pelo fato." (BLOCH; FEBVRE, 1929, p. 2).

Mastrogregori argumenta que tomar declarações dessa natureza como inerentemente verdadeiras significa acreditar acriticamente na narrativa dos diretores dos *Annales*, cegando-se para outras possibilidades analíticas. Isso é verdade. Também é verdade, no entanto, que ignorar as declarações de intenção de Bloch e Febvre, optando-se por escavá-las em busca de verdades ocultas em sua sombra, implica ignorar os sentidos que esse posicionamento intelectual assume dentro das condições objetivas de produção do conhecimento histórico na França da Terceira República. Se os diretores dos AHES *optam* por enunciar seu projeto intelectual sem recorrer a formulações programáticas duras, o sentido estratégico<sup>3</sup> dessa opção só se deixa apreender no seio de uma determinada dinâmica de produção intelectual, e é esse sentido que este artigo se propõe a reconstruir.

Objetiva-se aqui, portanto, interpelar o projeto intelectual dos primeiros *Annales* conservando-se aquilo que ele tem de arredo a definições sistemáticas. Ao invés de tentar depurá-lo de suas indefinições, buscando nele padrões ocultos nas entrelinhas, este artigo propõe-se a compreender o caráter não sistematizado desse projeto (característica que, em última análise, torna necessários os esforços historiográficos de escavação na busca por um “programa”). Isso não significa negar a existência de princípios teóricos ou metodológicos nas formulações intelectuais de Bloch e Febvre, uma vez que eles certamente existem, mas lançar luz sobre um *modo de enunciação* particular de um programa intelectual, reconstituindo seus sentidos históricos e analisando seu papel nos destinos dos *Annales* dentro da disciplina histórica.

## A história econômica e social antes dos Annales: o debate Sée-Hauser

O argumento de que há um caráter estratégico no modo como Bloch e Febvre enunciam seu programa intelectual só pode assumir algum grau de solidez com o apoio de um lastro comparativo. Por isso, esta seção inicial será dedicada à análise de outros *modos de enunciação* e *estratégias de conquista de espaço* levados a cabo por agentes contemporâneos aos fundadores dos *Annales* e portadores de projetos intelectuais semelhantes – Henri Sée e Henri Hauser. Eleger esses dois historiadores como parâmetro comparativo não é uma decisão fortuita. Justificá-la, no entanto, passa pela compreensão do circuito intelectual compartilhado por todos esses agentes,

<sup>3</sup> O termo estratégia é usado, neste artigo, em sua acepção bourdieusiana, fazendo referência a um senso prático incorporado pelos agentes ao longo de processos de socialização e às tomadas de posição por ele orientadas.

dentro do qual eles atuam e no seio do qual buscam sua consagração: a especialidade da história econômica e social.

O movimento de institucionalização da disciplina histórica está longe de ser, em sua versão francesa, desconhecido aos historiadores de ofício<sup>4</sup>: a França passa, nas últimas décadas do século XIX, por um processo de profissionalização do *métier* de historiador, promovida nos quadros da Terceira República e intimamente associada à institucionalização da disciplina histórica nas universidades reformadas. Ao curso desse processo, emerge vitoriosa uma nova concepção do trabalho de pesquisa, vetorizada pela Universidade e ancorada na uniformização das práticas disciplinares por meio de uma metodologia própria (posteriormente rotulada como "positivista", "metódica" ou "historizante").

Entre a profissionalização da História e a crise vivida pela disciplina após a Primeira Guerra Mundial<sup>5</sup>, no entanto, outro processo crucial merece destaque: o da especialização disciplinar. No final do século XIX, assiste-se a um processo de divisão social do trabalho de pesquisa no seio da historiografia profissionalizada, movimento refletido, por exemplo, na proliferação de periódicos e postos universitários especializados.<sup>6</sup> Na concorrência pela distinção profissional, os historiadores passam a reivindicar a posição de especialistas em temas cada vez mais claramente delimitados, proliferando-se os estudiosos de períodos ou temas específicos (os medievalistas e *antiquisants*; os especialistas em histórias regionais da França ou na Revolução Francesa, por exemplo).

No rol de especialidades nascidas e exploradas no período, uma se tornaria, décadas mais tarde, excepcionalmente bem-sucedida: a história econômica e social. Trata-se, é verdade, de uma subárea disciplinar que lança raízes longínquas na história da historiografia francesa e fora dela: como lembra o próprio Peter Burke (1997), a atenção a objetos que extrapolam a esfera do político já se fazia ver, antes de 1929, em autores tão importantes quanto Jules Michelet, Jacob Burckhardt, Gustav Schmoller, William Cunningham, Paul Mantoux, John Richard Green, Karl Lamprecht e James Harvey Robinson (BURKE, 1997, p. 17-22). O autor argumenta, no entanto, que a profissionalização da História na França sob a égide do método crítico teria arrefecido essa tendência historiográfica, voltando os olhos dos historiadores universitários à esfera

<sup>4</sup> A respeito desse processo, ver Antoine Prost (1968), Christophe Charle (1990, 1994, 1998), Fritz Ringer (1992), Gérard Noiriel (1996), Olivier Dumoulin (1983).

<sup>5</sup> A respeito tanto do processo de profissionalização quanto de sua crise, ver Dumoulin (1983).

<sup>6</sup> A respeito da difusão de periódicos específicos e de sua relação com os processos de constituição disciplinar e especialização, ver Benthien (2011).



dos acontecimentos políticos. Nessa perspectiva, a historiografia que emerge a partir de 1929 constituiria um resgate desses temas marginalizados pelos ditos “metódicos”.

O que se observa na prática, no entanto, não é um arrefecimento, mas um crescente engajamento dos historiadores franceses com os temas econômicos e sociais já nos últimos anos do século XIX. Esse movimento é parcialmente impulsionado pela constituição da economia como esfera de valor organizativa da vida humana ao longo desse século, mas também ganha fôlego diante da ameaça à posição institucional dos historiadores imposta pela emergência das Ciências Sociais. Naquilo que Laurent Mucchielli (1995) denomina “desafio sociológico”, parte dos cientistas sociais defende a legitimidade de sua especialidade nascente opondo os potenciais ganhos da análise sociológica aos supostos limites da análise histórica.<sup>7</sup> Entre esses limites, o principal seria a falta de atenção dispensada pelos historiadores às questões da economia e das massas, temas que se tornam, ao longo do século XIX, centrais para as ciências do homem. Sendo esses os termos do ataque, a história econômica e social torna-se, paulatinamente, o nicho preferencial dos historiadores que, na esteira da supracitada tradição historiográfica francesa, buscam reiterar o direito de existência da História, demonstrando, em resposta às críticas dos cientistas sociais, a capacidade da disciplina em lidar com temas externos à esfera política. Na França, dois nomes se destacam, já na virada do século, entre esses historiadores: Henri Hauser e Henri Sée.

Nascido em 1866, Hauser, normaliano<sup>8</sup> de formação, iniciaria sua carreira universitária na província (inicialmente em Clermont-Ferrand, depois em Dijon), conquistando, posteriormente, um posto em Paris e ocupando a posição de professor da Sorbonne a partir de 1919.<sup>9</sup> Ali, o historiador seria titular, até sua morte, da única cadeira da capital dedicada nominalmente à história econômica. Henri Sée foi, por sua vez, interlocutor direto de Hauser e, como o colega, adepto declarado da história econômica e social.<sup>10</sup> Formado na Faculdade de Letras de Paris, o autor se tornaria professor de História Moderna e Contemporânea na Faculdade de Rennes em 1893, aos 29 anos. Ali, lecionaria até sua morte, em 1936, especializando-se nos aspectos econômicos e sociais da história regional da Bretanha.

<sup>7</sup> Um dos episódios mais emblemáticos dessa disputa é a querela pública que opõe, a partir de 1903, o economista durkheimiano François Simiand e o historiador Charles Seignobos.

<sup>8</sup> O termo faz referência aos egressos da *École Normale Supérieure*, indivíduos que, em função das dinâmicas históricas do sistema de ensino francês, monopolizam uma série de posições de poder, entre elas os postos mais prestigiosos do ensino secundário.

<sup>9</sup> Informações biográficas extraídas de Lima (2017).

<sup>10</sup> Informações biográficas extraídas de Rébillon (1936).

Sée e Hauser são, com efeito, representantes destacados de uma especialidade disciplinar que, ainda que não hegemônica, tomava corpo e forma com velocidade entre o final do século XIX e o início do XX. A institucionalização da área seria lenta e progressiva, e, como se sugerirá ao longo deste artigo, a vertente econômico-social encontrava-se, em 1929, longe do protagonismo disciplinar que assumiria nas décadas seguintes. Nesse contexto, a seleção dos dois agentes como parâmetro de comparação para as estratégias *annalistes* deve-se não apenas a seu protagonismo na área, mas também, e sobretudo, ao fato de ambos travarem, na décadas de 1920 e 1930, um debate público a respeito dos limites e destinos da história econômica e social. Apesar de não serem os únicos praticantes dessa especialidade na França dos anos 1930, Sée e Hauser constroem, por meio desse debate, um ponto de observação privilegiado para as questões propostas neste artigo, encapsulando, em seus argumentos, aspectos chave de um processo mais amplo de disputa disciplinar.

Além disso, comparar os dois historiadores a Bloch e Febvre é particularmente frutífero em função das relações estreitas mantidas entre os quatro. Henri Hauser, por exemplo, foi membro de primeira hora do comitê de redação dos *Annales*, colaborador ativo da revista, interlocutor constante de seus diretores e, como já mencionado, dono da única cadeira parisiense de história econômica, posto que o próprio Marc Bloch herdaria em 1936.<sup>11</sup> Henri Sée, por sua vez, também era próximo ao núcleo dos *Annales*, colaborador constante da revista e objeto de inúmeras resenhas dentro da publicação, escritas, em sua maioria absoluta, pelos próprios diretores (gesto de deferência reservado a figuras estratégicas para o projeto). Trata-se, portanto, não apenas de dois protagonistas da área de história econômica e social que, ao entrarem em conflito direto, explicitam linhas de tensão profundas dessa especialidade, mas também de interlocutores ativos de Bloch e Febvre, cujas reflexões encontram vias diretas de diálogo com os fundadores dos *Annales*.

Passemos, então, aos termos do debate que opõe esses dois historiadores, e que tem como um de seus principais temas a questão da institucionalização da história econômica e social. Em texto de 1929, intitulado *Remarques sur la méthode en Histoire Économique et Sociale* (SÉE, 1929, p. 90-98), Henri Sée denuncia a quase ausência de postos universitários nominalmente dedicados à área na França – apenas um na província e um em Paris. Um ponto central do argumento de Sée é a noção de que o número incipiente de cadeiras especializadas representaria um atraso e uma vergonha

<sup>11</sup> A estreiteza das relações estabelecidas entre Bloch, Febvre e Hauser condiciona, inclusive, o modo como os dois historiadores mais jovens criticam – ou deixam de criticar – o “mestre” nas páginas dos *Annales*. Sobre isso, ver Osés (2018, p. 125-131).

em relação a outros países nos quais essa especialidade encontrava-se em etapas mais avançadas de desenvolvimento, como era o caso da Alemanha. Sée insiste na ideia de que essa ausência seria uma deficiência grave do sistema francês, que comprometeria substancialmente o progresso da especialidade. Para ele, o amadurecimento desse domínio disciplinar passava, necessariamente, pela institucionalização, que permitiria uma unificação de sentido nos esforços coletivos realizados até então, por ele considerados excessivamente dispersos. Nesse ponto, o historiador marca de forma contundente sua divergência em relação a outro polo desse mesmo debate: aquele defendido por Henri Hauser.

Defendeu-se, além disso, por vezes – e em particular o sr. Henri Hauser – que essa ausência de especialização possuía mais vantagens do que inconvenientes: ela impede que os historiadores economistas se isolem muito estreitamente em seu domínio, e eles veem melhor a ligação que existe entre a história econômica e a história geral. Há algo de verdade nessa opinião. No entanto, um estágio de história geral não seria o suficiente para nossos especialistas? Quanto tempo perdido assimilando tantas questões de história diplomática cujo detalhe não tem nenhum interesse para nós! É proibido que os especialistas sejam inteligentes, que tenham noção do geral? Hoje, que é professor de história econômica na Sorbonne, o sr. Hauser faz um trabalho pior do que quando precisava discorrer sobre tudo e mais alguma coisa? (SÉE, 1929, p. 91).

A natureza da estratégia diferenciada defendida por Hauser fica explícita na resposta do autor à provocação de Sée, publicada em 1931 na própria *Revue Historique*, sob o título *Enseignement d'Histoire Économique en France* (HAUSER, 1931). O início do artigo é marcado por pontos de acordo entre seu autor e Sée, notadamente a respeito do atraso da França em relação a outros países em termos de institucionalização da história econômica. Para o autor, no entanto, o ponto mais determinante para explicar essa defasagem seria o que ele nomeia “psicologia intelectual da escola histórica francesa” (HAUSER, 1931, p. 321), expressão que denominaria uma aversão própria dos intelectuais franceses à especialização e à compartimentalização artificial da realidade. Diferentemente do “espírito alemão”, o “espírito francês” seria enciclopédico, arredo a abstrações que deturpam a realidade em prol da construção de áreas de especialização.

Em razão desse “espírito”, a França prescindiria, na análise de Hauser, de cadeiras especializadas, posto que todos os “bons historiadores franceses”, em seu “horror pelos compartimentos cuidadosamente etiquetados” (HAUSER, 1931, p. 325), fariam, em alguma medida, história econômica (mesmo que não fossem especialistas).

Nessa perspectiva, portanto, a não institucionalização seria essencialmente positiva, preservando a "veia generalista" dos historiadores franceses e afastando-os dos enclausuramentos mais bem ajustados, segundo a visão do autor, à outra margem do Reno.

Os pontos em comum entre as visões de Sée e Hauser sugerem, então, que a institucionalização da história econômica e social fosse, na França do início do século XX, um processo em desenvolvimento. Por outro lado, o debate entre esses dois historiadores também sugere que os praticantes da área tivessem visões muito distintas a respeito de como encarar esse problema, e que as estratégias a serem seguidas para a consolidação, afirmação e expansão dessa subárea disciplinar estivessem longe de constituir um consenso. De um lado, Sée defende a delimitação de uma especialização fechada, que dotasse a área de um sentido unívoco de progresso por meio da unificação teórico-metodológica. Para isso, a criação de cadeiras específicas seria um passo imperativo, e a legitimação dessa postura passa pela acusação do atraso francês em relação aos outros países, sobretudo a Alemanha. Hauser, por sua vez, reconhece o mesmo atraso, mas o ressignifica positivamente e o atribui, em chave nacionalista, ao "espírito" intelectual francês. Para ele, a institucionalização da história econômica como uma especialidade fechada seria indesejável justamente por ir de encontro a essa "disposição intelectual nacional". Além disso, seria um processo supérfluo, pois os franceses se encarregariam de avançar a especialidade sem precisar de qualquer etiquetagem definitiva.

Nem um dos autores deixa, no entanto, de reconhecer os limites de suas propostas, impostos pelas constrictões típicas de uma especialidade disciplinar nascente. Na seção final de seu artigo, Henri Hauser admite que a ausência de cadeiras especializadas implica uma série de deficiências na formação dos historiadores econômicos, notadamente a falta de uma iniciação em métodos específicos, como a estatística. Além disso, reconhecem-se outros problemas de ordem pragmática: sem cadeiras especializadas, os praticantes da área são privados da dedicação exclusiva a ela, diluindo seus esforços em problemas de outras ordens e, dessa forma, desacelerando o progresso da especialidade. Por fim, Hauser menciona explicitamente a ausência de um nicho de mercado que tornasse a história econômica atrativa e que pudesse absorver os jovens doutores a ela dedicados.

No caso de Sée, a tentativa de estabelecer contornos fixos e bem delimitados à especialidade disciplinar também esbarra nos problemas característicos da jovem subárea, sobretudo no caráter ainda rarefeito e tateante das contribuições. Como parte de seu esforço de sistematização, por exemplo, o autor publica, entre os anos de 1926 e 1936, boletins anuais na *Revue Historique*, nos quais anuncia e critica os novos

trabalhos relacionados à temática econômico-social produzidos entre os anos de 1920 e 1933. Ali, Sée busca colocar em prática a categorização que propusera, no artigo de 1929, para o estudo da história econômica e social. Os textos são, invariavelmente, organizados em seis categorias fixas<sup>12</sup>, mas, ao longo deles, é comum encontrarem-se admissões de que, naquele ano, nenhuma obra sobre aquela temática havia sido escrita sob a perspectiva econômica e social; que poucos trabalhos poderiam ser listados ou que as obras arroladas seriam de menor importância, de detalhe, não constituindo trabalhos decisivos para a especialidade. O primeiro boletim, datado de 1926, ilustra exemplarmente essa situação, estando permeado de afirmações como “há pouquíssimas bibliografias dedicadas à história econômica” (SÉE, 1926, p. 231), “nesses últimos anos, o regime agrário da Idade Média não foi objeto de muitos trabalhos” (SÉE, 1926, p. 237) ou “sobre a história das classes sociais, não temos muitos trabalhos a assinalar.” (SÉE, 1926, p. 256).

Tem-se, portanto, que a história econômica e social era, em 1929, uma área de especialização já existente e dotada de uma posição particular graças ao tipo de resposta que oferecia ao dito “desafio sociológico”. Tratava-se, no entanto, de um domínio ainda não plenamente institucionalizado, ou seja, ainda não dotado de respaldo institucional na forma de cadeiras especializadas, de um corpo de pesquisadores sistematicamente dedicado a ele, dos meios para a reprodução desse corpo de historiadores e de um influxo constante de trabalhos inscritos à especialidade. Além disso, tem-se que o domínio em formação apresentava, ainda, uma plasticidade de objetos e definições capaz de acomodar projetos e estratégias de afirmação plurais, que se colocam em plena concorrência pelo capitaneamento do movimento de institucionalização. É nesse espaço ainda rarefeito de disputas que os *Annales d’Histoire Économique et Sociale* inserem-se como novo ator em 1929.

## A história econômica e social nos *Annales*: um rótulo em construção

Ainda que, já na virada do século, o domínio da história econômica e social atraísse carreiras consolidadas como as de Hauser e Sée, as potencialidades da área em ascensão interessavam, também, a nomes mais jovens, sobretudo aqueles tocados, durante seu período formativo, pelo debate entre historiadores e cientistas sociais. É o caso, por exemplo, de Lucien Febvre e Marc Bloch. Nascidos, respectivamente, em 1878

<sup>12</sup> A saber, *Instrumentos de trabalho: bibliografias e publicação de documentos, História Econômica Geral, Regime Agrário, Comércio e Indústria, Crédito Privado, Crédito Público: Capitalismo* e, por fim, *Classes Sociais: Movimento Social*.

e 1886, os dois historiadores fariam parte da primeira geração formada sob o método histórico institucionalizado nas universidades francesas no último terço do século XIX. Longe da "marginalidade criativa" à qual parte da historiografia gostaria de confiná-los, ambos cumprem, de forma exemplar, o que Gérard Noiriel (1996) chama de "via régia" da consagração intelectual na França: a passagem por grandes liceus parisienses (Louis-Le-Grand, no caso de ambos), a formação na *École Normale Supérieure*, o êxito no concurso de agregação, a ocupação de cargos de magistério no ensino secundário seguida pela conquista de postos universitários. Até a década de 1920, a carreira dos dois fundadores dos *Annales* seguia, rigorosamente, o modelo condigno dos "herdeiros" da geração dita "metódica".

É já como professores do ensino superior que os dois historiadores estabelecem seu primeiro contato profissional, em 1919, na Universidade de Estrasburgo. O próprio prestígio da posição em que se encontram quando se conhecem é um indicativo seguro da conformação de Bloch e Febvre ao modelo de virtuosismo intelectual que incide sobre os historiadores da Terceira República: vitrine do triunfo francês sobre a ocupação alemã, Estrasburgo concentra, após o fim da Primeira Guerra, uma massa vultosa de recursos materiais e humanos, sendo povoada pelos intelectuais que já se sagravam, à época, como expoentes de suas respectivas áreas. Seguindo a inércia de suas carreiras exemplares, o próximo passo seria, para os dois historiadores, a conquista de postos em Paris, topo da hierarquia simbólica do sistema de ensino francês, destino condigno dos "herdeiros" mais promissores. A crise dos postos universitários que Olivier Dumoulin (1983) identifica a partir dos anos 1920, no entanto, retardaria esse movimento natural: dez anos após suas nomeações a Estrasburgo, tanto Bloch quanto Febvre ainda se encontrariam na província, com os olhos cada vez mais inquietamente voltados a Paris.

É em contexto de relativa estagnação profissional, portanto, que ambos concebem a revista dos *Annales*, publicada pela primeira vez em 15 de janeiro de 1929. Não se sugere, com isso, que o periódico tenha surgido como alternativa ao prestígio intelectual conferido por postos universitários parisienses. Pelo contrário, a objetivação de projetos intelectuais por meio da fundação de revistas especializadas é uma constante no sistema universitário francês; espécie de exigência tácita àqueles que galgassem algum tipo de protagonismo disciplinar (BENTHIEN, 2011). O fato digno de nota, aqui, é que, sentindo-se confinados na província, Bloch e Febvre fundem um espaço no qual podem articular em seus próprios termos a jovem e tateante área de especialidade na qual haviam, até ali, investido suas carreiras: a história econômica e social. Cabe, agora, documentar quais termos são esses, bem como retrazar os sentidos dessa estratégia de êxito nas dinâmicas de produção intelectual até aqui descritas.



Como já assinalado previamente, os fundadores dos *Annales* não assinam manifestos de qualquer ordem, e tampouco artigos de teor normativo como aqueles de Hauser e Sée, analisados no item anterior. Nesse sentido, a revista atua como um espaço de formulações metodológicas não sistematizadas, pulverizadas, dentro do qual a defesa dos diálogos interdisciplinares ou da dita “história-problema”, por exemplo, pode ser facilmente encontrada. Frente a isso, é tentador perseguir essas formulações dispersas, tentando coletá-las e reagrupá-las em um esforço quase arqueológico de reconstituição de um programa teórico-metodológico oculto. Essa estratégia carrega, no entanto, um risco iminente: o de, frente a um emaranhado eclético e complexo de propostas e ideias, pinçarem-se traços de época que o historiador contemporâneo aprendeu a reconhecer como distintivos dos *Annales*, confeccionando-se, a partir deles, um programa intelectual à imagem e semelhança daquele que se esperava encontrar. Orientado por essa disposição investigativa, o analista também tenderá a projetar sobre certos termos os sentidos para eles construídos na segunda metade do século XX, que não estavam, necessariamente, cristalizados nas décadas de 1920 a 1940. Aqui, interessa-nos, sobretudo, a expressão “história econômica e social”.

Trata-se, de fato, de uma imagem acústica familiar ao historiador contemporâneo, que deve imediatamente associá-la ao império disciplinar construído, a partir da década de 1950, pelos *annalistes* na França. Como já apontado, no entanto, os sentidos atribuídos a essa etiqueta no início desse século não estão sedimentados: se os *Annales* viriam a ser reconhecidos, posteriormente, como o espaço por excelência de gerenciamento e definição da área, essa disputa ainda estava, nos anos 1920, em curso, e seus rumos ainda estavam por ser definidos. Dito de outra forma, os *Annales* são uma revista de história econômica e social fundada em um momento no qual os sentidos atribuídos a esse rótulo disciplinar não eram autoevidentes, encontrando-se, ainda, em processo coletivo de construção. O primeiro esforço de análise aqui empreendido, portanto, será o de perseguir as ocorrências dessa expressão no periódico, bem como os expedientes textuais que acompanham seus usos, com vistas a documentar os sentidos particulares que Bloch e Febvre atribuíam a ela, ou, como se dirá aqui, seus *modos de enunciação* dessa especialidade disciplinar.

Observando-se a dita “primeira fase” da revista a partir dessa lente, o primeiro elemento que se destaca é a frequência notável com que Bloch e Febvre fazem uso da etiqueta disciplinar que nos interessa. Analisar um livro do “ponto de vista econômico e social” (BLOCH, 1929a, p. 255), anunciar como uma obra pode interessar “uma revista de história econômica e social” (FEBVRE, 1931b, p. 147), apontar a importância do bom estabelecimento de quadros de pesquisa “em história econômica e social”



(FEBVRE, 1943, p. 93): o emprego desse rótulo pode ser encontrado à exaustão, sendo suas formas de uso tão numerosas quanto as ocorrências. Seja no conteúdo dos textos ou no título de rubricas ou de resenhas, o rótulo que carrega o título da revista é, de longe, o elemento textual que mais se repete ao longo da documentação.

A constatação aparenta, à primeira vista, ser uma platitude: em uma publicação intitulada *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, é esperado que os termos se repitam com frequência, espontaneamente, por força da própria temática dos livros resenhados. A questão se torna menos óbvia, no entanto, quando se constata que mais da metade<sup>13</sup> dos usos dessa etiqueta disciplinar operam no sentido de apontar a *ausência* da temática central do periódico nos livros resenhados. Logo no segundo número da revista, por exemplo, Marc Bloch critica uma obra de Rudolf Kotschke nos seguintes termos:

Entre todos os autores cujos nomes foram dados acima, o sr. Kotschke é aquele que, deliberadamente, concedeu maior espaço aos fatos estrangeiros à economia propriamente dita. Mas é sobretudo a organização política que reteve a sua atenção. Mais importante ainda seria, sem dúvida, examinar e explicar os laços entre as instituições econômicas e a estrutura social, de um lado, e as representações religiosas, de outro (BLOCH, 1929a, p. 257).

A mesma lógica volta a ser vista em 1931, quando, avaliando livro de Marcel Robillard, Bloch afirma que "o pequeno e elegante volume não tem, em sua concepção, nada a agregar à história econômica e social" (BLOCH, 1931b, p. 468). Em resenha dura a respeito de uma obra da coleção *Clio*, Febvre afirma que o livro faz "essa aposta de nada dizer nem das transformações econômicas, nem da vida social durante todo o período visado" (FEBVRE, 1938, p. 349).

O que se retém, aqui, das numerosas ocorrências dessa natureza é que o uso do termo "história econômica e social" e de suas variantes não vem apenas como consequência natural da temática tratada pelas obras avaliadas. Pelo contrário, os exemplos apontam para um esforço sistemático de incluir essa vertente disciplinar onde ela está ausente; reivindicar para ela um lugar em obras que, a princípio, não a levam em consideração. Trata-se, portanto, menos de constatar e avaliar as realizações da história econômica e social do que de apontar as possibilidades abertas pela área, de reivindicar a ocupação de lugares ainda não conquistados e de defender a legitimidade dessa

<sup>13</sup> O trabalho quantitativo que sustenta e corrobora essa afirmação foi desenvolvido em nossa dissertação de mestrado; Osés (2018).

vertente disciplinar no bojo de vertentes mais consagradas. Apontar as potencialidades da exploração de fatores econômicos e sociais implica, ainda, arvorar-se no poder de legislar sobre o futuro da disciplina: não se avalia apenas o que essa abordagem contribui para o presente, mas o que ela poderia agregar à História caso fosse povoada pelos historiadores profissionais e incluída em suas preocupações futuras.<sup>14</sup>

Essa leitura é corroborada, por exemplo, pelos casos em que se aponta a análise da economia e da estrutura social como a solução para problemas observados nas obras resenhadas, ou como meio de melhorar substancialmente a qualidade desses livros. É o que se observa, por exemplo, quando, em 1929, Bloch critica obra de Jean Compeyrot ligada às finanças internacionais. O argumento do resenhista é o de que, apesar de deter diversas qualidades, o livro trata de forma separada fenômenos que, para Bloch, estabelecem entre si conexões profundas. Essa falha analítica poderia, afirma, ser facilmente resolvida caso o autor substituísse sua estratégia por uma “análise social mais potente” (BLOCH, 1929c, p.617). De modo semelhante, ao avaliar dois tomos da obra *Au seuil de notre Histoire*, de Camille Jullian, Bloch admite que os temas tratados não interessavam, em princípio, ao tema da revista de forma direta, mas que, como historiador, ele não poderia deixar de celebrar a riqueza e a qualidade do trabalho. Observa, no entanto, que a já excelente obra poderia se beneficiar imensamente da inclusão de novos horizontes, afirmando: “eu não poderia me furtar a sonhar com os rendimentos que a história econômica e aquela da estrutura social tirariam de estudos sérios sobre esse fenômeno humano de primeira importância que é a guerra” (BLOCH, 1932a, p. 316).

Em cada um desses casos, não se reivindica apenas um espaço para a história econômica e social, mas se aponta como sua negligência é danosa à disciplina e como sua inclusão nas análises poderia conduzir a História (e mesmo as disciplinas vizinhas) para vias mais sofisticadas e mais completas de análise. A mensagem reiteradamente transmitida pelos diretores em todas essas instâncias de uso é a de que a história econômica e social existe, e suas abordagens são legítimas, pois corrigem equívocos, complementam análises e melhoram a qualidade de trabalhos existentes. Além disso, a área é viável: estando diversas questões suscitadas por ela ainda inexploradas, as novas gerações são conclamadas a ocupá-la, atraídas pela promessa de temas intocados, documentos inexplorados, objetos preciosos até então esquecidos. Em outras palavras, a especialidade ofereceria vias de consagração em processo de abertura e, por isso

<sup>14</sup> Reitera-se, com isso, a existência daquilo que Rocha (2018) denomina “curadoria” intelectual dos *Annales*: um esforço, por parte de Bloch e Febvre, em direcionar os caminhos da historiografia por meio da seleção de potenciais problemas e vias de investigação.

mesmo, ainda não saturadas. À diferença da história política ou da história diplomática, a histórica econômica e social é retratada como uma área fértil em louros a serem colhidos; prenhe de possibilidades coletivas para o avanço da disciplina histórica e de possibilidades individuais de consagração aos jovens historiadores que escolhessem se enveredar por ela.

Essa mensagem relaciona-se, em diversos níveis, ao estado no qual a especialidade se encontra nas décadas de 1920 e 1930, descrito no item anterior. No período tocado por este artigo, como então sugerido, a história econômica e social é uma prática viva, de presença substancial, ainda que não dominante, no rol de práticas disciplinares. Ela não se prestava ainda, no entanto, a definições de ordem programática, sendo dotada de uma maleabilidade típica das áreas em vias de constituição: como já proposto, Henri Sée e Henri Hauser são protagonistas de um debate que tem por cerne justamente as vantagens e desvantagens da etiquetagem definitiva dessa especialidade, propondo para ela estratégias de êxito distintas, ambas dotadas de limitações reconhecidas. O que Bloch e Febvre parecem fazer é formular um tipo de enunciação da história econômica e social que dribla tanto os problemas enfrentados por Sée quanto por Hauser. Ao invés de fechar a especialidade em definições acabadas ou abrir mão por completo das pretensões de definição, o "duo de Estrasburgo"<sup>15</sup> reformula positivamente as fragilidades da área nascente ao caracterizá-la como um dispositivo que corrige equívocos da "história tradicional", alavanca a qualidade de obras já potentes e deita-se diante dos jovens pesquisadores como um universo de possibilidades abertas.

Esse tipo de formulação permite que os diretores manejem de outra forma as constrações impostas pelo contexto pré-institucional, nas quais esbarravam tanto a proposta de Sée quanto a de Hauser. Se Sée via-se constantemente obrigado a admitir, em seus boletins, que os trabalhos de que dispunha não eram suficientes para preencher algumas das categorias fixas nas quais se propunha a dividir a especialidade, a revista de Bloch e Febvre não era imune às mesmas dificuldades. De fato, os *Annales* viam-se, em seus anos iniciais, em um *déficit* constante de colaboradores e contribuições, situação que, em diversas ocasiões, ameaçava a própria existência da publicação, como buscamos demonstrar em outra ocasião (OSÉS, 2017). Nos AHES, no entanto, os diretores convertem, a todo o tempo, essas lacunas e ausências em novas formas de reiterar as já mencionadas qualidades da história econômica e social, notadamente seu *potencial de exploração*, fruto, entre outros fatores, de sua *adaptabilidade* aos demais domínios disciplinares. Esse tipo de procedimento pode ser exemplificado de

<sup>15</sup> Termo comumente utilizado pela historiografia para designar Bloch e Febvre como dupla intelectual, e que faz referência ao período de atuação dos dois historiadores na Universidade de Estrasburgo.

forma mais concreta por um expediente textual também exaustivamente identificável na documentação: a torção temática de livros para inseri-los na revista.

Trata-se, em termos gerais, de um recurso dedicado à viabilização da publicação de textos que, de outro modo, fugiriam ao tema do periódico, mas que, se recusados, ocasionariam um *déficit* de colaborações, impedindo a publicação de determinados números. O que inicialmente se apresenta como um problema de difícil transposição, no entanto, é reconvertido, na versão final da revista, em meio de reforçar a legitimidade da história econômica e social, reiterando sua compatibilidade com outros domínios da disciplina, bem como a grande variedade de métodos, objetos e fontes aplicáveis a essa “especialidade do futuro”.

Via de regra, o resenhista recorre, nesses casos, a uma admissão explícita de que, “a princípio” ou “à primeira vista”, os temas tratados pelo livro resenhado não teriam lugar na revista, não se relacionando diretamente à “história econômica e social”. A seguir, no entanto, procede-se a explicar por que, para o olhar aguçado e atento, aqueles temas, fontes ou métodos importariam, sim, às análises históricas centradas em economia e sociedade. Essa justificativa é diferente em cada caso, adaptando-se à extensão do afastamento entre cada livro criticado e a temática da revista. Não se trata, no entanto, de um expediente excepcional. De fato, a frequência notável de uso da torção temática reforça o argumento de que a reiteração exaustiva do rótulo “econômico e social” não se limita a uma consequência natural dos temas de interesse do periódico. Novamente, demonstra-se que, em diversos casos, a utilização da etiqueta vem reivindicar a presença da história econômica e social em outros domínios disciplinares, ampliando as frentes por ela ocupadas nas lutas por espaço dentro da disciplina.

Observe-se, por exemplo, a resenha de 1931 na qual Lucien Febvre analisa um livro de Wladimir Kharachnik, dedicado a problemas de urbanismo, e que o resenhista abre com a frase: “O urbanismo em si não é, evidentemente, da competência dos *Annales*. Mas a grande cidade não é desses fatos negligenciáveis em relação aos quais se possa desinteressar uma revista de história econômica e social” (FEBVRE, 1931a, p. 294). Ao avaliar uma obra de Max Pappenheim, em 1932, Bloch diz, de forma análoga, que as memórias que compõem a obra tratam de literatura islandesa, mas que “isso não quer dizer, ademais, que eles sejam indiferentes para o historiador da estrutura social, que, nesses textos antigos, tem tanto a aprender” (BLOCH, 1932b, p. 627). Alguns anos mais tarde, a propósito de uma obra de Georges Bourgin, Lucien Febvre abre sua crítica afirmando:

Nós não poderíamos nos desinteressar pelas formas novas que o Estado tende a vestir em certos países. Não que o Estado e sua evolução nos interessem diretamente, de um ponto de vista jurídico ou político. Mas toda transformação das instituições políticas determina e reflete, ao mesmo tempo, modificações da estrutura social que são, precisamente, do domínio dos Annales. Eis por que já tentamos, em diversas ocasiões, abordar aqui esses problemas delicados (FEBVRE, 1937, p.222).

A relação entre o tema dos *Annales* e o livro resenhado, a princípio filiado a outra especialidade, é, portanto, definida caso a caso, e cada ato singular de definição converte-se em oportunidade de lançar luz sobre mais uma via de exploração aberta pela subárea à qual se filiam os *annalistes*. Não se recorre, assim, a uma definição programática da história econômica e social ou à reiteração constante de uma agenda de pesquisa, como buscava Sée, mas a uma nomeação contínua dessa agenda associada à atualização incessante de seus conteúdos. A fronteira da história econômica e social é colocada, assim, em permanente movimento, e os diretores atuam como portadores legítimos dessa definição constantemente atualizada do que está *dentro* ou *fora*.

A ausência de textos com teor de manifesto, nos quais se formulam definições programáticas pretensamente estáveis, pode, evidentemente, ser explicada à luz do já descrito estado não institucionalizado de constituição da área. Além disso, constatar essa ausência não significa defender que apenas formulações explícitas sejam válidas para a identificação de programas intelectuais. É digno de nota, no entanto, que os diretores dos *Annales* se apresentem como porta-vozes dessa especialidade disciplinar sem tentar proceder a definições cristalizadas, fazendo, pelo contrário, da própria "ausência" de uma agenda teórico-metodológica uma evidência do frescor, do arejamento e do aspecto inovador do programa de pesquisa no qual investem seus esforços profissionais.

O esforço de *nomeação* e *rotulação*, oposto à estratégia de Hauser, é, por outro lado, constante. Reconvertendo em viço e energia potencial o caráter ainda tateante da área, Bloch e Febvre mostram-se destramente capazes de, simultaneamente, reificá-la, reivindicando (e, ato contínuo, produzindo) sua existência, e manter a fluidez de seus contornos, do que se extraem ganhos simbólicos e materiais. Simbolicamente, os diretores logram apresentar-se como profetas de uma área por vir; porta-vozes do domínio disciplinar que, por suas qualidades, constituiria, segundo as formulações de ambos, uma espécie de "destino natural" da disciplina. No plano material, por sua vez, viabiliza-se a publicação de textos referentes a trabalhos de outras áreas, garantindo-se a sobrevivência material da revista, constantemente ameaçada pelas limitações inerentes a um domínio disciplinar em vias de constituição.

Diversos desses processos – o ato de nomear sem definir, a constituição de Bloch e Febvre como porta-vozes da história econômica e social, a afirmação da revista como espaço federador dessa especialidade – podem ser observados de outro ângulo a partir de mais um expediente textual amplamente empregado pelos diretores, que se nomeará, aqui, *voz diretorial*.

## Voz diretorial e identidade anunciada

Desde a fundação da revista, em 1929, os textos publicados nos *Annales* apresentam exemplos de passagens autorreferenciais; formulações que sugerem a existência de uma identidade própria do periódico e de certa unidade de pensamento que o animaria. Não é, no entanto, até o quarto número da revista que os *Annales* ganham, de fato, uma voz própria. Em resenha relativa ao livro *Les debuts de l'Âge Moderne*, de Henri Hauser e Augustin Renaudet, Bloch avalia:

A parte tratada pelo sr. Renaudet com tanto talento – história religiosa, intelectual e artística – escapa inteiramente à competência desta revista e, estendendo-se para a obra própria do sr. Hauser, a exposição dos eventos e das instituições políticas que, com pertinência, tem aí um lugar considerável, só tocam indiretamente os estudos dos quais os *Annales* querem ser o órgão (BLOCH, 1929b, p. 592).

O resenhista prossegue, então, a uma análise dos capítulos escritos por Hauser, destacando, neles, elementos potencialmente interessantes aos estudos “econômicos e de estrutura social”. Por meio desse recurso autorreferencial, a revista torna-se, a partir de então, uma atriz em seu próprio mérito: “os *Annales*” passam, em terceira pessoa (e não mais apenas na primeira pessoa dos resenhistas), a emitir opiniões, transmitir julgamentos, verbalizar preferências e incômodos, tomar partido entre diversas vias de análise. Parece surgir, aí, uma via de acesso imediata ao programa intelectual avançado por Bloch e Febvre por meio da publicação: seguir as ocorrências da voz diretorial permitiria retraçar os princípios de teoria e método que regem o empreendimento dos *Annales*, aclarando, assim, o projeto *annaliste* incansavelmente buscado pela historiografia. Um lançar de olhos sobre as centenas de ocorrências desse expediente textual não tardam, no entanto, a expor os limites dessa estratégia.

No primeiro número de 1930, por exemplo, Marc Bloch lamenta, a respeito de um livro escrito na Alemanha, as lacunas que autores estrangeiros apresentam no



conhecimento da bibliografia em língua francesa. A respeito disso, afirma que "será uma das tarefas dos *Annales* tornar, doravante, mais fácil que os *savants* estrangeiros evitem essas lacunas" (BLOCH, 1930a, p. 135). No mesmo número, o mesmo resenhista lamenta, a propósito de um livro sobre a história da Suécia, a falta de familiaridade do leitor francês com o passado escandinavo, garantindo que "os *Annales* – nossos leitores já puderam perceber – pretendem lutar, no que tange a esse e a outros pontos, contra o estreitamento para o qual tende a nossa pesquisa histórica" (BLOCH, 1930b, p.150).

Ao resenhar, em 1931, obra de Henri Hauser intitulada *Les origines historiques des problèmes économiques actuels*, Bloch volta a adotar a voz diretorial, dizendo: "Laços profundos do passado com o presente, impossibilidade de compreendê-los um sem o outro: nesse tema, proposto à reflexão dos historiadores da economia, reconheceu-se a ideia mesma que preside os nossos *Annales*" (BLOCH, 1931a, p. 312). Em 1934, no entanto, a "razão de ser" da revista ganha outra versão, em nada relacionada à anterior, quando Febvre afirma, ao defender a necessidade do estudo da história das técnicas para que se faça uma verdadeira história das ciências: "Soa absurdo, eu, um historiador, dizendo isso a um biólogo. Mas é necessário fazê-lo, ou então os *Annales* perderiam a sua razão de ser" (FEBVRE, 1934, p. 607).

Os exemplos listados representam apenas uma pequena fração das ocorrências da voz diretorial nas quais se anunciam a "missão", o "propósito", a "razão de ser" ou o "espírito" dos *Annales*, mas o conjunto deve fornecer uma ideia clara da ineficácia de se buscar, a partir dessa fórmula, uma agenda intelectual da revista. Com esse expediente textual, os diretores fazem referência a um espectro tão amplo de fatores que não se pode buscar ordená-los na forma de um projeto teórico-metodológico a não ser sob a régua de definições da revista retrospectivamente projetadas. Em outras palavras, pode-se, certamente, encontrar ocorrências da voz diretorial que fazem referência explícita, como exemplificado, a princípios tidos pela historiografia como distintivos da revista: a atenção às relações entre o passado e o presente é um exemplo claro, bem como o anseio de romper barreiras cronológicas e promover o contato com disciplinas vizinhas. Elevar esses traços à condição programática, no entanto, implica ignorar as instâncias autorreferenciais que atribuem a missão da revista à promoção da história escandinava ou da literatura islandesa, à avaliação de atlas fotográficos, ao diálogo entre leitores e editores ou à denúncia de livros publicados sem índices temáticos. Mais do que isso, filtrar a voz diretorial para extrair dela um programa teórico-metodológico escondido nas entrelinhas significa empobrecer consideravelmente a complexidade do recurso, bem como de seu papel na construção da legitimidade da revista.



Chega-se, assim, ao tipo de coerência intelectual que *pode* ser intuída a partir da voz diretorial. Apenas um padrão de uso desse expediente textual destoa por sua recorrência: em mais da metade de suas aparições, a voz diretorial vem colada ao rótulo “história econômica e social” ou a alguma variação dessa etiqueta.<sup>16</sup> É o que se enxerga, por exemplo, quando Lucien Febvre, a propósito de um livro a respeito da grande revolta de Castela, avalia que, na obra, “não se deve procurar um estudo sobre as causas profundas do levante (...) – refiro-me ao fato de que nem a situação social nem a situação econômica da Espanha nessa data são examinadas. E, do ponto de vista dos *Annales*, essa omissão é um pecado grave” (FEBVRE, 1930, p. 286). A respeito de uma biografia de Henrique de Navarra, o resenhista volta a adotar o procedimento da mesma forma, avaliando que:

Do ponto de vista especial dos *Annales*, há pouco a guardar dessa copiosa biografia que se prende a ser biografia, mas não coloca os problemas gerais, não tenta enquadrar o herói escolhido em seu meio social nem analisar a ação da evolução econômica contemporânea sobre esse meio (FEBVRE, 1935b, p. 110).

Em 1935, comentando de forma comparativa dois livros a respeito de histórias familiares, Febvre volta a avaliar: “Bem, os *Annales* mostraram, outrora, publicando um excelente artigo de Louis Mazoyer, que eles sabem o interesse de reconstituições dessa natureza, mas orientadas mais diretamente em direção à história econômica e social” (FEBVRE, 1935a, p. 521). Esses poucos exemplos ilustram, novamente, um padrão mais amplo que se repete exaustivamente na revista, ora de forma mais explícita, ora de maneira menos evidente. As linhas gerais, no entanto, permanecem sempre as mesmas: o que interessa “aos *Annales*” nos livros resenhados são as questões de ordem econômica e social. O recurso torna-se, assim, essencialmente redundante: na maioria dos casos, a mensagem central transmitida pela voz diretorial é a de que os *Anais de História Econômica e Social* são uma revista dedicada à história econômica social.

A frequência notável com que o expediente autorreferencial é empregado dessa forma não permite, no entanto, igualar a repetitividade desse uso à inutilidade. Quando assume a forma tautológica, a voz diretorial continua viabilizando o exercício de um poder de rotulação, associado, agora, à repetição da etiqueta “história econômica e

<sup>16</sup> Se o leitor retornar aos exemplos de emprego desse rótulo elencados na seção anterior, encontrará diversas outras ocorrências da voz diretorial.

social", recurso que teve seu papel analisado no item anterior. Trata-se, novamente, de reforçar a rotulação da área nascente, formando laços inextricáveis entre ela e a revista e, dessa forma, reivindicando a publicação como um espaço aglutinador dessa especialidade disciplinar; *locus* legítimo de definição de seu jargão, seus pressupostos, objetos, questionamentos e métodos. Note-se, porém, que, mais uma vez, as fronteiras da subárea seguem sendo permanentemente móveis e movidas pelos diretores. Ela segue sendo, em última análise, associada a uma miríade de temas e aplicações possíveis, mantida como um espaço de exploração que seduz pela ampla gama de possibilidades abertas.

Dessa forma, a voz diretorial constitui-se como um recurso de enunciação de coerência que não fornece, de forma acabada, a definição da unidade que anuncia. Dito de outra forma, o que está em jogo é anunciar perenemente um programa, e não, necessariamente, informar seu conteúdo, de forma sistemática, ao leitor. Assim como na aplicação do rótulo "história econômica e social", o ato de nomeação não vem acompanhado de definições fixas ou cristalizadas daquilo que se nomeia, o que sugere a existência de uma agenda intelectual que, ao invés de proceder à delimitação programática de um arcabouço teórico-metodológico fechado, investe-se no ato de nomear e de atualizar perenemente a substantivação da matéria nomeada.

Isso significa que, evitando recorrer a definições programáticas fechadas e duras, Bloch e Febvre ampliam significativamente suas margens de ação e fortalecem sua área de especialização na luta pelo protagonismo disciplinar. Em um contexto que precede a institucionalização, no qual esse domínio não conta, ainda, com uma força expressiva em termos de recursos, adeptos, cadeiras e programas de pesquisa, parte da eficácia da estratégia dos *Annales* parece residir justamente na manutenção da maleabilidade de seus enunciados. Anunciando-se, de forma convincente, como uma unidade coesa e, simultaneamente, mantendo a plasticidade necessária para contornar as restrições típicas de uma área nascente, o empreendimento garante ao jovem domínio disciplinar o oxigênio que o sustenta na primeira infância, em um contexto no qual definições dogmáticas e fechamentos programáticos tenderiam a barrar seu avanço.

## Considerações finais

Como sugerido ao longo deste artigo, o período aqui analisado é marcado por divergências entre os praticantes da história econômica e social a respeito de como afirmá-la, defini-la e operá-la na luta por destaque dentro da disciplina histórica. O que a análise verticalizada dos textos publicados na revista sugere é que Bloch e Febvre não

se alinham integralmente a nenhum dos polos do debate, mas procedem a uma forma alternativa de enunciação de sua especialidade que, em diversos sentidos, contorna os problemas enfrentados pelas estratégias propostas por outros agentes.

O esforço constante de reificação por meio da rotulação e da nomeação aproxima-se, por exemplo, da estratégia de institucionalização e uniformização de Henri Sée. Ao contrário dele, no entanto, Bloch e Febvre não recorrem ao estabelecimento inflexível de quadros de análise ou programas de pesquisa. Dessa forma, os *Annales* não são marcados pelas lacunas e espaços vazios dos boletins Sée, mas por um preenchimento constante das fissuras com temas externos à história econômica e social. Destarte, espaços em branco apresentam-se como canteiros potenciais de exploração, enquanto falhas e lacunas convertem-se em oportunidades de demonstrar a adaptabilidade do domínio disciplinar. A manutenção dessa maleabilidade não se dá, tampouco, nos termos defendidos por Hauser: ao invés de, como ele, assentarem-se na afirmação de que “a história econômica não existe”, Bloch e Febvre preservam e valorizam seu poder de rotulação, recorrendo a um processo ininterrupto de definição e redefinição da área. Dessa forma, tornam-se capazes de reificá-la a todo o momento, o que Hauser se recusava a fazer, sem, no entanto, abrir mão da plasticidade de seus contornos, que o historiador considerava essencial.

Diante disso, parece equivocado, sob qualquer ângulo de observação, negar que haja formulações teórico-metodológicas nos primeiros *Annales*. De fato, a documentação aqui explorada respalda igualmente todas as interpretações historiográficas a respeito do “programa dos *Annales*”, mesmo aquelas que concorrem entre si. O que se argumenta, aqui, é que esse fenômeno seja efeito da estratégia de êxito particular levada a cabo por Bloch e Febvre, ancorada, justamente, na construção de enunciados suficientemente flexíveis para comportar uma miríade de programas, métodos, objetos e posturas teóricas. Pelo modo como enunciam a história econômica e social, os diretores dos *Annales* dotam essa área da capacidade de resistir à sua primeira infância e elevam seu potencial competitivo em um vasto rol de nichos disciplinares nascentes. Mais do que isso, os “pais fundadores” do periódico dotam sua especialidade de um potencial notável de colonização: no modelo por eles proposto, distinto dos outros modelos concorrentes, a história econômica e social é capaz de abrigar e, no limite, fagocitar qualquer outra especialidade histórica. A extensão do êxito dessa estratégia pode ser medida por sua naturalização: se, para o historiador contemporâneo, a ideia de que “a história econômica e social é toda a História” soa axiomática, isso não é efeito de sua veracidade intrínseca, mas do fato de que a proposta de Bloch e Febvre logra impor-se, sobretudo a partir de sua institucionalização no pós-guerra, como *a proposta* por excelência.

## REFERÊNCIAS

BENTHIEN, Rafael Faraco. **Interdisciplinaridades: latinistas, helenistas e sociólogos em revistas (França, 1898 - 1920)**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BLOCH, Marc e FEBVRE, Lucien. À nos Lecteurs. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 1, n. 1, p. 2, 1929.

BLOCH, Marc. Au seuil de notre histoire. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 4, n. 15, p. 315-316, 1932a.

BLOCH, Marc. Classification et choix des faits en histoire économique: réflexions de méthode. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 1, n. 2, p. 252-258, 1929a.

BLOCH, Marc. L'Islande. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 4, n. 18, p. 627-628, 1932b.

BLOCH, Marc. La "révolution économique" du XVI<sup>e</sup> siècle. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 1, n. 4, p. 591-593, 1929b.

BLOCH, Marc. Le passé explication du présent. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 3, n. 10, p. 311-312, 1931a.

BLOCH, Marc. Publications diverses sur l'histoire monétaire et bancaire contemporaine. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 1, n. 4, p. 617, 1929c.

BLOCH, Marc. Synthèses d'histoire économique. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 2, n. 5, p. 132-135, 1930a.

BLOCH, Marc. Une histoire de Suède. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 2, n. 5, p. 150-151, 1930b.

BLOCH, Marc. Vues de Beauce. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 3, n. 11, p. 468, 1931b.

BOURDÉ, Guy. L'école des "Annales". In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé (org.). **Les écoles historiques**. Paris: Editions du Seuil, 1983. p. 215-243.

BURGUIÈRE, André. Histoire d'une Histoire: la naissance des Annales. **Annales, Économies, Sociétés, Civilisations**, Paris, v. 34, n. 6, p. 1347-1359, 1979.

BURKE, Peter; HOBBSAWM, Eric. Reflections on the Historical Revolution in France: The Annales School and British Social History Comments. **Review: Fernand Braudel Center**, Nova York, v. 1, n. 3, p. 147-164, 1978.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARBONELL, Charles Olivier. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1987

CHARLE, Christophe. **La République des Universitaires, 1870-1940**. Paris: Seuil, 1994.

CHARLE, Christophe. **Naissance des "Intellectuels", 1880-1900**. Paris: Minuit, 1990.

CHARLE, Christophe. **Paris fin de siècle: culture et politique**. Paris: Seuil, 1998.

**de Bretagne et des pays de l'Ouest**, Rennes, v. 43, n. 1-2, p. 2-33, 1936.

DUMOULIN, Olivier. **Profession historien: 1919-1939**. Thèse de 3<sup>e</sup> cycle. Paris: EHESS, 1983.

FEBVRE, Lucien. A propos d'un précis d'histoire des sciences: sciences et techniques. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 6, n. 30, p. 606-607, 1934.

FEBVRE, Lucien. Aspects techniques du problème des grandes villes. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 3, n. 10, p. 294-295, 1931a.

FEBVRE, Lucien. Cromwell. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 3, n. 9, p. 147, 1931b.

FEBVRE, Lucien. Deux monographies de familles françaises. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 7, n. 35, p. 520-521, 1935a.

FEBVRE, Lucien. L'alter-ego d'Henri de Navarre : Philippe du Plessis-Mornay. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 7, n. 31, p. 110, 1935b.

FEBVRE, Lucien. La France Physique : questions de méthode. **Mélanges d'Histoire Sociale**, Paris, v. 2, n. 3, p. 91-93, 1943.

FEBVRE, Lucien. La révolte des Comuneros. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 2, n. 6, p. 286, 1930.

FEBVRE, Lucien. Le corporatisme italien. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 9, n. 44, p. 222-223, 1937.

FEBVRE, Lucien. Marche arrière. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 10, n. 52, p. 349, 1938.

HAUSER, Henri. Enseignement d'Histoire Économique en France. **Revue Historique**, Paris, v. 168, n. 2, p. 320-327, 1931.

LIMA, José Adil Blanco de. **A obra de Henri Hauser e sua trajetória intelectual no Brasil** (1866-1946). 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MASTROGREGORI, Massimo. Espírito crítico, espírito dos Annales. *In*: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri (org.). **Nova História em Perspectiva**, v. I. São Paulo: Cosac Naify, 2011a. p. 434-437.

MASTROGREGORI, Massimo. Existe uma formulação teórico metodológica em Marc Bloch e Lucien Febvre? *In*: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri (org.). **Nova História em Perspectiva**, v. II. São Paulo: Cosac Naify, 2011b. p. 409-432.

MUCCHIELLI, Laurent. Aux origines de la nouvelle histoire en France: l'évolution intellectuelle et la formation du champs des sciences sociales (1880-1930). **Revue de Synthèse**, Paris, v. 116, n. 1, p. 55-98, 1995.

NOIRIEL, Gérard. **Sur la "crise" de l'histoire**. Paris: Belin, 1996.

OSÉS, Mariana Ladeira. **"Nós, os Annales"**: Marc Bloch, Lucien Febvre e a produção da revista dos *Annales* (1929-1944). 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

OSÉS, Mariana Ladeira. O trabalho que se faz: a atividade diretorial nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929-1938). **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Mariana, v. 10, n. 24, p. 60-76, ago. 2017. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1142>. Acesso em: 21 ago. 2021.

PROST, Antoine. **L'enseignement en France**: 1800-1967. Paris: Armand Colin, 1968.

RÉBILLON, Armand. Nécrologie et bibliographie des travaux de Henri Sée. **Annales**

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RINGER, Fritz. **Fields of Knowledge**: French academic culture in comparative perspective, 1890-1920. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ROCHA, Sabrina Magalhães. **Os periódicos e a crítica da história**: a recepção de Lucien Febvre e Marc Bloch por seus contemporâneos (1911-1942). 2018. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

SÉE, Henri. *Histoire Économique et Sociale* (1920-1925). **Revue Historique**, Paris, v. 152, n. 2, p. 231-260, 1926.

SÉE, Henri. Remarques sur la méthode en *Histoire Économique et Sociale*. **Revue Historique**, Paris, v. 161, n. 1, p. 90-98, 1929.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Mariana Ladeira Osés é bacharela em História e mestra em História Social pela Universidade de São Paulo. Desenvolve, atualmente, pesquisa de doutorado na mesma instituição, dedicando-se ao estudo da recepção dos *Annales* no Brasil. Sua atuação centra-se na área de história intelectual, com ênfase sobre a história da historiografia francesa e a história da historiografia brasileira.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Prof. Lineu Prestes, n. 338, São Paulo, SP, CEP 05508-000, Brasil.



## FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n. 2016/11952-0.

## AGRADECIMENTO

Agradeço a Miguel Palmeira e Rafael Benthien (responsáveis pela orientação e coorientação, respectivamente, da pesquisa de mestrado da qual deriva este artigo) pela generosidade e diligência de suas intervenções, apontamentos e críticas, que guiaram este texto até seu formato final. Agradeço, também, ao grupo de seminário de pesquisa em história intelectual que aceitou discutir versões preliminares deste artigo, sugerindo melhorias substanciais tanto em relação à sua forma quanto ao seu conteúdo. Quaisquer equívocos que persistam no texto são, evidentemente, de minha responsabilidade.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## PUBLICAÇÃO PRÉVIA

Este artigo deriva da dissertação "Nós, os Annales": Marc Bloch, Lucien Febvre e a produção da Revista dos Annales (1929-1944), orientada por Miguel Soares Palmeira e coorientada por Rafael Faraco Benthien, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, defendida no ano de 2018. Link: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16052019-132039/pt-br.php>

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado

Flávia Varella – Editora Chefe

Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada

María Inés Mudrovcic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Mariana Ladeira Osés.

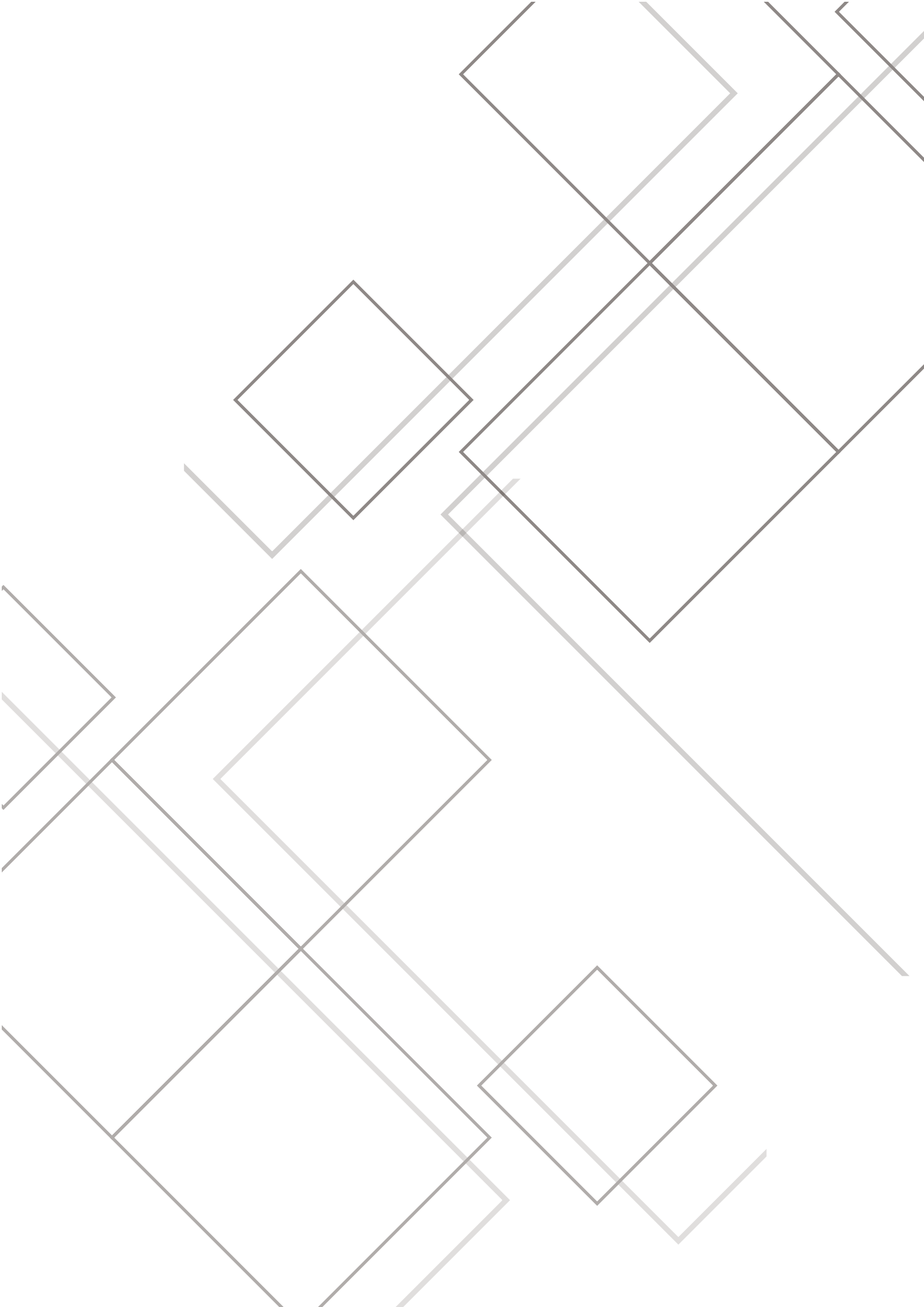
## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 31 de agosto de 2020.


Aprovado em: 4 de março de 2021.




## Por uma história malcomportada: a historiografia antidisiplinar de Michel Foucault

For a misbehaved history: Michel Foucault's antidisiplinary historiography

**Rafael Araldi Vaz**<sup>a</sup>

E-mail: [araldivaz@yahoo.com.br](mailto:araldivaz@yahoo.com.br)  
<https://orcid.org/0000-0003-1617-4761> 

**Rodrigo Diaz de Vivar y Soler**<sup>b</sup>

E-mail: [rsoler@furb.br](mailto:rsoler@furb.br)  
<https://orcid.org/0000-0001-7286-3129> 

<sup>a</sup> Centro Universitário Facvest,  
Departamento de História,  
Lages, SC, Brasil

<sup>b</sup> Universidade Regional de Blumenau,  
Mestrado em Educação,  
Blumenau, SC, Brasil

## RESUMO

O presente artigo analisa as principais contribuições de Michel Foucault para a formulação de uma outra história possível. Apesar do título provocativo, seu objetivo é mapear aspectos centrais na historiografia de Michel Foucault os quais colocam em tensão os projetos de uma historiografia ainda pensada em termos de uma ciência do homem no tempo e fidelizada epistemologicamente ao humanismo iluminista. Passamos, assim, por alguns conceitos e categorias centrais em Foucault que rearticulam a proposta de uma arqueogenealogia histórica. Dividimos nossa exposição em dois movimentos de análise: 1. Articulações entre história, sujeito e verdade no interior do método arqueogenealógico; 2. As relações entre acontecimento, documento e arquivo como efeitos da estratégia arqueogenealógica do sujeito. Ao longo do texto, analisamos o processo de reconversão dos conceitos de história, sujeito histórico, verdade, acontecimento e documento/arquivo como efeitos de uma estratégia metodológica em franca oposição ao sujeito da razão ocidental.

## PALAVRAS-CHAVE

Michel Foucault. Método genealógico. Teoria arqueológica.

## ABSTRACT

This article analyzes the main contributions of Michel Foucault to the formulation of another possible history, aiming to map central aspects in the author's historiography that tension projects of a historiography still thought in terms of a science of man in time and epistemologically loyal to Enlightenment humanism. For that, we discuss some central concepts and categories proposed by Foucault that rearticulate the proposal of a historical archeogenealogy based on two movements: 1. the articulations between history, subject, and truth; and 2. the relationships between event, document, and file as effects of the subject's archeogenealogical strategy. The text will unravel the reconversion of the concepts of history, historical subject, truth, event, and document/archive as the effects of a methodological strategy directly opposed to the subject of Western reason.

## KEYWORDS

Michel Foucault. Genealogical method. Archaeological theory.

## Introdução

Em um curso intitulado “Por uma história malcomportada: a historiografia in(can)decente de Michel Foucault”, nos propusemos a elaborar uma discussão, sob o ponto de vista de um psicólogo/filósofo e de um historiador, que se dedicasse a pensar as dimensões de fronteira nas quais o exercício do pensamento e da prática historiográfica se configuram nas obras de Foucault. Portanto, colocamo-nos na posição de interlocutores, diagramando nossas falas a partir de três áreas distintas do conhecimento (a Psicologia, a Filosofia e a História), abordando as relações entre a elaboração de uma escrita da história (CERTEAU, 2006) e a construção de uma analítica do sujeito em Foucault. As frutificações desse diálogo resultaram no presente artigo.

Passados 36 anos de sua morte, as transformações produzidas por Michel Foucault continuam a ecoar no campo da história, sendo ainda hoje objeto de debates. Apesar de alguns historiadores resistirem a sua presença, quando não o ignorarem completamente, sob as mais diversas justificativas, a reviravolta epistemológica produzida por seus estudos jamais passou despercebida. Particularmente entre os diversos estudiosos das Ciências Humanas e Sociais. Ao elaborar uma arqueogenealogia do homem no interior das Ciências Humanas, Michel Foucault (2002) decompôs a estrutura epistêmica e as dinâmicas de poder que constituíram tal ciência como um mecanismo de fabricação do sujeito moderno. A partir de então, reconfigurou muitos dos habituais sentidos com que os historiadores definiam a história, a temporalidade, o acontecimento, a verdade, o estatuto dos conceitos de documento e de arquivo, redefinindo muitos dos procedimentos de interpretação da história e do sujeito histórico.

Procuraremos demonstrar neste ensaio como estas transformações impactaram o exercício do fazer historiográfico, do ofício do historiador, e quais caminhos foram abertos para a reelaboração do que Foucault denominou de uma “história outra” (2013). Assim, nosso foco será analisar como a operação historiográfica de Foucault se relaciona com a sua crítica do sujeito histórico moderno.

## 1. Arqueogenealogia de uma história (anti)disciplinar: articulações entre história, sujeito e verdade

*Saber, mesmo na ordem histórica, não significa 'reencontrar' e sobretudo não significa "reencontrar-nos". A história será "efetiva" na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. Ela não deixará nada abaixo de si que teria a tranquilidade asseguradora da vida ou da natureza; ela não se deixará levar por nenhuma obstinação muda em direção a um fim milenar. Ela aprofundará aquilo sobre o que se gosta de fazê-la repousar e se obstinará contra sua pretensa continuidade. E que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar. (FOUCAULT, 2002, p.18).*

A construção de uma história outra em Foucault, ou o que poderíamos denominar como uma história antidisciplinar, só se tornou possível na medida em que o reconhecimento não só da história, como também do conceito de sujeito histórico, passaram a ser compreendidos como um par indissociável na elaboração de uma política da verdade, dentro e fora das fronteiras do saber histórico acadêmico. Esse movimento observado por Foucault se tornou mais claramente demarcado a partir de seus estudos em **As palavras e a coisas** (2000) e definido com os contornos de um programa metodológico em sua obra **Arqueologia do Saber** (2014a). Enquanto na primeira fomos apresentados ao modo como os saberes das ciências do humano se constituíram como espaço de elaboração do sujeito moderno; no segundo vimos a história ser confrontada em sua estrutura enunciativa e posicionada em um tipo específico de relação com os modos de elaboração do sujeito.

Desse modo, pensar a história a partir do sujeito histórico foi o caminho apresentado por Foucault para apontar como o saber historiográfico esteve implicado na elaboração da sociedade disciplinar, cumprindo um papel na fabricação do sujeito na modernidade. É por esse motivo que afirmava que "a história só será efetiva na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser", ou seja, a história só prestará sua função como uma prática antidisciplinar, na medida em que seja capaz de se desembaraçar dos papéis prescritos pela ciência iluminista, esse reiterado encontro com o homem universal da razão ocidental.

É por esse mesmo motivo que a crítica à ideia de continuidade em história elaborada por Foucault não foi uma querela sobre o tempo propriamente, entre *longue durée* e acontecimento, mas sobre a condição do sujeito e suas formas de constituição.



Ao reconhecer na continuidade histórica o equivalente à identidade do sujeito, Foucault reafirmava sua própria posição de abordagem sobre o que possa(m) ser a(s) prática(s) historiográfica(s).

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido, a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo a uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica – se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas à distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomadas de consciência (FOUCAULT, 2014a, p. 15).

A formulação de uma descontinuidade histórica, de um saber feito para cortar, parte da hipótese de que o sujeito histórico está implicado, senão enredado internamente, na formulação do saber historiográfico. Implicado não somente como um efeito de um tipo de saber, mas como a base concreta na qual as principais formas de saber histórico, como o historicismo e o materialismo histórico, organizam sua própria historicidade. Como enunciado em **As palavras e as coisas**, ao se libertarem das homologias entre significante/significado do período clássico, as ciências humanas e a história em particular julgaram encontrar no real as formas concretas e materiais da vida humana (FOUCAULT, 2000, p. 512). Foram, assim, lançadas em um tipo novo de formulação, na qual a palavra se dedica a representar enfaticamente as coisas do mundo e seus sujeitos. Deriva daí todas as experiências historiográficas que acreditam deduzir o mundo ou representá-lo, mas que de fato gravam, imprimem e formulam no mundo formas muito precisas do sujeito ser na e para a história. De onde a história, propriamente, passa a ser reconhecida como um elemento concreto e real, uma plataforma da vida civilizada, em que as variáveis do tempo, do espaço e do sujeito se enredam em teleologias e soteriologias, as quais imprimem sentido e, não menos, formas de governamentalidade à própria vida.

É a partir de tais constatações que Foucault nos convida a pensar diferente, a partir de uma abordagem que abre espaço para questões que nos parecem centrais para o pensamento historiográfico contemporâneo. Desse modo, podemos perguntar: como a história como campo do saber constitui e constituiu o sujeito? Como os métodos,

procedimentos, conceitos, como as epistemes da história fabricaram e refabricam continuamente as formas do sujeito da razão ocidental? Portanto, a questão colocada aqui não é tanto a respeito dos protocolos e regramentos do método histórico, mas de como tais protocolos e regramentos refletem formas específicas de compreensão e reafirmação do sujeito histórico, particularmente do sujeito da razão ocidental. Pode-se dizer que, mesmo diante das reformulações, crises e inumeráveis viradas epistemológicas nas quais os historiadores se viram implicados, mesmo diante do acolhimento da crítica foucaultiana ou da elaboração de novos objetos, novos problemas e novas abordagens (LE GOFF, 1976), precisamos ainda pensar em que medida os historiadores replicaram e replicam uma história que reafirma velhos e novos sujeitos, ainda aprisionados aos conceitos da racionalidade ocidental e aos regimes de verdade a ela vinculados.

É nesse sentido que a história como continuidade é uma simulação de identidade, que tem na ideia de origem o seu fundamento causal. A história que se coloca ao lado da continuidade dá apoio ao sujeito da razão ocidental e, por sua vez, ao sujeito disciplinar, pois é responsável por aprisionar os atores históricos nos lugares de identidade por ela fornecidos. A busca de Foucault por desenredar a vida humana desse tipo de história é o equivalente a libertar o sujeito de uma verdade que o encerra, a qual prescreve um lugar de ação e de enunciação no qual o sujeito se encontra enredado. Dois eixos de análise derivam dessa perspectiva: a necessidade de uma compreensão dos modos de elaboração da verdade no conhecimento histórico; e a elaboração de uma história da subjetividade, a qual compreenda os modos de operação desta verdade no sujeito, sem nela se basear. Em ambos os casos, trata-se de uma estratégia de análise que procura abordar o conhecimento do lado de fora, ou seja, compreendendo-o fora de sua estrutura institucional, reconhecendo-o, portanto, como invenção.

Recordamos, então, uma das análises de Michel Foucault (2014b) sobre a natureza do conhecimento e seu caráter de inventividade, através de uma conferência proferida na Universidade de McGill (Montreal) em abril de 1971, intitulada **Como pensar a história da verdade com Nietzsche sem basear-se na verdade**. Referindo-se ao termo *erfindung* (invenção), retirado de uma das passagens do texto **Sobre verdade e mentira no sentido extramoral** (NIETZSCHE, 1983), diz Foucault que o conhecimento ser uma invenção significa:

que ele não está inserido na natureza humana, que não constitui o mais antigo instinto do homem. Mas, principalmente, que sua possibilidade não é definida por sua própria forma.

A possibilidade do conhecimento não é uma lei formal; ele encontra sua possibilidade num espaço de jogo em que está em causa algo muito diferente dele, ou seja: instintos, e não razão, saber ou experiência; dúvida, negação, dissolução, contemporização, e não afirmação, certeza, conquista, serenidade (FOUCAULT, 2014b, p. 184).

Conforme observado por Foucault, Nietzsche opera, em sua análise, um deslocamento no modo como se concebeu a teoria do conhecimento até Kant, em que predominou a relação pura e estável entre sujeito e objeto. Ao questionar a “natureza humana” do conhecimento, recorda que o conhecimento não é da ordem de uma lei natural ou de um instinto. O que o fabrica, o que lhe fornece as condições de sua emergência, é menos o resultado de uma faculdade natural, instintiva, espontânea, mas sim o desdobramento de uma luta, de uma batalha travada entre os instintos, o que não supõe que o conhecimento seja instinto, mas um estado em que o pacto entre os diferentes e mais violentos instintos fora selado. Pelo momento, basta que se recorde que a única “natureza” do conhecimento é sua condição de fabricação, sua inventividade, aquilo que Nietzsche denomina de *erfindung*, em contraposição à ideia de origem ou *ursprung*. O conhecimento, nesse sentido, não é atributo da natureza humana, uma faculdade adquirida, pleiteada ou simplesmente recebida, mas um desdobramento inaudito dos combates da vida e pela vida, convertido em uma luta pelo significado e sentido mesmo da vida (FOUCAULT, 2014b). Fica exposta, nessa passagem, a crítica às filosofias da modernidade, de Descartes ao idealismo kantiano, passando pelo desmonte da crença iluminista, da qual deriva a confiança nas virtudes e capacidades do conhecimento humano predominante nas ciências do século XIX.

Ao conferir às ciências humanas no século XIX o papel de criadoras do homem, Foucault se aproximou em um movimento duplo da filosofia de Nietzsche, ao fixar ao seu procedimento de análise ou a sua analítica o papel de uma genealogia (não mais da moral, mas do poder) e ao unir à morte de Deus o nascimento do Homem como fenômeno da modernidade. A história como campo do conhecimento emerge no interior dessa batalha.

As lutas entre crença e razão, mito e ciência, literatura e história, e esquerda e direita emergem como desdobramentos do mesmo dilema imposto pela modernidade: a dualidade. A mesma dualidade herdada do pensamento cristão entre o bem e o mal, entre Deus e o Diabo, responsáveis por ordenar a estrutura epistemológica de leitura da realidade do homem ocidental (FOUCAULT, 2012). No interior desse jogo binário, o elemento ternário seria relegado à sombra das instituições de confinamento: o fanático, o louco, o possesso, o monstro, o onanista e o hermafrodita

são sintomas de uma política de identidade, a qual reconhece a verdade dos sujeitos apenas dentro desse mesmo esquema binário e normalizador: entre o normal e o patológico (FOUCAULT, 2001b; 1987). O conhecimento científico moderno do qual a história passa a fazer parte está, portanto, entranhado no interior desta estrutura. Tudo o que foge desses princípios é relegado à sombra da anomia, do caos, da abjeção, do inominável ou do fora do discurso. Eis aí um dos efeitos epistemológicos da manutenção do sujeito da razão ocidental no interior do discurso da história.

A genealogia proposta por Michel Foucault, portanto, impõe-se como método-estratégia, o qual, ao dar um passo atrás, procura observar o que se passa na estrutura desse jogo binário, abordando-o externamente, sem reconhecer a institucionalidade de suas verdades, de modo a abrir passagem para outras formas de elaboração da verdade, despidas das políticas de identidade, as quais posicionam o que está dentro e o que está fora do jogo binário de elaboração das formas de saber e dos sujeitos por elas constituídos. Nas palavras de Foucault (2008, p. 160):

trata-se menos de um método do que de um ponto de vista, de um acomodamento do olhar, uma maneira de fazer o suporte das coisas girar pelo deslocamento de quem as observa. Ora, parece-me que tal deslocamento produz certo número de efeitos que merecem, se não ser conservados a qualquer preço, pelo menos mantidos o máximo que se puder.

Quais são esses efeitos?

a. Desinstitucionalizando e desfuncionalizando as relações de poder pode-se estabelecer sua genealogia, isto é, a maneira como elas se formam, se conectam, se desenvolvem, se multiplicam, se transformam a partir de algo totalmente diferente delas mesmas, a partir de processos que são totalmente diferentes das relações de poder. [...] Não a gênese: a filiação. Para escapar da circularidade que remete à análise das relações de poder de uma instituição a outra, só aprendendo-as onde elas constituem técnicas com valor operatório em processos múltiplos.

b. Desinstitucionalizando e desfuncionalizando as relações de poder, pode-se ver em que e por que elas são instáveis.

A implicação dessa forma de abordagem genealógica para a história é radical e transformadora, uma vez que a prática epistemológica do não reconhecimento (própria à estratégia genealógica) produz um estranhamento não apenas com a forma de

organização dos discursos e das formas de poder da modernidade, mas também com relação à normalidade das práticas científicas da história.

## 2. A história do lado de fora: as relações entre acontecimento, documento e arquivo como efeitos da estratégia arqueogenealógica do sujeito

*É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na área singular do acontecimento. [...] É preciso ainda compreender este acaso não como um simples sorteio, mas como o risco sempre renovado da vontade de potência que a todo surgimento do acaso opõe, para controlá-lo, o risco de um acaso ainda maior.*  
(FOUCAULT, 2002, p. 18).

Ao procurar uma história que não reproduzisse a identificação com o sujeito da razão ocidental, Foucault entabulou através de sua arqueogenealogia o que se poderia denominar de uma história do lado de fora. A essa estratégia, esse posicionamento externo do olhar, Foucault irá denominar de “pensamento do exterior” (FOUCAULT, 2001b, p. 223-246). Sob a inspiração de Maurice Blanchot, designara essa estratégia de pensamento como uma metáfora oposta ao pensamento interior, reflexivo, que se identifica com o sujeito e com sua subjetividade. Nesse sentido, o pensamento do exterior é o pensamento que não procura na linguagem a identidade, o mesmo, mas se articula no que se encontra fora da linguagem, o qual, por não estar nela inscrito, pode abrir espaço para a construção de um pensamento outro e de políticas de resistência diversas (FOUCAULT, 2001b). De outra forma, é um modo de análise que não indaga da verdade do sujeito ou dos fatos, não procura como na hermenêutica cristã o mais profundo do sujeito (FOUCAULT, 2010a), nem mesmo uma busca exaustiva pela verdade última. É uma estratégia que lança um olhar sobre os fenômenos de superfície, buscando nas articulações da linguagem, no cruzamento entre diferentes epistemes, diferentes saberes, redes de associações que permitam que determinada verdade emergja e ganhe em funcionalidade, em operabilidade, enfim, ganhe em poder.

Dois efeitos conjuntos passam a se desenhar à medida que Foucault passa a elaborar tal estratégia de pesquisa: uma hipervalorização da singularidade dos acontecimentos históricos e uma compreensão não hermenêutica do documento histórico. É importante notar que ambos os efeitos se encontram colocados no horizonte de uma problemática do sujeito e de uma história dos modos de subjetivação. Portanto, não se trata de uma simples escolha metodológica relativa ao tipo de objeto estudado, mas de uma estratégia política e epistemológica vinculada a uma percepção alerta aos dilemas do sujeito da racionalidade moderna. Sujeito que Foucault irá abordar de modos distintos ao longo de toda sua produção intelectual. Mas, o qual se tornará mais visível em sua estratégia de pesquisa durante a década de 1970, quando irá desenvolver sua genealogia do poder e da ética (FOUCAULT, 2010a; 2010b).

Nessa fase, é possível ver com maior clareza as tecnologias responsáveis por elaborar o sujeito da moderna racionalidade ocidental, como as práticas de confissão, o exame e a direção de consciência, nas quais Foucault irá se debruçar à medida que desenvolve o seu projeto de uma história da sexualidade (FOUCAULT, 1988). Os desdobramentos desse amplo projeto irão se converter em uma genealogia que irá recuar até os filósofos gregos para cartografar uma história da subjetividade do homem ocidental, a qual, a partir de 1976 (FOUCAULT, 2010a; 2010b), irá passar pelo estudo das técnicas e dos dispositivos do poder pastoral cristão, consolidando um estudo bastante aprofundado sobre um tipo específico de prática de subjetivação: a “hermenêutica do eu profundo”.

Do mesmo modo como Foucault procurou estudar a genealogia das práticas hermenêuticas do eu profundo do sujeito ocidental, a problematização e a abordagem desenvolvida por ele acerca do documento histórico passam a reconhecê-lo como peça integrante na elaboração da verdade do sujeito. Assim, é imperioso abordá-lo de forma exterior ao modo de operação dessa tecnologia de saber. Portanto, o documento como objeto de uma atividade hermenêutica, que supõe extrair uma confissão, uma decifração, um motivo oculto, uma intenção que se esconde por trás ou nas entrelinhas do texto, passa a ser absolutamente questionado. Essa estratégia metodológica, arqueogenealógica, permite que o documento seja tratado como um efeito de superfície, menos como um objeto a partir do qual se realizaria uma atividade decifrativa ou uma representação remissiva daquilo que se encontraria em outro lugar.

Daí deriva o modo como Foucault compreende a opacidade do documento histórico. Não que se trate de uma impossibilidade cognitiva absoluta, de tradução ou representação, mas de que o saber em questão emerge na feitura do documento e em seus usos, constituindo um acontecimento. Assim, o próprio documento se converte em dispositivo de poder e, portanto, em acontecimento. Foucault, desse modo,

furta-se do trabalho recitativo de uma certa tradição decifrativa na história do pensamento europeu. Essa tradição hermenêutica que pressupõe decifrar o funcionamento natural e histórico do mundo. Foucault escolhe se distanciar dessa perspectiva, para capturar as emergências singulares que os documentos testemunham. Nos próprios termos empregados por Foucault, para capturar o arquivo de enunciados de que o documento é expressão (2014a). Para Castro (2016)

Em Foucault, o termo 'arquivo' não faz referência, como na linguagem corrente, nem ao conjunto de documentos que uma cultura guarda como memória e testemunho de seu passado, nem à instituição encarregada de conservá-los. 'O arquivo é, antes de tudo, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares' (FOUCAULT). O arquivo é, em outras palavras, o sistema das condições históricas de possibilidade dos enunciados. Com efeito, os enunciados, considerados como acontecimentos discursivos, não são nem a mera transcrição do pensamento em discurso, nem apenas o jogo das circunstâncias. Os enunciados como acontecimentos possuem uma regularidade que lhe é própria, que rege sua formação e suas transformações. Por isso, o arquivo determina também, desse modo, que os enunciados não se acumulem em uma multidão amorfa ou se inscrevam simplesmente em uma linearidade sem ruptura (CASTRO, 2016, p. 43).

Dessa abordagem sobre a relação entre documento e arquivo, se desdobram duas importantes reflexões. Em primeiro lugar, o arquivo em sua condição política e epistemológica de acontecimento. Nesse sentido, compreende-se que as narrativas históricas têm como premissa acordos que antecedem o seu surgimento, sua emergência. Baseiam-se na distribuição de um poder arquivístico, o qual cumpre o papel de uma tecnologia de governo, na medida em que pretende gerir um determinado regime de verdade. Esse arquivo/documento, aprioristicamente, não expõe as regras de sua operação (CERTEAU, 2006), não se deixa perceber tão facilmente, posto que seus acordos, finalidades e intenções, marcantes em seu processo de feitura, não se dão a ver. É apenas o seu formato final, que simula o seu sentido como obra, como livro, como biografia, como documento, que supõe encerrar em um ponto final o jogo de luz e sombra de sua operação. Em outros termos, a regra de seleção e descarte percorre sua superfície de montagem. Entretanto, sua bricolagem é rudimentar, sua operação sedimentar, de modo que, no rastreamento de seus detritos, poderão ser encontrados pontos de erosão, matizes a céu aberto, de onde uma escavação arqueológica (FOUCAULT, 2014a) pode melhor se posicionar.



Em segundo lugar, como mencionado, a acepção da palavra arquivo em Foucault pode não se tratar de um lugar ou suporte documental, mas da lei que rege o surgimento e ordenamento dos enunciados como acontecimentos singulares (CASTRO, 2016, p. 43). Nesse sentido, o arquivo é a ordem de um saber ou de um conjunto de saberes que regula as condições de dizibilidade, de quais enunciados podem ser convocados, perfilados, posicionados e colocados em contato mútuo. Desse modo, regula as regras do que é enunciado por um saber e de como e quando tais enunciados devem entrar em vigor. Trata-se, portanto, mais de um sistema que regula e gerencia o uso dos enunciados e as relações de sentido e poder que se podem estabelecer através deles, menos de um lugar instituído de resguardo da memória.

Assim, o que Foucault propõe como historiador é uma atividade (re)criativa do documento histórico, que o tome a partir de onde ele não se pressupõe, nem como suporte da memória, nem como indício, índice ou representação de um passado que poderá ser remontado através de uma atividade decifrativa ou indiciária (GINZBURG, 2009). Portanto, um documento que possa ser inteiramente tomado como acontecimento. Um acontecimento que é a própria emergência discursiva dos jogos de poder/saber, materializados na superfície dos textos documentais, os quais carregam consigo um imenso arquivo de enunciados. Nesse sentido, documento e acontecimento se hibridizam e se co(n)fundem. Assim, pode se dizer que o documento é a própria história em (re)elaboração. Assim, como afirma Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007, p 151):

É vasculhando as camadas constitutivas de um dado saber, de um dado acontecimento, de um dado fato, que podemos apreender o movimento de seu aparecimento, aproximarmo-nos do momento em que foi ganhando consistência, visibilidade e dizibilidade, foi emergindo como as duras conchas emergem do trabalho lento de petrificação do lamaçal do mangue. Os fatos históricos seriam como arrecifes, nascidos do paciente trabalho de aglutinação de detritos, da dispersão de práticas e discursos que vão se cristalizando e delineando o relevo do passado que, embora nos apareça inteiriço e sem fissuras, guarda no seu interior, para um curioso arqueólogo, movimentos tectônicos incessantes, vagas e estremecimentos que ameaçam fazer voltar, ao fluxo do tempo, aquelas cristalizações.

O que procuramos demonstrar, portanto, é que esse conjunto de inflexões produzidas nos estudos de Foucault foram responsáveis não só por “revolucionar a história” (VEYNE, 1995) como campo, bem como seus objetos, métodos e abordagens. Ao contrário, as inflexões geradas pelo movimento de análise proposto por Foucault foi um desdobramento necessário a uma ação política e epistemológica que visava

desenredar, destamar o sujeito ocidental de uma racionalidade reguladora, normativa e disciplinar. Nesse sentido, tornou-se imperativo estabelecer uma crítica concisa contra uma história compreendida como sinônimo do homem da razão ocidental. História na qual os historiadores encontrariam os mesmos sujeitos em sua luta contínua por emancipação no passado, impondo a sombra de uma mesma identidade aos sujeitos do presente. História em que a regularidade e a permanência se sobreporiam aos acidentes e desvios, simulando uma história lisa, sem estrias e vãos, linear, teleológica, consciente, racionalista e sempre compreensível. A história em Foucault é um desvio contínuo em direção a um outro que não se sabe quem é, um outro fora de si e em si mesmo, no passado e no presente. Por esse mesmo motivo, a história como desvio em Foucault é a história dos desviantes, das singularidades errantes, não explicáveis, inapreensíveis pelos discursos e regimes de verdade que lhes são contemporâneos.

Por fim, podemos afirmar que, como autor, sua prática historiográfica foi um exercício de subjetivação que o implicou como escritor e sujeito, uma prática de liberdade, que visava reelaborar uma outra história possível, a qual não se impusesse como uma plataforma contínua da vida humana e na qual o humano não fosse deduzido como um fundamento antropológico e antropocêntrico. Pode-se mesmo dizer que Foucault tenha realizado uma história sem o homem, na medida em que o questionamento da natureza humana, biológica, social ou cultural, tenham sido problematizadas até sua total desintegração e desidentificação. Assim, ao se desprender do sujeito da razão ocidental e, por sua vez, dos procedimentos metodológicos, discursivos, bem como das tecnologias de subjetivação que o constituíram e aprisionaram, sua história foi radicalmente uma história insurrecional e antidisciplinar.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a [1969].

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1966].

FOUCAULT, Michel. **Aulas sobre a vontade de saber**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos III** – Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2001a.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FOUCAULT, Michel. **O Corpo Utópico, As Heterotopias**. São Paulo: n1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. **O Governo de Si e dos Outros**. São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.

FOUCAULT, Michel. *Omnès et Singulatim: uma crítica da razão política*. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 348-378.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 143-179.

NIETZSCHE, Friedrich William. Sobre verdade e mentira no sentido extramoral. *In*: NIETZSCHE, Friedrich William. **Obras incompletas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 43-52.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história/ Foucault revoluciona a história**. Brasília: UnB, 1995.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Rafael Araldi Vaz é bacharel em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Departamento de História do Centro Universitário Facvest (UNIFACVEST). Professor efetivo do magistério público estadual de Santa Catarina. Pesquisador colaborador do Laboratório de Religiosidade e Cultura (LARC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desenvolve pesquisas sobre: religião e religiosidades, imaginários religiosos e práticas de subjetivação, teoria e metodologia da história, com ênfase nos estudos de Michel Foucault.

Rodrigo Diaz de Vivar y Soler é bacharel em Psicologia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutor em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É professor permanente do Mestrado em Educação da Universidade Regional de Blumenau (FURB) onde desenvolve pesquisas ligadas aos pensamentos de Foucault, Deleuze e Agamben.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rafael Araldi Vaz, Avenida Marechal Floriano, n. 947, Centro, Lages, SC, Cep 88501-100, Brasil.

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

## CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA CRediT

Conceituação (Conceptualization): SOLER, Rodrigo; VAZ, Rafael Araldi

Curadoria de dados (Data curation): SOLER, Rodrigo; VAZ, Rafael Araldi

Investigação (Investigation): SOLER, Rodrigo; VAZ, Rafael Araldi

Escrita – rascunho original (Writing – original draft): SOLER, Rodrigo; VAZ, Rafael Araldi

Escrita – revisão e edição da versão final (Writing – review & editing): SOLER, Rodrigo; VAZ, Rafael Araldi

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado

Breno Mendes – Editor Executivo

Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada

María Inés Mudrovcic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Rafael Araldi Vaz, Rodrigo Diaz de Vivar y Soler.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 31 de agosto de 2020.


Aprovado em: 2 de abril de 2021.

## Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman

Unsubmissive writings: undisciplining history with Hortense Spillers and Saidiya Hartman

Allan Kardec Pereira <sup>a</sup>

E-mail: [allankardec\\_vdb@hotmail.com](mailto:allankardec_vdb@hotmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-2283-4826> 

<sup>a</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,  
Departamento de História, Porto Alegre,  
RS, Brasil

## RESUMO

Este artigo demonstrará o potencial indisciplinar do que definiremos como *escritas insubmissas da história*. Isso será feito em dois momentos: inicialmente através da procura de Hortense Spillers por uma “nova gramática”, capaz de redefinir a forma estereotipada como os negros são pensados e escritos no presente; em seguida, terá como foco o conceito de “fabulação crítica”, proposto por Saidiya Hartman, que é tanto uma alternativa teórica para exceder ou negociar lacunas do arquivo da escravidão, quanto uma reflexão indisciplinar sobre o que faz o historiador. Antes, porém, explicaremos como essas *escritas insubmissas da história* fazem parte de uma tradição radical negra, que, desde o final do século XIX, tem se insurgido contra o disciplinamento epistêmico ocidental. Desafios teóricos, veremos, que sempre estiveram profundamente conectados com as demandas político-sociais dos protestos radicais contra a violência antinegra nos Estados Unidos. Ao término, a partir das considerações de Spillers e Hartman, este texto enseja pensar a indisciplina como um fim radical possível em um mundo antinegro.

## PALAVRAS-CHAVE

Histórias não convencionais. Cultura historiográfica. Compreensão histórica.

## ABSTRACT

This text aims to demonstrate, in two moments, the undisciplinatory potential of what we will term as unsubmissive writings of history. Initially, it will focus on Hortense Spillers’ quest for a “new grammar,” capable of redefining the stereotypes underlying current thoughts and writings about Black people. Then, the analysis will be centered on Saidiya Hartman’s concept of “critical fabulation,” which is both a theoretical alternative to bridge or negotiate gaps in the archive about slavery and an undisciplined reflection on the work of the historian. However, before approaching these concepts, we will explain how these unsubmissive writings of history are part of a Black radical tradition that has risen against Western epistemic disciplining since the end of the 19th century. This analysis will show that theoretical challenges have always been deeply connected with the political and social demands of the radical protests against anti-Black violence in the United States. Based on the considerations of Spillers and Hartman, this text deems indiscipline as a possible radical purpose in an anti-Black world.

## KEYWORDS

Unconventional history. Historiographical culture. Historical understanding.



## Introdução

Vivemos em um cenário global marcado pelo acirramento das disputas em torno do passado, ataques sistemáticos às humanidades e o avanço de negacionistas/falsificadores da história. Nesse contexto, o público consumidor e as formas de se escrever história se transformaram. A composição das universidades também não é mais a mesma e, diante das demandas dos seus novos atores, a atuação do historiador na sociedade ganha cada vez mais destaque. Preocupações envolvendo “a autoridade sobre o passado, decorrente da relação entre o historiador e o público” (MALERBA, 2017), as implicações do que seria um “giro ético-político” (RANGEL, 2019), ou a necessidade de que a disciplina histórica, assim como as demais ciências humanas, “enfrentem as suas tradições na busca de novas formas de identidade disciplinar e de inserção social” (TURIN; AVILA; NICOLAZZI, 2019) parecem transmitir a ideia de que estaríamos diante de uma *nova* urgência.

Nosso argumento reconhece as mesmas preocupações. Mas questiona, justamente, a localização delas como uma oferta/imposição do presente. Afinal, quando se fala em um “giro ético-político” na disciplina histórica, a atuação de que tipo de atores sociais está se levando em conta? Como não reconhecer que o tratamento indisciplinar da história, a dimensão afetiva e a preocupação estética com uma escrita assumidamente intervencionista no seu presente perpassam a história da intelectualidade negra em toda a diáspora? Por qual motivo, então, esse ainda é um saber “impensado”, até mesmo nos limites de uma gramática mais crítica da historiografia?

Uma tentativa de responder a essas indagações passa pelo entendimento da ligação entre disciplinamento antinegro e a exclusão epistêmica. Por mais que hoje vejamos a disciplina histórica como uma alternativa crítica a um cenário turbulento do presente, é preciso também recordar o quanto sua reificação disciplinar e a patrulha de fronteiras teóricas estiveram intimamente conectadas a projetos coloniais. Não é de hoje, porém, que intelectuais radicais negros se insurgem e enfrentam convenções disciplinares que, nos limites da prática historiográfica estabelecida, só conseguiam racionalizar a negritude como algo “fora da história”, como um “problema” a ser resolvido. Isso é especialmente impactante quando pensamos a recepção dos *Black Studies* no cenário acadêmico dos Estados Unidos, uma situação na qual o modelo de “inclusão” da negritude tentava, ao mesmo tempo, domesticar demandas radicais e disciplinar aqueles saberes.

Inseridas naquele ambiente universitário, mas procurando superar o mero reconhecimento da humanidade negra nos moldes liberais, Hortense Spillers e Saidiya

Hartman serão descritas como praticantes dessas *escritas insubmissas da história*. Spillers, escrevendo no final dos anos 1980, analisa de que forma as noções racistas de inferioridade biológica haviam migrado para percepções liberais de inferioridade cultural e criminalização da negritude. Sua conceituação sobre “a carne” interpreta de que maneira um poderoso conjunto de discursos tem “marcado” mulheres negras com estereótipos degenerativos por gerações. Essa teoria, porém, vai além da mera descrição da opressão e oferece “a carne” como um potencial indisciplinar, como uma forma de ver o Ocidente, como um modo distinto de lidar com o passado, com a história. A próxima sessão, centrada em parte do pensamento de Saidiya Hartman, elabora as notáveis aproximações entre as duas autoras, especialmente, os seus ímpetos indisciplinados. A postura auto-reflexiva de Hartman, que ela intitula de “fabulação crítica”, oferece não apenas uma alternativa teórica para exceder ou negociar lacunas do arquivo da escravidão, mas uma reflexão sobre o que a escrita da história tem a oferecer a futuros abolicionistas.

Ao fim, inspirados nessas contribuições trazidas por Spillers e Hartman, faremos uma meditação provocativa sobre o que poderia ser uma história indisciplinada em um contexto no qual os debates antirracistas parecem fazer parte de uma recente moda/tendência editorial. Se os historiadores negros ainda são sujeitos “marcados” por um passado que sempre desconsiderou o seu conhecimento, o que podem oferecer a uma história que se queira indisciplinada?

## A violência da razão disciplinar

*No barco negreiro, o único escrito é o livro de contabilidade listando o valor de troca dos escravos. No espaço do barco, o grito dos deportados é sufocado, como o será no universo das Plantations. Esse confronto ainda reverbera até nós.<sup>1</sup>*  
(GLISSANT, 1997, p. 5)

Quando pensado etimologicamente, o termo “disciplina” guarda sua origem no latim *disciplina*, significando a forma como um *discipulus* era educado por seu mestre. Com o tempo, suas conotações foram se modificando, adicionando um referencial ligado a

<sup>1</sup> Pensando nesse texto como um meio de divulgação de conhecimento e ciente de que no Brasil, devido a processos histórico-sociais, há um *deficit* de proficiência em inglês entre alunos negros, optei por traduzir diretamente todas as citações. Não faria sentido discutir exclusão epistêmica e contribuir, de alguma forma, para mais essa. Para uma consulta mais elaborada acerca dessas disparidades, cf.: BRITISH COUNCIL, 2015.

regramentos (em uma acepção militar), regulamentos (que assegurem o bem-estar coletivo e o bom funcionamento de uma organização hospitalar, por exemplo), um sentido de ordem (enquanto bom comportamento de alunos), constância (algo necessário para vencer na vida) e, até mesmo, serviu para descrever as cordas com que frades, devotos e penitentes se flagelavam. Para além de tais expansões conceituais, a conexão primeira entre disciplina e educação se manteve. Sendo assim, na cultura acadêmica, tem-se que as disciplinas são usadas para se referir não apenas à organização do conhecimento, mas a sua própria produção. Disciplinas propõem modelos epistemológicos “que oferecem métodos comprovados que se impõem a qualquer realidade” (GORDON, 2013, p. 16).

Questionando essas condições, o filósofo afro-americano Lewis R. Gordon comenta que muitas disciplinas perderam sua capacidade de ver a si mesmas como tentativas de *compreender* o mundo e, presas em arrogância, terminavam por entrar em “decadência”, posicionando-se *como o mundo*. Essa postura seria marcada por uma ontologização e reificação das disciplinas, como se elas tivessem sempre existido e nunca fossem mudar ou – em alguns casos – vir a morrer. Ao invés de uma busca por conhecimento como finalidade aberta, disciplinas decadentes estariam presas a práticas autolimitantes de patrulhamento de objetivos e métodos. Ironicamente, argumenta Gordon, as disciplinas são criadas e mantidas “considerando as provas de sua decomposição como evidências de sua saúde” (GORDON, 2013, p. 23).

A formação disciplinar, tal como a conhecemos atualmente no quadro das universidades ocidentais, teve origem na cultura Iluminista da Europa, junto com a constituição do Estado-Moderno, as noções de democracia, de cidadania e a consolidação da economia de acumulação (FERREIRA da SILVA, 2007). No estabelecimento da História como campo do saber, a verdade disciplinar era um privilégio de poucos e tudo aquilo que a isso não adequasse terminava por ser considerado uma ameaça ao pensamento racional. Nos termos de Lewis Gordon: “o autoengano de seus guardas de fronteiras disciplinares imaginava que a eliminação da oposição, a erradicação do mundo externo, seria a consecução da imortalidade epistêmica” (GORDON, 2013, p. 23).

Desde o final do século XIX, porém, *escritas insubmissas da história* insurgiram-se contra essa patrulha disciplinar, especialmente porque perceberam a imbricada ligação entre aquele regimento epistêmico e violências as mais diversas. No caso dos Estados Unidos, a tradição intelectual negra representativa dos estudos afro-americanos é caracterizada por três grandes eixos. Primeiro, ela sempre foi *descritiva*, ou seja, expôs o real da vida e das experiências negras, partindo do ponto de vista dos próprios negros, como uma espécie de participante observador. Segundo, ela frequentemente foi *corretiva*, pois sempre bateu de frente com o racismo e os estereótipos raciais e

epistêmicos presentes no discurso dominante das instituições acadêmicas brancas. Por último, a tradição intelectual negra também foi *prescritiva*, haja vista que teve como estratégia central o empoderamento dos negros, numa imbricação fundamental entre análise e transformação da sociedade (MARABLE, 2000, p. 17-18).

Keguro Macharia enumera autores africanos e afro-diaspóricos cuja escrita estava consciente de que a luta por liberdade passava pelo desafio às convenções disciplinares que os patologizavam como “fora da história”:

Pauline Hopkins escreveu filosofia especulativa (*A Primer of Facts Pertaining to the Early Greatness of the African Race and Possibility of Restoration by Its Descendants*) e ficção (*Of One Blood*); W.E.B Du Bois publicou um trabalho fundamental em sociologia (*The Philadelphia Negro*) e ficção (*Dark Princess*); Zora Neale Hurston publicou ficção (*The Eyes Were Watching God*) e etnografia (*Tell My Horse: Voodoo e Life in Haiti and Jamaica*); Aimé Césaire publicou poesia (*Return of a Native to the Native Land*) e crítica anticolonial (*Discourse on Colonialism*); C.L.R James escreveu ficção (*Minty Alley*) e história política (*The Black Jacobins*); e Léopold Sédar Senghor publicou poesia e filosofia política (MACHARIA, 2019, p. 69-70).

Trata-se de exemplos que demonstram como a urgência indisciplinada não é uma novidade para a autoria negra na diáspora. Interdisciplinaridade e indisciplinaridade caminhavam juntas, em um claro desafio à normatividade de estruturas de saber que eram bastante resistentes a suas interpelações. Em meio ao ostracismo e à má interpretação, esses autores estavam mais do que concientes de que, ético-politicamente, era preciso levar em conta a forma estética em que o negro era figurado narrativamente, pois isso era tão ou mais importante do que desafiar dados falsos e argumentos racistas. Resta, então, questionar: de que formas essas *escritas insubmissas da história* foram posteriormente recepcionadas/incluídas em um espaço tão antinegro como as universidades dos Estados Unidos?

Jodi Melamed comenta que, no pós-Segunda Guerra Mundial, a visão de mundo supremacista branca passou por uma significativa crise de legitimidade. O conflito, em sua dimensão global, revelou os laços conceituais que uniam o fascismo europeu, a segregação racial e o domínio colonial – não por acaso, o ativismo antirracista nos Estados Unidos teve forte inspiração na luta dos movimentos anticoloniais mundo afora. Naquele cenário, buscando ganhar a opinião pública no início da extensa Guerra Fria, a União Soviética enfatizou a segregação racial nos Estados Unidos como um elemento que

indicaria o quanto o sistema capitalista ocidental projetaria aquele modelo de dominação ao mundo. Isso contribuiu, segundo Melamed, para que essa nova formação histórica mundial, que iria moldar a ascensão global dos Estados Unidos, fosse marcada por uma “modernidade antirracista no plano formal e liberal-capitalista no projeto político-econômico”. Como prova da condição excepcional dos Estados Unidos, a democracia e o capitalismo que lhes seriam próprios, seriam atualizados por meio da integração dos afro-americanos na sociedade, numa demonstração de que a economia de mercado era “cega às cores” e não estruturada pelo racismo antinegro (MELAMED, 2011, p. 9). Naquele embate ideológico contra o inimigo soviético, as “reformas” no campo das humanidades buscavam uma “modernização” dos seus temas e uma transformação dos seus quadros através de um impulso por “mais diversidade”.

Se nos dias atuais, essas instituições e seus departamentos disciplinares majoritariamente brancos se espantam com o que chamam de “cultura do cancelamento” dos “identitários” inspirados no Black Lives Matter, é preciso lembrar que as universidades norte-americanas tiveram susto e ressentimento semelhante quando da erupção de protestos estudantis negros entre 1968 e 1972. Naquele contexto, os *Black Studies* deixam de ser apenas um discurso e campo de pesquisa confinado em instituições segregadas racialmente e se tornam um currículo empolgante em centenas de programas arquitetados por jovens pesquisadores envolvidos em organizações culturais e políticas de protesto negras. Eles queriam muito mais do que práticas inclusivas em currículos e disciplinas excludentes, de maneira que sua dúvida fundamental era: como criar um espaço de pensamento negro militante dentro de uma instituição branca conservadora que era, invariavelmente, antinegra? (MARABLE, 2000, p. 22). A indisciplina foi uma necessidade primordial, uma forma de afirmar que aqueles desafios ao saber estabelecido importavam.

Entretanto, a agenda escancaradamente neoliberal após a eleição de Ronald Reagan, em 1980, trouxe uma repressão significativa aos *Black Studies*. Em paralelo com a expansão do Complexo Prisional Industrial (GILMORE, 2007), houve significativo desinvestimento público nas universidades. Enquanto muitos daqueles que compunham as fileiras das revoltas na década anterior haviam abandonado seus tecidos Kente, trocado seus *dashikis* por camisas poliéster e passado a ocupar cargos públicos, dentro e a favor da maquinaria antinegra, um grupo de “intelectuais radicais aprisionados”, como Assata Shakur, George Jackson, Angela Y. Davis, Leonard Peltier, Mumia Abu-Jamal, Marilyn Buck pautavam seu abolicionismo penal, dentre outros pontos, em uma redefinição da narrativa sobre o passado escravocrata nos Estados Unidos (RODRIGUEZ, 2006).

Naquele contexto deveras arredo ao pensamento radical, não foram poucas as intelectuais negras que ousaram *escritas insubmissas da história*. Alice Walker, Audre Lorde, Toni Cade Bambara, June Jordan, bell hooks, Sylvia Wynter, Kimberlé Crenshaw e Toni Morrison, entre outras, criticaram a intersecção do racismo e do sexismo em sua relação com o legado ainda presente da escravidão. A publicação de *Amada*, em 1987, romance que catapultou Toni Morrison ao Prêmio Nobel de Literatura de 1993, deve ser considerado um episódio decisivo no debate público sobre o passado dos Estados Unidos. Aquela narrativa centralizava a maneira como os espectros da escravidão colapsavam o tempo da história disciplinar e colocavam em xeque um projeto nacional de esquecimento. Diante das celebrações ufanistas do bicentenário da Abolição nos Estados Unidos, aquelas *escritas insubmissas* foram responsáveis por questionar a memória abolicionista (branca) que restou nos arquivos e no imaginário nacionalista dos EUA, ou seja, havia por parte daquelas autoras negras um forte desejo de cumprir o chamado de Sylvia Wynter para “desfazer seu status narrativamente condenado” (WYNTER, 1994, p. 70).

Seguindo esses caminhos, a produção teórica de Hortense Spillers e Saidiya Hartman, examinada nas páginas seguintes, buscou combater o opressivo silenciamento dos arquivos da história dos negros da diáspora e, através disso, revelar uma “história potencial”, no duplo significado atribuído a esse conceito por Ariella Azoulay: *tanto uma reconstrução de possibilidades, práticas e sonhos não realizados que motivaram e dirigiram as ações de distintos atores no passado, quanto a transformação do passado em um evento interminável* (AZOULAY, 2013, p. 565-566).

Essas *escritas insubmissas da história* negra, que emergem no interior da academia e reforçam uma posição intersticial das intelectuais que as promovem, buscam desestabilizar a episteme moderna-colonial, sem perder de vista a capacidade de imaginar uma transformação social radical desse nosso mundo. A história indisciplinada que surge daí é algo que vai além da mera crítica, da simples denúncia ou de um relato distanciado e imparcial sobre o passado. Trata-se, muito mais, de um direcionamento a outro modo de viver com o passado. Em outras palavras, a questão que inquieta essas *escritas insubmissas da história* é: em uma realidade social no qual, como diria Audre Lorde, “nunca fomos feitos para sobreviver” (LORDE, 2000, p. 255), como lidar com os ditames disciplinares da história?



## Eu, mulher negra, estou aqui, agora: o que você vai fazer?

No ano de 1987, quando a crítica literária afro-americana Hortense Spillers escreveu *Mama's Baby, Papa's Maybe*, o abandono da rede de seguridade social e o *ethos* de responsabilização pessoal já haviam deixado de ser mero discurso de campanha do Partido Republicano e se tornado uma política estatal com forte penetração nos mais distintos setores da sociedade norte-americana. Naquele segundo mandato de Ronald Reagan, o estereótipo antinegro das "Rainhas do bem-estar", que usavam todos os meios possíveis para burlar o governo (era comum que essas mulheres negras fossem associadas ao recebimento de cupons de alimentação e benefícios de veteranos de guerra para maridos inexistentes), era largamente empregado para se referir ao "problema" da estrutura patriarcal das famílias negras. Como analisado por Spillers, uma grande base para aqueles discursos era o relatório Moynihan, de 1965. Uma peça de direcionamento político-social que, apropriando-se de métodos disciplinares da Sociologia e da História, criticava a predominância patriarcal nas famílias negras, por manter aquela comunidade em um emaranhado patológico que limitava seu desenvolvimento nos mais distintos aspectos. Esses argumentos se davam, vale ressaltar, por meio de "codificações telegráficas" (SPILLERS, 1987, p. 65), ou seja, Moynihan apelava ao cientificismo e à disciplinaridade para camuflar e transmitir uma "condenação da negritude"<sup>2</sup> de longa data. O "problema" permanecia o mesmo: a mulher negra.

Spillers estava particularmente desesperançosa com aquele lugar comum, afinal, eram discursos que reverberavam na própria pouca consideração acadêmica que as pesquisadoras negras recebiam. Por mais que ela estivesse, desde então, vivenciando relativa ascensão acadêmica nos Estados Unidos, lecionando em uma boa instituição como Haverford College, não havia como reagir de forma amistosa diante daquele arsenal de estereótipos: eles sempre transcendiam à classe e ela própria também se via atingida.

Assim sendo, tentando dar seguimento às reflexões da coletânea *All the Women Are White, All the Blacks Are Men, But Some of Us Are Brave* (1982), organizada por Gloria Hull, Bell Scott e Barbara Smith, ela procurava "encontrar uma categoria que respeitasse o histórico", que conseguisse expor, através de uma linguagem própria à academia pós-moderna de então, um conteúdo que alguns historiadores negros vinham tentando escrever há um bom tempo, mas que sua linguagem disciplinar não estava expressando adequadamente (SPILLERS; HARTMAN; GRIFFIN *et al.*, 2007, p. 308).

<sup>2</sup> cf. MUHAMMAD, 2010.



Como mulher negra, o cenário acadêmico onde Spillers escrevia lhe provocava uma dramática solidão, como se ela fosse “o elefante branco no quarto”. Seu ensaio *Mama’s Baby, Papa’s Maybe*, antes de tudo, deve ser pensado como um ato acadêmico insurrecional, no qual uma voz negra grita ao saber disciplinado: “estou aqui agora (...) e você não vai me ignorar. (...) O que você vai fazer?” (SPILLERS; HARTMAN; GRIFFIN *et al.* 2007, p. 308). Prova disso é que, anos depois, ao responder um questionamento sobre a notória relevância que aquele ensaio conquistou, ela iria se expressar da seguinte maneira:

O que eu vi acontecer foi que as pessoas negras estavam sendo tratadas como uma espécie de matéria-prima. Que a história dos negros era algo que você poderia usar como uma nota de inspiração, mas nunca foi nada que tivesse qualquer relação com você - você nunca poderia usá-la para explicar algo em termos teóricos. Não havia discurso, em termos da academia *mainstream*, que lhe desse uma espécie de reconhecimento. Então, minha ideia era tentar criar um discurso ou um vocabulário que não apenas tornasse desejável, mas exigisse que as mulheres negras participassem da conversa. (...) estamos agora num período de reação tão forte que, se não formos cuidadosas, o trabalho que estamos fazendo agora terá de ser “redescoberto” em algum momento. Você sabe, as pessoas vão ter que continuar fazendo isso, ou redescobri-lo novamente, ou reafirmá-lo porque as forças da oposição são tão fortes e tão poderosas e estão sempre empurrando contra nós, elas sempre querem impor o esquecimento. Eles sempre querem fazer algo que esqueça a presença africana ou a reabsorva, reapropriando-a de outra maneira. A necessidade de confrontar a violência psicológica, a violência epistêmica, a violência intelectual é realmente poderosa (SPILLERS; HARTMAN; GRIFFIN *et al.* 2007, p. 300-301).

É notável como essa fala de Spillers assumia um tom marcial, um desejo de “teorizar para a batalha” (SEXTON, 2016, p. 4). A violência real que massacrava as comunidades negras nos Estados Unidos neoliberal dos anos 1980 transmutava-se no discurso “cego às cores” dos preceitos disciplinares, da vigilância de suas fronteiras. Um tipo de violência epistêmica, psicológica e intelectual extremamente poderosa, que se dava de forma dissimulada através do discurso da “inclusão de minorias raciais”.

Nesse sentido, a norma do que era uma verdadeira família americana, do que sustentava o progresso nacional, codificava uma sujeição de corpos negros de longa data. Em *Mama’s Baby, Papa’s Maybe*, Spillers procurava ressaltar o quanto o Relatório Moynihan estava inserido em uma classe de “paradigmas simbólicos” que reatualizavam o chicote das *plantations* por outras vias. Essa genealogia disciplinar, que sempre definia

o negro como um “problema”, circunscrevia um tipo de negação por meio do discurso da “etnicidade”. Em seus termos:

A própria “etnicidade” identifica uma objetificação total dos motivos humanos e culturais - a família “branca”, por implicação, e a “Família Negra”, por afirmação direta, em uma constante oposição de significados binários. Aparentemente espontâneos, esses “actantes” são *inteiramente* produzidos, sem passado nem futuro, como correntes tribais movendo-se fora do tempo (...). “Etnicidade”, neste caso, congela-se em significado, adquire constância, assume a aparência e os afetos do Eterno (SPILLERS, 1987, p. 66, grifo da autora).

Esse discurso da “etnicidade” possui uma predisposição tão mítica em sua hegemonia, que é como se as mulheres negras fossem *marcadas* (e o uso desse termo é uma evidente associação com os escravizados que eram marcados a ferro pelos seus senhores) por discursos tão poderosos, que “não há maneira fácil de os agentes enterrados embaixo deles serem limpos”. Spillers chega a citar uma lista de estereótipos como “Peaches” e “Brown Sugar”, “Sapphire” e “Earth Mother”, “Aunty”, “Granny”, “Holy Fool”, “Miss Ebony First” ou “Black Woman at the Podium”, cuja função coletiva seria patologizar e culpar as mulheres negras pelo atraso de sua comunidade (SPILLERS, 1987, p. 65). O Relatório Moynihan, nesse caso, usava uma linguagem técnica e disciplinada de análise da etnicidade com o disfarçado objetivo de reforçar esse lugar designado às mulheres negras e à sua comunidade.

Num movimento muito próprio às *escritas insubmissas*, *Mama’s Baby, Papa’s Maybe* traça o imbricado entrelaçamento temporal desses discursos no presente e o ordenamento sociopolítico do Novo Mundo, que se inicia no final do século XV, definindo-os por uma “sequência humana escrita em sangue”. Um dos elementos centrais daquela racionalidade seria o disciplinamento dos cativos. E é precisamente aqui que Spillers traça uma distinção entre “corpo” e “carne”. Muito mais do que uma violação física do escravizado, aquilo era um ordenamento teórico sobre quem poderia ser considerado humano e quem não. Em suma: enquanto o captor, cuja existência daria sentido ao entendimento do que era um sujeito “livre”, teria um “corpo”, os escravos, o “grau zero de conceituação social”, seriam transformados em “carne”.

A “carne” dá forma à existência negra, sendo algo próximo de um fundamento ontológico, que a antinegitude reiteradamente promove (WARREN, 2018). Toda *escrita insubmissa da história* parece “redescobrir” isso. Como Spillers comenta, essa modalidade de sujeição foi transmitida às gerações posteriores de “libertos”, porém

de maneira “oculta à visão cultural pela cor da pele” (SPILLERS, 1987, p. 67), ou seja, os eventos históricos vistos como progressos raciais teriam sido interpretados, na verdade, com o objetivo de ocultar essa narrativa primeira. Logicamente que a disciplinariedade e o saber histórico tiveram papel preponderante em legitimar esse “*status* narrativamente condenado” dos negros.

Para Spillers, então, as violações da “carne” seriam uma forma de pensar o quanto a história da sujeição antinegra supera a delimitação epocal da Escravidão. Trata-se de uma ferida violentamente inscrita e violentamente impensada, afinal, esquecer esse trauma original é o que dá sustentação à sociedade civil e, logicamente, a estrutura disciplinar de conhecimento tem sua contribuição nisso (HARTMAN; WILDERSON, 2003). Como Spillers coloca:

Embora a carne/corpo cativos tenha sido “liberada”, e ninguém precise fingir que nem mesmo as aspas *importam*, a atividade simbólica dominante, a episteme em vigor que libera a dinâmica da nomeação e valoração, permanece fundamentada nas metáforas originárias de cativo e mutilação, de modo que é como se nem o tempo, nem a história, nem a historiografia, nem seus temas, mostrassem movimento, visto o sujeito humano é “assassinado” uma e outra vez pelas paixões de um arcaísmo anônimo e sem sangue, mostrando-se em disfarces sem fim (SPILLERS, 1987, p. 68, grifo da autora).

Essa ordem simbólica primária, que Spillers chama de “gramática americana”, tem forte peso na forma como os negros são pensados e escritos no presente. A “Família Negra”, do Relatório Moynihan: “empresta suas energias narrativas da rede de associações, das dobras semânticas e icônicas enterradas profundamente no passado coletivo, que vêm *cercar* e significar a pessoa cativa” (SPILLERS, 1987, p. 69). Essa violência contra a carne cativa define uma objetificação total, sem que isso desencadeie uma crise ética, haja vista que os corpos desses sujeitos e os territórios em que eles habitam geralmente “já significam violência” (FERREIRA da SILVA, 2014, p. 69).

Ecoando o “mundo cindido em dois”, de Frantz Fanon, para Spillers, toda a comunidade cativa se torna um “laboratório vivo” (SPILLERS, 1987, p. 68).<sup>3</sup> No sentido acadêmico, essa condição se dava na forma em que, para a historiografia tradicional contra a qual Spillers e outras *escritas insubmissas da história* se insurgiam, as experiências serviriam apenas como “matéria prima” (SPILLERS; HARTMAN; GRIFFIN *et al.*, 2007, p. 300).

3 Cf. FANON, 1968, p. 29; SNORTON, 2017, p. 17-54.

Tal qual a epígrafe de Édouard Glissant, anteriormente citada, Spillers percebeu que sob “os poderosos destroços da contagem detalhada” (SPILLERS, 1987, p. 69) característico da racionalidade econômica do navio negreiro, havia corpos que sofriam. Afinal, o que o arquivo dessa narrativa original permitia? O que restou revelava apenas a mesma matemática da morte negra que ainda dá corpo ao neoliberalismo e ao saber disciplinado atuais (MCKITTRICK, 2014). Os empreendedores europeus, gestores daquela tumba flutuante:

não estavam curiosos sobre aquela “carga” que sangrava, embalada como tantas sardinhas vivas entre os objetos imóveis. Tal cegueira obscena inveterada pode ser negada, categoricamente, como uma possibilidade por *quaisquer pessoas*, exceto que sabemos que aconteceu. (...) Por tudo o que os “exploradores” pré-colombianos sabiam sobre as ciências da navegação e da geografia, surpreende-nos que mais partes deles não acabado por “descobrir” a Europa. Talvez, de certo ângulo, seja precisamente tudo o que encontraram - uma leitura alternativa do ego (SPILLERS, 1987, p. 70, grifo da autora).

Na desumanização da *Passagem do Meio*, os verdadeiros cancelados estavam literalmente “suspensos” no oceano: no limbo que separava sua terra nativa das Américas, esses cativos perdiam o nome, o gênero, sendo transformados em pura estatística comercial. Nessa passagem repleta de ironia, Spillers expõe o quanto essa racionalidade mercantil do navio negreiro, tão objetiva e distanciada com relação à sua “carga”, era uma “cegueira obscena”, um tipo de disciplina cujo único idioma seria a objetificação total dos cativos.

*Mama’s Baby, Papa’s Maybe*, porém, não é apenas um texto denunciativo. Na belíssima invertida operada por Spillers, devido a essas condições mesmas, o navio negreiro e sua “carga” também representariam “uma riqueza selvagem e não reivindicada de *possibilidades* que não é interrompida, nem ‘contada’/‘contabilizada’” (SPILLERS, 1987, p. 72). Se o fato de ter nascido “na penumbra das culturas oficiais (...) da modernidade” concedia à cultura da diáspora negra uma “propriedade analítica” (SPILLERS, 2017, p. 87), era preciso que o silêncio do arquivo e seu detrimento no simples cálculo fossem imaginados como um convite à indisciplina historiográfica, como “uma porção das lacunas inquietantes que a investigação feminista procura preencher” (SPILLERS, 1987, p. 73).

Essa conceitualização da carne, em Spillers, deve ser tomada pela historiografia em sua potencialidade indisciplinar, como algo que não se situa meramente no plano da

impossibilidade, da invisibilidade, do esquecimento e do inenarrável. O arquivo, mesmo em suas lacunas, é um convite à imaginação, à indisciplina, vista aqui como uma força geradora. Como demonstrou Alexander Weheliye, diretamente inspirado por Hortense Spillers, a sujeição política violenta ativa “um excedente carnal que simultaneamente sustenta e desfigura essa brutalidade”, ou seja, a sujeição inimaginável daqueles que vivem no rastro da escravidão nunca pode exterminar as possibilidades de fuga, os sonhos de abolição, as possibilidades de imaginar outros mundos. Isso não significa, ele continua, replicar a forma como vários discursos de direitos humanos têm endossado “feridas políticas” desde o Iluminismo, centralizando a questão do sofrimento como o elemento definidor daqueles sujeitos alijados da lei, da comunidade nacional, da definição do Humano etc. Esse potencial da carne colocaria em xeque os léxicos de resistência e agência, conceitos geralmente associados a recusas enfáticas, nas quais sujeitos completos e autoconscientes de seus atos atuam, seguindo projetos preestabelecidos (WEHELIYE, 2014, p. 2).

*Mama’s Baby, Papa’s Maybe* tanto parece ser um desabafo pessoal de uma mulher negra acadêmica, quanto um manifesto àquela altura dos *Black Studies* nos Estados Unidos. Por isso, é um texto tão atual para se falar sobre indisciplina. À época, ele conseguiu reverberar em um conjunto massivo de interlocutoras, que compartilhavam de angústias semelhantes.

## A fabulação crítica como uma escrita insubmissa da história em Saidiya Hartman

*Grande parte do trabalho da opressão é sobre policiar a imaginação.*  
Saidiya Hartman, *Under the Blacklight* (HARTMAN, 2020)

Não à toa que, ao descrever a proximidade entre o seu trabalho e o de Hortense Spillers, a escritora norte-americana e professora da Universidade de Columbia, Saidiya Hartman, usa o termo “endividamento” (SPILLERS; HARTMAN; GRIFFIN *et al.*, 2007, p. 300). Ter sido *tocada* pela carne, no sentido de ser engajada pelo pensamento de Spillers, iria inspirar de forma decisiva sua visão historiográfica em *Scenes of Subjection* (1997) e *Lose Your Mother: A Journey Along the Atlantic Slave Route* (2008). Tratava-se, cabe salientar, de contextos acadêmicos em que os debates raciais haviam atingido outro patamar, em que um conceito como interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989, havia se tornado a mercadoria feminista da moda, sendo celebrado por diversos setores acadêmicos. Como Hartman via aquele momento?

Vozes, como a da teórica literária feminista negra Ann duCille, já questionavam a ânsia acadêmica e disciplinar por “ter aquele ‘significante da diferença racial’ sem a diferença da negritude que importa” (duCILLE, 1994, p. 600), ou seja, mesmo em um cenário de maior aceitação institucional, as teóricas feministas negras estavam cientes de que a inclusão de seu conhecimento e de sua força de trabalho racializada poderiam ser apropriados pela branquitude acadêmica como prova de que o “problema racial” havia sido superado (BILGE, 2020, p. 3).

Hartman escreveu *Scenes of Subjection* ciente daqueles riscos. Ela entendia muito bem sobre as armadilhas disciplinares de uma academia baseada em modelos de governança neoliberal. Seu próprio livro era uma resposta aquela sensação de que até mesmo o pensamento negro estava suscetível a se separar (consciente ou inconscientemente) “da força e do terror que as evidências trazem” (HARTMAN; WILDERSON, 2003, p. 183). Isso, costumeiramente, se dava com o objetivo de buscar alternativas coerentes e otimistas sobre a história das relações raciais nos Estados Unidos. Como ela posteriormente advertiu:

E esse projeto é algo que considero obscuro: tentar transformar uma história de derrota em uma ocasião para comemorar, o desejo de observar os estragos e a brutalidade dos séculos anteriores, mas sempre encontrar uma maneira de se sentir bem consigo mesmo. Não é meu projeto, apesar de acreditar que, na verdade, é o projeto de um certo número de pessoas. Infelizmente, o tipo de revisionismo na história social realizado por muitos esquerdistas na década de 1970, que tentaram situar o poder de grupos dominados, resultou em histórias de celebração dos oprimidos (HARTMAN; WILDERSON, 2003, p. 185-186).

Sua maior preocupação era desfazer certo otimismo tanto de caráter liberal, quanto da esquerda ligada à História Social, e ressaltar como a cidadania no pós-abolição e a constituição desse ideal no presente são inevitavelmente integracionistas, mesmo quando juram estar propondo demandas radicais. Ela concluía: “o objeto metanarrativo sempre tende à integração no projeto nacional e, especialmente quando este projeto está em crise, os negros são chamados para reafirmá-lo” (HARTMAN; WILDERSON, 2003, p. 185). Esse projeto nacional esteve em crise/ameaçado no contexto da rebelião aberta do anti-imperialismo global e descolonização das tradições radicais negras nos anos 1960-70, e esse projeto estava em crise nos anos 1990 após as rebeliões de Los Angeles, em 1992. *Scenes of Subjection*, portanto, partia do interesse da autora em expor a dissimulação do projeto democrático de inclusão nos Estados Unidos, pois tal projeto, contando com apoios diretos (da Historiografia Liberal) ou indiretos (da



História Social), reforçava um discurso de superação e esquecimento sobre o passado escravocrata e sobre a própria condição dos negros no presente.

Nesse sentido, um dos pontos centrais da crítica à história disciplinar em *Scenes of Subjection* é quando Hartman, tendo em mente o protótipo do progressista branco do século XX, analisa o discurso do abolicionista John Rankin. Escrevendo do Velho Sul, o açoite dos escravos só consegue fazer sentido para Rankin quando ele começa a imaginar que aquele corpo que sofre poderia ser o dele e de sua família. O corpo branco de seus familiares e o dele próprio termina por substituir imageticamente os corpos de negros escravizados reais, ou seja, o objeto real de identificação, o escravo, desaparecia. (HARTMAN, 1997, p. 19) Por meio dessa leitura à contrapelo de um texto escrito por um abolicionista branco em 1837, Hartman endereça uma crítica mordaz ao que julgava ser um tipo de revisionismo na História Social da escravidão dos anos 1970, como representado nos livros *From Sundown to Sunup: The Making of the Slave Community* (1972), de George Rawick e *The Slave Community: Plantation Life in the Antebellum South* (1972) de John Blassingame. À maneira do que Hortense Spillers falava sobre os “exploradores” pré-colombianos reencontrarem o próprio ego através de uma análise do Outro, Hartman questionava àquelas obras por uma espécie de “celebração dos oprimidos”. Como ela posteriormente complementou:

Essa é a lógica dos discursos políticos e morais que vemos todos os dias – a necessidade de ver o inocente negro sendo perseguido por um estado racista, a fim de ver o racismo do estado racista. Você tem que ser exemplar em sua bondade (HARTMAN; WILDERSON, 2003, p. 189).

A historiografia disciplinada, mesmo em sua versão de esquerda, selecionava sujeitos históricos específicos: marcados por uma autoconsciente resistência e um sentido de agência que mais parecia confirmar expectativas teóricas preconicionadas. Os negros do passado só “teriam voz”, só seriam “resgatados” e “úteis” ao saber disciplinado, se falassem uma gramática da revolta que fizesse coro aos anseios dos seus pesquisadores. O subalterno, nesse caso, só falava a linguagem de um mestre que não se via como tal.

A *escrita insubmissa da história* desenvolvida em *Scenes of Subjection* opera, também, um rompimento com as divisões absolutas entre escravidão e liberdade. Hartman é bastante incisiva, ao demonstrar como todas as tentativas de integrar os antigos escravizados em uma narrativa de direitos liberais resultou em sua sujeição. O liberalismo pós-abolição discutido no livro tinha muito a cara do governo de Bill Clinton (1993-2001), o que, ela ressaltava, não significava “apagar as discontinuidades



e transformações inauguradas pela abolição da escravidão”, mas de problematizar os “emaranhados de escravidão e liberdade”, numa demonstração dos limites das “noções fáceis de progresso que se esforçam para erguer distinções absolutas” entre essas duas épocas (HARTMAN, 1997, p. 172). Portanto, endividada com a gramática desejada por Hortense Spillers, Hartman buscava em *Scenes of Subjection* um questionamento incisivo à temporalidade disciplinada, que, tão paranóica com anacronismo e distanciamento, insistia em negar qualquer possibilidade do entrelaçamento temporal entre nosso presente e aquele passado.

Não por acaso, *Scenes of Subjection* também deve ser pensado na esteira dos questionamentos à disciplinaridade levantados pela teórica pós-colonial Gayatri Spivak e seu *Pode o Subalterno Falar?* (2014). Para Saidiya Hartman, não se tratava apenas de interrogar as narrativas dominantes, com sua notável contingência e partidarismo, escrever a história dos dominados demandava a “recuperação do material de arquivo para fins contrários”, afinal, não havia a possibilidade de a consciência subalterna estar fora das representações dominantes ou dos documentos da elite (HARTMAN, 1997, p. 10). Tomando por base Walter Benjamin, ela argumentava que foi preciso ler os arquivos (autobiografias de negros alfabetizados por brancos, revistas e documentos de *plantations*, relatos de jornais, folhetos missionários, escritas de viagens, etnografias amadoras, relatórios governamentais etc.) à contrapelo, sem deixar, contudo, de entender o risco de reforçar a autoridade daqueles documentos (HARTMAN, 1997, p. 10-11). Essa prática indisciplinada de escrever a história seria, como ela coloca: “uma luta dentro e contra as restrições e silêncios impostos pela natureza do arquivo - o sistema que governa a aparência de declarações e gera significado social” (HARTMAN, 1997, p. 11). Posteriormente, ela intitularia seu método como “fabulação crítica”, “história especulativa”, “narração estreita” e “poética documental” (HARTMAN, 2020), um tipo de *escrita insubmissa da história*, ciente da performance intervencionista do historiador e da impossibilidade de uma reconstrução do passado separada das “desfigurações das preocupações atuais” (HARTMAN, 1997).

Em seu livro seguinte, *Lose Your Mother: A Journey Along the Atlantic Slave Route* (2007), Hartman continuaria sua frontal ruptura com a estrutura narrativa disciplinar da história. Tentando fazer emergir histórias sobre o comércio de escravos, ela viajou até Gana, na África, mas só conseguiu se deparar com a reticência dos ganenses em discutir a escravidão, cansados que estavam de ver mais uma pessoa dos Estados Unidos querendo saber de “suas origens”. Esse desejo autobiográfico dá conta da intenção do estudo de Hartman: indisciplinar a prática historiográfica convencional e refletir sobre as “pós-vidas da escravidão”. Há um trecho em que ela chega a colocar:

Na minha cidade, os homens negros têm uma vida útil vinte anos menor que os homens brancos, e a taxa de mortalidade infantil entre mulheres negras rivaliza com a de um país do terceiro mundo. Os negros têm cinco vezes mais chances de morrer de homicídios e dez vezes mais probabilidade de serem HIV positivos. Metade de todas as crianças negras crescem na pobreza e um terço de todos os afro-americanos vive na pobreza. Quase metade dos homens negros entre dezoito e vinte e cinco anos está na prisão, em liberdade condicional ou em liberdade supervisionada, e tem quatro vezes mais chances de serem sentenciados à morte do que brancos (HARTMAN, 2007, p. 129–30).

É notável o caráter emocional de tais afirmações, o sentido de confronto que essa confissão assume. Mais do que isso, é interessante como tudo é exposto sem que seja necessário a verificação por estatísticas reais ou extensas notas de rodapé. Por qual motivo? Esse cálculo da morte negra é de conhecimento de todos, ao ponto de que sua replicação em dados, muitas vezes, apenas ratifica a desumanização daqueles sujeitos. Essa parece ser a estratégia indisciplinar em jogo. É menos uma questão de seguir métodos disciplinados e mais um posicionamento ético, que tenta expurgar a objetificação de seu objeto: há sempre vidas por trás dos números.

Documentos mantidos por capitães de navios negreiros e companhias de seguros, utilizados como material de arquivo em *Lose Your Mother*, seriam o impulso para o debate proposto no artigo “Vênus em Dois Atos”, uma espécie de *post scriptum* do livro. Nele, Hartman acompanha a história de uma garota morta, que ela nomeia de “Vênus”, fichada em uma acusação judicial contra um capitão de navio negreiro julgado pelo assassinato de duas garotas negras. Como Hartman observou:

Há centenas de milhares de outras garotas que compartilham as suas circunstâncias, e essas circunstâncias geraram poucas histórias [*stories*]. E as histórias [*stories*] que existem não são sobre elas, mas sobre a violência, o excesso, a falsidade e a razão que se apoderaram de suas vidas, transformaram-nas em mercadorias e cadáveres e identificaram-nas com nomes lançados como insultos e piadas grosseiras. O arquivo, nesse caso, é uma sentença de morte, um túmulo, uma exibição do corpo violado, um inventário de propriedade, um tratado médico sobre gonorreia, umas poucas linhas sobre a vida de uma prostituta, um asterisco na grande narrativa da história [*history*] (HARTMAN, 2008, p. 2).

Se a história disciplinada tende a ser tão fascinada pelo arquivo transparente, que tudo comprove, pelo excesso mesmo dessas provas, o que fazer com um arquivo

onde o maior excesso seria, justamente, a violência constituinte da escravização? Essas perguntas interpelavam a *escrita insubmissa da história* de Hartman. O silêncio do arquivo sobre “Vênus” talvez gritasse algo, impondo uma aporia ao historiador no presente, algo que tinha a ver tanto com a dimensão *do que* mostrar, quanto sobre *como* mostrar:

Como se reescreve a crônica de uma morte prevista e antecipada, como uma biografia coletiva de sujeitos mortos, como uma contra-História do humano, como prática da liberdade? (...) Quais são os tipos de histórias a serem contadas por e sobre aqueles que vivem em um relacionamento tão íntimo com a morte? Romances? Tragédias? Gritos que fazem seu caminho para a fala e a canção? Quais são os protocolos e limites que moldam as narrativas escritas como contra-História, uma aspiração que não é profilática contra os riscos impostos pela reiteração da fala violenta e pela gramática da violência? (...) As possibilidades superam os perigos de olhar (de novo)? (HARTMAN, 2008, p. 3-4).

Como Hartman percebeu, os símbolos definidores da violência absoluta, o *baracoon* de escravos e o porão do navio negreiro, devem ser encarados não apenas como precursores das prisões Supermax, mas como símbolos da racionalização do Ocidente moderno, que detinham também o poder de controlar as práticas da história e a memória coletiva, estabelecendo uma “segunda ordem de violência” que transcendia temporalmente a abolição formal (HARTMAN, 2008, p. 5). Mesmo através do ímpeto indisciplinado de uma contra-História, havia sempre o perigo de se reproduzir, novamente, o “espetáculo do corpo negro em sofrimento” (ALEXANDER, 1994), de expor ao deleite disciplinar por arquivos abundantes aquilo que Hortense Spillers chamou de o caráter “pornotrópico” (SPILLERS, 1987, p. 67) da história dos escravizados. Partindo de uma postura autorreflexiva e indisciplinar, a fabulação crítica de Saidiya Hartman entendeu que, para “exceder ou negociar os limites constitutivos do arquivo”, foi necessário:

propor uma série de argumentos especulativos e, ao explorar as capacidades do subjuntivo (um modo gramatical que expressa dúvidas, desejos e possibilidades), ao moldar uma narrativa que se baseia na pesquisa de arquivo, e, com isso, quero dizer uma leitura crítica do arquivo que mimetiza as dimensões figurativas da história [*history*], eu pretendia tanto contar uma história [*story*] impossível quanto amplificar a impossibilidade de que seja contada. A temporalidade condicional do “que poderia ter sido”, segundo Lisa Lowe, “simboliza adequadamente o espaço de um tipo diferente de pensamento, um espaço de atenção produtiva à cena da perda, um pensamento com atenção duplicada que procura abranger

simultaneamente os objetos e métodos positivos da história [*history*] e da ciência social e as questões ausentes, emaranhadas e indisponíveis pelos seus métodos” (HARTMAN, 2008, p. 11, grifo da autora).

Aqui, a indisciplina não significa uma negação completa do saber historiográfico. Por isso ela fala em “atenção dupla”, uma maneira de lidar, de forma desnaturalizada, com os métodos dessa disciplina, através de um rearranjo da história, por meio da confrontação dos pontos de vista em questão. Se o arquivo que restou dos navios negreiros apenas reinscrevia uma violência contra corpos negros tornados anônimos, Hartman procura exercer a imaginação, pensar outras possibilidades do que “poderia ter acontecido ou poderia ter sido ou poderia ter sido feito” (HARTMAN, 2008, p. 11).

A legibilidade disciplinar não consegue captar os sussurros do porão, da mesma forma que a justiça reparativa não capta o sofrimento daquela “carga”. Os gemidos da “mercadoria” não são ouvidos nos tradicionais arquivos históricos. Isso tudo, afinal, é da ordem do impensado para determinada historiografia disciplinada. Daí por que Hartman ressalta que não busca “dar voz” aos subalternos. Ela reconhece que, mesmo em sua insubmissão, a escrita que ela produzia era “incapaz de ultrapassar os limites do dizível ditados pelo arquivo” (HARTMAN, 2008, p. 12), ou seja, a “dívida impagável” da escravização (FERREIRA da SILVA, 2019) também se faz presente na impossibilidade de se conhecerem e se recuperarem histórias como aquelas, na incapacidade de cumprir requisitos básicos da “ilusão realista usual na escrita da História” (HARTMAN, 2008, p. 12).

Esse jogo com as possibilidades e a imaginação remete a algo que parece cobrir todo o trabalho de Saidiya Hartman: o sentimento de incompletude da *abolição*. O que significa essa palavra no presente? Como a escrita da história relaciona-se com essa questão? Hartman ansiava que os pequenos atos de insurgência e contestação apresentados em *Scenes of Subjection* sugerisse “uma pequena medida de encorajamento e sirvam para nos lembrar que as falhas da Reconstrução ainda nos assombram” (HARTMAN, 1997, p. 14). Esses atos contestatórios não seriam encontrados em atividades políticas tradicionais, como comícios abolicionistas, convenções negras, na luta sufragista ou mesmo em atividades eleitorais etc., mas sim nos interstícios de um arquivo marcado por violência antinegra. Sendo assim, a “fabulação crítica” de Hartman está interessada em tornar audível desejos de liberdade, incômodos e utópicos, que excedem os valores dos direitos civis e políticos ressaltados por parte da história disciplinada. Se aqueles atos “indóceis”, “exorbitantes” e “excessivos” (HARTMAN, 1997, p. 6-7) eram tidos como a-históricos ou irrelevantes, essa escrita

insubmissa da história buscava interpretá-los como uma poderosa reivindicação sobre nosso presente, como algo que exige a imaginação de um futuro no qual as pós-vidas da escravidão tenham sido abolidas.

Partindo de uma posição de feminista negra, escrevendo em uma academia branca com suas tendências disciplinares, integracionistas e pacificadoras, Hartman procurou, como queria Spillers, *outra gramática*. Ela entendeu que, para “abandonar o catálogo absurdo da história oficial” (GLISSANT, 1992, p. 89), sua prática deveria ser indisciplinada, no nível da forma e em seu impulso retórico. Aqui não há o que Lewis Gordon chama de “o indicador mais evidente da declinação do pensamento” (GORDON, 2013, p. 19): a tendência a nunca parecer estar equivocado. A *escrita insubmissa da história* de Hartman convida o leitor a contruir o texto em conjunto. Nos termos de Toni Morrison: “a narrativa é radical, cria-nos a nós próprios no momento exato em que está a ser criada” (MORRISON, 1993).

## Fins indisciplinados para a história

Nos últimos anos, em paralelo à difusão global da agenda descolonizadora do Black Lives Matter, o Brasil vê uma explosão de dossiês, traduções, eventos acadêmicos etc. sobre a questão racial. Em um cenário que também é marcado por ataques, em sua maioria, apressados e/ou ressentidos, contra “identitários” em sua “cultura do cancelamento”, é notável o quanto um combate ao racismo antinegro assume um lugar significativo no discurso público, tornando-se, sobretudo, um produto rentável. Numa situação contemporânea em que as práticas coercitivas foram atualizadas e que passamos de um sistema de captividade absoluta para um de “captividade fractal”, no qual a violência se dá de outras maneiras, tornando possível, “a concomitância de nossa morte e de nosso sucesso”, Jota Mombaça estabelece uma meditação sobre como as representações artísticas e pensamento negros e anticoloniais, sob o ponto de vista de algumas instituições, vêm conquistando uma tendência de mercado e sendo vistas como uma “moda”. De que maneira essa *commodityficação* está amparada diretamente em uma imbricação entre as representações anticoloniais e a posição sócio-histórica dos negros? O fato de que o “debate antirracista” tenha se tornado uma tendência editorial/uma moda, reatualiza, como é algo corrente historicamente, os regimes de captura dos corpos negros que estão na origem do sistema capitalista ocidental? (MOMBAÇA, 2020).

Retornamos aqui a questão central deste texto e adicionamos outras perguntas: em uma realidade social no qual, como diria Audre Lorde, “nunca fomos feitos para

sobreviver” (LORDE, 2000, p. 255), como lidar com os ditames disciplinares da história? Se é possível perceber uma abertura de espaços editoriais e acadêmicos a produções sobre raça e racismo, como não imaginar que essa sirva para reinscrever um saber histórico disciplinado sobre os estudos negros? Não chega a ser curioso o quanto uma das principais reclamações sobre pesquisadores negros recaia, justamente, em sua falta de vigor teórico/disciplinar? O que deve pautar os estudos negros no campo da história? Reconhecimento? Reparação? Se a história é uma disciplina filha do colonialismo, se seu estabelecimento acadêmico se deu, em parte, através da forma em que ela trabalhava no projeto colonial, do que ela nos serve, se, afinal, “o ‘fim’ é a única coisa razoável que se pode fazer desse mundo capitalista racial”? (FERREIRA da SILVA; LEEB, STAKEMEIER, 2020). Dar outros sentidos e redefinir a própria prática da disciplina, ou seja, fazer com que a história não seja unicamente um patrulhamento de fronteiras disciplinares é um bom caminho, mas que, por si só, não basta.

Não se trata, é preciso deixar claro, de uma atualização neoliberal na qual o “letramento racial” do historiador seria importante para seu *know-how*. Para historiadores negros, escrever em uma disciplina que sempre nos convidou a “sair um pouco da sala de jantar e deixar a história começar outra vez” (SCHWARCZ, 2020), nos fez perceber que a indisciplina histórica e a imaginação radical são intensidades políticas poderosas. Indisciplinar a história não significa meramente “incluir diversidade” ou “trazer cor” à universidade-empresa, muito menos tomar culturas de passado não ocidentais como se elas fossem um mero antídoto que purificasse a historiografia dominante de sua histórica disciplinaridade antinegra. Essas *escritas insubmissas da história* não aceitam o trabalho de servir (como se domésticas submissas o fossem) à historiografia ocidental e ao neoliberalismo academicista, que buscam extrair dali experiências que contribuam para sua autodescoberta e engrandecimento pessoal.

O que fazer, então? Quando pensamos a história daqueles que vivem as “pós-vidas da escravidão” (HARTMAN, 2007, p. 6), esses projetos devem assumir uma dimensão ainda mais radical: a história indisciplinada deve atuar em conjunto com sonhos por abolição, desejos pelos quais tantos ainda se sacrificam nas ruas. A história indisciplinada, ainda, deve ter em mente, como demonstram as *escritas insubmissas* de Hortense Spillers e Saidiya Hartman, o quanto os protocolos disciplinares da história e a violência da razão são ferramentas do senhor as quais não estão dispostas a derrubar a casa-grande (LORDE, 2019, p. 137). Da mesma maneira que Denise Ferreira da Silva está interessada em como a poética (entendida em termos gerais) pode mudar os termos do discurso e da prática intelectual (FERREIRA da SILVA, 2019, p. 86), a fabulação crítica e a rebeldia da carne dessas *escritas insubmissas* oferecem, como



vimos, novas modalidades de escrever a história e de pensar o nosso mundo. Durante esse processo, certamente, outro tipo de historiador e de disciplina não será apenas possível, como também necessário.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Elizabeth. "Can you be BLACK and look at this?": Reading the Rodney King Video(s). **Public Culture**, New York, v. 7, n. 1, p. 77–94, 1994. Disponível em: <https://cutt.ly/6ffM7y7>. Acesso em: 23 jul. 2020.

AZOULAY, Ariella. Potential History: Thinking through Violence. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 39, n. 3, p. 548-574, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/670045>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BILGE, Sirma. The fungibility of intersectionality: na Afropessimist Reading. **Ethnic and Racial Studies**, Surrey, v. 43, n. 13, p. 2298-2326, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/wff90K3>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BLASSINGAME, John. **The Slave Community**: Plantation Life in the Antebellum South. New York: Oxford UP, 1972.

BRITISH COUNCIL. **O ensino de inglês na educação pública brasileira**: elaborado com exclusividade para o British Council pelo Instituto de Pesquisas Plano CDE. São Paulo, SP: British Council Brasil, 2015. Disponível em: [https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/final-publicacao\\_politicaspublicasingles-compressed.pdf](https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/final-publicacao_politicaspublicasingles-compressed.pdf). Acesso: 02 jun. 2021.

duCILLE, Ann. The Occult of True Black Womanhood: Critical Demeanor and Black Feminist Studies. **Signs**: Journal of Women in Culture and Society, Chicago, v. 19, n. 3, p. 591–629, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3174771>. Acesso em: 7 jul. 2020.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Tradução: José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.



FERREIRA da SILVA, Denise; LEEB, Susanne; STAKEMEIER, Kerstion. Um fim para 'este' mundo: entrevista de Denise Ferreira da Silva na revista *Texte Zur Knust*. **Revista DR**, [s. l.], v. 5, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/Nff0ER6>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FERREIRA da SILVA, Denise. Ninguém: direito, racialidade e violência. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 9, n.1, p. 67-117, 2014.

FERREIRA da SILVA, Denise. Para uma Poética Negra Feminista: A questão da Negridade para o (fim do) mundo. *In*: FERREIRA da SILVA, Denise. **A Dívida Impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019. p. 85-121.

FERREIRA da SILVA, Denise. **Toward a Global Idea of Race**, Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2007.

GILMORE, Ruth Wilson. **Golgen Gulag**: prison, surplus, crisis, and opposition in globalizing. Los Angeles: University of California Press, 2007.

GLISSANT, Édouard. **Caribbean Discourse**. Tradução de J. Michael Dash. Charlottesville: University Press of Virginia, 1992.

GLISSANT, Édouard. **The Poetics of Relation**. Tradução de Betsy Wing. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997.

GORDON, Lewis. **Decadencia disciplinaria**: Pensamiento vivo em tiempos difíciles. Tradução de Marina Anatolievna Dekaldieva; Dana Keen-Morales. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

HARTMAN, Saidiya; WILDERSON III, Frank B. The Position of Unthought. **Qui Parle**, Durham, v. 3, n. 2, p. 183-201, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20686156>. Acesso em: 1 jul. 2020.

HARTMAN, Saidiya. Intimate History, Radical Narrative. **Black Perspectives**, 22, maio, 2020. Disponível em: <https://www.aaihs.org/intimate-history-radical-narrative/>. Acesso em: 23 maio 2020.

HARTMAN, Saidiya. **Lose Your Mother**: A Journey Along the Atlantic Slave Route. New York: Farrar, Straus & Giroux, 2007.

HARTMAN, Saidiya. **Scenes of Subjection**: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America. Oxford: Oxford University Press, 1997.

HARTMAN, Saidiya. Under the Blacklight – Storytelling While Black and Female: Conjuring Beautiful Experiments. **Youtube**, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xGS5aP5Vi7g>. Acesso em: 03 ago. 2020.

HARTMAN, Saidiya. Venus in Two Acts. **Small Axe**, Durham, v. 12, n. 2, p. 1-14, 2008. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/241115>. Acesso em: 25 jun. 2020.

HULL, Gloria; BELL-SCOTT, Patricia; SMITH, Barbara, eds. **All the Women Are White, All the Blacks Are Men, But Some of Us Are Brave**. New York: Feminist Press, 1982.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**: Ensaios e Conferências. Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LORDE, Audre. **The Collected Poems of Audre Lorde**. New York: W.W. Norton, 2000.

MACHARIA, Keguro. **Frottage**: Frictions of Intimacy across the Black Diaspora. New York: NYU Press, 2019.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017.

MARABLE, Manning. Black studies and the racial mountain. **Souls**, New York, v. 2, n. 3, p. 17-36, 2000. Disponível em: <https://cutt.ly/CffBvgH>. Acesso em: 14 jul. 2020.

MCKITTRICK, Katherine. Mathematics Black Life. **The Black Scholar**, San Francisco, v. 44, n. 2, p. 16-28, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.5816/blackscholar.44.2.0016>. Acesso em: 15 jun 2020.

MELAMED, Jodi. **Represent and Destroy**: rationalizing violence in the new racial capitalismo. Minneapolis/London: University Minnesota Press, 2011.

MOMBAÇA, Jota. A Plantação Cognitiva. **Arte e descolonização**: MASP Afterall, São Paulo, v. 3, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/2ff1NDx>. Acesso em: 12 ago. 2020.

MORRISON, Toni. Toni Morrison Nobel Lecture. **The Nobel Prize**, 7, dez., 1993. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1993/morrison/lecture/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

MUHAMMAD, Khalil Gibran. **The Condemnation of Blackness: Race, Crime, and the Making of Modern Urban America.** Cambridge: Harvard University Press, 2010.

RANGEL, Marcelo de Mello. A urgência do giro ético-político: o giro ético político na teoria da história e na história da historiografia. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 13, p. 27-46, 2019.

RAWICK, George P. **From Sundown to Sunup: the Making of the Black Community.** Westport: Greenwood Pub., 1972.

RODRIGUEZ, Dylan. **Forced Passages: imprisoned radical intellectuals and the U.S. prison regime.** Minneapolis/London: University Minnesota Press, 2006.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. Filme de Beyoncé erra ao glamorizar negritude com estampa de oncinha. **Folha de São Paulo**. 2 ago. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/4ff0L7e>. Acesso em: 3 ago. 2020.

SEXTON, Jared. Afro-Pessimism: The Unclear Word. **Rhizomes: Cultural Studies in Emerging Knowledge**, Bowling Green, n. 29, 2016. Disponível em: <https://cutt.ly/1ffBhGo>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SNORTON, C. Riley. **Black on Both Sides: A Racial History of Trans Identity.** Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2017.

SPELLERS, Hortense J. Mama's Baby, Papa's Maybe: An American Grammar Book. **Diacritics**, Baltimore, v. 17, n. 2, p. 64-81, 1987. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/464747>. Acesso em: 02 jul. 2020.

SPELLERS, Hortense; HARTMAN, Saidiya; GRIFFIN, Jasmine et al. "Whatcha Gonna Do?": Revisiting Mama's Baby, Papa's Maybe: An American Grammar Book: A Conversation with Hortense Spillers, Saidiya Hartman, Farah Jasmine Griffin, Shelly Eversley, & Jennifer L. Morgan. **Women's Studies Quarterly**, Baltimore, v. 35, n. 1/2, p. 299-309, 2007. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27649677>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SPELLERS, Hortense. A Ideia de Cultura Negra. **Revista Translatio**, Porto Alegre, n. 13, p. 72-94, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/74345/42058>. Acesso em: 28 jun. 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TURIN, R.; AVILA, A.; NICOLAZZI, F. F. (org.). **A História (in)Disciplinada**: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. 1. ed. Vitória: Milfontes, 2019.

WARREN, Calvin. **Ontological Terror**: Blackness, Nihilism, and Emancipation. Durham: Duke University Press, 2018.

WEHELIYE, Alexander. **Habeas Viscus**: Racializing Assemblages, Biopolitics and Black Feminist Theories of the Human. Durham, North Carolina: Duke University Press, 2014.

WYNTER, Sylvia. "No Humans Involved": An Open Letter to My Colleagues. **Forum N.H.I.** : Knowledge for the 21st Century: Knowledge on Trial, Stanford, v. 1, n. 1, p. 42-73, 1994.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Allan K. Pereira é doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor substituído do curso de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). É membro do GT de Teoria e História da Historiografia da UFRGS. Pesquisa temas relacionados ao racismo antinegitude, Afro-Pessimismo e o Black Lives Matter.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Baraúnas, n. 351, Campina Grande, PB, CEP 58429-500, Brasil.

### FINANCIAMENTO

Essa pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

### AGRADECIMENTO

Sou grato a colegas que leram versões iniciais desse artigo e ofereceram sugestões críticas/incentivos, em especial Gabriel Gonzaga (Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP), Pedro Telles da Silveira (Universidade de Campinas - UNICAMP), Marcello Felisberto (UFRGS), Marcelo Ribeiro (Universidade Federal da Bahia - UFBA), Fernanda Sousa (Universidade de São Paulo USP), Renan Porto (University of Westminster), Kênia Freitas (Universidade Católica de Brasília - UCB) e Arthur Lima de Ávila (UFRGS).

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado

Flávia Varella – Editora chefe

Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada

María Inés Mudrovcic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Allan K. Pereira.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 31 de agosto de 2020.

Alterado em: 10 de junho de 2021.

Alterado em: 30 de junho de 2021.


Aprovado em: 8 de julho de 2021.

## O Pensamento Social no Brasil e os historiadores: notas sobre uma interdisciplinaridade desigual

Social Thought in Brazil and the historians: notes on an unequal  
interdisciplinarity

João Marcelo Maia <sup>a</sup>

E-mail: joao.maia@fgv.br

<https://orcid.org/0000-0002-3330-871X> 

<sup>a</sup> Fundação Getúlio Vargas,  
Centro de Pesquisa e Documentação em História  
Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

## RESUMO

Este artigo procura analisar a área de Pensamento Social no Brasil (PSB) à luz de suas aproximações e distanciamentos em relação ao campo da História. Sustenta-se a hipótese de que, a despeito da importância do trabalho de historiadores para a conformação dessa área, o PSB não se tornou um subcampo autônomo na disciplina, ao contrário do que ocorreu nas Ciências Sociais. O texto discute como a área foi marcada por uma interdisciplinaridade desigual que enfatizou a proximidade crescente com a sociologia. Tais resultados são brevemente cotejados com processos de consolidação de subáreas concorrentes no campo da História. Ao final, sugere-se uma aproximação contemporânea entre os historiadores e o PSB a partir de dois eixos: a) debates sobre intelectuais e arquivos; b) críticas a abordagens eurocêntricas e demandas por maior democratização de agendas de pesquisa.

## PALAVRAS-CHAVE

História Intelectual. Ciências Sociais. Historiografia Brasileira.

## ABSTRACT

This article analyzes the discipline of Social Thought in Brazil (STB), considering its similarities and differences with the broader field of History. Although crucial for shaping this discipline, the work of historians did not make STB an autonomous subfield in History – as occurred with the Social Sciences. In this sense, this text will explain how STB field was shaped by an unequal interdisciplinarity that moved it closer to Sociology, comparing the results with institutionalization processes of rival subjects/disciplines within the broader field of History. To conclude, the article proposes a dialogue between historians and the field of STB based on a) current debates about intellectuals and archives and b) criticism towards Eurocentric approaches and claims for more democratic research agendas.

## KEYWORDS

Intellectual history. Social Sciences. Brazilian Historiography.



## Introdução

Em artigo recente publicado em “História da Historiografia”, Thiago Tolentino (TOLENTINO, 2019) analisou a história do Pensamento Social no Brasil do ponto de vista historiográfico. Em seu texto, além de inventariar as primeiras ocorrências do termo, Tolentino tece uma crítica a esse campo disciplinar, argumentando que ele opera como uma espécie de “controle do imaginário” nos estudos sobre intelectuais e cultura, tema que já havia sido explorado para o caso do Pensamento Político (LESSA, 2011). Os cientistas sociais praticantes da área privilegiaram um cânone de corte político-sociológico que excluiria vastas áreas da cultura intelectual brasileira, em um movimento que diria respeito às estratégias próprias de disciplinarização. Nas palavras do autor:

Com o passar do tempo, o PSB parece se tornar uma espécie de espelho temporal dos cientistas sociais que buscam obras e constroem cânones que conferem identidade ao seu *métier* de maneira genérica, num duplo sentido: tanto como gênero de escrita segundo um modelo científico-racional de explicação de uma realidade, quanto, num sentido mais geral, abrigando produções que podem variar entre o ensaio, o artigo, a crítica, a monografia, a tese acadêmica etc., não havendo espaço, porém, para produções que escapem a tais formas discursivas, como a literatura, a canção, as artes plásticas etc. Por isso, um Frei Vicente de Salvador pode compor tal cânone e uma figura como Machado de Assis, não. Não se trata de mera seleção de nomes, mas da epistemologia que asseguraria a determinados tipos de discurso um caráter explicativo científico ou pré-científico que lhes afiançaria a entrada em tal tradição privilegiada (TOLENTINO, 2019, p. 360).

Logo em seguida, Tolentino arremata: “Por sua força no interior das ciências sociais, o campo do PSB privilegiou certas explicações, hoje vistas como interpretações do país, segundo um cânone de viés sociológico” (TOLENTINO, 2019, p. 360).

Embora discorde da afirmação do autor sobre a suposta estreiteza do cânone no Pensamento Social no Brasil (basta atentar para a frequência com que trabalhos sobre literatos e músicos têm aparecido no Grupo de Trabalho - GT com mesmo nome na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS), considero o artigo muito interessante, por situar uma questão pouco discutida e que diz respeito ao modo como essa área vivenciou intensa institucionalização disciplinar no campo das Ciências Sociais, processo que não encontrou espelhamento na História, área em que

temas similares são debatidos sob outras rubricas, tais como “História Intelectual”, “História do Livro e da Leitura” e “História da Historiografia”.

Este artigo tem um duplo objetivo: inicialmente, ele procura analisar a institucionalização da área de Pensamento Social no Brasil nas Ciências Sociais à luz das aproximações e dos distanciamentos em relação ao campo da História. Minha hipótese é de que, a despeito da relativa importância do trabalho de historiadores na área, o Pensamento Social não se tornou um campo autônomo na disciplina de História. Uso a categoria de “interdisciplinaridade desigual”, para analisar como o PSB se enraizou mais fortemente nas Ciências Sociais do que na História. Em um segundo momento, o artigo aponta caminhos para a retomada desse diálogo por meio de dois movimentos: a) um debate teórico-metodológico sobre os intelectuais e seus arquivos, tema caro aos historiadores e para o qual estudiosos do PSB têm aportado significativas contribuições; b) uma discussão crítica sobre o eurocentrismo que se articula a reivindicações por uma maior democratização das agendas de pesquisa da vida intelectual brasileira.

Esses objetivos traduzem-se em duas seções. Na primeira, lanço mão de balanços bibliográficos sobre a área de PSB e artigos que empregam ferramentas das Humanidades Digitais para produzir evidências mais robustas sobre o processo de institucionalização. Além disso, também analiso dados extraídos de pesquisa feita nos anais da Associação Nacional de História (ANPUH) e artigos sobre a consolidação disciplinar de subáreas concorrentes no campo da História que “espelham” temas e questões próximas à área do Pensamento Social no Brasil. O ponto é evidenciar como se constituiu e se reproduziu essa interdisciplinaridade desigual. Na segunda seção, parto de um diálogo com o artigo de Paulo Iumatti e Thiago Nicodemo (2018) sobre escrita da História e novos desafios teórico-metodológicos para estabelecer pontos de aproximação entre a área de PSB e os historiadores, com destaque para as duas dimensões anteriormente apontadas. O objetivo é retomar um efetivo diálogo interdisciplinar, abrindo caminho para a tematização silenciada que analiso na primeira seção.

## O Pensamento Social no Brasil: crônica de uma interdisciplinaridade desigual

Na definição do campo do PSB, há dois problemas a enfrentar: um de ordem cronológica; outro de natureza classificatória. No primeiro caso, há que se definir a temporalidade desse objeto disciplinar peculiar, já que é possível rastrear a emergência de uma reflexão sobre as ideias que fundam o Brasil até o século XIX (TOLENTINO, 2019; LYNCH, 2016). Lynch (2016) considera que podemos datar essa

gênese disciplinar nos anos de 1950 e 1960, com o surgimento de obras clássicas de Guerreiro Ramos, Cruz Costa e outros que tentavam sistematizar a história intelectual do país. Nos anos de 1970, os estudos de Wanderley Guilherme dos Santos e Bolívar Lamounier sobre pensadores liberais e autoritários seriam centrais no estabelecimento dessa reflexão no âmbito de programas de pós-graduação, em especial no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, da Universidade Candido Mendes, UCAM.

Já o problema classificatório refere-se à mistura entre pensamento “político” e “social” nos primórdios da institucionalização da área, na década de 1970, e a subsequente convivência – não necessariamente harmônica – entre essas duas dimensões durante um bom tempo no universo das Ciências Sociais. Ainda de acordo com Lynch, tal convivência explica-se pelas batalhas metodológicas entre “empíricos” e “teóricos” no campo da ciência política brasileira, que teria levado os segundos – minoritários diante da maré institucionalista – a afirmarem de forma estratégica sua conexão com outras disciplinas e abordagens, de forma a valorizarem sua própria concepção menos instrumental e limitada da disciplina.

Neste artigo, entende-se o “pensamento social no Brasil” como um campo disciplinar associado à institucionalização recente da pesquisa em pós-graduação no país, processo iniciado na década de 1970 e acelerado nos anos seguintes. Ao longo desse período, consolidou-se uma meta-reflexão sobre a própria disciplina, com a realização de encontros temáticos, a formação de grupos de pesquisa no âmbito de associações científicas e a eleição de um cânone fundador. Os textos de Wanderley Guilherme dos Santos e Bolívar Lamounier, citados por Lynch, por exemplo, operam hoje como clássicos fundadores da área, pois são lidos em função de suas repercussões nos debates teórico-metodológicos que se seguiram.

No que se refere ao dilema classificatório, assume-se aqui a indistinção que marca boa parte da história desse campo disciplinar, incluindo no campo do Pensamento Social no Brasil o que Lynch reivindica como PPB (Pensamento Político Brasileiro). Como o próprio autor admite, essa separação mais distinta é operação bem recente, o que não implica desconsiderar as eventuais tensões entre os praticantes do campo.

Uma peculiaridade da área de Pensamento Social no Brasil é a sua *interdisciplinaridade desigual*, categoria que designa tanto um problema morfológico, como também identitário. Afinal, o PSB é uma área que congrega sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e, em menor escala, até historiadores, mas que sempre teve certo predomínio dos primeiros, tendência que se radicalizou na última

década. Em artigo recente (BRASIL JUNIOR; JACKSON; PAIVA, 2020), um levantamento com os 185 participantes do GT de mesmo nome da ANPOCS, entre 1983 e 2018, revelou a seguinte distribuição: 44% de sociólogos; 19% de antropólogos; 14% de cientistas políticos; e 11% de historiadores. Ao analisarem apenas os participantes com titulação a partir de 2003, esse predomínio aumenta significativamente, o que levou os autores a afirmar que: “se a sociologia sempre foi a disciplina com o maior número de participantes no GT (ver Figura 1), nos últimos anos, a tendência evidenciada pelos dados coligidos é o de reforço dessa concentração disciplinar.” (BRASIL JUNIOR; JACKSON; PAIVA, 2020, p. 13).

Os mesmos autores também apresentam um gráfico de orientações de trabalhos acadêmicos que identifica os principais nós envolvendo orientadores e alunos. Três dos quatro principais nomes são de acadêmicos com forte interlocução com a área de História, mas com conhecidas vinculações institucionais com as Ciências Sociais: Ricardo Benzaquen de Araújo, José Murilo de Carvalho e Lilia Schwarcz, sendo Sérgio Miceli outro orientador de destaque.

Essa natureza desigualmente interdisciplinar também se relaciona com outras características da área, entre as quais: a) o seu relativo insulamento em relação aos processos de internacionalização disciplinar, visto que “pensamento social no Brasil” é palavra-chave de difícil espelhamento na geopolítica acadêmica internacional (MAIA, 2017); b) a valorização do ensaísmo não apenas como objeto de estudo, mas como forma intelectual atualizada em estudos contemporâneos que se valem de pesquisas sobre autores clássicos para recolocar o desafio de “pensar o Brasil” (BRANDÃO, 2005; BOTELHO, 2015).

Com relação ao insulamento, interessante notar como o fenômeno comporta efeitos ambíguos. Por um lado, implica o posicionamento da área como espécie de memória coletiva dos processos de institucionalização das ciências sociais e humanas nacionais. Mas, por outro, revela uma dificuldade em questionar o paradigma do Estado-Nação e o próprio cânone brasileiro que traduz o protagonismo de uma elite letrada autorizada a pensar o país. Não à toa, o já citado estudo de Brasil Junior, Jackson e Paiva mostra um protagonismo de instituições acadêmicas da região Sudeste nos dados de filiação institucional, particularmente de programas de pós-graduação de grande prestígio no eixo Rio-São Paulo, como IUPERJ, Universidade de São Paulo - USP e Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Já a valorização do ensaísmo implicou a presença de estilos de trabalho intelectual que resistiram ao processo de especialização disciplinar e à fragmentação temática

das ciências sociais. Em um momento em que se abandonara o interesse por obras com visadas macrossociológicas que tematizavam o país, a área de PSB continuou produzindo pesquisas que articulavam a investigação de ideias e de obras clássica do cânone com hipóteses atuais sobre os processos de modernização do país e os impasses da condição periférica. Alguns exemplos conhecidos são os estudos de Luiz Werneck Vianna sobre o iberismo e o americanismo na formação brasileira (VIANNA, 1997); a hipótese de Gildo Marçal Brandão sobre as linhagens que constituíram o pensamento brasileiro (BRANDÃO, 2005); e, num registro distinto, a tese de Heloísa Starling sobre Guimarães Rosa (STARLING, 1999), em que a autora propõe uma interpretação da obra máxima do escritor mineiro à luz de reflexões da teoria política e do pensamento brasileiro sobre os desafios da fundação republicana do país. É o próprio Brandão que oferece uma interpretação sobre essa incessante atualização do ensaísmo à luz de questões científicas contemporâneas:

A reflexão sobre o pensamento político e social revelou-se, entretanto, demasiada rebelde para ser tratada como mera pré-história ideológica a ser abandonada tão logo se tenha acesso à institucionalização acadêmica da disciplina científica. Demonstrou-se, ao contrário, um pressuposto capaz de ser continuamente reposto pelo evoluir da ciência institucionalizada - como um índice da existência de um corpo de problemas e soluções intelectuais, de um estoque teórico e metodológico aos quais os autores são obrigados a se referir no enfrentamento das novas questões postas pelo desenvolvimento social, como um afiado instrumento de regulação de nosso mercado interno das ideias em suas trocas com o mercado mundial (BRANDÃO, 2005, p. 233).

Outro indicador importante para avaliar a consolidação disciplinar de uma dada área é a produção de balanços bibliográficos e reflexões sobre a evolução do campo efetuadas por especialistas, nos quais se analisem os principais debates, tensões internas e oposições que são cruciais para forjar uma disciplina específica. No caso das Ciências Sociais, há muitos textos sobre o Pensamento Social no Brasil. Em seu artigo, Brasil Jr. Jackson e Paiva listam nada menos do que onze estudos, publicados entre 1999 e 2017!

Os primeiros balanços mais conhecidos foram realizados por Lucia Lippi Oliveira (OLIVEIRA, 1999) e Sérgio Miceli (MICELI, 1999), ambos publicados na mesma coletânea editada pela ANPOCS – intitulada “O que ler nas Ciências Sociais Brasileiras” e que tinha evidente disposição para disciplinar áreas temáticas e fornecer mapas de leituras e controvérsias fundamentais. Pouco mais de uma década depois,

Lilia Schwarcz e André Botelho editaram em “Lua Nova” o resultado de uma entrevista coletiva com doze pesquisadores no campo do pensamento social no Brasil (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011). O próprio formato do texto – um conjunto de questões apresentadas a um corpo de especialistas na área – já induz a produção de um debate em torno das principais controvérsias temáticas, dado crucial para a consolidação de uma disciplina.

Mas esse intenso processo de autorreflexão disciplinar não incluiu uma análise sobre o lugar do Pensamento Social na área de História, a despeito da relevância de vários historiadores e instituições na própria criação do GT da ANPOCS. O caso do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é exemplar para ilustrar essa indiferença disciplinar. Nessa instituição emergiu o importante projeto “Brasileira”, na primeira metade da década de 1970, por meio do qual se iniciou um estudo sobre a bibliografia focada na Revolução de 1930. Esse impulso inicial desdobrou-se em pesquisas sobre o Estado Novo e a relação entre intelectuais e política, avançando sobre as décadas seguintes. Além disso, o CPDOC também abrigou discussões teórico-metodológicas sobre arquivos privados e seus usos para a investigação historiográfica (HEYMANN, 1997), que imprimiram uma marca peculiar na contribuição da instituição para os debates sobre o pensamento social. Entre os pesquisadores com vinculação mais estrita ao campo da História, Ângela de Castro Gomes foi presença fundamental nos primeiros tempos do GT de Pensamento Social no Brasil, afastando-se progressivamente, em movimento que coincidiu com a emergência de subáreas temáticas na História que discutiam temas similares. Já Ricardo Benzaquen de Araújo desempenhou papel constante no GT, em especial pela relevância de sua obra sobre Gilberto Freyre (ARAÚJO, 1994) e pelo seu prolífico trabalho de orientação, mas sua formação híbrida (graduação em História pela PUC-Rio, mestrado e Doutorado em Antropologia pelo Museu Nacional da UFRJ e alguns bons anos orientando teses e dissertações de Sociologia no IUPERJ) desafiava as fronteiras disciplinares. O seu repertório analítico, por sua vez, combinava Teoria Literária, Teoria da História e Antropologia, escapando aos limites estritos da pesquisa historiográfica.<sup>1</sup>

A despeito dessa centralidade, o melhor texto analítico sobre a instituição e seu trabalho na área do Pensamento Social no Brasil pouco menciona a inscrição desse grupo no campo da História (BASTOS, 2003). No seu estudo, Elide Rugai Bastos delimita a interdisciplinaridade como uma das marcas dos procedimentos metodológicos do CPDOC, mas o começo e o final de seu texto destacam a contribuição do Centro para a

<sup>1</sup> Aqui não menciono as contribuições de Lúcia Lippi Oliveira e Helena Bomeny, figuras centrais para o GT da ANPOCS, por se tratar de intelectuais com formação em Ciências Sociais e mais atuação nesse campo.



reflexão no campo das ciências sociais. Ao abrir a sua argumentação sobre a relevância da tarefa de organização documental empreendida pelo Centro, a autora explica que não seria apenas o sucesso no uso desses documentos por outros pesquisadores que mediria a contribuição do CPDOC. Segundo ela:

Mas a constatação disso, embora o fato sozinho justifique tanto a existência do Centro quanto o trabalho desses investigadores e ainda legitime o produto resultante de suas pesquisas, não explica o porquê de os componentes do grupo se terem inscrito de forma tão significativa na área de estudos sobre o pensamento social brasileiro e terem trazido uma contribuição fundamental para o desenvolvimento das ciências sociais entre nós (BASTOS, 2003, p.98).

E, ao concluir, Bastos afirma: “Considerando que o estudo dos intelectuais e sua interpretação do país é elemento constitutivo da reflexão das ciências sociais no Brasil, esse grupo se insere de modo pleno nos mais expressivos debates sobre a questão” (BASTOS, 2003, p.109). Ou seja, a autora implicitamente relaciona o trabalho científico na área de PSB ao campo das ciências sociais, mesmo quando analisa uma instituição consagrada entre profissionais da História e Arquivologia.

Mais recentemente, vê-se algum esforço dos cientistas sociais em romper esse estatuto de indiferença disciplinar que marca a relação entre a área de Pensamento Social e a História. Em estudo publicado na “Revista Brasileira de Sociologia”, Alejandra Josiowicz e Antônio Brasil Junior (JOSIOWICZ; BRASIL JR., 2019) empreenderam extenso estudo bibliométrico sobre a área, como forma de introduzir o trabalho realizado no âmbito da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS), uma iniciativa digital que busca mapear a produção de teses, dissertações e artigos e criar mecanismos de indexação. Ao explicarem as peculiaridades do campo, Josiowicz e Brasil Jr. comparam-no com a história intelectual latino-americana, com forte enraizamento na Argentina, e os estudos latino-americanistas praticados na academia norte-americana, que se lastreiam em intenso diálogo com os “Cultural Studies”. A despeito de possíveis fertilizações promissoras e diálogos cruzados, os autores não deixam de apontar a centralidade da sociologia no Pensamento Social no Brasil em detrimento da História, disciplina mais importante para os outros dois campos (JOSIOWICZ; BRASIL JR, 2019, p.13)

Esse diagnóstico já fora feito por André Botelho em texto na revista argentina “Prismas” (BOTELHO, 2015), que, ao fazer uma apresentação sintética do trabalho



da BVPS, enumera dados quantitativos que evidenciam a recorrência do termo na Plataforma Lattes. Além disso, a despeito da já mencionada interdisciplinaridade que marca a área, na qual convivem profissionais de diferentes formações, há relativa centralidade da sociologia da cultura e da teoria social na conformação de agendas e questões – confirmando a tese da *interdisciplinaridade desigual*. Não à toa, Botelho finaliza o artigo sugerindo uma aproximação mútua entre o Pensamento Social no Brasil e o campo da História Intelectual de forma mais ampla, que acredito fornecer boa pista para o diálogo buscado aqui.

Finalmente, a análise dessa interdisciplinaridade desigual deve ser também buscada em desdobramentos intrínsecos ao grande campo da História. Uma pesquisa nos anais da Associação Nacional de História (ANPUH) revela indícios de diálogos que eventualmente foram perdidos.<sup>2</sup> Ao longo dos anos de 1980, foram raras as ocorrências do termo “Pensamento Social” ou mesmo de categorias similares. Porém, no seminário de 1993, realizado em São Paulo, há grupos de comunicações coordenadas com o tema “Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil” e “História e produção intelectual”. O primeiro repetiu-se no congresso de Recife em 1995, que também abrigou comunicações coordenadas sob o tema “As sociabilidades intelectuais no Rio de Janeiro dos sécs. XIX e XX”, “Intelectuais, Estado e poder no Brasil do século XX” e “Da Europa para o Brasil: os imigrantes europeus, a circulação de ideias e o pensamento político brasileiro no fim do século XIX e início do XX”. No mesmo seminário, foi realizada uma mesa-redonda com o título “Desconstruindo identidades: as marcas da escravidão na historiografia e no pensamento social brasileiro”.

Os encontros de 1997 e 1999 reiteram essa tendência, com uma grande quantidade de temas afinados com o que se faz na área de Pensamento Social no Brasil. Podem-se citar, por exemplo, as comunicações coordenadas do ano de 1997 intituladas “Nação, nacionalismo e pensamento conservador”; “Civilização e cidadania no pensamento brasileiro (século XIX)” e “Discutindo identidades intelectuais e instituições”. Já no último encontro da década, surgem os temas “Intelectuais e política: geração, trajetória e sociabilidade”; “Interpretações do Brasil: da descoberta às descobertas”, “Inventores de um certo Brasil” e “Projetos para o Brasil”.

Porém, a consolidação dos GTs, posteriormente convertidos em Seminários Temáticos (STs) no encontro de 2003 em João Pessoa, produz uma alteração no cenário. A emergência dos Seminários sobre História da Ciência, criado como GT em 1997, e História Cultural parecem ter colaborado para disciplinarizar os estudos realizados

<sup>2</sup> Agradeço a doutoranda do PPHPBC/CPDOC Regiane Matos pela realização da pesquisa.

sob essa rubrica no âmbito da ANPUH, e ocorrências relacionadas ao pensamento social não se mostram mais tão frequentes. Assiste-se a uma tentativa de retomada da interlocução em 2011 com o ST sobre “Memórias, Histórias e Sensibilidades”, que busca explicitamente inscrever a discussão que se fazia nos GT da ANPOCS nos encontros de História, mas com enquadramento mais pertinente ao campo. Não à toa, seus coordenadores – Antônio Herculano e Nísia Trindade Lima – são pesquisadores de destaque na ANPOCS, tendo ambos sido coordenadores do GT de Pensamento Social.

De modo geral, esse movimento indica que os objetos usualmente tratados no campo do Pensamento Social – os intelectuais e autores, suas obras e sua recepção – passam a ser disciplinarizados de diferentes maneiras em subáreas temáticas crescentemente especializadas, que desenvolvem não apenas agendas particulares, como aprofundam abordagens metodológicas cada vez mais sofisticadas.

Veja-se, por exemplo, como nos anos de 1980 e 1990 o campo da História do Livro e da Leitura tornou-se uma subárea densa, com a geração de teses e de análises sobre bibliotecas, práticas de leitura e circulação de impressos em diferentes contextos históricos (VILLALTA, 2005). Obras de referência na área, como o livro de Marisa Lajolo e Regina Zilberman (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996) sobre a formação da leitura no Brasil têm hoje mais de mil citações no Google Scholar. Curiosamente, as próprias autoras reconhecem, no prefácio à segunda edição, editada em 2019, o débito com Antônio Cândido e seu conceito de sistema literário – não à toa, um autor canônico no campo de estudos do Pensamento Social no Brasil.

Processo similar ocorreu no campo da História da Historiografia, que hoje conta com uma revista vinculada a uma sociedade de mesmo nome. Em artigo que dissecou a construção da polêmica entre “modernos” e “pós-modernos” entre historiadores brasileiros nos anos de 1990, Germiniano dos Santos demonstra como esse embate, sustentado por meio de uma caracterização frouxa do segundo campo e das posições de próceres a ele associados, particularmente Hayden White, relacionava-se ao processo de afirmação disciplinar do ofício historiográfico. Ou seja, as discussões de White sobre as formas de escrita da História são tomadas como ameaças ao esforço de construção das fronteiras disciplinares. Como afirma Germiniano:

As “novas” oficinas de Clio – as pós-graduações – e seus trabalhadores – os historiadores profissionais acadêmicos – ganham uma centralidade ainda maior nos anos 1990. É nesse momento que o rigor das regras, dos procedimentos, das técnicas, o aval dos pares é o que passa a garantir falar em nome do real ou representar o passado. Os documentos, as técnicas

de cotejamento, a erudição, o grupo: são esses mecanismos que, daquele momento em diante, se impõem como valor de prova, que conferem realidade, legitimidade, credibilidade, verdade e autoridade ao discurso do historiador profissional, (...) (GEMINIANO DOS SANTOS, 2019, pg. 332).

Ou seja, se os dados da ANPUH mostram um diálogo entre Pensamento Social e historiadores ao longo da década de 1990, o desfecho da disputa travada no mesmo período e analisada por Germiniano consolidou práticas de trabalho e de vigilância intelectual que favoreceram a construção de subáreas crescentemente especializadas. Nessas áreas, seriam desenvolvidas pesquisas que se debruçaram sobre autores frequentes no Pensamento Social no Brasil, mas que seriam enquadrados no âmbito da institucionalização da disciplina e de suas práticas de memorialização e consagração, como se vê na tese de Rafael Pereira da Silva sobre Sérgio Buarque de Holanda (PEREIRA DA SILVA, 2015).

Em livro que se propõe a funcionar como uma introdução à História da Historiografia, Nicodemo, Santos e Pereira (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018) argumentam que a consolidação do termo “história da historiografia” no Brasil não discrepa em termos cronológicos do que se verificou em outros países, o que sugere um alinhamento ao debate internacional que certamente favoreceu o futuro processo de disciplinarização da área – ao contrário do caso do Pensamento Social, cuja delimitação disciplinar se deu em franco insulamento.

Interessante notar como alguns historiadores próximos da área do Pensamento Social no Brasil parecem valorizar exatamente uma tradição interdisciplinar desconfiada de processos de especialização mais agudos, em especial nos campos da Historiografia dedicados ao estudo das ideias e dos intelectuais. Em entrevista dada à revista “Estudos Históricos” em 2017, a historiadora (com doutorado em Ciência Política!) Heloísa Starling responde da seguinte maneira a uma pergunta dos entrevistadores sobre o papel do IUPERJ:

Havia muita coisa florescendo lá, e isso fornecia entradas fundamentais para se escapar da historiografia francesa, que vinha de São Paulo, e trilhar caminhos propostos pela produção inglesa, norte-americana e alemã. (...) Parte dessas pessoas que se formaram no IUPERJ foi lecionar na PUC-Rio e pôde desenvolver essas ideias. Na PUC, como no IUPERJ, havia essa disposição para funcionar como um lugar de fronteira - espaço de encontro entre áreas de conhecimento entre si diferentes. Existia uma relação muito próxima que agregava História, Filosofia e Letras, nesse

caso estimulada pela cátedra portuguesa da dona Cleonice Berardinelli. A partir dali começaram a se organizar eventos - como o Seminário Hannah Arendt, promovido pelo filósofo Eduardo Jardim - aos quais compareciam pesquisadores da História, da Ciência Política, da Filosofia, das Letras... Portanto, o IUPERJ e a PUC-Rio foram essenciais para o desenvolvimento a História das Ideias no Brasil (HOLLANDA; SILVA, 2017, p. 772).

Como se vê, os estudos sobre intelectuais-historiadores, suas obras e sua circulação têm ganhado importância no campo da História, mas são trabalhados à luz de agendas teórico-metodológicas próprias de distintos subcampos, em pesquisas que pouco ou nada dialogam com a área de Pensamento Social no Brasil, que se vê cada vez mais próxima da Sociologia.<sup>3</sup> Mas, é possível e desejável estabelecer pontos de contato? Como se verá na próxima seção, alguns dos questionamentos que a própria área de Pensamento Social tem feito podem dialogar com os problemas trabalhados entre os historiadores, e vice-versa.

## Por um novo diálogo entre Pensamento Social e Historiografia

Em um recente artigo, Paulo Iumatti e Thiago Nicodemo fazem uma análise do uso de arquivos pessoais em pesquisas sobre a escrita da História, oferecendo um bom painel tanto sobre as potencialidades do campo, como também sobre seus desafios para o futuro. Em seu texto, os autores destacam quatro temas que permitiram ganhos analíticos significativos: "1. A ideia de "redes" intelectuais; 2. A historicidade da relação entre intelectuais e esfera pública; 3. Os processos de criação; e, finalmente, 4. O arquivo pessoal como memória retrospectiva" (IUMATTI; NOCODEMO, 2018, p. 100).

No mesmo texto, Iumatti e Nicodemo também apontam algumas questões que demandam maior exploração por pesquisas futuras no campo da História da Historiografia (IUMATTI; NOCODEMO, 2018, p. 114-115). São elas: a) necessidade de descolonização teórica; b) ampliação da interdisciplinaridade e maior investimento em fontes que não as correspondências, como, por exemplo, marginalias, fichamentos etc. c) historicização da categoria de "intelectuais"; d) diálogo com abordagens transnacionais e globais; e) consideração da meta-história dos arquivos; f) construção de uma agenda progressista, com maior centralidade para grupos historicamente subalternos na sociedade brasileira.

<sup>3</sup> Poderíamos também discorrer sobre os campos da História Cultural e da História Intelectual, mas isso levaria a uma narrativa por demais enfadonha. O argumento se sustenta com os exemplos anteriores, restando-nos apontar que a constituição dessas duas áreas no Brasil demandaria maior investimento analítico.

O texto é exemplar para pensar novas possibilidades de diálogo entre os historiadores e o PSB, em especial pelo destaque que Iumatti e Nicodemo conferem a trabalhos que se debruçam sobre autores canônicos do ensaísmo brasileiro (como Oliveira Vianna, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda) e sobre processos de construção institucional da disciplina da História. Essa forma de reflexão também se notabilizou no campo do Pensamento Social no Brasil, em que o acúmulo de dissertações e teses demandou uma crescente ampliação do uso de novas fontes primárias ou o desenvolvimento de abordagens que implicassem a desestabilização de interpretação consagradas sobre autores e obras já muito visitadas pela crítica. O trecho a seguir, que fecha a seção dedicado aos usos do arquivo pessoal como memória retrospectiva, poderia também ilustrar desdobramentos recentes no PSB:

Se o processo de constituição de um arquivo está relacionado com os próprios processos de consagração e de desejo de memória do seu titular ainda atuante, cabe à teoria e história da historiografia assumir o desafio hermenêutico de pesquisas de maior abrangência e articuladas em dois planos temporais entrecruzados: a evolução cronológica do pensamento e sociabilidade de determinado autor e sua rede, em contraposição ao desafio retrospectivo de se compreender como determinadas interpretações foram se cristalizando ao longo do tempo, informando a imagem que nos foi historicamente produzida sobre autores e temas (IUMATTI; NICODEMO, 2018, p.112).

Destaco do texto dos autores dois eixos que me parecem especialmente úteis para construir um novo diálogo entre historiadores e PSB: a reflexão sobre como trabalhar com novas fontes primárias para o estudo dos intelectuais e a busca por argumentos teóricos não eurocêntricos que apontem para uma maior democratização da agenda de pesquisa brasileira e para a própria compreensão do que sejam “intelectuais”.

Com relação ao primeiro eixo, Iumatti e Nicodemo afirmam:

Apesar da já mencionada relativa ausência de diálogo com a vertente brasileira da crítica genética, pesquisadores brasileiros se debruçaram, a partir dos anos 1990, sobre o estudo do processo de construção de obras históricas, utilizando-se, para tanto, de acervos pessoais (IUMATTI; NICODEMO, 2018, p. 109).

Interessante notar que esse movimento em direção à crítica genética tem sido feito por parte dos pesquisadores do PSB. Em sua dissertação sobre a construção da obra clássica de Oliveira Vianna, “Populações Meridionais do Brasil” (BITTENCOURT, 2013), André Bittencourt vale-se de intensa pesquisa nos materiais disponíveis na Casa Oliveira Vianna para apreender os diferentes momentos de construção da reflexão de Vianna sobre o liberalismo e o americanismo. Tal movimento lhe permite questionar a estabilidade de “Populações Meridionais do Brasil” por meio de uma evidenciação dos bastidores de seu fazimento, o que o faz matizar as hipóteses sobre o suposto iberismo do pensador fluminense. Já o artigo de André Botelho e Maurício Hoelz (BOTELHO; HOELZ, 2016) sobre Mário de Andrade faz uso das crônicas jornalísticas do intelectual paulista sobre música, o que possibilita adensar a interpretação sobre os nexos entre popular e erudito na obra de Mário, além de sustentar hipótese mais geral sobre a ética do sacrifício em sua trajetória. O diálogo explícito com a crítica genética faculta a Botelho e Hoelz mergulhar nos processos de criação intelectual do autor de “Macunaíma”, evitando tanto interpretações canônicas que se foquem nas obras tidas como “acabadas” como análises que pensem as fontes primárias como evidências de um pensar supostamente mais puro ou original, desprovidos de mediação. Nas palavras dos autores:

Assim procedendo, abriríamos mão dos ganhos oferecidos pela ideia de processo, qual seja, tomar o movimento como um todo, atentando para as várias dimensões que conferem sentidos normalmente diferenciados, quando não opostos. No entanto, também aqui é recomendável desenvolver uma escuta polifônica e levar a sério esses materiais jornalísticos que o próprio Mário de Andrade (1976, p. 11) admite ter escrito “sobre o joelho no intervalo das horas, destinando-os a existência dum só dia”. Talvez eles possam contribuir não apenas para questionar a noção de obra “canônica”, como também para escapar de algumas das próprias interpretações, também elas canônicas, de que a obra de Mário de Andrade vem sendo objeto. Afinal, é preciso começar por reconhecer que nem o “ensaísmo”, nem as “interpretações do Brasil” esboçadas nesses textos constituem realidades ontológicas estáveis, sendo antes objetos de disputas cognitivas e políticas e, nesse sentido, recursos abertos e contingentes, ainda que não aleatórios, no presente (Botelho 2010) (BOTELHO; HOELZ, 2016, p. 271).

Mas as aproximações possíveis não se esgotam aí. O trabalho de dessacralização efetuado por historiadores que analisam os processos de consagração memorialística dos precursores da disciplina encontra ressonância em trabalhos recentes no campo do PSB os quais operam com o cotejo de distintas edições de obras canônicas desses

mesmos intelectuais. Um bom exemplo é o caso de Sérgio Buarque de Holanda, cujo agenciamento da memória por parte de familiares e amigos emprestou auras de radicalidade democrática a uma trajetória mais ambígua do que se produziu *a posteriori* (PEREIRA DA SILVA, 2015). Ora, tal crítica foi feita, embora em nível mais propriamente textual, no conhecido artigo de Leopoldo Waizbort sobre as distintas edições de “Raízes do Brasil” (WAIZBORT, 2011). Ao comparar as profundas modificações operadas por Sérgio Buarque depois da primeira edição de 1936, Waizbort identifica significativos expurgos nas referências e notas, movimento de depuração que se tornou fundamental para amansar o tom conservador do primeiro texto e permitir a interpretação do historiador paulista como um ícone democrático-radical.

Finalmente, ainda em relação aos investimentos interdisciplinares com novos tratamentos de fontes primárias, o trabalho feito pelos pesquisadores da Biblioteca Virtual do Pensamento Social, em especial Alejandra Josiowicz e Antônio Brasil, oferece boas sugestões do uso das ferramentas de Humanidades Digitais para o tratamento de massa de dados relativos à formação de campos intelectuais e disciplinares. Tal orientação vai ao encontro do chamado de Iummati e Nicodemo, e encontra ressonância em práticas contemporâneas no campo da História da Historiografia. Em seu livro de caráter introdutório à disciplina, Nicodemo, Santos e Pereira (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018) empregam a ferramenta Ngram Viewer do Google para mapear a ocorrência dos termos “história” e “historiografia” em diferentes línguas, o que lhes permite aferir que a disseminação dos conceitos no Brasil se dá no mesmo arco temporal encontrado em outros casos linguísticos. A incorporação dessas ferramentas e desse diálogo permitiria enormes ganhos ao campo da História da Historiografia e do Pensamento Social no Brasil, permitindo o rastreamento de *clusters* de orientadores-orientados ou nuvens aproximando referências bibliográficas que informaram o desenvolvimento das áreas nas últimas décadas.

O segundo eixo do diálogo interdisciplinar refere-se à sugestão de Iumati e Nicodemo de uma agenda que incorpore a “descolonização teórica” e abra espaço para a incorporação de novos sujeitos e temas na agenda de pesquisa, evitando a reiteração de uma narrativa historiográfica centrada exclusivamente em homens brancos da elite letrada. Destaco aqui a definição dada pelos autores sobre o que entendem por esse processo de “descolonização”:

a massa crítica produzida no Brasil depende do influxo de alguns autores internacionais que parecem predominar durante um tempo, em alguns casos com efeito de autoridade que predomina sobre a sua pertinência empírica. Sem desconsiderar a necessidade de manter



o debate internacional, entendemos que muito frequentemente os trabalhos em elaboração podem ter ganhos metodológicos debatendo as categorias de experiências análogas, em âmbito local ou global, sem que privilegiem, porém, de antemão, determinados autores (IUMATTI; NICODEMO, 2018, p. 113).

Como se vê, o conceito é entendido a partir de uma crítica aos modismos intelectuais, sem que se amplie necessariamente para uma discussão epistemológica sobre os efeitos do eurocentrismo na compreensão do que se entende por “arquivo”, “teoria” ou “intelectuais”, por exemplo. A área de PSB pode contribuir para incrementar o debate proposto pelos autores, como se pode ver nos trabalhos de Maia (2009; 2014), Lynch (2016) e Tavolaro (2014).

O trabalho de João Maia (MAIA, 2009) procurou inicialmente estabelecer uma base para o diálogo entre pensamento brasileiro e teorias pós-coloniais, evidenciando questões comuns a esses dois universos cognitivos, pautados pela reflexão sobre o lugar da periferia na produção intelectual. Nesses textos, aponta-se que um dos efeitos principais da crítica pós-colonial se refere ao processo de descentramento teórico, que implica o questionamento do cânone clássico, que ainda informa as Ciências Sociais, e a busca por novos repertórios cognitivos, que partam de realidades e ontologias localizadas além do mundo euroamericano. Mais recentemente, o autor (MAIA, 2014) se voltou para a análise da história da sociologia no Brasil como parte do movimento global da sociologia no Sul Global na segunda metade do século XX, o que permitiu efetuar exercícios comparativos entre sociólogos de distintos contextos periféricos, localizando conceitos e estilos de trabalho que não replicam de forma mimética os discursos eurocêntricos.

Por outro caminho, os trabalhos de Christian Lynch (LYNCH, 2016) questionaram a própria disjuntiva entre “pensamento” e “teoria” que marca ainda a área de Pensamento Social, e que refletiria uma visão segundo a qual a criação intelectual nos países periféricos seria de segunda ordem, dada a suposta ausência de universalidade. A contribuição de Lynch permitiu analisar a cultura intelectual brasileira em termos menos derivados, reconhecendo seu potencial de atualização teórica.

Crítica mais radical foi elaborada por Sérgio Tavolaro (TAVOLARO, 2014), que mobiliza o debate contemporâneo sobre a modernidade para demonstrar o quanto as interpretações do Brasil canônicas reiteram ainda narrativas que reforçam a tese da singularidade nacional, transformando a ideia de “sociedade brasileira” numa categoria analítica que explicaria nossa suposta “diferença cultural”. Ao mobilizar abordagens

pós-coloniais, decoloniais e teoria das modernidades múltiplas, Tavolaro procura situar o caso brasileiro à luz de sua conexão com amplos processos globais de diferenciação, separação público/privado, secularização e disjunção entre sociedade e natureza.

Como se vê, as contribuições de Maia, Lynch e Tavolaro aprofundam exatamente o segundo eixo que destaquei no artigo de Iummati e Nicodemo, ampliando o repertório teórico empregado para análise da vida intelectual brasileira e sugerindo estratégias de comparação que evitam a reificação do eurocentrismo e do próprio nacionalismo metodológico. Tal procedimento, por sua vez, relaciona-se à democratização das agendas de pesquisa, movimento que também encontra guarida em trabalhos recentes no PSB.

Um indicador desse movimento é a incorporação de intelectuais negros e suas práticas de escrita e de reflexão nas pesquisas orientadas pelas balizas do campo, o que implica a possibilidade de rediscutir os processos de canonização e a própria centralidade do racismo na definição dos intérpretes tidos como “legítimos”, sendo que os trabalhos de Mário Augusto Medeiros têm produzido boas pistas para essa agenda. Em sua tese de doutorado, orientada por uma das principais intelectuais da área – Elide Rugai Bastos -, Medeiros analisa a literatura negra periférica, evidenciando a construção de uma imaginação que narra as questões da construção nacional de ponto de vista crítico ao racismo (MEDEIROS, 2013). Mais recentemente, Medeiros da Silva iniciou análise sobre os diálogos e as aproximações entre sociólogos e ativistas negros em São Paulo nas décadas de 1950 e 1960, o que permite evidenciar como formulações intelectuais consagradas, na verdade, emergiram de um complexo processo de diálogo com setores que nunca foram pensados como “intérpretes do Brasil” (MEDEIROS, 2018). Ao refletir sobre seu processo de pesquisa em acervo da Associação Cultural do Negro, Medeiros da Silva afirma:

As fontes de arquivo que apresentei até aqui são inéditas e as julgo proveitosas para que se lancem novos questionamentos sobre o tema. Por exemplo, investigar com mais acuidade, no âmbito da história da sociologia e do pensamento social no Brasil, o papel dos sujeitos de pesquisa como interlocutores de trabalhos clássicos da área – como os ativistas e intelectuais negros; procurar discutir os interesses desses sujeitos de pesquisa, tanto quanto possível, no diálogo com os cientistas sociais (MEDEIROS DA SILVA, 2018, p. 125).

O interesse de pesquisadores bem enraizados na área do PSB por literatos e pensadores negros também reforça esse movimento de abertura do cânone, como se

pode verificar pela pesquisa de Lilia Schwarcz (SCHWARCZ, 2017) que resultou em alentada biografia de Lima Barreto e pelo estudo de Maria Alice Rezende de Carvalho (CARVALHO, 2017) sobre André Rebouças, Cruz e Souza e Lima Barreto. Em ambos os textos, a questão racial é tratada como central para o desvendamento de trajetórias intelectuais e para o próprio desvendamento do que significa “pensar o Brasil” em uma sociedade liberal periférica atravessada pelo racismo.

## Conclusão

Como se vê, há terreno fértil para aproximações disciplinares que não impliquem diluição teórico-metodológica. A reflexão sobre novas formas de trabalhar as fontes primárias para o estudo dos intelectuais tem se mostrado mais presente nas duas áreas e o emprego de inovadoras estratégias de pesquisa com base em ferramentas digitais pode contribuir para instituir um diálogo poderoso entre estudiosos do Pensamento Social e da História da Historiografia. A crescente abertura para estudos comparativos também pode ser de extrema relevância para essa conversa, em especial com o trabalho teórico em torno do conceito de redes e para a intensificação com a pesquisa em arquivos situados em distintos contextos nacionais.

Não se está partindo do zero. Como mostrei, há uma forte presença de historiadores e instituições de produção de conhecimento histórico na formação da área de Pensamento Social no Brasil, e alguns temas e autores – particularmente vinculados à História Intelectual e Conceitual, como Skinner, Pocock e Koselleck – são referências fundamentais em ambas as áreas. Além disso, historiadores da Historiografia conhecem parte da produção da área de Pensamento Social e, eventualmente, até a citam, como se pode ver na nota 7 da já mencionada obra de Nicodemo, Santos e Pereira, que referenciam os trabalhos de Angela Alonso e Bernardo Ricupero (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p. 16). Algumas passagens dessa obra expõem questões e referências intelectuais muito similares, como se pode ver no seguinte trecho, em que os autores analisam a ideia de “formação” de uma historiografia brasileira:

Na verdade, este trabalho se aproximaria mais, então, de uma história de como os historiadores pensaram sobre a História do Brasil entre, *grosso modo*, 1870 e 1970. Em vários momentos de uma história da historiografia com ênfase no pensamento histórico no Brasil. Mas, parafraseando a solução dada por Antônio Cândido quando se interrogou sobre questão análoga na escrita da sua história da literatura brasileira, *Formação da Literatura Brasileira* (1971 [1959]), este horizonte inclui também a história

do “desejo” dos historiadores em ter um “campo/ área/comunidade” de estudos históricos organizado e, me certa medida, profissional no Brasil” (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p. 36).

Finalmente, os próprios historiadores dedicados ao estudo da historiografia têm debatido a necessidade de abertura interdisciplinar. Rodrigo Turin (TURIN, 2013) aponta para os limites formais da disciplina à luz de problemas novos que colocam em questão os pressupostos da História da Historiografia como gênero e forma de escrita da História. Ao analisar alguns desses elementos formais, Turin destaca o modo como a orientação e a normatividade presentes em parte significativa dessas obras se explicam por operações de disciplinarização, as quais procuram demarcar singularidades em relação a outras áreas de saber (TURIN, 2013, p. 89). Isso leva o autor a questionar até que ponto a disciplina não deve se abrir para interlocuções que desestabilizem esse processo de constante reiteração de identidade. Nas suas palavras:

Outra questão a investigar, para além da formação do gênero, é em que medida a sedimentação destes enunciados formais da história da historiografia durante o processo de institucionalização da disciplina histórica é capaz de responder a novas demandas representadas por objetos e problemas não previstos em sua forma. Como já mencionado, desde a década de 1980 a história da historiografia passou a ser objeto de uma nova atenção teórica, em parte como tentativa de abarcar uma variedade de novos enunciados de conteúdo (TURIN, 2013, p. 90).

A despeito desse horizonte promissor de diálogo, é forçoso reconhecer que há imenso caminho à frente, em especial no que se refere à construção de agendas de pesquisa que enfrentem as limitações do cânone. Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda ainda constituem os quatro principais intérpretes relacionados ao que se entende hoje por “pensamento social” (JOSIOWICZ; BRASIL JR., 2019). A lista completa de intérpretes revelada pela rica pesquisa bibliométrica dos autores revela o predomínio de homens brancos e a persistência de um cânone pouco plural, o que indica problema similar ao apontado por Iumatti e Nicodemo para o campo da História da Historiografia. Parte significativa das contribuições para uma agenda democratizadora referente ao estudo da vida intelectual brasileira não necessariamente vem dessas duas áreas. O crescente volume de dissertações, teses e livros sobre intelectuais negros brasileiros, por exemplo, vem partindo de outros campos, como se pode ver no perfil biográfico de Lélia González escrito por Alex Ratts e Flávia Rios (RATTS; RIOS, 2010), na tese de doutorado de

Janaína Gomes que recuperou a trajetória e a contribuição de Virgínia Leone Bicudo (GOMES, 2013), orientada na Programa de Antropologia da USP por Kabengele Munanga, nos estudos de Muryatan Barbosa sobre Guerreiro Ramos e os discursos da negritude no Teatro Experimental do Negro (BARBOSA, 2006; 2013) e na análise de Ana Cláudia Pereira sobre intelectuais negras brasileiras (PEREIRA, 2019). No caso da relação entre gênero e intelectuais, interessante notar como a cada vez mais ampla e sofisticada produção brasileira não parecer estar sendo acompanhada em ritmo pelos estudos do PSB. Os textos de Heloísa Pontes, uma das principais pesquisadoras nessa área, permanecem como referência, em especial por mostrar como a dinâmica desigual de gênero explica diferentes papéis intelectuais em círculos de literatos, críticos e atores/atrizes, tema que ainda não é suficientemente explorado na área (PONTES, 1998; 2004).

É como se o horizonte da construção da nacionalidade que tanto animou a elite letrada brasileira ao longo da primeira metade do século XX ecoasse nos limites analíticos escolhidos pelos estudiosos contemporâneos, que buscam associar seus objetos de investigação – textos, livros, intelectuais e discursos – a uma matriz nacional que vem sendo cada mais questionada por dois fenômenos distintos – a globalização e a democratização da sociedade brasileira. Esses dois fenômenos apontam tanto para a dificuldade de estabelecermos uma circunscrição do que seja propriamente brasileiro, como para a complexidade de definir que são os sujeitos por excelência que legitimamente pensam o país de forma a figurar no cânone. Tais questões, embora complexas, devem ser enfrentadas, sob risco de o estudo historiográfico e social da vida intelectual brasileira permanecer à margem dos horizontes de disputa e transformação que vêm sendo abertos nas últimas décadas – não sem muita resistência – por negros, indígenas, mulheres e demais sujeitos que encabeçam a luta democrática contemporânea.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz**: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: Editora 34, 1994.

BARBOSA, Muryatan. Guerreiro Ramos: o personalismo negro. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 217-228, 2006.

BARBOSA, Muryatan. O TEN e a negritude francófona no Brasil: recepções e inovações. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 171-184, 2013.

BASTOS, Elide Rugai. O CPDOC e o pensamento social brasileiro. *In*: CAMARGO, Célia *et al.* **CPDOC 30 Anos**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 97-119.

BITTENCOURT, Andre Veiga. **O Brasil e suas diferenças**: uma leitura genética de populações meridionais do Brasil. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.

BOTELHO, André; HOELZ, Maurício. O mundo é um moinho: sacrifício e cotidiano em Mário de Andrade. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 97, p. 251-284, 2016.

BOTELHO, André. Un programa fuerte para el pensamiento social brasileño. **Prismas**-Revista de História Intelectual, Buenos Aires, v. 19, n. 2, p. 151-161, 2015.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados**-Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005.

BRASIL JUNIOR; JACKSON, L. Carlos; PAIVA, Marcelo. O pequeno grande mundo do Pensamento Social no Brasil. **BIB.**, v. 91, p. 1-38, 2020.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Três pretos tristes: André Rebouças, Cruz e Sousa e Lima Barreto. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, p. 6-22, 2017.

GEMINIANO DOS SANTOS, Wagner. A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do *linguistic turn*: embates entre “modernos” e “pós-modernos”. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 12, n. 30, p. 312-343, 2019. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1458>. Acesso em: 21 ago. 2021.

GOMES, Janaina Damaceno. **Os segredos de Virgínia**: estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). 2013. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-60, 1997.

HOLLANDA, Bernardo Buarque de; SILVA, Marcelino Rodrigues da. Entrevista com Heloísa Starling. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, p. 757-786, 2017.

IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 97-120, 2018.

JOSIOWICZ, Alejandra; BRASIL JR, Antonio. Pensamento social e pesquisa informacional: o caso da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS). **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 5-28, 2019.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

LESSA, Renato. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p. 17-60, 2011.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 19, p. 75-119, 2016.

MAIA, João Marcelo Ehlert. História da sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 111-128, 2017.

MAIA, João Marcelo Ehlert. History of sociology and the quest for intellectual autonomy in the Global South: The cases of Alberto Guerreiro Ramos and Syed Hussein Alatas. **Current Sociology**, [s. l.], v. 62, n. 7, p. 1097-1115, 2014.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 71, p. 155-168, 2009.

MEDEIROS DA SILVA, Mario Augusto. **A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

MEDEIROS DA SILVA, Mario Augusto. Órbitas sincrônicas: sociólogos e intelectuais negros em São Paulo, anos 1950-1970. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 109-131, 2018.



MICELI, Sergio. Intelectuais brasileiros. *In*: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, v. 2. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 109-142.

NICODEMO, Thiago Lima. SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Interpretações sobre o Brasil. *In*: MICELI, S (org). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, v. 2. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 147-81.

PEREIRA DA SILVA, Rafael. **"A morte do homem cordial"**: trajetória e memória na invenção de um personagem (Sérgio Buarque de Holanda, 1902-1982). 2015. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, IFCH, Universidade de Campinas, Campinas, 2015.

PEREIRA, Ana Cláudia Jaquetto. **Intelectuais negras brasileiras**: horizontes políticos. Belo Horizonte: Letramento Editora e Livraria, 2019.

PONTES, Heloisa. A burla do gênero: Cacilda Becker, a Mary Stuart de Pirassununga. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 231-262, 2004.

PONTES, Heloisa. **Destinos mistos**: os críticos do Grupo Clima em São Paulo, 1940-68. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 82, p. 139-159, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto-triste visionário**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Lembranças do Brasil**: teoria política, história e ficção em Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.

TAVOLARO, Sergio B. F. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 633-673, 2014.

TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. Pensamento Social Brasileiro em perspectiva: história, teoria e crítica. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 12, n. 31, p. 338-379, 2019. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1483>. Acesso em 21 ago. 2021.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 6, n. 13, p. 78-95, 2013. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/673>. Acesso em: 21 ago. 2021.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

VILLALTA, Luiz Carlos. A história do livro e da leitura no Brasil Colonial: balanço historiográfico e proposição de uma pesquisa sobre o Romance. **Convergência Lusíada**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 165-185, 2005.

WAIZBORT, Leopoldo. The misunderstanding of democracy: Sergio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 39-62, 2011.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

João Maia é sociólogo e professor associado da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), onde atua desde 2007. Trabalha com pensamento social e história da sociologia, e entre suas publicações mais recentes, estão: "Costa Pinto em dois tempos: efeitos periféricos na circulação de ideias" (*Tempo Social*, 2019) e "Ciências sociais, trabalho intelectual e autonomia: quatro estudos de caso sobre nós mesmos" (*DADOS*, 2019). Em 2018, foi co-autor do livro *Knowledge and Global Power: making new sciences in the South*, juntamente com R. Connell, F. Collyer e R. Morrell (Monash, 2018).

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Praia de Botafogo, 190/ 14º andar. Rio de Janeiro, RJ, CEP 22250-900, Brasil.

## FINANCIAMENTO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bolsa de produtividade 1D.

## AGRADECIMENTO

Agradeço a Angela de Castro Gomes por uma curta, mas esclarecedora conversa sobre o tema deste artigo.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado  
Flávia Varella – Editora Chefe  
Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada  
María Inés Mudrovcic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 João Maia.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 31 de agosto de 2020.

Aprovado em: 4 de março de 2021.



# DIRETRIZES PARA AUTORES

GUIDELINES  
FOR AUTHORS

## **1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas**

**1.1.** Artigo original: recebemos artigos originais sobre temas relacionados com os campos da história da historiografia, teoria e metodologia da história, filosofia especulativa da história, teorias históricas, filosofia do tempo, além de áreas afins. No ato da submissão, é indispensável indicar se o artigo deve ser avaliado para algum dossiê temático ou para a seção livre. Os manuscritos submetidos devem conter entre 28.000 e 70.000 caracteres com espaço, incluindo-se as notas e as referências bibliográficas.

**1.2.** Artigos de revisão: recebemos artigos de revisão de literatura originais sobre temas relacionados com os campos da história da historiografia, teoria e metodologia da história, filosofia especulativa da história, teorias históricas, filosofia do tempo, além de áreas afins. Os trabalhos submetidos nesta categoria deverão realizar uma revisão de literatura sobre uma dada temática ou apresentar o seu esOs manuscritos submetidos devem conter entre 28 mil e 70 mil caracteres com espaço, incluindo notas e referências bibliográficas.

## **2) Informações sobre a submissão**

**2.1.** A **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography** não cobra taxa de submissão, assim como também não cobra taxa de processamento de artigo (APC).

**2.2.** Os arquivos enviados deverão estar em formato \*.doc ou \*.docx, ou seja, compatíveis com Word.

**2.3.** Todos os trabalhos submetidos à revista são analisados por software anti-plágio - [Política contra o plágio](#).

### **3) Normas de apresentação dos textos**

**3.1.** Os artigos devem conter entre 28 mil e 70 mil caracteres com espaço, incluindo notas e referências bibliográficas. Devem também apresentar um resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

**3.2.** Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início (ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

**3.3.** A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

**3.4.** O financiamento da pesquisa deve ser indicado de forma detalhada no campo informações sobre o artigo presente no template padrão da revista.

**3.5.** Os artigos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

**3.6.** Todos os artigos serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores ad hoc, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações.

**3.7.** Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Executivo fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

**3.8.** As palavras-chave devem ser retiradas do [banco de palavras-chave](#) elaborado pelos editores da revista.

**3.9.** As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser recuadas da margem esquerda (1,5 cm), sem aspas, em corpo 11 e espaçamento simples.

**3.10.** Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol e inglês.

**3.11.** As notas de rodapé devem ser de caráter estritamente explicativo, com o tamanho máximo de 260 caracteres com espaço. Quando for realizada a tradução de uma citação, o texto original não deve ser inserido como nota.

**3.12.** As referências devem vir em corpo de texto no seguinte formato: (ABREU, 2005, p. 36). Em caso de dúvidas, favor consultar a **ABNT NBR 10520 (2002)**.

**3.13.** A referência a textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, nas Referências.

**3.14.** Somente deve ser listado nas Referências material citado no texto. Os autores **não devem utilizar siglas** para identificar obras, pois este procedimento compromete o processo automatizado de identificação das referências. Todas as submissões realizadas deverão utilizar as normas da **ABNT NBR 6023: 2018**. Disponibilizamos exemplos dos principais tipos de documentos, a eles devem ser acrescentados os dados de consulta em caso de publicação eletrônica.



## 4) Informações sobre a submissão

### 4.1. Livro autoral

Estrutura: SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito:** subtítulo sem negrito. Tradução de Nome do tradutor. Cidade: Editora, Ano.

Exemplo: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

### 4.2. E-book

Estrutura: SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito:** subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano. E-book. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

Exemplo: BAVARESCO, Agemir; BARBOSA, Evandro; ETCHEVERRY, Katia Martin (org.). **Projetos de filosofia.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. *E-book*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdefilosofia.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2011. Exemplo:

BAVARESCO, Agemir; BARBOSA, Evandro; ETCHEVERRY, Katia Martin (org.). **Projetos de filosofia.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. *E-book*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdefilosofia.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2011.

### 4.3. Capítulo de livro

Estrutura: SOBRENOME, Nome (org.). Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito:** subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano. p. pp-pp.

Exemplo: RICOEUR, Paul. Fase Documental: a Memória Arquivada. In: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 155–192.

#### 4.4. Coletânea

Estrutura: SOBRENOME, Nome (org.). **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano.

Exemplo: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.).  
**Representações**: contribuições a um debate transdisciplinar.  
Campinas: Papirus, 2000.

#### 4.5. Artigo de periódico

Estrutura: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico**: subtítulo sem negrito, Cidade, v. X, n. Y, p. pp-pp, meses abreviados (se houver) Ano.

Exemplo: RIGOLOT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity. **Journal of the History of Ideas**, Philadelphia, v. 59, n. 4, p. 557-563, 1998.

#### 4.6. Texto disponível na internet

Estrutura: SOBRENOME, Nome. Título do texto. **Nome do Site**, dia, mês (abreviado), Ano. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

Exemplo: BENTIVOGLIO, Julio. Precisamos falar sobre o currículo de História. **Café História**, 15, maio, 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/curriculo-de-historia/>. Acesso em: 18 abr. 2018.

#### 4.7. Texto completo publicado em anais de evento

Estrutura: SOBRENOME, Nome. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO (EM MAIÚSCULO), número do evento, ano, cidade.

**Anais** [...]. Cidade: Editora, ano, p. pp-pp.

Exemplo: ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). In: SEMINÁRIO DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO, IMPÉRIO, I, 2007, Juiz de Fora. **Anais** [...]. Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

#### 4.8. Dissertação ou tese

Estrutura: SOBRENOME, Nome. **Título da tese em negrito**: subtítulo sem negrito. Ano. Tese/Dissertação (Grau em Área do programa) - Nome do Programa, Universidade, Cidade, Ano.

Exemplo: RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009..

#### 4.9. Matéria de jornal

Estrutura: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do Jornal**, Cidade, dia mês (abreviado) Ano. Caderno p. pp-pp.

Exemplo: GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

#### 4.10. Documento depositado em arquivo

Exemplo com autoria: ARANHA, Luís de Freitas Vale. Carta a José Pinto. Arquivo Pedro Ernesto Batista, série Correspondência; PEB c 1935.01.15 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro). 15 jan. 1935.

Exemplo sem autoria: TERMO de obrigação que fazem Manuel Francisco Villar e Antonio Freire de Ocanha. Códice 296, f.108 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 2 mar. 1696.

**4.10.1.** Sempre que possível, forneça todos os dados para a localização do documento no arquivo, tais como título do fundo ou da coleção, série, subsérie, notação (código do conjunto), instituição de guarda, local (entre parênteses), data do documento.

**4.10.2.** No caso de referências a conjuntos ou itens em posse de pessoa física, registra-se: Acervo pessoal de.

**4.11.** Observações sobre a apresentação das referências:

**4.11.1.** O *In*, utilizado na apresentação de capítulos de livros, é em itálico;

**4.11.2.** Sempre que utilizar uma referência consultada online, deve-se inserir a URL na parte 'Disponível em:' e 'Acesso em:', e caso o documento possua DOI, esta informação deve ser inserida;

**4.11.3.** URL de artigos de jornais e textos da internet devem ser encurtadas, recomenda-se o encurtador <https://bitly.com>;

**4.11.4.** A ABNT NBR 6023:2018 não utiliza mais "\_\_\_\_\_." e omite o nome de um autor, o nome deve ser repetido.

**4.11.5.** Não deve ser utilizado aspas (simples ou duplas) em títulos de livros, capítulos ou artigos a menos que o título tenha, efetivamente, este símbolo.

**4.11.6.** Caso o tipo de documento que você queria citar não esteja listado acima, pedimos que consulte a ABNT NBR 6023:2018, caso a dúvida persistir, entre em contato com a secretaria da revista [historiadahistoriografia@hotmail.com](mailto:historiadahistoriografia@hotmail.com).